A REPÚBLICA

(ou: sobre a Justiça. Gênero Político)

Coordenação da Coleção
Benedito Nunes

Consultoria Editorial
Ivan Fabiano Machado Brasil
Maria das Graças da Silva Pena

Produção Editorial
Ivan Fabiano Machado Brasil e *Laïs Zumero*

Capa
Laïs Zumero
Reprodução: Máscara de Platão

Edição de texto
José dos Anjos Oliveira

Editoração Eletrônica
Maria Auxiliadora Prado, João Carlos Moraes,
Cristóvam Pantoja Lisboa

Revisão
José dos Anjos Oliveira, Lairson Costa,
Maria Josely Almeida M. Dias

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da UFPA, Belém-PA-Brasil)

Platão, 427-347 a.C.
A República / Platão; tradução de Carlos Alberto Nunes. – 3. ed. – Belém: EDUFPA, 2000.

ISBN 85-247-0195-1

1. Filosofia antiga. 2. Platonismo. I. Nunes, Carlos Alberto. II. Título.

CDD 20. ed. - 184

DISTRIBUIÇÃO

Editora Universitária - EDUFPA/Livraria do Campus
Biblioteca Central da UFPA, Rua Augusto Corrêa, n. 1
Campus Universitário – Guamá 66.075-110 – Belém-Pará-Brasil
Telefax: (0xx91) 249-2700/211-1351 - Caixa Postal 8609
E-mail: edufpa@ufpa.br

Apresentação

É bom revisitar trechos do diálogo, quase um monólogo, entre Sócrates e Glauco quando tratam dos filósofos e da governança das cidades, contidos no Livro VII, da República, de Platão:

"... que nem os ignorantes e desconhecedores da verdade, nem os que permitimos passar toda a vida nos estudos podem ser bons governantes: os primeiros, por carecerem de um ideal com que relacionem todos os seus atos, assim públicos como particulares; os outros, por não se resolverem nunca a exercer essas atividades, visto já se imaginarem na ilha dos bem-aventurados..."

"... se encontrares para os que têm de ser dirigentes uma vida melhor do que o ofício de governar, conseguirás que a cidade seja bem administrada, porque somente uma cidade nessas condições é que pode ser comandada por cidadãos verdadeiramente ricos; não ricos em ouro, sem dúvida, mas no que devem ser ricos os bem-aventurados: em vida virtuosa e sábia. Onde os famintos e mendigos se ocupam dos negócios públicos em proveito próprio, com a esperança de fazer mão baixa no que houver de bom... Assim não é possível. Sempre que a conquista do poder se transforma num prélio encarniçado, a guerra doméstica e intestina acarreta a destruição tanto dos dirigentes como da cidade..."

"... Sendo assim, não devem ambicionar o mando os amigos do poder, para não terem de lutar com os seus concorrentes..."

"... E não é certo, continuei, que, com relação à verdade, devemos também considerar estropiada a alma que odeia, de fato, a mentira voluntária, sem a admitir em si própria nem conseguir dominar-se quando se manifesta nos outros, mas tolera facilmente a involuntária, e longe de mostrar-se indignada consigo mesma quando é apanhada em alguma falsidade, apraz-se de chafurdar-se na ignorância, como faz na lama o porco?..."

"... Porque o homem livre, lhe disse, não deve aprender nada como escravo. Os trabalhos corpóreos podem ser impostos sem maior prejuízo para o corpo, porém na alma não cala nenhum conhecimento adquirido à força..."

"... Por isso, meu caro, nunca ensines nada às crianças por meios violentos, mas à guisa de brinquedo, é como melhor poderás observar as aptidões de cada um..."

"... E já não seria uma medida preventiva de grande relevância não deixá-los provar muito moços da Dialética?

Segundo creio, de maravilha poderá ter-te escapado como procedem os adolescentes, quando pela primeira vez lhe sentem o gosto: usam-na à guisa de brinquedo, para rebater a tudo e a todos, e imitando os que os confundem com seus argumentos, põem empenho, por sua vez, em confundir os outros, comprazendo-se, à maneira de cachorrinhos, em puxar e rasgar os que deles se aproximam...".

Ainda que sejamos tentados a evitar a leitura da cidade justa, habitada por cidadãos justos, face a distância que os tempos atuais se encontram dela, é útil revisitá-la com um olhar detido e mais cuidadoso em torno dos princípios.

O diálogo entre Sócrates e Glauco, na forma maiêutica de apreender o mundo, continua presente e útil para toda a humanidade.

A reedição gradual e completa da obra de Platão marca a retomada, pela Editora da UFPA, da impressão dos clássicos, cujos manuscritos estão em seu poder.

A coordenação dos trabalhos de edição feita pelo Prof. Benedito Nunes é motivo de orgulho para a instituição.

Cristovam Wanderley Picanço Diniz
Reitor da Universidade Federal do Pará

Prefácio

Com A República começa a 3ª edição das Obras Completas de Platão, publicadas pela primeira vez pela Universidade Federal do Pará em treze volumes (Diálogos, 1973-1980), em tradução de Carlos Alberto Nunes e a seguir relacionadas, tão só para fins informativos. Com aspecto material e tipográfico renovado em relação à 2ª edição (1988), esta 3ª edição, desvinculada da Introdução (Marginália) que a acompanhava, mas não de seu preliminar *aparato crítico*, e fazendo-se na ordem que melhor consultar as conveniências da publicação, visa, sobretudo, à correção e à boa apresentação dos textos.

Benedito Nunes
Belém, setembro, 2000

1ª Edição das Obras Completas de Platão

A 1ª edição completa dos ***Diálogos de Platão*** foi iniciada em 1973 e concluída em 1980, estruturada em 14 volumes, incorporados à Coleção Amazônica, Série Farias Brito.

Marginália Platônica – volume introdutório à edição completa dos Diálogos.

Volume 1-2 – Apologia de Sócrates – Critão – Menão – Hípias Maior e outros.

Volume 3-4 – Protágoras – Górgias – O Banquete – Fedão.

Volume 5 – Fedro – Cartas – O 1º Alcibíades.

Volume 6-7 – A República.

Volume 8 – Parmênides – Filebo.

Volume 9 – Teeteto – Crátilo.

Volume 10 – Sofista – Político – Apócrifos Duvidosos.

Volume 11 – Timeu – Crítias – O 2º Alcibíades – Hípias Menor.

Volume 12-13 – Leis e Epínomis.

Reedições

Volume 6-7 – A República, *fac-similar*

Volume 9 – Teeteto – Crátilo, *fac-similar.*

Volume 11 – Timeu – Crítias – O 2º Alcibíades – Hípias Menor.

Nota Prévia da 2ª Edição

A partir do lançamento desta 2ª edição dos Diálogos de Platão, tradução direta do grego por Carlos Alberto Nunes, a Coleção Amazônica (Série Farias Brito) será reeditada pela Universidade Federal do Pará sob a forma de publicação avulsa.

Para melhor enquadrar o conjunto da obra de Platão, é aconselhável a leitura de **Marginália Platônica**, de autoria do tradutor, que serve como Introdução Geral aos Diálogos.

Apresentação da 1ª Edição

A Universidade Federal do Pará, com o lançamento deste volume, inicia a publicação, em sua Coleção Amazônica, na Série Farias Brito, da obra completa de Platão, traduzida do grego pelo Dr. Carlos Alberto Nunes.

Desejo enfatizar, como Reitor, que o privilégio dessa edição somente tornou-se possível graças ao gesto nobre, desinteressado e altruístico do eminente escritor e filósofo, Dr. Carlos Alberto Nunes, que doou à Universidade Federal do Pará a tradução em língua portuguesa do *Corpus Platonicum*, distribuído em quatorze volumes.

Fê-lo espontaneamente, honrando nossa Universidade pela confiança nela depositada. Tornou-a destinatária de um trabalho profícuo, erudito e de excelso valor, realizado no silêncio de seu gabinete ao longo de sua laboriosa existência.

Inicia-se com esta publicação trabalho inédito no Brasil e em Portugal. Far-se-á, pela primeira vez, a publicação em língua portuguesa da obra completa de Platão, circunstância – como assinala Benedito Nunes – suficiente para revelar a importância e o ineditismo do empreendimento editorial da Universidade Federal do Pará.

A UFPA, ao dar o nome de Farias Brito à *série* destinada à publicação de obras de filosofia e psicologia, dentro da Coleção Amazônica, desejou homenagear a memória desse eminente professor que ocupou, a partir de 1903, logo após a criação da Faculdade de Direito do Pará, a cadeira de Filosofia do Direito.

O Dr. Raymundo de Farias Brito nasceu em São Benedito, no Ceará, e graduou-se em Direito, em 1884, em Recife.

Dedicou sua vida ao estudo da Filosofia e ao magistério, projetando seu nome em todo o Brasil com excelentes obras filosóficas que publicou, a partir de 1894, sob o título geral de *Finalidade do Mundo*.

No Pará viveu de 1902 a 1909, voltado para o ensino de Lógica, no então Liceu, e de Filosofia do Direito, na Faculdade de Direito.

Posteriormente, transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro onde teve oportunidade de concorrer à cátedra de Filosofia e Lógica do Colégio Pedro II, juntamente com Euclides da Cunha, que foi nomeado. Com a morte prematura deste, foi investido na cátedra e pontificou no magistério até ao fim de sua vida.

Além de outras obras, Farias Brito publicou estudos filosóficos que consagraram seu nome: *A Base Física do Espírito,* Belém, 1912; *A Verdade como Regra das Ações,* Pará, 1905, e o *Mundo Interior,* Rio, 1914.

A Universidade Federal do Pará ao iniciar empreendimento de tão alta significação cultural – coerente com os propósitos que orientaram sua reestruturação e diversificando sua atuação em todos os campos do conhecimento humano – está persuadida de que passa a colocar à disposição de alunos e professores obra fundamental ao estudo da Filosofia, situada entre nós, nesta época de obsedante preocupação tecnológica, em plano que se não coaduna com a autêntica vocação da intelectualidade brasileira.

Belém, maio, 1973.

Aloysio da Costa Chaves
Reitor

Prefácio da 1ª Edição

Este volume, que inaugura a série da Coleção Amazônica para livros de Filosofia – a série Farias Brito –, precede imediatamente ao início da publicação gradual da obra de Platão, traduzida do grego por *Carlos Alberto Nunes*. É um conjunto de quatorze estudos, o primeiro dos quais uma Introdução Geral, a *Marginalia*, a qual pretende servir de roteiro ao conhecimento de Platão e à leitura de seus Diálogos.

A tradução de *Carlos Alberto Nunes*, que ora apresentamos, tomou por base textos credenciados do original grego, como as edições de Burnett (Platonis Opera, Oxford, 1892-1906), de Friderici Hermann (Platonis Dialogi, Lipsia, Teubner, 1921-1936), de Hirschigii (Platonis Opera, Firmin Didot, 1891) e da Société de Belles Lettres (Paris, 1920 e sgs.). Além dos Diálogos propriamente ditos, estendeu-se às Cartas do filósofo, abrangendo assim um total de trinta escritos, que foram distribuídos, os maiores isoladamente e os menores por grupos de até seis, em quatorze tomos. Essa distribuição acompanhou, em princípio, a divisão cronológica da obra platônica, tradicionalmente admitida. Ao primeiro grupo, que é o dos diálogos socráticos de juventude, corresponde o Volume I *(Apologia, Critão, Laquete, Cármides, Líside, Eutifrone)*; ao segundo, relacionados com o período mediano, pertencem os Volumes II e III *(Protágoras, Górgias, Ião, Menão, Menéxeno, Eutidemo)*, e IV a VIII, nos quais encontramos, juntamente com as Cartas, os Diálogos de maior penetração, como *O Banquete, Fedão, Fedro* e *A República* (este em volume duplo), e quatro outros, menos afortunados: *O Primeiro Alcibíades, O Segundo Alcibíades, Hípias Menor* e *Hípias Maior*; o terceiro abarca *Crátilo* e *Teeteto* (Volume IX), e os três pares famosos – *Parmênides* e *Filebo* (Volume X), *Sofista* e *Político* (Volume XI), *Timeu* e *Crítias* (Volume XII) – que formam, com *Leis*, imponente e solitário Diálogo, mais extenso que *A República*, e como este em tomo duplo (XIII e XIV), a última parte do legado de Platão. Esses quatorze livros aparecerão periodicamente, mas numa ordem diferente de sua

seriação numérica, que variará para atender a exigências ocasionais, de interesse para a difusão dos livros.

Deixando de lado os apócrifos, apenas cinco Diálogos *(Hiparco, Rivais, Teages, Clitofão* e *Minos)*, de autenticidade duvidosa, a tradução de *Carlos Alberto Nunes* é, assim, pela sua máxima abrangência e pela sua envergadura sistemática, a primeira recomposição do *Corpus Platonicum* em língua portuguesa. Basta essa circunstância para revelar a importância do trabalho e o ineditismo do empreendimento editorial que se propôs a difundi-lo. E maior ainda se torna o ineditismo, quando empreendimento de tal ordem, que assume a relevância de um fato cultural, é da iniciativa de uma Universidade do Extremo Norte, que prestará, com isso, preliminarmente, duas contribuições positivas ao ensino universitário.

A primeira contribuição que a Universidade do Pará dá à Universidade brasileira, editando a obra de Platão em português, é pôr à disposição de estudantes e professores, principalmente no campo das ciências humanas, textos fundamentais ao ensino da filosofia, mas indispensáveis, qualquer que seja o campo de estudo, à formação de uma cultura geral, hoje finalidade dos cursos básicos em nosso sistema universitário. O segundo serviço, prestado especialmente aos cursos de filosofia, é não só fornecer-lhes um instrumento de trabalho, mas também suprir a falta, de que se ressentem as bibliografias brasileira e portuguesa, da tradução de determinados Diálogos, agora vertidos pela primeira vez, juntamente com a totalidade das *Cartas*, para o nosso idioma. Atendendo a essa finalidade foi que se decidiu editar, em primeiro lugar, do conjunto de quatorze tomos programados, o Volume IX, contendo o *Teeteto* e o *Crátilo*, entre nós acessíveis ao leitor comum apenas em línguas estrangeiras, e que são, talvez, pelas questões específicas de que tratam – a validade do conhecimento enquanto *episteme* e a natureza da linguagem, respectivamente – aqueles que mais urgentemente requerem, em função da inequívoca atualidade desses problemas, os estudiosos da lingüística, da semiologia, do semanticismo, do positivismo lógico, da filosofia analítica e do estruturalismo.

Mas a decisiva contribuição do empreendimento da Universidade Federal do Pará, e que é certamente a primeira na ordem de sua relevância cultural, verifica-se no plano mesmo da filosofia, onde se produzirão os efeitos mais lentos, porém mais penetrantes e duradouros sobre toda a vida intelectual brasileira, efeitos que a simples bitola do

proveito imediato não mede, e que hão de resultar do processo de assimilação e de aprofundamento da obra platônica.

Não nos cabe esboçar aqui a trajetória desta obra que é uma das fontes essenciais da tradição filosófica. Whitehead, a quem se deve, ao lado de Bertrand Russel, um dos sistemas de unificação e formalização do pensamento lógico-matemático, foi autor de famosa sentença, verdadeiro aforismo registrado numa das páginas de seu livro *Process and Reality,* de que a tradição filosófica do Ocidente consiste num conjunto de achegas, de notas de pé de página, à obra de Platão. Ainda que isso não seja inteiramente verdadeiro, a esplêndida frase do filósofo e matemático inglês serve para realçar a magnitude da influência de Platão que, começando por atingir Aristóteles e as correntes do final da Antiguidade, estendeu-se às teologias hebraica e muçulmana, gerou o caudal do neoplatonismo, e continuou, depois de ter fornecido à teologia cristã o arcabouço de sua estrutura conceptual, a inseminar a cultura moderna, mas já quando de há muito se tornara, desde antes do Renascimento, extravasando os limites doutrinários das Escolas, uma tendência penetrante da história das idéias políticas, jurídicas, morais e econômicas.

Assim, traçar a linha de percurso da obra platônica quando a ação dessa obra se confunde com a fertilidade histórica do pensamento que produziu, como fonte de uma tradição que, por sucessivas vezes e em diferentes fases retomada, interpretada, aprofundada e assimilada, deu nascimento à Ciência Política, à Estética e à Pedagogia, dentro da ampla vertente metafísica denominada *platonismo* que ela formou, seria nada mais nada menos do que reescrever alguns dos mais importantes capítulos da história do pensamento ocidental, e, ainda, coligir, do humanismo renascentista ao iluminismo, – passando pelas Meditationes de Prima Philosophia de Descartes e pela Crítica da Razão Pura de Kant, – como do Romantismo ao Simbolismo, – passando pela Lógica de Hegel, e entrando na época atual pelas Meditações Cartesianas de Husserl, – os diferentes veios dessa mesma vertente, desde aqueles que se podem distinguir nas correntes místicas medievais até aqueles que, a nós mais diretamente ligados, os Humanistas portugueses transferiram da leitura dos Diálogos nas primeiras edições renascentistas à lírica de Camões, aos sonetos de Anthero de Quental e aos versos de Fernando Pessoa.

O que interessa destacar nesta apresentação é uma outra espécie de trajetória da obra platônica, que transcende, a cada momento e até hoje, o traçado de sua fertilidade histórica, embora dependa dele. Referimo-nos à ação fecundante da perspectiva reflexiva e crítica dos Diálogos sobre a consciência individual. Desse ponto de vista, as fontes essenciais que manam dos Diálogos são as fontes originárias, vivas e atualizáveis da tradição filosófica, que permitem, pela leitura contínua e receptiva, numa retomada do ato de filosofar que faz de cada leitor um interlocutor de Platão, o aprofundamento e a assimilação das possibilidades dialéticas do pensamento que lhe inspiram a obra, e que, guardadas no movimento de sua escrita dramática, reabrem-se para os que dela se aproximam e melhor a conhecem. A edição dos Diálogos, pela Universidade Federal do Pará, destina-se fundamentalmente a incentivar semelhante espécie de leitura, que reencontra a fluência do ato de filosofar, assumindo a inquietude intelectual do espírito crítico: a inquietude que, segundo diria Karl Jaspers, torna as perguntas mais essenciais que as respostas e as respostas meios de formular novas perguntas, e da qual Farias Brito – patrono da série ora iniciada – foi, em nosso meio, um solitário exemplo.

Não estaria completa esta apresentação se deixássemos de lembrar que a ação fecundadora dos Diálogos acompanhou, desde o começo da época moderna, com o início da recomposição do *Corpus Platonicum* no século XV, os processos conjugados de sua tradução e de sua edição. Traduziu-o pela primeira vez integralmente para o Latim e publicou-o, de 1483 a 1484, Marsillo Ficino, membro da Academia Platônica de Florença, precedendo à tradução de Henri Estienne, de 1578, aparecida em Lyon, que se tornou modelo para as edições da obra platônica até hoje, e à primeira impressão dos textos originais por Aldo Manucio, de Veneza, em 1513. Continuaram a traduzir os Diálogos, Schleiermacher para o alemão (1804-1810) e Victor Cousin para o francês (1821-1840). E até os nossos dias, quando a França dispõe de pelo menos duas excelentes traduções (Les Belles Lettres, a partir de 1920, e da Pléiade, por Léon Robin), a Itália de pelo menos três (a de Ferrari, de 1875, a de Turolla, de 1954 e a editada por Bari-Laterza, entre 1921 e 1934, a cargo de vários autores) e a Inglaterra, a de Joweet (1870), um dos monumentos da língua e da literatura inglesa, – para não falarmos das que a Alemanha ganhou após a de Schleiermacher – traduzir Platão tem sido, como feito de um só ou de vários, um cometimento poético no sentido

eminente de *fundar, formar* e *atualizar,* que é o que se verifica através da apropriação e da restituição, numa outra língua, das potencialidades de todo um pensamento elaborado na língua original da filosofia. A relevância e a eficácia culturais da tradução *do Corpus Platonicum* por *Carlos Alberto Nunes,* trabalho de quase um decênio, enquadram-se nessa perspectiva.

A empresa inédita da Universidade Federal do Pará ao editá-lo poderá permitir que, para o pensamento brasileiro, chegue algum dia a hora de ampliar a verdade do que afirmou Whitehead, começando também a fazer notas de pé de página a Platão.

Belém, maio de 1973

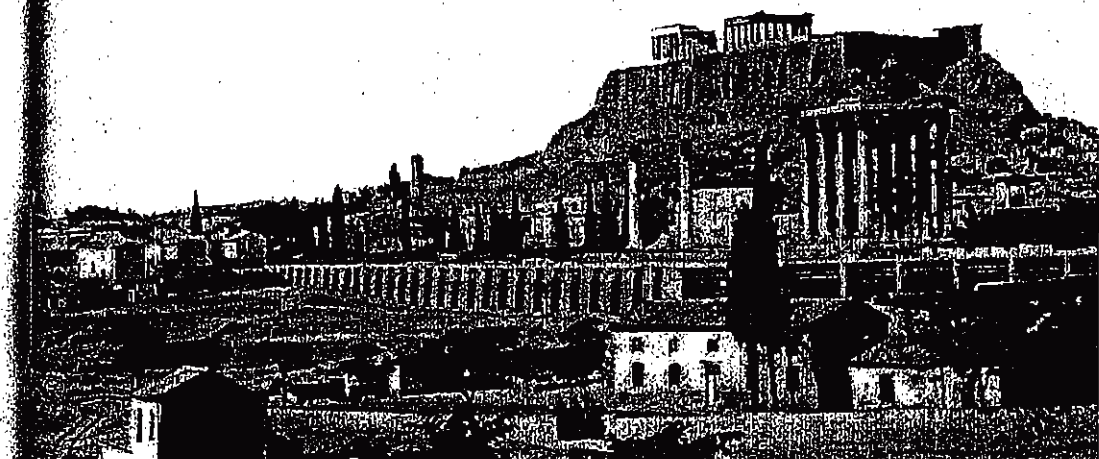
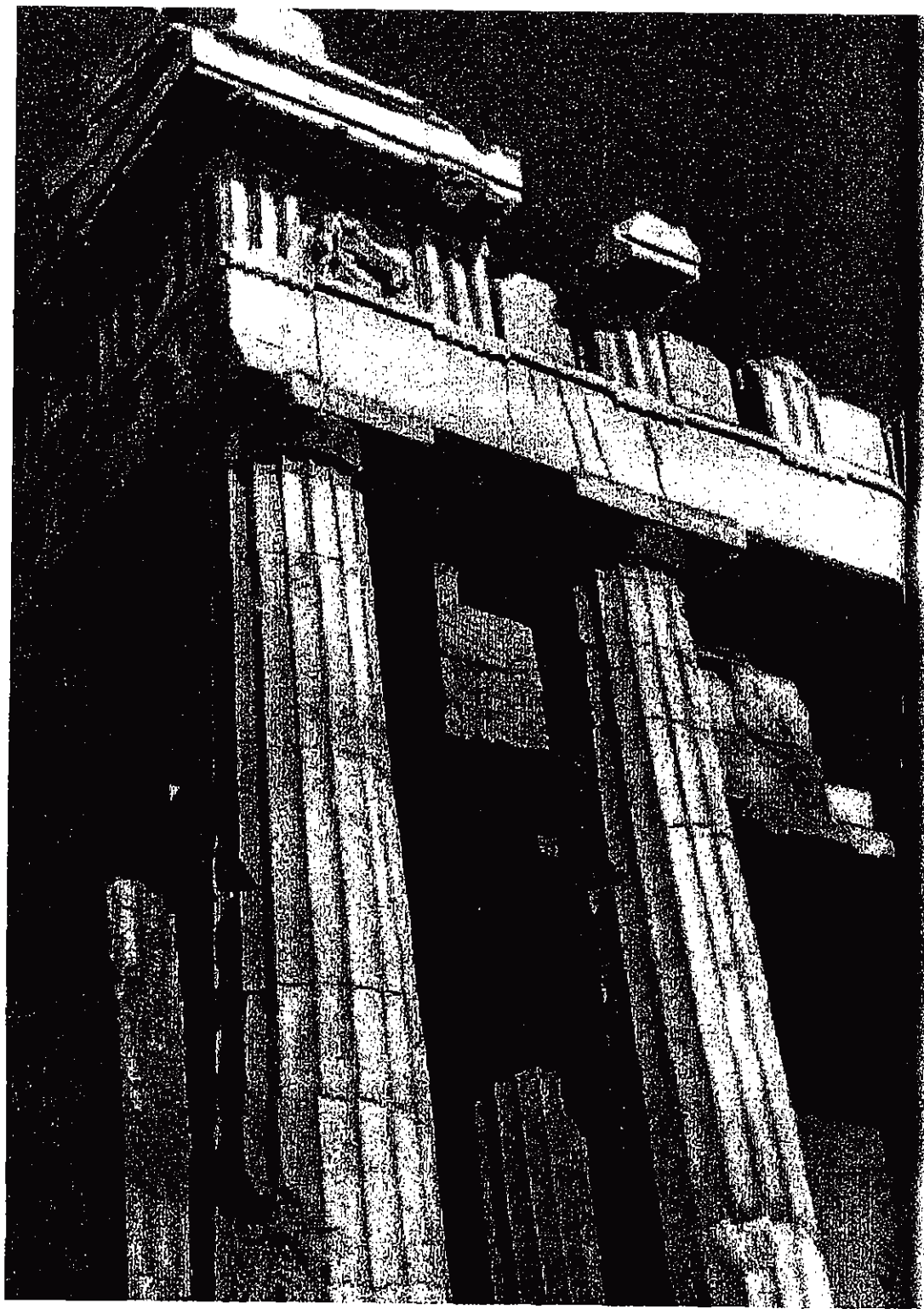
Benedito Nunes

Sumário

Introdução *Benedito Nunes* 1

A República
(ou: sobre a Justiça. Gênero Político)

Livro I 49
Livro II 93
Livro III 135
Livro IV 185
Livro V 227
Livro VI 277
Livro VII 319
Livro VIII 359
Livro IX 399
Livro X 433

Ilustrações 471

"Começa com Platão algo inteiramente novo..." – **Nietzsche, A Filosofia na época trágica dos gregos.**

I

Desde a Antiguidade, o extraordinário prestígio de **A República** sempre esteve associado ao fascínio de seu plano do Estado justo – da **Cidade** ou **politeia**, regida pelo ideal de Justiça – que proliferou, antes de chegar até nós pela via generosa do humanismo renascentista, dos estóicos na época helenística a Plotino na decadência do Império Romano. Estudada no Renascimento como fonte do pensamento moral e político da Antiguidade clássica, **A República** tornou-se, por obra dos humanistas, a venerável utopia, modelo da **Amaurotas**, de Thomas Morus, e da **Cidade do Sol**, de Campanella. No entanto, a sua vasta fortuna histórica correu à conta de um fenômeno bem mais extensivo e profundo: o pensamento mesmo de Platão, que trabalhou os alicerces metafísicos da cultura Ocidental.

Se **A República** pôde ser o horizonte moral e político das utopias, foi porque aí se configurou a concepção do mundo sob a qual o pensamento de Platão conquistou identidade histórica. No traçado arquitetônico do Estado soberanamente justo, o inteiro perfil do platonismo se desenha. É o platonismo que responde pela extrema riqueza e pela complexa estrutura do grande diálogo em dez livros – apenas inferior em tamanho ao texto inacabado de **Leis** – em contraste com o ar de familiaridade que envolve não só alguns dos elementos mais popularizados do Estado platônico (os casamentos coletivos periódicos, a completa igualdade de direitos entre homens e mulheres, a supressão do parentesco de sangue), integrantes de um verdadeiro fabulário da cultura helênica, mas também as idéias que, nele expostas pela primeira vez, como o repertório clássico das formas de governo, a pedagogia e a divisão tripartite das faculdades da alma, passaram a fazer parte

do subsolo "arqueológico" das ciências humanas. Originariamente articulados em **A República**, tais conceitos, que se ramificaram na História das Idéias, constituem bens de raiz do patrimônio científico e filosófico. E tão compenetrados se encontram à terminologia corrente, que perdemos de vista a fonte histórica de que um dia jorraram – a mesma de onde emergiram os esquemas ainda ativos, que fornecem ao nosso pensamento, como se lhe servissem de lastro interpretativo, um prévio enquadramento gnoseológico e ontológico de referência à realidade.

Por mais que muito ousados ou muito severos, os aspectos salientes do plano político que Platão edificou – a plena existência comunitária equilibrada e estável, o igualitarismo, a propriedade coletiva, a produção dos bens ao nível das necessidades, a educação comum, seletiva e planejada, a pureza dos costumes, o governo dos mais sábios ou dos filósofos, devotados ao conhecimento e ao exercício do poder – e que se incorporaram, por meio da Filosofia moral do Renascimento, à estrutura típica das utopias modernas, não esgotam a singularidade do diálogo. O que antes de tudo singulariza-o é que nele Platão erigiu, por intermédio de Sócrates, na intimidade de uma conversa entre jovens amigos, concomitantemente à Cidade ideal, as linhas mestras de sua concepção do mundo. O arcabouço do pensamento platônico, que sustenta a construção política, ergueu-se por intermédio dela. E ainda mais se destaca a relevância dessa construção, por onde o platonismo veio a furo, em estreita relação com a sociedade da época e com a sua cultura eminentemente política, ao considerarmos que ela foi soerguida numa obra de maturidade. Ao escrever **A República**, Platão se encontrava no meio do caminho da vida – de uma vida sem outra expressão biográfica senão a da própria atividade intelectual que desenvolveu como chefe de uma escola – a Academia, fundada após a primeira viagem do filósofo à Sicília, em 387 a.C. – e como escritor excepcional e tenaz.

Inventando uma forma dramática[1], Platão foi, a despeito da desconfiança que votou à linguagem escrita, o primeiro filósofo escritor, isto é, o primeiro a perseguir, num esforço constante que se estendeu da juventude à extrema velhice, e do qual o ato

reiterado da criação dos diálogos presta testemunho, a concreção verbal do pensamento especulativo. Os quatro períodos biográficos em que se costuma agrupar esses diálogos (juventude, transição, maturidade e última florescência) constituem ao mesmo tempo fases da criação de um pensamento e etapas da realização de um vida: de um pensamento que se fez obra e de uma obra que se fez vida.

A República apareceu em 375 ou 374 a.C., quando a Academia tinha mais de dez anos de fundada e Platão já era um qüinquagenário. Apesar de pouco provável a hipótese de que ele divulgara uma versão prematura e abreviada desse diálogo, por volta de 390 a.C., data em que teria 37 anos de idade, é certo, porém, que o Livro I de **A República**, colocado como escrito independente, sob o título de "Trasímaco", no grupo dos escritos "socráticos", ao lado da **Apologia,** do **Critão,** do **Laquete,** do **Liside,** do **Carmides** e do **Ião**, foi muito cedo composto, ainda na juventude do autor. Absorvida na unidade da obra, a discrepância cronológica de sua feitura indica-nos o demorado trabalho de elaboração por que ela passou, atravessando, ao longo de duas décadas, entre a juventude, quando começou a ser concebida, e a maturidade, quando foi concluída, o período de transição, ou seja, a segunda fase dos diálogos, que vai do **Górgias** ao **Menão**[2].

A República situa-se, portanto, já dentro do período da maturidade, ao qual pertencem o **Fedro,** além do **Crátilo** e do **Eutidemo**; mas só apareceu no final dessa fase, depois do **Fedão** e de **O Banquete**, e antes da última florescência, que nos deu, a começar do **Parmênides**, a série dos diálogos da velhice, que finda com **Leis.** Assim, enquanto seu trabalho de elaboração uniu a juventude à maturidade, a criação definitiva de **A República**, no ponto limítrofe de duas fases, uniu a maturidade à velhice do filósofo. Estamos diante de um escrito retrospectivo e prospectivo, que encerrou tanto de passado quanto de futuro: **A República** dependeu dos diálogos que a precederam e preparou o caminho aos da etapa seguinte. Desta sorte, pode-se dizer que ela "olha para trás e não somente na direção do **Górgias**, mas também na direção do **Eutidemo** e do **Crátilo**, do **Fedão** e de **O Banquete.** Ela se inclina para o **Fedro** e está cheia de pensamentos e de

imagens, que vão amadurecer no **Parmênides**, no **Teeteto**, no **Sofista**, no **Filebo** e no **Timeu**. É a obra central em que se opera a síntese do passado e do futuro desse pensamento sempre mutável e sempre uno"[3]. Cristalizando as principais linhas de pensamento que a precederam e que nela convergiram, **A República**, em que se apóiam e para a qual se voltam, criticamente, os escritos da última fase, enfeixaria, no seu corpo doutrinário, síntese de passado e de futuro, a concepção platônica do mundo. É, pois, um ciclo da atividade criadora de Platão que se completou nesse diálogo. Daí a sua posição privilegiada como texto central, no conjunto das obras do filósofo. Mas condensando a experiência política que condicionou, desde a juventude, o rumo do pensamento, o magistério e a atividade de indagação especulativa de seu autor, **A República** não foi menos o centro da vida de Platão.

Sabemos hoje pela reveladora **Carta Sétima**, escrita por Platão aos 70 anos de idade, que essa experiência política nasceu do malogro da intenção que ele firmara, ainda muito jovem, de participar da vida pública, seguindo nisso o exemplo de ilustres parentes e ancestrais. Membro de uma família da aristocracia ateniense, e até descendente de reis, conforme reza legendária tradição[4], não era, contudo, excepcional o propósito que acalentou, segundo confessa na mesma carta, de ingressar na política tão logo se tornasse independente. No tipo de sociedade escravocrata em que viveu, todos os moços que descendiam de cidadãos livres manifestavam igual pretensão para quando chegasse a maioridade. Não era, portanto, a marca de uma vocação incomum o propósito do discípulo de Sócrates. Excepcional era sim o momento que a sociedade grega atravessava, na onda de uma crise agravada depois das Guerras Médicas. As circunstâncias que desviaram Platão da carreira de homem público foram as mesmas vicissitudes do período que a infletiram, após o episódio decisivo da morte de Sócrates, na direção da Filosofia, sublimando-a num ideal de reforma das leis e das instituições de toda a Hélade.

Não recapitularemos as mudanças estruturais da sociedade grega, precursoras do esfacelamento da Cidade-Estado, que deram origem a tais vicissitudes à época do apogeu de uma Atenas

enriquecida; e das guerras do Peloponeso no fim do século V a.C., quando a crise culminou. Mas a fim de compreendermos a importância dos ideais de reforma das instituições e da legislação, que serviram de diretriz à atividade intelectual de Platão, e particularmente à criação de **A República**, da qual foram o elemento catalisador, precisaremos de evocar, pelo menos, os fundamentos políticos da cultura grega.

Política vem de **politiké**, relacionada com **polites**, o habitante da Pólis (Cidade-Estado), aquele que possuía, na condição de membro da Cidade, da **politeia** como espaço de convivência delimitado pela autoridade das leis, o preliminar direito de cidadania. Esse espaço formava o domínio público, separado do domínio da família – o da **oikia**, da casa, da propriedade e da produção, compreendendo a órbita das relações econômicas. O direito de cidadania capacitava os indivíduos a participar direta ou indiretamente da atividade política, isto é, da própria vida da Pólis, na condição de homens livres e iguais entre si (**isonomia**). Não havia Pólis sem leis (**nomoi**) constitutivas, que detinham a força de uma autoridade impessoal, contrária à autoridade de um único homem e colocada no centro (**méson**) da Cidade[5]. O poder excessivo, inclinado à desmesura, era o grande mal a evitar. A ele se opunha a **diké**, a justiça, como função equilibradora das forças opostas e dos interesses em conflito.

Consolidada entre os séculos VIII e VII a.C., a Pólis, que surgiu ao fim da época arcaica, após a supressão do poder monárquico, do **basileus**, "é o marco social para a história da cultura helênica"[6]. Em seu espaço de convivência foi que atuou, em maior ou menor escala, conforme a natureza da legislação de cada cidade, o poder da palavra dialógica, do discurso persuasivo exercitado contraditoriamente por meio do debate[7]. Desconhecido no mundo Oriental, mais restrito em Esparta e mais amplo em Atenas, onde fundava a autoridade das leis que as Assembléias decidiam, era o exercício da palavra oral que melhor externava o vínculo dos cidadãos livres e iguais com a Pólis – a mestra do homem, como a chamou o poeta Simonides de Céus – e a que todos deveriam servir. O domínio público representava a esfera qualificadora da ação individual – a esfera de liberdade[8] –

assegurando aos atos e palavras a sua permanência e conferindo ao homem o seu verdadeiro **ethos**: o seu caráter e a forma de sua humanidade. Não seria outro o sentido da vida pública que Aristóteles captou no século IV a.C., ao definir o homem como **zoon politikon**: o ser da Pólis, capaz de palavra[9], destinado a alcançar a **eudaimonia**, na medida em que age dentro da cidade e a favor dela. A relevância ética emprestada pela cultura grega a virtudes essencialmente políticas, como a justiça (**dikaiosyne**) e a coragem (**andreia**), que garantiriam a liberdade e a igualdade dos cidadãos, veio do primado hegemônico do domínio público. Independentemente do elogio romântico da vida grega, pode-se afirmar, apesar do despotismo que a ascendência da cidade personalizada gerou[10], e apesar também do caráter restritivo da liberdade – liberdade só dos homens livres, daqueles que não eram escravos, e da qual, até o século V a.C., os artesãos, os comerciantes e os estrangeiros participaram de forma limitada – que a Pólis, onde se estabilizou um domínio público, distinto do domínio dos interesses pessoais e privados, e onde se desenvolveu a **isonomia** – a idéia de igualdade de direitos –, foi a sociedade "que pela primeira vez descobriu a essência e a esfera do político"[11].

Constituindo, pois, não uma atividade específica e restrita como nas sociedades modernas, mas a forma da atividade propriamente humana, qualificadora da ação individual – o princípio da vida ativa, da **vita actuosa** ou **negotiosa** de Santo Agostinho – a política teria que ser, guindada a elemento essencial, em que repousou o horizonte dos valores morais e espirituais da cultura, a preocupação congênita do pensamento grego.

As mudanças culturais da Pólis, até o momento da crise que culminou no século V a.C., acompanharam a marcha de um processo de laicização das instituições, ativo desde o século VII, e que canalizou não só para a Filosofia nascente como investigação da Natureza, mas também para a Retórica, a História e o Direito, o uso da palavra dialógica, oposto à palavra mágico-religiosa[12], em torno da qual se articulou o saber mítico e divinatório dos sábios gnômicos, figuras híbridas de legisladores e de poetas com os quais se confundiram os primeiros pré-socráticos. Ainda muito

próximos do saber mítico tanto quanto ligados à ordem da Pólis que esse saber projetou, os pré-socráticos, dos quais Nietzsche pôde dizer que pensavam como chefes de Estado[13], abeberaram-se – e aí estão os fragmentos sibilinos de Heráclito e as imagens teofânicas dos versos de Parmênides para comprová-lo – da mesma fonte da palavra mágico-religiosa, nutriz do sistema de representações que se estendeu aos poemas teogônicos e cosmogônicos, às narrações épicas e às tragédias. Somente no século V a.C., quando, no auge do processo de laicização, as leis e a justiça, as virtudes e a **isonomia**, também ingressaram no âmbito do pensamento reflexivo condicionado pela apreciação dialógica, foi que se completou a ruptura com o mito que a busca do **arché** (princípio) da Natureza (**physis**) iniciara entre os pensadores milesianos. A linguagem recaiu igualmente sob o mesmo foco, que permitiria descortinar o caráter instrumental e convencional das palavras já descarregadas da potência reveladora ambígua que alcançam no mito e na poesia, e a que se ligou o sentido primitivo da **alétheia**: a noção de "verdade"[14]. Aberta no século V – a época de Sócrates e de Platão, que foi também a dos sofistas, – a discussão em torno da origem das próprias palavras, que podiam ser vistas como produto da natureza (**physei**) ou da convenção (**thesei**), levaria a discutir-se, sob o mesmo prisma, a origem das leis.

Na atmosfera conflitiva da crise, que reclamava os títulos de legitimidade de novos e de velhos conceitos, o exame contraditório da dialogação alcançou a função magisterial da Pólis – a sua **paidéia** ou educação – convertida em objeto de inquisição crítica. Cena desse conflito em que Sócrates e Platão se movimentaram, a Pólis foi então o lugar de confronto entre a sofística e a Filosofia. Ambas descendentes da palavra dialógica, a primeira se colocou próxima da vida pública, a serviço da atividade política imediata, de que a segunda se distanciou, aproximando-se da vida pública sob outra forma, ou seja, pelo intuito de reformá-la.

A atitude de Platão, que abandonou a política pela Filosofia, é, do ponto de vista desse confronto, uma atitude exemplar. Sua experiência de reformador, que deixa de prestar adesão à cidade tal como ela se tornara, a fim de concebê-la tal como deveria ser,

equivale a uma experiência da própria Filosofia, que transfere a possibilidade de ação ao empenho da construção de uma nova Pólis, em nome de uma outra política. Afastando-se da **ágora**, dos pleitos dos tribunais e das disputas das assembléias, os filósofos afirmam a sua identidade à medida que se apartam dos sofistas. A estes caberia o uso da palavra persuasiva em função do poder político; àqueles caberia fundar, afastados da vida pública, um novo poder em função de um novo tipo de persuasão. Por conseguinte, ao reformar a Cidade, ao substituir a Pólis real pela ideal, Platão, que chegara à Filosofia "pela política e para a política"[15], abriu o caminho de volta à política por meio da Filosofia.

A demorada elaboração de **A República**, em que traçou esse caminho de retorno, formou, na verdade, um arco biográfico tenso ligando dois períodos da vida do filósofo – a juventude e a maturidade – e dois aspectos inseparáveis de sua obra – a especulação teórica e o empenho prático – que se alternaram, em Platão, de maneira constante, até o extremo da velhice. É um arco que circunscreve a aventura siciliana do fundador da Academia, iniciada aos quarenta anos e terminada aos setenta, junto aos tiranos Dionísio I, o velho, e Dionísio II, o jovem, de Siracusa, que Platão tentou converter à Filosofia, com o auxílio de Dião. Minuciosamente narrada na **Carta Sétima**, que lhe serviu de epitáfio, a aventura, de trágico desfecho, a que Platão se abalançou em sua velhice, por ter acreditado que bastaria persuadir um único homem para concretizar a reforma da Cidade, mostra-nos o caráter da experiência política que se condensou em **A República**. "Não cessarão os males para o gênero humano antes de alcançar o poder a raça dos verdadeiros e autênticos filósofos ou de começarem seriamente a filosofar, por algum favor divino, os dirigentes das cidades", sentenciou Platão em sua missiva[16], repetindo literalmente a diretriz de **A República**.

É por uma tal união da Filosofia com a política, que se entreabre nesse texto, onde tudo ainda aparece como um primeiro movimento de descoberta[17], a mais larga via da concepção platônica do mundo. Uma leitura atual de **A República** deverá tentar restituí-la, procurando recompor, a

partir da discussão do problema da Justiça, a construção da nova Pólis, por meio da qual essa concepção do mundo se construiu.

II

A cena inicial do diálogo, que precede essa construção, é doméstica e tranqüila: o debate sobre a Justiça começa no tom de uma conversa íntima, prolongando o prazer do encontro acidental entre dois velhos amigos, Sócrates e Céfalo, que há muito não se viam. Sócrates fala da experiência da velhice, perguntando ao outro, homem de idade já provecta, como suporta a fase da vida que a maioria considera extremamente penosa. Céfalo discorda da opinião corrente. A velhice só lhe trouxera paz e liberdade. Indivíduo abastado, mas sem apego ao dinheiro, não é a sua fortuna mas o seu modo de vida simples que lhe conserva o bom ânimo. Não se dirá dele, quando morrer, que mentiu ou que deixou de pagar aos deuses e aos homens o que lhes devia. Em tudo e por tudo, a velhice de Céfalo retrata a satisfação dos justos.

Depois de louvar as palavras que acabara de ouvir, Sócrates interroga o seu interlocutor sobre a validade do conceito tradicional de justiça que ele usara ao discorrer. Da máxima do poeta Simonides de Céus – dar a cada qual o que lhe é devido – que está por trás dessa idéia, decorreriam implicações equívocas, porquanto os padrões da moralidade grega corrente ordenavam que se devia fazer bem aos amigos e mal aos inimigos. Tal como propunha Céfalo, que, pondo fim ao exórdio do diálogo, se retira, para cumprir um sacrifício religioso, e tal como admite Polemarco, o jovem substituto do pai na discussão, a justiça consiste em beneficiar uns e prejudicar outros. Firmado o ponto de vista de que a justiça é uma virtude – com o que Polemarco concorda – e não podendo a virtude prejudicar quem quer que seja, a idéia tradicional é mais que uma idéia equívoca, descambando para o absurdo.

Nessa altura, a discussão iniciada se interrompe. Executando o duplo papel de narrador e de personagem-ator, que desempenha do princípio ao fim de **A República**, elaborada no gênero misto,

de narrativa dialogada ou de diálogo narrado, Sócrates detém-se na figura do sofista Trasímaco. De grande efeito retórico, a rápida descrição que se segue prolonga, como num **suspense**, a interferência de Trasímaco, portador de uma idéia nova, até ali impedido de se manifestar, e que atacará impetuosamente, "à maneira de um animal de rapina" (336 b). Em poucas linhas, e não pela primeira vez na obra de Platão, retrata-se a figura típica do sofista, de cujo perfil moral e intelectual tornado clássico, sobressaem os mesmos traços de arrogância, de incontinência verbal e de cupidez que já tinham sido fixadas no **Protágoras** e no **Górgias**. Depois de impertinentes dilações, que antecipam o irretorquível valor do que vai dizer, declara finalmente Trasímaco, a rogo dos circunstantes, a idéia com que pretende silenciar o adversário: "... o justo não é mais nem menos do que a vantagem do mais forte" (338 c).

Sócrates aproveita as palavras de Trasímaco: a justiça é vantajosa, mas não somente para aqueles a quem o sofista chama de fortes – os dominadores, aqueles governantes que a todos impõem a sua vontade ou os seus interesses. E novamente recorre ao argumento já invocado na primeira parte do debate, de que a justiça, como virtude, não pode ser mais vantajosa a uns do que a outros, e nem superior à injustiça, seu oposto como vício. Mas dessa polaridade da virtude e do vício vale-se agora o sofista para reforçar a sua tese, mediante a troca de posição dos termos: a injustiça, praticada à perfeição, tem os atributos da virtude, e o seu oposto, a justiça, constitui vício e fraqueza, próprios dos indivíduos urbanos e bonachões (349 b). Sócrates acompanha a **chasse croisée** da argumentação e, dançando conforme a música, conclui que, nesse caso, o injusto pode ser chamado de bom e de inteligente (349 d). Ora, se jamais se dirá de um indivíduo sábio ou bom que procede de maneira a conseguir vantagens descabidas, prejudiciais a outrem, muito menos se afirmará isso do justo, que se assemelha ao primeiro pelo gênero de ações que pratica.

Encaminha-se, pois, a questão para um só problema, o da unidade das virtudes e de seu conceito respectivo, do qual também se ocupara um diálogo da juventude, o **Protágoras**, do nome de um dos mais famosos sofistas, colocando

emparelhadas a **justiça**, a **sabedoria**, a **temperança**, a **coragem** e a **santidade**[18]. A própria sentença de Trasímaco – a justiça como vantagem ou direito do mais forte – retoma o ponto de vista defendido por Cálicles, no **Górgias**[19], posterior ao **Protágoras**, em que Sócrates sustenta, tal como faz aqui, que somente o justo pode ser feliz.

O quadro conceptual da disputa parece, portanto, uma continuação de anteriores confrontos, nunca decisórios, nos chamados diálogos aporéticos da fase socrática, entre as posições irredutíveis da Filosofia e da sofística. Além disso, a conclusão mais explícita a que nesse momento se chega, de que de nenhum modo pode a justiça ser prejudicial ao paciente ou desvantajosa ao agente, não excede ainda, como bem mostra o ângulo de abordagem da virtude, o plano da conduta do indivíduo, e portanto da moral, no sentido estrito da palavra, muito embora, aqui e ali, certos exemplos e argumentos deixem entrever o plano de natureza política em que se reformulará a questão discutida. Só no Livro II, depois de uma nova mostra da eficácia da retórica platônica – o brilhante e longo **intermezzo** preenchido pelos discursos encadeados dos irmãos Glauco e Adimanto – verificar-se-á, com a mudança de ângulo, no exame da Justiça, a passagem do plano moral ao plano político.

Ao contrário do enquadramento cômico e grotesco que marcou a intervenção de Trasímaco, o efeito das alocuções dos jovens Glauco e Adimanto, nesta segunda transição, é de uma alta e séria dramaticidade. Glauco intima Sócrates a convencê-los, não pelo simples louvor de suas vantagens, de que a justiça é superior à injustiça. O que ele deseja saber, tal a desorientação diante das opiniões como a que Trasímaco acabara de expor, e ainda diante da atitude de menosprezo para com a justiça, não amada "como um bem mas apenas tolerada" (359 b), e que parece dar razão ao sofista, é "o que em si mesmo são os dois conceitos do justo e do injusto" (358 b). Hesitaria quem pudesse, a salvo da lei e da censura, perpetrar os atos mais infamantes, desde que disso viesse a tirar imediatos benefícios? Os homens aspiram ao poder ilimitado; cada qual gostaria de possuir o legendário anel do pastor Giges (359 d). No mesmo tom angustiado fala Adimanto. Ensinaram-lhe que a reputação de justiça é o quanto basta para

assegurar a estima dos concidadãos, e que a aparência da virtude é o meio seguro de conciliar o favor dos deuses. Se assim se comportam e discorrem os mais velhos, "que impressão imaginamos possam deixar na alma dos jovens que os escutam?" (365 a).

Acuado dessa forma pela inquietação dos jovens, que radicalizaram a questão, transformando a matéria do debate num problema a ser urgentemente resolvido, restará a Sócrates, uma vez constatada a insuficiência dos padrões tradicionais e a inconseqüência da posição sofística, propor, depois de um recuo tático, para retomar forças, muito a gosto do velho mestre da ironia, uma solução radical. "O fato é que não sei como sair em socorro da justiça, pois não me considero à altura de semelhante missão" (368 b). Convida então os seus interlocutores para que juntos repensem o assunto do princípio, isto é, que se vá buscá-lo em seus começos originais. Eis por que, tentando surpreender a justiça em estado nascente, o porta-voz de Platão propõe aos circunstantes que se exercitem a seguir "em pensamento a formação de uma Cidade" (369 a).

Daí por diante, Trasímaco não mais participará dos debates. É no entanto ao sofista, excluído da cena do diálogo e da construção da cidade, que se endereçará a solução final do problema da justiça.

III

A Cidade surge da carência dos indivíduos, "quando nenhum de nós se basta a si mesmo e necessita de muitas coisas" (369 b). Sua origem remonta, portanto, à de nossas próprias necessidades, a primeira das quais a de subsistência. De simples associação de indivíduos, a princípio ligados entre si pelos nexos de mútua dependência, que derivam do trabalho e da satisfação das necessidades comuns, a Cidade se transforma em agrupamento numeroso, territorialmente expansivo. Novas necessidades aparecem: o entretenimento, o luxo, e a defesa do território contra os inimigos de fora. E como respeitar-se a especificidade das

funções é regra fundamental nesse exercício de pensamento a que Sócrates convidou os seus amigos, ninguém devendo fazer senão aquilo de que for capaz, a necessidade de defesa exigirá desde logo o surgimento de um corpo de guardas. A justiça ou a injustiça nascerão, nesse momento, conforme a educação que se vier a dar aos defensores da Cidade. Eis o que explica o abandono do tema inicial em troca da exposição do programa educativo a eles destinado, e que ocupa o restante do Livro II e todo o Livro III. Trata-se, na verdade, de um regime de vida, completado no Livro V, e do qual nos limitamos a expor as linhas gerais.

A educação dos guardas visa à realização de um tipo humano. É portanto uma **paideía**, intrinsecamente formadora. Firmada na Música e na Ginástica, conserva, de maneira depurada, o ideal do **kalokagathos** da antiga aristocracia guerreira: o homem valoroso e vigoroso, interior e exteriormente equilibrado[20].

Em função desse duplo equilíbrio do corpo e da alma, a Ginástica, moderadamente praticada, diferindo da preparação atlética, inclui um regime alimentar sóbrio e associa-se à Medicina[21]. A Música, na acepção lata originária, rege-se pela mesma contenção e sobriedade, critério que se aplica, como norma seletiva de controle, contra os efeitos exorbitantes da poesia e da arte em geral sobre os sentimentos. A seleção é drástica. Estende-se da Música propriamente dita à poesia, restringindo o uso dos instrumentos à lira e à cítara (excluídos os de cordas múltiplas) e excluindo o emprego de modos musicais de caráter patético, as descrições de cenas desencorajantes – sobretudo das que inspiram o temor da morte e o desapreço aos deuses – a expressão de lamentações e queixumes, atribuída a heróis ilustres, as narrativas não edificantes, as representações trágicas, que induzem ao domínio das paixões violentas, e as cômicas, favoráveis ao desequilíbrio da conduta.

Se o fim imediato da educação é fazer com que os guardas se identifiquem com a sua função, para que, a salvo de desequilíbrios, possa a Cidade perdurar, essas restrições e exclusões se destinam a protegê-los dos perigos do comportamento imitativo. Estariam sujeitos à imitação

(**mímesis**) caso fossem atores ou espectadores de tragédias e comédias. A imitação dispersaria cada homem, dividindo-o e colocando-o em conflito consigo mesmo, até torná-lo, em vez de física e mentalmente saudável, inapto para dedicar-se "exclusivamente à liberdade da Cidade" (395 c). A **mímesis** ou servirá à **paideía** ou será proscrita. A terem de imitar alguma coisa, os nobres guerreiros da República platônica, que hão de combinar o espírito animoso ao amor do conhecimento, imitarão as virtudes desde a meninice. Em conseqüência, o programa educacional que então se define estatui a disciplina da produção poética, segundo modelos previamente estabelecidos, e prevê a expulsão honrosa do poeta que ousar transgredi-los. Ungida sua cabeça com mirra e adornada com uma coroa de algodão, será posto "no rumo de qualquer outra cidade" (398 a).

Mas a educação principia pela **música**, e a Música pressupõe o uso do **logos** – da palavra e do discurso. O critério da pertinência moral, como norma seletiva da arte e da poesia, é apenas a conseqüência de um princípio de maior alcance, assentado no ato de fundação da nova Pólis, antes de começar "a história da educação dos nossos homens" (376 e), ainda no Livro II, e que respalda o processo de formação dos cidadãos desde o seu início: *a discriminação entre o verdadeiro (aléthés) e o mentiroso (pseudos) na ordem do discurso.* Os discursos "podem ser de duas modalidades: verdadeiros e mentirosos" (376 e). Ora, a história (**mythos**), a narração mítica, oferece a primeira via da Música, e portanto da educação. A ação educativa germinal formadora começa pela ação das narrações míticas – das histórias contadas às crianças, em geral mentirosas, contendo porém algo verdadeiro (377 a). É o que autoriza, desde logo – uma vez que a verdade deve ser tida em alta consideração (389 b) –, a que se reveja a matéria dos mitos e que se exerça severa vigilância sobre os criadores de fábulas (377 c). A diferença dos estilos ou modos de linguagem, a imitação (**mímesis**) e a narração (**diegesis**), feita posteriormente (392 d), complementa e reforça a primeira discriminação.

Distinguem-se nitidamente, a partir daqui, os dois planos da discussão do problema da justiça: **o moral**, relativo à conduta

do indivíduo, de que partimos, e o **político**, da autoridade e do poder, a que chegamos. Mas já se pode perceber também uma outra questão fundamental silhuetada no problema da justiça – a da linguagem e do mito, da arte e da poesia. Com a formação dos guardas, que começa quando essa última questão parece já estar resolvida, começa também o processo do poder político, que legitima o exercício da autoridade e, paralelamente, o regime de vida decorrente da imitação da virtude.

"Inicialmente nenhum (guarda) deverá possuir nada a não ser o estritamente necessário" (417 c). O fim da atividade dos guerreiros exige que, resguardados da dissipação hedonística, dos "prazeres fáceis", da ambição e da avareza, prejudiciais à constituição do indivíduo e da cidade, eles vivam "em comunidade como soldados em campanha" (416 c). Outrossim, seria infringir a regra da especificidade das funções, e contrariar a isonomia dos cidadãos livres, igualados pelos mesmos direitos no desempenho da atividade para a qual foram educados, que homens e mulheres recebessem tratamento desigual. A diferença de sexo só aparentemente implica uma diferença de natureza, em nada prejudicando a execução dos misteres comuns, de que as mulheres, educadas como os homens, deverão participar.

Veladamente anunciada no Livro IV, a comunidade sexual – assunto delicado que Sócrates ousa abordar no Livro V, alegando, após um prudente circunlóquio, que o faz somente para satisfazer à curiosidade de seus jovens alunos – restringe-se a casamentos coletivos, periodicamente celebrados, e completa a comunhão da existência e a propriedade coletiva dos bens na República. Cuidando desde cedo dos rebentos das uniões matrimoniais que autorizou, a Pólis, única mãe comum, poderá assegurar a seletividade e a continuidade da educação como meio de formação do poder político. Esse poder repousa, de fato, na classe dos guardas, mas o seu exercício só seria confiado aos perfeitos (414 a), àqueles que, após revelarem maiores aptidões intelectuais e morais na aprendizagem da Ginástica e da Música, chegassem ao fim de uma preparação especial, a filosófica, de que trata o Livro VII, prolongada até à maturidade. Estudariam primeiramente o Cálculo, a Geometria, a Física e a Astronomia, aprendendo a valorizar cada uma dessas disciplinas em relação às demais, e a ver em todas a

expressão parcial e incompleta de um mesmo saber superior buscado por meio delas, a que acedem, já aos trinta anos, por intermédio do estudo da Dialética (537 d).

Mas não é senão gradualmente que conquistam esse saber, ao qual ficarão para sempre ligados depois de o haverem conquistado. Pela primeira vez assim definida, como **paideía** dos dirigentes, e pela primeira vez organizada como conjunto de disciplinas que formam um único caminho, a preparação filosófica prolongar-se-ia, de fato, para além da maturidade cronológica, durando a vida inteira e correspondendo a uma forma de vida autônoma, isolada e ascética. São filósofos os dirigentes que adotam essa forma de vida e de pensamento. Mais do que um grupo de elite, situados hierarquicamente acima dos auxiliares, pois assim passariam a chamar-se os guardas ordinários (414 b), os governantes-filósofos ou filósofos-governantes constituem a primeira classe do novo Estado. À custa da **paideía** filosófica, o poder e o conhecimento se uniriam numa forma perfeita de governo, denominada ora de **aristocracia**, tendo em vista a classe que exerce o poder, ora de **realeza**, considerado o caráter real do conhecimento, que investe, de cada vez, na função de governar, a um dos membros dessa classe. Os dirigentes da República, dirigidos pelo conhecimento que o saber filosófico atingiu, comandariam os auxiliares e os trabalhadores – artesãos, lavradores e comerciantes – membros da terceira e última classe (415 a).

Eis o fundamento da Pólis estável e virtuosa – da **kallipolis**, sábia, valente e temperante (427 e) – onde, integralmente realizada, não para cada cidadão mas para o conjunto das três classes, a justiça se equipara à felicidade de todos (420 c). Nem rica nem pobre, porém sóbria, frugal, harmônica e sadia, mantendo sob rigoroso controle a produção de bens e mercadorias, deixada ao encargo da terceira e última classe, a Cidade, a salvo de crises, regulada pelo seu próprio equilíbrio interno, perduraria, tempo afora, graças à força cogente de sua pedagogia e de suas leis.

O processo pedagógico que acompanhamos fecha-se então em círculo. Colocado no começo da formação da Cidade, efetiva-se como regime de vida somente no fim, quando se completa

como regime político, que gera a sua própria fonte da autoridade. Quem educaria os primeiros supremos governantes, educadores e legisladores da República, senão os próprios filósofos já atuando por trás desse processo, que criaram e que os cria a seu turno? O ato fundador da Cidade, instaurando a pedagogia, é um ato de autoridade que emana do conhecimento. Transformado o conhecimento em poder, essa autoridade afirma-se pela primeira vez, ao fundar-se a nova Pólis, com a discriminação dos discursos verdadeiros e mentirosos. O princípio em que assenta o poder de controle – ou o controle do poder – sobre os criadores de fábulas, em nome da pertinência moral dos efeitos da poesia e da arte, deriva da espécie de conhecimento que a preparação filosófica delimitou.

Se o Estado assim concebido depende da continuidade da educação, que assegura a imitação da virtude, tal continuidade não dependerá menos do controle da **mímesis** pelos filósofos, "pois em parte alguma as leis da música são alteradas sem que concomitantemente se modifiquem as leis fundamentais da comunidade..." (424 c). Os maiores riscos à estabilidade da República provêm desse domínio por onde "mais facilmente se insinua o desrespeito às leis" (424 d)[22].

A questão da arte torna-se, desse modo, a questão política e filosófica fundamental, quer dizer, a questão que, politicamente resolvida, continua subjacente ao plano filosófico do diálogo, explicitado da parte final do Livro V ao Livro VII – com um antecedente isolado no Livro IV – e que passaremos a examinar adiante.

IV

O plano filosófico tem por fundo a distinção entre ciência (**epistéme**) e opinião (**doxa**), e se desenvolve diretamente ligado à **paideía** dos dirigentes, que culmina com a Dialética como forma do saber filosófico, depois das Matemáticas e da Astronomia (522 e/528 d). O processo educativo encadeia num só e único movimento o conteúdo das

disciplinas ao saber que elas representam. É um saber que se perfaz para além de uma aprendizagem comum e receptiva, à custa de uma dupla conversão, exemplarmente figurada na Alegoria da Caverna (514 a), e da qual depende o próprio sentido da Dialética.

Detenhamo-nos um pouco na aventura do prisioneiro, habitante da caverna, que se libertou de suas correntes nativas, passando da região obscura e subterrânea onde nasceu ao lado de outros companheiros, como ele acorrentados, para a região superior e luminosa da superfície da terra. "De início perceberia mais facilmente as sombras, ao depois as imagens dos homens e dos outros objetos refletidos na água, por último os objetos e no rastro deles o que se encontra no céu e o próprio céu, porém sempre enxergando com mais facilidade durante a noite, à luz da lua ou das estrelas, do que de dia ao sol com todo o seu fulgor" (516 b). Habituado à escuridão desde que nasceu, o olhar ofuscado pela luz, o trânsfuga sentir-se-á violentado pela claridade; a ela terá de acostumar-se pouco a pouco até poder certificar-se, levantando a vista em pleno dia, de que tudo o que antes percebera nada mais fora do que o desfile das sombras projetadas nas paredes da caverna por um lume aceso em sua parte exterior.

A situação imóvel e carcerária dos habitantes da caverna – símbolo de nossa condição, como adverte Sócrates – resolve-se desse modo, dramaticamente, com o livre movimento de um deles, seguindo a trajetória que o leva da escuridão à claridade. Mas essa trajetória é uma translação de sentido, apoiada em metáforas cumulativas, como a de **saída** – do interior ao exterior – a de **ascensão** – do inferior ao superior – a de **passagem** – do obscuro ao luminoso – e a de **mudança** – da imobilidade à mobilidade – que perfazem um só trânsito, que vai do ilusório ao real, do aparente ao verdadeiro. Nesse movimento metafórico reside a dupla conversão de que falávamos, e que é a conversão do homem quanto à sua natureza e do conhecimento quanto à verdade.

Depois de uma primeira ruptura – a queda de suas cadeias – o homem conquistou, gradualmente, uma nova posição. Dela pode ver mais do que o sol no céu, para além da terra. As coisas já se lhe afiguram como outras tantas sombras de um lume

excedentário, nem maior que o sol nem mais alto que o céu, mas de uma grandeza de outra ordem. Até ali, vítima da ilusão sob o império da qual os seus companheiros ainda permanecem, o ex-prisioneiro toma consciência, ao passar de um lado para outro, que o seu livre trânsito, conseqüente à queda dos grilhões, equivale a uma mudança de estado. A rigor o homem que se libertou não ganhou uma nova natureza; libertou-se da aparente e entrou na posse da **verdadeira** – daquela mesma que era a sua própria sem que o soubesse e em que deverá perseverar depois que o sabe. A reconquista da verdadeira natureza humana à luz do verdadeiro conhecimento sintetiza a dupla conversão em seus dois aspectos interligados, a **paideía** e a **alétheia**. Luz que rege o jogo das imagens, predominantemente visuais, de sombra e de claridade, e as direções, passagens e transições metafóricas da Alegoria da Caverna, a **alétheia** é, afinal, a própria origem da analogia que, religando os dois termos dessa grande símile – o visível e o invisível, o ato de ver com a vista e o ato de ver com a alma – determina a diferença que separa a ciência da opinião. O visível está proporcionado ao sol, com o qual os olhos têm mais afinidade (508 b); o invisível, ao Bem, fonte da luz, sob cujo foco se pode ver intelectualmente as coisas por meio das idéias que as iluminam. A visão intelectual das idéias fundamenta o conhecimento verdadeiro, distinto do conhecimento de opinião, preso ao baço clarão de imagens e reflexos, análogos aos produzidos pela fogueira exterior à caverna, e que oscila ao sabor da experiência sensível. Luz geral do inteligível, a verdade desvela, desoculta a natureza das coisas, e o faz segundo as idéias que as aclaram e conformam.

De acordo com o significado do verbo grego **theorein** (alcançar com a vista, manter a visão sobre algo, contemplar), a teoria corresponde a um modo de apreensão intelectual, apenas semelhante ao da percepção sensível, e dá-se quando a alma "se fixa nalgum objeto iluminado pela verdade e pelo ser..." (508 d). Contemplar é, como atitude constante e firme da alma, distanciada do imediato, ver de longe e de cima as próprias idéias imutáveis que escapam à visão próxima e rasa da experiência sensível[23].

O conhecimento só é ciência quando é teórico, isto é, quando sujeito à visão intelectual das idéias, e só é verdadeiro porque se realiza, em última instância, como a contemplação da alma, que se converte ao ser, ao **ontos on**, àquilo que é. Assim como a contemplação é superior à visão comum e a realidade à aparência, assim também a ciência é superior à opinião. A **doxa,** que se limita ao domínio do sensível sem chegar ao inteligível, está aquém do ser, muito embora, a meio caminho da ignorância e do conhecimento (477 b), mais escura que o conhecimento e mais clara que a ignorância (478 c), não careça de certa equívoca realidade. Em tais condições, a **doxa** subordina-se à **epistéme,** que desemboca no que é verdadeiramente real.

Mas a própria ciência não é um conhecimento uniforme. Como o da opinião, a cujo âmbito, correspondente ao primeiro termo do símile da caverna, pertencem, com suas sombras e suas imagens, os objetos iluminados que a vista apreende, o conhecimento fundamentado também se escalona conforme os graus da própria teoria, no rumo da pura visão intelectual das idéias.

A opinião e a ciência se articulam entre si como dois distintos domínios, o do visível e o do inteligível ou invisível. É o que nos mostra a figuração das porções simétricas de uma "linha cortada em duas partes desiguais, cada segmento dividido na mesma proporção" (509 e), numa relação horizontal, constante do Livro VI. O primeiro segmento representa o visível e o segundo o invisível. As imagens e as sombras alinham-se na primeira seção e os seres e as coisas perceptíveis na segunda do primeiro segmento. Simetricamente, no segundo segmento, as hipóteses estão para os conceitos assim como as sombras estão para as coisas no primeiro. As hipóteses funcionam como postulados, à maneira de apoios, ainda ligados ao sensível, que facilitam a passagem aos conceitos puros do inteligível, que nada mais figuram ou imitam.

A simetria das duas partes da linha do conhecimento e a divisão proporcional respectiva formam, pois, uma escala em quatro graus. A divisória do meio coincide com o ponto em que começa a aprendizagem do governante-filósofo, quer dizer, o movimento de conversão ou a saída da caverna, à medida que ele começa a afastar-se da **doxa,** afastando-se de suas espécies, a

conjectura (ekasia) e a **crença (pistis)**, que correspondem ao perímetro das sombras e das coisas.

A **paideía** dos governantes preenche as duas seções do segundo segmento[24], que correspondem, sucessivamente, na ordem que vai das hipóteses aos conceitos puros, às duas espécies diferenciadas do conhecimento inteligível, a do **raciocínio (dianoia)** e a da **intuição intelectual (noesis)**, que consuma as possibilidades da **teoria** como ciência ou **epistéme**, permitindo discernir o objeto mais alto, o mais inteligível e o mais luminoso. A simetria delineada entre os dois gêneros do conhecimento reveste-se do caráter de oposição; somente à segunda parte da linha, a do inteligível, que diz respeito ao imutável e ao ser, se pode conferir o nome de verdadeiro conhecimento, ao contrário da primeira, a do sensível, confinada ao mutável e ao devir (534 a). E é na extremidade da segunda, em que passa à plena condição de teoria, que o conhecimento, adquirindo definitivamente o caráter de **epistéme**, integralmente se realiza[25].

Por conseguinte, tanto mais verdadeiro é o conhecimento quanto mais aumenta a sua altura contemplativa, quanto mais refina o seu teor de intuição ou de visão intelectual, até chegar ao Bem, a "fonte primitiva do conhecimento e da verdade" (508 e), que esplendendo sobre o inteligível, assim como o sol aclara o sensível, encerra o máximo de realidade e constitui, por isso, o ser no sentido eminente da palavra.

A Alegoria da Caverna, no começo do Livro VII, ensina-nos a colocar a linha segmentada representativa dos graus de conhecimento do Livro VI, em posição vertical – como o vetor de uma trajetória dirigida para o alto, "para a região inteligível" (517 b), de que a culminância é o Bem. A formação do governante se ultima nesse "limite extremo da região do cognoscível (517 b), limite não alcançado por nenhuma das disciplinas, e tão só pela Dialética à custa das hipóteses que tomou por base[26]. As Matemáticas formam a escala inicial do raciocínio, nessa ascensão que a alma realiza por sua própria natureza, e que tem o seu último termo na apreensão teorética, na contemplação das idéias. O conhecimento matemático é hipotético; a Dialética, firmada nas hipóteses, mas utilizando exclusivamente a razão, é não hipotética. Porque que ela explicita aquilo que a alma vê por meio da razão,

que é o seu órgão de conhecimento capaz de suportar a vista "da parte mais brilhante do ser" (518 d), a Dialética, ciência superior, situada no topo das demais disciplinas, acha-se implícita, desde o começo, ao movimento de conversão que rompeu com a experiência sensível.

O posto elevado da Dialética em **A República** pressupõe, desta sorte, um anterior reconhecimento da superioridade do racional – ou da racionalidade da alma – na obra de Platão, paralelamente à admissão das **idéias** como objeto de visão intelectual.

V

A familiaridade dos interlocutores de **A República** com o caráter próprio das **idéias** como objeto de visão intelectual é expressamente mencionada por Sócrates, que se limita, ao abordar um assunto já tratado em muitas outras ocasiões, a reavivar a memória de seus companheiros (507 a). Essa referência vale por uma citação bibliográfica a, pelo menos, quatro diálogos que precederam **A República**: **Menão, Fedão, Fedro** e **O Banquete**.

De fato, a teoria das idéias (tese da existência em si e por si das idéias como realidades separadas das coisas de que são a causa ou a razão necessária), que despontou na doutrina do **Menão** (o conhecimento como reconhecimento ou reminiscência), aparece desenvolvida no **Fedão**. Esse diálogo faz o elogio do filósofo como o aprendiz da morte[27]. Pelo seu tipo ascético de vida e pela dedicação ao pensamento – que não depende do corpo e que será tanto mais puro quanto mais do corpo se desligar – o filósofo se aproxima das idéias, e pode, assim, testemunhar a favor da imortalidade da alma, antes de comprová-la por meio do raciocínio.

Mais satisfatória do que as suas três provas de imortalidade[28], é a certeza da atividade racional soberana da alma – de seu caráter divino – que o **Fedão** apresenta, seguindo a tradição órfica, e escudado na admissão de sua preexistência, já intrínseca à doutrina

da reminiscência do **Menão**[29]. O caráter divino, eterno e imutável advém de seu parentesco, de sua semelhança com as idéias a que tem acesso por via da contemplação. Tão imperecível quanto as idéias de que participa, como poderia a alma perecer depois da morte? O **Fedro** ligaria a existência das idéias à existência da alma por um laço de origem. Quando a alma decai do cortejo celeste para a vida terrestre, interrompendo o seu eterno giro, esse nexo com a sua origem superior conserva-se latente no toco de suas asas[30], capaz de reemplumar-se sob o efeito do amor ao belo. A causa da dialética ascensional exposta em **O Banquete** ainda é a soberania do racional que transforma o impulso erótico na paixão do conhecimento[31].

São essas as linhas de pensamento, já perfeitamente definidas, que sustentam, em **A República**, ao mesmo tempo que a natureza da Dialética, pela primeira vez tematizada nesse escrito[32], os títulos de independência intelectual e de elevação moral do filósofo, longamente avaliados no Livro VI. Amigo das idéias[33], o filósofo, tal como é retratado de corpo inteiro, recalca a figura tradicional do mistagogo, do adivinho, do profeta e do poeta, e opõe-se definitivamente ao sofista, cuja imagem passa a ser uma deformação ou caricatura da sua.

Filósofos são aqueles que se comprazem na contemplação da verdade (475 e), apreendendo o ser eternamente imutável (484 b): o Bem (**agathón**), termo da ascensão dialética e objetivo por excelência da teoria. Já não bastam as idéias do **Fedão** ou a idéia do Belo realçada n'**O Banquete** e no **Fedro**. Acima delas, **A República** coloca o Bem, que é, como idéia das idéias, superior à própria justiça, e em função do qual, confirmando a soberania da razão, a Dialética, instrumento legítimo do saber específico do governante, se tematiza. À soberania da razão vincula-se a hierarquia das funções da alma, cuja divisão tripartite ocorre no Livro IV (436 b), e sem a qual nem a justiça nem a felicidade da maioria seriam possíveis. Tal como foi organizada praticamente, antes que a questão da justiça fosse solucionada teoricamente, a Cidade reproduz ou imita a natureza da alma individual, determinada por três princípios: o racional, o irascível e o concupiscente (439 a-e). A Pólis compreende, num regime de competências distintas, as mesmas funções

específicas – a sabedoria, a coragem e a temperança – que constituem as virtudes individuais (435 c). As duas hierarquias, a da Cidade e a da alma individual, ligam-se, termo a termo, por uma relação biunívoca. O racional comanda a segunda por meio da **phronesis** – a sabedoria (441 e) – assim como os dirigentes comandam a primeira por meio da **epistéme**.

Ao estabelecer a hierarquia da alma, Platão reformulava a concepção pitagórica da **psiqué** como harmonia[34], conservando-lhe as imagens musicais e terapêuticas. As três partes de que ela se compõe são, "à maneira dos três termos da escala musical: o mais alto, o mais baixo e o médio" (443 d), análogas às três classes, acordantes e concordantes entre si na razão comum que mantém o acorde de suas atividades escalonadas. A posição específica da justiça, que permitirá determinar finalmente o seu conceito, buscado desde o início do diálogo, decorre dessa razão comum, garantia do funcionamento harmônico da Pólis.

"Diremos, portanto, Glauco, que um homem é justo do mesmo modo que é justa a cidade" (441 d). Há justiça no indivíduo quando cada uma das partes da alma desempenha a função que lhe é própria, o princípio irascível servindo ao racional e o racional dominando o concupiscente. Da mesma maneira, a justiça existe eternamente, na Cidade, se as três classes guardam o nexo ordenador que assegura o funcionamento harmonioso do conjunto de que participam, não permitindo os governantes a quebra da especificidade de suas funções hierarquizadas. Além de dissonante, o procedimento injusto é um estado anômalo de insalubridade (444 c), sanável por meio da terapêutica da razão. Por isso mesmo, interiormente equilibrado, o governante-filósofo dispensará à cidade a atenção de um clínico, e aplicará, confirmando o entendimento do **Górgias**[35], a justiça como terapia, que visa a tornar melhores aqueles a quem castiga.

Longe, pois, de uma simples virtude como a sabedoria, a coragem e a temperança, a justiça é aquilo mesmo "que faz com que a cidade participe da virtude" (432 b). Conseqüentemente, só há uma forma de virtude, a política, que se atém ao modelo do Estado moralmente justo e saudável – modelo divino (501 e), porque extraído da contemplação do Bem que a **paideía** filosófica proporcionou ao governante.

Pode-se concluir, desse modo, que a solução encontrada para o problema da justiça foi uma solução política. Não há porém, a despeito disso, dada a paridade do indivíduo com a Pólis (434 e), superioridade do plano político sobre o plano moral do diálogo. O moral e o político situam-se no mesmo nível, espelhando a natureza hierárquica da alma. Limitada em baixo por essa natureza, que se prolonga na constituição ou forma de governo, e no alto pelo Bem, – o ser verdadeiro e real – a Pólis platônica, mantida por meio da técnica superior de cultivo da alma em que implica a **paideía** do governante, repousa na verdade eterna[36]. Em última instância, o princípio de autoridade se fundamenta, por meio do conhecimento teórico, nessa verdade eterna – de que a Dialética é a mais alta expressão – e que, transformada em eterna justiça, impõe ao governante tanto a obrigação de usar a terapêutica do castigo quanto a do controle repressivo da produção poética.

O domínio dessa eterna justiça, que rege a ordem do Universo e estende-se à ordem estável da Pólis, recebe a sua consagração apoteótica ao fim do Livro X: a cena escatológica do mito de Er, que narra o julgamento, o castigo pelas faltas cometidas – numa viagem subterrânea de mil anos – e a purificação da alma dos mortos – "exaustas e empoeiradas as que subiam da terra, e limpas as que baixavam do céu" (614 e) – antes de escolherem perante as Moiras, no lugar onde o "fuso da necessidade" faz girar o orbe universal (616 e), as novas formas de vida sob a aparência das quais, cumprindo o ciclo da reencarnação, deverão retornar à existência terrena. Por um lado semelhante à **diké** do famoso fragmento de Anaximandro – que exige reparação[37] – por outro, a eterna justiça, que permite readmitir, contra a concepção tradicional debatida e refutada no início da conversa de Sócrates, as vantagens permanentes do que é justo, inconfundíveis com as vantagens transitórias do que é injusto (613 d-e), assume um sentido ético – transmitido à própria idéia de reencarnação – na medida em que, no sorteio das vidas, cada indivíduo escolhe livremente o seu destino. "Quem escolhe arca com a responsabilidade" (617 e).

O suporte teórico do sentido ético dessa escolha é a imortalidade da alma, categoricamente afirmada e respaldada pelo

princípio de sua imperecibilidade, já invocada no **Fedão**, e que agora se apresenta sob o invólucro discursivo de um novo argumento. A alma não pode dissolver-se pela ação dos males que atingem o corpo e que lhe são estranhos; ela permanece incólume, mas afetada moralmente pelos seus próprios males, que a tornam justiçável (611 a).

Assim, foi consolidando a solução política dada ao problema da justiça que a idéia de imortalidade da alma, implantada por Platão "no próprio coração da Filosofia"[38], consolidou-se em **A República**. Mas uma sementeira ainda mais fértil seria plantada nesse diálogo, em que se ultimou a cristalização do pensamento platônico. Todas as partes essenciais da doutrina de Platão se acham aqui interligadas de maneira coerente. Claro está, em que pese a aparência arquitetônica da doutrina, que não se trata da coerência de um sistema, tal como esta palavra viria a ser aplicada na época moderna. A coerência da construção platônica, no plano filosófico de **A República** – a sua ordem lógica como concepção do mundo – corresponde à congruência da construção da Pólis – a sua ordem axiológica, no plano moral e político do diálogo.

Ao mesmo tempo em que fixava o saber filosófico no uso exclusivo da razão, como mola do dinamismo ascensional da Dialética, foi nesse seu escrito de maturidade que Platão atribuiu sem hesitação às idéias o caráter de paradigmas, de formas modelares (**eidos**), e às coisas, o de cópias ou de imagens (**eikòn**) dessas formas[39], de que se distanciam como o menos real do mais real – distância e separação entre o inferior e o superior, entre um mundo sensível de inteligibilidade mínima e um mundo supra-sensível de inteligibilidade máxima.

As três linhas mestras provenientes dos diálogos anteriores – **a racionalidade dominante da alma, a Dialética e o mundo supra-sensível das idéias** – interligam-se em **A República**, formando a estrutura da concepção platônica do mundo, condicionadas, porém, à perspectiva aberta pela **verdade**, e unidas à sua correlata compreensão do ser como ente. À luz das idéias, sob o foco superior do **agathón**, do Bem, firma a distância entre os dois mundos que o movimento de conversão do filósofo mantém.

Já resolvido na prática, à semelhança do que sucedeu ao problema da justiça, o destino da arte será finalmente decidido, do ponto de vista teórico, dentro dessa perspectiva, que se aplica à **mímesis**, como um prévio quadro de referência qualificador do real. Enquadra-se a imitação, como nexo da arte com a realidade – e não por acaso no início do mesmo Livro X, antes do mito de Er, que sanciona escatologicamente a organização da Cidade, – sob a mesma relação entre as idéias e as coisas.

Se as coisas naturais refletem os modelos eternos a que estão subsumidas – modelos que só da verdade dependem – à **téchne**, a arte, consegue apenas, imitando aquilo que já é imitação[40], produzir cópias de cópias. A **mímesis** aumentaria ainda mais a distância do supra-sensível ao sensível. Presa ao sensível, muito abaixo do ser, que é, como idéia das idéias, o ente dos entes, e do conhecimento, sob a égide da verdade, ela se aproxima da **doxa**, e tende, como esta, ao não-ser. Mas por uma estranha reversão, o produto mimético reforça a aparência do ser pela simulação de realidade que introduz em tudo quanto alcança. Nem verdadeira do ponto de vista do ser de que se afasta, nem falsa do ponto de vista do não-ser a que se sobrepõe, a **mímesis** oscila do real para o irreal e do irreal para o real, criando uma espécie diferente de ilusão – o simulacro, a mentira – irredutível às imagens dos sentidos e aos conceitos da razão[41]. Segundo o engenhoso paradigma dos três leitos (596 e), o artista e o poeta trágico estariam três graus abaixo do rei e da verdade – do Bem e da **alétheia**. A discriminação da República à arte de imitar, "muito afastada da verdade, sendo que por isso mesmo dá a impressão de fazer tudo, por só atingir parte mínima de cada coisa, simples simulacro" (598 b), é uma derivação conseqüente do primado do Bem como ente supremo a que se elevou o saber filosófico, ao construir-se na construção do Estado ideal.

O filósofo é amante da verdade. Sua função ética, acima da de um simples juiz que faz cumprir a lei, é a de um terapeuta, de um **pharmakeus**[42], que dá à lei, por ele próprio feita, a sua destinação de veículo da virtude para o cultivo da alma. O ofício de censor perfeito, decorrência de sua ação terapêutica, provém da mesma fonte, uma vez que é a verdade por ele amada ou possuída que o autorizou a separar os discursos verdadeiros dos discursos mentirosos, e a atribuir a essa

discriminação, como partilha radical, o alcance de um princípio ou fundamento (**arché**) da **paideía**, marcando o limiar da formação do indivíduo e da Cidade. Mas já vimos que a preparação filosófica equivale a um movimento de conversão, de que a **alétheia** e a **paideía** são os aspectos fundamentais. O filósofo, que recalcou o vidente e o profeta, também recalcando dentro e fora de si mesmo o poeta, é a figura de um novo mestre da verdade[43], de um novo terapeuta, a que se concede, em lugar do sofista, o primeiro posto da República platônica.

Significando uma mudança de rumo do pensamento, a conversão do homem em filósofo – do prisioneiro da caverna em homem liberado – estadeia a conversão mais profunda do sentido da **alétheia**[44], no âmago da cultura grega em crise, e que trouxe à tona da concepção do mundo de Platão, por onde emergiu, a compreensão do ser como ente.

Antes aplicada à potência reveladora do mito e da poesia, a **alétheia** passava a significar, de conformidade com a compreensão do ser como ente, a evidência da idéia, a certeza do pensamento não-contraditório – a **orthotes**[45], a que se ajusta a natureza racional da alma. O filósofo e o objeto de sua atividade intelectual autônoma abrigam-se no âmbito da evidência da idéia ou do domínio da razão já pertencente ao supra-sensível.

"Fora da caverna, a **sofia** é Filosofia"[46]. Fora da caverna, o saber é contemplação das idéias, conhecimento do supra-sensível, conformado à interpretação do ser como ente e à verdade como **orthotes**. Fora da caverna, o saber converte-se definitivamente em Filosofia, ao termo do processo de conversão do qual a Dialética recebeu a sua direção ascendente. Ao mesmo tempo em que o filósofo recebe o estatuto de sua conduta, configura-se o regime intelectual da Filosofia, misto de conhecimento e de atitude diante da vida, regido por um ideal de formação do homem ou **paideía**. Só então se preenche aquela sabedoria, de que a tradição pitagórica fizera muito antes um objeto de aspiração e de amor ou de **filia**. É nesse sentido que a Filosofia começa efetivamente em Platão, e, começando nele, "adquire daí por diante o caráter daquilo que se chamará mais tarde de **metafísica**"[47].

Firmou-se o platonismo, que responde pela identidade histórica do pensamento de Platão[48], e cujo perfil metafísico **A República** revela, sobre a dominância do supra-sensível ou da verdade como nexo do pensamento com o que é eterno e imutável. Vincando o destino da Filosofia, essa perspectiva metafísica projetou-se na cultura ocidental com a força despercebida dos acontecimentos decisivos, historificantes: daqueles que marcham silentes com pés de pomba[49], abrindo ao pensamento o seu horizonte temporal de possibilidades interpretativas.

VI

Inseparável da concepção do mundo articulada em **A República** e da perspectiva metafísica que acompanhou a irradiação do platonismo, a construção da nova Pólis manteve estreitas relações com o estado da cultura política da sociedade grega da época em que surgiu.

Forma perfeita de vida virtuosa ou de governo justo para o indivíduo e para a Cidade, a realeza ou aristocracia serviu, como paradigma, de pedra de toque no reconhecimento das condições normais ou anormais – de saúde ou de doença – das organizações políticas existentes no momento. É um confronto praticado nos Livros VIII e IX – repositório clássico das cinco formas de governo – graças ao artifício do deslocamento cronológico, que marca a estrutura dramática da obra, recurso também empregado em outros diálogos.

A julgar-se pela ambiência festiva de seu intróito, e pela segurança com que o velho Céfalo colhe os frutos da prosperidade, a ação de **A República** recua ao período da paz de Nicias (421 a.C)[50], quando já atingia o auge, dez anos após a morte de Péricles, o imperialismo de Atenas, causa das guerras do Peloponeso para Tucídides, e quando a crise que se desencadearia no fim do século V a.C. ainda lavrava a fogo lento, encoberta no prestígio da riqueza e na força dos atenienses. A época fictícia da cena, de fermentação, de trégua e não de paz, prenunciando os

desastres que decidiram do destino político de Platão (a tirania dos Trinta e a morte de Sócrates), contrasta com a fase da democracia restabelecida, durante a qual o diálogo foi concebido e elaborado. O contraste entre esses dois momentos da vida de Atenas, não muito distantes um do outro, prepara o efeito de confrontação crítica do modelo da realeza, de âmbito geral, com o conjunto das instituições da Hélade. A Pólis tal como deveria ser rebate-se sobre a imagem da Pólis tal qual ela se tornara.

Numa operação inversa àquela que guiou, do real para o ideal – das condições empíricas decorrentes das necessidades comuns a satisfazer às condições racionais da existência política a instaurar – passa-se, seguindo o caminho descendente que vai do ideal para o real, ao estudo das quatro formas imperfeitas, viciosas ou anômalas de governo: **timocracia** ou **timarquia, oligarquia, democracia** e **tirania** (444 e /545 a).

Correspondentes a quatro estados de desequilíbrio, essas formas, que corroboram a validade do paradigma, estão para a vida política assim como os vícios para a virtude, na relação hierárquica das **funções** da alma[51], determinantes do caráter individual. Limite dessa teratologia, que respeita a paridade do indivíduo e da Pólis, o governo tirânico é o mais injusto, e o seu tipo ou caráter humano respectivo, em que a concupiscência liberada atinge o desenfreio, o mais afastado da razão e da virtude. Muito embora severo, não é tão sombrio o retrato do homem democrático, tipo fronteiriço, no qual a cupidez do oligarca se investe, e que está a um passo da desmesura do tirano. O que se diz do caráter vale **mutatis mutandis** da espécie correlata de poder político. Mas o pleno alcance crítico desses perfis em duas dimensões, de que sobressai o semblante turbulento e conflitivo da democracia (555 d), que dará origem ao poder do tirano (562 a), só se revela quando consideramos a experiência histórica concreta que neles se projetou.

Platão descreve uma democracia já decadente, no estado de antagonismo das facções opostas em luta pela conquista do poder, que mais tarde Aristóteles chamou de demagogia em sua Política[52]. À frente dessas facções se encontravam os discursadores, e por trás deles o conflito entre ricos e pobres, numa Atenas enriquecida,

que produzira, com a sua massa de indigentes à busca de protetores, o fácil caminho da tirania.

Dir-se-á que a aventura siciliana comprometeu Platão com a tirania. O governante-filósofo tomaria o lugar do tirano; antecipação do "déspota esclarecido", seria ele afinal o bom tirano depois de convertido à Filosofia. Fora mais justo afirmar a respeito, em vez da secreta aspiração à tirania dos **dionysiokolakes**, atribuída por Epicuro a Platão[53], que o filósofo esperava abolir essa forma de governo pela conversão do senhor da força e do poder. As formas de governo se sucederiam regular e necessariamente na ordem em que são estudadas, por efeito de uma lei eterna[54]. Último elo de uma cadeia causal, a tirania estava fadada a reabrir o ciclo, desembocando na realeza.

Não se pode pôr em dúvida a repulsa de Platão ao tirano. A sua linguagem atinge o grau máximo de ironia quando, depois de haver examinado o governo democrático, apresenta o tirânico, que condenará em seguida por essencialmente vicioso e injusto, como sendo o mais feliz (562 a). Atacado do mal da licantropia (565 e) – o homem transformado em lobo – o tirano é, como caráter, o homem do desejo desenfreado, estranho à **sophrosyne**. Esse desenfreio, soltas as rédeas da razão, serve para conceituar, no Livro IX, a servidão ao desejo (573 a). A tirania se origina da violência dos desejos desencadeados. Escravo dos desejos, o perfeito tirano, que escraviza a cidade, injusta e infeliz sob o seu arbítrio criminoso, e para quem as piores penas estão reservadas no Hades, nasce quando o indivíduo se torna "ébrio, amoroso ou louco" (573 c).

Ainda que dispostas como elos de uma cadeia causal, cuja recorrência pode ser considerada o efeito de uma lei eterna, necessariamente imposta pela transgressão do paradigma, as formas anômalas de governo são, antes de tudo, aqueles regimes históricos da Grécia – a Timocracia de Esparta e de Creta (544 c), a Oligarquia[55] e a Democracia, de Atenas, que se alternaram, por toda parte, na Hélade, com períodos de tirania.

Vista por semelhante ângulo, **A República** não informa menos sobre a situação real da Grécia do que outros projetos políticos precursores, que propugnaram, numa direção oposta à da aristocracia, por reformas radicais. Antes de Platão, Faleas de

Calcedônia e Hipódamo de Mileto, que não foram legisladores e nem participaram da administração dos negócios públicos, também imaginaram formas ideais de organização política[56]. Faleas estabeleceu o nivelamento econômico dos cidadãos num Estado igualitário. Hipódamo, arquiteto da época de Péricles, contemporâneo do sofista Górgias, antecipou o controle do crescimento da população e a estrutura trinitária das classes da República de Platão. No entanto, em lugar dos governantes-filósofos, eram os artesãos que encabeçavam a República do urbanista e arquiteto grego; abaixo deles vinham os agricultores e em último lugar, os guerreiros. Não havendo governantes-filósofos, as leis seriam elaboradas pelo conjunto dos cidadãos, sem distinção de classe, "igualmente elegíveis e eleitores para todos os cargos públicos"[57]. As reformas de sentido econômico e demográfico que compõem esses dois modelos, ambos diferindo pela sua inspiração democrática do platônico – sobretudo o de Hipódamo, que reservou os primeiros lugares em sua República àqueles que seriam os últimos na de Platão – visavam, contudo, ao mesmo fim a que se destinou a terapia política do filósofo: manter, diante de novas realidades, tais como o crescimento da produção, o aumento das populações e a concentração da riqueza, que solapariam as bases da cultura antiga, os limites e o equilíbrio interno da Pólis.

Nesse sentido pode-se falar da "modernidade" de Platão. Pensador da crise, ele soube captar a latitude e a novidade desses fenômenos e tentou corrigi-los[58]. Daí a preocupação, no seu projeto político, que preservava, quanto à educação dos guardas, na parte da Música e da Ginástica, os fundamentos da **paideía** tradicional, não só com o controle da natalidade obtido por meio dos casamentos periódicos – mas igualmente com a disciplina da produção, colocada ao nível das necessidades, e da riqueza, distribuída e contida pelo regime da propriedade coletiva.

Mas o reformador foi também o arguto analista que descobriu aspectos essenciais do fenômeno político. Ao erigir o seu modelo, o diagnóstico acompanha o prognóstico e o traço essencial à prescrição normativa, como se vê a propósito do programa educativo que formulou. A pedagogia garante a estabilidade da Pólis porque – redescobri-lo-ia mais tarde

Montesquieu – as leis da educação estão de conformidade com as leis do poder[59].

Como analista, Platão também alcançou, num trecho do Livro II, que merece releitura, o nexo do fenômeno político com a cultura, que Rousseau iria divisar novamente no século XVIII. Trata-se da passagem muito rápida, que focaliza a diferença entre a **cidade sadia** e a **cidade pletórica**, e que faz parte do preâmbulo da formação da Pólis imaginária, antes que se inicie o programa educativo, e onde se constata que as cidades se formam "quando nenhum de nós se basta a si mesmo e necessita de muitas coisas" (369 b).

Tal exórdio circunscreve uma possibilidade empírica – a satisfação das necessidades de cada qual e de todos – e nada tem de normativo. Pela satisfação das necessidades comuns, como princípio de organização política, chegaríamos à **cidade sadia**, descrita com traços de verdadeiro bucolismo (372 a-e). Entretanto, por força de outras necessidades, logo surge a **cidade pletórica**, com o lastro supérfluo "de caçadores e de imitadores", "ou de fabricantes de artigos de toda espécie" (373 b), suscitando então, e já findo o preâmbulo, pois que a ela se destina o corretivo do projeto político, o ato de formação imaginária da Pólis tal como deve ser. A diferença entre as duas cidades não é menos a transição de um estado social a outro, mais próximo o primeiro e mais afastado o segundo da Natureza pela mediação da Cultura.

A **cidade sadia** de Platão antecipa a sociedade nascente, anterior à propriedade privada, sem desigualdade, para a qual Rousseau se voltou. É a ela que ainda se vincula a forma da aristocracia ou realeza, sem propriedade privada, e que o tardio e minucioso rigorismo institucional de **Leis** manteve como o Estado de primeiro grau, em relação ao qual qualquer outra organização política seria provisória.

O projeto de Platão também alcançou a "modernidade histórica" por esses aspectos de análise ou de intuição dos fenômenos. No entanto, justificada à guisa de um circunlóquio, a fim de que Sócrates pudesse responder à questão sobre a natureza da justiça, e nascida como um ato de pensamento que é exercício de imaginação, a construção da **kallipolis** consubstanciou-se num

projeto político para a sociedade grega do século IV a.C., a ela destinado tanto quanto os de Hipódamo e Faleas um século antes. Encarada na função que teve como projeto político, a República platônica não foi uma utopia, palavra de origem grega, mas criada no Renascimento, com o significado que tomou à época moderna[60]. Modelo ideal, já portanto realizado no nível das idéias, esse projeto possui a seu favor a verdade da essência. A realização teórica do paradigma responde pela sua exeqüibilidade prática, indefinidamente suspensa até que surgissem as circunstâncias favoráveis de concretizá-lo. O paradigma[61] seria falso se fosse inexeqüível. E como pode ser falso o discurso sobre a Cidade verdadeira? "Parece, portanto, arremata Sócrates, que de tudo isso temos o direito de concluir a respeito de nossa legislação que seria a melhor no caso de ser realizável, e que o plano, embora de execução difícil, não é inexeqüível" (502 c).

O projeto da República é, portanto, ideal como objeto de um juízo verdadeiro, muito embora sejam hipotéticas as condições de sua concretização efetiva. Assim, opera-se no diálogo a transferência do conhecimento das idéias, da ciência ou **epistéme** ao fundamento da legislação e do governo das cidades. A contemplação do ser e da verdade transformava-se em **teoria** ou **ciência política**.

A transformação da teoria pura numa teoria da Pólis, conduzindo à prática por intermédio da arte de governar nela inspirada, e que Platão abordou depois no **Político**[62], assinala, como parte complementar da trajetória do prisioneiro da caverna, o retorno do filósofo, ao fim do processo de conversão, interrompida a atividade contemplativa em que se detinha, para a órbita dos negócios humanos. Como o prisioneiro liberado que, compadecido da situação de seus antigos companheiros de infortúnio, voltou ao convívio deles (519 d), a fim de convencê-los a se libertarem, assim também procede o filósofo-governante, movido pelo intuito de esclarecer e salvar os seus concidadãos. Assumida em condições de sacrifício, a nova atitude do pensador, ditada pela missão que se impôs, não poderá deixar de ser dúbia. O princípio de sua autoridade funda-se no conhecimento que o manteria afastado do governo. E deverá atuar para o bem da

Cidade, exercendo sem apego o poder pelo qual não aspirou, em nome e por causa de um bem maior que se situa, excedentário à política, acima dos interesses deste mundo. É muito significativo, pois, que ao surgir a teoria ou ciência política, no âmbito da Metafísica, também tenha se manifestado a oscilação entre os pólos da contemplação e da ação, do **theorein** e do **prattein**, que caracteriza, historicamente, até os dias de hoje, a conduta intelectual ambígua do filósofo, tentado pelo poder que rejeita. O encontro da Filosofia com a política será desde então um encontro polêmico e de resultados equívocos[63].

Mas passaria por esse encontro da Filosofia com a política – e desta vez equivale dizer da ciência política da Antigüidade com o saber filosófico metafisicamente moldado – o eixo de maior penetração do platonismo, que condicionou, em suas projeções mais decisivas, a fortuna histórica de **A República**.

Lida pelos humanistas do Renascimento, a obra converteu-se no modelo das utopias, para as quais se transferiu, juntamente com a concepção da **kallipolis**, a compreensão do ser e da verdade que a susteve. Fora do espaço, as utopias nascem à margem do tempo; são ucronias que participam da verdade eterna, de que extraem o princípio de sua estabilidade.

A leitura política de **A República** no Renascimento tinha sido, porém, precedida pela leitura teológica de Platão. Na aurora da sistematização doutrinária do cristianismo, ao encontro do mais cristão dos filósofos pagãos, a Patrística traduziu a idéia de Deus do Velho Testamento pela idéia do Bem; o **ens realissimum** foi a versão latina de **agathón**[64]. A cidade de Deus, intemporal e transistórica de Santo Agostinho, ergueu-se nesse limite ontológico, onde antes se erguera o modelo divino da cidade imperecível dos filósofos. À luz dessas duas leituras, que explicitaram possibilidades interpretativas da compreensão metafísica inerente ao platonismo, **A República** revelaria para a modernidade as dimensões de um tratado teológico-político[65].

Os esquemas onto-gnoseológicos da Filosofia moderna incorporaram a distância do sensível em relação ao supra-sensível, que o Livro X reiterou, ao determinar, a partir do ente supremo, numa espécie de anticlímax do diálogo, que precede a apoteose

da justiça, o alcance inferior das criações miméticas no conjunto da realidade hierarquizada. O princípio aderido a essa diferença – o da discriminação entre os discursos verdadeiros e os discursos mentirosos –, que vinha claramente à tona no momento da formação da Pólis, conservou-se, de Baumgarten a Kant, e de Kant a Hegel, na posição de princípio subjacente da Estética[66].

A Estética fez do belo, da poesia ou da obra de arte ora uma forma de conciliação ou de aproximação, ora um meio de superação da distância gnoseológica, que é também distância ontológica, entre o conhecimento do sensível e o conhecimento do inteligível. Tentou abrandar o império da razão, conseqüente ao domínio da **alétheia** como verdade objetiva, domínio que deu à partilha entre os discursos verdadeiros e os discursos mentirosos o sentido de uma ordem hierárquica institucionalizada, em que a separação do sensível e do supra-sensível se estabilizou. Mas não tocou na solução platônica à velha pendência da Filosofia com a Poesia (607 a-d) – de Sócrates contra Homero – que veio a transformar-se, sob a disciplina da razão, num conflito irredento da própria cultura ocidental. Confinando-o a rubricas específicas - "a questão do Belo" ou "a questão da arte" – que o delimitaram, a Estética seria – e esta foi a grande descoberta de Nietzsche – o permanente sangradouro desse antagonismo.

Tal conflito, que se constituiu no problema mesmo do pensamento, é, aos olhos de Nietzsche, fruto da **vontade de verdade**, que estabelecera, gerando o movimento de conversão do filósofo, a equivalência da razão com a virtude e com a felicidade[67], esposada pelo modelo da República de Platão. A mesma **vontade de verdade** que lhe inspirou o missionarismo, levava o governante-filósofo a utilizar, em proveito de sua autoridade, os mitos com os quais a Filosofia rompera. A mentira por meio da palavra, a "fábula honesta" (414 c), podem ser úteis. Assim os governantes detêm e exploram o segredo da **mímesis**, posta sob o seu controle. A fim de consolidarem a ordem da República, contam aos educandos, como mito de origem das três classes – governantes, guardas e trabalhadores – a fábula das três raças – a de ouro, a de prata e a de bronze (415 a), que não podem misturar-se porque possuem naturezas diferentes.

Mas esse desvio pragmatista da **mímesis**, como um recurso do poder político – ato da má-fé a que se expõe a boa consciência filosófica – já nos mostra que a República tira proveito de um outro poder mais originário com o qual transaciona: o poder da poesia, da **póiesis** na acepção ampla de **energeia** da linguagem, até onde realmente se estendeu o alcance da vigilância sobre os criadores de fábulas firmada no Livro II, pois é desse poder que relevam as muitas criações e recriações míticas na obra de Platão, que integram organicamente, sem falar das metáforas e imagens[68], a doutrina do filósofo, e que, aderidas ao platonismo, difundiram-se juntamente com ele. Basta-nos mencionar, a propósito, o mito de Er, já citado. As paragens descortinadas pelo varão armênio, que voltou do outro mundo, projetaram-se na topografia do universo da **Divina Comédia** de Dante[69], depois de retraduzidas pelo Sonho de Cipião de Cícero, não sem terem deixado de contribuir para a concepção do aparato judiciário-penal do inferno da teologia cristã[70].

Recalcado pela disciplina da razão, o poder da **póiesis** se infiltra nos alicerces da República e na estrutura do próprio diálogo. O jogo da imaginação e da linguagem sobe até o alto nível das idéias, introduzindo a **mímesis** portas adentro da doutrina da alma, até comprometer o império da razão contra ela fundado. Que é o nexo de participação que liga as coisas ao **eidos** senão uma relação de semelhança? Cópia das idéias, as coisas existem imitando os seus modelos. A existência da Pólis é a **mímesis** da alma; a prática da virtude é a **mímesis** da perfeição contemplada.

O gesto de Platão expulsando os poetas de sua República adquire, dentro do mesmo quadro de referência da compreensão do ser paralela à mutação da **alétheia**, o significado de um gesto historicamente decisório assumido e repetido pela Filosofia: o esconjuro, o ocultamento interno da linguagem, de que o controle externo da poesia e da arte é o aspecto exterior normativo. Acumulando todos esses compromissos, a consciência filosófica, que conservará o mito em sua fímbria, recalcou o poder poético da linguagem no poder do conhecimento objetivo.

Platão, que assinalou à arte uma função mimética sem precedentes[71], tanto mais procurou racionalizar esse poder, quanto

mais lhe reconheceu a força, canalizada à sua própria doutrina pelas condições em que ela se efetivou como obra escrita. O retorno, no Livro X, à arte e à poesia nivelando, por sinal, toda **mímesis** a uma só espécie de **téchne**, a do pintor – depois de terem sido julgadas nos Livros II e III – é a primeira volta do pensamento, como um ato filosófico que será contínua e dramaticamente repetido, a uma questão não resolvida e jamais solúvel: a questão da linguagem poética, que problematiza o conhecimento e o poder ao mesmo tempo. As reservas utópicas do diálogo sobressaem desse ângulo conflitivo, que mantém o fascínio e a fecundidade de **A República**.

A noção de utopia não é por certo contemporânea da obra de Platão; mas o caráter intemporal da Cidade idealizada pelo filósofo grego e de suas congêneres do humanismo renascentista, precursoras de outras tantas idealizações da vida política entre os séculos XVI e XIX, não esgota o fenômeno mais amplo da projeção imaginária que lhes deu origem. Se como forma de vida a utopia é estática, a projeção do imaginário político que a mobiliza nutre-se da mesma inquietude da **póiesis**, que burla a disciplina da razão e entrega o homem à errância de seu destino temporal[72]. Dessa forma, a primeira descoberta de **A República** – o reencontro da Filosofia com a política pela regência dos filósofos-governantes ou dos governantes-filósofos – extrai a sua força latente daquilo que a construção da Pólis e a construção do pensamento doutrinário de Platão tentaram em vão encobrir.

A idéia do filósofo-governante – o governo da razão – foi tão decisiva para a Filosofia Ocidental quanto para a tradição política[73]. Mas deve-se reconhecer também que não o foi menos, por ter sido o caminho por onde essa idéia ascendeu, a renúncia de Platão, na sua obra de maturidade, da potência reveladora da linguagem – renúncia a duras penas, tanto manifestou ele na juventude – lembremo-nos do **Ião**, do **Fedro** e de **O Banquete** – o apreço aos dons do poeta e do vidente. Mas não podem ser poetas, dizia Sócrates a Glauco, os fundadores de cidades (378 e/379 a).

Ainda mais dramática parecerá tal renúncia quando consideramos que ela acompanhou a outra renúncia de Platão à atividade política direta e imediatista. O filósofo surgira então de

encontro ao sofista, marcado por uma última abdicação, que já era uma destituição dentro da Pólis real que o rejeitava. O governo da razão, que destituía o poeta, instaurava-se, à margem da Cidade, fascinado pelo poder que o destituíra.

Reduzida à sua autêntica dimensão, a resposta que a autoridade do conhecimento deu a esse desapossamento, preservado pela consciência filosófica, e que entrou na gênese do regime da Filosofia, é o poder da palavra dialógica, que problematiza a vontade de verdade e de poder.

Uma leitura atual de **A República** deverá restituir ainda, do ponto em que nos detemos, desconstruindo o que antes se construiu – o comum arcabouço metafísico da Pólis e da doutrina platônica – a força dramática irredutível dos problemas entrelaçados da **poesia**, do **conhecimento** e do **poder**, que, à margem das soluções morais e políticas encontradas pelo diálogo, são, aquém e para além de seu plano filosófico, os verdadeiros agentes do drama do pensamento e da cultura que ele representa. **A República** continua sendo a primeira cena desse drama inconcluso que nos concerne.

Benedito Nunes

NOTAS

1 O próprio diálogo platônico, mistura de todos os estilos e formas precedentes. Cf. Nietzsche. A origem da tragédia, Werke, I, pág. 79, Carl Hanser Verlag.

2 Platão teria começado a trabalhar em **A República** antes de 388. Cf. Auguste Diès, **Introduction, La République**, Platon, Oeuvres Complètes, Tome VI, pág. CXXXVII, Les Belles Lettres, Paris, 1932.

3 Auguste Diès, op. cit, pág. CXXVII.

4 Vide, a respeito, Carlos Alberto Nunes, Marginália Platônica, Introdução, pág. 17 e segs. Coleção Amazônica, Série Farias Brito, Universidade Federal do Pará, 1973.

5 "Deponho, pois, o poder no centro e proclamo-vos a isonomia. . .", declarava Maiândrio aos cidadãos de Samos, em 550, renunciando à herança do cetro de Policrates. Cf. Jean-Pierre Vernant, **Estrutura Geométrica e noções políticas na Cosmologia de Anaximandro, Mito e Pensamento entre os Gregos**, pág. 169, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1973.

6 Werner Jaeger, Paideía, Os Ideais da Cultura Grega, I, pág. 96, Fondo de Cultura, 1946. – "A Pólis é o centro dominante a partir do qual se organiza historicamente o período mais importante da evolução grega. Acha-se, portanto, no centro de toda consideração histórica" – op. cit. idem.

7 A palavra torna-se proeminente, como "chave de toda a autoridade no Estado, o meio de comando e de domínio sobre outrem" – Jean-Pierre Vernant, As origens do pensamento grego, pág. 34. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972. Lembra Vernant a divinização de **Peithó**, a força da persuasão. A palavra deixara, porém, de ser um termo ritual; é "o debate contraditório, a discussão, a argumentação" e é também o prestígio da arte oratória e da Retórica. Cf. op. Cit. págs. 34/35.

8 Cf. Hannah Arendt, The Human condition, A study of the central dilemmas facing modern man, págs. 27 e segs. (The Pólis and the householdl), Anchor Book. 1959.

9 A conceituação aristotélica do **zoon politikon** completa-se pela idéia do homem como **zoon logon ekhon** (um ser vivo capaz de palavra). Cf. Hannah Arendt, op. cit. pág. 26 – Além da **Praxis** (ação, a **lexis** (dição) é constitutiva do "animal político". Idem, op. cit. pág. 25.

10 A cidade-estado liberta o indivíduo do círculo das relações domésticas, ao preço de uma nova servidão e de um novo culto: o culto do "poder humano coletivo". Vide Toynbee, Helenismo, História de uma Civilização, pág. 58, Zahar Editores. Rio, 1963.

11 Hannah Arendt, **Que é Liberdade?** Entre o passado e o futuro, pág. 201, Editora Perspectiva, São Paulo, 1972.

12 Marcel Datienne, Les Maîtres de la vérité dans la Grèce Archaique. pág. 100, François Maspero, Paris, 1973.

13 "A filosofia grega arcaica não é senão uma filosofia de homens de Estado (Staatsmännern)" - Nietzsche, **A ciência e a sabedoria em conflito** (1875), Le Livre du Philosophe (Das Philosophenbuch), Bilingue, Aubier, Flammarion 1969.

14 Originariamente, a palavra "alétheia" vincula-se ao pensamento mágico-religioso dentro de uma constelação semântica da qual fazem parte **Diké** (justiça), **Pistis**

(crença) e **Peithó** (persuasão). A pré-história dessa palavra conduz para o sistema de pensamento do adivinho e do poeta. Ver Marcel Detienne. op. cit.

15 Auguste Diès, **Introduction, La Republique**. Platon, Oeuvres Complètes, Tome VI, pag. V, ed. cit.

16 Sétima Carta, 326 b, in Diálogos, volume V (Fedro-Cartas – O Primeiro Alcibíades), Platão, Trad. de Carlos Alberto Nunes, Col. Amazônica, Série Farias Brito, Universidade Federal do Pará, 1975.

17 Heidegger, Nietzsche, I, pág. 156, Editions Gallimard, 1971.

18 Protágoras, 349 b.

19 Górgias, 488 b.

20 "A princípio, esta educação estava reservada só a uma pequena classe da sociedade: a nobreza. O Kalos Kagatthos grego dos tempos clássicos revela essa origem de um modo tão claro quanto o **gentleman** inglês." Werner Jaeger, Paidéia, 1° vol. pág. 20, ed. cit.

21 Haverá uma relação tanto da Medicina com a Ginástica quanto da justiça com a legislação. Górgias, 464 b-c.

22 Isso implica reconhecer que a questão política se decide no terreno da **mímesis**. Sendo assim, a arte não é uma questão entre outras. "C'est diré que la question de l'art èst la question centrale de la Republique – ou de la république" – Ph. Lacoue – Labarthe, **Typografie**, Mimesis des Articulations, pág. 227, Aubier-Flammarion, 1975.

23 "Qui dit **theoria** dit vue. Cette vue a pour objet l'intelligible, le **noetón**. Elle exige donc un organe approprié qui appréhende cet objet. L'idèè même de contemplation inclut en son essence un oeil spirituel, ún **nous**" – A. J. Festugière, Contemplation et vie contemplative selon Platon, pág. 105, J. Vrin, 1950.

24 Cf. Werner Jaeger, Paideía, 3.° vol., pág. 353, ed. cit.

25 Como objeto de teoria, ou seja, de intuição ou visão intelectual do imutável, a ciência platônica é contemplativa. Cf. Festugière, op. cit. págs. 232/233, idem.

26 A Dialética, explica Taylor, usa os postulados ou hipóteses das disciplinas como "starting-points" na descoberta de princípios auto-evidentes que em mais nada apelam para o auxílio sensível da imaginação – Vide Taylor Plato, The Man and his work, pág. 291, Methuen, 1960.

27 Fedão, 64 a.

28 Pela complementariedade dos opostos (vida/morte) (70 c-72 e); pela reminiscência (72 e-77 d); pela natureza divina da alma (78 b-84 b).

29 Menão, 85-86 b.

30 Fedro, 251 c.

31 O Banquete, 210 a-d.

32 No sentido de que a Dialética se especifica, ocupando a segunda seção do segundo segmento da linha do conhecimento, correspondente à **noesis**, como movimento da razão que se eleva das hipóteses aos princípios não-hipotéticos em suas duas operações sucessivas: a que sobe até o gênero supremo (Bem) e a que, unicamente por efeito da potência da razão, sem recorrer à experiência, desenvolve as conseqüências dos princípios, reconstruindo a série das Idéias. Cf. Georges Rodier, **Sur l'évolution de la dialectique de Platon**, Études de philosophie grecque, pág. 56, J. Vrin, 1969.

33 Amigo das idéias ou das essências inteligíveis, conforme expressão de O Sofista, 248 a.

34 Platão é guiado pela analogia pitagórica entre o instrumento musical afinado e a saúde do corpo e da alma. Cf. Taylor, Plato, The man and his work, pág. 269, ed. cit.

35 "Sócrates: já não dissemos que receber castigo é libertar-se do maior mal, a maldade? – Polo: Realmente. – Sócrates: É que o castigo nos deixa mais prudentes e justos, atuando a justiça como a Medicina da maldade." Górgias, 478 d.

36 Para Lachièze-Rey, a ordem da República, a sua justiça, é divisada como "facteur necessaire de la création et de la conservation d'une cité **envisagée** comme un systéme ayant, dans son essence et dans sa fonction, une vèrité eternelle." pág. 52 – A organização do Estado "rentre inevitablement dans la sphère de la technique supérieure de l'âme. . ." pág. 105 – Lachièze-Rey, Les idées morales, sociales et politiques de Platon, J. Vrin, 1951.

37 "As coisas voltam ao princípio de que saíram, conforme está prescrito; pois que há entre elas reparação e satisfação de sua injustiça recíproca, segundo a ordem do tempo." Cf. John Burnet, L'aurore de la philosophie grecque, pág. 55, Payot, 1919.

38 Erwin Rohde, **Psyché**, pág. 241, Fondo de Cultura.

39 É n'**A República** que Platão começa a falar regularmente de "cópias", "imagens" ou "semelhança" das formas. Cf. Norman Gulley, Plato's Theory of knowledge, pág. 53, London, Methuen, 1962.

40 A mímesis, assim circunscrita pelos **eidos**, é o ato de **produzir** (poieín) algo que mostra ou dá a ver a idéia em seu aspecto. Esse produzir é um fabricar, como atividade de um **demiourgos**. O "artista" seria demiurgo de um gênero particular na medida em que as suas criações não mostram o aspecto da idéia, mas **phainômena**, aparências. "A imitação é aqui um produzir subordinado. O objeto mimético (mimetés) determina-se em sua essência, a partir do posto que ocupa na hierarquia dos modos de reprodução, escalonada de acordo com o puro aspecto do Ser, relativamente ao qual a mimesis é o mais distante." - Heidegger, Nietzsche, I, págs. 156/171, ed. cit.

41 A ilusão decorre da distância irredutível entre a coisa tal qual é (a ousia, a quidditas), o modelo, e a "cópia" sempre inadequada, como distância ontológica. Ver a propósito, Gadamer, A Experiência da arte, Verdade e Método (Wahrkeit und Methode, pág. 109/110, Dritte Auflage, J.C.B. Mohr, 1972). Mas essa ilusão persistente não é a simples falsidade. O simulacro, a mentira, têm algo de verdadeiro, como se viu a propósito das narrações míticas (377 a), no capítulo III deste estudo.

42 O filósofo é o novo **pharmakeus**, dispondo da verdade contra o encantamento da eloqüência persuasiva (peithó) dos sofistas. O eidos, a verdade, a lei ou a **epistéme**, a Dialética, a Filosofia — tais são os nomes do **remédio** (pharmakon) que ele traz. Mas com isso torna-se o filósofo também um pharmakos, isto é, um feiticeiro e um mago. . . Ver Jacques Derrida, **La Pharmacie de Platon**, La Dissemination, págs. 132, 142, 146, Seuil, 1972.

43 A ascensão do filósofo como novo mestre da verdade é inseparável do processo de laicização da palavra, de que se tratou no capítulo I deste estudo, e portanto, da ruptura com o mito – o que importa dizer também, da passagem do sistema mítico, religioso de pensamento – a que se vincula o sentido originário da **alétheia** – ao

pensamento racional. Da constelação semântica da palavra **alétheia** (conforme nota 14), a Filosofia retém a **diké** e retira da **peithó** a sedução, o encantamento mágico (apaté). "Num sistema de pensamento que, se não se separa das formas míticas, se separa da lógica do mito, **alétheia** se torna uma potência mais estritamente definida e mais abstratamente concebida: ela simboliza ainda um plano do real, mas um plano do real que toma a forma de uma realidade intemporal, que se afirma como o ser imutável e estável na medida, mesmo, em que **alétheia** se opõe radicalmente a um outro plano de realidade, aquele que o tempo, a morte e Léthé (o esquecimento) definem." Marcel Detienne, Les maîtres de vérité dans la Grèce archaique. pág. 136, ed. cit.

44 Exprimindo essa conversão, a "alegoria da caverna", que contém a doutrina de Platão sobre a verdade, traduz uma mudança ou mutação da **alétheia**. Cf. Heidegger, Doctrine de Platon sur la vérité (Platon's Lehre von der Wahrheit), Questions II, Gallimard.

45 "A verdade se torna **orthótes**, a exatidão da percepção e da linguagem". Heidegger, op. cit. pág. 153.

46 Heidegger, op. cit., pág. 159.

47 "Platão nos apresenta a figura da Metafísica em suas grandes linhas precisamente nessa história que constitui o "mito da Caverna" — Heidegger, op. cit. pág. 159.

48 Sem que a isso se reduza o pensamento de Platão, na unidade de cada diálogo, principalmente quando se considera a importância crítica de escritos da velhice, como o **Parmênides**, **O Sofista**, o **Filebo**, que se voltam para a concepção do mundo de **A República**, questionando, de certo modo, do ponto de vista da Dialética, a **ousía**, o **ontos on**, como Idéia.

49 "Os pensamentos que vêm com pés de pombo (Taubenfüssen) dirigem o mundo." Nietzsche, Also Spracht Zarathustra, Die Stillste Stunde, Zweiter Teil.

50 O Sócrates do diálogo é um homem de meia idade. Cf. Taylor, Plato: The man and his work, pág. 263, ed. cit.

51 **A República** define a virtude como função das faculdades, princípios ou potências da alma. Afasta-se, portanto, do socratismo dos diálogos anteriores em torno desse conceito. Cf. Victor Brochard, La Moral de Platon, Estudios sobre Socrates y Platón, pág. 171, Losada.

52 Aristóteles, A Política, Livro VI, Cap. IV, § 3-7.

53 Nietzsche, Jenseits von Gut und Böse (Para além do Bem e do Mal), Werke, pág. 572, ed. cit.

54 Lachièze-Rey, Les Idèes morales, sociales et politiques de Platon, pág. 196, ed. cit.

55 A Timocracia, resultante da dissolução da realeza, ainda conserva certos aspectos do regime anterior, como o adestramento da classe guerreira; a Ginástica, entretanto, prima sobre a Música (548 c). A ambição prevalece, levando à oligarquia, em que só os ricos mandam (550 d). Na caracterização da oligarquia fundem-se a experiência do governo dos Trinta (404 a.C.) e informações a respeito do governo dos Quatrocentos (411 a.C.). Mas também não se pode excluir Esparta, que apresentava à época de Platão as características de uma oligarquia. Cf. Jean Luccioni, La pensée politique de Platon, págs. 12-19. Presses Universitaires de France, 1958.

56 Aristóteles, A Política, Cap. IV, Livro II.

57 Angel G. Cappelletti, **La Republica Pre-Platonica: Hipodamo de Míleto y Faleas de Calcedonia**, Revista Venezolana de Filosofia, 1, 1973, pág. 22.

58 "Moderno" para a sua época, a igual distância do novo e do antigo, entre inovação e tradição, arrostando a grande onda de uma crise – crise da linguagem (logos), da ciência (epistéme), e da cidade (Pólis), — Platão revelou-se um especialista de atualidades, quando visou remediar a economia hipertrofiada, e a divisão entre ricos e pobres que o êxodo rural à época da guerra do Peloponeso agravou. Além disso, a democracia ateniense decadente oferecia-lhe o espetáculo, que descreve em **A República**, de uma cidade de ociosos e de parasitas, onde imperava a prática da delação, da chicana e do sicofantismo. Cf. Henri Joly, Le renversement platonicien (Logos, Episteme, Pólis), J. Vrin, 1974.

59 Montesquieu, L'esprit des lois, Livro IV.

60 "A la limite, l'utopie est le residu de la théorie politique ancienne, lorsque la lecture laisse échapper l'histoire des instituitions et la philosophie des constituitions". Henry Joly, Le Renversement Platonicien, pág. 326, ed. cit.

61 O modelo da cidade como idéia é um paradigma – o paradigma da justiça, que se realiza pela ordenação hierárquica das funções. Sobre o alcance e o estabelecimento dos paradigmas mediante exemplos e como exercício dialético, ver, de Victor Goldschmidt, Le Paradigme dans la dialectique platonicienne, Presses Universitaires de France, 1947.

62 A arte política tem por fim cuidar de um determinado rebanho (267 d). Além dessa metáfora do pastor e das ovelhas, outras imagens, como a do **piloto** do barco, em relação aos **passageiros** e a do **médico** em relação ao **paciente**, de descendência platônica, subsidiarão o nexo governante/governado na Filosofia política da Antigüidade.

63 Seria também o momento de se considerar certos juízos equívocos acerca de **A República** do ângulo político: o de Cassirer em **O Mito do Estado** e o de Popper em **A Sociedade Democrática e seus inimigos**. Não se terá determinado a contribuição de Platão, afirmando-se, como faz Cassirer, que o filósofo ateniense foi o primeiro a introduzir uma teoria do Estado e o primeiro defensor da teoria do Estado legal. O Estado legal da República platônica reafirmava o espírito da Pólis, e é uma abstração sem a **paideía**. (Ver Ernst Cassirer, O Mito do Estado, Publicações Europa-América, Lisboa). Lançando-se contra o historicismo, Popper comete uma falácia histórica. Quando fala do Estado platônico, de que o indivíduo é a cópia, introduz subrepticiamente na Pólis a imagem do Estado moderno. A harmonia da politéia do filósofo das Idéias está longe da autonomia organicista do Estado como totalidade, que o pensamento do romantismo nos legou. O processo que Popper move contra Platão adquiriria sentido se voltado para o domínio da Metafísica. Mas nesse caso estaria julgando, numa outra dimensão que não a de um processo "judicial" para definir responsabilidades – separando os "amigos" dos "inimigos" da democracia –, a figura do nosso próprio destino histórico. Ver, de Karl Popper, A Sociedade Democrática e seus inimigos, Itatiaia, Belo Horizonte, 1959.

64 "Thus it is exactly what is meant in Christian philosophy by the **ens realissimum**, and is rightly regarded as distinct from and transcendent of the whole system of its effects or manifestations". Taylor, Plato: The man and his work, pág. 289, ed. cit.

65 Werner Jaeger, Paideía, II, pág. 363, ed. cit.

66 E conservou-se na distância preservada que vai do sensível inferior ao inteligível superior. Para Baumgarten, a poesia é o discurso sensível perfeito: aquele que tende ao conhecimento de representações sensíveis, "recebidas pela parte inferior da faculdade cognoscitiva", e que constituem o objeto da Estética. (Ver, de Baumgarten, Reflexões filosóficas acerca da poesia, Aguilar).

67 Vernunft = Tugend = Glück, Por essa equivalência, o governo, a disciplina e o império da razão tornam-se tirânicos. Cf. Nietzsche, O problema de Sócrates, Crepúsculo dos Ídolos, Werke, II, 951/956, ed. cit.

68 Ver a propósito das metáforas e imagens que suportam a concepção platônica do mundo, e conseqüentemente a Teoria das Idéias, Aloys de Marignac, Imagination et Dialectique, Essai sur l'expression du spirituel par l'image dans les dialogues de Platon, Les Belles Lettres, 1951.

69 O Mito de Er dá-nos o esquema da Divina Comédia, com as suas três partes – Inferno, Purgatório e Paraíso. Cf. J. A. Stewart, The mytho of Plato, pág. 168, Centaur Press, Condor, 1960.

70 Ver, a respeito, o capítulo V do importante ensaio de Hannah Arendt, **Que é autoridade?** In: Entre o passado e o futuro, ed. Cit.

71 Ver Henri Joly, Le renversement platonicien, pág. 45, ed. Cit.

72 Pode-se encontrar no diálogo **Crítias** uma projeção desse imaginário político, mas recuando ao passado remoto da Ática, quando, revestidos das virtudes cívicas dos guardas da **kallipolis**, os atenienses puderam derrotar os Atlântidas.

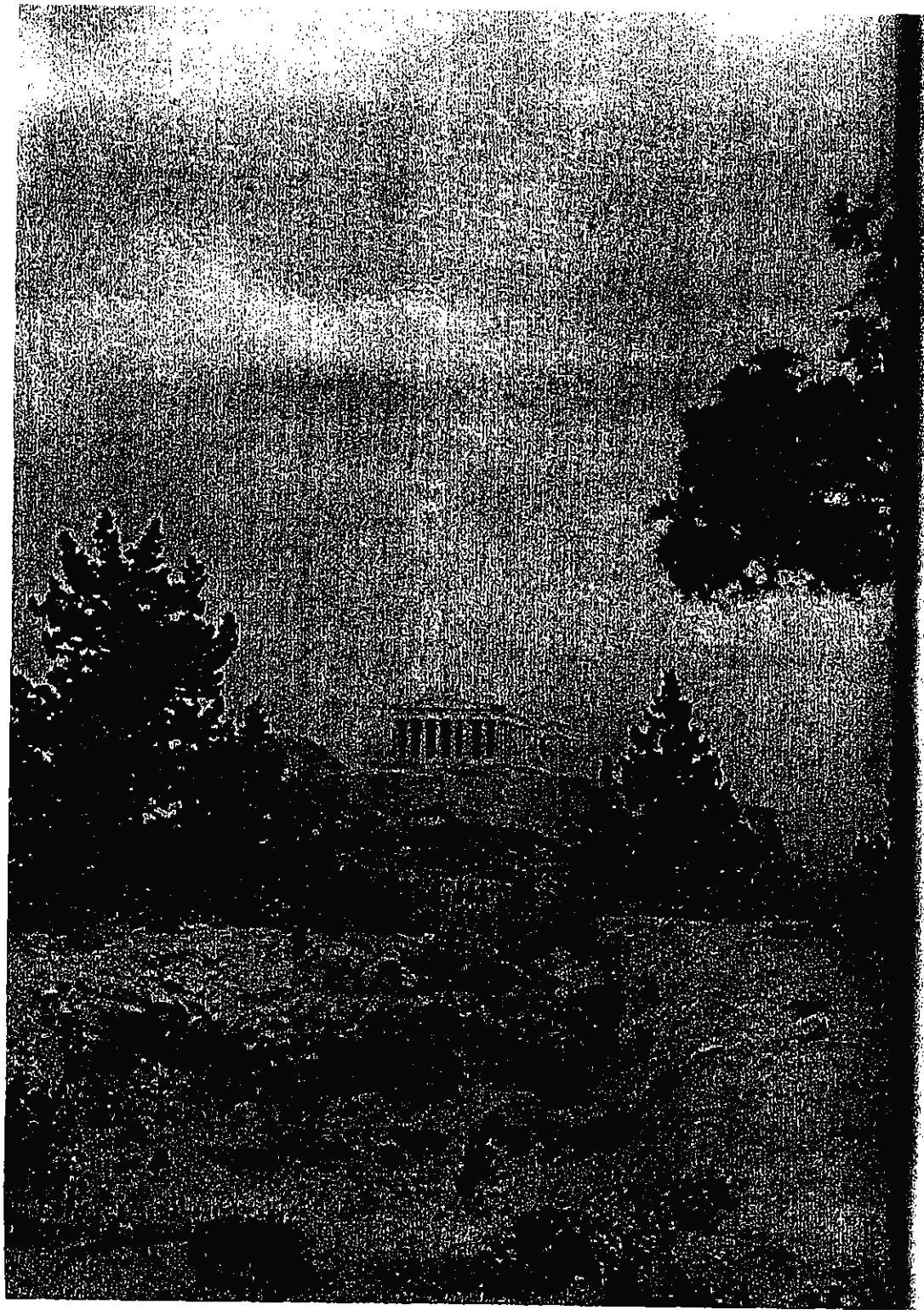
73 Consulte-se Hannah Arendt, op. cit. pág. 145.

A República

(Ou: Sobre a Justiça. Gênero político)

Personagens:

Sócrates – Glauco – Polemarco
Trasímaco – Adimanto – Céfalo

Livro I

St. II

327 a I – Desci ontem ao Pireu juntamente com Glauco, filho de Aristão, para fazer minhas orações à deusa e também porque desejava ver como haviam organizado o festival, que pela primeira vez era celebrado. Achei belo o cortejo dos naturais do lugar, mas o dos Trácios em nada me pareceu inferior. Depois de terminarmos

b as orações e de assistirmos às cerimônias, retomamos o caminho da cidade. Porém, ao perceber, de longe, Polemarco, filho de Céfalo, que voltávamos para casa, mandou a correr um seu escravozinho, com recado para que o esperássemos. Puxando-me o manto por detrás, disse o menino: Polemarco pede que o espereis. Virei-me e perguntei onde ele se encontrava. Vem já; está ali atrás, foi a sua resposta. Nesse caso, esperemo-lo, disse Glauco.

c Pouco depois, chegou Polemarco em companhia de Adimanto, irmão de Glauco, de Nicerato, filho de Nícias, e de mais alguns. Vinham todos da festa.

Logo falou Polemarco: Ao que parece, Sócrates, vais já de volta para a cidade?

Não foi errada a conjectura, respondi.

Mas, não estás vendo quantos somos?

Por que não?

Então, prosseguiu, se não fores mais forte do que todos nós, resigna-te a ficar.

Ainda remanesce, objetei, outra alternativa: convencer-vos de que precisais deixar-nos partir.

E de que modo, respondeu, conseguirás convencer quem não quer ouvir?

Fora impossível, observou Glauco.

Podeis ficar certos, então, de que não vos ouvimos.

328 a Foi quando falou Adimanto: Ignorais, sem dúvida, que à tarde vai haver corrida a cavalo, com tochas, em homenagem à deusa?

A cavalo? perguntei; grande novidade! Empunhando tochas, cavaleiros as passarão uns para os outros, durante a competição, não é assim?

Exatamente, respondeu Polemarco. Além disso, haverá festival noturno muito digno de se ver. Depois da ceia iremos assistir ao espetáculo; virão também muitos jovens, com os quais teremos oportunidade de b conversar. Ficai, portanto; não nos causeis esse desgosto.

Então Glauco observou: Ao que parece, teremos de ficar.

Se pensas desse modo, lhe falei, precisaremos fazer isso mesmo.

II – Dirigimo-nos, pois, para a casa de Polemarco, onde encontramos Líside e Eutidemo, irmãos de Polemarco, Trasímaco de Calcedônia, o peaniense Carmantides, e Clitofonte, filho de Aristônimo. Céfalo, pai de Polemarco, também se achava em casa. c Pareceu-me bastante envelhecido, pois fazia muito tempo que o não via. Ainda ostentava a coroa, sentado, com a cabeça recostada numa almofada, visto haver acabado naquele momento de sacrificar no pátio. Por isso, sentamo-nos perto dele, nas cadeiras que ali havia, dispostas em círculo. Ao perceber-me, Céfalo saudou-me e disse: É muito raro, Sócrates, baixares ao Pireu para visitar-nos. Mas, precisavas fazê-lo. Se eu ainda tivesse vigor suficiente para ir à cidade sem cansar-me, d poupar-te-ia o trabalho de vires até aqui; nós mesmos te visitaríamos. Porém agora, tu é que terás de vir com mais freqüência. É bom saberes que quanto mais me abandonam os prazeres do corpo, tanto mais sinto crescer a necessidade de conversar e a alegria que esses colóquios proporcionam. Dispõe as coisas de modo que possas vir mais vezes, para conversar com os rapazes; estás em casa de amigos que muito te apreciam.

Eu também me comprazo bastante, Céfalo, lhe respondi, em conversar com pessoas de idade avançada.

e Sempre achei que me podem dizer como é o caminho por eles percorrido e que nós também talvez tenhamos de vencer; irregular e penoso, ou fácil e cômodo de palmilhar? Teria muito prazer em ouvir-te discorrer a esse respeito, uma vez que já atingiste a idade que os poetas denominam soleira da velhice: é a fase mais difícil da vida, ou como a consideras?

329 a III – Sim, por Zeus, replicou-me; vou expor-te, Sócrates, a minha maneira de pensar. Por várias vezes, já me tenho encontrado na companhia de alguns velhos mais ou menos da minha idade, confirmando, com isso, antigo brocardo. Quase todos, durante a conversação, não paravam de lamentar-se, de lastimar a perda dos prazeres da mocidade e de evocar à memória as delícias do amor, da mesa, as comezainas e outras de igual espécie, mostrando-se acabrunhados ante a perda de tão preciosos bens. Aquilo é que era b vida, comparada com a de agora! Alguns se queixam dos familiares, acusados por eles de não tratarem os velhos com o devido respeito, e não cessam de entoar a trenodia da velhice e dos transtornos que esta lhes acarretou. Mas, a meu ver, Sócrates, eles não insistem na verdadeira causa. Se a causa fosse a velhice, eu também teria de passar por tudo aquilo, como tantas outras pessoas que alcançaram a minha idade. Ora, nesse particular já tenho encontrado muitos velhos com os quais nada disso aconteceu. De uma feita, mesmo, estando eu na companhia do poeta Sófocles, c alguém lhe perguntou: Como te achas, Sófocles, no que respeita aos prazeres do amor? Ainda consegues unir-te a mulheres? Ao que ele respondeu: Cala-te, amigo! Estou mais do que satisfeito por me haver libertado disso, como quem conseguiu escapar de um senhor despótico e violento! Suas palavras, então, me pareceram muito belas, e até agora não as considero de outra maneira. De fato, de todo modo, a velhice traz consigo paz e liberdade; quando as paixões

afrouxam o seu domínio e deixam de se fazer sentir, d confirma-se plenamente o dito de Sófocles: livramo-nos de uma turba de tiranos enfurecidos. Sobre isso e as queixas relativas aos familiares, a causa é uma só: a velhice não tem culpa, Sócrates, mas o temperamento de cada um. Para quem sempre viveu com ordem e simplicidade, a velhice é um fardo suportável; de outro modo, Sócrates, tanto a velhice como a mocidade são penosas para qualquer pessoa.

IV – Agradaram-me sobremodo aquelas palavras, e, desejoso de continuar a ouvi-lo falar, estimulei-o e nesse sentido com observar-lhe o seguinte: Está bem, Céfalo; porém receio que a maioria dos homens não concorde com o que acabaste de dizer, por pensarem que suportas facilmente a velhice menos pelo teu temperamento do que por dispores de recursos. A riqueza, é o que alegam, enseja muitas compensações.

É certo o que dizes, respondeu; não podem concordar. É possível, até, que tenham razão, porém não tanta como imaginam. Aplicam-se-lhes as palavras de Temístocles, quando certo indivíduo de Serifo, com 330 a o intuito de diminuí-lo, lhe disse que ele não era famoso por merecimento próprio, mas por causa de Atenas; ao que Temístocles respondeu: É verdade; porque se eu fosse de Serifo não seria conhecido; como tu também não o serias, se fosses de Atenas. Igual resposta poderia ser dada aos que não são ricos e não cessam de queixar-se da velhice: que nem pode o homem moderado suportar com facilidade a velhice quando é pobre, nem deixar o intemperante rico de desagradar-se dela.

Dize-me uma coisa, Céfalo, lhe perguntei: a maior parte do que possuis foi herdada ou adquirida?

b Se o adquiri, Sócrates? Como construtor da fortuna própria, represento um meio termo entre meu avô e meu pai; pois meu avô, de quem tomei o nome, havendo herdado um patrimônio equivalente ao meu

neste momento, soube aumentá-lo muitas vezes; meu pai, Lisânias, o reduziu a menos do que tenho agora. Dar-me-ei por satisfeito se não deixar menos para meus filhos, porém um pouquinho mais do que o que recebi de herança.

Por isso mesmo te fiz essa pergunta, continuei; por me dares a impressão de não seres apegado ao c dinheiro, o que de regra acontece com os que não o ganharam por esforço próprio; os que souberam adquiri-lo, pelo contrário, são-lhe duplamente afeiçoados: do mesmo modo que os poetas amam suas criações, e os pais, os próprios filhos, agarram-se a seus haveres como obra sua os que souberam acumulá-los, e também, como as demais pessoas, pela utilidade que delas sabem tirar. A companhia dessa gente chega a ser molesta, pois só falam em dinheiro.

É muito certo, respondeu.

d V – Sem dúvida, lhe repliquei. Porém dize-me agora apenas uma coisa: No teu modo de pensar, qual foi a maior vantagem que te proporcionou tua fortuna?

Oh! replicou-me; se o declarar, é certeza não convencer muita gente. Sabes perfeitamente, Sócrates, prosseguiu, que quando alguém imagina estar próximo de morrer, fica tomado de temor e de inquietação a respeito de coisas que antes o deixavam indiferente. Até então, zombava das conhecidas fábulas sobre o que ocorre no Hades, os castigos infligidos aos que na terra praticam malfeitorias; porém, depois passam elas e a atormentar-lhe a alma, pela possibilidade de serem verdadeiras, ou aconteça isso como decorrência da fraqueza da idade, ou por já se encontrar ele mais perto do outro mundo e distinguir, assim, com maior clareza o que por lá se passa; e, tomado de suspeitas e de temor, põe-se a refletir, procurando recordar-se das injustiças que tivesse praticado. Quem encontra no seu passado muitas faltas, acorda, por vezes, sobressaltado, como 331 a criança, cheia de medo, e passa a viver na mais sombria

expectativa. A quem a consciência nada acusa, esse tem sempre por companheira a doce Esperança, como bondosa guardiã da velhice, no dizer de Píndaro. É muito gracioso, Sócrates, em verdade, o modo por que o poeta se refere aos que sabem viver justa e santamente:

> *Marcha-lhe ao lado a Esperança, guardiã da velhice,*
> *embalando-lhe*
> *o coração. Ela é que a alma dos homens,*
> *sempre volúvel, dirige.*

Palavras admiráveis! Com o pensamento nisso, acrescentarei que a riqueza é de grande vantagem, b porém não para todos; apenas para as pessoas equilibradas. Ela é que enseja a possibilidade de deixar a vida sem receio de haver mentido, embora involuntariamente, e de não ter ficado devendo sacrifício a nenhum dos deuses nem dinheiro a ninguém. Para tudo isso a riqueza contribui em grande parte. Muitas vantagens mais ela ainda apresenta; porém, umas pelas outras, não vacilo em declarar que não é a de menor importância, Sócrates, para o homem de bom-senso o fato de ser rico.

c Falaste admiravelmente, Céfalo. Porém, com relação a essa mesma justiça, bastará defini-la como o fizeste, e dizer que consiste apenas em falar verdade e restituir o que recebemos de outrem, ou é fato que em qualquer caso podemos proceder com justiça ou injustamente, conforme as circunstâncias? O que digo é o seguinte: na hipótese de alguém receber para guardar a arma de um amigo que se encontre são do juízo, e este, depois, com manifesta perturbação de espírito, exigir que lha restitua, todo o mundo concordará que não se deve devolvê-la e que não andaria direito quem lhe fizesse a vontade ou tudo contasse a um indivíduo em semelhantes condições.

d Tens razão, respondeu.

Sendo assim, não cabe definir a justiça como consistindo em falar verdade e restituir o que se recebe.

Não, Sócrates! Está muito certo, interferiu Polemarco, se tivermos de dar crédito a Simônides.

Realmente, confirmou Céfalo; mas, neste ponto, transmito-vos a conversa; está na hora de ocupar-me com o sacrifício.

E não é verdade, lhe perguntei, que Polemarco fica como teu herdeiro?

Sem dúvida, respondeu sorrindo.

E com isso retirou-se para ir sacrificar.

e VI – Então me dize, herdeiro da discussão, interpelei-o: em que te baseias para afirmar que Simônides está certo quando fala da justiça?

Por ser justo, respondeu, dar a cada um o que lhe é devido, máxima que se me afigura bem enunciada.

Realmente, observei, não é fácil deixar de dar crédito a Simônides; é varão sábio e divino. Mas, sem dúvida, Polemarco, entendes o que ele quer dizer; quanto a mim, não o compreendo; é mais do que certo não querer com isso significar o que dissemos agora mesmo: devolver o que nos foi dado para guardar, se, ao pedi-lo, o dono se encontra perturbado das idéias.

332 a No entanto, tratar-se-ia do pagamento de uma dívida, não é verdade?

É.

Então, não devemos restituir nada, quando o reclamante não estiver no seu juízo perfeito.

Exatamente, respondeu.

É, portanto, evidente que Simônides se refere a outra coisa, não a isso, quando diz ser de justiça dar a cada um o que lhe é devido.

Sim, a outra coisa, por Zeus, replicou, pois era de opinião que os amigos só devem fazer bem aos amigos, nunca mal.

Compreendo, voltei a falar; não será pagamento de dívida a devolução de ouro dado para guardar, no

b caso de vir a ser prejudicial a devolução e o recebimento, e de serem amigos o credor e o devedor. Não é isso que Simônides afirma?

Perfeitamente.

E então? E para os inimigos? Teremos de devolver o que lhes devemos?

Sem dúvida, respondeu; o que lhes devemos; mas, segundo o meu modo de pensar, qualquer pessoa só deve ao seu inimigo o que lhe convém, a saber, algum mal.

VII – Ao que parece, observei, Simônides apresentou-nos um enigma poético com a sua c definição de justiça. Tudo indica que para ele é justo dar a cada um o que lhe convém; a isso é que ele chamava dívida.

E como te parece? perguntou.

Por Zeus, lhe respondi; se alguém o interpelasse desta maneira: Escuta aqui, Simônides, a quem uma determinada arte terá de dar alguma coisa que lhe seja devida ou lhe convenha, e de que natureza deve ser ela para ter o nome de Medicina? como te parece que nos responderia?

Evidentemente, replicou, terá que ministrar remédios ao corpo, alimentos e bebidas.

E ao que dá o que lhe é devido ou lhe convém a arte denominada Culinária, e que é o que ela dá?

d Tempero para os alimentos.

Muito bem. E agora: a quem e o que terá de dar uma arte que tenha o nome de justiça?

Se quisermos ser coerentes, Sócrates, com o que dissemos antes, aos amigos e aos inimigos ela terá de dar o que lhes aproveite ou prejudique, respectivamente.

Justiça, então, é fazer bem aos amigos e mal aos inimigos?

Penso que sim.

E quem é mais capaz de fazer bem aos amigos doentes, ou mal aos inimigos, com respeito à doença e à saúde?

O médico.

e E para os navegantes nos perigos do mar?

O piloto.

E com relação ao homem justo: em que atividade e com vistas a que fim ele é mais capaz de beneficiar os amigos e prejudicar os inimigos?

Na guerra, para desfechar ataques ou firmar alianças, é o que me parece.

Que seja! Mas, meu caro Polemarco, para quem não está doente não é inútil o médico?

Sem dúvida.

Como inútil, também, é o piloto para quem não está navegando.

Sim.

Então, para os que não se acham em guerra, o homem justo não é de utilidade?

Estou longe de pensar dessa maneira.

333 a Sendo assim, a justiça também é útil em tempo de paz?

Sem dúvida.

Como também a agricultura? Ou não será?

Sim.

Para a produção de frutos?

Sim.

O mesmo acontecendo com a arte do sapateiro?

Sim.

Para a confecção de sapatos, sem dúvida, é o que pretendias dizer.

Perfeitamente.

E agora: a teu parecer, para que uso ou para que aquisição é útil a justiça em tempo de paz?

Nos contratos, Sócrates.

Por contrato entendes sociedade; ou não é isso?

Sociedade, evidentemente.

E para mexer com as pedras do gamão, será melhor e mais útil o homem justo ou o conhecedor desse jogo?

O conhecedor desse jogo.

b E para a colocação de tijolos e pedras, o homem justo será mais útil e eficiente do que o pedreiro?

De forma alguma.

Então, em que espécie de sociedade o homem justo é melhor sócio do que o tocador de cítara, tanto quanto o citarista é superior ao homem justo no manejo da cítara?

Em negócios de dinheiro, quero crer.

Exceto, Polemarco, segundo penso, na aplicação do dinheiro, quando for preciso comprar ou vender
c de sociedade algum cavalo. A meu ver, nesses casos, o conhecedor de cavalos é mais útil. Ou não?

Parece-me também que sim.

Como o será, também, na compra de algum navio o piloto ou o construtor naval?

Sem dúvida.

Em que emprego, portanto, de prata ou de ouro é o homem justo mais útil do que as demais pessoas?

Quando precisar ser guardado o depósito com toda a segurança, Sócrates.

Queres dizer: quando tiver de ficar parado, sem ninguém lançar mão dele?

Precisamente.

Logo, quando estiver inútil o dinheiro, ser-lhe-á
d de utilidade a justiça?

É possível.

Quando se trata, por conseguinte, de guardar um podão, a justiça é útil tanto para o indivíduo como para a comunidade, porém no caso de precisar ser ele usado, vale mais a arte do vinhateiro?

Parece que sim.

Dirás também que quando for preciso guardar um escudo ou uma lira, a justiça é útil; porém, quando tiverem de ser utilizados, é de mais valia a arte do armeiro ou a do músico?

Necessariamente.

E assim com todas as coisas: no uso de qualquer delas a justiça é inútil, passando a ser útil quando não for utilizada?

É o que se conclui.

e VIII – Nesse caso, amigo, não é lá muito importante a justiça, se só for útil para as coisas inúteis. Consideremos também o seguinte: o indivíduo mais apto para atacar, seja no pugilato, seja em qualquer outra modalidade de luta, não é também o mais capaz de defender-se?

Perfeitamente.

E quem for hábil em evitar alguma doença ou em fugir dela, não será também o mais capaz de provocá-la nos outros?

Parece que sim.

334 a E no acampamento militar, não será o melhor guarda quem souber roubar as deliberações ou qualquer passo do inimigo?

Perfeitamente.

Logo, quem sabe guardar, também sabe roubar.

É o que parece.

Se o homem justo, portanto, serve para guardar dinheiro, também servirá para roubá-lo.

Pelo menos, observou, é o que se conclui de nosso argumento.

Decerto aprendeste isso com Homero. Era muito afeiçoado a Autólico, avô materno de Odisseu, e a seu b respeito declara ser ele conhecido entre os homens pelos perjúrios e roubos. Assim, de acordo com tua opinião, de Homero e Simônides, a justiça é uma espécie de arte de furtar. Naturalmente: para beneficiar os amigos e prejudicar os inimigos. Não foi isso que disseste?

Não, não foi isso, respondeu; porém agora já não sei o que afirmei antes. Todavia, ainda sou de parecer que a justiça consiste em favorecer os amigos e prejudicar os inimigos.

c Por amigos entendes os que parecem ser bem intencionados com relação a outras pessoas, ou os que o são de fato, embora não o pareçam? E por inimigos, a mesma coisa?

Qualquer pessoa, respondeu, terá naturalmente de amar a quem considera bom e de odiar a quem tem na conta de desonesto.

E porventura não se enganam os homens nisso, justamente, parecendo-lhes boa muita gente que não o é, e vice-versa?

Enganam-se.

Esses enganados, por conseguinte, terão os bons como inimigos e os maus como amigos?

Perfeitamente.

Então, para eles consistirá a justiça em beneficiar
d os maus e prejudicar os bons.

É isso mesmo.

Porém, de acordo com o que disseste, seria justo fazer mal a quem não praticou nenhuma injustiça.

De forma alguma, Sócrates, replicou; é insustentável semelhante proposição!

Sendo assim, justo é prejudicar os inimigos e beneficiar os amigos?

Essa, agora, me parece mais razoável do que a anterior.

Com muita gente, então, Polemarco, pelo fato mesmo de errarem os homens, aconteceria vir a ser
e justo e prejudicar os amigos, por serem eles realmente ruins, e beneficiar os inimigos, por serem bons. Mas, com isso, afirmaremos precisamente o contrário do que levamos Simônides a declarar.

É, de fato, respondeu, o que se daria. Porém modifiquemos algum tanto a definição. Talvez não tenhamos formulado com precisão os conceitos de amigo e de inimigo.

Como foi que os definimos, Polemarco?

Dissemos que amigo é quem parece ser homem de bem.

E agora, perguntei, como queres que a modifiquemos?

Assim, respondeu: amigo é quem parece e, realmente, é homem de bem; quem parece sê-lo, porém
335 a não o é, só é amigo na aparência. E a respeito dos inimigos, a mesma coisa.

Segundo essa proposição, por conseguinte, os bons é que são amigos, e os maus são inimigos?

Justamente.

Sugeres, portanto, que ampliemos um pouquinho o que no começo dissemos acerca da justiça, quando afirmamos ser justo fazer bem aos amigos e danar os inimigos. Agora, teremos de acrescentar a isso que é justo fazer bem ao amigo, por ser ele bom, e danar o inimigo, por ser mau?

b Perfeito, respondeu; desse jeito, afigura-se-me muito bem formulada a proposição.

IX – Porém cabe ao homem justo, perguntei, prejudicar quem quer que seja?

Naturalmente, replicou; é preciso causar dano aos maus que forem nossos inimigos.

Quando causamos dano aos cavalos, eles se tornam melhores ou piores?

Piores.

Com relação à virtude dos cães ou à dos cavalos?

À dos cavalos.

E os cães, pelo mesmo modo, quando lhes causamos dano, ficam prejudicados em sua virtude específica, não na dos cavalos.

Necessariamente.

E a respeito dos homens, companheiro, não será

c lícito afirmar que, se os prejudicarmos, eles se tornam piores na virtude especificamente humana?

Sem dúvida.

E a justiça, não é uma virtude humana?

Isso, também, é mais do que certo.

Nesse caso, amigo, será forçoso que se tornem injustos os indivíduos a quem causarmos dano.

É o que parece.

Mas, poderá a arte da Música deixar qualquer músico ignorante do seu mister?

Impossível.

Ou a arte da equitação, os cavaleiros incapazes de montar?

Também não.

E por meio da justiça, será possível deixar injusto o indivíduo justo? Ou, para falarmos em tese: por meio d da virtude poderão os bons deixar ruins outras pessoas?

Não é possível.

Esfriar, segundo penso, não é efeito do calor, porém o contrário disso.

Certo.

Como não é efeito do seco produzir umidade, porém o seu oposto.

Perfeitamente.

Nem de quem é bom prejudicar, mas o inverso.

Parece.

E o homem justo não é bom?

Sem dúvida.

Nesse caso, Polemarco, não é próprio do homem justo causar dano nem aos amigos nem a quem quer que seja, porém do seu contrário, o homem injusto.

Quer parecer-me, Sócrates, que estás com toda a e razão no que acabas de dizer.

Por conseguinte, quando alguém declara que é justo dar a cada um o que lhe é devido, entendendo por isso que o indivíduo justo deve causar dano aos inimigos e fazer bem aos amigos, não falou como sábio; faltou com a verdade. Como vimos, em nenhuma circunstância será justo causar dano a qualquer pessoa.

De acordo, respondeu.

Oponhamo-nos, portanto, decididamente, lhe declarei, eu e tu, num só corpo, a quem disser que Simônides, ou Biante, ou Pítaco afirmaram semelhante barbaridade, ou qualquer outro sábio e varão de alto conceito.

Declaro-me, respondeu, decidido a participar contigo dessa luta.

Saberás, por acaso, lhe perguntei, quem, no meu 336 a modo de entender, é o autor da máxima de que é justo beneficiar os amigos e causar dano aos inimigos?

Quem é? perguntou.

Sou inclinado a acreditar que foi Periandro, ou Perdicas, ou Xerxes, ou o tebano Ismênias, ou qualquer outro ricaço que se tenha na conta de poderoso.

É muito certo o que dizes, respondeu.

Muito bem, lhe repliquei; mas, se ficou demonstrado que a justiça ou o justo não consiste nisso, que diremos que seja ela?

X – Por várias vezes, no decurso do diálogo, tentara Trasímaco intrometer-se nele e emitir opinião, porém seus vizinhos o continham, desejosos de ouvir-nos até ao fim. Mas, depois de haver eu dito a última palavra, não pôde reprimir-se; concentrando-se, à maneira de um animal de rapina, saltou para cima de nós como se fosse dilacerar-nos. Eu e Polemarco ficamos tomados de pavor. Dirigindo-se a todos os presentes, Trasímaco explodiu: Há quanto tempo, Sócrates, se apoderou de ambos vós semelhante desatino, para vos mimoseardes com tantas futilidades e trocardes esses salamaleques? Não! Se desejas, de fato, saber o que é a justiça, não te limites a formular perguntas nem faças cabedal de refutar o que os outros disserem, pois sabes muito bem que é mais fácil, sempre, perguntar do que responder; passa, portanto, a responder, e declara-nos como defines a justiça. Porém não me venhas dizer que justiça é dever, ou utilidade, ou vantagem, ou interesse. Não! Exprime com clareza e precisão o que te parece que seja, pois não admitirei que me impinjas semelhantes banalidades.

Ao ouvi-lo falar dessa maneira, fiquei atarantado; só de olhá-lo tive medo, estando agora convencido de que se me não houvesse antecipado e olhado primeiro para ele, teria ficado sem voz. Mas, eu tinha sido o primeiro a dirigir a vista para o seu lado, logo que ele começara a acalorar-se, de forma que me achei em condições de responder-lhe, o que fiz ainda com voz um tanto trêmula. E disse-lhe: Não te zangues, Trasímaco; se erramos em nossa argumentação, eu e Polemarco aqui presente, podes ter a certeza de que

foi sem querer. Acreditas, mesmo, que se estivéssemos à procura de ouro, ficaríamos por gosto a fazer mesuras um para o outro, deixando, assim, passar a oportunidade de apanhá-lo do chão? E agora, que estamos empenhados em encontrar a justiça, coisa de muito mais valor do que montões de peças de ouro, haveríamos de ser tão insensatos que empregássemos o nosso tempo com cortesias de parte a parte, e assim deixássemos passar a oportunidade de descobri-la? Não ponhas em dúvida, amigo, nossa boa vontade, mas o certo é que nos revelamos incapazes. Somos mais 337 a merecedores da comiseração dos sábios como tu do que de repreensões.

XI – Ouvindo-me falar dessa maneira, com uma risada sardônica, Trasímaco explodiu: Ó Héracles! Eis mais uma amostra da conhecida ironia de Sócrates! Eu sabia, e disso mesmo tinha avisado os presentes, que ele não haveria de dialogar, pois preferes recorrer à ironia e a toda sorte de estratagemas, a responder ao que eu te perguntasse.

És sábio, Trasímaco, lhe falei. Deves conhecer, por isso, que se perguntasses a alguém quanto é doze, b porém antes lhe observasses: Contanto, homem, que não me venhas dizer que doze é duas vezes seis, ou três vezes quatro, ou seis vezes dois, ou quatro vezes três, pois não admitirei que me saias com semelhantes banalidades! é claro, quero crer, que nada responderia quem fosse interrogado dessa maneira. E se essa pessoa te interpelasse: Que queres dizer, Trasímaco? Não posso dar-te nenhuma das respostas que acabaste de enumerar? Ainda mesmo, varão admirável, que uma delas esteja certa? Terei de dizer coisa diferente da c verdade? É assim que pensas? Como lhe responderias?

Deixa disso, replicou. Como se os casos fossem iguais!

Como não haverão de ser? interpelei-o; porém, ainda que não fossem e apenas assim parecessem à

pessoa interrogada, achas mesmo que ele deixaria de responder de acordo com sua maneira de pensar, porque o proibimos ou não o proibimos de falar?

E tu, voltou a manifestar-se, procederias desse modo? Darias alguma das respostas recusadas por mim?

Não seria de admirar, lhe respondi, se, depois de refletir, me parecesse certa.

E no caso, prosseguiu, de eu dar uma resposta d sobre a justiça, diferente de qualquer outra e muito superior a todas essas? A teu ver, que castigo mereceras?

Qual poderia ser, lhe objetei, além do que convém aos ignorantes? Merecem aprender com os que sabem. Essa é a penalidade que imponho a mim mesmo.

És engraçadinho, disse; terás de pagar para aprender.

Sim, quando tiver com quê, foi a minha resposta.

Já tens, interveio Glauco. Por falta de pagamento, Trasímaco, não deixes de falar; todos nós contribuiremos no lugar de Sócrates.

e É isso mesmo, voltou a falar, para que Sócrates faça como de costume: ele mesmo não responde nunca; porém, quando alguém diz alguma coisa, apanha o argumento e o refuta.

Como poderá responder, amigo, quem não sabe e, depois, ainda mesmo que tivesse opinião própria neste caso, está proibido de manifestá-la por pessoa de não pequena autoridade? É muito mais razoável que tu 338 a mesmo fales, pois acabas de declarar que sabes e que podes dizer algo a esse respeito. Não te esquives, portanto, da resposta; faze-me esse favor e não prives Glauco e os demais presentes desta oportunidade de aprender.

XII – Depois de eu assim falar, Glauco e os outros instaram com ele para que fizesse isso mesmo. Era mais do que visível que Trasímaco ardia em desejos de falar, para receber elogios. Estava certo de que dispunha de uma resposta deslumbrante, porém, comportava-se como se fizesse empenho em que fosse eu quem devia

responder. Por fim cedeu e falou desta maneira: Eis
b em que consiste a sabedoria de Sócrates! Ele mesmo nada ensina, porém vai por toda parte e aprende com os outros, sem dizer muito obrigado a ninguém.

Dizeres que eu aprendo com os outros, lhe repliquei, é pura verdade; porém, quando afirmas que não pago a ninguém a minha dívida de agradecimento, estás mentindo. Pago de acordo com as minhas posses; e só posso contribuir com aplausos. Dinheiro é o que não tenho. Porém agora mesmo, depois de responderes, verás como aplaudo os outros de bom grado, sempre que me parece bem o que alguém diz. Tenho certeza
c de que vais falar otimamente.

Justiça: a vantagem do mais forte.

Então, ouve, me falou; o que afirmo é que o justo não é mais nem menos do que a vantagem do mais forte. Mas, que é isso? Onde ficaram os aplausos? Demoras em elogiar-me?

Preciso primeiro, respondi, compreender o sentido de tuas palavras. Por enquanto, ainda não sei o de que se trata. O justo, disseste, é o que é de vantagem para o mais forte. Mas, que entendes por isso, Trasímaco? Decerto não queres dizer o seguinte: se o pancratiasta Polidamante é mais forte do que nós, e carne de vaca é de vantagem para sua constituição,
d para nós outros, também, que somos mais fracos do que ele, essa qualidade de alimento terá de ser a um tempo justa e vantajosa.

És abominável, Sócrates, explodiu. Tomas minhas palavras no sentido mais prejudicial para o argumento.

De forma alguma, caro amigo, lhe objetei; sê mais claro em tua maneira de falar.

Ignoras, porventura, continuou, que as cidades ora são governadas por tiranos, ora pelo povo e ora por aristocratas?

Como poderei ignorar isso?

E que em cada cidade quem tem o poder é o governo?

Perfeitamente.

e Cada governo promulga leis com vistas à vantagem própria: a democracia, leis democráticas; a tirania, leis tirânicas, e assim com as demais formas de governo. Uma vez promulgadas as leis, declaram ser de justiça fazerem os governados o que é vantajoso para os outros e punem os que as violam, como transgressores da lei e praticantes de ato injusto. Eis a razão, meu caro, de eu afirmar que 339 a em todas as cidades o princípio da justiça é sempre o mesmo: o que é vantajoso para o governo constituído. Este, porém, detém o poder, de forma que, bem considerado, será certo concluir que o justo é sempre e em toda parte a mesma coisa: a vantagem do mais forte.

Agora, sim, repliquei; compreendi o que queres dizer. Porém, se está ou não certo, é o que vou tentar descobrir. Tu mesmo, Trasímaco, respondeste que o justo é vantajoso, conquanto me houvesses proibido empregar essa expressão em minha resposta. A única b diferença é o acréscimo: Do mais forte.

Acréscimo insignificante, observou.

Se é ou não insignificante, ainda não ficou esclarecido; mas que precisamos investigar se disseste a verdade, sobre isso não há dúvida nenhuma. Eu também admito que o justo é vantajoso; tu amplias o conceito e declaras que o é para os fortes. Essa parte eu ainda ignoro; logo, precisamos investigar.

Então, investiga, respondeu.

XIII – É o que vou fazer. Dize-me uma coisa: não te parece justo obedecer aos governantes?

Sem dúvida.

c E serão infalíveis os governantes em suas respectivas cidades, ou também estão sujeitos a errar?

É evidente, disse, que eles também podem errar.

Sendo assim, quando se põem a legislar, tanto podem promulgar leis boas como ruins?

Acho que sim.

Boas, quando são vantajosas para eles próprios, e ruins quando lhes são prejudiciais? Ou como te parece?

É isso mesmo.

E todas as leis que eles promulgam terão de ser obedecidas pelos governados, por consistir nisso a justiça?

Como não?

Logo, de acordo com o teu postulado, não é justo d apenas o que for de vantagem para o mais forte, mas também o contrário disso, o que lhe é prejudicial.

Que estás a dizer! exclamou.

O que tu mesmo afirmaste, segundo me parece. Investiguemos melhor. Não admitimos acima que ao legislarem os governantes para os governados, por vezes se enganam com relação aos seus verdadeiros interesses, e que é justo fazerem os súditos o que os primeiros determinam? Sobre isso não ficamos de acordo?

Parece que ficamos, respondeu.

e Nesse caso, repliquei, também admitiste que é justo fazer o que for lesivo aos governantes e aos mais fortes, quando estes, sem o quererem, legislarem contra seus próprios interesses, uma vez que afirmaste ser justo fazer o que aqueles determinam. E com isso não concluímos, sapientíssimo Trasímaco, que justo é fazer precisamente o contrário do que disseste? Pois foi determinado aos mais fracos agirem em detrimento dos mais fortes.

340 a Sim, por Zeus, Sócrates, exclamou Polemarco; é mais do que claro.

Principalmente se lhe servires de testemunha, interveio Clitofonte.

Sócrates não precisa de testemunha, disse Polemarco. O próprio Trasímaco admitiu que, por vezes, os governantes dão ordens em prejuízo deles mesmos e que é justo aos governados obedecer-lhes.

Não, Polemarco; Trasímaco asseverou que é justo fazer o que os governantes determinam.

Sim, Clitofonte, porém explicou ser justo o que é de vantagem para o mais forte, e depois de firmar esses b dois itens, admitiu que, por vezes, os mais fortes

mandam os inferiores e governados fazerem o que não é do seu interesse deles. Donde se colhe que a justiça consiste tanto em fazer o que é prejudicial aos mais fortes como o que os beneficia.

Mas, observou Clitofonte, por interesse do mais forte ele entendia o que o mais forte realmente considera como tal. Isso é que os inferiores terão de executar, e foi o que ele definiu como justiça.

Não, não foi isso que ele disse, exclamou Polemarco.

c Tanto faz, Polemarco, observei; se é isso que Trasímaco diz agora, aceitemos o que ele nos quer dar.

XIV – Então, declara-nos, Trasímaco, se o que entendes por justiça é o seguinte: o que o mais forte julga ser do seu próprio interesse, quer lhe seja de vantagem, quer não seja. Diremos ser essa a tua maneira de pensar?

De forma alguma, disse. Achas mesmo que eu dou o nome de forte a quem erra, no momento em que erra?

Foi o que pensei, lhe disse, por haveres admitido que os governantes não são infalíveis, mas podem d algumas vezes enganar-se.

Nas tuas discussões, Sócrates, replicou, procedes como verdadeiro sicofanta. Porventura dás o nome de médico a quem se engana com relação a seus clientes, naquilo mesmo em que se engana? Ou o de calculista ao que erra no cálculo, precisamente quando erra e em relação ao erro? Não; o que penso é que só dizemos por dizer que o médico errou, ou o calculista errou, ou o gramático, quando a verdade é que cada um deles, e enquanto é, de fato, o que designamos por seu nome, jamais poderá errar. Por isso, no sentido rigoroso da expressão – pois tu, também, és exigente neste particular – nenhum profissional pode errar. Só quando o conhecimento o abandona é que comete algum erro quem se engana, com o que deixa, exatamente,

de ser profissional. Nenhum mestre, nenhum sábio e nenhum governante poderá errar, enquanto governar de fato, muito embora se diga comumente que o médico errou ou que o governante também errou. É nesse sentido que deves aceitar minha resposta de há

341 a pouco: o governante, na acepção exata do termo, enquanto governante, jamais erra, e, não errando, só legisla em vantagem própria, sendo isso o que os súditos terão de executar. Essa a razão de haver eu afirmado no começo que o justo consiste em fazer o que é útil ao mais forte.

XV – Está bem, Trasímaco, lhe falei; achas mesmo que procedo de má-fé?

E muito! respondeu.

E acreditas que te preparei uma cilada de caso pensado, só para prejudicar-te com minhas perguntas?

Tenho mais do que certeza, retorquiu, porém nada ganharás com isso; uma vez desmascarado por mim,

b não poderás dobrar-me aos teus argumentos.

Nem tentaria fazê-lo, meu caro, lhe objetei. Mas, para que tal coisa não torne a acontecer, explica o que entendes por governante e por mais forte, se é no sentido comum ou no rigoroso da expressão, a que há pouco te referiste, quando afirmaste ser dever dos inferiores trabalhar em proveito dos mais fortes.

Sim, voltou a falar: governante, no mais rigoroso sentido

c da expressão. Agora deturpa ou denigre minha assertiva, se puderes; não peço complacência. Porém nada conseguirás.

Imaginas mesmo, lhe falei, que eu seja louco a ponto de atrever-me a tosar o leão ou a caluniar Trasímaco?

Agora, pelo menos, disse, tentaste fazê-lo; mas não és gente para isso.

Bem, observei-lhe; chega dessa conversa. Porém dize-me o seguinte: o médico, no sentido rigoroso da expressão, a que há pouco te referiste, é homem de negócios ou é tratador de doentes? Mas, só me fales do médico verdadeiramente médico.

É tratador de doentes, disse.

E o piloto? O verdadeiro piloto é dirigente de marinheiros ou é marinheiro?

d Dirigente de marinheiros.

Não deve ser levado em consideração o fato de ele viajar no navio; só por isso não será denominado marinheiro; não recebeu o nome de piloto porque viaja, mas em virtude de sua arte e de dirigir marinheiros.

É muito certo, disse.

E não há, perguntei, para cada uma dessas classes de pessoas o que lhes seja vantajoso?

Perfeitamente.

E não tem a arte, voltei a falar, por finalidade natural procurar alcançar o que é de vantagem para cada um?

Esse é, precisamente, disse, o seu fim.

E para cada arte em si mesma, não haverá o que lhe seja vantajoso, ou lhe bastará ser tão perfeita quanto possível?

e Que queres dizer com isso?

É o seguinte, respondi: No caso de perguntar-me alguém se basta para o corpo ser corpo ou se lhe falta alguma coisa, responderia: Sem dúvida! falta-lhe alguma coisa; por isso mesmo foi inventada a arte de curar presentemente em uso, porque o corpo em si mesmo é insuficiente e não lhe basta ser o que é; para dar-lhe o de que ele necessita é que foi criada aquela arte. Não achas, lhe perguntei, que eu estaria certo ao falar dessa maneira? Ou não?

342 a Muito certo, respondeu.

E então? E a arte da Medicina, não será, por sua vez, deficiente? Não necessitará de alguma outra arte ou qualidade, como os olhos necessitam de vista, e de audição os ouvidos? Isso implica uma nova arte, que se incumba de procurar e de conseguir o que lhe for de vantagem, a qual, por sua vez, necessitará de outra,

b e assim ao infinito. Ou a cada uma compete investigar

o que é de sua vantagem? Ou não necessitará nem de si mesma nem de outra arte, para a investigação do que é de vantagem para sua deficiência? As falhas e os erros não são inerentes a todas as artes? E só compete, porventura, a qualquer arte procurar o que é de interesse para o objeto de sua atividade, ao passo que a própria arte, sendo verdadeira, se manterá sem defeitos e pura, enquanto continuar sendo integralmente o que é em si mesma, no sentido rigoroso da expressão? Agora aplica o teu critério de rigorismo e declara se é assim mesmo ou de outro modo.

Sim, é assim mesmo, respondeu.

Logo, lhe retruquei, a Medicina não procura o c interesse da Medicina, porém o do corpo.

Sim, foi a sua resposta.

Nem a Equitação o interesse da equitação, porém o do cavalo; nenhuma arte se ocupa nesse ponto consigo mesma – não tem necessidade disso – mas com o do objeto a que se aplica.

É evidente, disse, que é desse modo.

Sendo assim, Trasímaco, as artes governam e dominam os objetos sobre que se exercem.

Concordou também a esse respeito, com visível relutância.

Por conseguinte, nenhuma ciência procura ou determina o que é de vantagem para o mais forte, mas d para o mais fraco e por ele governado.

Sobre isso, também, ele acabou por concordar, muito embora ainda procurasse discutir. Depois de haver cedido, voltei a falar: Não é verdade, também, que nenhum médico, enquanto médico, nada investiga ou prescreve de proveito para o médico, porém o que é de vantagem para o doente? Já admitiste que o médico no sentido rigoroso da expressão é senhor do corpo, não homem de negócios. Ou não admitiste?

Concordou.

E o piloto, no sentido próprio da expressão, é e comandante de marinheiros, não um marinheiro comum.

De acordo.

Não compete, por conseguinte, a esse piloto dirigente de marinheiros investigar e prescrever o que é útil ao piloto, porém aos marinheiros seus subordinados.

A custo concordou.

Sendo assim, Trasímaco, lhe observei, não há chefe em nenhuma posição de comando, enquanto chefe, que investigue e determine o que é de vantagem para si mesmo, porém para o seu subordinado, em benefício de quem ele exerce sua arte. É em vista desse e considerando apenas o que lhe poderá ser vantajoso ou conveniente que ele diz tudo o que diz e faz o que faz.

343 a XVI – Havíamos chegado até aí em nossa discussão, percebendo todos claramente que a definição de justiça passara a ser precisamente o contrário, quando Trasímaco, em vez de responder, me perguntou: Dize-me uma coisa, Sócrates: não tens ama?

Como assim? interpelei-o; não seria preferível responderes, a fazeres semelhante pergunta?

Porque, vendo-te com o nariz a escorrer, continuou, ela não trata de limpá-lo, o de que tanto necessitas, já que não sabes distinguir entre o pastor e suas ovelhas.

E a que vem isso? perguntei.

b Por imaginares que os pastores ou os vaqueiros se preocupam com o bem das ovelhas ou dos bois, e deles cuidam e os engordam com objetivo diferente do bem de seus senhores e deles próprios. Da mesma forma, com respeito aos dirigentes das cidades – refiro-me aos verdadeiros dirigentes – és de parecer que pensam de seus súditos diferentemente do que pensa de suas ovelhas o pastor, e que noite e dia se ocupam de outra coisa que não seja a vantagem própria. E tão extraviado c te encontras da verdadeira meta nessa questão do justo e da justiça, ou do injusto e da injustiça, que ignoras quão estranho bem, de fato, é a justiça e o justo, a saber: a vantagem do mais forte e do governante, o que redunda em detrimento inevitável dos que

obedecem e trabalham. A injustiça é exatamente o contrário disso: impera sobre os indivíduos verdadeiramente ingênuos e justos, só fazendo os dominados o que é de vantagem para o forte, a quem deixam feliz com seu trabalho, sem cuidarem no
d mínimo de si próprios. O que precisas considerar, meu Sócrates simplacheirão, é que por toda a parte o homem justo perde do injusto. Em primeiro lugar, nos contratos particulares, quando dois indivíduos se associam, nunca viste na dissolução da sociedade levar o justo nenhuma vantagem sobre o injusto, porém sempre o inverso: de todo jeito ele perde. Ao depois, nas relações com a cidade, quando está em causa algum imposto, com igualdade de bens o justo paga mais e o
e injusto menos, e quando se trata de receber, um fica de mãos vazias e o outro lucra enormemente. Na hipótese de ambos ocuparem cargos públicos, se outro prejuízo não tiver o homem justo, pelo menos deixará periclitar seus próprios interesses, dos quais se descuidara, sem que venha a tirar nenhum proveito dos negócios públicos, exatamente por ser justo, além de chamar contra si a inimizade dos familiares e parentes, por se haver recusado a favorecê-los contra os ditames da justiça. Com o injusto se dá, em tudo isso, precisamente o contrário. Por injusto tenho em
344 a mente o que disse há pouco: quem sabe obter para si as maiores vantagens. Este é que precisas examinar, para te convenceres de quanto é mais proveitoso na vida comum ser injusto do que justo. Isso mesmo perceberás facilmente se considerares a forma mais acabada da injustiça, que deixa felicíssimo o homem injusto e no mais alto grau de miséria o que foi vítima de injustiça e que se recuse a praticá-la. Está nesse caso a tirania, que não age à formiga e a ocultas para privar os outros de seus bens, mas por violência e às claras, de todas as maneiras, nas coisas sagradas e profanas
b tão bem como nas públicas e particulares. Pois, se for apanhado na menor operação desonesta, será castigado

e coberto de baldões, recebendo os mais infamantes epítetos: sacrílego, traficante de homens, arrombador, trapaceiro, ladrão, conforme a modalidade de sua malfeitoria. Mas o indivíduo que, além de tirar o dinheiro de seus concidadãos, os reduz à condição de escravos, em vez desses nomes feios, é chamado venturoso e abençoado, e isso não apenas por parte de seus concidadãos, mas por todos os que ouvem qualquer referência à enormidade de seus crimes. Os que censuram a injustiça não o fazem com o propósito de não praticá-la, mas de medo de virem a ser vítimas dela. Fica, assim, demonstrado, Sócrates, que a injustiça, quando praticada em alto grau, é mais forte e mais livre e dominadora do que a justiça, e também, conforme no começo o demonstramos, que a justiça é o interesse do mais forte e que a injustiça só trabalha para proveito e benefício próprio.

XVII – Depois de assim falar e de nos ter, à maneira de um banhista hábil, inundado os ouvidos com aquele jorro de palavras, tencionava Trasímaco retirar-se. Porém os circunstantes não o permitiram; obrigaram-no a esperar e a defender o que acabara de expor. Eu, também, instei muito com ele nesse sentido, e lhe falei: Trasímaco demoníaco, depois de nos teres jogado um discurso desse porte, pensas em retirar-te, sem primeiro nos apresentares uma demonstração cabal, ou sem ficares convencido, por teu lado, de que ele é falso ou verdadeiro? Acreditas, porventura, que te empenhaste em definir uma coisinha de somenos importância e não uma norma de conduta, que cada um de nós deverá seguir para viver a mais conveniente vida imaginável?

E és de opinião, perguntou-me Trasímaco, que seja diferente a minha maneira de pensar?

É o que parece, lhe repliquei; pelo menos não te preocupas conosco nem te incomodas se passamos a viver mais felizes ou menos felizes por ignorarmos o

que declaras conhecer. Não, meu caro! Resigna-te a
345 a esclarecer-nos a matéria. Somos tantos aqui! Não ficará perdida tua gentileza. Para ser sincero, não posso convencer-me, nem mesmo acreditar, que a injustiça seja de maior vantagem do que a justiça, ainda mesmo que lhe dêem inteira liberdade e não a impeçam de fazer o que quiser. De forma alguma, meu valente amigo! Embora admitamos que um indivíduo pudesse cometer impunemente injustiças, ou seja com fraude ou seja abertamente, jamais chegarei a convencer-me de que isso lhe seria de mais proveito do que proceder com justiça em
b todos os seus atos. E quem sabe, até, se não há mais alguém entre os presentes, não eu simplesmente, que pensa do mesmo modo? Demonstra-nos, portanto, homem feliz, com argumentos convincentes, que nos equivocamos ao colocar a justiça muito acima da injustiça.

Como poderei convencer-te? perguntou. Se com o que acabei de dizer não o consegui, que mais poderei fazer? Queres que te enfie os argumentos pela alma adentro?

Isso não, por Zeus! objetei-lhe; porém, antes de tudo, atém-te às tuas próprias palavras, e se quiseres introduzir alguma modificação, que seja isso às claras e sem usares de subterfúgios. Como estás vendo,
c Trasímaco – para refletirmos um pouco mais sobre o que já ficou dito – depois da definição que do verdadeiro médico deste no início, não te julgaste na obrigação de observar o mesmo rigorismo com referência à do verdadeiro pastor. Pensas que, na qualidade de pastor, este cuida do rebanho, sem ter em vista o bem de suas ovelhas, mas só com o pensamento na pitança, à maneira dos comilões e
d freqüentadores de banquetes, ou, tal como os homens de negócio, no preço do mercado, jamais como pastor? No entanto, a arte do pastor deve ter como preocupação máxima alcançar o maior bem possível daquilo em que ela se exerce. Pois, no que respeita à sua eficiência, acha-se muito bem aparelhada, uma vez que nada lhe venha a faltar para ser, realmente, arte do

pastor. Daí ter-me mostrado convencido de que era forçoso admitir que todo governo, enquanto for governo
e de verdade, não cuida de outra coisa a não ser o bem dos súditos a seu cargo, tanto nas organizações públicas como nas particulares. Imaginas, porventura, que os dirigentes das cidades – refiro-me aos verdadeiros dirigentes – exercem de bom grado suas funções?

Não imagino, por Zeus! tenho absoluta certeza.

XVIII – Como assim, Trasímaco? perguntei; então não sabes que não há quem aceite voluntariamente qualquer posto de comando? Todos exigem remuneração, pois nunca é em benefício próprio que
346 a trabalham, mas no dos seus administrados. Responde-me apenas ao seguinte: não consideramos como distintas entre si as artes em geral, por ter cada uma delas função diferente das demais? Porém não me venhas com evasivas, caro amigo, para podermos chegar a alguma conclusão.

Sim, são distintas, respondeu.

E não é verdade que cada uma delas nos enseja alguma vantagem particular, não todas uma única e geral, como se observa, por exemplo, com a Medicina e a saúde, a arte da navegação e a segurança nas viagens, e assim com relação às demais?

Perfeitamente.

E a arte do mercenário, não nos proporciona salário?
b Pois nisso consiste a sua peculiaridade. Dirás que é a mesma coisa a arte da Medicina e a do piloto? Até mesmo no caso de seres rigoroso em tuas definições, conforme declaraste, se alguém, na atividade de piloto, readquirir a saúde por dar-se bem com viagens por mar, não irás dizer que sua arte é a medicina?

Não, evidentemente, respondeu.

Nem darás o nome de Medicina à arte do mercenário, no caso de adquirir alguém saúde pelo fato de exercê-la.

É certo.

E então? Chamarás à Medicina arte do mercenário, por fazer-se pagar quem cura alguma pessoa?

c Não, respondeu.

Já não chegamos a um acordo sobre a especificidade das vantagens de cada arte?

Pode ser, foi a sua resposta.

Ora, se todos os profissionais auferem em comum alguma vantagem, é evidente que esta só poderá provir de um elemento comum a que cada profissional recorre em sua atividade particular.

Parece que sim, respondeu.

Estaremos, portanto, justificados, se atribuirmos a vantagem do salário que toca a cada um desses profissionais ao acréscimo adicional da arte do mercenário a cada arte particular.

Concordou, com alguma relutância.

Não é, por conseguinte, de suas respectivas artes d que cada profissional obtém essa vantagem, a saber, salário. Não; bem considerada, a Medicina proporciona saúde, a arte do mercenário, salário; a do construtor, casas; a do mercenário que se lhe agrega, salário novamente, e assim com todas: cada arte executa o trabalho que lhe é próprio e beneficia os que estão sob a influência de sua atividade. Se não se lhe agregar o salário, tirará o profissional alguma vantagem de sua arte?

Parece que não, respondeu.

Então, ele não presta nenhum serviço quando e trabalha de graça?

Acho que presta, respondeu.

Por conseguinte, Trasímaco, é mais do que claro que nenhuma arte ou governo cuida do interesse próprio, porém, conforme há muito o demonstramos, providencia e determina o que é de utilidade para o súdito, considerando apenas o interesse dos mais fracos, nunca o dos mais fortes. Por isso mesmo, meu caro Trasímaco, há pouco eu declarei que ninguém se apresenta voluntariamente para governar e incumbir-se

do provimento das necessidades dos outros, porém exige remuneração pelo seu trabalho, porque, no 347 a desempenho correto de suas funções, quem quer trabalhar e tomar decisões de acordo com os elevados preceitos de sua arte, jamais trabalha e determina com vistas ao seu próprio interesse, mas ao dos comandados. É por isso, me parece, que todos os que se dispõem a governar precisam receber remuneração em dinheiro ou em honrarias, ou mesmo castigo, no caso de recusa.

XIX – Que queres dizer com isso, Sócrates? perguntou Glauco. As duas modalidades de remuneração, eu entendo bem o que sejam; mas em que consista a punição a que te referes e que incluis na categoria de recompensa, é o que não chego a compreender.

Queres dizer que não conheces, lhe repliquei, o que recebem em pagamento as pessoas de bem, quando b se decidem a aceitar cargos de direção? Não sabes que passa por ser vergonhoso, como realmente o é, o amor às honrarias e ao dinheiro?

Sem dúvida, respondeu.

Eis a razão, continuei, de não se decidirem a governar os homens de bem nem por dinheiro nem por honrarias. Não desejam ser denominados mercenários com se fazerem pagar abertamente por suas atividades, nem ladrões, com se beneficiarem a ocultas em suas funções públicas. As honrarias, também, não os atraem, por não serem ambiciosos. É c preciso, por conseguinte, impor-lhes algum castigo para que se decidam a governar. Daí poder ser considerado desonroso pleitear alguém algum cargo, em vez de ser compelido a aceitá-lo. O maior castigo para quem se furta à obrigação de governar é vir a ser governado por alguém pior do que ele. O medo disso, segundo creio, é que leva os homens de bem a aceitar o governo, quando governam, e a se decidirem a dar

esse passo, não no pressuposto de que os espera algo bom ou que vão dar-se admiravelmente bem no cargo, mas por necessidade e por não lhes ser possível porem-se sob d a direção de alguém melhor do que eles, ou, pelo menos, igual. Porque, se fosse concebível uma cidade só de homens de bem, nasceriam tantas brigas para se esquivarem todos dos postos de governança, como há presentemente para governar, com o que se tornaria patente que não é da natureza do verdadeiro dirigente pensar no interesse próprio, porém no de seus súditos. Por isso, todo homem de senso prefere ser beneficiado por outros a ter trabalho para beneficiar terceiros. A esse e respeito não faço a mínima concessão a Trasímaco, de que o justo consiste na vantagem do mais forte. Mas podemos deixar esse ponto para depois. Muito maior importância parece ter o que disse Trasímaco sobre ser melhor a vida do injusto do que a do justo. Dize-me, Glauco, continuei, qual delas escolherias? E com quem te parece estar a verdade?

No meu modo de julgar, respondeu, é mais vantajosa a vida do justo.

Ouviste bem, lhe perguntei, tudo o que Trasímaco 348 a enumerou há pouco como vantagens do homem injusto?

Ouvi, replicou, porém não fiquei convencido.

E não queres que o convençamos – se nos for possível achar o caminho para isso – de que ele não tem razão?

Como não haveria de querer? perguntou.

Por conseguinte, lhe disse, se ao seu discurso opusermos o nosso, com a enumeração de todas as vantagens da vida justa, e à sua réplica treplicarmos, será preciso contar essas vantagens e medir tudo o que b cada uma das partes apresentou em sua exposição, impondo-se-nos, afinal, um juiz para decidir. A continuarmos como até agora, para chegarmos a algum acordo, faremos a um só tempo o papel de juízes e de advogados.

Isso mesmo, disse.

Qual dos dois métodos preferes? perguntei.

O segundo, respondeu.

XX – Então, vamos, Trasímaco, lhe falei; responde-nos do começo: a perfeita injustiça, conforme sustentas, é mais vantajosa do que a perfeita justiça?

Foi o que afirmei, de fato, respondeu; e apresentei c minhas razões.

Muito bem. E a respeito da seguinte alternativa, de que maneira te manifestas: a uma delas dás o nome de virtude, e a outra o de vício?

Como não?

Nesse caso, a justiça é virtude, sendo vício a injustiça?

Era só o que faltava, meu caro! Pois afirmei que a injustiça é de vantagem, o que a justiça não é!

Então, que é?

O contrário, justamente, respondeu.

Nesse caso, a justiça é vício?

d Isso não, porém generosa ingenuidade.

Dirás, então que a injustiça é malignidade?

Não; chamo-lhe discrição.

E os indivíduos injustos, Trasímaco, és também de opinião que sejam prudentes e sábios?

Sim, replicou; os que podem cometer injustiças com perfeição, quando conseguem submeter ao seu alvedrio cidades e povos inteiros. Decerto imaginavas que me referia a ladrões de bolsas? Aliás, continuou, essa atividade também é lucrativa, contanto que não sejam descobertos seus autores. Porém não merece ser mencionada, ao lado das outras a que acabei de referir-me.

e Quer parecer-me, respondi, que não deixei de apanhar o sentido do que disseste; porém fico admirado de classificares a injustiça como virtude e sabedoria, e a justiça como o oposto disso.

Exatamente; é desse modo que as classifico.

Nesses termos, companheiro, lhe repliquei, a proposição é muito dura; não é fácil levantar contra ela objeção alguma. Se tivesses afirmado que a injustiça

é vantajosa, mas admitisses, como o fazem muitos, que é vício ou algo vergonhoso, saberíamos como rebater-te, de acordo com princípios de aceitação geral. Porém, estou vendo que vais denominá-la bela e forte e atribuir-lhe

349 a os qualificativos que de regra aplicamos à justiça, uma vez que não hesitaste em emparelhá-la com a virtude e a sabedoria.

Adivinhaste, respondeu, com bastante aproximação.

Apesar disso, observei, não devemos desistir de levar avante nosso raciocínio, enquanto eu continuar persuadido de que falas com convicção. Pois o que me parece, Trasímaco, é que não estás gracejando, mas expões com franqueza o que se te afigura ser a verdade.

E a ti que importa, perguntou, se eu estou convencido do que falo, e por que não refutas simplesmente minha proposição?

b A mim, nada, foi o que eu disse. Mas procura responder a mais uma questãozinha: és de parecer que o homem justo queira obter alguma vantagem sobre outro justo?

Nunca, respondeu; se assim procedesse, deixaria de ser o que é: urbano e bonachão.

E agora, mais esta: também não o quereria nas ações justas?

Nem nas justas, respondeu.

Mas quereria levar vantagem sobre o homem injusto? E como consideraria semelhante prática: justa ou injusta?

Consideraria justa, respondeu; desejaria beneficiar-se; porém não tem capacidade para tanto.

Não é isso que desejo saber, lhe objetei, mas apenas

c se o indivíduo justo não deseja nem considera legítimo alcançar alguma vantagem sobre outro justo, mas admite isso mesmo com relação ao injusto?

É assim, de fato, respondeu.

E o injusto? Quereria alcançar alguma vantagem sobre o justo e a ação justa?

Por que não? respondeu; deseja ganhar de todo o mundo.

Assim, com relação ao homem injusto e suas ações, o indivíduo injusto quer levar vantagem e esforçar-se para obter mais do que todos.

Isso mesmo.

XXI – Então, lhe observei, formulemos a proposição do seguinte modo: o homem justo não quer obter vantagem sobre seu semelhante, porém sobre d seu contrário; o injusto quer obtê-la tanto sobre os semelhantes como sobre seus contrários.

Otimamente formulado, respondeu.

Ademais, continuei, o injusto é inteligente e bom, e o justo nem uma coisa nem outra.

Isso, também, está muito bem dito, respondeu.

Sendo assim, prossegui, o injusto se parece com o inteligente e bom, o que não se dá com o justo.

Como não haverá de parecer-se, disse, quem for de determinado jeito, com os que se lhe assemelham, e não parecer quem revelar outra formação?

Muito bem. Então, cada um é como for o seu semelhante.

Por que não? perguntou.

Está bem, Trasímaco; e não admites que este ou aquele indivíduo possa ter temperamento musical e e outro não?

Sem dúvida.

Qual deles é o sabido, e qual o ignorante?

Evidentemente, o músico é o sabido, e o não músico, ignorante.

E não será bom esse indivíduo no que for entendido, como dirás que é mau no que for ignorante?

Sim.

E com relação ao médico, não se passa a mesma coisa?

Sem dúvida.

E serás de parecer, meu caro, que ao encordoar sua lira queira algum músico ultrapassar outro músico

ou alcançar sobre ele alguma vantagem no que respeita à tensão ou ao relaxamento das cordas?

Penso que não.

Porém sobre quem não for músico?

Necessariamente.

350 a E que me dizes do médico? Na prescrição do que for para comer ou beber, desejará ultrapassar outro médico ou as determinações da Medicina?

De forma alguma.

Porém os leigos em Medicina?

Perfeitamente.

Considera agora em todas as modalidades de conhecimento ou de ignorância, se és de parecer que qualquer conhecedor especializado deseja ultrapassar, por atos ou por palavras, seu colega de especialidade ou, de preferência, fazer o mesmo que ele em casos semelhantes?

Sou de parecer, respondeu, que necessariamente terá de ser assim como dizes.

E a ignorância, não deseja sobrepor-se, a um

b tempo, ao conhecedor e ao leigo?

É bem provável.

E o conhecedor, não será sábio?

De acordo.

Logo, o bom e sábio não deseja ultrapassar seu semelhante, porém o que não se lhe assemelha e é seu contrário.

É o que parece, respondeu.

Ao passo que o indivíduo ruim e ignorante quer vencer nesse particular tanto o semelhante como o seu contrário.

Isso mesmo.

Por conseguinte, Trasímaco, observei, o homem injusto revelou-se-nos como desejoso de alcançar vantagem tanto à custa dos seus semelhantes como dos que não se lhe assemelham. Não foi isso que disseste?

Exatamente, respondeu.

Enquanto o justo não deseja ter vantagem sobre o

c seu semelhante, mas sobre o injusto?

Perfeitamente.

Logo, continuei, o justo se assemelha ao bom e ao sábio, e o injusto ao mau e ignorante.

É bem possível.

Porém, já ficamos de acordo que cada um será o que for o seu semelhante.

Ficamos, de fato.

Nesse caso, o justo se nos revelou, por fim, como sendo bom e sábio, e o injusto, ignorante e mau.

XXII – Trasímaco admitiu todos esses itens, porém não com a facilidade com que acabo de enunciá-los: a d duras penas e suando em bagas, tanto mais que estávamos no verão. Nesse momento, vi o que nunca vira antes: Trasímaco enrubescer. Depois de havermos admitido que a justiça é virtude e sabedoria, e a injustiça vício e ignorância, lhe disse: Está ótimo; esta parte já ficou resolvida. Mas afirmamos também que a injustiça é poderosa. Não te recordas, Trasímaco?

Recordo-me, respondeu; porém não me agrada o que acabas de dizer e contra isso teria muito que objetar. Mas, e se começasse a falar, tenho certeza de que me acusarias de fazer demagogia. Será preciso, portanto, que me deixes falar como me aprouver; ou, no caso de preferires perguntar, formula tuas perguntas. De minha parte, comportar-me-ei como diante de uma velha contadora de histórias, limitando-me a dizer "Está bem", e a acenar sim ou não com a cabeça.

Desse jeito não, observei; nada contra tuas próprias convicções.

Responderei como for do teu agrado, disse, uma vez que não me deixas falar. Que mais queres?

Nada, por Zeus, foi a minha resposta. Faze como bem te parecer. Vou interrogar-te.

Então, interroga.

Vou repetir a questão que apresentei antes, para 351 a levar com método até o fim a argumentação: que é a justiça com relação à injustiça? Há pouco foi declarado

que a injustiça é mais poderosa e mais forte do que a justiça. Agora, porém, uma vez que a justiça é virtude e sabedoria, quer parecer-me que ficou demonstrado com muita facilidade ser também mais forte do que a injustiça. Ninguém contestará semelhante proposição. Contudo, Trasímaco, não lançarei mão de um argumento tão simplista, mas encararei o problema do seguinte modo: Admites, certamente, que haja b alguma cidade injusta, e que queira escravizar injustamente outras cidades, ou que já as tenha escravizado e mantenha muitas delas na escravidão?

Como não? respondeu; é o que não deixará de fazer a melhor cidade, visto ser a mais injusta no seu gênero.

Compreendo, lhe falei; é a tese que defendes. Porém, a esse respeito, considera o seguinte: a cidade que submeter outra exercerá o seu domínio sobre ela sem o emprego da justiça, ou terá necessariamente de recorrer à justiça para esse fim?

No caso, disse, de ser como afirmaste agora mesmo, c que a justiça é sabedoria, será com o emprego da justiça; se eu estiver certo no que sustento, com injustiça.

Estou verdadeiramente encantado, Trasímaco, lhe disse, por não te limitares a acenar sim ou não com a cabeça, porém de me responderes desse modo.

É só para te ser agradável, disse.

XXIII – É muita gentileza de tua parte. Então, faze-me também o obséquio de responder ao seguinte: És de parecer que uma cidade, ou um acampamento, um bando de salteadores ou de ladrões, ou qualquer outra malta do mesmo tipo, de associados na consecução de determinada malfeitoria, conseguiriam levar a bom termo o que quer que empreendessem, se entre eles só cometessem injustiças?

d Não, evidentemente, respondeu.

E se se abstivessem de cometer injustiças, não alcançariam melhor êxito?

Sem dúvida nenhuma.

E não se dá isso, justamente, Trasímaco, porque a injustiça faz nascer ódio entre os homens, lutas e dissensões, enquanto a justiça gera amizade e concórdia? Não é assim mesmo?

Pois que seja, respondeu; para não discordar de ti.

És muito amável, amigo. Agora, responde-me ao seguinte: se é conseqüência inevitável da injustiça insuflar ódio onde quer que se encontre, não ocasionará também ódio recíproco e dissensões em cidadãos livres ou em escravos a que porventura se agregue, deixando-os, por isso mesmo, incapazes de
e levar a cabo qualquer ação conjunta?

Perfeitamente.

E no caso de manifestar-se em duas pessoas: não ficarão elas divididas e com aversão recíproca, tornando-se inimigas uma da outra, como inimigas já são dos indivíduos justos?

Ficarão, disse.

E se a injustiça, varão admirável, se implantar numa única pessoa, não ficará esta com a sua capacidade destruída? Ou achas que a conservará intacta?

Creio que a conservará intacta, respondeu.

Mas, não é fora de dúvida que a injustiça tem a propriedade, onde quer que se encontre, seja cidade, família,
352 a acampamento militar, de, inicialmente, deixar qualquer pessoa incapaz de agir com harmonia de vistas, em virtude das dissensões e inimizades que suscita, e, ao depois, inimiga de si própria e de quantos lhe sejam contrários, como também dos justos? Não é isso mesmo?

Perfeitamente.

Encontrando-se num único indivíduo, me parece, produzirá os mesmos efeitos que é próprio de sua natureza produzir: inicialmente, deixá-lo-á incapaz de qualquer ação, pela dissensão provocada no seu íntimo, e em desarmonia consigo mesmo; depois, fá-lo-á inimigo de si próprio e das pessoas justas. Não é assim?

É.

E os deuses, amigo, também não são justos?

b Admitamos que o sejam, respondeu.

Nesse caso, Trasímaco, o homem injusto será inimigo dos deuses, como amigo deles será o justo.

Regala-te à vontade, disse, com tua argumentação; não farei objeção alguma, para não desgostar os presentes.

Está bem, lhe retruquei; então, serve-me o resto do banquete, respondendo como o fizeste até agora. Já demonstramos que os justos são mais sábios, melhores e mais eficientes, enquanto os injustos são incapazes de qualquer ação conjunta, e que quando

c dizemos que com toda a sua injustiça eles agiram em conjunto e com energia, de forma alguma corresponde isso à verdade, pois não se teriam poupado mutuamente se fossem injustos de todo, sendo mais do que claro que permanecia neles algum resquício de justiça que os impedia de se prejudicarem reciprocamente, quando causavam dano a seus adversários e lhes permitiu terminar com êxito o que haviam iniciado. Ao tomar a peito aquela empresa injusta, eram malfeitores só pela metade, porque os indivíduos

d injustos se tornam absolutamente inaptos para a ação. Assim eu compreendo que seja, não como disseste no começo. Quanto a sabermos se os justos levam melhor vida do que os injustos e se são mais felizes – questão que deixamos para tratar na ocasião conveniente – é o que precisamos examinar. Aliás, isso me parece indiscutível, por tudo o que consideramos até agora. Todavia, será de proveito aprofundarmos o problema, pois não estamos falando de um assunto sem importância, mas de que modo será preciso viver.

Então, examina, disse.

É o que vou fazer, lhe observei. E agora responde: Não dirás que o cavalo tem uma atividade específica?

e Perfeitamente.

E não definirás a atividade do cavalo ou a do que quer que seja como o que não pode ser realizado a não ser por seu intermédio?

Não compreendo, disse.

É o seguinte: Consegues ver, a não ser por meio dos olhos?

Não, evidentemente.

E então? E ouves, a não ser por meio dos ouvidos?

De forma alguma.

Assim, temos o direito de dizer que são essas as atividades próprias de cada um desses órgãos.

Perfeitamente.

353 a E agora: Não te será possível cortar sarmentos de videira com espada, ou faca ou com outros instrumentos?

Como não?

Porém nenhum deles, quero crer, fará semelhante trabalho tão bem como o podão fabricado para esse fim.

É verdade.

Podemos, por conseguinte, afirmar que essa é sua função específica.

Podemos.

XXIV – Agora, tenho certeza, compreendes melhor o que eu queria dizer, quando te perguntei se a atividade de uma coisa não é o que ela faz sozinha ou com mais perfeição do que as outras.

Sim, compreendo, e creio ser essa, de fato, a

b atividade de cada coisa.

Muito bem, lhe disse; e não te parece também que cada uma tenha uma virtude correspondente à sua função peculiar? Voltemos ao exemplo anterior: há uma função própria dos olhos?

Há.

Por conseguinte, também há uma virtude dos olhos?

Também uma virtude.

E agora: Não há uma função dos ouvidos?

Sim.

E também uma virtude correspondente?

Uma virtude, também.

E com tudo o mais não se dá o mesmo?

Dá-se.

Pára aí. Poderiam, porventura, os olhos exercer bem suas funções, se, em vez da virtude que lhes é c própria, só tivessem ruindade?

Como fora possível? perguntou; decerto, referes-te à cegueira, em lugar da vista.

Pouco importa qual seja a virtude, observei; não perguntei isso, mas apenas se os órgãos desempenham bem suas funções com as virtudes peculiares, e mal com os vícios contrários.

Nesse ponto tens toda a razão, respondeu.

Sendo assim, os ouvidos, também, privados da virtude própria, exercerão mal suas funções.

Perfeitamente.

E não nos seria possível estudar tudo o mais às d luzes desse mesmo princípio?

Penso que sim.

Muito bem. E agora considera o seguinte: há alguma atividade da alma que nada no mundo possa realizar em lugar dela, como dirigir, comandar, aconselhar e tudo o mais do mesmo gênero? Teremos o direito de atribuir todas essas funções a outra coisa que não seja à alma, e não devemos afirmar que lhe são peculiares?

A ela, exclusivamente.

E com relação à vida, não diremos que seja função da alma?

Seguramente, disse.

e Como poderemos afirmar, outrossim, que há uma virtude privativa da alma.

É certo.

E porventura, Trasímaco, poderá a alma exercer bem suas funções, se vier a ficar privada da virtude própria, ou será isso impossível?

É impossível.

Uma alma ruim, por conseguinte, terá necessariamente de governar e dirigir mal, ao passo que a alma boa fará bem tudo isso.

Forçoso é que assim seja.

E já não admitimos que a virtude da alma é a justiça, e seu defeito, a injustiça?

Admitimos, realmente.

Assim sendo, a alma e o homem justo viverão bem, como viverá mal o injusto.

Parece que sim, de acordo com tua argumentação.

354 a Logo, quem vive bem é feliz e abençoado; e quem não vive bem, o contrário disso.

Certamente.

O justo, portanto, será feliz, e o injusto, desgraçado.

Pode ser, foi a sua resposta.

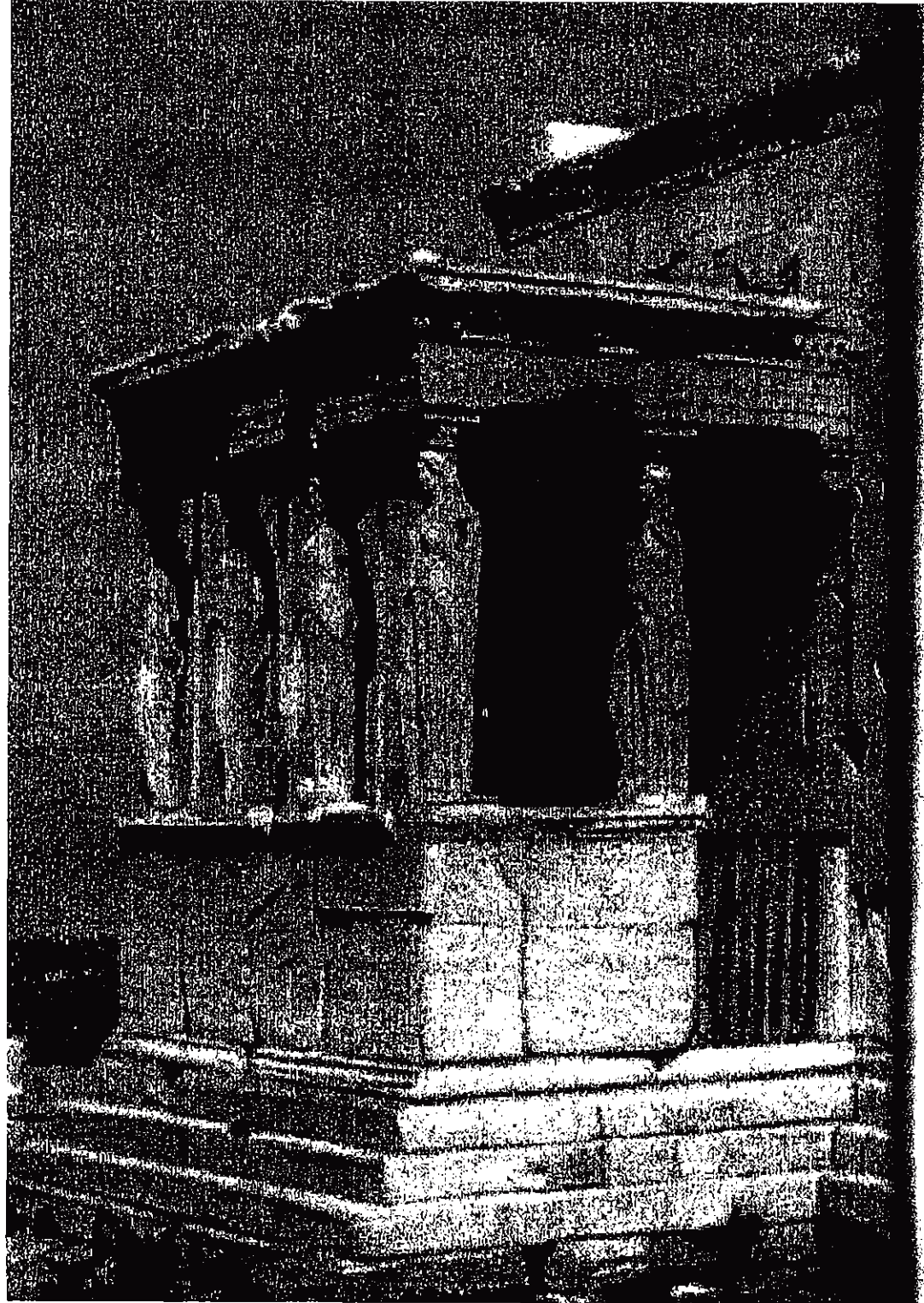
Mas, não há nenhuma vantagem em ser desgraçado; só em ser feliz.

Como não?

Então, meu abençoado Trasímaco, nunca a injustiça poderá ser mais vantajosa do que a justiça.

E com isto, Sócrates, te banqueteaste no festival da deusa Bêndis.

Fui servido por ti, Trasímaco, por teres ficado b amável e deixado de responder-me mal. É verdade que não me regalei; mas a culpa foi minha, não tua. Do mesmo modo que os gulosos tiram um pouquinho de cada prato que vai sendo servido, sem saborearem suficientemente o anterior, eu também, quer parecer-me, antes de encontrar o que procurávamos primeiro, ou seja, a natureza da justiça, deixei isso de lado e passei a considerar se ela é vício e ignorância ou sabedoria e virtude. De seguida, mal havia caído sobre nós a proposição de que a injustiça é mais vantajosa do que c a justiça, não pude evitar de passar daquela para esta. O resultado é que nada aprendi em toda a nossa discussão. Pois, se eu não souber o que é a justiça, de modo nenhum poderei saber se é ou não uma virtude e se quem a possui é feliz ou desgraçado.

Este, provavelmente, era um diálogo autonomo, "socrático", por terminar sem respostas. Sócrates não sabe o que é justiça, apenas que ela é melhor que seu contrário. [illegible]

Livro II

357a I – Pensei que depois dessas palavras eu estivesse dispensado de prosseguir; mas tudo aquilo, pelo que se viu, não passara de simples proêmio. Glauco, sempre tão decidido em todas as ocasiões, não aceitou, também, naquela conjuntura, a retirada de Trasímaco, e se manifestou: Sócrates, disse, queres apenas deixar a impressão de que nos convenceste, ou desejas, de fato, b capacitar-nos de que a justiça, de qualquer forma, é sempre superior à injustiça?

Em verdade, lhe falei, desejaria convencer-vos, se tal coisa estivesse em meu poder.

Nesse caso, replicou, não fazes o que queres. Dize-me o seguinte: acreditas que possa haver alguma espécie de bem que almejássemos possuir, não por suas conseqüências, mas por apreciarmos em si mesmo, tal como a alegria e os prazeres inocentes, que não deixam rasto algum no tempo, se não for o próprio fato de alegrar-nos?

Penso, respondi, que há uma classe de bens dessa natureza.

c E então? E não haverá também os de que nos agradamos tanto por eles mesmos como por suas conseqüências, tal como o conhecimento, a vista, a saúde? Desejamos todos eles por ambos os motivos.

Sem dúvida, respondi.

Não vês também, continuou, uma terceira classe, na qual se inclui a Ginástica, o tratamento de doenças, o exercício da Medicina e, de modo geral, as profissões lucrativas? De todos esses bens podemos dizer que são d penosos, mas sempre trazem consigo alguma utilidade, e que não os desejamos eles mesmos, mas pelas vantagens monetárias ou de qualquer outra natureza que nos possam proporcionar.

Há, de fato, lhe respondi, essa terceira classe de bens.

E em qual delas, perguntou, colocas a justiça?

358 a A meu parecer, lhe disse, na mais bela, a que tanto por ela mesma como por suas conseqüências terá de amar quem quiser ser feliz.

Porém, não é essa a opinião da maioria, que inclui a justiça na classe dos bens incômodos, os que precisam ser alcançados com o fim lucrativo e do bom nome e para salvaguarda da reputação, mas dos quais em si mesmos devemos fugir como de algo molesto.

II – Sei perfeitamente, lhe repliquei, que assim pensam quase todos, e disso mesmo Trasímaco a acusa há muito tempo, reservando seus elogios só para a injustiça. Mas, como se vê, tenho cabeça dura.

b Então, continuou, ouve também o meu parecer; quem sabe se pensas como eu. Tenho a impressão de que Trasímaco se deixou amansar mais depressa do que fora razoável, encantado por ti como sob a ação de uma serpente; mas, a meu ver, os argumentos de um e de outro lado não foram suficientemente desenvolvidos. Desejo ouvir o que em si mesmos são os dois conceitos – a justiça e a injustiça – e que força tem cada uma, quando presente na alma, sem levarmos em consideração nem o salário nem qualquer outra vantagem delas decorrentes. Vou proceder da seguinte maneira; vê se aprovas meu plano. Recapitularei a c argumentação de Trasímaco, a começar por definir o que, na opinião geral, é a justiça, e por dizer de onde se origina; de seguida, mostrarei como todas as pessoas que a praticam o fazem a contragosto e por obrigação, como se não se tratasse de algum bem, mas de um mal necessário; terceiro, que essas pessoas se comportam com coerência, pois é muito melhor, segundo dizem, a vida do homem injusto do que a do justo, conquanto, Sócrates, não seja essa a minha maneira de pensar. Mas o certo é que fico desorientado, quando me zunem nos ouvidos os discursos de Trasímaco e de tantos d outros; porém com relação à defesa da justiça e a superioridade que ela deve ter sobre a injustiça, ainda

não encontrei nada que me satisfizesse. Desejaria ouvir a exaltação da justiça em si mesma, e de ti, sobretudo, é que espero esse elogio. Por isso, vou esforçar-me ao máximo no louvor da vida do homem injusto, para mostrar-te como desejo ouvir-te condenar a injustiça e exaltar a justiça. Declara se estás de acordo com essa proposta.

e De inteiro acordo, respondi. Com que melhor tema poderá ocupar-se com agrado qualquer pessoa sensata ou seja como expositor ou como ouvinte?

Belas palavras, respondeu; então, escuta o que me proponho falar desde logo sobre a natureza e a origem da justiça.

359 a Dizem que, por natureza, praticar injustiça é um bem e ser vítima de injustiça, um mal, porém que há mais mal em ser vítima de injustiça do que bem em praticá-la. Por isso, quando os homens cometem reciprocamente injustiça e dela são vítimas, vindo, portanto, a experimentar ambas as coisas, os que não podem esquivar-se de uma nem alcançar a outra consideram mais vantajoso firmar um acordo para não mais serem vítimas de injustiça nem virem a cometê-la. Desse ponto foi que nasceram as leis e os contratos entre os homens, passando, então, o que é determinado por lei a ser chamado legalidade e justiça. Tal é a origem e a essência da justiça: uma espécie de compromisso entre o maior bem, ou seja, a impunidade para todas as malfeitorias, e o maior mal, isto é, a impotência de vingar-se quem foi vítima de

b injustiça. Na qualidade de um meio termo entre ambas não é amada a justiça como um bem, mas apenas tolerada, por serem impotentes os homens para cometer injustiça. Pois quem pudesse cometê-la, no caso de ser homem na verdadeira acepção do vocábulo, em nenhum tempo iria firmar com ninguém um contrato, para não ser vítima de injustiça nem vir a praticá-la, a menos que fosse louco. Eis aí, Sócrates, a natureza da justiça, como é em si mesma, segundo dizem, e como se originou.

III – Para provar que só procedem a contragosto os que se afanam na prática da justiça e pela impossibilidade de cometer injustiça, mais facilmente c o perceberemos com as seguintes considerações: demos a ambos, ao homem justo e ao injusto, o poder de fazerem o que bem lhes parecer, e acompanhemo-los depois para ver aonde vai conduzi-los a paixão. Na mesma hora, fora certeza surpreender o homem justo a trilhar o caminho do injusto, no propósito de obter vantagens, o que todos, por conformação natural, consideram um bem, pois é apenas a força da lei que os obriga a respeitar a igualdade. A melhor maneira de alcançar a liberdade a que me refiro seria dar-lhes o d poder que outrora teve Giges, segundo contam, genearca do Lido. Giges era um pastor a serviço do rei da Lídia. Por ocasião de um grande temporal acompanhado de tremor de terra, o solo se abriu, formando-se uma fenda no lugar em que ele levara a pastar o seu rebanho. Ao ver isso, tomado de admiração, penetrou na abertura, tendo percebido, segundo contam, entre outras maravilhas, um cavalo de bronze, oco e provido de pequenas janelas, através das quais, enfiando a cabeça, notou um cadáver que se lhe afigurou de proporções mais do que humanas: e inteiramente despido, deixava apenas ver um anel de ouro numa das mãos. Retirando-o, voltou Giges para cima. Na reunião habitual dos pastores, para apresentarem ao rei o relatório mensal do estado do rebanho, compareceu também Giges com o anel no dedo. Como estivesse sentado no meio dos outros, aconteceu virar casualmente a pedra do anel para a 360 a palma da mão, com o que imediatamente se tornou invisível para os circunstantes, que passaram a referir-se a ele como se já não se encontrasse ali presente. Cheio de admiração, tornou a mexer no anel e virou o engaste para o lado de fora, depois do que voltou a ficar visível. Tendo percebido o que se dera, fez várias experiências para ver se, de fato, era o anel

dotado de tão extraordinária virtude, e sempre com o mesmo resultado: tornava-se invisível quando a pedra era virada para dentro, voltando a aparecer quando a dirigia para fora. De posse desse conhecimento, trabalhou para ser um dos mensageiros para o rei, e,
b chegado à corte, seduziu a rainha, com a sua ajuda atacou o rei, assassinou-o e apoderou-se do trono. Na hipótese, portanto, de haver dois anéis iguais a esse, sendo um deles usado pelo homem justo e o outro pelo injusto, ninguém, absolutamente, segundo tudo o indica, revelaria resistência de diamante para conservar-se fiel à justiça e não se apoderar dos bens alheios ou não tocar neles, muito embora tivesse a possibilidade de tirar do mercado, com toda a segurança, tudo o que quisesse,
c penetrar em qualquer casa e deitar-se com quem lhe apetecesse, matar ou libertar da prisão quem bem entendesse, e fazer tudo o mais, tal qual um deus entre os humanos. Assim procedendo, nenhum diferiria do outro; ambos percorreriam o mesmíssimo caminho, prova mais do que certa, com a qual todos terão de concordar, de que ninguém é justo por livre iniciativa, mas por coação, pois não há quem considere a justiça em si como um bem; onde quer que possa praticar alguma
d injustiça, não deixará de fazê-lo. Todos os homens são de parecer que a injustiça lhes é de muito mais proveito do que a justiça, no que estão certos, como o dirá o defensor da presente proposição. Pois o indivíduo com semelhante poder, que não se decidisse a praticar nenhuma injustiça nem a tocar nos bens alheios, seria tido na conta de infelicíssimo pelos observadores, e inteiramente destituído de senso, muito embora uns para os outros o elogiassem, enganando-se mutuamente, de medo de virem a ser vítimas de alguma tramóia de qualquer deles. Sobre esse tópico é quanto basta.

IV – Para podermos, agora, formar juízo seguro
e sobre a vida desses dois tipos de que falamos, o justo e o injusto no grau mais elevado, será preciso isolá-los

completamente. Sem isso, nada conseguiremos. E como poderá ser feita semelhante separação? Da seguinte maneira: nada tiremos da injustiça do homem injusto, nem da justiça do justo, e imaginemos cada um deles como perfeito na sua maneira de viver. Para começar, façamos do homem injusto um profissional completo em sua atividade. Um hábil piloto ou um médico sabem distinguir perfeitamente o que é ou não

361 a possível nas respectivas profissões, empreendendo aquilo e abandonando o resto. No caso de cometerem algum engano, são suficientemente hábeis para repará-lo. Da mesma forma deverá proceder o homem injusto, que praticará com todas as regras da arte as suas malfeitorias, sem nunca se deixar colher em flagrante, caso queira, de fato, apresentar-se como mestre consumado de injustiça; quem é apanhado em alguma falta é tido na conta de incapaz, pois a mais consumada injustiça é parecer alguém justo sem o ser. Precisaremos, portanto, prover o homem injusto da mais acabada injustiça, sem de nada privá-lo. Mais, ainda: consintamos

b que à prática dos piores crimes alie a mais elevada reputação de justiça; se chegar a dar algum passo em falso, seja capaz de corrigi-lo; no caso de vir a ser conhecido algum dos seus atos, terá de dispor de dotes oratórios para justificar-se, além de poder decidir-se pela violência, sempre que esta se fizer necessária, ora com o emprego da coragem pessoal e da força, ora com os recursos materiais e a influência de amigos que tenha sabido angariar. Concebido desse modo em nosso discurso o homem injusto, coloquemos o justo ao seu lado, o homem simples e generoso, que não deseja, como diz Ésquilo, apenas parecer bom, mas ser de verdade homem de bem. Suprimamos a aparência; se

c parecer justo, no mesmo instante se verá cumulado de honrarias e de presentes, por causa, precisamente, da aparência, tornando-se-nos incerto, por conseguinte, se ele é justo por amor à justiça ou por causa dos presentes e honrarias. Despojemo-lo de tudo, com

exceção da justiça, para que venha a formar perfeito contraste com o anteriormente concebido: sem haver cometido a menor falta, passa por ser o tipo acabado do criminoso. Posta, assim, à prova sua justiça, vejamos se se deixa abalar da má reputação e de suas conseqüências.
d Mostre-se firme até à morte; sendo justo, pareça injusto enquanto viver, para que, tendo ambos atingido a meta extrema, um da justiça e o outro da injustiça, seja possível decidirmos qual deles foi o mais feliz.

V – Deuses, meu caro Glauco, exclamei; com que vigor soubeste polir esses dois tipos! Para nosso julgamento, são verdadeiras estátuas.

Faço o que posso, respondeu. Uma vez assim constituídos, não será difícil, segundo penso, descrever a espécie de vida que aguarda a cada um. É o que vou
e fazer; se achares de algum modo grosseira a descrição, considera que não sou eu quem falo, mas os que exaltam a injustiça em detrimento da justiça. Dizem que, nessas circunstâncias, o justo será vergastado, torturado e amarrado; queimar-lhe-ão os olhos e, por
362 a último, depois de passar por todos esses tormentos, será empalado, para compreender, facilmente, que o que importa não é ser, porém parecer justo. Aquele dito de Ésquilo se aplicaria com muito maior propriedade ao injusto; este, dirão, é que se esforça por alcançar o que realmente existe; não vive de acordo com as aparências: deseja ser injusto, de verdade; não simplesmente parecer:

Cultivando da mente o fundo sulco
de onde conselhos fúlgidos germinam.

b

Para começar, por ter fama de justo, ocupará cargos de direção na cidade; depois, casar-se-á na família que quiser e dará seus filhos em casamento para quem bem lhe parecer; tratará ou se aliará com quem entender, sem falarmos que de tudo colherá vantagens, pois não

se deterá diante de qualquer injustiça. Vendo-se às voltas com algum pleito, seja público ou particular, sempre se sobreporá ao adversário e ganhará à sua custa; e porque sabe tirar partido de tudo, enriquecerá c depressa, ficando em condições de fazer bem aos amigos e mal aos inimigos; oferece sacrifício às divindades, dádivas freqüentes e magníficas, tornando-se, assim, capaz de obter, com muito melhor resultado que o justo, as graças dos deuses ou dos homens que entender, donde podermos concluir ser ele, por direito, muito mais amado dos deuses do que o justo. Vem daí, Sócrates, dizerem que os deuses e os homens cooperam para deixar mais feliz a vida do homem injusto do que a do justo.

VI – Depois dessas considerações de Glauco, eu d tencionava dizer alguma coisa; porém nisso tomou a palavra seu irmão Adimanto, para perguntar: Decerto não vais dizer-nos, Sócrates, que o argumento foi suficientemente desenvolvido?

Que mais poderá faltar? lhe perguntei.

Não houve referência ao que sobretudo importava ser tratado.

Então, observei, de acordo com o provérbio, um irmão que socorra o outro. Por isso, se, de fato, ele se esqueceu de alguma coisa, corre em seu auxílio. Mas o que ele disse já é bastante para lançar-me ao solo e deixar-me inteiramente incapaz de sair em socorro da justiça.

e Ao que ele respondeu: O que disseste de nada adianta; ouve mais o seguinte: é necessário desenvolver também a tese contrária, a dos que exaltam a justiça e censuram a injustiça, para que ressalte ainda mais o que, a meu ver, é o pensamento de Glauco. O certo é que os pais falam aos filhos e os aconselham, e, com eles, todos os que têm a seu cargo outras pessoas, que 363 a é preciso ser justo, porém nenhum elogia a justiça em si mesma, mas apenas o bom nome que ela proporciona.

O que importa é que o indivíduo de aparência justa, por força mesmo do que parece ser, venha a alcançar cargos, casamento e tudo o mais que neste momento Glauco enumerou e que é conferido àquele pela simples reputação de justiça. Muito mais numerosas, ainda, na opinião de todos, são as vantagens do bom nome, pois não têm conta, também, as dádivas que os deuses conferem aos indivíduos piedosos, segundo
b afirmam. É o que nos diz o honesto Hesíodo e Homero o confirma. O primeiro declara que os deuses fazem crescer os carvalhos dos justos

> *Cheios de glandes no tope e de enxames de abelhas nos troncos,*

acrescentando:

> *Nédias ovelhas, também, sob o peso do velo se curvam.*

Homero diz mais ou menos a mesma coisa, quando se refere à glória de um

> *Rei sem defeito e aos deuses temente,*
> *que sobre muitos e fortes vassalos domínio tivesse*
> *e distribuísse justiça. O chão negro produz-lhe abundante*
> c *trigo e cevada, vergadas de frutos as árvores grandes;*
> *constantemente lhe dá peixe o mar, as ovelhas dão cria.*

Mais infantis, ainda, são os bens que Museu e seu filho concedem aos justos como dádivas dos deuses; na descrição de ambos conduzem os bem-aventurados para o Hades, fazem-nos assentar-se à mesa com
d guirlandas na fronte e lhes aprestam banquetes onde eles passam todo o tempo a beber, no pressuposto de que a mais bela recompensa da virtude é uma bebedeira

sem fim. Outros espicham ainda mais as dádivas divinas; sobrevivem os filhos dos filhos, dizem, e toda a posteridade do homem santo e de palavra. Essas e muito mais coisas do mesmo teor é que dizem em louvor da justiça. Os indivíduos ímpios e injustos, pelo contrário, eles os enterram na lama do Hades e

e condenam a carregar água num crivo, além de assinalá-los em vida com a pecha de infames e de lhes infligir os castigos atribuídos por Glauco aos justos com fama de injustos. A respeito dos injustos é só o que sabem dizer; não inventaram nada de novo. Desse modo é que elogiam ou censuram a ambas.

VII – Além dessa concepção, Sócrates, considera outro tipo de discurso sobre a justiça e a injustiça,

364 a muito do gosto dos poetas e de pessoas do povo. A uma voz, todos entoam o hino da temperança e da justiça, para dizerem que são belas, mas, a um tempo, penosas e difíceis, enquanto são doces e de fácil acesso a intemperança e a injustiça, que apenas a lei e a opinião geral consideram censuráveis. A injustiça é muito mais vantajosa do que a justiça – é o que todos afirmam – mostrando-se inclinados a considerar felizes e a acatar particularmente e em público os indivíduos maus, porém ricos ou de qualquer forma poderosos, e a

b desprezar e não fazer caso dos obscuros e pobres, conquanto admitam que estes são melhores do que os outros. Sobremodo estranho, porém, é o que dizem dos deuses e da virtude: que para muitos homens de bem os deuses aprestam uma vida de dissabores e misérias, enquanto para os diferentes destes só concedem venturas. Por outro lado, adivinhos e charlatães postam-se à porta dos ricos e os convencem de que alcançaram dos deuses, por meio de sacrifícios e encantamentos, o poder de delir com folguedos e

c festas as faltas que eles ou seus antepassados tivessem cometido. No caso de querer alguém causar dano aos seus desafetos, mediante remuneração insignificante

será fácil prejudicar indiferentemente o bom e o mau; com encantações e fórmulas mágicas conseguem, segundo afirmam, convencer os deuses a servi-los. Em reforço de suas pretensões trazem o testemunho dos poetas, que deixam cômodo o caminho do vício:

d *Para chegares aos vícios, por mais numerosos, é muito*
fácil: macio é o caminho; bem perto eles todos demoram.
Ante a virtude, porém, o suor colocaram os deuses

e uma estrada comprida e íngreme. Aduzem também o testemunho de Homero sobre a possibilidade de influírem os homens nas divindades, com fazê-lo dizer que os próprios deuses se deixam dobrar,

Com terem mais dignidade, poder superior e virtude.
Apesar disso, conseguem os homens obter-lhes as graças,
e *com libações e gordura queimada, com preces e vítimas,*
se, porventura, cometem qualquer infração ou pecado.

Trazem, também, livros aos montes, de Museu e Orfeu, filhos de Selene e das Musas, conforme alegam, e com cujas regras organizam o ritual dos sacrifícios, o que lhes permite convencer não apenas particulares, como até mesmo cidades inteiras, de que é possível a reparação e purificação de qualquer crime por meio de sacrifícios e folguedos pueris, tanto em
365 a vida como depois de morto. A essas cerimônias dão o nome de expiação, atribuindo-lhes o poder de livrar-nos dos tormentos do outro mundo. A negligência de tais práticas acarreta terríveis sofrimentos.

VIII – Todos esses discursos, meu caro Sócrates, continuou, em tantas variações, acerca da justiça e da maldade, e da estima em que são tidas pelos homens e pelos deuses, que impressão imaginamos possam deixar na alma dos jovens que os escutam? Refiro-me aos bem-dotados e capazes, por assim dizer, de apanhar, do que ouvem, de passagem e como num vôo,
b a conclusão de como devem ser e qual o caminho a percorrer para atravessarem a vida do melhor modo possível. Não faltará quem repita para si mesmo aqueles versos de Píndaro:

Como escalar o muro intransponível:
pelo direito ou por caminhos tortos,

a fim de passar seguro o resto da vida? Estou cansado de ouvir dizer que a justiça não me será de nenhuma vantagem e, ao contrário, só me ocasionará trabalhos e dissabores, se, além de ser realmente justo, eu não parecer que o sou; porém se for injusto e souber aparentar justiça, prometam-me uma vida somente
c comparável à dos deuses. Por conseguinte, visto proclamarem os sábios que a aparência manda na verdade e dirige a felicidade, é para esse lado que deverei voltar-me. À guisa de vestíbulo e fachada, vou traçar ao redor de mim mesmo um simulacro da virtude, porém arrastarei atrás de mim a sutil e astuciosa raposa do sapientíssimo Arquíloco. Porém, já ouço alguém observar não ser fácil ao malvado ficar despercebido muito tempo. Sim, lhe responderemos,
d o que é grande não é fácil; o certo é que, se quisermos ser felizes, teremos de entrar pelo caminho a que vão dar os rastos do discurso. Para não sermos descobertos, fundaremos sociedades secretas e confrarias, sem contar com o recurso dos professores de persuasão, que nos comunicarão a sabedoria demagógica e a tribunícia, e ora à custa de argumentos, ora com o emprego da força, saberemos tirar partido de tudo sem

incorrermos em nenhuma penalidade. Porém, aos deuses nada escapa, não nos sendo possível violentá-los. Muito bem; mas, e se eles não existirem ou não derem a mínima atenção aos negócios humanos, por que essa e preocupação de nos escondermos? Se existem, de fato, e se preocupam conosco, tudo o que sabemos deles é por ouvir dizer ou o que nos contam os poetas em suas genealogias. Ora, esses mesmos poetas afirmam que eles são sensíveis a sacrifícios e oferendas, como a preces piedosas, e que se deixam dobrar pelos homens. É preciso acreditar em ambas as coisas ou em nenhuma. Se lhes dermos crédito, poderemos ser 366 a injustos e oferecer sacrifícios com o próprio fruto de nossa atividade. É certo que, se formos justos, escapamos do castigo dos deuses, mas, por outro lado, renunciaremos às vantagens da injustiça. Se formos injustos, pelo contrário, guardamos o ganho e por meio de preces convenceremos os deuses a relevar nossas faltas e transgressões, do que resulta, afinal, escaparmos ao castigo. Sim, mas no Hades ser-nos-ão impostas penas pelos crimes aqui praticados, ou aos filhos de nossos filhos. Ora, meu caro, contestará quem souber fazer as contas, muito podem as expiações e os deuses b libertadores, conforme declaram as grandes cidades e os filhos dos deuses, os quais, como poetas e na qualidade de intérpretes dos pensamentos divinos, nos asseguram que tudo, realmente, se passa dessa maneira.

IX – Em que outros princípios, então, nos basearemos para preferir a justiça e não a extrema injustiça, se é bastante escondermos esta sob aparência enganadora, para que tanto da parte dos deuses como da dos homens tudo nos corra segundo nossos desejos, assim em vida como depois de mortos, de acordo com a opinião dos grandes e dos pequenos? Depois do que c ficou dito, Sócrates, como será possível decidir-se a cultuar a justiça quem dispuser de algum vigor da alma

ou do corpo, ou de qualquer superioridade conferida pela riqueza ou pela origem, em vez de rir quando ouve alguém elogiá-la? Sim, até mesmo quem pode demonstrar a falsidade do que dissemos e esteja plenamente convencido da superioridade da justiça desculpa os delinqüentes e não se zanga com eles; sabe perfeitamente que, com exceção de quem for dotado de capacidade divina para sentir aversão à injustiça, d ou se tenha tornado esclarecido pelo conhecimento, ninguém é voluntariamente justo e só condena a injustiça por pusilanimidade ou velhice ou qualquer outra debilidade, isto é, pela própria incapacidade de praticá-la. É mais do que claro! Mal alcança qualquer pessoa o poder, imediatamente torna-se injusto, na medida das oportunidades que se lhe oferecem. E tudo isso não tem outra causa além da que deu origem à discussão que eu e Glauco travamos contigo, Sócrates, para dizer-te: Meu admirável amigo, todos vós que vos e apresentais como paladinos da justiça, desde os heróis da antigüidade, cujos escritos nos foram transmitidos, até os homens de nossos dias, ninguém condenou até hoje a injustiça ou fez o elogio da justiça a não ser por causa da reputação, das honrarias e dos benefícios dela decorrentes. Mas, a maneira por que atua a justiça ou a injustiça na alma em que se encontrem, graças à virtude própria, sem que os deuses e os homens o saibam, ninguém ainda, nem em verso nem em prosa, fez a demonstração convincente de que uma é o maior mal que a alma possa ter em si mesma, e a outra, a 367 a justiça, o maior bem. Se assim nos tivésseis falado do começo e procurado desde a infância convencer-nos de semelhante verdade, não teríamos precisão de nos vigiarmos reciprocamente para não cometermos injustiça, pois cada um seria o melhor guarda de si mesmo, por medo de, com a prática de alguma maldade, agasalhar o maior mal.

Tudo isso, Sócrates, e muito mais ainda, certamente, Trasímaco e outros poderiam dizer a

respeito da justiça e da injustiça, modificando, a meu parecer, por maneira imprópria, a natureza de ambas. b Eu, porém, não vejo necessidade de ocultar-te ter sido apenas o desejo de ouvir-te desenvolver a tese contrária que me levou a expressar-me com toda essa veemência. Assim, não te limites a mostrar-nos em tua exposição que a justiça é superior à injustiça, porém como atua cada uma delas na alma dos homens, para que, em si mesmas, uma seja boa e a outra, má. Ponhamos de lado a reputação, conforme Glauco recomendou, porque, se não despojares ambas as partes da verdadeira c reputação e acrescentares a falsa, diremos que não elogias a justiça nem censuras a injustiça, senão sua aparência, e que nos aconselhas a praticar a ocultas a injustiça e estás de acordo com Trasímaco em considerar a justiça um bem estranho, a saber, a vantagem do mais forte, vindo a ser a injustiça útil e vantajosa para si mesma, conquanto nociva para o mais fraco. Uma vez que admitiste ser a justiça um dos maiores bens, cuja posse é desejada tanto pelo que dela decorre como, e principalmente, por ela mesma, como d a vista, o ouvido, a razão, a saúde e os demais bens que são operantes por sua própria natureza, não pela opinião que os homens fazem deles, então elogia também na justiça o que nela é de vantagem para o seu possuidor, e na injustiça o que nele prejudica; deixa ao cuidado de terceiros o elogio das recompensas e da opinião. Na boca de outras pessoas, eu ainda poderia tolerar essa maneira de elogiar a justiça ou de reprovar a injustiça em que são exaltados ou condenados o prestígio ou as vantagens de uma e de outra. Porém de ti, que dedicaste a vida exclusivamente ao estudo dessa e questão, espero coisa muito diferente, a menos que decidas o contrário. Não te limites, portanto, a declarar que a justiça é superior à injustiça, mas mostra-nos como cada uma atua por si mesma no seu possuidor e o que faz de uma um bem e de outra um mal, quer seja vista ou não seja pelos deuses e pelos homens.

X – Ouvindo-os, admirador como sempre fora da natureza de Glauco e de Adimanto, fiquei
368 a satisfeitíssimo e lhes falei: Tinha todo o direito, filhos daquele varão, o apaixonado de Glauco, de iniciar deste modo a elegia em que exalta vossos feitos na batalha de Mégara:

Ó filhos de Aristão, raça divina
de um ilustre genearca!

A meu parecer, amigos, é muito justo o elogio. Forçoso é que vos tenha tocado algum influxo divino, para não ficardes convencidos da superioridade da injustiça sobre a justiça, depois de falardes a seu respeito como o fizestes. Minha impressão é de que o não estais.
b Deduzo isso do vosso caráter, pois só pelos discursos de agora teria de mostrar-me um tanto desconfiado. Porém, quanto mais acredito em vós, tanto maior é a dificuldade em que me vejo para tomar qualquer resolução. O fato é que não sei como sair em socorro da justiça, pois não me considero à altura de semelhante missão. E a prova é que não vos satisfez, conforme me pareceu, o que eu disse a Trasímaco, para demonstrar que a justiça era superior à injustiça. Por outro lado, não me é possível deixar de defendê-la;
c receio que seja impiedade desanimar quando a atacam na minha presença e não sair em sua defesa enquanto dispuser de algum alento e estiver em condições de falar. O melhor partido, portanto, será socorrê-la como me for possível.

Glauco e os demais circunstantes insistiram comigo para que a defendesse de qualquer jeito e não deixasse morrer a discussão, porém estudasse ambas, a justiça e a injustiça, em sua essência, e dissesse o que há de verdade a respeito das vantagens de uma e de outra. Falei-lhes, então, como de fato pensava, não ser nada fácil a investigação que nos propúnhamos, e que
d esse estudo, a meu parecer, exigia vista penetrante.

Uma vez que não somos suficientemente idôneos, lhes disse, para levar avante uma investigação nessa base, proponho procedermos como alguém a quem mandassem ler de longe letras pequeninas e ocorresse a outra pessoa que havia algures letras iguais àquelas, porém em caracteres maiores e numa superfície mais larga; seria resolução felicíssima começar a leitura por estas e depois passar para as menores, para ver se eram, realmente, iguais.

Muito bem, disse Adimanto; mas, que relação (e) descobres entre isso, Sócrates, e o problema da justiça?

Vou dizer-te, repliquei. A justiça pode referir-se tanto a um indivíduo como a uma cidade inteira.

Perfeitamente, respondeu.

E não é maior a cidade do que o indivíduo?

Maior, disse.

Sendo assim, é possível haver no que é de dimensões mais amplas uma justiça maior e mais fácil (369 a) de conhecer. Caso estejais de acordo, investiguemos de início como é a justiça na cidade, para depois a estudarmos nos indivíduos, quando, então, compararemos os traços fundamentais do maior conceito com as formas mais pequenas.

A idéia se me afigura excelente, respondeu.

E então? perguntei: no caso de acompanharmos em pensamento a formação de uma cidade, não assistiremos, no mesmo passo, ao processo do nascimento da justiça e da injustiça?

É possível, respondeu.

E, uma vez nesse ponto, não haverá probabilidade de encontrarmos facilmente o que estamos procurando?

(b) Muito mais facilmente, respondeu.

E achas de bom aviso tentar a experiência? Parece-me que o trabalho não vai ser pequeno. Reflete bem.

Já refleti, disse Adimanto; não mudes de resolução.

XI – Segundo o meu modo de pensar, principiei, forma-se uma cidade quando nenhum de nós se basta

a si mesmo e necessita de muitas coisas. Ou admites outra causa para o nascimento das cidades?

De forma alguma, disse.

Assim, quando um indivíduo chama outro para c ajudá-lo nalgum empreendimento, e mais um terceiro para outra precisão, desse modo, por serem múltiplas as necessidades de cada um, vários indivíduos se reúnem no mesmo local, para reciprocamente se auxiliarem. Damos o nome de cidade a semelhante ajuntamento, não é verdade?

Perfeitamente.

Mas, alguém só entrega alguma coisa a quem quer que seja, no caso de ter o que dar ou de receber também algo, de que espera auferir alguma vantagem.

Isso mesmo.

Muito bem, lhe disse; façamos, então, surgir em pensamento uma cidade desde o seu começo. Em sua origem, ao que parece, estão nossas necessidades.

Que mais poderia ser?

d Mas a primeira e maior necessidade é encontrar alimentos, base imprescindível da existência e da vida.

Sem dúvida nenhuma.

A segunda é a moradia; a terceira, vestes e coisas semelhantes.

Isso mesmo.

Vejamos agora, continuei, de que modo a cidade se arranjará para suprir tantas necessidades. Alguém não terá de ser lavrador, um outro, pedreiro, e um terceiro, tecelão? E não será bom acrescentarmos a esses um sapateiro ou mais algum artesão para outras necessidades do corpo?

Perfeitamente.

Sendo assim, a cidade mais rudimentar deverá constar no mínimo de quatro ou cinco pessoas.

e Parece que sim.

E então? Deverá cada um pôr à disposição dos demais o resultado do seu trabalho, como o lavrador que, sendo um somente, produzirá alimento para

quatro, gastando quatro vezes mais tempo no esforço de assegurar a alimentação dos outros, ou, de preferência, sem preocupar-se com estes, só cuidará

370 a de obter para si mesmo um quarto desse alimento na quarta parte do tempo, empregando as outras três partes na construção de sua casa, ou no preparo de vestes e de sapatos, sem se incomodar de trabalhar para os outros e suprindo sozinho a todas as suas necessidades?

Nessa altura, Adimanto observou: Talvez, Sócrates, a primeira hipótese seja mais cômoda do que a outra.

Sim, por Zeus, voltei a falar; e não seria nada de admirar; para começar, enquanto falavas, ocorreu-me

b que não somos iguais por natureza, mas nascemos com disposições diferentes, cada um com mais jeito para determinado trabalho, não te parece?

É também o que eu penso.

E então? Como fará alguém trabalho mais perfeito: aplicando-se ao mesmo tempo a muitas atividades ou dedicando-se apenas a uma?

Apenas a uma, respondeu.

Outro ponto, lhe disse, se me afigura evidente: todo o trabalho que não é feito no tempo certo acaba por perder-se.

Sem dúvida.

Porque, a meu ver, lhe falei, o que tem de ser feito não espera pela disposição do trabalhador, sendo de

c necessidade que este se dedique seriamente ao seu ofício, em vez de considerá-lo mero passatempo.

É fato.

Por conseguinte, tudo se fará em maior quantidade, mais facilmente e melhor quando cada pessoa puder trabalhar de acordo com suas aptidões e no tempo certo, e deixar tudo o mais de lado.

Sem dúvida.

Então, Adimanto, precisaremos de muito mais de quatro cidadãos para as necessidades que enumeramos. Pelo que vemos, o agricultor não irá preparar seu

d próprio arado, se tiver este de sair bem feito, nem sua enxada e os demais utensílios para trabalhar a terra; o pedreiro, também, não fabricará seus instrumentos de trabalho, e são vários os de que ele necessita, o mesmo acontecendo com o tecelão e o sapateiro.

É muito certo.

Sendo assim, passarão a fazer parte de nossa pequena cidade carpinteiros, ferreiros e muitos outros profissionais que a deixarão consideravelmente aumentada.

Exato.

Porém ainda não ficará muito grande, se a esses agregarmos boieiros e pastores de ovelhas e de outros e animais, para que os agricultores disponham de bois para o arado, e de bestas os construtores para os transportarem com os lavradores, e tenham peles e lãs os tecelões e os sapateiros.

Deixaria de ser, observou, uma cidade pequena a que congregasse tanta gente.

Porém, objetei, seria quase impossível fundar uma cidade num local em que não fosse necessário importar nada.

Impossível, realmente.

Precisará, portanto, de novos cidadãos que lhe tragam de outras cidades o de que ela necessita.

É fato.

Mas, se o emissário for de mãos vazias, sem levar nada do que precisam os que devem suprir as 371 a necessidades de seus concidadãos, voltará também de mãos abanando, não te parece?

Penso que sim.

Não deverão, portanto, produzir em casa apenas para o gasto, mas tudo em quantidade e variedade suficientes para atender aos pedidos dos que lhe suprem as necessidades.

É isso mesmo.

Precisamos, por isso, aumentar o número dos trabalhadores agrícolas e dos artesãos de nossa cidade.

Precisamos, de fato.

E também o dos incumbidos de importar ou de exportar as mercadorias, a saber: os comerciantes, não é verdade?

Sem dúvida.

Sendo assim, vamos precisar também de comerciantes?

Perfeitamente.

E se o comércio se fizer por mar, precisaremos b ainda de um número maior de trabalhadores, justamente dos que têm prática da vida do mar.

Muito maior, sem dúvida.

XII – E com respeito à própria cidade, de que modo será feita a permutação do que cada um produzir com seu trabalho? Foi para isso, precisamente, que se congregaram e fundaram a cidade.

É evidente, respondeu, que será por meio de compra e venda.

Daí, então, terá de surgir um mercado e a moeda representativa do valor das trocas.

Perfeitamente.

c Mas, se o lavrador ou qualquer outro trabalhador especializado levar para o mercado o que ele produzir e lá não chegar juntamente com os que desejam permutar com ele os seus produtos, não terá de descurar-se de suas ocupações para deixar-se ficar sentado no local?

De forma alguma, respondeu; há pessoas que, percebendo esse inconveniente, se oferecem para semelhante serviço, o que se observa, de regra, nas cidades bem constituídas, indivíduos fracos d fisicamente e incapazes de qualquer outra ocupação. Esses passam o tempo no mercado trocando por dinheiro os produtos que outros querem vender, e convertendo estes, novamente, em dinheiro com os que têm necessidade de comprá-los.

Essa necessidade, então, lhe observei, é que em nossa cidade dá origem à classe dos comerciantes. Pois

não damos o nome de tendeiros às pessoas que se plantam no mercado prestando serviços nessa atividade de compra e venda e não reservamos o de viajantes para os que saem a negociar de cidade em cidade?

Perfeitamente.

Há outra classe de trabalhadores, segundo penso, e que, intelectualmente, não são dignos membros da comunidade, mas que, em virtude do vigor físico, são capazes de realizar trabalhos pesados. Esses vendem o emprego da força física e ao preço dão o nome de salário; por isso mesmo, quero crer, são chamados assalariados, não é verdade?

Perfeitamente.

Logo, os assalariados, no meu modo de ver, constituem um complemento indispensável da cidade.

É também o que eu penso.

E agora, Adimanto, em crescimento já terá a cidade alcançado a perfeição?

É bem possível.

Em que lugar, então, se encontra a justiça e a injustiça? E com qual das coisas examinadas elas surgiram?

É o que não percebo muito bem, Sócrates, 372 a respondeu; a menos que tenham nascido das relações recíprocas entre os cidadãos.

É possível que estejas com a razão, lhe observei. Levemos avante, por conseguinte, sem desanimar, nossa investigação. Inicialmente, vejamos de que maneira passarão a viver as pessoas que se organizaram desse modo. Produzirão trigo e vinho, não é verdade? E vestes e calçados. Levantarão casas, descalços e b despidos, em sua maioria, durante o verão, e, no inverno, vestidos e calçados como convém. Alimentar-se-ão de farinha de cevada ou de trigo, por eles mesmos amassada ou assada, para o preparo de pães e bolos saborosos, que serão servidos em esteiras ou em folhas limpas; reclinados em leitos juncados de teixo e murta, regalar-se-ão ao lado dos filhos, a beber vinho, com a fronte engrinaldada, e cantarão hinos em louvor dos

c deuses, em amigável convívio uns com os outros, regulando o número dos filhos de acordo com os recursos próprios, de medo da pobreza e da guerra.

XIII – Nessa altura Glauco me interrompeu para dizer: Pelo que vejo, tua gente passa apenas a pão seco?

Lembraste a tempo, lhe respondi; esqueci-me de que eles têm de prover-se do restante: sal, azeitonas e queijo, bem como de cebolas e legumes, que é o que comem no campo e eles terão também de prepará-los. Até sobremesa lhes daremos: figos, ervilhas e favas,
d e também bagas de mirto e castanhas, que assarão no borralho, com acompanhamento moderado de vinho. Passando dessa maneira a existência, em paz e com saúde, chegarão à velhice, como é de esperar, e transmitirão o mesmo modo de vida a seus descendentes.

Nesse ponto, ele observou: Se tivesses, Sócrates, de organizar uma cidade de porcos, disse, de que outro modo poderias alimentá-los?

Então, que precisarei fazer, Glauco? perguntei.

Como é de uso, disse: para não levarem vida miserável, segundo penso, recostados em leitos,
e disporão de mesa para as comidas e a sobremesa que atualmente servem.

Que seja, lhe falei; compreendo. Não estamos considerando apenas como se forma uma cidade qualquer, porém uma cidade farta. Talvez não haja mal nisso; estudando uma cidade nessas condições, é possível que venhamos a surpreender a justiça e a injustiça no momento preciso em que se originam. A meu ver, a verdadeira cidade é como a que descrevemos: sadia. Mas, se quiserdes considerar também outro tipo de comunidade, a pletórica, nada nos impedirá de fazê-lo.
373 a Muita gente, ao que parece, não se agrada da primeira nem de seu regime de vida; acrescentam-lhe mesas, leitos e móveis de vária natureza, iguarias, perfumes, incenso, cortesãs, bolos, tudo com variedade e abundância. Sim, teremos de ir além do necessário a

que nos referimos acima: casas, vestes, calçados, para movimentar também as pinturas e os bordados e adquirir ouro e marfim e tudo o mais da mesma espécie, não é verdade?

Sim, respondeu.

Nesse caso, seremos forçados a aumentar consideravelmente a cidade; a primeira, a sadia, já se nos revelou insuficiente; teremos de sobrecarregá-la com o lastro de pessoas cuja presença não é exigida por nenhuma necessidade, como toda a classe de caçadores e de imitadores, muitos dos quais se ocupam com figuras e cores, muitos, também, com música: são os poetas e seus servidores, rapsodos, atores, dançarinos, empresários e também os fabricantes de artigos de toda a espécie, principalmente de uso feminino. O número de auxiliares, outrossim, terá de ser consideravelmente aumentado; ou não te parece que necessitamos de pedagogos, amas, camareiras, modistas, além de cozinheiros e açougueiros? Teremos também de arranjar porqueiros, para os quais não havia lugar em nossa primeira cidade, pois ninguém, então, necessitava deles. Nesta, porém, tornaram-se indispensáveis; precisaremos, ainda, prover-nos de guardadores de muitas outras espécies de animais, pois haverá quem queira alimentar-se deles, não é verdade?

Como não?

Mas, com semelhante regime, vamos ter muito maior necessidade de médicos do que antes, não é verdade?

Sem dúvida.

XIV – E a terra, suficiente até então para alimentar os primeiros moradores, passará a ser pequena e inadequada. Ou que diremos?

É assim mesmo, respondeu.

Logo, teremos de cortar uma fatia do território dos nossos vizinhos, se quisermos ter chão bastante para a lavoura e o pasto, como aqueles também terão

de fazer a mesma coisa com o nosso, logo que transpuserem os lindes do necessário e, também como (e) nós, se empenharem na corrida para a aquisição de bens.

Será inevitável, Sócrates, respondeu.

Então, daí por diante, Glauco, teremos de guerrear. Ou como faremos?

Isso mesmo, retrucou.

Não nos alarguemos agora, observei, em considerações sobre sabermos se a guerra tem boas ou más conseqüências; limitemo-nos a dizer que descobrimos a origem da guerra, fonte das mais terríveis calamidades, assim públicas como particulares, onde quer que se manifeste.

Perfeitamente.

Sendo assim, caro amigo, nossa cidade terá de ampliar-se mais ainda; e não se tratará desta vez de (374 a) algo insignificante, mas de um exército inteiro que terá de sair ao encontro dos invasores, em defesa dos nossos haveres e de tudo o que enumeramos há pouco.

Como assim? perguntou; os próprios cidadãos não poderão incumbir-se disso?

Não, lhe respondi, se estávamos certos nos princípios sobre que ficamos de acordo, quando formamos a cidade. O que assentamos, como deves estar lembrado, é que é impossível a qualquer pessoa exercer com perfeição muitas atividades.

Tens razão, disse.

E então, lhe perguntei: não te parece que a (b) competição bélica é uma arte?

Sem dúvida, respondeu.

E a arte do sapateiro, voltei a falar, deverá exigir maior atenção de nossa parte do que a do guerreiro?

De forma alguma.

Não deixamos o sapateiro trabalhar ao mesmo tempo como lavrador, tecelão ou pedreiro, mas apenas como sapateiro, para que sua arte nos fornecesse produtos bem acabados. Da mesma forma procedemos com os outros, indicando para todos uma única

atividade e mais de acordo com sua inclinação, com inteira folga das demais, a que deveriam dedicar-se toda c a vida, para não perderem a oportunidade de aperfeiçoar-se nas respectivas profissões. Não é verdade que as atividades relativas à guerra devem ser desempenhadas com a maior eficiência possível? Ou serão tão fáceis, que qualquer lavrador poderá ser ao mesmo tempo guerreiro ou sapateiro ou oficial de qualquer outro mister, quando vemos que ninguém chega a ser bom jogador de gamão ou de dados, se não se dedicar a esses jogos desde criança, em vez de só se ocupar ocasionalmente com eles? Bastará pegar do d escudo ou de qualquer outra peça ou arma de guerra para no mesmo dia tornar-se alguém ótimo soldado, tanto nos encontros da infantaria pesada como nas demais tropas de campanha? No entanto, é certo que ninguém se torna profissional nem atleta apenas com o manejo ocasional dos respectivos instrumentos, os quais não serão de nenhuma utilidade para quem não adquiriu o conhecimento técnico de cada arte particular e não se exercitou suficientemente nelas.

Nesse caso, disse, os instrumentos teriam muito mais valor.

XV – Logo, continuei, quanto mais importante e for a função dos guardas, mais exigirá dele tempo livre, habilidade e aplicação.

Esse, também, é o meu modo de pensar, respondeu.

E não requer essa função aptidões naturais para o seu desempenho?

Como não?

Consistirá, portanto, nossa tarefa, se formos capazes de levá-la a bom termo, em escolher as pessoas indicadas por natureza para a função de guardas da cidade.

Consistirá nisso, realmente.

Por Zeus! observei; não é carga pequena a que pusemos sobre os ombros; porém, não devemos desanimar enquanto nos sobrar alguma força.

375 a Decerto, respondeu.

No teu modo de pensar, perguntei, a natureza de um cachorro de boa raça difere essencialmente da de um jovem bem nascido, quando se trata de vigiar?

Que queres dizer com isso?

É que ambos devem ser incisivos para descobrir e velozes para perseguir o inimigo, bem como suficientemente fortes para lutar com ele quando capturado.

Sim, precisarão possuir todas essas qualidades.

E também coragem para lutar bem.

Como não?

Mas, um cavalo, um cão ou qualquer outro animal poderá manifestar coragem, se não for dotado de brio?
b Já não observaste como o brio é algo indomável e invencível, e que com ele a alma se torna intrépida e irresistível?

Observei.

Desse modo, tornou-se-nos manifesto como deve ser fisicamente o guarda.

Sim.

E também com relação à alma, isto é, brioso.

Isso também.

E de que modo, Glauco, lhe observei, com semelhante temperamento poderão deixar de praticar violências tanto contra eles mesmos como contra outros cidadãos?

Por Zeus, replicou; não será fácil absterem-se de tal coisa.

Terão, portanto, de ser mansos para seus familiares
c e agressivos apenas para os inimigos, sem o que não esperarão que os inimigos os destruam; eles mesmos os anteciparão nesse mister.

É muito certo, disse.

Nesse caso, que faremos? perguntei. Onde encontrar temperamentos mansos a um tempo e violentos? A natureza branda é precisamente o oposto da impulsiva.

É evidente.

No entanto, vindo a faltar uma dessas qualidades, não poderá haver bom guarda; mas parece impossível d a combinação das duas, donde ser lícito concluir que jamais conseguiremos encontrar um bom guarda nessas condições.

Receio que seja assim mesmo, disse.

Perplexo, pus-me a meditar no que havíamos até então considerado, e lhe falei: Justifica-se, amigo, nosso enleamento, pois não nos mantivemos coerentes com a imagem por nós mesmos proposta no começo.

Como assim?

Pois não refletimos que há, de fato, temperamentos em que esses opostos se reúnem, e declaramos ser impossível coexistirem.

Onde os encontramos?

Em muitos animais, e não em menor grau no que e apresentamos como paradigma. Como sabes, os cães de boa raça são, por natureza, de temperamento tão manso quanto possível para os conhecidos e pessoas da família, e o contrário disso, precisamente, para os estranhos.

É muito certo.

Logo, a coisa é possível, continuei; e não iremos contra a natureza se procurarmos um guarda nessas condições.

É claro que não.

XVI – E não te parece, também, que o futuro guarda necessita de mais alguma coisa: além de espírito animoso, disposição filosófica?

376 a Como assim? perguntou; não compreendo.

É o que poderás observar nos cães, lhe disse, qualidade muito digna de admiração num animal.

De que se trata?

Rosna ao ver um desconhecido, ainda mesmo que antes não tivesse sido maltratado por ele, ao passo que manifesta alegria para os conhecidos, embora sem nenhum carinho da parte destes. Nunca te causou admiração semelhante fato?

Antes, não havia prestado atenção nisso; mas é evidente que eles procedem dessa maneira.

Realmente, trata-se de uma manifestação b admirável de sua natureza e, sobretudo, filosófica.

Como assim?

É que o cão só faz diferença entre a fisionomia amiga da inimiga por conhecer uma e não conhecer a outra. Ora, como deixar de ser amante do conhecimento o animal que distingue entre conhecidos e estranhos pelo fato de reconhecer uns e desconhecer outros?

Não pode ser de outra maneira, respondeu.

Como não ignoras, o desejoso de saber e o filósofo se equivalem, lhe falei.

Sim, equivalem-se, respondeu.

Assentamos, portanto, com toda a confiança, que o homem, também, se tiver de mostrar-se manso para c seus familiares e conhecidos, terá de ser naturalmente filósofo e ávido de saber.

Assentemos, respondeu.

Logo, filósofo, brioso, rápido de movimentos e forte é como precisará ser o indivíduo destinado a tornar-se um bom guarda da cidade.

É muito certo, respondeu.

Que seja, portanto, assim constituído. Mas de que maneira criaremos e educaremos esses homens? E poderão contribuir de algum modo semelhantes d considerações para resolver a questão de onde partimos, a saber: de que modo surgem na cidade a justiça e a injustiça? Precisamos ter cuidado para não omitirmos nenhum aspecto importante do problema nem nos estirarmos em divagações desnecessárias.

Nesta altura, o irmão de Glauco observou: De todo jeito, espero que nos seja de grande proveito semelhante estudo.

Por Zeus, meu caro Adimanto, retruquei; não podemos deixar de levar adiante o exame, por mais longo que prometa ser.

Não podemos, de fato.

Então, façamos de conta que temos vagar para inventar histórias e orientemos em pensamento a
e história da educação dos nossos homens.

É o que precisamos fazer.

XVII – Que educação lhes daremos? Será difícil achar outra melhor do que a que já foi encontrada no decurso do tempo, a saber: Ginástica para o corpo e Música para a alma.

A educação dos guardiões

Isso mesmo.

E não devemos começar a educação pela Música e não pela Ginástica?

Por que não?

Porém, quando falas em Música, subentendes também o discurso, não é verdade?

Perfeitamente.

Mas os discursos podem ser de duas modalidades: verdadeiros ou mentirosos.

É certo.

377 a Ambos devem fazer parte da educação, porém em primeiro lugar os mentirosos, não é assim?

Não compreendo, respondeu, o que queres dizer.

Não compreendes, lhe falei, que começamos por contar histórias às crianças? Ora, essas histórias, de modo geral, são mentirosas, porém contêm algo verdadeiro. Sendo assim, antes de iniciarmos as crianças em Ginástica, lhes contaremos histórias.

Isso mesmo.

Esse o motivo de haver eu dito que devíamos ensinar Música antes de Ginástica.

É muito acertado, disse.

Mas, como sabes, o mais importante em tudo é o começo, máxime se se tratar de seres novos e delicados.
b Nessa fase, justamente, é que se formam e aprofundam os traços que pretendermos imprimir em qualquer pessoa.

É mais do que claro.

E levaremos nossa negligência a ponto de permitir que os meninos ouçam qualquer fábula inventada seja

por quem for e, assim, recebam na alma noções na maioria das vezes contrárias às que desejaríamos que venham a possuir quando crescerem?

De nenhum jeito o permitiremos.

Por conseguinte, teremos de começar pela vigilância c sobre os criadores de fábulas, para aceitarmos as boas e rejeitarmos as ruins. De seguida, recomendaremos às amas e às mães que contem a seus filhos somente as que lhes indicarmos e procurem amoldar por meio delas as almas das crianças com mais carinho do que por meio das mãos fazem com o corpo. A maioria das que estão presentemente em voga deve ser rejeitada.

Quais são? perguntou.

Pelas histórias grandes podemos julgar as pequenas; importa que ambas, as grandes e as pequenas, sejam de d um só tipo e produzam o mesmo efeito, não te parece?

Sim, respondeu; porém não compreendo quais sejam essas histórias grandes a que te referes.

As que Hesíodo e Homero nos deixaram, lhe falei, e outros poetas, pois são eles os autores das fábulas mentirosas que então contavam aos homens e ainda contam.

Quais são, perguntou, e o que nelas te parece censurável?

É o que será preciso condenar desde o início com todo o empenho, principalmente quando a mentira não for bem contada.

e Por exemplo?

Quando fazem uma descrição errônea da natureza dos deuses e dos heróis, à maneira do mau pintor, cujo trabalho em nada se parece com o original que se propusera retratar.

Realmente, disse; tudo isso merece, de fato, franca repulsa. Mas, como e em que se tornam passíveis de nossa condenação?

Para começar, lhe disse, foi ruim inventor quem forjou a mais deslavada mentira, e sobre assunto de grande relevância, no que respeita às atrocidades que Hesíodo atribui a Urano e à vingança que deste tomou

378 a Crono. Os atos, também, de Crono e tudo o que lhe infligiu seu filho, ainda que fossem verdadeiros, a meu parecer não deveriam ser contados com tanta leviandade a jovens de pensamento imaturo. Teria sido melhor silenciar; mas, se houvesse mesmo necessidade de mencioná-los, que fosse isso, então, dito em segredo e ao menor número possível de pessoas, depois do sacrifício, não de um porco, mas de alguma vítima grande e difícil de encontrar, para que raros ouvintes viessem a ter conhecimento do episódio.

Sem dúvida, disse; trata-se de fábulas perigosas.

Que não devem ser, Adimanto, observei, repetidas b em nossa cidade, como também não devemos dizer a um jovem que não fará nada de mais se praticar as maiores barbaridades, ainda mesmo que chegue a ponto de castigar o pai por alguma falta cometida, e que, se assim proceder, seguirá tão-somente o exemplo das primeiras e maiores divindades.

Sim, por Zeus, replicou; a mim também parece que essas histórias são impróprias.

Como também, continuei, não deve ser dito, em absoluto, que os deuses declaram guerra a outros deuses, armam ciladas uns para os outros e se combatem entre c si, o que, aliás, não é verdade, caso nos empenhemos em que os futuros guardas de nosso burgo considerem desonroso criar inimizades recíprocas por motivos fúteis. Muito menos devemos falar-lhes em batalhas de gigantes ou apresentá-las em pinturas, nem nas brigas de toda espécie dos deuses e dos heróis contra seus parentes e familiares. O contrário disso é que será preciso fazer, se quisermos convencê-los, de fato, de que nunca, até ao presente, houve inimizade entre os cidadãos, o que constituiria impiedade. Isso, sim, é o que desde cedo d velhos e velhas deverão dizer às crianças; e quando estas se tornarem grandes, não deverão os poetas fazer para todos suas composições senão de acordo com tais princípios. Hera, posta a ferros por seu próprio filho e Hefesto, precipitado pelo pai, por ter querido defender a

mãe quando esta apanhava daquele, e bem assim todas as batalhas entre os deuses imaginadas por Homero, é o que será terminantemente proibido contar em nossa cidade, quer encerrem, quer não encerrem sentido alegórico. Os moços não têm capacidade para decidir sobre a presença ou ausência de idéias ocultas; as e impressões recebidas nessa idade são indeléveis e dificilmente erradicáveis. Por isso mesmo, importa, antes de mais nada, que as primeiras criações mitológicas por eles ouvidas sejam compostas com vistas à moralidade.

XVIII – É muito razoável, disse, o que afirmaste; mas, e se alguém voltasse a interrogar-nos a respeito do que disseste, e perguntasse que mitos são esses, que lhe responderíamos?

Ao que lhe observei: Ora, Adimanto, neste 379 a momento nem eu nem tu somos poetas, porém fundadores de cidade. O que cumpre a fundadores é conhecer os modelos segundo os quais os poetas plasmaram suas concepções e não permitir que se afastem deles. A nós não compete plasmá-las.

Está certo, respondeu; mas, que modelos são esses a serem seguidos no domínio particular das lendas dos deuses?

O que eu penso é o seguinte, respondi: tal como for o deus em sua essência, assim terá de ser representado, pouco importando o gênero de poesia em que apareça: épico, lírico ou trágico.

É realmente como deve ser.

E não é certo que a divindade é essencialmente b boa e, como tal, deverá ser apresentada?

Como não?

E não é também certo que o bem nunca prejudica?

Penso também dessa maneira.

Pois não pode prejudicar o que não for prejudicial.

É impossível.

Como não pode ser causa de nenhum mal o que é inócuo.

Como o poderia?

E agora: o bem não será vantajoso?

Sim.

E, por conseguinte, causa de bem-estar?

Certo.

Sendo assim, o bem não é causa de tudo, porém apenas do que é bom; não poderá ocasionar males.

c Seguramente, disse.

Logo, sendo boa a divindade, não é causa de tudo, como geralmente se acredita, mas de muito pouco do que se passa com os homens; na maioria das coisas ela não tem ingerência. É muito menor o número de coisas boas que nos acontecem do que ruins. O bem não terá causa diferente; porém os males, qualquer outra, com exclusão da divindade.

Afigura-se-me muito certo o que disseste, respondeu.

d Não podemos, por conseguinte, aceitar determinados erros nem de Homero nem de qualquer outro poeta com relação à divindade, como ao afirmar aquele por maneira insensata que

Sobre os umbrais do palácio de Zeus dois tonéis se acham postos,
de suas dádivas: um só de males; de bens o outro cheio;

e a quem Zeus dá uma mistura dos dois,

Quem o recebe ora goza, ora males por sorte lhe tocam;
caso contrário, se receber dádivas de um tonel apenas, sem mistura,

Esse, em extrema miséria, na terra divina
é condenado a vagar.

e *E que também*

De bens e males é Zeus para nós o doador.

XIX – Mais, ainda: se alguém disser que foi obra de Atena e de Zeus a ruptura dos juramentos e tratados ocasionada por Pândaro, não terá nossa aprovação, estando no mesmo caso o julgamento e a batalha dos 380 a deuses. De igual modo, não permitiremos que os moços ouçam o que diz Ésquilo:

Deus entre os homens faz nascer o crime
quando arruinar deseja alguma casa.

Se algum poeta tratar dos sofrimentos de Níobe, onde se encontram esses versos jâmbicos, os dos Pelópidas, ou do destino de Tróia, ou qualquer outro assunto do mesmo gênero, não permitiremos que assevere ter sido tudo obra dos deuses, a menos que procure explicar o fato como vamos tentar fazer neste momento, para dizer que Deus só fez o que era justo e bom e que os b culpados lucraram com o castigo; porém que, com o castigo, os mortais se tornaram infelizes e que Deus foi o autor de sua desgraça, é o que não permitiremos aos poetas afirmar. No caso, todavia, de quererem dizer que o castigo dos maus se impunha por sua própria infelicidade e que com a punição foram ajudados por Deus: isso lhes será concedido. Mas, afirmar que Deus, sendo bom, é causador da desgraça de qualquer pessoa, é o que por todos os meios teremos de combater; ninguém deverá dizer semelhante coisa em qualquer c cidade que se preze de sua legislação, como não será permitido ouvir isso nem a moços nem a velhos, quer sejam histórias em prosa, quer em verso, porque, além de impiedosas, não lhes trariam nenhuma vantagem, sobre serem todas elas contraditórias entre si.

Votarei contigo, disse, uma lei nesse sentido; agrada-me bastante.

Seria essa, lhe falei, uma das leis relativas aos deuses e à norma dos discursos e das criações poéticas: que Deus não é causa de tudo, mas apenas do bem.

Será mais do que suficiente, disse.

d E com relação ao segundo princípio? Acreditas, porventura, que Deus seja algum mágico capaz de insidiosamente aparecer-nos sob formas diferentes e de esconder, assim, sua imagem real por trás de aparências enganosas, levando-nos com esses subterfúgios a formar juízo errôneo a seu respeito? Ou julgas que ele será, de preferência, muito simples e o ser menos capaz de sair da forma que lhe é própria?

A esse respeito, disse, não sei responder de pronto.

Considera apenas o seguinte: se alguma coisa muda de forma, não será inevitável que essa mudança seja e feita ou por ela mesma ou por outra coisa?

Necessariamente.

E não serão as coisas de conformação perfeita as menos sujeitas a serem modificadas e abaladas por influências estranhas? Como o corpo, com relação aos alimentos, às bebidas e à fadiga, e as plantas, com referência ao calor do sol, aos ventos e a outros fenômenos naturais: os mais robustos e sadios não 381 a serão os menos passíveis de modificação?

Sem dúvida.

E a alma mais corajosa, justamente, e esclarecida, não será a que menos se deixará abalar e modificar por acidentes externos?

Exato.

Assim, também, as coisas compostas, os móveis e as vestes, de acordo com essas mesmas considerações, quanto mais bem trabalhadas e em bom estado se encontrarem, menos virão a alterar-se sob a ação do tempo e de outras influências.

Isso mesmo.

Tudo o que for perfeito, quer seja por natureza, b quer seja por arte, ou por ambas as causas, é menos exposto à ação de agentes estranhos.

Acho que sim.

Ora, é fato que Deus é perfeito sob todos os aspectos, como tudo o que é divino.

Como não?

Por isso mesmo, Deus está menos sujeito a modificar-se por qualquer influência exterior.

É evidente.

XX – Mas, quem sabe se ele mesmo não se transforma e modifica?

Sem dúvida, respondeu; isto é, no caso de, realmente, modificar-se.

Mas, modificar-se-á para melhor e mais belo, ou para pior e mais feio do que ele é em si mesmo?

Para pior, necessariamente, respondeu, se tiver de c modificar-se, pois não podemos admitir que Deus revele carência de beleza ou de virtude.

Falaste muito bem, lhe disse. Mas, se é assim, Adimanto, achas mesmo que possa haver quem queira tornar-se pior sob qualquer aspecto, ou se trate de deuses ou de homens?

Impossível, respondeu.

Fica, então, afastada a hipótese de querer qualquer um dos deuses modificar-se. Não! Sendo cada um deles, como tudo o indica, o mais belo e o melhor possível, manterá sempre a forma que lhe é própria.

Tudo isso, respondeu, se me afigura irretorquível.

d Por conseguinte, caro amigo, nenhum poeta nos venha dizer que

Os próprios deuses, tomando as feições de um viajor estrangeiro,
sob os mais vários aspectos percorrem cidades e campos,

nem se ponham a espalhar mentiras a respeito de Proteu e de Tétis, nem façam aparecer Hera em tragédias ou qualquer outra modalidade de poesia, sob a forma de sacerdotisa a mendigar para

as dadivosas filhas
do Rio Ínaco, de Argos,

e nem nos impinjam mil outras patranhas do mesmo gênero. E que as mães, por seu lado, doutrinadas pelos poetas, deixem de pôr medo nos filhos com essas histórias da pior espécie, a respeito de certos deuses que andariam por aí, durante a noite, como estrangeiros, sob as mais variadas aparências, pois, assim procedendo, elas mesmas deixarão de blasfemar contra os deuses e não contribuirão para que os filhos venham a ficar pusilânimes.

É muito certo, respondeu.

Mas quem sabe, observei, se, sendo os deuses incapazes de modificar-se, levam-nos por meio de embustes e feitiçarias a acreditar que são vistos sob as mais diversas aparências?

É possível, disse.

Como? perguntei: dispor-se-á algum deus a mentir,
382 a por atos ou por palavras, e a apresentar-nos uma imagem falsa de si mesmo?

Não saberei dizê-lo, respondeu.

Não sabes, lhe perguntei, que a verdadeira mentira, se nos for lícito usar essa expressão, é odiada pelos deuses e pelos homens?

Que queres dizer com isso? perguntou.

O que digo, respondi, é que ninguém deseja mentir por gosto, no que há nele de mais alto e a respeito das coisas de maior valor; nesse passo é onde mais se teme vir a dar guarida à falsidade.

Esse ponto, disse, também não consigo compreender.

b É que imaginas, lhe repliquei, que eu enunciei um pensamento muito profundo. O que digo é que enganar ou ser enganado com todas as veras da alma a respeito da verdade das coisas, e permanecer na ignorância e ter e acalentar na alma a mentira é o que ninguém deseja e todos odeiam acima de tudo.

Sim, e muito, respondeu.

Com todo o direito, disse, poderíamos definir como verdadeira mentira o que acabamos de

mencionar, a saber: a ignorância que se encontra na alma da pessoa enganada, porque a mentira veiculada c pela palavra não passa de imitação de uma experiência, um simulacro de nascimento retardado, não uma mentira absolutamente pura, não é verdade?

Perfeitamente.

XXI – Assim, a verdadeira mentira é odiada tanto pelos deuses como pelos homens.

É também o que eu penso.

E a mentira por meio da palavra, quando e para quem pode ser útil, de forma que não mereça ser odiada? Com relação aos inimigos, porventura, ou a algum dos denominados amigos, quando estes, num acesso de loucura ou de irreflexão, tentam praticar algum ato lesivo, poderá ser útil como medida d preventiva? E nas fábulas da mitologia a que nós referimos há pouco, por não sabermos como realmente se passaram os acontecimentos da antigüidade, acomodando do melhor modo possível a mentira com a verdade, faremos que aquela se torne útil?

É bem possível, respondeu.

Mas, por qual desses motivos a mentira pode ser útil a Deus? Quiçá por desconhecer ele a antigüidade e imaginá-la falsamente?

Fora ridículo, respondeu.

Na divindade não há lugar para um poeta mentiroso.

Penso que não.

e E poderia levá-lo a mentir o medo dos inimigos?

Pior, ainda.

Ou a loucura e a irreflexão dos familiares?

Nunca foram os deuses amigos de maníacos e de insensatos, respondeu.

Também não há o que possa levar Deus a mentir.

Não há.

Tudo o que for de natureza demoníaca e divina é estreme de falsidade.

Tudo, sem dúvida, respondeu.

Logo, Deus é perfeitamente simples e veraz, tanto em atos como em palavras, e não só não muda de forma como não engana os outros por meios ilusórios ou por discursos, nem por sinais de sua parte durante o sono ou na vigília.

383 a É o que também me parece, disse, ao ouvir-te discorrer sobre a matéria.

Confessas-te, portanto, de acordo, continuei, com o segundo modelo de como se deve falar ou poetar a respeito dos deuses: não são feiticeiros capazes de mudar de forma, nem nos enganam de nenhum jeito, por atos ou por palavras.

De acordo.

Assim, conquanto elogiemos muita coisa em Homero, não louvamos nele o sonho enviado a Agamémnone por Zeus, como não louvamos Ésquilo na passagem em que Tétis diz que Apolo cantara no b seu casamento, prometendo-lhe

... feliz maternidade,
filhos sadios e de vida longa.
Essas palavras foram reforçadas
pelo peã por ele decantado
para me encorajar, e em que exaltava
meu destino abençoado pelos deuses.
Pensei que sua boca fosse estreme
de qualquer inverdade, porque manam
sempre dela os oráculos. No entanto,
muito embora ele próprio assim falasse,
autor, como era, do hino, e no banquete
se encontrasse presente, ele, ele próprio,
foi quem matou meu filho.

c Censuraremos o poeta que se referir aos deuses por esse modo e não lhe concederemos coro; outrossim,

não permitiremos que os professores empreguem suas composições na educação dos moços, caso queiramos que nossos guardas fiquem piedosos e – tanto quanto o permitir a natureza humana – semelhantes aos deuses.

Aprovo, disse, inteiramente, essas regras e me disponho a adotá-las como lei.

1ª virtude: CORAGEM

Livro III

386 a I – Tais são, continuei, os modelos de discussão a respeito dos deuses que, a meu ver, desde a infância, devem ou não devem ser ouvidos pelos moços destinados a honrar as divindades e os próprios pais e a ter em alta estima a amizade entre os cidadãos.

E eu penso, respondeu, que é muito acertada a conclusão.

E depois? Se quisermos que sejam corajosos, não devemos ministrar-lhes os ensinamentos apropriados para b libertá-los, tanto quanto possível, do temor da morte? Ou imaginas que possa revelar coragem quem dá guarida a semelhante sentimento?

o medo da morte

Por Zeus, respondeu; creio que não pode.

E então? Quem acredita na existência do Hades e o considera pavoroso poderá mostrar-se destemido diante da morte e, nos combates, preferirá morrer a ser vencido ou a tornar-se escravo?

De forma alguma.

Precisaremos, por conseguinte, estender nossa vigilância aos que se aventuram a tratar também desse gênero de fábulas e insistir com eles para que não adulterem tão nesciamente as coisas do inferno; pelo contrário, deverão elogiá-las, pois não apenas é falso tudo c o que contam, como de todo inútil para os futuros combatentes.

Sim, é o que precisamos fazer, respondeu.

Sendo assim, lhe observei, apaguemos, a partir do seguinte verso, todos os que se lhe assemelharem:

Pois preferira viver empregado em trabalhos do campo,
sob um senhor sem recursos, ou mesmo de parcos haveres,
a dominar deste jeito nos mortos aqui consumidos.

E o seguinte, com referência ao receio de Edoneu, de que Posido

d *Escancarasse à visão dos mortais e dos deuses*
seu tenebroso palácio, que até pelos numes é odiado.

E também:

Ora a certeza adquiri de que no Hades, realmente, se encontram
almas e imagens dos vivos, privados, contudo, de alento.

E este:

A ele, somente, Perséfone deu conservar o intelecto,
mesmo depois de ser morto; as mais almas esvoaçam quais sombras.

E:

A alma, dos membros saindo, para o Hades baixou, lastimando
a mocidade e o vigor que perdera nessa hora funesta.

Como também:

387 a *Com um sibilo, qual fumo, na terra*
desaparece logo a alma.

E estes:

Como morcegos que pendem do fundo da gruta sagrada, voam, fazendo chiado, se um deles, acaso, da rocha cai, desprendendo-se de onde se achava seguro no cacho;
da mesma forma, zumbindo, esvoaçavam as almas.

b Pediremos a Homero e aos demais poetas que não nos levem a mal riscarmos todas essas passagens e outras do mesmo tipo; não procedemos desse modo por considerá-las pouco poéticas ou desagradáveis para o ouvido do povo. Ao contrário! Quanto mais belas forem poeticamente, menos indicadas serão para rapazes e homens que tenham de viver livres e recear mais a escravidão do que a morte.

Sem dúvida nenhuma.

II – Precisamos, outrossim, rejeitar todos esses nomes terríveis e apavorantes: cocito, estige, espectros, c aparições e outras denominações do mesmo tipo, que, só com serem enunciadas, deixam arrepiados os ouvintes. É possível que semelhantes contos sejam de alguma utilidade noutras conexões; mas temos receio de que os nossos guardas se tornem efeminados com tais abalos e mais excitáveis do que convém.

Justifica-se semelhante receio, disse.

Então, teremos de suprimi-los?

Sem dúvida.

E apresentar nomes de formação diferente, tanto na conversação geral como nas composições poéticas?

Claro que sim.

Como eliminaremos, também, as queixas e d lamentações dos varões famosos.

Forçosamente, disse, uma vez que vamos tirar tudo aquilo.

Considera agora, continuei, se fazemos bem em eliminá-los. O que asseveramos foi que um indivíduo dotado de senso nunca poderá ter na conta de algo terrível a morte de algum amigo tão sensato quanto ele.

Foi o que asseveramos, realmente.

Não se lamentará, por conseguinte, sobre seu corpo, como se lhe tivesse acontecido uma grande desgraça.

Sem dúvida.

Mas afirmamos, também, que uma pessoa nessas condições é o melhor agente de sua própria felicidade e que, por isso mesmo, se distingue dos demais homens,
e por não precisar da ajuda de ninguém.

É muito certo, disse.

Jamais considerará calamidade a perda de algum filho ou de irmão e de bens materiais ou coisas da mesma natureza.

Nunca!

Muito menos se lamentará quando lhe ocorrer algo desse gênero, mas suportará tudo com moderação.

É como, realmente, se comportará, disse.

Fazemos bem, por conseguinte, em tirar dos varões ilustres as lamentações, para dá-las às mulheres
388 a – excluídas, aliás, as de maior merecimento – e aos homens de pouco préstimo, para que possam envergonhar-se de assim proceder os que educamos para guardas da cidade.

Muito bem, disse.

Pediremos, outrossim, a Homero e aos demais poetas que não nos apresentem Aquiles, filho de uma deusa,

Sem posição permanente encontrar: já de um lado, já de outro,
ou ressupino ou de borco, se deita. Por fim, levantando-se,
anda ao comprido da praia do mar.

b Nem digam

Que, tendo terra anegrada tomado das mãos, a derrama
pela cabeça,

nem que chorou e se lamentou de tantas maneiras, como descreve Homero, ou que Príamo, parente tão próximo dos deuses,

A rebolcar-se no esterco, fazia insistentes pedidos, por entre fundos lamentos, chamando um a um pelo nome.

Com maior insistência, ainda, lhes pediremos que não façam os deuses lamentar-se e dizer:

c *Que sina,*
ter dado à luz o maior dos heróis, para um fado tão triste!

E se representarem os deuses desse jeito, pelo menos não se atrevam a desfigurar a tal ponto o maior deles, com fazê-lo exclamar:

Que lastimoso espetac'lo! Um varão que me é caro, meus olhos
vêem perseguido ao redor das muralhas! O peito confrange-se-me.

E:

Pobre de mim! O destino asselou que o mais caro dos homens,
d *o meu Sarpédone, tombe hoje aos golpes de Pátroclo exímio!*

III – Se os nossos jovens, meu caro Adimanto, ouvissem, compenetrados, todas essas fábulas, em vez de rirem delas, por não merecer nenhuma ser contada, simples homens como são, dificilmente algum deles as consideraria indignas de si próprio e não bateria no peito quando sentisse desejos de dizer ou fazer a mesma coisa; ao contrário: sem revelar acanhamento nem procurar dominar-se, à menor contrariedade se entregaria a suspiros e lamentações.

e O que dizes é a pura verdade, observou.

E é o que não pode ser, conforme o demonstrou nosso argumento, que precisamos aceitar, enquanto não nos apresentarem coisa melhor.

Sim, precisamos.

Por outro lado, importa que não sejam inclinados a rir; de regra, muito riso provoca violentas reações.

É assim também que eu penso.

Não devemos, por conseguinte, admitir que poeta algum nos apresente homens respeitáveis dominados pelo riso, e muito menos deuses. (389 a)

Esses, menos ainda.

Logo, não poderemos admitir que Homero se refira às divindades da seguinte maneira:

Em gargalhada infinita rebentam os deuses beatos ao perceberem Hefesto solícito, assim, pela sala.

Sim, é o que não poderá ser, de acordo com o teu raciocínio.

(b) Se me atribuis o raciocínio, não o poderemos, de fato.

A verdade, também, deve ser tida em alta consideração. Se estávamos certos no que dissemos há pouco e a mentira é, realmente, inútil para os deuses, porém de alguma utilidade para os homens, à guisa de medicamento, é evidente que seu uso deve ser reservado aos médicos, sem que os leigos nem de leve ponham a mão em cima dela.

É evidente, disse.

Se houver, portanto, quem tenha permissão de mentir, serão os dirigentes da cidade, tanto para enganar os inimigos como os próprios cidadãos, sempre que isso redundar em vantagem da comunidade; a ninguém mais será concedido semelhante privilégio. No caso, porém, (c) de querer um particular enganar os governantes, declaramos constituir tal procedimento falta igual, e até mesmo mais grave, à do doente ou do aluno de Ginástica que não dissesse ao médico ou ao pedótriba a verdade sobre as suas condições físicas, ou à do marinheiro que não revelasse ao piloto o estado do navio ou da tripulação e não lhe relatasse o que ele e seus companheiros estivessem realizando.

É muito certo, disse.

Por conseguinte, se o dirigente apanhar mentindo d um desses que aos povos são úteis: áugures ou carpinteiros ou médicos para os doentes, deverá puni-lo, por estar introduzindo na cidade uma prática que tanto leva um navio como uma cidade à sublevação e à ruína.

Sim, respondeu, no caso de confirmar com atos o que disser.

E agora: Não precisam nossos moços também ser temperantes?

Como não?

E com respeito à generalidade dos homens, não consiste e a temperança principalmente na obediência aos governantes e, para quem sabe governar-se, no autodomínio com relação aos prazeres do vinho, do amor e da mesa?

Parece-me que sim.

Por isso mesmo, teremos de considerar muito boas as palavras que Homero põe na boca de Diomedes:

Cala-te! Fica quieto e obedece ao que digo,

bem como a passagem que se lhe segue:

Silenciosos, furor respirando, os Argivos avançam.
... Nenhum som se ouvia, que aos chefes temiam,

e todas as passagens do mesmo tipo.

Muito boas, realmente.

E a seguinte:

Bêbedo, que tens a vista do cão e a coragem do veado!

390 a e o mais que se lhe segue, merecerá louvores? E todas as expressões insolentes que escritores ou poetas fazem o homem comum dirigir a seus superiores?

Não são para louvar.

Como não acredito que, ouvindo-as, possam tornar-se mais temperantes os moços. Não é de admirar que algum prazer encontrem eles nisso. Como te parece?

Estou de pleno acordo, respondeu.

IV – Como! Quando o poeta faz o mais sábio dos homens dizer que para ele nada é mais belo do que ter

. . . mesas na frente, repletas
b *de pão e carne, no tempo em que o vinho nas grandes crateras*
deita o escanção, para os copos de todos encher até às bordas,

és de parecer que essas palavras sirvam para incrementar a temperança no jovem que as escuta? Ou o seguinte:

Nada, porém, mais terrível que à fome acabar a existência?

Ou quando Zeus, a única divindade que se encontrava acordada enquanto dormiam os outros deuses e os c homens, esquecido de seus desígnios, pela simples concupiscência, de tal modo ficou abalado à vista de Hera, que nem mesmo se decidiu a ir para o quarto, por querer unir-se-lhe ali mesmo, no chão, e lhe declarou que nunca se sentira dominado daquele modo pelo desejo, nem mesmo quando se deu o primeiro encontro de ambos às escondidas dos pais amoráveis? Ou quando Ades e Afrodite, por motivo idêntico, foram acorrentados por Hefesto?

Não, por Zeus, respondeu; parece-me que não servem.

d Porém as mostras, continuei, de resistência contra tudo, em palavras ou fatos, atribuídas a varões ilustres, merecem ser vistas e ouvidas, como a seguinte passagem:

Bate, indignado, no peito e a si próprio desta arte se exprime:
sê, coração, paciente, pois vida mais baixa e mesquinha
já suportaste.

Tens toda a razão, disse.

Como não admitiremos que os nossos homens sejam subornáveis e ávidos de dinheiro.

e De forma alguma.

Nem ouçam contar que

Dádivas podem aos deuses dobrar, aos monarcas potentes.

Fenice, também, o preceptor de Aquiles, não deve ser elogiado, como se tivesse aconselhado sabiamente seu pupilo a só defender os Aquivos mediante o recebimento de presentes, sem o que não deveria ceder em sua cólera. E com relação a Aquiles, de igual modo, não podemos admitir nem confessar que fosse ávido de dinheiro a ponto de aceitar os presentes de Agamémnone e de não

391 a entregar o cadáver sem o recebimento prévio do resgate, na falta do qual nada se faria.

Sem dúvida, respondeu; passagens desse tipo não são recomendáveis.

Tenho escrúpulos, prossegui, por amor de Homero, de dizer que é verdadeira impiedade atribuir semelhantes sentimentos a Aquiles ou de acreditar nos que lhos atribuem, como é impiedade dizer Aquiles para Apolo:

Asseteador, és o deus mais funesto! Por que me enganaste?
Pronta vingança tomara, se em mim estivesse fazê-lo.

b E por mostrar-se desobediente ao rio, que era uma divindade, afinal, e declarar-se disposto a combatê-lo,

como, também, o que disse a outro rio, o Esperqueio, ao qual seus cabelos estavam dedicados, resolvido, agora, a oferecê-los a Pátroclo, para que os leve consigo, já sendo Pátroclo, como era, cadáver: Não é de acreditar que houvesse feito semelhante coisa. Quanto a ter arrastado Heitor à volta da sepultura de Pátroclo e o esgorjamento dos prisioneiros na sua pira, afirmamos que nada disso é verdade, como não c permitiremos que os nossos venham a acreditar que Aquiles, filho de uma deusa e de Peleu, varão prudentíssimo e descendente de Zeus em terceiro grau, e mais: educado pelo sábio Quirão, tão perturbado se encontrasse, a ponto de abrigar no imo peito duas doenças antagônicas: mesquinharia aliada à avareza, de par com desprezo soberano dos deuses e dos homens.

Tens razão, disse.

V – Outrossim, continuei, não devemos acreditar, nem permitir que outros afirmem haver Teseu, filho de Posido, e Pirítoo, filho de Zeus, praticado raptos tão d condenáveis, nem que qualquer outro herói ou filho de Zeus tenha ousado cometer os atos sacrílegos e tão graves que falsamente lhes atribuem; obriguemos, isso sim, os poetas a declarar ou que semelhantes feitos não foram praticados por eles, ou que eles não eram filhos de deuses. As duas afirmativas é que não poderão fazer, como não lhes será permitido tentar convencer os moços de que os deuses são os causadores do mal e que os heróis em e nada se mostram melhores do que os homens. Pois, como vimos antes, semelhantes proposições nem são piedosas nem verdadeiras. Já demonstramos que nenhum mal pode originar-se dos deuses.

Como fora possível?

Tudo isso é altamente prejudicial aos ouvintes. Não há quem não justifique sua própria maldade, convencido, como deverá estar, de que assim procederam e procedem os descendentes dos deuses,

Parentes próximos de Zeus, que no alto
do Ida, envolto pelo éter, o paterno
altar ainda conservam,

e que neles, até hoje,

não se esgotou o sangue das deidades.

Daí precisarmos acabar com essas histórias que podem
392 a deixar nossos jovens levianos e maus.

Evidentemente, respondeu.

E agora, continuei, que outra forma de discurso ainda falta analisar, para vermos como deve ou não deve ser enunciado? Já assentamos como precisam ser tratados os deuses, os demônios, os heróis e os que demoram no Hades.

Perfeitamente.

Então, o que ainda falta diz respeito aos homens, não é verdade?

Sem dúvida.

Mas não nos será possível, amigo, pôr isso presentemente em ordem.

Por quê?

Porque seríamos obrigados a dizer, segundo creio, que a respeito dos homens tanto os poetas como os
b oradores cometem os mais graves erros, quando afirmam terem sido felizes muitos homens injustos, e infelizes muitos justos; que a injustiça é proveitosa, quando não descoberta, e que a justiça, por sua vez, implica dano próprio e vantagem alheia. Teríamos de proibir-lhes tudo isso e recomendar-lhes que cantem e digam justamente o contrário, não te parece?

É assim mesmo que penso, disse.

Mas, uma vez que admites estar eu com a razão neste ponto, terei de concluir que ficaste também de acordo comigo a respeito do que há muito procuramos.

Conclusão muito certa, acrescentou.

c Se devemos ou não falar dessa maneira a respeito dos homens, é o que só decidiremos quando descobrirmos o que seja a justiça e como pode ela ser naturalmente útil a quem a possui, pouco importando a conta em que é tida essa pessoa.

É muito verdadeiro, disse.

VI – A respeito do assunto, é quanto basta. Agora, acho que devemos considerar o estilo, para determinarmos por maneira completa como deve ser o conteúdo e a forma.

Então, falou Adimanto: Não entendo o que queres dizer com isso.

d Mas é preciso que entendas, lhe repliquei. Talvez me faça compreender melhor da seguinte maneira: tudo o que os mitólogos e os poetas contam não é um relato de fatos passados, presentes ou futuros?

Que mais poderia ser? perguntou.

E não conseguem esse desiderato ou por simples exposição, ou por imitação, ou por ambos os modos ao mesmo tempo?

A tal respeito, respondeu, precisaria explicação mais particularizada.

Pelo que vejo, lhe falei, sou um professor caricato e nada claro. Vou proceder como os indivíduos que não sabem falar: em vez de considerar a questão em seu e conjunto, tomarei apenas uma parte, para mostrar-te o que pretendo. Dize-me uma coisa: não sabes como começa a Ilíada, os versos em que o poeta conta como Crises pediu a Agamémnone que lhe libertasse a filha e como este se zangou, e o outro, por não haver alcançado 393 a o que desejava, apelou para o deus contra os Aquivos?

Perfeitamente.

Sabes, portanto, que até ao verso:

Implora aos Aquivos presentes,
sem exceção, mas mormente aos Atridas, que povos conduzem,

quem fala é o poeta, o qual não procura levar nossa atenção para outra parte nem se esforça por parecer que não é ele, mas outra pessoa que está com a palavra.
b Porém, logo a seguir, discorre como se ele fosse o próprio Crises, e lança mão de todos os meios para convencer-nos de que não é Homero que parece falar, mas o velho sacerdote. Do mesmo modo procedeu em quase todo o resto de sua narrativa, ao contar-nos o que se passou em Ílio e em Ítaca, como também em toda a Odisséia.

Isso mesmo, disse.

Há narração, por conseguinte, nos dois casos: tanto na reprodução das falas das personagens como nas partes intermédias.

Como não?

Mas, quando nos dirige qualquer fala como sendo
c de outra pessoa, não poderemos dizer que se esforça para deixar sua linguagem, tanto quanto possível, parecida com a da pessoa por ele mesmo anunciada antes que nos iria falar?

É o que diremos, sem dúvida.

Ora, imitar alguém, ou pela palavra ou pelo gesto, não é representar a pessoa imitada?

Sem dúvida.

Sendo assim, num caso como esse, ao que parece, tanto Homero como os demais poetas procedem em suas narrativas por imitação.

Perfeitamente.

Mas, se o poeta nunca se ocultasse, toda a sua narrativa dispensaria a imitação. E para que não nos
d venhas dizer mais uma vez que não compreendes como possa ser isso, vou explicar-te. Se depois de haver contado que Crises viera com o resgate da filha e suplicara aos Aquivos, principalmente aos dois Atridas, continuasse Homero a falar, não como se ele fosse Crises, porém sempre como Homero, fica sabendo que não se trataria de imitação, mas de uma exposição simples. Seria mais
e ou menos deste modo; não vou falar em verso, pois não sou poeta: Ao chegar o sacerdote, fez votos para que os

deuses lhes concedessem tomar, incólumes, Tróia e suplicou que lhe entregassem a filha a troco de resgate e em atenção aos deuses. A essas palavras, todos os Aquivos assentiram com demonstração de reverência; apenas Agamémnone se encolerizou e lhe deu ordem para retirar-se e não mais voltar à sua presença, pois não lhe serviriam de amparo nem o cetro nem as ínfulas sagradas do deus. Antes de ser-lhe a filha libertada, declarou, envelheceria com ele em Argos. Mandou que se fosse embora e

394 a deixasse de importuná-lo, caso quisesse voltar salvo para casa. Ao ouvir essas palavras, o velho atemorizou-se e se afastou sem dizer nada. Mas, quando se achou longe do acampamento, orou instantemente a Apolo, invocando-o por todos os seus nomes e pedindo que, se alguma vez se agradara dos templos por ele construídos e das gratas vítimas que lhe sacrificara, lembrado agora disso, vingasse

b nos Aquivos as lágrimas por ele derramadas. Deste modo, meu caro, sem nenhuma imitação, é que se faz uma narração simples.

Compreendo, disse.

VII – Então, continuei, deves também compreender que segue precisamente o processo oposto quem omite as palavras insertas pelo poeta entre os discursos e deixa apenas o diálogo.

Compreendo também isso, respondeu; é assim que se passa na tragédia.

Apanhaste bem a questão, lhe repliquei, estando eu certo de que vou mostrar-te agora o que antes não me fora possível, a saber: que a poesia e a mitologia podem

c constar inteiramente de imitação, tal como se dá na tragédia e na comédia, conforme disseste, ou apenas da exposição do poeta. Os melhores exemplos desse tipo de composição encontrarás nos ditirambos; há uma terceira modalidade, em que se dá a combinação dos dois processos: é o que se verifica na epopéia e em muitas outras formas de poesia, se é que me fiz compreender.

Entendo, agora, perfeitamente, disse, o que querias significar.

Procura, então, recordar-te também do que afirmamos antes, que o conteúdo já estava esclarecido, mas faltava examinar a maneira de tratá-lo.

Sim, recordo-me.

Isso, justamente, é o que eu dizia, que precisávamos d decidir: se permitiríamos ao poeta apresentar-nos as suas narrativas só por meio da imitação, ou se poderia imitar numas partes e deixar de fazê-lo noutras, e quais seriam elas; ou se qualquer modalidade de imitação lhe seria proibida?

Palpita-me, respondeu, que desejas esclarecer se devemos ou não permitir em nossa cidade a tragédia e a comédia.

Talvez, lhe respondi; talvez até mesmo mais do que isso. Por enquanto, eu próprio o ignoro. Teremos de caminhar para onde soprar a brisa do argumento.

É muito certo o que dizes, observou.

e Considera também, Adimanto, se nossos guardas devem ou não devem ser imitadores. Não faz parte do que foi dito antes, que cada um só pode sair-se bem em uma única profissão, não em muitas, e que se experimentar as forças em várias a um só tempo, fracassará totalmente e não se distinguirá em nenhuma?

Quem o duvidará?

E não é também o que se observa com a imitação? Poderá a mesma pessoa imitar muitas coisas tão bem como uma só?

É claro que não.

395 a Dificilmente, portanto, conseguirá alguém exercer ao mesmo tempo, com eficiência, funções importantes ou ser um bom imitador de muitas coisas, pois nem mesmo as duas imitações que tão próximas parecem uma da outra podem ser praticadas com êxito por uma só pessoa; é o exemplo dos autores de comédias e de tragédias. Não disseste neste momento que ambas eram imitação?

Disse; e tens razão em achar que a mesma pessoa não pode sair-se bem nas duas.

Como não poderá ser ao mesmo tempo rapsodo e ator.

Exato.

E também não são os mesmos os atores de tragédias b e de comédias. Tudo isso é imitação, não te parece?

Imitação.

A natureza humana, Adimanto, se me afigura dividida em pedacinhos ainda menores, de forma que é impossível a qualquer pessoa imitar bem muitas coisas ou fazer as próprias coisas que a imitação reproduz.

É muito certo, observou.

VIII – Se quisermos, portanto, manter de pé a primeira proposição, a saber: que os nossos guardas, dispensados de qualquer outra ocupação, se dedicariam c exclusivamente à liberdade da cidade, sem empreenderem senão o que tendesse para esse fim, será preciso que não façam nada mais nem imitem coisa alguma. No caso, porém, de imitarem, deverão fazê-lo desde a meninice o que lhes convier para se tornarem corajosos, temperantes, santos, livres e tudo o mais do mesmo gênero, não devendo praticar nem procurar imitar o que não for nobre nem qualquer modalidade de torpeza, para que por meio da imitação não venham d a encontrar prazer na realidade. Já não observaste que a imitação, quando começada em tenra idade e prolongada por muito tempo, se transforma em hábito e se torna uma segunda natureza, passando para o corpo, para a voz e até para a própria inteligência?

Sem dúvida, respondeu.

Não admitiremos, portanto, continuei, que os jovens de que cuidamos com o propósito de fazer deles cidadãos de bem, por isso mesmo que são homens, imitem as mulheres, tanto novas como velhas, ou seja no ato de insultar qualquer delas o marido, ou quando alguma se ponha a rivalizar com os deuses, por pura jactância; isso,

quando estão felizes; ou, na infelicidade, quando se
e entregam ao choro e a lamentações. Uma mulher doente, ou amorosa, ou em trabalho de parto, é o que nunca lhes permitiremos.

Tens toda a razão, disse.

Nem escravos e escravas, que realizam ocupações servis.

Isso também não.

Nem, ainda, indivíduos maus e pusilânimes, que fazem precisamente o contrário do que determinamos: troca de insultos, zombarias de uns para os outros e palavras obscenas, quer quando sóbrios, quer quando
396 a embriagados, e tudo o mais com que por atos ou palavras a si mesmos degradam ou aos companheiros. Quer parecer-me, também, que não devem habituar-se a imitar a linguagem ou as ações dos loucos. É evidente que terão de conhecer pessoas más e insanas de ambos os sexos, porém não devem fazer nem imitar o que elas fazem.

É muito certo, disse.

Mais um exemplo, continuei: o trabalho de ferreiro ou de qualquer outro artífice, de remadores de trirremes ou de seus comandantes, e tudo o mais
b que se relaciona com essas atividades, não deverá também ser imitado.

Como fora possível, respondeu, se não lhes é permitido ocupar-se com qualquer outra profissão?

E o seguinte: cavalos a relinchar, touros a mugir, rios murmurantes, e o ruído do mar ou o barulho do trovão, e tudo o mais do mesmo gênero, será para imitar?

Foi-lhes proibido ser loucos ou imitar as ações dos loucos.

Se bem compreendo, prossegui, o que queres dizer, há uma modalidade de estilo narrativo em que poderá exprimir-se o indivíduo de verdadeiro valor, sempre que
c tiver o que dizer, como há outra que difere inteiramente dela e a que se atém em sua exposição quem, por dotes naturais e educação, for o oposto do primeiro.

Quais são? perguntou.

Sou de parecer, continuei, que quando o indivíduo equilibrado tem de reproduzir no decurso de sua exposição algum dito ou gesto de homem de bem, esforça-se por falar como se fosse essa mesma pessoa e não se envergonha de imitá-la, principalmente quando a imitação disser respeito a algum ato de firmeza e sabedoria que lhe seja atribuído; com menor disposição e mais raramente o imitará quando o vir cambaleante por efeito de doença ou do amor, ou mesmo por embriaguez ou qualquer outra infelicidade. Quando tiver de haver-se com quem não for digno dele, não se resolverá a imitar seriamente uma pessoa inferior, ou só o fará de passagem, numa ou noutra ação meritória. Sim, terá de envergonhar-se, a uma, por não ter o hábito de imitar gente dessa laia; a outra, porque lhe repugna forçar a sua natureza em moldes inferiores; despreza do fundo da alma semelhante procedimento, a não ser como brinquedo.

É natural, replicou.

IX – Sendo assim, adotará um modo de narração semelhante ao que há pouco nos referimos, quando tratamos dos versos de Homero, vindo a participar sua exposição dos dois processos, a imitação e a narração simples, porém a primeira como parte mínima numa narrativa longa. Ou não terá sentido o que eu disse?

Tem muito, até; assim é que precisará ser o expositor por nós idealizado.

397 a Nessas condições, continuei, quanto mais aquém desse ideal ficar o narrador, maior quantidade de coisas imitará, sem nada considerar indigno de si próprio, de forma que procurará imitar tudo com o maior empenho e na presença de todo o mundo, não apenas o a que há momentos nos referimos: o trovão, o barulho dos ventos e da saraiva, o chiar dos eixos e das polias, como também o som das trombetas, das flautas, das gaitas e dos demais

instrumentos, a voz dos cães, das ovelhas e dos pássaros.
b Desse modo, toda a sua exposição constará simplesmente da imitação de vozes e de gestos, com o mínimo possível de narração.

Necessariamente terá de ser assim.

Daí ter eu dito que há duas maneiras de narrar.

Sem dúvida.

Uma delas só em grau muito reduzido permite modificações; uma vez alcançada a harmonia e o ritmo convenientes, o bom expositor manterá sempre o mesmo estilo da harmonia inicial, que, aliás, não admite variações
c de vulto. Vale o mesmo com relação ao ritmo.

É muito certo o que disseste, respondeu.

E com respeito à outra modalidade? Ao contrário da primeira, não exigirá todas as harmonias e todos os ritmos, se tiver de ser feita a exposição como é preciso que o seja, por isso mesmo que abrange toda sorte de modificações?

Exatamente.

Ora, os poetas e, de modo geral, as pessoas que expõem alguma coisa por meio da palavra, não se valem de um ou outro desses modos de expressão ou da combinação de ambos?

Necessariamente, disse.

d Então, como faremos? perguntei. Admitiremos na cidade todos os gêneros, ou um só dos gêneros puros, ou a mistura dos dois?

Se prevalecer minha maneira de pensar, disse, apenas um dos puros, o que imita as pessoas moderadas.

No entanto, Adimanto, o estilo misto é bem interessante e muito do gosto das crianças e de seus preceptores, o que também se observa com a grande maioria do povo.

É muito interessante, realmente.

Mas, sem dúvida, observei, irás dizer que esse estilo não convém à nossa cidade, por não haver entre nós
e homens duplos nem múltiplos, visto ter cada pessoa apenas uma ocupação.

Não convém, de fato.

Eis a razão de somente nessa cidade verificarmos que o sapateiro é exclusivamente sapateiro, não piloto com o conhecimento de sapateiro; o lavrador é só lavrador, não juiz com conhecimento de agricultura; como é apenas combatente o guerreiro, sem ser comerciante que entenda de arte bélica, e assim com tudo o mais.

É muito certo, disse.

398 a Nessas condições, se viesse à nossa cidade algum indivíduo dotado da habilidade de assumir várias formas e de imitar todas as coisas, e se propusesse a fazer uma demonstração pessoal com seu poema, nós o reverenciaríamos como a um ser sagrado admirável e divertido, mas lhe diríamos que em nossa cidade não há ninguém como ele nem é conveniente haver; e, depois de ungir-lhe a cabeça com mirra e de adorná-lo com fitas de lã, o poríamos no rumo de qualquer outra cidade. Para nosso uso, teremos de recorrer a um b poeta ou contador de histórias mais austero e menos divertido, que corresponda aos nossos desígnios, só imite o estilo moderado e se restrinja na sua exposição a copiar os modelos que desde o início estabelecemos por lei, quando nos dispusemos a educar nossos soldados.

Sim, respondeu; é o que faríamos, se tivéssemos poder para tanto.

E com isso, meu caro, continuei, quer parecer-me que esgotamos a parte da Música relativa aos discursos e às fábulas, pois já tratamos do conteúdo e da forma.

É também o que eu penso, disse.

c X – Agora, prossegui, só nos resta tratar do canto e da melodia.

Sem dúvida.

A esse respeito, por coerência com o que ficou exposto, todo o mundo descobrirá, de pronto, o que é preciso dizer e como devem ser ambos.

Pondo-se a rir, falou Glauco: Receio muito, Sócrates, que esse todo o mundo não me abranja. Neste momento, pelo menos, não saberei dizer como ambos devem ser, apesar de fazer minhas conjecturas.

d De qualquer forma, lhe disse, desde já podes afirmar com segurança que uma canção se compõe de três partes: texto, melodia e ritmo.

Isso é verdade, respondeu.

Com relação às palavras, não há diferença entre elas e as que não são cantadas, pois, de qualquer modo, todas terão de ser enunciadas segundo os princípios de que já tratamos, não é verdade?

Exato.

O ritmo e a melodia terão de acompanhar as palavras.

Sem dúvida.

Mas já dissemos que não temos necessidade de queixas e lamentações em nosso texto.

É fato.

e Quais são as harmonias tristes? És músico; achas-te, portanto, em condições de enumerá-las.

A lidiana mista, disse, a lidiana aguda e outras do mesmo estilo.

Essas, então, lhe falei, serão excluídas, por inúteis até mesmo para mulheres, que terão de ser moderadas; quanto mais para homens!

Perfeitamente.

A embriaguez, também, é imprópria para os guardas; a moleza e a indolência.

Como não?

E quais são as harmonias moles e usadas nos banquetes?

São denominadas moles, disse, a ioniana e uma variedade lidiana.

399 a E essas, amigo, poderão ser de alguma utilidade para guerreiros?

De jeito nenhum, respondeu. Mas, ao que parece, só te sobraram a dórica e a frígica.

De harmonia nada entendo, lhe falei; mas resta-nos a modalidade indicada para imitar como convém a voz e a expressão do indivíduo que se comporta virilmente na guerra ou em qualquer situação difícil, e que, ao perceber em perigo sua causa, seja para ir de encontro a ferimentos e à morte, seja quando se vê a braços b com qualquer outra infelicidade, persevera no seu posto e enfrenta resoluto a sorte adversa. Reservemos a outra para ser por ele usada em tempo de paz, na execução de qualquer ato espontâneo, não, porém, violento, mas nas atividades cotidianas, quando insiste junto de alguém ou procura convencê-lo, nas súplicas dirigidas a Deus ou na doutrinação e admoestação de qualquer pessoa, ou, pelo contrário, quando se mostra sensível a pedidos, lições ou advertências de terceiros, de acordo com os quais pauta o seu proceder, sem revelar orgulho e em todas as circunstâncias se c comporta com modéstia e sabedoria, sempre satisfeito com os resultados obtidos. Essas duas modalidades de harmonia, a violenta e a voluntária, são as mais adequadas para imitar a linguagem da infelicidade e da felicidade, da sabedoria e da bravura; com essas é que precisamos ficar.

As que resolveste conservar, me disse, são justamente as duas a que há pouco me referi.

Por isso mesmo, observei, não precisaremos empregar em nossas canções e melodias instrumentos de muitas cordas e capazes de todas as tonalidades.

Acho também que não.

Sendo assim, não precisaremos sustentar fabricantes d de triângulos e de harpas ou de instrumentos outros de muitas cordas, capazes de todas as harmonias.

Parece-me que não.

E agora: admitirás na cidade fabricantes ou tocadores de flauta? Não é a flauta o instrumento da maior quantidade de sons, não passando de simples imitação dela os instrumentos de muitas harmonias?

É evidente, respondeu.

Restam-te, por conseguinte, observei, para uso na cidade, apenas a lira e a cítara, e, para os pastores do campo, uma espécie de flauta de Pan.

Pelo menos, é a conclusão a que nos leva nosso argumento.

e Aliás, meu caro amigo, lhe repliquei, não faremos nada de extraordinário preferindo Apolo e os instrumentos de Apolo a Mársias com os dele.

Não, por Zeus, me disse; essa, também, é a minha maneira de pensar.

Pelo cão! continuei; sem o percebermos, expungimos outra vez nossa cidade das delícias de que há momentos a acusávamos.

E o fizemos com sabedoria, observou.

XI – Então, lhe falei, prossigamos em nosso trabalho de expurgo. Depois das harmonias, segue-se naturalmente o que diz respeito aos ritmos; não devemos procurar ritmos variados nem metros de toda a espécie, mas apenas determinar quais são os ritmos próprios para exprimir a vida bem regulada e corajosa e, uma vez

400 a descobertos, adaptar o metro e a melodia às palavras, não o contrário, o texto ao metro e à melodia. Como fizeste com as harmonias, a ti é que compete dizer quais são esses ritmos.

Por Zeus, replicou, não sei o que diga. O que por observação própria poderei adiantar é que há três formas fundamentais na composição dos metros, como há quatro na dos sons, de que se originam todas as harmonias. Mas quais sejam as que imitam estas ou aquelas formas particulares da vida, é o que não saberei dizer.

b A esse respeito, observei, depois consultaremos Damão, para saber quais movimentos são indicados à baixeza, à insolência, à insânia e a outras variedades, e que ritmos devem ser reservados para as qualidades contrárias. Tenho vaga idéia de que certa vez ele me falou de um ritmo composto, a que deu o nome de enóplio, de

um dáctilo, de um heróico, que dispunha não sei como, igualando as subidas e as quedas, para terminarem em longas e curtas; falou também, se não me engano, de um iambo e de um tal troqueu, aos quais atribuía quantidades

c longas e curtas. Se mal não me lembro, em alguns desses metros ele criticava ou elogiava tanto a medida como o ritmo, ou talvez mesmo a combinação dos dois. Mas, como disse, deixemos essa parte para Damão; destrinçar semelhante assunto é matéria que exige muito tempo, não te parece?

Muito, por Zeus.

Uma coisa, no entanto, saberás distinguir: que a aparência graciosa ou desgraciosa é sempre decorrência do ritmo ou de sua falta.

Como não?

d Mas a presença e a falta de ritmo resultam da boa ou da ruim maneira de falar, respectivamente, valendo o mesmo para a harmonia e a falta de harmonia, a estar certo o que dissemos há pouco, que o ritmo e a harmonia é que têm de regular-se pelas palavras, não o inverso, as palavras pelo ritmo e pela harmonia.

Sem dúvida, respondeu; estes é que terão de acompanhar o discurso.

E a respeito da maneira de falar, perguntei, e do seu próprio conteúdo, não dependem da disposição da alma?

É evidente.

E tudo o mais, não depende do discurso?

Sim.

Desse modo, a beleza do estilo, a harmonia, a graça

e e o ritmo decorrem da simplicidade da alma, não no sentido com que eufemisticamente designamos a tolice, mas no verdadeiro, do caráter ornado de beleza e bondade.

É muito certo, disse.

Assim, de todos os modos, deverão os moços esforçar-se por adquirir essas qualidades, se quiserem cumprir bem sua missão.

É o que terão, sem dúvida, de fazer.

401 a Cheia delas está a pintura e todos os trabalhos dessa natureza, a arte do tecelão, a do bordador e a do arquiteto, bem como a manufatura de objetos em geral, a estrutura dos corpos e o conjunto das plantas: em tudo se nota proporção ou desgraciosidade. A falta de graça, de ritmo ou de harmonia é parente próxima da linguagem viciosa e dos maus costumes, assim como seus contrários o são das qualidades opostas: a ponderação e a retidão de conduta; irmãs e cópias fiéis.

Muitíssimo certo, respondeu.

XII – Mas, teremos de restringir nossa vigilância b apenas aos poetas, para obrigá-los a só apresentar em suas composições modelos de bons costumes, sem o que deverão abster-se de compor entre nós, ou precisaremos estender aos demais artistas essa fiscalização, para impedi-los de representar o vício, a intemperança, a baixeza, a indecência, tanto na pintura da vida como na das construções e em todos os trabalhos dos artesãos, ficando proibido de exercer sua atividade entre nós quem não puder obedecer a essas determinações? É de temer que venham a crescer os guardas no meio de imagens do vício, como num pasto nocivo, em que c colham e ingiram pequenas, porém reiteradas doses de veneno das mais variadas espécies, do que resulta causarem na alma, imperceptivelmente, dano irreparável. Não; só devemos procurar os artistas felizmente dotados e capazes de descobrir por toda a parte o rastro do belo e do gracioso, para que nossos jovens, à maneira dos moradores de lugares sadios, tirem vantagem de tudo e que apenas as impressões de coisas belas lhes possam atingir os olhos ou os ouvidos, tal como se dá com a brisa benéfica que sopra d de uma região salubre, e os levem, desde a infância, insensivelmente, a amar e a imitar os belos discursos e a se harmonizarem com eles.

Não poderiam ser educados, disse, por maneira mais bela.

E não é nisso, precisamente, Glauco, continuei, que consiste a superioridade da educação musical, por calarem fundo na alma o ritmo e a harmonia e aderirem nela fortemente? E porque servem de veículo ao decoro, não deixam honesta a alma, sempre que for bem orientada a educação? Caso contrário, o oposto é o que se observa.

e E também pelo fato de perceber com acuidade quem nesse domínio desfruta de educação adequada, o que é falho ou menos belo nas obras de arte ou nas da natureza, e com mal-estar justificado, por esse fato, passa a elogiar as coisas belas e a acolhê-las alegremente na alma,

402 a para delas alimentar-se e tornar-se nobre e bom, e a censurar, com toda a justiça, o feio, dedicando-lhe ódio nos anos em que ainda careça de entendimento para compreender a razão do fato; mas, uma vez chegada a razão, dar-lhe-á as boas-vindas com tanto maior alegria, por se lhe ter tornado familiar em todo o processo de sua educação.

Eu, pelo menos, disse, considero essas, precisamente, as vantagens da educação musical.

O mesmo acontece, continuei, quando aprendemos a ler, pois só nos tornamos fortes depois de sabermos distinguir as letras, apesar de serem poucas, em todas as combinações em que elas ocorrem, sem desprezá-las por insignificantes, quer

b ocupem grande, quer pequeno espaço, como se não fossem dignas de consideração, e nos esforçamos por compreendê-las onde quer que apareçam, visto não haver jeito de chegarmos a ser bons leitores sem passarmos por essa fase inicial do estudo.

É muito certo.

E não é também verdade que não reconheceremos as imagens das letras, quer nos apareçam na água, quer no espelho, se não conhecermos antes as próprias letras, por ser tudo isso objeto da mesma arte e do mesmo estudo?

Exatamente.

Ora bem! do mesmo modo, pelos deuses! o que digo é que nunca poderemos tornar-nos músicos, nem c nós nem os guardas cuja educação vai ficar a nosso cargo, antes de sabermos distinguir as formas da temperança, da coragem, da liberdade, da generosidade e de todas as outras virtudes suas irmãs, bem como as de seus contrários, onde quer que nos surjam; e de reconhecer que são elas mesmas que ali se encontram, elas e suas imagens, sem desprezar nenhuma, nem nas pequenas nem nas grandes manifestações; por admitirmos que todas elas fazem parte da mesma arte e do mesmo estudo.

Necessariamente, observou.

d Continuemos, lhe falei. Quando se der a ocorrência de belos traços da alma que correspondam e se harmonizem com um exterior impecável, por participarem do mesmo modelo fundamental, não constituirá isso o mais belo espetáculo para quem tiver olhos de ver?

O mais belo, sem dúvida.

Porém, o mais belo é também o mais amável, não é verdade?

Como não?

Logo, os indivíduos mais perfeitos sob esse aspecto terão de ser amados do músico, não o sendo, por seu lado, os dissonantes.

Não o serão, respondeu; máxime se se tratar de algum defeito da alma; porque, se for apenas do corpo, essa pessoa saberá dar o devido desconto e se esforçará por amá-lo.

e Compreendo, lhe disse; é que tens, ou já tiveste, algum amado nessas condições, com o que só posso concordar contigo. Mas, dize-me uma coisa: haverá alguma afinidade entre a temperança e o abuso do prazer?

Como poderia haver, respondeu, se o prazer perturba a alma tanto quanto a dor?

E com relação à virtude em geral?

403 a De forma alguma.

Não? E com a arrogância e a incontinência?

Sim, com essas, muitíssima afinidade.

E serias capaz de citar um prazer maior e mais violento do que o prazer do amor?

Não, respondeu; nem mais furioso.

Ao passo que o verdadeiro amor é amante da sabedoria e da beleza, temperante e músico ao mesmo tempo.

Sem dúvida, respondeu.

Assim, não deverá aproximar-se do verdadeiro amor nem a loucura nem o que tiver afinidade com a incontinência.

É muito certo.

b Logo, esse prazer, também, não deverá aproximar-se do amor, como não devem ter o menor contato com aquele o amante e o amado ligados por legítima afeição.

Sim, por Zeus, disse; não deverá aproximar-se.

De tudo isso podemos concluir que terás de estabelecer por lei, na cidade por nós fundada, que o amante só deverá beijar o amado, conviver com ele ou tocar nele como se se tratasse de um filho, por amor ao belo, e assim mesmo somente depois de alcançar o seu consentimento; em tudo o mais, as relações com o jovem a quem se afeiçoou nunca devem dar azo à suspeita de c que foram além desse limite; caso contrário, será tido na conta de indivíduo grosseiro e carecente de educação musical.

De inteiro acordo, respondeu.

E agora, perguntei, não te parece que chegamos ao fim de nossa exposição sobre a Música? Pelo menos, terminou onde deveria terminar, pois a Música deve acabar no amor ao belo.

É também o que eu penso, respondeu.

XIII – Depois da Música, terão os nossos jovens de aprender Ginástica.

É fato.

A essa matéria, também, terão de dedicar-se durante d toda a vida, desde os mais tenros anos. No meu modo de pensar, as coisas se passam da seguinte maneira; raciocina comigo. A meu ver, não é o corpo, muito embora bem-dotado, que com sua virtude particular deixa boa a alma, mas o inverso: a alma, pela virtude que lhe é própria, é que amolda o corpo da melhor maneira possível. Que dizes a isso?

Penso também desse mesmo modo, respondeu.

Logo, se dermos à alma devidamente educada a e incumbência de cuidar de tudo o que se relaciona com o corpo, limitando-nos a indicar-lhe as linhas gerais, para não nos alongarmos, procederíamos com acerto?

Sem dúvida.

Já observamos que os nossos guardas não poderão ser dados à embriaguez. A qualquer pessoa pode-se desculpar, menos a um guarda, não saber em que lugar do mundo se encontra, por achar-se embriagado.

Seria ridículo, replicou, um guarda necessitar de guarda.

E com relação aos alimentos? Nossos guardas são atletas que se preparam para a mais importante competição, não te parece?

Sim.

E o regime de vida dos atletas, seria também indicado 404 a para eles?

É possível.

Porém trata-se, observei, de prática essencialmente dorminhoca e bastante prejudicial à saúde. Ou ainda não percebeste que os atletas passam a vida a dormir e que quando se afastam, por pouco que seja, do regime prescrito, ficam sujeitos a doenças graves e violentas?

Percebi.

Logo, continuei, faz-se mister de regime mais condizente com a vida de atletas guerreiros, que terão de ficar como cães, em vigília permanente, e possuir vista

e ouvido agudos; e, por isso mesmo que estarão expostos b nas campanhas a mudanças contínuas de bebidas e de alimentos, no verão abrasador como no frio dos invernos, não devem ser de saúde muito delicada.

É também o que eu penso.

E a Ginástica ideal não é, de algum modo, irmã gêmea da Música de que acabamos de tratar?

Que queres dizer com isso?

Uma Ginástica simples e adequada, principalmente para os que se destinam à guerra.

De que modo a concebes?

Qualquer pessoa, lhe falei, poderá aprender com Homero qual seja ela. Como terás observado, durante as campanhas, nos banquetes de seus heróis, Homero não c lhes serve peixe, muito embora eles se encontrassem nas margens do Helesponto, nem carne cozida, mas somente assada, por ser esse o alimento mais conveniente para soldados, em qualquer parte, pois sempre é mais fácil, por assim dizer, arranjar fogo do que carregar panelas.

É muito certo.

A tempero, também, se não me engano, Homero não faz referência alguma. Ignorarão, porventura, os demais atletas, que para conservarem o corpo em boas condições é preciso absterem-se de todas essas coisas?

Sabem-no muito bem, respondeu, e por isso mesmo se abstêm de tudo.

d Assim, caro amigo, não aprovarás, segundo penso, nem a comida siracusana nem as variedades da cozinha siciliana, caso estejas de acordo com o que expusemos até agora.

Realmente, não aprovarei.

Como reprovarás que abuse de raparigas de Corinto quem quiser ficar com o corpo em boas condições.

Sem dúvida nenhuma.

Nem que sejam muito aficionados aos famosos produtos da pastelaria ática?

Necessariamente.

Poderíamos muito bem comparar essas variedades de alimentos e o regime em geral com as mencionadas melodias e o canto, em que entram todas as harmonias e
e ritmos, não te parece?

Como não?

Ali, a variedade produz desregramento; aqui, doenças, ao passo que a simplicidade da Música deixa a alma temperante e, na Ginástica, o corpo em boas condições de saúde, não é isso mesmo?

É muito certo, respondeu.

405 a Porém, no caso de multiplicarem-se na cidade a intemperança e as doenças, não será forçoso abrirem-se tribunais e clínicas, tomando impulso, na mesma proporção, as profissões de juiz e de médico, visto despertarem grande interesse até mesmo entre homens livres?

Sem dúvida.

XIV – E em qualquer cidade poderias encontrar mais segura prova de educação viciosa e condenável do que fazer-se sentir a necessidade de médicos e de juízes hábeis, tanto entre o povo baixo e os artesãos como entre os
b que fazem praça de educação liberal? Ou não consideras vergonhoso e prova de falta de educação ser-se obrigado a trazer de fora dirigentes e juízes e a aceitar o jugo estranho, por escassez deles em casa?

É o que há de mais vergonhoso, respondeu.

E não te parece, lhe perguntei, ainda mais deprimente passar alguém a maior parte da vida nas salas dos tribunais, ou seja no papel de acusador ou no de acusado, e também, por falta de gosto, chegar a vangloriar-se de
c ser mestre no crime e suficientemente hábil para virar-se de todos os lados, esgueirar-se pelos menores buracos e dobrar-se que nem vime para escapar ao castigo, e tudo isso por coisinhas sem valor, visto não saber como é mais belo e vantajoso organizar a vida de modo que dispense juízes dorminhocos?

Sim, respondeu; isso me parece ainda mais vergonhoso.

E recorrer à Medicina, continuei, não por causa de algum ferimento eventual ou por essas doenças que todos d os anos nos visitam, mas por indolência ou pelo regime de vida como o que descrevemos há pouco, repleto o organismo de umidade e de vapores, como um pântano, o que obriga os engenhosos Asclepíades a aumentar os nomes das doenças com flatulências e catarros, não se te afigura vergonhoso?

Realmente, respondeu; são nomes absurdos e de recente formação.

Que, com toda a probabilidade, prossegui, não existiam no tempo de Asclépio. Digo isso, porque seus filhos, na guerra de Tróia, nada observaram à escrava e que deu a Eurípilo, quando ferido em combate, vinho prâmnio com bastante farinha e queijo ralado, de 406 a conhecido efeito inflamatório, nem censuraram Pátroclo por prescrever ao ferido essa bebida.

De fato, observou; é uma bebida muito estranha para qualquer pessoa em tais condições.

Não é tanto assim, lhe objetei; bastará considerares que os discípulos de Asclépio, segundo consta, não passaram a aplicar o método de tratamento presentemente em uso depois do tempo de Heródico. Heródico, porém, por ser professor de Ginástica e viver sempre achacado, misturou Ginástica com Medicina, com o que começou b por atormentar a si mesmo em grau maior, e depois dele a muitos outros.

Como assim? perguntou.

Por prolongar sua própria morte e acompanhar a doença mortal de que sofria, sem nunca conseguir curar-se, passou a vida a cuidar apenas disso, em função do tratamento, para suplício próprio, desde que se afastasse um tantinho do regime prescrito. Desse modo, sem parar de morrer, sua sabedoria conseguiu fazê-lo chegar à velhice.

Belo prêmio, disse, sua arte lhe conferiu.

Não merecia outra coisa, continuei, quem nunca c chegou a compreender que não foi nem por ignorância

nem por falta de experiência que Asclépio deixou de comunicar a seus descendentes esse método de tratamento, mas por saber que, em qualquer comunidade bem organizada, todo cidadão recebe determinada incumbência que é obrigado a executar, sem que lhe sobre tempo em toda a vida para ficar doente e submeter-se a tratamentos. O ridículo de tudo isso é percebermos a verdade desse fato, quando se trata de artesãos e não aplicarmos o mesmo critério com relação aos ricos e, de modo geral, às pessoas tidas na conta de felizes.

Como assim? perguntou.

d XV – Quando um carpinteiro cai doente, prossegui, pede ao médico um remédio para vomitar a doença ou para evacuá-la por baixo, ou cautério ou incisão para ver-se livre dela. E se algum médico lhe prescreve regime complicado ou lhe envolve a cabeça com ataduras e coisas de tal jaez, declara imediatamente não ter tempo para ficar doente e que a vida carecerá de sentido se não fizer outra coisa senão cuidar da doença, com prejuízo de suas e obrigações diárias. Depois dessa declaração, diz adeus a esse tipo de médico e volta para o trabalho de rotina, recupera a saúde e continua a cumprir suas obrigações. No caso de não resistir o corpo ao impacto da doença, vem a morrer, com o que fica livre das canseiras.

Para gente desse feitio, observou, só serve mesmo semelhante Medicina.

E não será, lhe perguntei, por terem profissão, que, 407 a se não for exercida, de nada lhes valerá viver?

É evidente, respondeu.

Ao passo que os ricos, como dissemos, não têm profissão que os impeça de viver no caso de não ser ela exercida.

É o que dizem, de fato.

Não conheces o dito de Focílides, de que é preciso praticar a virtude, quando se tem de que viver?

A meu pensar, até mesmo antes, foi a sua resposta.

Bem; mas não briguemos com ele por isso. Perguntemos apenas a nós mesmos se o rico deve praticar a
b virtude, ou se de outra forma não lhe é possível viver, e se a mania de alimentar doenças, que impede o carpinteiro ou qualquer outro artista de aplicar-se ao seu trabalho, não impede o rico de seguir o preceito de Focílides.

Sim, por Zeus, respondeu; é o que se observa principalmente com esse cuidado excessivo do corpo, que vai muito além dos exercícios usuais de Ginástica. Prejudica até mesmo os trabalhos de casa, o serviço nas campanhas militares e as obrigações civis em tempo de paz.

E o que é pior: esse medo constante de forçar a
c cabeça e de ser acometido de vertigem, de que a Filosofia seria a única culpada, perturba o estudo, a observação e a reflexão. Assim, onde quer que se manifeste, é absolutamente impossível exercitar-se ou conservar-se a virtude; leva as pessoas a se imaginarem permanentemente doentes e a não pararem de queixar-se de perturbações somáticas.

É o que acontece, realmente, observou.

Podemos, por conseguinte, afirmar que foi por saber disso que Asclépio só pensou naqueles que por natureza e pelo regime de vida mantêm saudável o corpo e que
d apenas são acometidos de doenças bem definidas; para indivíduos assim constituídos foi que ele revelou a sua Medicina; com poções ou incisões debelava-lhes os incômodos; permitia-lhes os exercícios das ocupações habituais para não prejudicar os interesses da comunidade, porém, não punha a mão nos organismos minados por doenças, com prescrever-lhes qualquer regime de pequenas purgações ou infusões fracas e não lhes prolongar com isso a vida miserável nem contribuir para que gerassem filhos, como seria de esperar, inteiramente iguais aos pais. Era de parecer que não valia
e a pena tratar de quem se revelava incapaz de viver o tempo fixado pela natureza, o que não seria de proveito nem para ele nem para a comunidade.

Fazes de Asclépio, disse, um verdadeiro estadista.

Sem dúvida, repliquei; nem foi outra coisa. Observaste como seus filhos se comportavam valentemente nos combates diante das muralhas de Tróia, 408 a ao mesmo tempo em que praticavam a Medicina a que há pouco me referi? Deves estar lembrado da passagem em que Menelau foi vulnerado por Pândaro:

Chupam-lhe o sangue, cobrindo-a depois habilmente com bálsamo,

sem determinar o que ele deveria comer ou beber depois disso, o que também não fez Eurípilo, pela certeza de que as drogas empregadas eram bastante idôneas para curar quem antes de ser ferido gozava saúde e adotava b regime frugal, ainda mesmo que chegasse a beber aquela mistura; mas os indivíduos de constituição doentia e vida desregrada achavam que não era de vantagem viver, tanto para eles como para a comunidade, e que nem a arte da Medicina fora criada para isso, nem havia necessidade de tratar de nenhum, ainda que fossem todos mais ricos do que Midas.

Muito sagazes, disse, segundo os descreves, foram os filhos de Asclépio.

XVI – Só lhes faço justiça, repliquei. Não obstante, os trágicos e Píndaro, em desacordo conosco, se, por um lado, dizem que Asclépio foi filho de Apolo, afirmam c também que se deixou seduzir por dinheiro para curar um indivíduo rico, já no ponto de morrer, motivo de ter sido atingido por um raio. Porém nós, coerentes com o que dissemos antes, não damos crédito a nenhuma dessas assertivas. Se ele era filho de um deus, é o que afirmamos, não podia ser ávido de dinheiro mal-adquirido, e se visava a algum lucro sórdido, não podia ser filho de nenhuma divindade.

É muito certo, replicou. Mas, que pensas do seguinte, Sócrates? Não é preciso que na cidade haja bons médicos?

E não serão os melhores médicos, justamente, os que já tiveram sob seus cuidados grande número de d pessoas sãs e de doentes, como são também os melhores juízes os que já tiveram de tratar com as mais variadas naturezas?

Não há dúvida, respondi: bons médicos e bons juízes. Mas não sabes quem eu considero desse modo?

Se o disseres, ficarei sabendo, foi a sua resposta.

Vou tentar defini-los, respondi; porém reuniste coisas heterogêneas na mesma proposição.

Como assim? perguntou.

Formam-se os mais hábeis médicos, obtemperei, quando, além de começarem o estudo desde moços, examinam o maior número possível de corpos da mais e precária constituição, e que, ao lado de compleição malsã, tenham sofrido toda espécie de doenças. Sim, porque não é com o corpo, segundo penso, que eles tratam do corpo; caso contrário, não lhes seria permitido cair doente ou serem de constituição fraca. É com a alma que tratam do corpo, não podendo aquela cuidar bem de nada, se for doentia ou se vier a adoecer.

É muito certo, disse.

Mas, no caso do juiz, meu caro, a alma governa a 409 a alma. Por isso mesmo, não se concebe que, desde os mais tenros anos, seja ela educada e viva entre almas ruins, nem que tenha experiência de toda sorte de crimes, no pressuposto de que dessa maneira poderá conhecer e julgar com segurança os crimes dos outros, como do próprio corpo ela conclui para as doenças. Ao contrário: é preciso que desde a mocidade se conserve pura e estreme de vícios, para que decida com critério sadio sobre os casos concretos, partindo de sua própria honestidade. Esta é a razão de parecerem simplórias na mocidade as pessoas justas e de serem fáceis vítimas dos espertalhões: é que, no b íntimo, não carregam modelos do que se passa na alma dos perversos.

É precisamente, disse, o que se dá com eles.

Por isso mesmo, prossegui, um bom juiz não pode ser moço, porém já avançado em anos, só devendo aprender muito tarde o que é propriamente a injustiça, não por haver tomado conhecimento dela como de algo que residisse em sua própria alma, mas por observação demorada e como vício estranho na alma dos outros, para alcançar o conhecimento de sua natureza por meio do c estudo, não da experiência pessoal.

Um juiz nessas condições, disse, seria o ideal.

Fora o juiz de acordo com os teus desejos; quem tem alma boa é bom. O outro, porém, astucioso e suspicaz, autor de um sem-número de injustiças e que se tem na conta de experiente e sábio, faz sempre boa figura no trato com os que se lhe assemelham, porque reconhece nos outros os traços de sua própria consciência. Quando, d porém, entra em contato com pessoas direitas e de mais idade, patenteia a sua incapacidade pela desconfiança intempestiva que lhe é própria e por desconhecer a honestidade, visto não trazer no seu íntimo o paradigma adequado; contudo, por tratar com número maior de velhacos que de pessoas de bem, por si mesmo e pelos outros é tido mais na conta de sábio do que de ignorante.

É muito certo tudo isso, observou.

XVII – Logo, prossegui, o juiz bom e sábio que devemos procurar não é o indivíduo nessas condições, mas o primeiro. A maldade jamais poderá reconhecer simultaneamente a si mesma e a virtude, ao passo que a e virtude, educada pelo tempo, adquirirá o conhecimento do vício e de si mesma. A meu pensar, um indivíduo nessas condições é que se torna sábio, não o outro.

É também o que me parece, respondeu.

Dessa maneira, depois de uma legislação nos moldes descritos, estabelecerás na cidade uma Medicina como a que definimos, para que ambas cuidem do corpo e da 410 a alma dos cidadãos bem constituídos; dos outros, não: deixarão perecer os que apresentarem defeito físico e

determinarão a morte dos que se revelarem com alma viciosa e irremediável.

É a melhor solução, observou, tanto para os doentes como para a cidade.

Sem dúvida, continuei; pois os jovens terão escrúpulos de recorrer à justiça, pelo próprio hábito daquela música simples, que louvamos como inspiradora da temperança.

b É muito certo, respondeu.

E seguindo essa mesma pista, na aprendizagem da Ginástica não conseguirá o músico, se assim o quiser, dispensar de todo a Medicina, a não ser nos casos de extrema necessidade?

Penso que sim.

Fará seus exercícios e trabalhos mais com o fito de despertar e fortalecer a coragem inata do que a força física, diferentemente dos demais atletas, que só por amor da força bruta se sobrecarregam de alimentos e exercícios.

É muito certo, respondeu.

E as pessoas, Glauco, lhe perguntei, que estabeleceram a Música e a Ginástica como base da c educação, não teriam em vista, com isso, como muitos pensam, formar o corpo por meio desta, e por meio da outra a alma?

Que mais poderia ser? perguntou.

Pode-se dar o caso, observei, de haverem sido ambas estabelecidas principalmente para a alma.

Como assim?

Ainda não observaste, lhe falei, como é constituído o caráter das pessoas que a vida inteira se ocupam com Ginástica, sem tocar em Música, e o das que procedem ao contrário disso?

d A que te referes? perguntou.

De um lado, brutalidade e dureza, lhe disse; do outro, maciez e doçura.

Sim, respondeu; sei muito bem que os que praticam com exagero a Ginástica tornam-se mais grosseiros do que fora de desejar, e, por outro lado, os que só se

dedicam à Música ficam demasiado moles, o que não é bonito para eles.

No entanto, observei, essa brutalidade se origina de um temperamento arrebatado, que com boa educação pode dar origem à coragem; mas, quando forçado além de certo limite, fica intratável e duro.

É também o que eu penso, disse.

e Continuemos: e a doçura, não é de natureza filosófica? E, no caso de ser relaxada em excesso, não se torna mais mole do que fora razoável, como, se for bem dirigida, branda e moderada?

Isso mesmo.

Mas também afirmamos que nossos guardas terão de ser dotados naturalmente de ambas as qualidades.

É fato.

Logo, será preciso deixá-las harmônicas entre si.

Como não?

A alma assim harmonizada será a um tempo sábia e

411 a corajosa.

Perfeitamente.

E a desarmônica, covarde e grosseira?

Muito!

XVIII – Logo, quando alguém se dedica à Música e derrama na alma pelo canal dos ouvidos, como por um funil, as harmonias doces, brandas e melancólicas a que há pouco nos referimos, e passa a vida a gorjear e a deleitar-se com a beleza do canto, inicialmente o elemento irascível de sua alma se torna brando, tal como se dá

b com o ferro que, de imprestável e quebradiço, fica maleável e útil. Mas, se não se detém nesse processo de amolecimento e continua a cultivar a Música, chegará a ponto de derreter-se e de fundir-se, até que a coragem se lhe dissolva de todo e ele, com os nervos da alma cortados, se degrade à condição de combatente sem préstimo.

É muito certo, respondeu.

No caso, continuei, de ser ele de espírito fraco por natureza, essa modificação se processa rapidamente; o indivíduo de alma decidida perde em pouco tempo a coragem e se torna impressionável, pronto para explodir à menor provocação e a acalmar-se de repente. De animosos que eram, tornam-se violentos, irascíveis e absolutamente imprestáveis.

Seguramente.

E na hipótese contrária: no caso de praticar alguém exercícios físicos em excesso e de comer em demasia, sem tocar nem de leve na Música e na Filosofia, a boa disposição física não o deixará, no começo, orgulhoso e animado, mostrando-se mais corajoso do que era antes?

Sem dúvida.

E daí? No caso de não fazer outra coisa e de não ter nenhum comércio com as Musas? Ainda mesmo que abrigue na alma certa curiosidade de saber, pelo fato de nunca provar nenhuma espécie de conhecimento ou de pesquisa nem de participar de discursos ou de qualquer outra manifestação de cultura, não acabará aquela curiosidade por enfraquecer-se e ficar surda e cega pela falta de estímulos e de alimentos e por não serem purificadas suas sensações?

É muito certo, observou.

Um indivíduo nessas condições torna-se inimigo do pensamento e das Musas; para persuadir, jamais recorrerá à palavra, e tudo realizará brutalmente, por meio da força, como um animal feroz, vivendo como ignorante nas mais grosseiras práticas e alheio de todo à graça e ao sentido do equilíbrio.

Tudo isso é muito certo, disse.

E foi provavelmente visando a esses dois princípios, segundo penso, que alguma divindade deu aos homens as artes da Música e da Ginástica, para o elemento da coragem e a sede do saber, não para a alma e o corpo, a não ser apenas como acessórios, mas tendo em vista aqueles dois princípios, a fim de se harmonizarem

412 a reciprocamente, por meio da tensão e do relaxamento, conforme as circunstâncias.

Parece que é isso mesmo, disse.

Quem reúne por maneira perfeita a Música e a Ginástica e as aplica à alma na mais justa proporção, com todo o direito diremos ser muito mais músico e mais bem harmonizado do que o afinador de cordas de qualquer instrumento.

Com toda a razão, Sócrates, respondeu.

Em nossa cidade, também, Glauco, precisaremos sempre de um dirigente nessas condições, se quisermos que a constituição seja preservada.

b E tão hábil quanto possível, respondeu.

XIX – Tal é, em traços gerais, nosso plano de ensino e de educação. Para que descrever com particularidades as danças dos educandos, as caçadas com matilha ou sem cães, as competições a pé ou a cavalo? É mais do que claro que tudo isso deverá obedecer aos mesmos princípios, não havendo nenhuma dificuldade em descobri-los.

Talvez não haja mesmo, disse.

Muito bem, continuei; e agora, que precisaremos determinar? Não será, porventura, quais dentre os cidadãos têm de mandar e quais obedecer?

c Como não?

É evidente, outrossim, que compete aos velhos mandar, e aos moços obedecer.

É claro.

E que devem ser escolhidos os melhores.

Isso também.

Ora, entre os agricultores, os melhores não serão os mais dedicados aos trabalhos do campo?

São.

E como os nossos guardas terão de ser os melhores no seu gênero, não será preciso que sejam também os mais bem dotados para guardar a cidade?

d Exato.

Mas todo mundo só cuida bem daquilo a que dedica amor.

Forçosamente.

Como só se apega ao que considera como tendo interesses iguais aos seus, e cujo bom êxito ou mau resultado andarão de par com a felicidade própria ou com a desgraça.

Isso mesmo, respondeu.

e Nessas condições, teremos de escolher os guardas que à nossa observação se nos tenham sempre revelado dispostos a promover o que se lhes afigura vantajoso para a cidade e que de nenhum modo consentiriam em fazer o contrário disso.

São esses, realmente, os indicados, respondeu.

A meu parecer, devemos observá-los em todas as idades, para ver se se mantêm fiéis àquele princípio, e que nem por força de encantamentos nem por violência de nenhuma espécie serão levados a jogar fora a máxima de que lhes cumpre fazer sempre o que visar ao maior bem da cidade.

Que entendes por essa expressão: jogar fora?

Vou dizer-te, lhe repliquei. No meu modo de pensar, de duas maneiras uma opinião sai do espírito: com o nosso assentimento ou contra a nossa vontade. Com o 413 a nosso assentimento, quando se trata de opinião falsa, ou quando nos convencemos do contrário; contra a nossa vontade, sempre que for verdadeira.

Com o assentimento, compreendo o que venha a ser; porém, essa perda involuntária, pediria que me explicasses.

Como? perguntei-lhe; não és também de parecer que os homens só a contragosto se privam do bem, mas voluntariamente, do mal? E não será um mal a perda da verdade, e um bem a sua posse? E não te parece estar com a verdade quem concebe as coisas como elas realmente são?

Tens razão, replicou; eu também sou de parecer que é sempre a contragosto que os homens se vêem privados da opinião verdadeira.

b E não é certo que isso só se dá por meio de roubo, encantamento ou violência?

Isso também, disse, não chego a compreender.

Pelo que vejo, estou falando a linguagem dos trágicos. Digo que um indivíduo é roubado, quando se esquece ou quando é trabalhado pela persuasão; num caso influi o tempo; noutro, a razão, para privá-lo, sem que o perceba, da opinião própria. Compreendeste agora?

Compreendi.

Os violentados são os que chegam a mudar de opinião sob a influência da tristeza ou da dor.

Compreendo isso também, disse; é muito certo.

c Quanto aos encantados, creio que dirás comigo tratar-se dos que mudam de sentimento, ou pelas blandícias dos prazeres ou pela ação terrificante do medo.

Realmente, observou; a tudo o que engana pode-se atribuir efeito mágico.

XX – Assim, como acabei de dizer, será preciso procurar entre os guardas os que mais fielmente observarem a máxima comum de que em qualquer circunstância deverão fazer o que for considerado de mais vantagem para a cidade. Desde crianças devem ser postos à prova com lhes passarmos tarefas apropriadas para fazê-los esquecidos daquela máxima e serem induzidos a erro, d depois do que escolheremos os de boa memória e que não se deixaram enganar, e rejeitaremos os que falharam, não é verdade?

Perfeitamente.

Devemos, ainda, impor-lhes trabalhos, sofrimentos e lutas em que essas mesmas condições sejam observadas.

Tens razão, disse.

E não os submeteremos, porventura, perguntei, à prova do encantamento – seria a terceira do nosso esquema – com promover competições e observar como se comportam? Do mesmo modo por que procedem os

tratadores de potros, que os levam para o meio de barulho e de tumulto, a fim de verificar se são medrosos; assim também, de ambientes aterrorantes passaremos nossos (e) moços para as delícias do prazer, pondo-os à prova com mais cuidado do que fazemos com o ouro levado ao fogo, a fim de sabermos se estão aptos para resistir às seduções e se se comportam decentemente em todas as circunstâncias, como bons guardas deles mesmos e da música aprendida, e se revelam ritmo e harmonia em todos os atos, para que a si próprios e à cidade sejam da maior utilidade possível. Os que na infância, na mocidade (414 a) e na idade madura forem submetidos a essas provas e se saírem delas puros e vitoriosos, serão colocados como dirigentes e guardas da cidade e receberão honrarias tanto em vida como depois de mortos, além de lhes erigirmos túmulos e outros monumentos em sua memória, os maiores no seu gênero. Serão excluídos os que falharem nessas provas. É assim, Glauco, como eu imagino que deve ser a escolha e a nomeação dos dirigentes e guardas da cidade, exposto o plano em traços gerais, sem descermos a particularidades.

Eu também, disse, penso mais ou menos desse jeito.

E não seria mais exato dar o nome de guardas (b) perfeitos aos que tanto nos asseguram contra os inimigos de fora como contra os amigos de dentro, frustrando a vontade de uns e, dos outros, a possibilidade de prejudicar-nos de qualquer maneira, para atribuir aos moços, que há momentos denominamos guardas, o nome de auxiliares dos chefes e executores de suas decisões?

Acho que sim, foi a sua resposta.

XXI – E agora, perguntei, de que meio lançaremos mão para contar as mentiras a que há pouco nos referimos, alguma fábula honesta, capaz de enganar os (c) próprios dirigentes, ou, na pior hipótese, os outros cidadãos?

Que mentiras? perguntou.

Não se trata de nenhuma novidade, lhe repliquei, mas de uma de origem fenícia que antigamente era muito freqüente, conforme declaram os poetas e o fazem crer aos outros, mas que nunca ocorreu entre nós, nem me parece que algum dia possa vir a acontecer e que dificilmente será crido.

Observo, me falou, que hesitas bastante em dizer o que pensas.

Depois do que eu disser, observei, dar-me-ás razão por hesitar dessa maneira.

Então fala sem medo, respondeu.

d É o que vou fazer, conquanto não saiba onde buscar coragem ou as expressões convenientes. O fato é que procurarei convencer em primeiro lugar os dirigentes e os guerreiros, e depois todo o resto da cidade, de que a educação e a instrução que receberam de nós deve ser considerada por eles como um sonho em que imaginassem ter ocorrido tudo aquilo, mas que, de fato, todos eles se encontravam embaixo da terra, onde foram formados e educados, e com eles as armas e todo o seu equipamento. Depois de completada

e neles a obra da criação, a terra, mãe comum, os dera à luz, razão por que deveriam considerar a terra em que ora habitam como mãe e ama de todos eles, defendendo-a no caso de ser atacada, e considerar irmãos os demais cidadãos, visto terem nascido, como eles, do seio da terra.

Não foi sem motivo, disse, que vacilaste tanto tempo, antes de contar essa ficção.

415 a Não é assim mesmo? perguntei. Mas, escuta o resto do mito. Todos vós que morais nesta cidade sois irmãos, lhes diremos, em prosseguimento ao nosso conto, mas a divindade que vos fez misturou ouro ao nascimento dos que revelavam capacidade de comando, para que se tornassem mais preciosos; nos auxiliares acrescentou prata, bem como ferro e bronze nos agricultores e demais artesãos. Porém, como todos vós tendes uma origem

comum, na maioria das vezes dareis nascimento a
b filhos que se vos assemelhem, conquanto possa acontecer que de pais de ouro nasça um filho de prata, ou o inverso: um filho de ouro provenha de pais de prata, e assim por diante, em diferentes combinações. Antes e acima de tudo, determinou a divindade aos dirigentes que sobre nada exerçam suas obrigações de guardas e zelem com mais cuidado do que a respeito dos nascimentos e da qualidade do elemento que entra na composição da alma de cada um, e, no caso de seus próprios filhos trazerem mistura de ferro
c ou de bronze, de nenhum modo deverão apiedar-se deles; mas, como prova de respeito à natureza deles mesmos, serão transferidos para a classe dos artesãos ou para a dos agricultores, como também o inverso: os filhos de qualquer destes que revelarem traços de ouro ou de prata, em homenagem ao seu valor, terão de ser promovidos para a classe dos guardas ou dos guerreiros, conforme o caso, em obediência às determinações do oráculo, quando ameaça de destruição a cidade que chegar a ser guardada por ferro ou bronze. Tens alguma idéia de como seja possível levá-los a acreditar em semelhante mito?

d Nenhuma, disse, para a presente geração; sim para seus filhos e ulteriores descendentes e para os homens do porvir.

Já seria grande vantagem, lhe falei, para se dedicarem com maior devotamento à cidade e cuidarem uns dos outros. Creio ter compreendido teu pensamento.

XXII – Deixemos que nossa fábula se estenda por onde a Fama a conduzir. De nossa parte, armemos esses filhos da terra e entreguemo-los aos cuidados dos dirigentes. Uma vez todos juntos, procurem o ponto da cidade mais apropriado para assentarem o acampamento,
e de onde possam dominar com mais facilidade os cidadãos de dentro que, porventura, se recusem a obedecer à lei,

e os inimigos de fora, no caso de caírem como lobos sobre o rebanho. E depois de acampados, farão os sacrifícios convenientes e passarão a preparar as tendas. Ou como será?

Assim mesmo, disse.

E tendas, justamente, que tanto sirvam para protegê-los no inverno como no verão, não é verdade?

Como não? Quer parecer-me que te referes a casas.

Isso mesmo, observei; porém casas de soldados, não de negociantes.

416 a E que diferença fazes entre umas e outras?

Tentarei explicar-te, respondi. O que de mais terrível e vergonhoso poderia acontecer para os pastores, seria criarem cães para guarda do rebanho, de modo que, por intemperança ou fome, ou qualquer outro mau hábito, se atrevessem a causar dano ao rebanho e, em vez de cães, se tornassem verdadeiros lobos.

Horroroso, disse; como não?

b Logo, teremos de envidar esforços para que nossos auxiliares não se comportem desse modo em relação aos cidadãos, visto serem muito mais fortes do que estes, e em vez de companheiros benévolos pareçam déspotas furiosos.

É o que precisamos evitar, disse.

E a melhor maneira de deixá-los prevenidos nesse particular não será dar-lhes educação modelar?

Mas, se todos já receberam essa educação! observou.

Ao que lhe objetei: não podemos ser tão categóricos nesse ponto, meu caro Glauco. O que eu disse há pouco c foi apenas que eles precisam receber educação acertada, seja ela qual for, se tiverem de adquirir a maior disposição possível de brandura, tanto com referência a eles mesmos como aos que eles terão de proteger.

É muito certo, disse.

Além dessa educação, diria qualquer pessoa de senso, suas moradias e os demais pertences devem ser confeccionados de tal modo, que não os prejudiquem

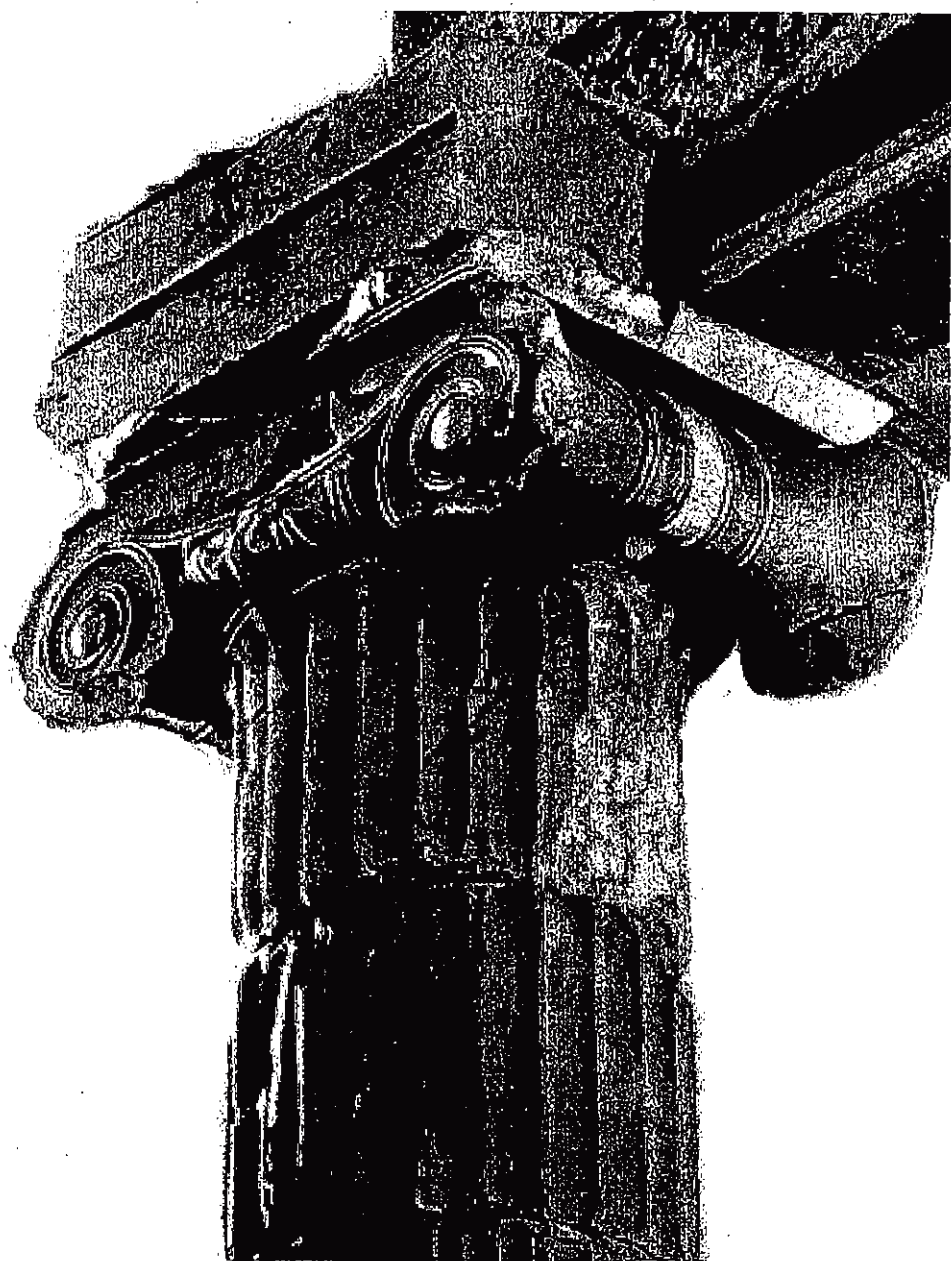
no exercício de suas funções de guardas ideais, nem os
d induzam a causar malefícios aos outros cidadãos.

E o diria com toda a razão.

Agora vê, continuei, se eles precisarão, realmente, viver e morar dessa maneira, para chegarem a ser o que dissemos. Inicialmente, nenhum deverá possuir nada, a não ser o estritamente necessário. Depois, ninguém terá moradia própria nem celeiro, onde qualquer pessoa não possa entrar quando quiser. No que respeita à provisão de boca de que necessitam guerreiros exercitados,
e temperantes e corajosos, receberão dos outros cidadãos a quantidade certa de cada vez, à guisa de recompensa pelos serviços prestados, a conta exata para um ano, de forma que nem sobre nem venha a faltar nada. Tomarão parte nas refeições públicas e viverão em comunidade, como soldados em campanha. Dir-lhes-emos que abrigam ouro e prata na alma, permanentemente, como dádiva superior da divindade, razão por que não têm necessidade dos de origem humana, além de constituir impiedade macular a dádiva divina com a mistura do ouro terreno, pois um sem-número de ações ímpias já foram
417 a praticadas por causa do ouro amoedado do vulgo, enquanto o deles se conserva sempre puro. De todos os cidadãos de nossa comunidade, serão eles os únicos a quem não é permitido lidar com ouro nem prata, ou sequer tocar neles, nem permanecer sob o mesmo teto, trazê-los como enfeite nas vestes ou beber em vasos de ouro ou de prata. Desse modo, não somente se conservarão salvos, como promoverão a salvação da cidade. Desde que passem a adquirir particularmente terras e casas ou a possuir dinheiro, tornar-se-ão ecônomos ou lavradores em vez de guardas, tiranos violentos em lugar de companheiros dos demais cidadãos;
b odientos e odiados ao mesmo tempo, sempre a suspeitar dos outros e objeto permanente de suspeita. Assim passarão a vida, com mais medo dos inimigos de dentro do que dos de fora, e sempre a correr para a perdição iminente, todos eles juntamente com a cidade. Foi por

essas razões, arrematei, que explicamos como devem ser organizadas as moradias dos nossos guardas e tudo o mais que lhes diz respeito, o que passará a ser regulado por lei. Não é assim mesmo?

Perfeitamente, respondeu Glauco.

Livro IV

419 a I – Nesta altura, Adimanto tomou a palavra para dizer: De que maneira, Sócrates, perguntou, te justificarias, se alguém observasse que teus homens não são muito felizes? A culpa, aliás, é deles mesmos, pois embora sejam, de fato, donos da cidade, não tiram disso proveito algum, como se dá com os demais cidadãos, que possuem terras, constroem moradias belas e espaçosas, mobiladas por eles com capricho, oferecem sacrifícios aos deuses no próprio nome e recebem hóspedes, além de possuírem os bens a que há pouco te referiste: ouro e prata e tudo o mais de que em geral dispõem os mimosos da fortuna. De fato, poder-se-ia objetar que a função daqueles é de simples mercenários 420 a assalariados, pois outra coisa não fazem senão montar guarda.

É isso mesmo, observei; e ainda por cima só recebem a comida, sem nenhum soldo de crescença, ao contrário do que se dá com os outros, de forma que nem mesmo poderão viajar, se assim o desejarem, presentear as raparigas ou gastar com o que bem lhes parecer, tal como fazem os que se têm na conta de felizes. Tudo isso e alguma coisa mais deixaste de incluir em tua acusação.

Pois incluamos também isso, respondeu.

b Queres saber como faremos nossa defesa?

Quero.

Se prosseguirmos no caminho iniciado, continuei, sou de opinião que acabaremos por encontrar o que é preciso responder. O que diremos é que não seria de admirar se, apesar de tudo, fossem os nossos guardas os mais felizes dos homens. Quando constituímos a cidade, não tínhamos por escopo deixar uma classe mais feliz do que as outras, porém promover a felicidade máxima da cidade. Éramos de parecer que numa cidade desse tipo é que haveria maior probabilidade de encontrarmos

a justiça, tal como se daria com a injustiça, na mais desorganizada; isso nos permitiria, após o competente c exame, resolver a questão com que há muito nos ocupamos. Presentemente, segundo creio, o que estamos formando é a cidade mais feliz, não no sentido de separar uns poucos cidadãos para tal fim, mas no conjunto. De seguida, examinaremos a cidade contrária a esta. Se estivéssemos pintando uma estátua, e alguém se aproximasse para criticar, com a observação de que não empregamos as cores mais bonitas nas partes mais belas do corpo, como os olhos, que, sendo os mais belos, deveriam ser pretos, não pintados de púrpura, d poderíamos defender-nos com muita propriedade, da seguinte maneira: Ó crítico admirável! não exijas que pintemos tão belamente os olhos, a ponto de acabarem por não parecerem olhos, e do mesmo modo os demais membros; considera apenas se, dando a cada parte o que lhe convém, deixamos apresentável o conjunto. A mesma coisa acontece agora: não nos forces a atribuir aos nossos guardas uma felicidade que fará deles tudo, menos e verdadeiros guardas. Sabemos muito bem de que jeito poderíamos vestir os lavradores com roupagens solenes e enfeitá-los com ouro, e determinar que só lavrassem a terra como e quando melhor lhes parecesse; como também nos fora possível permitir que os oleiros se deitassem do lado direito à volta do fogo, a se banquetearem, tendo à mão a roda de oleiro para fazê-la girar só quando lhes aprouvesse. Dessa maneira poderíamos deixar venturosas todas as classes, para que a cidade inteira vivesse na mais completa felicidade. Mas não insistas conosco nesse sentido, porque se te 421 a obedecêssemos, nem o lavrador continuaria sendo lavrador, nem o oleiro, oleiro, nem ninguém mais preencheria as condições que tornam possível a sobrevivência da cidade. Nas outras profissões nada disso teria graves conseqüências; se os remendões de sapatos degenerassem e se tornassem maus profissionais, e na sua arrogância imaginassem ser o que não são, semelhante

fato não constituiria nada grave para a cidade; quando, porém, os guardas das leis e da cidade deixam de ser verdadeiros guardas, para o serem apenas na aparência, bem vês que com isso ocasionam a perda total da comunidade, cuja felicidade e boa organização dependem exclusivamente deles. Por conseqüência, se formarmos verdadeiros guardas, estes serão absolutamente incapazes
b de fazer mal à cidade; quem pretende o contrário e os transforma em lavradores ocupados apenas com festanças e alheios à função de felizes hospedeiros do burgo, falará de tudo, menos da nossa cidade. Precisamos, portanto, considerar se, ao instituirmos os guardas, temos em mira conceder-lhes o maior grau possível de felicidade, como indivíduos, ou se, de preferência, devemos olhar para a cidade como a um todo, para que ela alcance esse desiderato, e também obrigar pela força ou pela persuasão
c os auxiliares e os guardas, e assim os demais concidadãos, a cumprirem suas obrigações da melhor maneira possível, e, uma vez bem organizada e florescente a cidade, deixar que cada classe participe da felicidade a que por natureza tem direito.

II – É fato, observou; acho que tens razão no que disseste.

E porventura também concordarás, lhe perguntei, com esta outra observação, que tanto se parece com a anterior?

Qual é?

Observa os demais trabalhadores, e dize-me se essas
d condições os estragam, a ponto de deixá-los ruins.

Quais serão?

A riqueza, lhe falei, e a pobreza.

Como assim?

É o seguinte: se o oleiro fica rico, achas que ainda queira ocupar-se com sua profissão?

De modo nenhum, respondeu.

Porém de dia em dia se tornaria mais preguiçoso e descuidado?

Muito.

E passaria a ser um mau oleiro?

Cada vez pior.

Por outro lado, se por causa da pobreza não pudesse adquirir os instrumentos de sua profissão e tudo o mais que se relacione com ela, não apenas e fabricaria produtos inferiores, como ensinaria mal aos filhos seu próprio ofício ou a quem quer que tomasse como discípulo.

Nem poderia ser de outra maneira.

Logo, ambas as causas, a riqueza e a pobreza, fazem que degenere não apenas o produto do trabalho como os próprios artesãos?

É o que parece.

Encontramos, por conseguinte, segundo penso, nova ocupação para nossos guardas: impedir, de todos os modos, que esses males se insinuem na cidade.

De que se trata?

A riqueza, respondi, e a pobreza; pois uma gera a 422 a luxúria, a indolência e o gosto de novidades; e a outra, além desse mesmo gosto de novidades, deixa os homens com alma de escravos e propensos ao vício.

Perfeitamente, disse. E agora, Sócrates, considera o seguinte: de que modo poderá guerrear nossa cidade, se não dispõe de recursos, no caso de vir a enfrentar alguma cidade rica e poderosa?

Não há dúvida, lhe respondi; nessas condições, é muito difícil enfrentar qualquer cidade; porém facílimo, b se forem duas.

Que queres dizer com isso? perguntou.

Em primeiro lugar, lhe falei, se for preciso lutar, não terão nossos guerreiros – atletas comprovados – de combater contra um exército de gente rica?

Sem dúvida.

Ora, Adimanto, continuei, não achas que um único pugilista bem adestrado no seu mister vence com facilidade dois adversários sem prática, máxime se forem ricos e enxundiosos?

Tenho dúvidas, respondeu, se o atacarem ao mesmo tempo.

Nem mesmo, continuei, se conseguisse fugir dos inimigos e depois se virasse para derrubar com um murro
c o mais próximo, repetindo por diversas vezes o mesmo ardil sob o calor sufocante do sol? Um lutador nessas condições não venceria um grande número de adversários de igual tipo?

Sem dúvida, respondeu, o que não seria de admirar.

E não és de parecer que os ricos conhecem mais a arte do pugilista e dela têm maior experiência do que a da guerra?

Acho que sim, respondeu.

Nesse caso, com toda a probabilidade os nossos atletas levarão facilmente a melhor contra adversários duas ou três vezes mais numerosos do que eles.

Declaro-me de acordo contigo nesse ponto, me falou; acho que tens razão.

d E no caso de enviarem uma embaixada a outra cidade, para dizer-lhes, de acordo com a verdade dos fatos: Não fazemos uso algum de ouro nem de prata, por ser-nos isso proibido, o que não acontece convosco; se vos aliardes conosco nas campanhas militares, ficareis com os espólios do adversário comum. Acreditas que depois de uma proposta nesses termos eles prefeririam brigar com cães magros e resistentes a aliar-se com estes para enfrentar carneiros pingues e amolentados?

Creio que não. Mas, se uma única cidade reunisse
e no seu âmbito todos os bens das outras, que perigo não passaria a constituir para a cidade pobre!

Como és ingênuo, lhe falei, por imaginares que o nome de cidade possa ser aplicado a qualquer outra, além da que estamos organizando!

E por que não? perguntou.

As outras, lhe disse, terão de receber designações mais amplas; cada uma delas não é uma cidade, como se diz no jogo, porém muitas. De duas, pelo menos todas
423 a são constituídas, e inimigas entre si: a dos pobres e a dos

ricos, as quais, por sua vez, se subdividem em muitas outras. Se tratares com elas como se cada uma fosse uma unidade, errarias de ponta a ponta; mas se as considerares múltiplas, e a uma deres os bens e o poder das outras, ou seus próprios moradores, contarás sempre com muitos aliados e poucos adversários. Enquanto a tua cidade se mantiver temperante como foi constituída, será sempre a maior, não apenas na aparência, mas a maior, de fato, ainda mesmo que só conte com um milhar de combatentes. Não te será fácil encontrar uma cidade grande nesse b sentido, nem entre os helenos nem entre os bárbaros, embora muitas pareçam ser maiores ainda do que a nossa. Ou pensas de maneira diferente?

De forma alguma, respondeu.

III – Assim, continuei, seria esse o mais belo limite para os nossos governantes: determinar até que ponto precisa crescer a cidade e que porção de território lhe deve ser adjudicada, sem que ela se preocupe com ulteriores anexações.

Que limite? perguntou.

Minha idéia, lhe disse, é a seguinte: deixar a cidade crescer enquanto se mantiver una; além desse limite, não.

c Muito bem, falou.

Sendo assim, continuei, teremos de atribuir aos nossos guardas mais uma tarefa: zelar de todos os modos para que a cidade nem pareça muito pequena nem grande em demasia, porém suficiente e una.

Aliás, determinação de importância muito relativa, observou.

Menos importante, ainda, lhe disse, é a de que falamos há pouco, ao afirmar que seria preciso transferir para outras classes os filhos dos guardas que porventura d se revelassem inferiores, e o inverso: passar para a classe dos guardas os filhos bem gerados das outras duas. Com isso tinha em mira demonstrar que também com

referência aos demais cidadãos será preciso que cada um exerça uma única atividade, aquela para que for naturalmente indicado; é só dessa maneira que o cidadão permanece único, não múltiplo, com o que lucra a própria cidade, que não se multiplica, porém, se mantém indivisa.

Realmente, observou; essa determinação é ainda menos importante do que a outra.

Sim, meu caro Adimanto, continuei; todas as prescrições por nós apresentadas não são, como se poderia crer, de maior importância, porém, secundárias, e uma vez que seja devidamente observada a que é verdadeiramente grande... Não; em vez de grande, digamos suficiente.

Qual é? perguntou.

A instrução, lhe disse, e a educação; porque, se nossos guardas forem bem educados e se tornarem homens esclarecidos, todos esses problemas serão por eles percebidos com facilidade, e muita coisa mais de que não vamos tratar agora, como a posse das mulheres, o casamento e a procriação de filhos, coisas essas que 424 a entre amigos, como diz o provérbio, devem ser comuns, tanto quanto possível.

Assim ficará muito bem determinado, observou.

Porque a cidade com bom começo, prossegui, continua a crescer à maneira de um círculo. A educação e a instrução bem dirigidas formam constituições boas; por outro lado, as boas constituições, sob a influência de semelhante educação, tornam-se ainda melhores do que as das gerações anteriores, sob todos os aspectos, mas principalmente no que entende com a procriação, tal b como se observa nos outros animais.

É muito possível, observou.

Para tudo dizer numa só palavra: o que mais importa aos guardas da cidade é evitar que ela venha imperceptivelmente a corromper-se, devendo eles, por conseguinte, antes de mais nada, impedir que se introduzam na Ginástica e na Música inovações contra a

ordem estabelecida, e esforçar-se ao máximo para que esta seja preservada, de medo, quando se ouve dizer que

> *pois entre o povo recebem mais altos louvores os cantos*
> *que para o ouvinte mais novos lhe soam, de fatos recentes*

c possa alguém, por vezes, imaginar que o poeta não se refere a canções recentes, mas a novas maneiras de cantar, e passe a elogiar a inovação. É o que não se pode nem louvar nem interpretar dessa maneira. A introdução de um novo gênero de música deve ser evitada com o maior empenho, como particularmente perigosa para o todo, pois em parte alguma as leis da Música são alteradas sem que concomitantemente se modifiquem as leis fundamentais da comunidade, como afirma Damão e eu o creio.

Inclui-me também, disse Adimanto, entre os que estão convencidos dessa verdade.

d IV – É neste ponto, por conseguinte, continuei, como se vê, que os nossos pupilos devem assentar o corpo da guarda: na música.

Sim, observou, por ser onde mais facilmente se insinua o desrespeito às leis.

É isso mesmo, acrescentei; como se se tratasse de simples brincadeira sem nenhuma conseqüência.

Não há conseqüências, replicou, se não for instalar-se ali aos poucos e depois coar de mansinho para os costumes e instituições; desse ponto, cada vez mais forte, passa para os contratos dos cidadãos, e dos contratos

e salta para as leis e a constituição, com a maior desfaçatez, Sócrates, até a completa ruína, tanto da vida particular como da pública.

Hum! Será assim mesmo? perguntei.

Acho que sim, foi a sua resposta.

Então, como dissemos antes, desde o princípio os próprios jogos das crianças ficarão regulados por lei, por não ser concebível que de crianças rebeldes e
425 a jogos ilegais saiam cidadãos obedientes e de conduta exemplar.

Como fora possível? perguntou.

Desse modo, se os meninos começarem bem desde os jogos infantis, e adquirirem, por intermédio da música, o hábito de ordem, esta, por sua vez, em vez do que acontece com os demais, os acompanhará por toda a parte no seu desenvolvimento, restabelecendo o que porventura houvesse decaído na cidade.

De inteiro acordo, disse.

E por si mesmos descobrirão as determinações consideradas de somenos importância e de que descuidaram as gerações anteriores.

Quais são?

As seguintes: calarem os moços quando na
b presença de pessoas idosas, como o exige o respeito, levantarem-se e ceder-lhes o lugar, honrar pai e mãe, a maneira de trazer os cabelos, a qualidade das vestes e do calçado, o cuidado em geral com a aparência exterior, e tudo o mais do mesmo gênero, não te parece?

Sem dúvida.

Seria dar prova de simplicidade legislar sobre essas coisas; em parte alguma o fazem, nem durariam muito tempo determinações orais ou escritas a esse respeito.

Como o poderiam?

Pelo menos parece, Adimanto, continuei, que, de acordo com o impulso inicial da educação, orienta-se
c tudo o mais. O semelhante não atrai sempre o semelhante?

Como não?

Finalmente, segundo penso, podemos dizer que tudo acaba por alcançar perfeição e robustez, quer se trate de algo bom, quer do contrário disso.

É fora de dúvida, respondeu.

Por tal razão, prossegui, eu, pelo menos, não tentarei legislar sobre essa matéria.

É natural, observou.

E agora – pelos deuses! – lhe perguntei, com d relação à vida do mercado e o comércio entre os cidadãos, ou, se quiseres, os contratos dos artesãos, insultos, brigas, queixas em justiça, e a designação de juízes, a taxação ou cobrança de impostos no próprio mercado ou nos portos e, de modo geral, a regulamentação do policiamento da ágora, da cidade e dos portos, e tudo o mais do mesmo gênero: ousaremos legislar a respeito dessas coisas?

Não ficaria bem, me disse, impor determinações dessa índole a indivíduos de boa estirpe; eles mesmos e facilmente descobrirão o que precisa ser regulamentado a esse respeito.

Sem dúvida, amigo, se Deus lhes conceder conservar as leis a que nos referimos há pouco.

Caso contrário, passarão o tempo todo a legislar e a apresentar emendas acerca de mil particularidades, convencidos de que poderão atingir a perfeição.

Comparas a vida dessa gente, lhe falei, à dos doentes que, por intemperança, não se decidem a abandonar um mau regime.

Perfeitamente.

426 a E que boa vida a deles! Com tantos tratamentos, só conseguem complicar e prolongar as doenças, certos, sempre, de que se tomarem o último remédio aconselhado por alguém, com esse ficarão curados.

É isso mesmo, disse, o que se passa com tais doentes.

E então? lhe perguntei; não é engraçado terem na conta de seu maior inimigo quem lhes fala a b verdade, a saber: que de nada lhes valerão remédios, cáusticos, incisões, fórmulas mágicas, amuletos e tudo o mais do mesmo gênero, a menos que deixem de beber e de comer em excesso e não se entreguem à luxúria e à indolência?

Engraçado é que não é, respondeu; aborrecer-se com quem dá um bom conselho não tem graça nenhuma.

Pelo que observo, lhe falei, não aprecias esse tipo de gente.

Não, por Zeus!

V – Nesse caso, não aprovarás também a cidade, se toda ela, como dissemos há pouco, se comportasse desse modo. Ou não te parece que se dá a mesma coisa com as c cidades mal organizadas, que proíbem aos cidadãos, sob pena de morte, bulir na constituição? No entanto, quem trata bem os que vivem em semelhante regime e os adula servilmente, procurando adivinhar-lhes os desejos para satisfazer todos eles com antecipação, esse é tido na conta de prócer, conhecedor dos grandes problemas e é cumulado de honrarias.

É exatamente assim que procedem, observou, o que estou longe de aplaudir.

d E os que se dispõem, lhe perguntei, a servir a uma cidade nessas condições, não os admiras pela coragem e boa vontade de que dão prova?

Admiro, disse, com exceção dos que se deixam enganar por eles e se têm na conta de grandes estadistas, só porque recebem aplausos das multidões.

Como assim? lhe perguntei; não desculpas essa gente? Imaginemos um indivíduo que não saiba medir. Se outras pessoas, de ignorância igual à sua, lhe disserem que ele tem quatro côvados de altura, não admites que e acabará convencido do que dizem a seu respeito?

Acho que não, foi a sua resposta.

Não te agastes; essa gente é muito divertida; outra coisa não fazem senão legislar, no sentido a que há pouco nos referimos, e apresentar emendas, com a esperança de porem fim às fraudes dos contratos e aos demais abusos a que nos referimos, sem saberem que outra coisa não fazem a não ser cortar cabeças à hidra.

427 a Realmente, disse, não fazem outra coisa.

Por minha parte, lhe falei, sou de opinião que nem na cidade bem organizada nem na que o não for, o verdadeiro legislador deverá dar-se ao trabalho de redigir

leis a respeito dessas particularidades; nalguns casos, por serem de todo inúteis e não aproveitarem a ninguém; noutros, por poder qualquer pessoa descobri-las com facilidade, pois decorrem naturalmente das instituições em curso.

b Que nos resta ainda para fazer, perguntou, em matéria de legislação?

Ao que lhe respondi: a nós, nada; a Apolo de Delfos é que compete ditar as mais importantes, as mais belas e as primeiras determinações.

Quais são? perguntou.

As que dizem respeito à instituição dos templos e sacrifícios, e ao culto dos deuses em geral, dos demônios e dos heróis, bem como ao sepultamento dos mortos e aos ritos a serem observados com relação aos do além, para que se nos tornem propícios. São assuntos de que nada entendemos; como fundadores da cidade, c não podemos confiar em ninguém, se formos dotados de senso, nem aceitar outros intérpretes além da divindade pátria. Nesses assuntos é a divindade o intérprete tradicional da religião; de sua sede, centro e umbigo da terra, envia suas determinações para os homens.

Tens razão, disse; precisamos proceder assim mesmo.

d VI – Nesta altura, lhe falei, já podes, filho de Aristão, considerar fundada tua cidade. Depois disso, cumpre-te examiná-la bem: mune-te, como te for possível, de luz suficiente e pede o auxílio de teu irmão Polemarco e de outros, para ver se desse modo descobrimos onde se encontra a justiça e onde a injustiça, em que diferem entre si, e qual delas deverá adquirir quem quiser ser feliz, quer se furte quer não aos olhares dos deuses e dos homens.

Essas afirmações de nada valem, interpôs Glauco; afirmaste no começo que irias investigar o assunto, e e declaraste ser prova de impiedade não sairmos em

socorro da justiça com o máximo empenho e de todos os modos possíveis.

É verdade o que lembras, retruquei; isso mesmo é que será preciso fazer, mas tereis de ajudar-me.

É o que faremos, sem dúvida.

Espero encontrá-la, continuei, da seguinte maneira: inicialmente, teremos de admitir que nossa cidade é perfeita, uma vez que foi constituída como devia ser.

Forçosamente, disse.

Terá de ser, por conseguinte, sábia, valente, temperante e justa.

É claro.

Sendo assim, a virtude que não se achar entre as positivadas em nossa cidade, sejam estas quais forem, 428 a será justamente a que procuramos.

Sem dúvida.

Por exemplo: ficaríamos satisfeitos se, estando nós em qualquer parte à procura de uma de quatro coisas, logo de saída a encontrássemos; mas, no caso, também, de primeiro acharmos as outras três, só com isso teríamos identificado a que procurávamos, por ser evidente que não pode ser outra, senão a que nos faltava.

É muito certo o que dizes, confirmou.

E com respeito a essas virtudes, por serem precisamente quatro, não devemos proceder do mesmo modo?

É claro.

A primeira que se me patenteia parece ser a b sabedoria, sendo que percebo nela algo estranho.

Que é? perguntou.

A cidade por nós descrita, afigura-se-me, realmente, sábia, por ser dotada de prudência, não é verdade?

Sim.

Mas isso mesmo, a prudência, é uma espécie de conhecimento; não é graças à ignorância, mas ao conhecimento que emitimos bons conselhos.

É claro.

Há muitos e variados conhecimentos na cidade.

Como não?

Mas será por causa do conhecimento especial do c carpinteiro que a cidade merece ser denominada sábia e prudente em seus conselhos?

De forma alguma, disse; esse conhecimento só lhe ensejaria a reputação de hábil na arte da carpintaria.

Como não o é, também, por causa do conhecimento de como faturar objetos de madeira, quando aconselha sobre o melhor meio de produzi-los.

Não, evidentemente.

E então? Nem, ainda, pelo conhecimento relativo aos objetos de bronze ou a outros da mesma natureza.

Nem por esse, foi a sua resposta.

Ou pelo conhecimento da colheita dos frutos da terra; com isso só lhe adviria a fama de cidade agricultora.

É também o que eu penso.

E então? perguntei: haverá em algum dos componentes da cidade fundada por nós um conhecimento próprio d para aconselhar, não a respeito deste ou daquele assunto peculiar à vida pública, mas ao conjunto dela própria, sobre a melhor maneira de dirigir-se a si mesma e de tratar com as demais comunidades?

Há, sem dúvida.

Qual é, perguntei, e em quem se encontra?

O conhecimento dos guardas, me disse, que se encontra nos governantes por nós qualificados como guardas perfeitos.

E de que modo denominas a cidade que possui semelhante conhecimento?

Prudente, me falou, e verdadeiramente sábia.

E que achas? perguntei: haverá na cidade maior e número de ferreiros ou de verdadeiros guardas?

Muito mais ferreiros, respondeu.

E entre os profissionais, continuei, que tiram o nome dos respectivos ofícios, não te parece que estes sempre constituem minoria?

Minoria acentuada, respondeu.

Logo, é graças à classe menos numerosa e à menor porção de si mesma e ao conhecimento que nela existe, a saber: a classe dos presidentes e governantes, que no seu todo é sábia a cidade constituída segundo a natureza. Tudo indica que essa classe, naturalmente pouco
429 a numerosa, é que detém o único conhecimento digno de ser denominado sabedoria.

É muito certo, respondeu.

Assim, já encontramos uma das quatro virtudes – de que modo, não saberei dizê-lo – como também ela própria e o lugar que lhe compete na cidade.

Eu, pelo menos, observou, considero satisfatório semelhante achado.

VII – Quanto à coragem e à porção da cidade em que se encontre, de onde vem esta a ser denominada corajosa, não é difícil acertar.

Como assim?

b A que mais, perguntei, teremos de olhar, para dizer que uma cidade é valente ou pusilânime, se não for para a porção que combate e sai à guerra por sua causa?

Ninguém pensaria noutra coisa, observou.

Pois quer parecer-me, lhe disse, que não depende de serem os demais cidadãos fracos ou corajosos, para que seja a cidade qualificada deste ou daquele modo.

Com efeito.

A cidade será corajosa em virtude de uma parte de si mesma, por ser nessa parte que reside o poder que em todas as circunstâncias mantém a opinião
c relativa às coisas que são para temer, e que devem ser as mesmas e da mesma natureza das que o legislador indicou no seu plano educativo. Não é a isso que dás o nome de valentia?

Não apanhei bem o sentido de tuas palavras, replicou; torna a falar.

O que digo, observei, é que a coragem é uma espécie de salvação.

Salvação de quê?

Da opinião criada pela lei por meio da educação, a respeito do que sejam as coisas para se temerem e de sua natureza. Com a expressão *em todas as circunstâncias*, d pretendi indicar que ela a conserva nas tristezas, nos prazeres, e também nas paixões e no temor, sem jamais vir a perdê-la. Se quiseres, vou ilustrar meu pensamento com uma comparação.

Quero, como não?

Como sabes, continuei, quando os tintureiros desejam tingir de púrpura a lã, começam por eleger dentre as cores uma única: a branca, e depois de variadas e pacientes manipulações deixam a lã em condições de receber a púrpura. Só depois disso é que a tingem. É e indelével a tintura feita por esse processo, sem que a cor desapareça com a lavagem, quer seja com água simples quer com sabão. Se não fizer assim, bem sabes o que acontece, tanto com a lã de outra cor como com a branca, uma vez omitido aquele tratamento prévio.

Sei que desbotam logo e se tornam horrorosas.

Coisa mais ou menos parecida, lhe falei, deves admitir, foi o que pusemos por obra, com todo o empenho, quando escolhemos nossos soldados e os 430 a educamos com Música e Ginástica. Podes ficar certo de que não tínhamos outra intenção a não ser a de prepará-los para absorverem as leis do melhor modo possível, como se deu com a cor, no exemplo apresentado há pouco, a fim de que se tornem indeléveis suas convicções a respeito das coisas de temer e de muitas outras, por isso mesmo que são todos de boa natureza e receberam educação adequada, e para que a tinta resista a esses sabões descorantes de ação tão violenta – refiro-me aos b prazeres – muito mais ativos do que a cinza e todas as lixívias, e à dor, e ao medo, e às paixões, barrelas de ação mais rápida do que qualquer lavagem. Essa força salvadora da opinião verdadeira e legítima a respeito do que é ou não é de temer é que denomino coragem, se não tiveres nada que objetar.

Não tenho, respondeu, pois quer parecer-me que não consideras legítima a opinião verdadeira a respeito dessas mesmas coisas, sempre que não forem produto da educação, como no caso dos animais e dos escravos, e lhe dás nome diferente.

c Falaste com muita precisão, lhe disse.

Por isso mesmo admito tua concepção de coragem.

Admite também, lhe falei, que se trata de uma virtude política e terás acertado. Mais para diante, se estiveres de acordo, conversaremos melhor a esse respeito; mas o que procuramos neste momento não é a coragem, porém a justiça. Acerca da coragem, me parece, já falamos o suficiente.

Tens razão, replicou.

VIII – Restam-nos duas virtudes, lhe disse, que
d precisam ser consideradas na cidade: a temperança e a que constitui o objeto propriamente dito de nosso estudo: a justiça.

Perfeitamente.

Como será possível encontrar a justiça, se antes não nos ocuparmos com a temperança?

Não sei o que responda, replicou; como não desejo que a justiça seja tratada primeiro, se isso prejudicar nosso estudo sobre a temperança. Caso queiras fazer-me um obséquio, principia por esta.

e Pois não, lhe disse; não seria justo recusar-te o que me pedes.

Então começa, me falou.

É o que vou fazer, lhe disse. Pelo que vi até agora, o certo é que a temperança se assemelha mais a acorde e harmonia do que a anterior.

Como assim?

Por ser uma espécie de ordem, continuei, e domínio sobre os prazeres, o que em geral se define pela expressão *Ser senhor de si mesmo*, que se me afigura um tanto estranha, e outras mais que são como traços deixados por essa virtude, não é verdade?

É muito certo, respondeu.

Mas não é ridícula essa expressão *Ser superior a si mesmo*? Quem for superior a si mesmo será também
431 a inferior a si mesmo, passando o inferior a ser superior, pois em ambas as maneiras de falar trata-se de uma só pessoa.

Certamente.

O que me parece pretender significar essa expressão, continuei, é que na própria alma do homem há um princípio melhor e outro pior, e que, quando o de natureza melhor assume o domínio sobre o outro, dizemos que é superior a si mesmo; é um elogio. Quando, porém, por defeito de educação ou pelo trato com a turba dos elementos piores é dominado o princípio melhor e mais fraco, diz-se, como censura,
b de um indivíduo nessas condições, que é intemperante e inferior a si mesmo.

É o que parece, de fato, respondeu.

Se olhares agora, continuei, para nossa cidade recém-formada, irás encontrar nela um desses dois princípios, o que te levará à convicção de ser ela com justiça denominada superior a si mesma, pois tudo aquilo em que a melhor parte exerce poder sobre a pior recebe o nome de temperante e de superior a si mesmo.

Sim, vejo isso mesmo, respondeu; tens razão.

c Realmente, a multiplicidade e variedade das paixões, os prazeres e as dores, encontram-se, de regra, nas crianças, nas mulheres e nos escravos, como também na maioria menos prestimosa dos homens denominados livres.

Perfeitamente.

Porém os desejos simples e moderados, sempre dirigidos pela razão e pela opinião justa, é o que encontrarás em muito poucas pessoas, precisamente as de natureza superior e de melhor educação.

É certo, observou.

E agora, não vês o que se passa em nossa cidade, em que as paixões das multidões inferiores são dominadas

d pelas paixões e pela inteligência de uma minoria de cidadãos prestantes?

Vejo, respondeu.

IX – Portanto, se tivermos de dizer de alguma cidade que é senhora dos prazeres e das paixões, e também senhora de si mesma, terá de ser da nossa.

Sem dúvida, respondeu.

E, por todos esses motivos, será também denominada temperante?

Perfeitamente, disse.

E se há cidade em que os governantes e os e governados estejam de acordo sobre quem deva governar, terá de ser esta mesma, não te parece?

É muito certo, respondeu.

E em qual dos grupos de cidadãos dirás que reside a temperança, quando eles se comportam reciprocamente desse modo: nos que governam ou nos que são governados?

Em ambos, quero crer, foi sua resposta.

Como deves ter notado, não fomos adivinhos de todo desprezíveis, quando comparamos a temperança a uma espécie de harmonia.

Como assim?

Porque a temperança não é como a coragem e a sabedoria, que se encontram em partes diferentes da 432 a cidade e a deixam valente ou sábia, conforme o caso. Com a temperança não se dá isso; estende-se por toda a cidade e, segundo as leis da mais perfeita harmonia, promove acordo entre os cidadãos: os fracos, os fortes e os medianos, seja com relação à inteligência, se o quiseres, ou com a força, seja também quanto ao número e à riqueza ou com qualquer vantagem do mesmo gênero. Daí, estarmos plenamente justificados por termos dado o nome de temperança a essa concordância, a saber, a harmonia entre as pessoas superiores e as de natureza b inferior, para decidir quem deve governar na cidade e nos indivíduos.

Declaro-me de inteiro acordo, respondeu.

Desse modo, continuei, se não estou enganado, já identificamos três qualidades. E a que ainda falta e que faz com que a cidade participe da virtude, qual poderá ser? Trata-se, evidentemente, da justiça.

É claro.

Daqui por diante, Glauco, precisaremos proceder como os caçadores: cercar o bosque e abrir os olhos, para que a justiça não nos escape e desapareça de nossa vista. É fora de dúvida que ela se encontra em alguma c parte; esforça-te do teu lado por descobri-la, e se a enxergares primeiro, avisa-me.

Quem dera que pudesse fazê-lo! Mas em tudo isto deves considerar-me simples acompanhante, com olhos apenas para o que mostrares; mais do que isso não me será possível.

Então, lhe disse, depois de orarmos, acompanha-me.

É o que farei, me respondeu; contanto que sigas na frente.

O certo, prossegui, é que o bosque parece impenetrável e muito espesso; pelo menos, é escuro e difícil de explorar. Mas precisamos penetrar nele.

d Penetremos, disse.

E eu, depois de firmar a vista: Iú, iú, Glauco! lhe falei; parece que encontramos a pista! Tudo indica que a justiça não nos escapará.

Boas notícias, observou.

Porém fizemos figura muito grotesca.

De que jeito?

Há muito tempo, meu caro, parece que ela vinha rolando na nossa frente, sem que o percebêssemos, ridículos a conta inteira. Procedemos como as pessoas e que, por vezes, se põem à procura do objeto que têm nas mãos. Foi o que se deu conosco: sem olharmos para o seu lado lançávamos a vista para longe. Talvez tivesse sido por isso que não a percebemos.

Como assim? perguntou.

O que digo, repliquei, é que tenho a impressão de que há muito tempo falávamos e ouvíamos falar da

justiça, sem percebermos que, de algum modo, estávamos a tratar dela.

Eis um preâmbulo muito longo para quem está ansioso de ouvir.

433 a X – Então, lhe disse, vê se tenho razão. O que estabelecemos desde o começo, quando assentamos os fundamentos de nossa cidade, como princípio de obediência universal, isso, precisamente, ou alguma forma desse princípio, é a justiça. Se estás lembrado, o que afirmamos insistentemente foi que cada indivíduo não poderá exercer na cidade senão uma única ocupação, a que por natureza se encontre mais habilitado.

Foi o que dissemos, de fato.

E que a justiça consiste em fazer cada um o que lhe compete e não entregar-se a múltiplas ocupações, não somente o declaramos muitas vezes como isso mesmo b ouvimos de outras pessoas.

Foi, realmente, o que dissemos.

Então, amigo, continuei, pode muito bem dar-se que nisso, precisamente, consiste a justiça: cuidar cada um do que lhe diz respeito. Sabes de onde tiro essa conclusão?

Não, podes falar, observou.

A meu parecer, lhe disse, a restante virtude da cidade por nós planejada, afora as três mencionadas acima: temperança, coragem e sabedoria, tem de ser a que empresta força para que as outras surjam e, uma vez existentes, pelo simples feito de sua presença, subsistam por quanto tempo ela durar. Afirmamos, também, que c depois de encontrarmos as outras três virtudes, seria a que sobrasse.

Necessariamente, disse.

Há outro ponto, continuei; se tivéssemos de dizer qual dessas virtudes é a que mais contribui com sua presença para a perfeição da cidade, difícil fora decidir se é a conformidade de opinião entre governantes e governados, ou a conservação, entre os guerreiros, da

noção legal do que deve ou não deve ser considerado perigoso, ou a prudência e vigilância nos chefes, ou, ainda,
d se a principal causa de tal excelência é a presença em crianças, mulheres, escravos e homens livres, artesãos, governantes e governados, dessa virtude que leva todos a cumprir exclusivamente seu dever, sem dispersar-se em múltiplas ocupações.

Fora muito difícil, sem dúvida, respondeu.

Ao que parece, portanto, é que o princípio de cumprir cada um sua obrigação entra em competição com as demais virtudes para o aperfeiçoamento da cidade: a sabedoria, a temperança e a coragem.

Sem dúvida, respondeu.

e E não admitirás que seja a justiça essa competidora para a virtude da cidade?

Perfeitamente.

Considera agora se também estás de acordo com este outro aspecto do problema: não incumbirás os governantes da cidade de julgar os processos?

Como não?

E em suas decisões, não deverão esforçar-se principalmente para que ninguém se apodere do que pertence a outras pessoas nem venha a perder o que possui?

Disso, principalmente, é que cuidarão.

Por ser justo?

Sim.

Uma razão a mais, por conseguinte, para definirmos a justiça como consistindo em conservar cada um o que
434 a é seu e fazer o que lhe compete.

Exato.

Vê se estás de acordo comigo. No caso de pretender o carpinteiro realizar o trabalho do sapateiro, ou o sapateiro o do carpinteiro, ou de ambos trocarem os instrumentos de trabalho e as respectivas profissões, ou dedicar-se um deles aos dois misteres, e tudo o mais desorganizado desse modo, és de opinião que a cidade viria a sofrer muito com isso?

Não muito, respondeu.

Porém no meu modo de pensar, quando algum artesão ou qualquer indivíduo criado pela natureza para b ser comerciante, envaidecido pela riqueza ou o poderio, pelo número de suas relações ou por qualquer outra vantagem do mesmo gênero, insiste em entrar para a classe dos guerreiros, ou algum dos guerreiros para o grupo dos conselheiros ou dos guardas, para o que não revela capacidade alguma, e depois troquem as obrigações e os respectivos instrumentos de trabalho, ou se o mesmo indivíduo se abalançasse a exercer todos esses ofícios ao mesmo tempo, estou convencido de que para ti, também, semelhante baralhamento e tamanha multiplicidade de profissões provocaria a ruína da cidade.

Sem dúvida.

Sendo assim, a mistura dessas três classes e o exercício simultâneo das respectivas profissões ocasionam c prejuízo vultoso para a cidade, o que, com todo o acerto, pode ser denominado crime.

É evidente.

E ao mais grave crime contra sua própria cidade, não dás o nome de injustiça?

Como não?

XI – Aí temos, portanto, a injustiça. Como, inversamente, diremos: quando nas classes dos comerciantes, dos auxiliares e dos guardas cada um cumpre a ponto suas atribuições de cidadãos, haverá o oposto do que descrevemos neste momento, a saber: justiça e o que faz justa a cidade.

d Não me parece, disse, que seja por outra forma.

Não manifestemos, observei, excesso de confiança; só poderemos concluir dessa maneira depois de verificarmos que esse conceito é válido para cada indivíduo em particular e que em todos eles também se encontra a justiça. Que mais poderíamos acrescentar? Caso contrário, mudemos o campo de nosso estudo. Por agora, encerremos a investigação iniciada com a

esperança de que nos tornaria mais fácil descobrir a justiça em cada indivíduo, se nos aplicássemos primeiro e em algo maior em que ela se encontrasse. Quis parecer-nos que essa qualquer coisa devia ser a cidade, razão de havermos fundado uma cidade tão perfeita quanto possível, pois tínhamos a certeza de que a justiça deveria estar presente numa cidade assim constituída. O que nela descobrirmos, transportemos para o indivíduo; se houver paridade, muito bem; mas se notarmos alguma diferença no indivíduo, voltaremos à cidade para reexaminar nossas conclusões. Desse modo, com 435 a o confronto de ambos e, por assim dizer, pelo atrito de um com o outro brilhará para nós a justiça, como do pedernal salta a faísca, que saberemos segurar, desde que se nos torne manifesta.

É excelente o teu método, observou; assim mesmo é que devemos proceder.

Quando de duas coisas, lhe falei, uma grande e uma pequena, dizemos que são iguais, queremos significar com isso que são dissemelhantes, por serem a mesma coisa; ou serão semelhantes?

Semelhantes, respondeu.

Assim, o homem justo em nada diferirá da cidade b justa, no que diz respeito ao conceito da justiça, mas terá de ser semelhante a ela.

Semelhante, respondeu.

E a cidade se nos afigurou justa quando as três classes que a compõem, diferentes por natureza, desempenham independentemente suas atividades: será temperante, corajosa e sábia, graças a certas disposições e qualidades correspondentes a essas mesmas classes.

É certo, me falou.

Do mesmo modo, caro amigo, teremos de considerar o indivíduo: deve ter na alma precisamente esses três c gêneros de qualidades, razão de merecer o mesmo nome que a cidade, visto comportarem-se ambos do mesmo modo.

Necessariamente, disse.

Eis, meu admirável amigo, que se nos apresenta uma questão fácil: saber se a alma possui ou não essas três qualidades.

Não me parece fácil, observou. É bem possível, Sócrates, que fale certo o provérbio: O belo é difícil.

É evidente, repliquei; e fica sabendo, Glauco, que, a d meu ver, com o método seguido na presente investigação, jamais chegaremos a uma conclusão rigorosa. O caminho que aí vai ter é mais longo e mais difícil. Mas talvez seja esse o método, realmente, indicado para o que expusemos e analisamos até agora.

E não te satisfaz? perguntou. A mim, pelo menos, por enquanto ele parece bom.

Muito bem, lhe falei; nesse caso, eu também me declaro satisfeito.

Então, não desanimes, observou; continua a investigar.

e Porventura, prossegui, não seremos forçados a admitir que em cada um de nós existem os mesmos princípios e hábitos que se encontram na cidade? De nenhuma outra fonte lhe poderiam ter vindo. Seria, de fato, sumamente ridículo imaginar que o caráter violento não passa das pessoas para as cidades que apresentam iguais características, tal como se observa, por exemplo, com os trácios e os citas e, de modo geral, com os povos do norte, ou o amor ao estudo, que atribuem particularmente à nossa região, e, ainda, a cupidez, que 436 a podemos considerar característica dos fenícios e das gentes do Egito.

Sem dúvida, respondeu.

E é realmente o que acontece, lhe falei; não há dificuldade em reconhecê-lo.

Nenhuma.

XII – O difícil será sabermos se fazemos tudo apenas por meio de um único princípio ou se cada um deles tem função diferente, a saber: se aprendemos com um, encolerizamo-nos com outro e procuramos satisfazer

nossos desejos por meio de um terceiro, o da alimentação, b da procriação e outros da mesma natureza, ou se será com toda a alma que realizamos cada um desses atos, quando nos dispomos a isso? Eis o que se me afigura difícil decidir por maneira satisfatória.

É também o que eu penso, disse.

Tentemos resolver por esse caminho se se trata de um único princípio ou se são distintos.

De que forma?

É muito certo que o mesmo sujeito não pode fazer e sofrer ao mesmo tempo coisas contrárias na mesma parte de si mesmo e com relação ao mesmo objeto. Por isso, onde quer que verifiquemos semelhante fato, c podemos concluir que não se trata de um único princípio, porém de vários.

Exato.

Reflete agora no que passo a dizer.

Podes falar.

Será possível, continuei, que a mesma coisa fique parada e em movimento ao mesmo tempo e na mesma parte?

De forma alguma.

Ponhamo-nos ainda mais de acordo, a fim de não dissentirmos para adiante. Se, de um indivíduo parado que movimente as mãos ou a cabeça, afirmar alguém que se encontra ao mesmo tempo em repouso e em movimento, é maneira de falar, segundo penso, que não d podemos admitir, mas a seguinte: que uma parte dessa pessoa está em movimento e outra em repouso, não é verdade?

Perfeitamente.

E no caso de pretender nosso interlocutor levar adiante a brincadeira e afirmar com espírito que toda a tupia está a um só tempo em repouso e em movimento, sempre que gira em torno de si mesma com o eixo fixo em determinado ponto, ou qualquer outro objeto que ande em círculo sem sair do lugar, é também o que não aceitaremos, por não serem as mesmas porções desses

objetos que a um só tempo se encontram em repouso e e em movimento; o que diríamos é que esses objetos se compõem de uma parte reta e de partes curvas, e que com relação à primeira se encontram em repouso, sem apresentar desvio para nenhum lado, mas que se movimentam em círculo com relação às partes curvas, salvo no caso de inclinar-se a porção reta para a direita ou para a esquerda, para diante ou para trás, enquanto se processa aquele movimento circular; nessa hipótese, de nenhum jeito haverá repouso.

Tudo isso está muito certo, observou.

Objeções desse tipo, continuei, não nos atrapalham nem bastam para convencer-nos de que a mesma coisa possa ao mesmo tempo e na mesma parte de si mesma e 437 a com relação aos mesmos objetos sofrer ou produzir influências contrárias.

A mim, pelo menos, não convencem, observou.

Todavia, lhe falei, para que não sejamos obrigados a apreciar todas essas objeções só com o fito de demonstrar sua falsidade, com o que malbarataremos nosso tempo, aceitemos, de uma vez por todas, essa conclusão e passemos adiante, com a única ressalva de que, na hipótese de se nos apresentar um caso diferente, ficará sem valor tudo o que assentamos até o presente momento.

É o que precisamos fazer, me disse.

b XIII – E agora, continuei, não admitirás que a confirmação e a recusa, o desejo e a aversão, a atração e a repulsão e todas as demais coisas do mesmo gênero devem ser consideradas como opostas entre si, quer sejam ativas, quer sejam passivas? A diferença, neste passo, carece de importância.

São opostos, de fato, respondeu.

E o seguinte, voltei a falar: a fome e a sede, bem como os apetites em geral, a vontade e o desejo, tudo isso não incluis na mesma classe a que acabamos de c referir-nos? Por exemplo, não dirás sempre que a alma

de quem deseja tende para o objeto desejado ou que atrai para si o que desejaria possuir, ou, ainda, ao querer que lhe seja trazida alguma coisa, faz a si mesma sinal afirmativo, como se alguém lhe houvesse interrogado a esse respeito, pela ânsia de ver realizado seu desejo?

Sem dúvida.

E então? E não querer, não desejar, nada pretender, não equivale a afastar ou repelir algo para longe de si mesmo, justificando-se, desse modo, que os incluamos na classe contrária de tudo o que enumeramos antes?

d Como não?

Sendo assim, precisaremos admitir que há uma classe particular de desejos, aos mais imperiosos dos quais damos o nome de sede e de fome?

Admitiremos, sem dúvida, respondeu.

Um é o desejo de beber, e o outro, de comer?

Sim.

E agora: a sede, enquanto sede, será alguma coisa mais do que aquele desejo na alma, a que nos referimos? Por exemplo: a sede poderá ser sede de alguma bebida quente ou fria, em grande ou pequena quantidade, numa palavra, de uma determinada bebida? Ou, ainda: no caso e de associar-se-lhe o calor, surgirá o desejo de frescor, e no caso do frio, o desejo de calor? E com a presença da quantidade, será grande a sede e o desejo de beber muito, e se ela for pequena, de beber pouco? O que eu acho é que a sede, pura e simples, não poderá deixar de ser senão o desejo de seu objeto natural, a própria bebida, como o da fome é o alimento.

É assim, de fato, respondeu; cada desejo em si mesmo só se dirige para o seu objeto natural; o desejo disto ou daquilo não passa de acidente.

438 a Não nos deixemos confundir, continuei, se alguém nos objetar que ninguém apetece apenas bebida, mas uma boa bebida, nem tão-somente comida, porém, boa comida, pois todo o mundo só deseja o que é bom. Sendo

a sede um desejo, terá de ser desejo do que é bom, pouco importando o objeto do desejo, bebida ou outro qualquer, valendo o mesmo para os demais desejos.

Talvez essa objeção tenha sua razão de ser, me disse.

b De qualquer forma, continuei, tudo o que se relaciona com alguma coisa determinada, o faz desta ou daquela maneira, segundo penso, ao passo que cada coisa considerada em si mesma só se relaciona com seu objeto próprio.

Não compreendi, observou.

Não compreendes, lhe perguntei, que uma coisa grande só pode ser grande em relação a outra?

Perfeitamente.

Que terá de ser algo pequeno?

Sim.

Assim como a muito grande se relaciona com a muito pequena? Ou não?

É certo.

E a que antes era maior, só o foi em relação com o que era menor, e a que terá de ser maior, com o que terá de ser menor.

Não poderá ser de outra maneira, respondeu.

c E que da mesma forma se relaciona o mais com o menos, o duplo com a metade de todas as coisas do mesmo gênero, como também o mais pesado com o mais leve, o mais rápido com o mais vagaroso, o mesmo se dando com o quente e o frio e com tudo o que se comporta do mesmo modo.

Perfeitamente.

d E com relação à ciência, não se observa a mesma coisa? A ciência em si é simplesmente o conhecimento do conhecimento, ou como quer que denominemos o com que se relaciona o conhecimento, um particular e determinado conhecimento de um objeto particular e determinado? O que digo é o seguinte: quando se criou a ciência de construir casas, não se diferençou ela das outras ciências, a ponto de ser denominada Arquitetura?

Sem dúvida.

E não foi isso por tratar-se de uma espécie determinada de conhecimento, diferente das demais?

Foi.

E por ser conhecimento de um determinado objeto, tornou-se uma determinada ciência? E o mesmo não valerá para todas as artes e todas as ciências?

Exato.

XIV – Era isso, continuei, o que há pouco eu queria significar. Talvez já tenhas compreendido que todas as coisas, quando em relação com algum objeto, consideradas em si mesmas só se relacionam com outras coisas em si mesmas, mas se o fizerem com e determinados objetos, passarão também a ser qualificadas. Com isso, no entanto, não pretendo dizer que sejam exatamente como os objetos com que se relacionam, como, por exemplo, que o conhecimento do que é sadio ou doente seja, por sua vez, doente ou sadio, ou também que seja bom ou mau o conhecimento do bem e do mal; o que afirmo é que esse conhecimento não se tornou, de modo geral, o conhecimento do conhecimento, mas um conhecimento determinado, no presente caso, da saúde e da doença; por isso acabou, por sua vez, ficando um conhecimento determinado, do que decorre já não ser chamado apenas conhecimento, por se lhe ter ajuntado um objeto particular, o da ciência médica.

Compreendo, me disse, e acho que tens razão.

439 a E com relação à sede, lhe perguntei, não a incluis entre as coisas que só são o que são em relação a um objeto? É fora de dúvida que só pode haver sede de...

É certo, me interrompeu, de bebida.

Sendo assim, de acordo com a qualidade da bebida será a natureza da sede? Porém, a sede em si não é nem sede de muito nem de pouco, nem do que é ruim nem do que é bom, numa palavra: de uma determinada bebida.

Não; a sede em si só se relaciona naturalmente com a bebida em si mesma.

Exato.

Por conseguinte, a alma de quem está com sede, b enquanto tiver sede outra coisa não deseja senão beber; isso, apenas, é o que almeja e para isso tende.

É mais do que claro.

Assim, no caso de alguma coisa puxar para outra direção a alma que tem sede, terá de ser diferente do princípio que tem sede e que a arrasta como a um animal para beber? Pois, como já vimos, não é possível que o mesmo princípio produza ao mesmo tempo e na mesma parte dele mesmo efeitos contrários.

É evidente.

Como não fora certo, segundo penso, dizer do mesmo arqueiro que a um só tempo com as mãos repele e atrai o arco, mas que com uma das mãos o afasta e com a outra o puxa para si.

c É muito certo, disse.

E não poderemos afirmar, por vezes, que há quem não queira beber, muito embora esteja com sede?

Sem dúvida, respondeu; isso ocorre freqüentemente com muita gente.

E que diremos, perguntei, num caso desses? Não será que na alma dessa pessoa há um princípio que lhe ordena beber e outro que lho proíbe, diferente do primeiro e mais forte do que ele?

É o que parece, respondeu.

E esse princípio que proíbe tal coisa, quando presente, não o faz por meio da razão, ao passo que o d que arrasta e impulsiona, por meio de paixões ou de doenças?

Parece-me que sim.

Logo, não será fora de propósito, observei, admitir que se trata de dois princípios diferentes; um deles, com o qual o homem raciocina, poderá ser denominado o princípio racional da alma; o outro, com o que ele ama e tem fome ou sede, e é arrastado por todas as paixões,

receberá o qualificativo de irracional e concupiscente, amigo dos mais variados prazeres e satisfações.

e Não é fora de propósito, respondeu, senão muito certo pensarmos como disseste.

Desse modo, continuei, conseguimos isolar na alma dois princípios distintos. E quanto à cólera e àquilo com que nos encolerizamos, tratar-se-á de um terceiro princípio, ou terá afinidade com algum dos anteriores?

Talvez tenha, observou, com o concupiscente.

Mas, lhe disse, lembro-me de ter ouvido certa vez uma anedota a que dou inteira fé. É o seguinte: Leôncio, filho de Aglaião, de uma feita, ao subir do Pireu, quando passava pelo lado de fora do muro setentrional, notando a presença de cadáveres no lugar das execuções, foi tomado a um tempo do desejo de contemplá-los e da repugnância que o levava a afastar-se

440 a dali. Durante alguns instantes lutou consigo mesmo e tapou o rosto, até que, dominado pelo desejo, arregalando os olhos e correndo para os cadáveres, gritou: Eis aí, miseráveis; saciai-vos desse belo espetáculo!

Conheço a anedota, observou.

O que essa história vem provar, lhe disse, é que, por vezes, a cólera entra em conflito com as paixões e que difere dela.

Prova-o, realmente, respondeu.

XV – Por outro lado, lhe falei, não observamos também, com bastante freqüência, sempre que em alguém

b predominam os desejos sobre a razão, que essa pessoa se injuria e se insurge contra a porção de si mesma que a violenta, e que em tal modalidade de duelo sai a cólera em ajuda da razão? Mas que saia em ajuda das paixões, quando a razão diz que não pode ser feito, é o que nunca, quero crer, poderás dizer que já observaste em ti mesmo ou em quem quer que seja.

Não, de fato, por Zeus, foi sua resposta.

c E então, lhe perguntei: quando alguém julga ter cometido alguma injustiça, não é certo que quanto mais nobre for, menos se insurgirá contra os tormentos da fome, do frio ou de qualquer violência que sobre ele exerça com justiça a pessoa injuriada e, como dizia, não quererá sua cólera levantar-se contra ele mesmo?

É verdade, respondeu.

E no caso de considerar-se vítima de injustiça? Não fica fervente por dentro, indignado, e não se alia com o que se lhe afigura justo, ainda que tenha de sofrer fome, frio e tudo o mais do mesmo gênero, esforçando-se por d sair vencedor, sem jamais ceder do seu nobre propósito, até conseguir esse desiderato ou vir a morrer no empreendimento, ou, ainda, como se dá com o cão, ao chamá-lo o pastor, até ser acalmado pela razão?

Essa comparação, observou, é muito justa, tanto mais que pusemos os auxiliares em nossa cidade como verdadeiros cães, submissos aos dirigentes, que são os pastores da comunidade.

Verifico, respondi, que apreendeste muito bem o meu pensamento. Mas considera também o seguinte...

e Que será?

A cólera se nos revelou agora como sendo o oposto, justamente, do que há pouco havíamos assentado. Antes, admitimos tratar-se de uma modalidade do desejo, enquanto agora estamos longe de confirmar semelhante proposição, para dizer que nos conflitos da alma ela toma as armas em defesa da razão.

É muito certo, disse.

E será ela, porventura, diferente da razão, ou uma simples variedade? Nesse caso não haveria na alma três princípios, porém dois: o racional e o concupiscente. Ou será como na cidade, em que três classes se congregam: 441 a a dos comerciantes, a dos auxiliares e a dos conselheiros? Nesse caso, ocorrerá também na alma um terceiro elemento, o colérico, auxiliar natural da razão, na hipótese, bem entendido, de não ter sido esta corrompida por uma educação viciosa?

Sim, respondeu; forçoso é que haja um terceiro elemento.

É certo, observei; no caso de revelar-se diferente da razão, como se nos patenteou diferente do desejo.

O que não será difícil demonstrar, me disse, pois isso mesmo observamos até nas crianças, que se revelam b coléricas desde que nascem; algumas nem chegam a adquirir o uso da razão, e a maioria só muito tarde o consegue.

Por Zeus! exclamei; é muito certo o que dizes. Nos próprios animais é possível confirmar o que acabas de expor, se não quisermos mais uma vez invocar o testemunho de Homero, a que já recorremos há pouco:

Ao coração se dirige, batendo, indignado, no peito.

É fora de dúvida que nessa passagem Homero considera como perfeitamente distintas a porção racional c que reflete sobre o bem e o mal, e a colérica, destituída de razão e que é admoestada por aquela.

É muito certo o que dizes, observou.

XVI – Com muito trabalho, voltei a falar, conseguimos vencer a nado esse pequeno trecho; mas, afinal concordamos plenamente em que os mesmos princípios que ocorrem na cidade existem na alma dos indivíduos, em número igual tanto numa como na outra.

Isso mesmo.

E não será, então, forçoso que, sendo sábia a cidade por determinada causa, pela mesma razão seja também sábio o indivíduo?

Sem dúvida.

E, sendo corajoso de qualquer maneira o particular, d será também, pela mesma causa, corajosa a cidade, havendo entre ambos relação idêntica em tudo o que diz respeito à virtude?

Necessariamente.

Diremos, portanto, Glauco, que um homem é justo do mesmo modo que é justa a cidade.

É o que também necessariamente se conclui.

Porém, ainda não nos esquecemos de que aquela só é justa pelo fato de exercer sua função específica cada uma das três partes de que é constituída.

Não me consta que nos tenhamos esquecido dessa particularidade.

Precisamos, por conseguinte, relembrar que cada um

e de nós será justo e realizará sua função própria, quando realizarem as suas cada uma das partes de que somos compostos.

Sim, respondeu; é o que precisamos ter sempre em mente.

E não compete o comando ao princípio racional, por ser sábio e cuidar de toda a alma, e à cólera, obedecer e auxiliá-la?

Perfeitamente.

E não poderá acontecer, conforme dissemos antes, que a mistura acertada de Música e Ginástica é que as põe de acordo, esticando a razão e alimentando-a com

442 a belos discursos e ensinamentos, ou afrouxando algum tanto a outra, moderando-a e deixando-a mais branda por meio da harmonia e do ritmo?

Sem dúvida alguma, respondeu.

Logo, quando esses dois princípios forem educados como dissemos, e tiverem, de fato, aprendido o que lhes compete fazer, dirigirão a parte concupiscente que em todos nós ocupa a maior porção da alma e é por índole insaciável de riqueza. Terão de vigiá-la para que não venha a abusar dos denominados prazeres do corpo, tornando-se, com isso, cada vez maior e mais forte, e em lugar de exercer suas funções

b naturais, procure escravizar e governar os que não lhes estão naturalmente sujeitos, com o que acabará por destruir a vida.

Perfeitamente, respondeu.

E com relação aos inimigos de fora, continuei, não serão essas duas partes os melhores defensores da alma e do corpo, uma delas aconselhando e a outra defendendo, e ambas

sempre obedientes ao comandante e pondo corajosamente em prática suas determinações?

Exato.

É por isso que damos o nome de corajoso ao indivíduo cuja parte animosa, tanto nos prazeres como c nas dores, o conserva sob o comando da razão a respeito do que deve ou não deve ser temido.

É muito certo, disse.

É sábio graças à parte mínima que nele exerce o mando e determina tudo aquilo, e, além disso, possui o conhecimento preciso do que é útil a cada parte e ao conjunto da comunidade constituída pelos três.

Exato.

E mais: não dizemos que é temperante pelo fato da amizade e harmonia dessas mesmas partes, quando a que d comanda e as que obedecem ficam de acordo em reconhecer que cabe à razão comandar, e não se insurgem contra ela?

Temperança não é senão isso mesmo, replicou, tanto na cidade como no indivíduo.

Por conseguinte, ele será também justo pelo modo e razões que já expusemos reiteradamente.

Sem dúvida nenhuma.

E agora, lhe perguntei: porventura a justiça ficará algo embaçada e nos aparecerá diferente do que se nos mostrou na cidade?

Eu, pelo menos, respondeu, acho que não.

No caso, lhe disse, de ainda remanescer em nosso e espírito alguma dúvida, será fácil obter a confirmação; bastará para isso um exemplo corriqueiro.

Qual é?

Admitindo-se que a respeito de nossa cidade e do indivíduo nascido e criado segundo seu modelo, tivéssemos de nos manifestar acerca da possibilidade de vir este a desviar algum depósito de ouro ou de prata sob sua guarda: segundo teu modo de pensar, alguém 443 a poderia imaginar que ele fosse capaz disso e não quem em nada se lhe assemelhasse?

Ninguém, respondeu.

Como também não seria capaz de saquear templos ou de roubar e de trair seus próprios camaradas ou a cidade.

Não, de fato.

Nem, ainda, de ser infiel a seus juramentos ou a contratos de qualquer natureza.

Como fora possível?

Quanto a cometer adultério, descuidar-se dos pais ou negligenciar dos deuses, são vícios que condizem melhor com qualquer outra pessoa, não com ele.

Sem dúvida, respondeu.

b E não é a causa de tudo isso o fato de fazer o que lhe compete cada uma das partes que nele há, no que diz respeito a comandar e ser comandado?

Essa é a causa; não há outra.

E ainda pretendes que a justiça seja alguma coisa mais do que a propriedade que assim deixa os homens e a cidade?

Eu não, por Zeus, foi sua resposta.

XVII – Assim, realizou-se inteiramente o sonho que nos levou a conjecturar, como dissemos, que mal começássemos a construir nosso burgo, alguma divindade nos levaria a encontrar o começo e como que algum c modelo da justiça.

É muito certo.

Por conseguinte, Glauco, era uma espécie de imagem da justiça, que, aliás, nos foi de grande utilidade, tudo o que assentamos com relação ao indivíduo nascido para ser sapateiro, que só deveria fazer sapatos, nada mais, tal como o carpinteiro na sua especialidade, e assim com os demais artesãos.

É evidente.

De fato, ao que parece, a justiça é desse jeito, porém, não com respeito às ações exteriores do homem, mas às d interiores, em verdade, que lhe refletem o imo ser nos seus elementos constitutivos e o leva, como a homem justo, a não permitir a nenhum deles fazer nada do que

lhe for estranho, nem interferir uns nos outros os diferentes princípios da alma em suas respectivas atividades, mas a pôr ordem em sua vida interior, disciplinar-se, tornar-se amigo de si mesmo e harmonizar essas partes à maneira dos três termos da escala musical: o alto, o baixo e o médio, como também faz com todos os intermediários que possam coexistir; e depois de unir todos esses elementos e de múltiplo que era tornar-se uno, temperante e afinado em tudo a que se aplicar, seja no afã de enriquecer, seja no cuidado com o corpo e em assuntos de política ou em negócios particulares, em qualquer situação, considera e denomina justa e bela a ação que mantém e contribui para realizar esse estado de alma, tendo na conta de sabedoria o conhecimento que determina semelhante norma de conduta, de injusta a ação que destrói esse estado de coisas, e de ignorância a opinião responsável por esta última orientação.

e

444 a

Em tudo o que disseste, Sócrates, estás com toda a razão.

Muito bem, observei; por isso, se concluirmos que encontramos o homem justo, a cidade justa e o que num e noutro é a justiça, quero crer que não estaríamos enunciando alguma inverdade.

Não, por Zeus, foi sua resposta.

Podemos, então, afirmar isso mesmo?

Podemos.

XVIII – Pois que seja, respondi. E agora, precisaremos ver o que é a injustiça.

É claro.

Não será a injustiça, necessariamente, a rebelião desses três princípios, a preocupação de querer ocupar-se com tudo e a intromissão nas funções alheias, a insubordinação de uma parte com relação ao todo, para vir a dirigi-lo sem nenhuma justificativa, visto ser por natureza destinada a obedecer à parte feita para comandar? Nisto, quero crer, na desordem e no extravio das partes é que dizemos consistir a injustiça, a intemperança, a

b

covardia, a ignorância, numa palavra: o conjunto dos vícios.

c É isso justamente, respondeu.

Sendo assim, continuei, uma vez claramente determinado o conceito do procedimento injusto e da injustiça, como, doutra parte, o do procedimento justo, não é certo que se nos tornou evidente, no mesmo passo, o que sejam a injustiça e a justiça?

Como assim?

Porque, continuei, em nada se distinguem das coisas saudáveis ou insalubres, sendo aquelas para a alma o que estas são para o corpo.

Como? perguntou.

O que é saudável gera saúde, e o que é insalubre, doença.

Certo.

d Do mesmo modo, o procedimento justo gera justiça, e o injusto, injustiça.

Necessariamente.

Promover saúde é deixar as diferentes partes do corpo em suas relações naturais de comando e dependência, recíprocas, vindo a ser doença o estado de coisas em que as partes dirigentes e as dirigidas se comportam contrariamente à ordem natural.

Isso mesmo.

E a promoção da justiça, continuei, não consistirá também em estabelecer entre as partes da alma essa reciprocidade de mando e dependência, do mesmo modo que a injustiça virá a ser a produção de um estado de coisas em que tal subordinação se processa contra a natureza?

É evidente, disse.

A virtude, por conseguinte, ao que parece, é uma espécie de saúde, beleza e bem-estar da alma, enquanto e o vício é doença, feiúra e debilidade.

Exatamente.

E não contribuem as belas ocupações para a aquisição da virtude, como o fazem as feias com relação aos vícios?

Necessariamente.

XIX – Pelo que vejo, agora só nos resta investigar o que será mais vantajoso: proceder com justiça, praticar
445 a ações belas e ser justo, pouco importando se os outros têm ou não têm conhecimento disso, ou cometer injustiças e ser injusto, ainda que não venha a ser punido ou não se torne melhor com a punição?

A meu ver, Sócrates, me falou, essa investigação já está ficando um tanto ridícula. Se consideramos insuportável a vida quando se arruína a constituição do corpo, ainda que pudéssemos saborear todos os alimentos e bebidas e dispuséssemos de imensa riqueza e de poder ilimitado, como poderia ser ela suportável, quando é perturbada e corrompida a natureza do que constitui o princípio essencial da vida ainda mesmo que nos fosse
b facultado fazer o que bem entendêssemos, com exceção do que nos pode livrar do vício e da injustiça, e obter a justiça e a virtude, uma vez que ambas se nos revelaram conforme as descrevemos há pouco?

É risível, de fato, repliquei; porém, já que alcançamos o ponto de que nos será possível perceber com toda a clareza que as coisas se passam; realmente, desse modo, convém não desanimar.

Por Zeus, disse; é o que precisamos evitar a todo o custo.

c Então, me segue, continuei, para que vejas quantas são, no meu entender, as modalidades do vício, ou, pelo menos, as que merecem ser analisadas.

Vou seguir-te, respondeu; podes falar.

Ora bem, lhe disse; da torre de vigia em que nos colocamos – pois em tal altura nosso argumento nos postou – quer parecer-me que há uma forma única de virtude, enquanto são infinitas as do vício, quatro das quais precisamos considerar.

Que queres dizer com isso? perguntou.

Com toda a probabilidade, lhe falei, quantas formas distintas houver de governo, tantas haverá de alma.

d E quantas há?

Há cinco formas de governo, respondi, e cinco de alma.

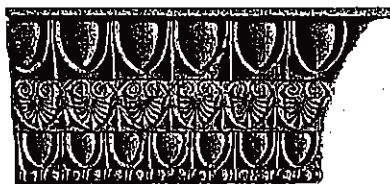
Então, enumera-as, me falou.

Pois então direi, prossegui, que uma é a modalidade que acabamos de descrever, mas que pode ser denominada de duas maneiras. Exercendo o poder apenas uma determinada pessoa, chama-se realeza; quando são muitos, aristocracia.

É verdade, observou.

Essas duas modalidades, continuei, denomino uma só forma de governo, pois nem os diferentes governantes nem o governante único modificarão as leis fundamentais e da cidade, no caso de receberem a educação e a instrução que descrevemos.

Seria impossível, me falou.

Livro V

449 a I – Denomino boa e bela uma cidade nessas condições, como também o indivíduo que se lhe assemelha; ruins, pelo contrário, e falhas todas as outras, no caso de ser esta a verdadeira, não somente no que entende com sua organização geral, como também quanto à formação espiritual de cada cidadão. De quatro maneiras as cidades podem ser ruins.

Quais são? perguntou.

Já me dispunha a enumerá-las na ordem em que me b parecia surgirem umas das outras, quando Polemarco, sentado como estava e um tanto longe de Adimanto, estendeu o braço e, segurando-lhe o manto na altura do ombro, puxou-o para o seu lado, ao mesmo tempo em que inclinava o corpo e dizia algo que não pudemos perceber, a não ser a pergunta: Deixaremos passar, ou que faremos?

Então, lhes perguntei: Que é o que não deixareis passar?

Tu, foi a resposta.

c Voltei a falar: De que se trata?

Quer parecer-nos, me disse, que estás com preguiça e pretendes bifar do assunto um capítulo inteiro de não pequena importância, para te poupares ao trabalho de desenvolvê-lo. Imaginaste que não o perceberíamos, por haveres dito antes com ar de pouco caso que a respeito das mulheres e dos filhos é mais do que claro para toda a gente ser tudo em comum entre os amigos.

E não está certo, Adimanto, o que eu disse? perguntei.

Está, respondeu; mas tanto esse certo como o restante precisam ser fundamentados. De que espécie de comunidade se trata? Porque há várias comunidades. Não te furtes, portanto, de explicar-nos qual tens em mente. Há muito estamos nessa expectativa, com a esperança

d de que acabarias por falar da procriação dos filhos, como se processa, de sua educação e de tudo o mais a que te referiste com relação à comunidade das mulheres e dos filhos. Somos de parecer que esta é de grande, ou melhor, de máxima importância para a cidade, quer tenha sido bem constituída, quer não tenha. Agora, porém, que te preparas para estudar outra forma de governo, sem esclarecer esse ponto, resolvemos, conforme ouviste, não permitir que saias sem primeiro nos explicares isso, tal

450 a como fizeste com tudo o mais.

Eu também, disse Glauco, acrescento meu voto ao dos presentes.

Podes ter como certo, observou Trasímaco, que esse é o parecer de todos.

II – Bela coisa fizestes, obtemperei, segurando-me desse modo! Iniciais nova discussão, justamente quando me alegrava de haver chegado ao fim, certo de que não tocaríeis nesse assunto e que vos satisfaríeis apenas com o que vos dissera. Levantando, agora, a questão, não

b tendes a menor idéia do enxame de palavras que despertastes. Eu já o havia percebido, mas passara de longe, de medo do trabalho que poderia acarretar-nos.

Como assim, perguntou Trasímaco: imaginas que os presentes aqui vieram para fundir ouro, não para ouvir discursos?

Sim, respondi; porém dentro de limites justos.

Para o homem sensato, Sócrates, observou Glauco, quando se trata de ouvir discursos desse tipo os limites compreendem a vida inteira. Porém não te preocupes conosco. O que importa é não te enfadares

c de responder com verdade às nossas perguntas sobre o que pensas a respeito da comunidade das mulheres e dos filhos, atribuída aos guardas, e como estes serão tratados no período que vai do nascimento ao início da educação propriamente dita. Parece-me a fase mais trabalhosa. Procura explicar-nos como deverá ser dirigida.

Não é fácil, lhe disse, discorrer sobre o que na tua ingenuidade suscitaste; esse ponto despertará muito maior incredulidade do que tudo o que foi dito até agora. Inicialmente, porão em dúvida os homens que semelhante d plano seja exeqüível; mas ainda mesmo que o fosse, não o considerariam o melhor. Por isso mesmo, tenho escrúpulos de tocar nesse assunto, para que não pensem que tudo não passa de imaginação.

Tranqüiliza-te, respondeu; teus ouvintes não são parvos ou incrédulos, nem recalcitrantes.

Então, lhe falei: Dizes isso para encorajar-me?

Sem dúvida, respondeu.

Pois consegues precisamente o contrário, objetei. Se e eu mesmo estivesse convencido do que digo, tuas palavras seriam oportunas. Quem está com a verdade pode tratar com segurança de assuntos de grande interesse e a que se afeiçoasse; porém procurar expressões, como faço agora, com certo cepticismo para desenvolver o argumento, sobre ser processo duvidoso, é de quase nenhuma segurança. Não tanto por provocar o riso, o 451 a que seria pueril; mas o certo é que se eu vier a tropeçar na verdade, não apenas irei ao chão como arrastarei na queda os amigos, e isso em assunto em que mais importa estarmos firmes. Suplico a Adrastéia que não se ofenda com o que vou dizer, mas considero muito menor crime matar alguém involuntariamente do que enganar quem quer que seja, em matéria de legislação, a respeito do belo, do bom e do justo. É preferível correr um perigo desses entre inimigos a corrê-lo entre amigos. Por isso b não fazes bem em aconselhar-me desse modo.

Rindo, então, falou Glauco: Mas Sócrates, disse, se viermos a sofrer algum dano com tua exposição, absolver-te-emos como de crime de homicídio, ficando tu, por isso, limpo e sem nos teres enganado. Podes, por conseguinte, falar sem medo.

É certo, respondi; o absolvido fica limpo, nos termos da lei; justo é, portanto, que o mesmo princípio tenha aplicação entre nós.

Por isso mesmo, podes falar.

Sendo assim, prossegui, precisarei expor do começo um assunto de que eu já devia ter tratado. Mas também c não fica mal, depois de haver sido representado o drama masculino, pôr em cena o das mulheres, principalmente por me teres intimado nesse sentido.

III – A meu ver, para os homens nascidos e educados da maneira que expusemos, não há caminho mais curto para chegar à posse e ao trato das mulheres e dos filhos do que prosseguir na direção inicial, quando determinamos estabelecê-los como guardas do rebanho.

Certo.

d Prossigamos, portanto, na mesma direção e vejamos se é válido ou não aquele princípio referente ao nascimento e à educação das mulheres.

Qual? perguntou.

É o seguinte: admitimos que as fêmeas dos cães devem vigiar com estes os rebanhos, ir à caça ao lado dos machos e fazer tudo em comum; ou dar-se-á, pelo contrário, que tenham de permanecer em casa, por incapazes, a não ser para a procriação e direção dos filhos, ficando exclusivamente para os machos o trabalho com o rebanho?

Não, respondeu; tudo terá de ser feito em comum, com a diferença de que a uns devem ser atribuídas tarefas e mais pesadas e a outros, mais leves.

E será possível, perguntei, empregar diferentes animais em trabalhos idênticos, se não os alimentarmos e criarmos da mesma maneira?

De modo algum.

Logo, se tivermos de empregar as mulheres nos mesmos trabalhos que os homens, terão de receber educação igual.

452 a Certo.

Os homens aprenderam Música e Ginástica.

Sim.

Nesse caso, estas duas artes terão de ser ensinadas também às mulheres, bem como a arte da guerra, que elas precisarão praticar do mesmo modo que os homens.

É o que se conclui, observou, do que disseste.

Mas talvez, continuei, pareça ridícula muita coisa de nossa exposição, por ir de encontro aos costumes, no caso de querermos pôr em prática tudo o que expusemos.

Sem dúvida, respondeu.

E que vês de mais ridículo em tudo isso? perguntei. Evidentemente, o fato de nos estádios se exercitarem despidas as mulheres em companhia dos b homens, tanto as jovens como as de mais idade, tal como se dá com os velhos que se comprazem com os exercícios de Ginástica, apesar das rugas e do aspecto pouco agradável de se ver.

Sim, por Zeus, respondeu; é, de fato, ridículo, segundo as idéias predominantes em nosso meio.

Mas, prossegui, uma vez que começamos a expor o que pensamos, não tenhamos medo dos remoques dos trocistas, por mais que critiquem a inovação relativa a participarem dos exercícios físicos as c mulheres, da Música e, acima de tudo, do manejo das armas e da equitação.

Tens razão, disse.

E já que entramos por tal caminho, enfrentemos a aspereza da lei e intimemos esses brincalhões a parar com suas zombarias, com lembrá-los de que até bem pouco tempo os helenos consideravam desonroso e ridículo o espetáculo do homem nu, como ainda hoje, aliás, é o caso da maioria dos bárbaros, e que quando os cretenses d introduziram essa prática e, seguindo-lhes de perto o exemplo, os lacedemônios, os engraçadinhos da época ridicularizaram a inovação. Não te parece?

Sem dúvida.

Porém, como provasse a experiência, segundo penso, que era melhor tirar a roupa do que encobrir tudo isso, deixou de ser ridículo aos olhos o que a razão apresentava

como superior. Esse exemplo vem demonstrar como é tolo quem considera risível outra coisa além do mal, e (e) também que quem se esforça em provocar o riso com espetáculo que não seja o da loucura e do vício, empenha-se em alcançar o belo por prisma diferente do da bondade.

É muito certo, disse.

IV – Inicialmente, não será melhor nos pormos de acordo sobre a possibilidade ou impossibilidade de concretizar essa idéia, permitindo a quem quer que seja discutir, por brinquedo ou seriamente, se pode ou não a (453 a) natureza feminina associar-se ao homem em todas as atividades, ou se apenas é capaz de desempenhar-se bem de algumas e não de outras, e em qual desses grupos está incluída a atividade militar? Não seria esse o melhor começo e o mais indicado para ensejar-nos uma bela conclusão?

O melhor, sem dúvida, respondeu.

E não queres, perguntei, que contra nós mesmos defendamos o outro partido, para não tomarmos sem esforço a fortaleza do inimigo?

(b) Nada impede de assim fazermos, respondeu.

Então, falemos por eles: Sócrates e Glauco, não há necessidade de alguém contestar vossa proposição, pois no início da cidade por vós fundada fostes os primeiros a admitir que cada pessoa só deveria dedicar-se à atividade mais condizente com sua própria natureza.

Sim, admitimos, reconheço-o. Por que não?

E a natureza da mulher, não difere fundamentalmente da do homem?

Como não há de diferir?

Nesse caso, devem também ser diferentes as respectivas atribuições, de acordo com a constituição de (c) cada um.

Sem dúvida.

De que maneira, então, deixareis de errar e de contradizer-vos, com afirmardes agora que os homens e as

mulheres terão de exercer as mesmas funções, uma vez que são de natureza diferente? Tens alguma resposta, caro amigo, para rebater semelhante acusação?

Assim de pronto, respondeu, não me parece fácil; porém te pediria, como de fato peço, que tu mesmo argumentes por nós, seja como for.

São essas, Glauco, continuei, além de outras, as
d dificuldades que há muito eu percebia, razão por que me mostrava indeciso e com medo de discorrer a respeito da lei que deve regular a posse e a educação das mulheres e dos filhos.

Sim, por Zeus, replicou; realmente, a coisa não me parece fácil.

Sem dúvida, voltei a falar. Mas tanto no caso de cair alguém num pequeno tanque como no mar fundo, terá por força de nadar.

Perfeitamente.

Sendo assim, nós, também, precisaremos nadar, para ver se nos livramos desse tema, com a esperança de que um delfim nos carregue nas costas ou que sobrevenha alguma salvação miraculosa.

e Parece que sim, respondeu.

Vejamos, então, falei, se achamos saída. Já admitimos que naturezas diferentes implicam ocupações também diferentes. No entanto, acabamos de afirmar que naturezas diferentes têm de exercer ocupações iguais. Essa é a vossa acusação?

Justamente.

Como é notável, Glauco, lhe disse, o poder da arte
454 a dialética!

Como assim?

Por parecer-nos que muita gente incide involuntariamente nela, imaginando que não discute, mas apenas conversa, e isso por serem incapazes de dividir o argumento em seus conceitos fundamentais e por se apegarem às palavras, no empenho de rebater a tese do adversário, do que resulta, simplesmente, brigarem em vez de discorrerem sobre o tema apresentado.

De fato, observou; é o que, nas mais das vezes, acontece; mas isso também se aplicará ao nosso caso?

b Com toda a segurança, respondi; é muito possível que, sem o querermos, estejamos brigando por uma questão de palavras.

Como assim?

Naturezas diferentes não devem ocupar-se com as mesmas coisas, foi o que afirmamos com decisão e espírito de polêmica, depois do que começamos a discutir, porém com base apenas numa palavra, sem nos determos, um momento sequer, em considerar o sentido de igualdade e diferença de naturezas e na razão de as distinguirmos, quando atribuímos diferentes ocupações a naturezas diferentes e ocupações iguais a naturezas também iguais.

Realmente, disse, não consideramos esse ponto.

c Por conseguinte, continuei, estávamos livres de formular a pergunta se os indivíduos calvos e os de cabeleira vasta têm a mesma natureza ou se são de natureza contrária, e depois de havermos concordado que são de natureza contrária, no caso de exercerem os calvos o ofício de sapateiro, não deixar que os de cabeleira o exerçam, e vice-versa.

Seria mais do que ridículo, respondeu.

E por que ridículo, perguntei, se não for pelo fato de não ter sido nossa intenção estabelecer a diferença ou identidade das naturezas em sentido absoluto e de só termos, então, em mente o conceito de identidade ou

d diferença que se relaciona com as ocupações? Essa a razão de havermos dito: o médico e o indivíduo dotado de espírito médico têm a mesma natureza. Não pensas desse mesmo modo?

Perfeitamente.

O médico e o carpinteiro diferem entre si?

Muito.

V – Sendo assim, prossegui, se os sexos masculino e feminino parecem diferir na aptidão para determinadas artes ou ocupações, diremos que é preciso atribuir a cada

um a que lhe convém. Mas, se virmos que a diferença consiste apenas em gerar filhos o homem e em dá-los à e luz a mulher, não poderemos, de forma alguma, admitir como demonstrado que a mulher difere do homem na questão com que nos ocupamos. Pelo contrário: continuaremos a sustentar que tanto os nossos guardas como suas mulheres devem desempenhar funções idênticas.

Com todo o direito, observou.

Depois disso, pediremos ao defensor da tese 455 a contrária que nos ensine para que arte ou para que atividade relacionada com a preservação da cidade não têm o homem e a mulher iguais aptidões, porém diferentes.

Seria muito justo.

Mas decerto ele poderia também alegar o que tu próprio afirmaste não faz muito, que não é fácil responder de improviso a semelhante pergunta, mas que com um pouco de reflexão não seria impossível.

Poderia, realmente.

Queres, então, convidar nosso contraditor a acompanhar-nos? Talvez consigamos demonstrar-lhe que b na administração da cidade não há ocupações privativas das mulheres.

Com todo o gosto.

Então vem cá, lhe diríamos, e responde: Quando afirmas que determinado indivíduo é bem-dotado para certa atividade e maldotado qualquer outro, não queres com isso significar que um aprende algo com facilidade e o outro com maior dispêndio de energia? E que o primeiro, com poucas lições revela capacidade inventiva para aquele assunto, enquanto o outro, com aplicação e estudo não é capaz de reter o que aprendeu? c E que num caso o corpo é eficiente servidor do espírito, e no outro, o contrário disso? Ou haverá mais algumas peculiaridades que permitam distinguir entre o indivíduo por natureza bem-dotado para determinada função e o que não o for?

Não poderá aduzir outras, respondeu.

Conheces alguma atividade em que o gênero masculino revele, sob todos os aspectos, mais aptidão que o feminino? Haverá necessidade de nos estirarmos com citações e mencionar a arte de tecer ou a confecção d de bolos ou de conservas, em que as mulheres parecem realmente sobressair-se e em que fora o cúmulo do ridículo serem sobrepujadas pelos homens?

Tens razão, disse, em afirmar que, de modo geral, um dos sexos é inferior ao outro. Embora algumas mulheres sejam superiores aos homens em muitas coisas, de regra é como disseste.

Sendo assim, meu caro, não há ocupação especial na administração da cidade que toque apenas à mulher, na qualidade de mulher, ou ao homem, enquanto homem; as aptidões naturais são igualmente distribuídas nos dois e sexos, podendo exercer por natureza qualquer função tanto a mulher como o homem, com a diferença de que a mulher é mais fraca do que o homem.

Perfeitamente.

Iremos, então, incumbir os homens de tudo, sem nada atribuirmos às mulheres?

De jeito nenhum.

A meu pensar, o que acontece, conforme dissemos, é que algumas mulheres são médicas por natureza, e outras não; umas são de índole musical, e outras, verdadeira negação para a Música.

Certo.

De outra parte, algumas terão disposição para a 456 a Ginástica, enquanto outras não terão propensão para nenhuma dessas atividades?

É assim também que eu penso.

E então? Não há de haver, também, mulher filósofa ou, ainda, inimiga da Filosofia? Ou corajosa uma, e outra pusilânime?

Isso mesmo.

Logo, haverá mulheres com temperamento de guarda, e outras sem essa disposição. E não foi com vistas

a essa peculiaridade que escolhemos os guardas do sexo masculino?

Perfeitamente.

É evidente, pois, que tanto a natureza do homem como a da mulher são próprias para a função de guarda da cidade, com a única diferença de ser mais fraca a última.

Sem dúvida.

VI – Sendo assim, essas são as mulheres que devemos b escolher para coabitar com os homens e exercerem juntamente com eles as funções de guarda, visto serem capazes e de natureza igual à deles.

Perfeitamente.

E não devemos atribuir a naturezas iguais as mesmas ocupações?

Sim, as mesmas.

Desse modo, depois de um grande rodeio, chegamos ao ponto de partida, quando admitimos não ser contra a natureza ocuparem-se as mulheres dos guardas com Música e Ginástica.

Sem dúvida.

c Logo, não estabelecemos exigência absurda nem quimérica, já que formulamos essa lei de acordo com a natureza. A prática, ora em uso, é que parece contrária à natureza.

Parece, de fato.

E não tínhamos, também, de considerar se nossas determinações, além de exeqüíveis, eram vantajosas?

Sim.

E já não reconhecemos que são perfeitamente realizáveis?

Já.

Logo, depois disso precisamos reconhecer que são as mais vantajosas.

É claro.

No que entende com a formação das mulheres para a função de guardas, não haverá necessidade de dar

àquelas educação diferente da dos homens, visto ser a
d mesma natureza que a recebe.

Não, evidentemente.

Desejara ouvir tua opinião a respeito de uma coisa.

Qual?

Se tens como certo que há homens melhores do que outros, ou se és de parecer que todos são iguais?

De forma alguma.

Na cidade por nós fundada, quais foram os indivíduos que deram melhor prova na função de guardas: os que receberam a educação por nós descrita ou os sapateiros que foram criados para ser sapateiros?

Que pergunta engraçada! respondeu.

Compreendo, lhe disse. E agora: não são os guardas
e os melhores cidadãos, quando comparados com os demais?

Muito melhores.

E então? E suas mulheres, em confronto com as mulheres dos outros, não serão também as melhores de todas?

Também essas, disse; muito melhores.

E poderá haver algo mais louvável numa cidade, do que ter homens e mulheres excelentes?

Não.

Mas essa superioridade foi alcançada pelo emprego
457 a da Música e da Ginástica, de acordo com a nossa orientação.

Perfeitamente.

Sendo assim, a legislação que instituímos não é apenas possível, senão também a mais vantajosa para a cidade.

Certo.

Logo, terão de ficar nuas as mulheres dos guardas, pois vestirão virtude em lugar de roupa, como terão, ainda, de participar com eles dos trabalhos da guerra e das demais ocupações que visem a proteger a cidade, sem cuidarem de mais nada. A única diferença é que as mulheres receberão tarefas mais leves do que os homens,

b por serem do sexo fraco. Quanto ao gracejador das mulheres que se despem para o melhor desempenho dos exercícios físicos, outra coisa não faz senão colher os frutos temporãos de sua chalaça, sem saber por que motivo se põe a rir nem o que está fazendo. É muito certo o dito, e sempre válido, que o útil é belo e o prejudicial é feio.

Perfeitamente.

VII – Nesta altura já podemos considerar-nos livres da primeira onda, concernente à lei das mulheres; não c somente escapamos de ficar submergidos, por havermos estabelecido que todas as ocupações devem ser comuns aos guardas dos dois sexos, como demonstrou nosso argumento ser essa instituição tão exeqüível quanto proveitosa.

De fato, observou; não era pequena a onda de que conseguiste escapar.

Porém tu mesmo, continuei, dirás que não era grande, quando vires a que vem agora.

Então, mostra-ma, respondeu.

Depois, lhe disse, da lei anterior e das que a precederam, creio que temos a seguinte.

Qual?

Que as mulheres devem pertencer em comum a d todos os homens, sem que nenhuma venha a formar com ninguém um casal particular. Os filhos, também, serão comuns, e nem o pai conhecerá o filho, nem o filho, seu pai.

Realmente, disse; em relação a essa lei haverá muito maior descrença, tanto no que respeita à aplicação como à sua utilidade.

Não acho, lhe falei, que se possa pôr em dúvida a imensa vantagem da comunidade das mulheres e dos filhos, na hipótese de ser realizável; a única questão capaz de levantar protestos seria a sua aplicação na prática.

e Sobre ambos os aspectos, observou, haverá muitas objeções.

Englobas numa só conspiração as duas assertivas. Eu pensava poder escapar de uma, se a coisa te parecesse de vantagem, só me ficando para discutir contigo a questão de sua aplicação.

Porém não escaparás, disse; agora terás de defender as duas.

Aceito o castigo; mas faze-me um favor: permite que 458 a me comporte como essa gente de espírito preguiçoso, que tem por hábito alimentar-se de suas próprias fantasias, quando passeiam a sós. Antes de descobrirem como poderá vir a realizar-se o que desejam, põem de lado a idéia, para não se cansarem com o esforço de pensar se poderá ou não poderá ser posta em prática, e admitindo como já realizado o que desejam, constroem tudo o mais sobre essa base, alegrando-se com o que farão quando tornar-se realidade, e com isso deixam ainda mais indolente o espírito, já de si mesmo preguiçoso. Eu, b também, agora me sinto algo indolente; de muito bom grado adiaria o exame da questão da possibilidade. No momento, aceitando-a como possível, vejamos, se o permitires, como os dirigentes regulamentarão esse dispositivo, para, afinal, demonstrar-te que semelhante idéia, uma vez concretizada, ensejaria grandes benefícios tanto para a cidade como para os guardas. É isso que pretendo examinar contigo em primeiro lugar, deixando o resto para depois, se estiveres de acordo.

Não formulo nenhuma objeção, me disse; podes começar.

O que eu penso, continuei, é que se os dirigentes c forem dignos desse nome e se se parecerem com eles seus auxiliares, estes revelarão boa vontade em obedecer e aqueles em dar ordens, em parte seguindo as prescrições legais, em parte as do seu próprio espírito, nos casos deixados para a iniciativa particular.

Naturalmente, respondeu.

Sendo assim, prossegui, na qualidade de legislador, terás de escolher as mulheres como fizeste com os homens e de aproximar todos de acordo com o critério

da semelhança. E porque uns e outros têm casa e mesa

d em comum e nada possuem de próprio, viverão juntos e se misturarão no ginásio e nos outros locais de instrução, levados à união dos corpos, segundo penso, por uma necessidade natural. Ou faço mal em falar em necessidade?

Não será necessidade de natureza geométrica, respondeu; é amorosa, porém, de aguilhão talvez mais eficiente para convencer e arrastar as multidões.

VIII – Sem dúvida, respondi. Mas, depois disso,

e Glauco, unirem-se ao acaso ou fazer seja o que for dessa maneira, é o que não pode ser permitido pelos deuses numa comunidade de cidadãos felizes; nem os dirigentes o consentiriam.

Não seria justo, respondeu.

É evidente que passaremos a realizar casamentos tão sagrados quanto possível. Consideramos sagrados os casamentos de mais vantagem para a cidade.

Perfeitamente.

459 a E de que maneira poderão ser vantajosos? É uma questão que te apresento, Glauco, pois sei que tens em casa muitos cães de caça e pássaros de fina qualidade. Dize-me, então, por Zeus: não cuidas do seu acasalamento e da procriação?

De que modo? perguntou.

Para começar, embora todos sejam de boa raça, alguns não serão melhores do que outros?

Sem dúvida.

E todos te parecem indiferentemente bons para a reprodução, ou dás preferência aos melhores?

Aos melhores.

b E quais escolhes: os mais novos, os velhos, ou os que se acham no vigor da idade?

Os que se acham no vigor da idade.

E se não tomares essas medidas para a procriação, não te parece que virá a degenerar a raça de teus pássaros e de teus cães?

Sem dúvida, respondeu.

E com os cavalos, perguntei, e os outros animais: achas que seja diferente?

Fora o maior dos absurdos.

Pelos deuses, caro amigo, lhe disse; como terão de ser excelentes nossos governantes, se o mesmo princípio for também válido para a espécie humana!

c É válido, sem dúvida alguma, replicou. Mas, a que vem isso?

Porque necessariamente, continuei, terão de lançar mão de uma infinidade de remédios. Os corpos que não necessitam de remédios mas se dispõem a seguir determinado regime, basta-lhes um médico medíocre; mas sempre que se torna indispensável o uso de medicamentos, sabemos todos quanto vale um médico competente.

É certo. Mas, a que te referes?

É o seguinte, continuei: há o perigo de, com freqüência, precisarem os governantes recorrer à mentira d e à fraude, tendo em vista o bem dos governados. Dissemos algures que, considerado como remédio, esse recurso poderia ser-nos útil.

E com razão o dissemos, observou.

Ao que parece, nos casamentos e na procriação dos filhos, tal direito tem inteira aplicação.

Como assim?

De acordo com os princípios estabelecidos, continuei, será preciso que os melhores homens se unam o maior número de vezes possível às melhores mulheres, e os indivíduos inferiores de um e de outro sexo só muito raramente o façam, devendo ser criados os filhos nascidos e da união daqueles, porém não os destes últimos, se quisermos que o rebanho se mantenha sempre em excelentes condições. Todas essas cautelas só devem ser conhecidas dos governantes, para que o rebanho dos guardas se conserve, tanto quanto possível, imune de rebeliões.

É muito certo, disse.

Por isso mesmo, regulamentaremos o uso de algumas festas em que se reunirão moços e moças, com sacrifício

e hinos que encomendaremos aos nossos poetas, apropriados à cerimônia dos casamentos. Fica a cargo

460 a dos dirigentes determinar quantos casamentos devem ser celebrados, levando-se em consideração as guerras, doenças e outras ocorrências da mesma natureza, para que o número de homens se mantenha sempre igual, e se evite, na medida do possível, que a cidade venha a crescer demais ou a minguar.

Tens razão, me falou.

A meu ver, precisaremos também inventar alguma modalidade engenhosa de loteria, para que os cidadãos inferiores atribuam ao capricho da sorte a responsabilidade de cada casamento, não ao arbítrio dos dirigentes da cidade.

Perfeitamente, disse.

b IX – Para os jovens que se sobressaírem na guerra ou no que for, serão concedidas honrarias e recompensas; entre outras, a permissão de terem mais vezes contato com as mulheres, bom pretexto, também, de serem gerados em maior número filhos de pais excelentes.

Certo.

Quanto aos filhos, à medida que forem nascendo, serão entregues a comissões adrede organizadas, ou de homens somente, ou de mulheres, ou, ainda, dos dois sexos, por serem comuns as funções públicas.

Muito bem.

c Os referidos funcionários, quero crer, levarão os filhos de pais bem constituídos para o redil, nalgum ponto afastado da cidade e os entregarão a umas tantas amas aí residentes. Quanto aos nascidos de pais inferiores ou mesmo dos outros que porventura apresentem alguma malformação congênita, serão escondidos, como convém, em algum lugar oculto e inacessível.

Assim conservaremos limpa, observou, a geração dos guardas.

As amas cuidarão também de sua alimentação, encaminhando as mães para o redil, sempre que elas

estiverem com os seios túrgidos de leite, e tomando as
d precauções cabíveis, para que nenhuma venha a reconhecer os próprios filhos. No caso de serem insuficientes, providenciarão a vinda de outras mães, nas mesmas condições. Com todas elas terão o cuidado de só permitir o aleitamento durante um período razoável de tempo, fazendo em seu lugar as amas e governantes os serviços da noite e outros trabalhos pesados.

Facilitas bastante, disse, a maternidade para as mulheres dos guardas.

É preciso ser assim, lhe disse. Mas prossigamos, por ordem, no estudo a que nos propusemos. Afirmamos que os filhos devem ser concebidos por indivíduos no vigor da idade.

Certo.

e E não serás também de parecer que o período exato dessa fase dura vinte anos para a mulher e trinta para o homem?

A que período te referes? perguntou.

A mulher, continuei, começará a dar filhos para a cidade aos vinte anos, e assim prosseguirá até aos quarenta; o homem, transposto o ponto mais ardoroso de sua carreira, gerará filhos para a cidade até à idade de cinqüenta e cinco anos.

461 a Realmente, observou, para ambos é a fase de maior vigor, tanto do corpo como do entendimento.

Logo, sempre que alguém de idade superior ou inferior à prescrita tomar parte na procriação coletiva, qualificaremos a transgressão como ímpia e injusta, por haver gerado para a cidade um filho cuja concepção – no caso de passar despercebida – não terá sido precedida dos sacrifícios e preces que os sacerdotes, as sacerdotisas e toda a comunidade oferecem por ocasião dos casamentos, para que de pais excelentes e prestimosos nasçam filhos melhores e de maior préstimo do que eles,
b ao passo que aquele filho é produto das trevas e do mais censurável desregramento.

É certo, disse.

A mesma lei, continuei, é válida para o indivíduo que ainda se encontre na idade de gerar e venha a coabitar com mulher também no vigor da idade, sem que os tenham aproximado os governantes. Nessas condições, diremos que se gerou um bastardo para a cidade, sem esponsálias nem consagração.

É muito certo, declarou.

Porém, a meu ver, quando os homens e as mulheres já tiverem passado da idade de conceber, daremos aos homens liberdade de se unirem com as c que quiserem, excetuadas as filhas e as mães, as filhas das filhas ou as da geração acima das mães, o mesmo se dando com as mulheres, para as quais ficam excluídos os filhos, os pais e os que com eles se relacionarem na linha ascendente ou descendente. Mas, ao lado dessa permissão, antes de mais nada, lhes recomendaremos que tomem as precauções necessárias para não darem à luz nenhum filho, embora chegue a ser gerado, e no caso de vingar o produto, admitir como certo que não será alimentado pela comunidade.

Essas determinações, disse, são também muito bem pensadas. Mas, os pais e as mães, e todos os que acabaste d de enunciar, de que modo os conhecerão?

Não poderão conhecê-los, respondi; mas todas as crianças do sexo masculino que nascerem no décimo ou no sétimo mês, a contar do dia em que a determinado cidadão foi permitido procriar, serão consideradas por este como filhos, como serão filhas as do sexo feminino, dando-lhes todos o nome de pai. Os filhos destes serão seus netos, os quais, por sua vez, chamarão sua mulher de avó e denominarão irmãos e irmãs todas as crianças nascidas no tempo em que o pai e a mãe procriavam. Entre todos esses, e como dizia, terá de haver abstenção. Quanto à união entre irmãos, será permitida por lei, sempre que a sorte o decidir e o confirmar a Pítia.

Está certo, concluiu.

X – Essa, portanto, Glauco, e desse modo, é que será a comunidade de mulheres e de crianças entre os guardas do burgo. Que se trata de algo perfeitamente de acordo com o resto da constituição, vindo a ser, até, o melhor de seus dispositivos, é o que precisamos fundamentar em nossa ulterior disposição. Ou que faremos?

462 a Isso mesmo, por Zeus, foi a sua resposta.

E o começo de nosso acordo não deverá consistir em perguntarmos a nós mesmos qual o bem que devemos considerar como o mais importante na organização da cidade, e que o legislador deve ter sempre em mira quando promulgar suas leis, e qual o maior mal, para depois procurarmos saber se tudo o que consideramos até o presente segue no rasto do bem e se afasta cada vez mais do mal?

Sem a menor dúvida, respondeu.

E concebe-se maior mal para a cidade do que tudo b o que a desagrega e de uma unidade faz muitas partes? Ou maior bem do que o que a deixa coesa e una?

Impossível.

E não constituirá elo a comunhão da alegria e da dor, sempre que os cidadãos, na medida do possível, se alegram ou entristecem igualmente com a aquisição ou a perda de alguma coisa?

Seguramente, respondeu.

E o inverso: a diferença de sentimentos não separa sempre, quando uns se mostram profundamente acabrunhados, enquanto outros se alegram ao extremo c com tudo o que acontece, tanto com a cidade como com seus moradores?

Sem dúvida.

E não decorre isso, precisamente, de pronunciarem a um só tempo as mesmas expressões os componentes da cidade: isto é meu, e isto não me pertence, o mesmo acontecendo quando se referem ao que lhes é estranho?

Exato.

Qualquer cidade, por conseguinte, em que a maioria de seus membros se exprime do mesmo modo com

relação às mesmas coisas e digam isto é meu, ou isto não é meu, terá de ser a mais bem organizada.

Sem dúvida.

Como será, também, a que mais se aproxima da condição do indivíduo. Quando, por exemplo, um de nós recebe uma pancada no dedo, toda a comunidade do corpo e da alma submetida ao comando unificador

d da parte da alma que a dirige sente o traumatismo e se associa à dor do local ofendido, motivo de dizermos que o homem sente dor no dedo. Da mesma maneira nos expressamos com relação a tudo o mais do homem, tanto com respeito ao sofrimento, quando alguma parte vem a ressentir-se, como à alegria, sempre que passa bem.

É assim mesmo, disse; e a respeito do que perguntaste, a todas as luzes a cidade mais bem constituída será a que mais se aproximar de uma comunidade desse tipo.

Por conseguinte, a meu ver, sempre que acontecer algo bom ou mau para qualquer cidadão, a cidade

e organizada desse modo dirá, antes de mais nada, que o fato se passou com ela e se alegrará ou sofrerá juntamente com o cidadão.

Necessariamente, disse; a que for organizada desse jeito.

XI – Já é mais do que tempo, observei, de voltarmos para nossa cidade, a fim de verificarmos se os princípios sobre que nos pusemos de acordo se lhe aplicam, ou se condizem melhor com outra qualquer comunidade.

Façamos isso mesmo, replicou.

463 a E então? Nas demais cidades não há dirigentes e povo, tal qual como na nossa?

Há.

E entre eles não se dão todos o nome de cidadãos?

Sem dúvida.

Mas, além de cidadãos, como o povo denomina nas outras cidades os governantes?

Na maioria delas dão-lhes o nome de senhores; só nas democraticamente organizadas é que empregam essa mesma denominação: governantes.

E na nossa? Que diz o povo que os governantes sejam, além de cidadãos?

b Salvadores e auxiliares, respondeu.

E estes, como, de regra, os denomina o povo?

Contratador e sustentador.

E nas outras cidades, que nome eles dão aos do povo?

Escravos, disse.

E os governantes, como são apelidados entre si?

Co-regentes.

E os nossos governantes?

Companheiros de guarda.

Saberás dizer, porventura, se nas outras cidades se dá o caso de um governante tratar algum dos colegas como amigo e a outro como pessoa estranha?

É o que se observa em muitas.

O amigo ele considera, e sobre isso se manifesta, c como sendo dos seus; o estranho, como não lhe dizendo respeito?

Isso mesmo.

E com relação aos teus guardas? Haverá algum que tenha na conta de estranho qualquer dos colegas e assim o qualifique?

Em absoluto! respondeu; pois ao encontrar seja quem for, cada um julgará tratar-se de irmão ou irmã, pai ou mãe, filho ou filha, quando não ascendente ou descendente direto de algum deles.

Bela resposta, lhe falei. Mas dize-me o seguinte: limitar-te-ás apenas a atribuir-lhes por lei esses nomes d de parentesco, ou deverão todos pautar a conduta de acordo com a denominação apropriada? Com relação ao pai, tudo o que a lei manda que aos pais se atribua: reverência, atenções e a obediência devida aos progenitores, na falta do que nada de bom poderão esperar, nem dos deuses nem dos homens, por não se revelarem

pios nem justos se procederem de outro modo. A teu ver, não serão essas as máximas que todos os cidadãos farão soar desde cedo nos ouvidos das crianças com relação aos pais – os que lhes forem apontados como tal – e aos demais parentes?

e Essas mesmas, respondeu, pois seria ridículo trazerem na boca o nome dos parentes, sem o legitimarem por meio de atos. Mais do que em qualquer outra, é em nossa cidade que haverá completo acordo no dito dos particulares a que há pouco nos referimos, tanto nas ocorrências boas como nas desastradas: meus negócios vão bem, ou: meus negócios vão mal.

Tens toda razão, observou.

464 a E não dissemos, também, que essa maneira de pensar e de falar vai de par com os prazeres e as dores da comunidade?

E com acerto o afirmamos.

Desse modo, mais do que alhures, participarão em comum os nossos cidadãos de tudo o que for por eles denominado meu, participação que irá intensificar-lhes a vivência em comum dos prazeres e das dores.

Muito!

E a razão desse fato, além da organização geral da cidade, vamos encontrá-la na posse em comum das mulheres e dos filhos por parte dos nossos guardas.

Sem dúvida, disse; é a razão primordial.

b XII – Mas já reconhecemos ser essa unidade de sentimentos o maior bem para a cidade, quando comparamos a cidade bem constituída com o corpo, o qual compartilha da sensação de dor ou de prazer de qualquer de seus segmentos.

E com razão o reconhecemos, disse.

Revelou-se-nos, por conseguinte, como o maior bem para a cidade a comunidade das mulheres e dos filhos entre os guardas.

Sem dúvida, respondeu.

Tudo isso está também de acordo com o que dissemos antes. Afirmamos, então, que os guardas não deveriam ter casa própria nem terras nem propriedade de qualquer natureza, cumprindo-lhes apenas, pelos c serviços prestados como guardas, receber dos outros a alimentação, que consumiriam em comum, no pressuposto de estarem decididos a ser guardas de verdade.

É muito certo, declarou.

Tudo o que eu disse antes, prossegui, e o que foi acrescentado agora contribui para fazer deles verdadeiros guardas e impedi-los de desmembrar a cidade, por isso mesmo que não aplicam à mesma coisa a designação de *meu*, nem cada um a uma coisa diferente, com o que acabam uns tantos por arrastar para casa, como propriedade exclusiva, o que puderem adquirir, enquanto d outros farão o mesmo com as deles, com mulheres e filhos diferentes, que a todos ensejarão, respectivamente, alegrias ou tristezas, ao passo que se estiverem acordes a respeito dos interesses próprios, esforçar-se-ão com o maior empenho para o mesmo fim e compartilharão igualmente, tanto quanto possível, das alegrias ou das dores.

É muito certo, disse.

E então? Não deixarão de existir, por assim dizer, entre eles, processos e queixas recíprocas, visto nada possuírem de próprio, a não ser o corpo, e pertencer tudo o mais a todos em comum? Com isso ficarão livres das e discórdias que o dinheiro, os filhos e os parentes fazem nascer entre os homens.

Sem dúvida, é como terão de ficar, foi a resposta.

Como também, com justiça, não haverá entre eles processos por agressão ou injúria. Diremos ser justo e honroso protegerem-se reciprocamente os da mesma idade e lhes imporemos a obrigação dos exercícios físicos.

Exato.

465 a Semelhante dispositivo, continuei, apresenta ainda a seguinte vantagem: sempre que alguém se zanga com

outra pessoa e pode pedir satisfação na hora, há menos probabilidades de ter conseqüências graves a pendência.

É muito certo.

Aos mais velhos será dado o poder de dirigir os jovens e de castigá-los.

É claro.

É de supor que nunca os moços se atreverão a bater nos velhos ou a usar de violência contra eles, a menos que recebam ordem dos dirigentes nesse sentido, como também não lhes farão nenhum ultraje. Neste particular, b dois guardas de grande eficiência basta para contê-los: o medo e o respeito; o respeito, que manda não bater em quem talvez seja seu próprio pai; e o medo, pela possibilidade de saírem muitos em defesa do agredido, ou seja na qualidade de filhos, ou na de irmãos, ou na de pais.

É o que se daria, de fato, observou.

De qualquer forma, as leis promoverão paz entre todos.

Sim, paz duradoura.

Não ocorrendo, por conseguinte, discórdia entre eles, não haverá perigo de que o resto da cidade se desavenha com eles ou consigo mesma.

Não, de fato.

c Com respeito aos pequenos males de que ficarão isentos, nem me parecem dignos de menção, como a adulação dos ricos pelos pobres, as preocupações e incômodos decorrentes da educação dos filhos e o empenho de obter meios para o sustento dos familiares, ora contraindo dívidas, ora negando-as, para arranjar provisões seja como for e entregá-las nas mãos das mulheres ou de empregados, e tudo o mais, amigo, que vem na esteira dessas d preocupações tão insignificantes e evidentes, que não merecem a mínima referência de nossa parte.

XIII – Sim, respondeu; são evidentes até para os cegos.

Livres de todas essas ninharias, viverão vida mais feliz do que a vida bem-aventurada dos vencedores olímpicos.

Como assim?

Pelo fato de gozarem aqueles vencedores de parte mínima das prerrogativas de que desfrutam nossos guerreiros. A vitória destes é mais bela, como é mais generoso o tratamento público dispensado a todos eles. Tal vitória equivale à salvação da cidade. Como prêmio, eles e os filhos são alimentados à custa da cidade e e recebem de sua parte tudo o de que necessitarem enquanto viverem, além de serem, depois de mortos, condignamente sepultados.

Não há dúvida, observou; são honrarias admiráveis.

Não te recordas, perguntei, de que no começo de nossa exposição alguém nos censurou por não deixarmos 466 a felizes nossos guardas, pois com possibilidade de adquirir tudo o que possuem os mais cidadãos, nada tinham de próprio? Respondemos que voltaríamos a examinar o assunto quando se nos oferecesse oportunidade, mas que, naquele momento, de nossos guardas iríamos fazer guardas de verdade e que só tínhamos em mira deixar a cidade tão feliz quanto possível, sem olhar particularmente para o bem-estar de uma determinada classe, com o intuito de torná-la feliz.

Lembro-me, respondeu.

E então? Uma vez que a vida dos nossos guardas se nos revelou muito melhor e mais bela do que a dos vencedores olímpicos, poderemos compará-la à dos b sapateiros e dos mesteirais ou à dos agricultores?

Acho que não, foi sua resposta.

Parece-me oportuno repetir agora o que então aleguei: o guarda que procura ser feliz, a ponto de deixar de ser guarda, sem contentar-se com a vida modesta e segura que, na nossa maneira de pensar, é também a melhor, e se deixa levar por qualquer noção absurda e c pueril de felicidade, para atirar-se à conquista de tudo o que houver no burgo: confessa que Hesíodo era verdadeiramente sábio, quando afirmou ser a metade, de algum modo, maior do que o todo.

Se ele pedisse minha opinião, dar-lhe-ia o conselho de cingir-se a essa maneira de viver.

Aceitas, por conseguinte, continuei, que as mulheres tenham tudo em comum com os homens, conforme já expusemos, no que entende com a educação, os filhos e a guarda dos demais cidadãos, e quer fiquem na cidade, quer sigam para a guerra, terão de cuidar do burgo ou ir
d à caça juntamente com os homens, à maneira dos cães, e em tudo o mais associarem-se com eles, na medida do possível, com o que só farão o que de melhor poderiam fazer, pois desse modo não irão contra a ordem natural das coisas, no que respeita às relações dos sexos, em tudo o que entre eles seja comum por natureza.

Aceito, respondeu.

XIV – Falta-nos, continuei, considerar apenas a questão de saber se será possível estabelecer também entre os homens essa comunidade que se observa nos animais, e qual a maneira de pô-la em prática?

Antecipaste-me, observou, precisamente no que eu ia perguntar.

Com relação à guerra, prossegui, é muito claro, a
e meu parecer, como se conduzirão.

Como será? perguntou.

Tomarão parte juntos nas expedições, além de levarem com eles, para a guerra, os filhos mais crescidos, para que observem, tal como se dá com os filhos dos obreiros, o que terão de fazer quando forem homens.
467 a Além disso, os filhos prestarão serviços de vária natureza em tudo o que se relacionar com a expedição e ajudarão os pais e as mães. Ou ainda não notaste o que se passa nas outras profissões, quanto tempo, por exemplo, os filhos dos oleiros ajudam os pais e os vêem trabalhar, antes mesmo de eles se iniciarem nesse mister?

Notei.

Ora, terão de ser os oleiros mais caprichosos na educação dos filhos, no que respeita à experiência e à observação do que é preciso fazer?

Seria o cúmulo do ridículo, observou.

De resto, é fato que todos os animais brigam com b mais desenvoltura na presença dos filhos.

Isso mesmo. Porém no caso de derrota, Sócrates, não é pequeno o perigo, aliás freqüentíssimo na guerra, de arrastarem em sua perda os filhos, o que deixaria a cidade incapaz de restabelecer-se.

Tens razão, respondi; mas és de opinião que não devemos expô-los aos perigos?

De forma alguma.

E então? Se tiverem de enfrentar algum risco, não será isso precisamente em lances de que sairão melhorados, quando bem-sucedidos?

Evidentemente.

c E consideras vantagem somenos ou não compensadora dos riscos a que expõe, observar ou não a guerra na meninice quem com o tempo terá de tornar-se homem destemido?

Não; é grande a vantagem, segundo o critério que expuseste.

Então, o que precisamos fazer é arranjar modo de verem os meninos a guerra e, ao mesmo tempo, cuidarmos da segurança deles. Assim ficaria bem, não te parece?

Sim.

Para começar, lhe disse, dentro das possibilidades humanas, os pais não serão ignorantes da matéria, mas d saberão distinguir perfeitamente as expedições perigosas das que o não forem.

Certamente, respondeu.

A umas tantas, por conseguinte, os levarão, e a outras se absterão de fazê-lo.

É justo.

Sendo assim, continuei, nesses casos os comandantes não serão os menos capazes, senão os mais indicados, tanto pela experiência como pela idade, para servirem de instrutores e guias de confiança.

É como, realmente, será preciso fazer.

Mas devemos considerar que muita coisa acontece contra toda a expectativa.

É fato.

Por isso, amigo, para deixá-los a coberto de tais surpresas é que precisamos provê-los de asas desde a infância, para que, na hora do perigo, todos possam levantar o vôo e porem-se a salvo.

e Que queres dizer com isso? perguntou.

Terão de montar a cavalo, lhe disse, o mais cedo possível, e depois de haverem aprendido a montar, serão levados para assistir aos combates, não em animais árdegos e belicosos, porém nos mais velozes e dóceis ao freio que for possível encontrar. É a melhor maneira de observarem a profissão que terão de seguir, como também a mais segura, pois sempre que for preciso, poderão retirar-se na companhia dos guias de idade provecta.

468 a Parece-me acertado o que disseste, observou.

E com relação à guerra propriamente dita, continuei, como se haverão uns com os outros os cidadãos e em face do inimigo? Vê se estou certo ou não na minha maneira de pensar.

Podes falar.

No caso, lhe disse, de abandonar o posto algum dos nossos combatentes, largar as armas ou cometer por pusilanimidade qualquer ato dessa espécie, não será conveniente fazer dele artesão ou lavrador?

Perfeitamente.

E quem se deixar prender pelo inimigo, não achas bom dá-lo de presente aos que o aprisionaram, para

b fazerem com a presa o que bem lhes parecer?

Sem dúvida.

E também o contrário disso: quem se distinguir por atos de bravura, deverá ser coroado no próprio acampamento por seus companheiros de expedição, meninos e rapazes, um de cada vez. Ou não?

Acho que sim.

Como também receberá cumprimentos.

Sem dúvida.

Mas com uma coisa, prossegui, estarás em desacordo comigo.

Qual é?

Beijar a quem quiser ou ser beijado por todos.

Ótimo! respondeu; eu iria mais longe, pois estipularia c por lei que, enquanto durasse a campanha, ninguém teria o direito de recusar-lhe beijos; assim, no caso de estar apaixonado algum dos guerreiros, ou fosse rapaz ou rapariga o objeto de sua predileção, com maior ardor se disporia a conquistar o prêmio.

Belo, acrescentei. Além do mais, já observamos que os cidadãos mais valentes casarão maior número de vezes do que os outros, e que sobre eles recairá a sorte com maior freqüência, para que gerem o maior número possível de filhos.

Sim, já o observamos, disse.

XV – De acordo com Homero, temos o direito d de honrar dessa maneira os jovens mais prestantes, pois ele declara expressamente que, por se ter sobressaído Ajaz na batalha, foi distinguido com maior porção de lombo, visto ser esse o galardão indicado para os adolescentes de comprovada valentia. Desse modo, ao mesmo tempo que são distinguidos, tornam-se mais fortes.

É muito certo, observou.

Sobre esse assunto, continuei, devemos acatar a opinião de Homero. Nos sacrifícios e em outras solenidades, honraremos ainda os bravos, de acordo com o merecimento de cada um, não apenas com hinos e distinções a que já nos referimos, mas também com

e *lugares de honra, viandas e taças repletas,*

pois com a própria distinção que concedemos aos moços e moças de merecimento, cuidamos de deixá-los robustos.

Belas palavras, disse.

Muito bem. E os que morrerem em combate, depois de darem provas de valor, não diremos, antes de mais nada, que pertencem ao gênero de ouro?

Sem dúvida.

E não daremos, também, crédito a Hesíodo, quando afirma que ao morrer alguém dessa raça,

Nobres demônios se tornam na terra de vastos
469 a *caminhos,*
guardas dos homens mortais, excelente defesa dos males?

Sim, todo o crédito.

Perguntaremos, também, ao deus de que maneira teremos de sepultar com honrarias especiais esses varões heróicos e divinos, o que faremos de acordo com as indicações do oráculo.

Nem poderia ser de outra maneira.

E a partir desse momento, cuidaremos de sua sepultura e os veneraremos como a gênios protetores.
b Concederemos iguais honrarias a quem morrer de velhice ou de outra forma, e que em vida tenha sido considerado de merecimento excepcional.

É muito justo, observou.

E agora: com relação aos inimigos, como se haverão nossos soldados?

Sob que aspecto?

Em primeiro lugar, no que entende com a escravidão: será justo escravizarem helenos, cidades helenas, em vez de impedirem, na medida do possível, que outros o façam e se habituarem a poupar a raça helênica, como meio
c preventivo para não virem a ser escravizados pelos bárbaros?

Será muito melhor poupá-los.

Assim, não só não teremos escravos helenos, como aconselharemos os demais helenos nesse sentido.

Perfeitamente, disse; unidos, desse modo, contra os bárbaros, poupar-se-ão reciprocamente.

E o seguinte, perguntei: o costume de despojar os cadáveres depois da vitória, com exceção das armas, parece-te recomendável? Semelhante prática não servirá de desculpa para os pusilânimes, que se julgam d dispensados de enfrentar o adversário, como se estivessem cumprindo seu dever, simplesmente com se agacharem junto dos mortos? Tanto mais que muitos exércitos já se perderam por causa de tal rapacidade.

Sem dúvida.

Não te parece vilania e cupidez espoliar cadáveres, e pensamento mesquinho, mais próprio de mulheres, considerar inimigo o corpo sem vida, quando, de fato, o inimigo já voou para longe, deixando ali apenas o seu equipamento de combate? Encontras alguma diferença e entre os que procedem desse jeito e os cães que se enfurecem contra a pedra que os atinge, mas não tocam em quem a atirou?

Não há a menor diferença, respondeu.

Suprimamos, portanto, o costume de despojar cadáveres e a proibição de sepultá-los.

Sim, por Zeus, é o que faremos, respondeu.

XVI – Assim, também, não levaremos as armas aos templos para consagrá-las aos deuses, principalmente as dos helenos, já que temos empenho 470 a em demonstrar nossa benevolência com relação a todos eles. Não! Devemos ter medo, até, de constituir profanação do templo a consagração de despojos tomados de parentes, a menos que a própria divindade determine de outro modo.

É muito certo, disse.

Prossigamos: e quando tratar-se de devastar o território de povos helenos ou de incendiar-lhes as casas, como imaginas que se comportarão nossos guerreiros, com relação aos inimigos?

Ouvirei com muito prazer tua opinião a esse respeito.

b No meu modo de pensar, lhe falei, não deve ser feita nem uma coisa nem outra, mas apenas carregar a safra do ano. Queres que te explique por que aconselho essa medida?

Sem dúvida.

O que me parece é que, se dois nomes são pronunciados: guerra e sedição, é por serem distintos e corresponderem a coisas diferentes, a saber: de uma parte, aliado e consangüíneo, e de outra, indiferente e estrangeiro. A luta entre parentes chama-se sedição; entre estranhos, guerra.

É muito interessante essa distinção.

c Então, vê se também te parece interessante a seguinte: o que afirmo é que os povos helenos são aparentados e consangüíneos, enquanto para eles os bárbaros são estranhos e sem nenhuma relação de parentesco.

Muito bem.

Assim, sempre que os bárbaros brigarem com os helenos ou os helenos com os bárbaros, diremos que se guerreiam e que são inimigos naturais, merecendo o nome de guerra semelhante pendência. Porém, lutarem helenos contra helenos, sempre que assim procederem, diremos que deviam ser amigos naturais, mas que nesse caso a

d Hélade está doente e dividida, sendo preciso dar o nome de discórdia a essa dissensão.

Eu, pelo menos, disse, concordo inteiramente com essa maneira de pensar.

Considera agora, continuei, às luzes dessa definição, quando há discórdia e cisão na cidade, sempre que os dois partidos devastarem o território dos respectivos adversários e lhes queimarem as casas, quão funestas não terão de ser, e quão pouco amigos da pátria se revelarão os dois partidos, pois de outro modo não se atreveriam a dilacerar assim a própria ama e mãe. O razoável, para o vencedor, seria apoderar-se

e das colheitas do vencido, e, no mais, considerar que ainda virão a reconciliar-se e que não se guerrearão o tempo todo.

Muito mais branda, sem dúvida, observou, é essa maneira de pensar.

E então? perguntei: a cidade que pretendes fundar não fará parte da Hélade?

Necessariamente, respondeu.

E seus habitantes, não terão de ser bons e inofensivos?

Muito.

E não serão amigos dos helenos e se considerarão membros da família da Hélade e não freqüentarão, como os demais helenos, os mesmos santuários?

Sem dúvida.

Nesse caso, as divergências dos helenos devem ser
471 a consideradas simples rixas entre parentes, não vindo a receber o nome de guerra.

Não, evidentemente.

Logo, brigarão sempre com a possibilidade de se reconciliarem.

Perfeitamente.

Por meios brandos, portanto, procurarão chamá-los à razão, sem reduzi-los à escravidão nem extermina-los, por não se considerarem inimigos deles, mas apenas punidores.

É muito certo, observou.

Assim sendo, na qualidade de helenos não devastarão o solo da Hélade ou incendiarão casas, nem considerarão como inimigos os moradores de determinada cidade,
b homens, mulheres e crianças, mas apenas uns poucos, os causadores, propriamente, do dissídio. Por isso mesmo, nem hão de querer devastar-lhes o território nem destruir-lhes as casas, pois contam lá com muitos amigos, só prolongando a luta até o instante em que os culpados sejam obrigados pelas vítimas inocentes a dar-lhes satisfações.

Reconheço, me disse, que é como, realmente, devemos proceder com relação aos nossos adversários;

mas com os bárbaros, faremos como presentemente se comportam os helenos entre si.

Então, promulguemos uma lei para nossos guardas, c que os proíba de devastar a terra e incendiar casas.

É o que faremos, respondeu, além de considerarmo-la tão boa como as anteriores.

XVII – Porém, quer parecer-me, Sócrates, que se te deixarem falar dessa maneira, nunca mais te lembrarás da questão que puseste de lado para te alargares em tantas considerações, a saber, se é ou não exeqüível uma constituição desse tipo e quais os meios a que se deve recorrer para pô-la em execução. Não tenho a menor dúvida em admitir que, no caso de ser ela possível, tudo correria às mil maravilhas na cidade que a adotasse. E ainda acrescento tudo o que omitiste: os guerreiros se bateriam com maior denodo contra o inimigo, pelo fato d de nenhum abandonar o companheiro, visto se conhecerem todos e se denominarem irmãos, pais e filhos; e no caso de saírem também as mulheres à guerra, quer incorporadas às linhas dos homens, quer na retaguarda, para incutir medo nos inimigos, ou mesmo para a hipótese de reforço, tenho absoluta certeza de que com isso se tornariam invencíveis. Vejo no lar, também, toda a sorte de bens de que desfrutariam e a que não te referiste. E, uma vez que me declaro de acordo contigo e acerca de todas essas vantagens e de mil outras particularidades, no pressuposto de que venha a ser posta em prática tua constituição, interrompe a exposição e trata apenas de convencer-nos de que é exeqüível tal desiderato e de como poderemos alcançá-lo. Deixa de lado tudo o mais.

472 a Com que arrebatamento, lhe disse, fizeste essa espécie de incursão no meu discurso, sem a menor indulgência para minhas indecisões! Certamente não percebeste que no instante em que acabo de livrar-me das duas primeiras ondas, atiras sobre mim a maior e mais perigosa. Só depois de saberes qual seja é que me

desculparás plenamente, por ser mais do que justificada essa vacilação e o receio de emitir uma proposição tão estranha ou de melhor fundamentá-la.

Quanto mais te externares dessa maneira, disse, b menos folga te daremos, até nos contares como será possível semelhante forma de governo. Por isso, fala de uma vez e deixa-te de subterfúgios.

De início, lhe disse, terei de lembrar-vos que foi a investigação sobre a natureza da justiça e da injustiça que nos fez chegar até aqui.

É certo. Mas a que vem isso agora? Perguntou.

A nada. Porém, se conseguirmos, de algum modo, descobrir o que é a justiça, iremos exigir que o homem justo não difira dela em coisa alguma, mas que seja em c tudo exatamente como a justiça, ou nos satisfaremos apenas com o fato de aproximar-se dela o mais possível e de reproduzir-lhe os traços em grau maior do que o resto dos homens?

Sim, respondeu; com isso nos satisfaremos.

Um paradigma, portanto, é o que desejávamos alcançar, quando procurávamos saber como é a justiça em si mesma e o homem inteiramente justo, se é que pode haver alguém nessas condições, e também a injustiça e o indivíduo injusto em grau máximo. Assim, com os olhos fixos nesses dois tipos, no que respeita à felicidade d que revelarem, ou o contrário disso, seremos forçados a concluir para nós mesmos que quanto mais nos assemelharmos a um ou a outro, tanto mais igual à deles será a nossa sorte, respectivamente, sem a intenção de demonstrar que esses dois modelos podem realmente existir.

A esse respeito, disse, tens toda a razão.

És, porventura, de parecer que carecerá de merecimento o pintor que, depois de nos apresentar o tipo ideal do homem belo e de ter trabalhado nele com dedicação, fosse incapaz de provar a existência de um indivíduo como aquele?

Não, por Zeus, respondeu.

e E então? E nós, não apresentamos, também, em nosso discurso um modelo da cidade perfeita?

Apresentamos.

E acreditas que ficaremos em situação inferior, se não pudermos demonstrar que é possível fundar uma cidade como a que descrevemos?

De forma alguma, respondeu.

Essa é a verdade, continuei. Mas, se eu tiver de fazer-te a vontade nesse particular, para mostrar como poderemos alcançar semelhante desiderato e quais sejam as suas maiores possibilidades, por tua parte terás de fazer-me outras tantas concessões.

Quais?

473 a É possível realizar seja o que for exatamente como dissemos? Não faz parte da natureza das coisas que a execução se aproxime menos da verdade do que a palavra, embora não o pareça? Concedes-me esse ponto ou não?

Concedo, respondeu.

Por isso mesmo, não deves exigir que tudo quanto expusemos em nossa dissertação venha a realizar-se com todas as minúcias. Se conseguimos descobrir como se funda uma cidade do modo mais consentâneo com nossa descrição, terás de admitir que descobrimos a maneira b de realizar o que pediste. Não te agrada esse resultado? Eu, por mim, declaro-me satisfeito.

A mim também agrada, respondeu.

XVIII – Depois disso, ao que parece, precisamos procurar e demonstrar o que está errado em nossas cidades, por não serem constituídas da maneira que dissemos, e também determinar a modificação mínima que seria preciso introduzir para que elas alcançassem forma verdadeira. O ideal seria modificar um ponto, apenas; dois, no máximo. De qualquer jeito, o menor número possível, e todos de importância secundária.

c De inteiro acordo, respondeu.

Com uma única modificação, lhe disse, estou certo de que a cidade se transformaria, conquanto não se trate de alteração pequena nem fácil de fazer; porém, é realizável.

Qual é? perguntou.

Eis-nos chegado, continuei, ao que há pouco comparei com a maior onda. Mas vou dizer o que seja, ainda mesmo que a onda arrebente e me cubra de vergonha e ridículo. Presta a máxima atenção ao que passo a referir.

Podes falar, me disse.

d A não ser, prossegui, que os filósofos cheguem a reinar nas cidades ou que os denominados reis e potentados se ponham a filosofar seriamente e em profundidade, vindo a unir-se, por conseguinte, o poder político e a Filosofia, e que sejam afastados à força os indivíduos que se dedicam em separado a cada uma dessas atividades, não poderão cessar, meu caro Glauco, os males das cidades, nem, ainda, segundo penso, os do gênero humano. Antes disso, e não se concretizará no mínimo nem verá a luz do sol a constituição cujo traçado acabamos de esboçar. Era isso o que há muito eu receava declarar, por ver como destoa da opinião comum. É difícil compreender que de outra forma não poderá haver felicidade, nem pública nem particular.

E ele: Sócrates, disse, que palavra e conceito acabas de enunciar, bastante idôneo, podes crer, para levar muita 474 a gente, e não de todo desprezível, a jogar longe as vestes e, despidos, lançar mão da primeira arma que encontrarem, para caírem com ímpeto sobre ti e praticarem maravilhas! Por isso, se não te defenderes com argumentos adequados e não te puseres a salvo, como castigo te tornarás objeto de galhofa.

E não és o culpado disso? perguntei.

Do que, aliás, não me arrependo, respondeu. Porém, não tenciono abandonar-te; defender-te-ei na medida das minhas forças; mas só posso fazê-lo com boa vontade e

expressões animadoras; sim, talvez te responda com
b mais cuidado do que o faria qualquer outra pessoa. Com um defensor assim ao teu lado, trata de demonstrar aos incrédulos que tudo, realmente, se passa como disseste.

Vou tentá-lo, respondi; máxime por me ofereceres ajuda de tal porte. Parece-me necessário, no caso de querermos escapar das pessoas a que te referiste, explicar-lhes quem tínhamos em mente quando ousamos afirmar que os filósofos precisavam dirigir a cidade. Só depois de aceito isso é que poderá alguém defender-se, com mostrar-lhes que por natureza compete a uns poucos dedicar-se à Filosofia e governar a cidade, e a todo o
c resto abster-se daquele estudo e obedecer aos governantes.

Chegou o momento, disse, de fazermos essa distinção.

Acompanha-me, para vermos se de um jeito ou de outro me revelo bom guia.

Então, segue na frente.

Haverá necessidade de lembrar-te, perguntei, ou tu mesmo farás a reflexão de que, quando dizemos que alguém ama alguma coisa, a estar correta a expressão, será preciso que não ame apenas umas partes com exclusão de outras, porém o todo?

XIX – Parece que terás de avivar-me a memória; não
d apanhei o que queres dizer.

Essas palavras, Glauco, só ficariam bem na boca de outra pessoa. Quem tem experiência de amor não pode ignorar que os moços na flor da idade estimulam e abalam fortemente os amantes e admiradores dos jovens, pois todos eles se consideram merecedores de seu afeto e atenções. Não é assim que fazeis com os rapazes de bela aparência? Se é de nariz arrebitado, dizeis que é gracioso, passando todos a elogiá-lo. O nariz de papagaio daquele, achais que lhe confere certo ar de realeza, como declarais
e bem proporcionado o que não apresenta traços exagerados

nem num nem noutro sentido. Os morenos têm aspecto viril; os de tez clara são descendentes dos deuses. E a palidez do mel, não te parece eufemismo criado por algum amante conformado com a cor do seu querido, bastando para isso que estivesse na flor da idade? Em

475 a suma: todas as desculpas vos servem e sempre encontrais o que dizer, contanto que não fique excluído nenhum jovem nessa idade florida.

Se queres tomar-me como paradigma, para concluir que todos os apaixonados assim procedem, declaro-me de acordo contigo, por amor ao nosso tema.

E então? lhe perguntei: não vês que a mesma coisa fazem os apreciadores de vinho? Não há pretexto de que não lancem mão para provarem seja que vinho for.

É certo.

O mesmo fato, quero crer, poderás observar nos ambiciosos: quando não podem comandar um exército, contentam-se com um pelotão, e se não se vêem

b distinguidos por pessoas graduadas e de importância, alegram-se com sê-lo por gentinha sem valor, contanto que se sintam alvo de alguma deferência.

É muito certo.

Agora responde sim ou não ao seguinte: quando dizemos que alguém cobiça alguma coisa, entendemos com isso que essa pessoa apetece tudo o que tal conceito abarca, ou apenas uma parte, com exclusão de outra?

Tudo, respondeu.

E com respeito ao filósofo, não dizemos que aspira à sabedoria, porém, não a esta ou àquela parte, senão a toda ela?

Certo.

c E quem não revela amor ao estudo, principalmente na mocidade, quando ainda não se encontra em condições de avaliar o que é útil ou o que o não é? De um indivíduo nessas condições não dizemos que goste de aprender ou que seja filósofo, como da pessoa que sentisse repugnância para a comida não diríamos também que tem fome e apetece comer, ou que seja glutão, porém, que é mau comedor.

E com razão, assim nos expressáramos.

E o que se mostra disposto a provar todas as variedades de conhecimento e se aplica com alegria ao estudo, sem nunca revelar fastio, com todo o direito podemos denominá-lo filósofo. Ou não?

A isso Glauco respondeu: gente desse feitio

d encontrarás aos montes. A meu ver, todos os amadores de espetáculos se incluem nessa categoria, tão-somente pelo prazer de aprender alguma coisa. Há também os que se deixam levar pelo ouvido, tipos esquisitos, que ficariam deslocados entre os filósofos. Esses não se mexeriam para ouvir discursos sérios ou uma dissertação como a de agora. No entanto, vão a todas as festas de Dioniso, como se tivessem alugado as orelhas, sem perder uma única função, tanto na cidade como no campo. A

e todos esses e aos que se aplicam ao estudo de artes insignificantes daremos o nome de filósofos?

De forma alguma, respondi; de filósofos têm apenas a aparência.

XX – E para ti, perguntou, quais são os verdadeiros filósofos?

Os que se comprazem, disse, na contemplação da verdade.

É muito certo, objetou; mas, como explicas semelhante fato?

Não me fora fácil explicar, lhe disse, se estivesse a tratar com outra pessoa. Mas tenho certeza de que vais concordar com o seguinte.

Que é?

Uma vez que o belo é o oposto do feio, trata-se de

476 a dois conceitos.

Como não?

Se são dois, cada um constitui uma unidade.

Isso também.

O mesmo é válido para os conceitos do justo e do injusto, do bem e do mal, e para todos, isoladamente considerados: constituem unidades; mas, como cada um

deles só nos surge em combinação com outro, com corpos e ações, por isso nos parece múltiplo.

É justo o que dizes, observou.

Nessa base, continuei, estabeleço a seguinte distinção: de um lado coloco os que há momentos denominaste amadores de espetáculos, os amigos das b artes e os homens práticos, e num grupo à parte os a que nos referimos, os únicos que fazem jus à denominação de filósofos.

Em que consiste a distinção? perguntou.

Os amadores de sons e de espetáculos, continuei, deleitam-se com as belas vozes, as cores e as formas belas e todas as obras trabalhadas com perfeição; porém, são de entendimento incapaz de perceber e de amar a natureza do belo em si.

É realmente o que se dá, observou.

E os que são capazes de elevar-se até ao belo e de c contemplá-lo, não serão extremamente raros?

Sem dúvida.

Quem aceita a existência de coisas belas, porém nem acredita que possa existir a beleza em si mesma, nem admitiria que o levassem até esse conhecimento, és de opinião que vive a sonhar ou que esteja acordado? Reflete um pouco: Sonhar, para alguém, quer esteja dormindo, quer esteja desperto, não consiste em tomar a imagem de alguma coisa, não pelo que ela é como imagem, mas pela própria coisa com a qual ela se parece?

Eu, pelo menos, respondeu, direi que um indivíduo nessas condições está sonhando.

E agora: quem, ao contrário disso, admite a existência do belo em si e se mostra capaz de contemplá-lo, assim d como as coisas que dele participam, sem jamais confundir umas com as outras, como te parece que viva: sonhando ou acordado?

Bem acordado, respondeu.

Por tudo isso, não estaremos certos em dar o nome de conhecimento ao pensamento do indivíduo que conhece, e o de opinião ao que simplesmente conjectura?

Perfeitamente.

E no caso de zangar-se conosco o indivíduo de quem dissemos que apenas conjectura, e contestar a verdade do que afirmamos, não seria aconselhável acalmá-lo e

e falar-lhe com boas maneiras, sem dar-lhe a perceber que se encontra perturbado?

Sim, disse; é o que teríamos de fazer.

Então vem, para combinarmos o que fora preciso dizer-lhe. Ou preferes que lhe falemos da seguinte maneira, com assegurar-lhe que ninguém tem inveja do que ele possa saber e que só nos rejubilamos com esse fato? Responde-nos, portanto, lhe diríamos, ao seguinte: quem conhece, conhece alguma coisa, ou não conhece nada? Responde tu por ele.

Minha resposta, replicou, seria que conhece alguma coisa.

Que existe ou que não existe?

477 a Que existe; como poderia ser conhecido o que não existe?

Sabemos, portanto, com segurança acima de toda exceção, seja qual for o aspecto por que estudemos o problema, que o que tem existência perfeita é perfeitamente conhecível, e que não podemos conhecer o que não existe de maneira nenhuma.

Com toda a segurança, respondeu.

Muito bem. Mas, se houver coisas de tal modo constituídas que possam existir ou não existir, não terão de ocupar posição intermédia entre o ser puro e o não-ser absoluto?

Sim, intermédia, respondeu.

Sendo assim, se o conhecimento corresponde ao ser,

b e a ignorância necessariamente ao não-ser, será preciso procurar algo intermediário para o que ocupa posição intermédia entre o conhecimento e a ignorância, no caso de existir alguma coisa desse gênero.

Perfeitamente.

Poderemos dizer que essa qualquer coisa é a opinião?

Sem dúvida.

É faculdade diferente do conhecimento ou igual a ele?

Diferente.

Nesse caso, a opinião diz respeito a uma ordem de coisas e o conhecimento a outra, diferente daquela, de acordo com as respectivas faculdades.

Exato.

E o conhecimento, não se relaciona, por natureza, com o ser, para investigar o que ele seja? Porém, antes de prosseguirmos, sou de parecer que precisamos firmar uma distinção.

Qual é?

c XXI – Dizemos que as faculdades são uma espécie de existência, por meio das quais fazemos o que fazemos como tudo o mais que, de um jeito ou de outro, realiza alguma coisa. Exemplificando, direi que a vista e o ouvido são faculdades, se é que compreendes o que pretendo exprimir com esse conceito.

Compreendo, sem dúvida, respondeu.

Ouve, então, o que eu penso a tal respeito. Numa faculdade eu não distingo nem cor nem forma, nem nada semelhante, como em muitos outros objetos, cuja percepção me permite dizer para mim mesmo que uns são de uma forma e outros de forma d diferente. Nas faculdades só considero sua maneira de atuar e os resultados que venham a produzir. Com base nisso, a cada uma dou designação particular, dizendo que é a mesma faculdade o que atua do mesmo modo e produz idênticos efeitos, ou que são diferentes, no caso de ser diversa a atuação de cada uma e muitos outros os resultados. E tu, como procedes?

Assim mesmo, respondeu.

Então, meu caro, lhe falei, voltemos ao nosso ponto: achas que o conhecimento é uma faculdade ou em que gênero o classificas?

e Neste mesmo, respondeu; é a mais poderosa das faculdades.

E a opinião, classificaremos entre as faculdades ou numa classe diferente?

De forma alguma, respondeu; porque opinião é justamente o que nos permite formar opiniões.

Porém, há pouco admitiste que não é a mesma coisa conhecimento e opinião.

Como poderia qualquer pessoa de senso confundir o que é infalível com o que erra?

Bela resposta, lhe falei. É claro, por conseguinte, que estamos de acordo sobre a diversidade existente entre
478 a conhecimento e opinião.

Sim, são diferentes.

Logo, se cada um tem diferente esfera de ação, é que são diferentes por natureza.

Necessariamente.

O conhecimento não tem por objeto o ser, para determinar sua natureza?

Tem.

E a opinião, conforme afirmamos, permite conjecturar?

Permite.

A respeito da mesma coisa que o conhecimento conhece? Então, o objeto do conhecimento é o mesmo que o da opinião? Ou não será isso possível?

É impossível, respondeu, de acordo com o que já assentamos. No caso de ter cada faculdade, por natureza, diferente maneira de atuar, e de serem faculdades diferentes o conhecimento e a opinião, como afirmamos,
b não poderá dar-se que sejam idênticos o conhecimento e a opinião.

Logo, se o ser é objeto do conhecimento, algo diferente terá de constituir o da opinião.

Sim, diferente.

Nesse caso, o objeto da opinião é o não-ser. Mas será possível imaginar o não-ser? Reflete bem. Quem forma opinião não a relaciona com determinada coisa?

Ou será, de fato, possível formar uma opinião que seja opinião de nada?

É impossível.

Assim, quem forma opinião, o faz acerca de alguma coisa.

Sem dúvida.

Porém o não-ser não poderá ser algo determinado; c em rigor, teríamos de dar-lhe o nome de nada.

Perfeitamente.

Assim, por força precisaremos relacionar o não-ser com ignorância, e o ser com conhecimento.

É certo, respondeu.

Nesse caso, a opinião não diz respeito nem ao ser nem ao não-ser?

Não, de fato.

Não poderá ser, portanto, nem conhecimento nem ignorância.

Parece que sim.

Então, ficará à parte, e ultrapassará tanto o conhecimento em clareza como a ignorância em obscuridade?

Nem uma coisa, nem outra.

Pelo que vejo, és de parecer que a opinião é mais escura que o conhecimento e mais clara do que a ignorância?

Muito mais! respondeu.

Está, por conseguinte, entre os dois?

Isso mesmo.

d Assim, opinião viria a constituir um meio-termo entre ambos.

Sem dúvida.

Porém, já admitimos há pouco que se alguma coisa parecesse ao mesmo tempo existente e não existente, essa coisa ficaria a meio caminho entre o ser puro e o não-ser absoluto, sem relacionar-se nem com o conhecimento nem com a ignorância, mas com alguma faculdade eqüidistante do conhecimento e da ignorância.

Certo.

Mas agora mesmo verificamos que entre essas duas faculdades se encontra o que denominamos opinião.

Foi, realmente, o que se deu.

e XXII – Pelo que vejo, só nos falta encontrar o que participe de ambos, o ser e o não-ser, mas que, em rigor, não podemos denominar, pura e simplesmente, nem de uma forma nem de outra. Uma vez encontrado esse termo desconhecido, com todo o direito poderemos afirmar que é objeto da opinião e atribuir aos extremos as faculdades extremas e ao meio a faculdade mediana. Não é assim mesmo?

Certo.

Assentado esse ponto, fale então e me responda 479 a aquele varão prestantíssimo que não acredita na existência do belo em si e na idéia da beleza que em todas as manifestações do belo se conserva idêntica a si mesma; para esse amigo de espetáculos, o belo está sempre no plural, motivo por que não admite que lhe falem em unidade da beleza ou da justiça ou do que quer que seja. Entre tantas coisas belas, meu caro, lhe diríamos, não haverá nenhuma que não possa parecer feia? Como entre as justas uma, apenas, que pareça injusta, e entre as piedosas, também alguma impiedosa?

Não, respondeu; sob algum aspecto, forçosamente b as coisas belas também podem parecer-nos feias, e assim com tudo o mais a que te referiste.

E muitas quantidades duplas, não parecem ser tanto duplas como divididas?

Certo.

E as coisas grandes ou pequenas, leves ou pesadas, não podem ser designadas tanto pelos nomes que por vezes lhes aplicamos como pelas expressões contrárias?

Não, disse; todas elas participam a um só tempo de ambas as propriedades.

E cada uma dessas numerosas coisas, será de preferência o que dizemos que seja, ou não será?

Parecem-se muito, respondeu, com essas adivinhas de sentido duplo propostas nos banquetes, ou com o c enigma infantil do eunuco que acertou uma pancada no morcego, em que se tem de dizer com que e sobre que ele o atingiu. Essas coisas também apresentam duplo sentido, sendo impossível conceber exatamente qualquer delas nem como ser nem como não-ser, nem como os dois ao mesmo tempo, ou nenhum deles.

Sabes o que terás de fazer? lhe perguntei; poderá haver melhor colocação para ambas do que entre o não-ser e o ser? Aí não poderão ser mais obscuras do que o não-ser nem ultrapassá-lo em inexistência, nem d mais claras e mais existentes do que o ser.

É muito certo, disse.

Desse modo, ao que parece, descobrimos que as idéias da maioria dos homens a respeito do belo e de outros conceitos semelhantes giram numa região intermediária entre o não-ser e o verdadeiro ser.

Foi o que, realmente, descobrimos.

Antes, porém, assentáramos que se se nos apresentasse alguma coisa desse tipo, teríamos de declará-la objeto da opinião, não do conhecimento, pois o que oscila entre aqueles extremos só pode ser apreendido pela faculdade intermediária.

Sim, assentamos isso mesmo.

De todas as pessoas, portanto, que vêem muitas e coisas belas, porém não contemplam a beleza em si mesma nem são capazes de acompanhar os que as concitam a contemplá-la, e muitas coisas justas, porém não a justiça em si, e tudo o mais pela mesma forma, diremos que apenas têm opinião mas que desconhecem de todo o objeto de suas conjecturas.

Necessariamente.

E a respeito dos que contemplam as coisas como são em si mesmas e sempre idênticas a si mesmas, não poderemos legitimamente dizer que não conjecturam, mas que conhecem?

Isso, também, forçoso é que assim seja.

Desses, por conseguinte, diremos também que amam e se inclinam para as coisas de que há conhecimento, e dos outros, para as que são objeto de simples conjectura? Ou já não nos lembramos do que dissemos antes: que estes se afeiçoam mais aos belos sons e às cores e a tudo o mais da mesma espécie, e se comprazem na sua contemplação, porém, não admitem a existência da beleza em si mesma?

480 a

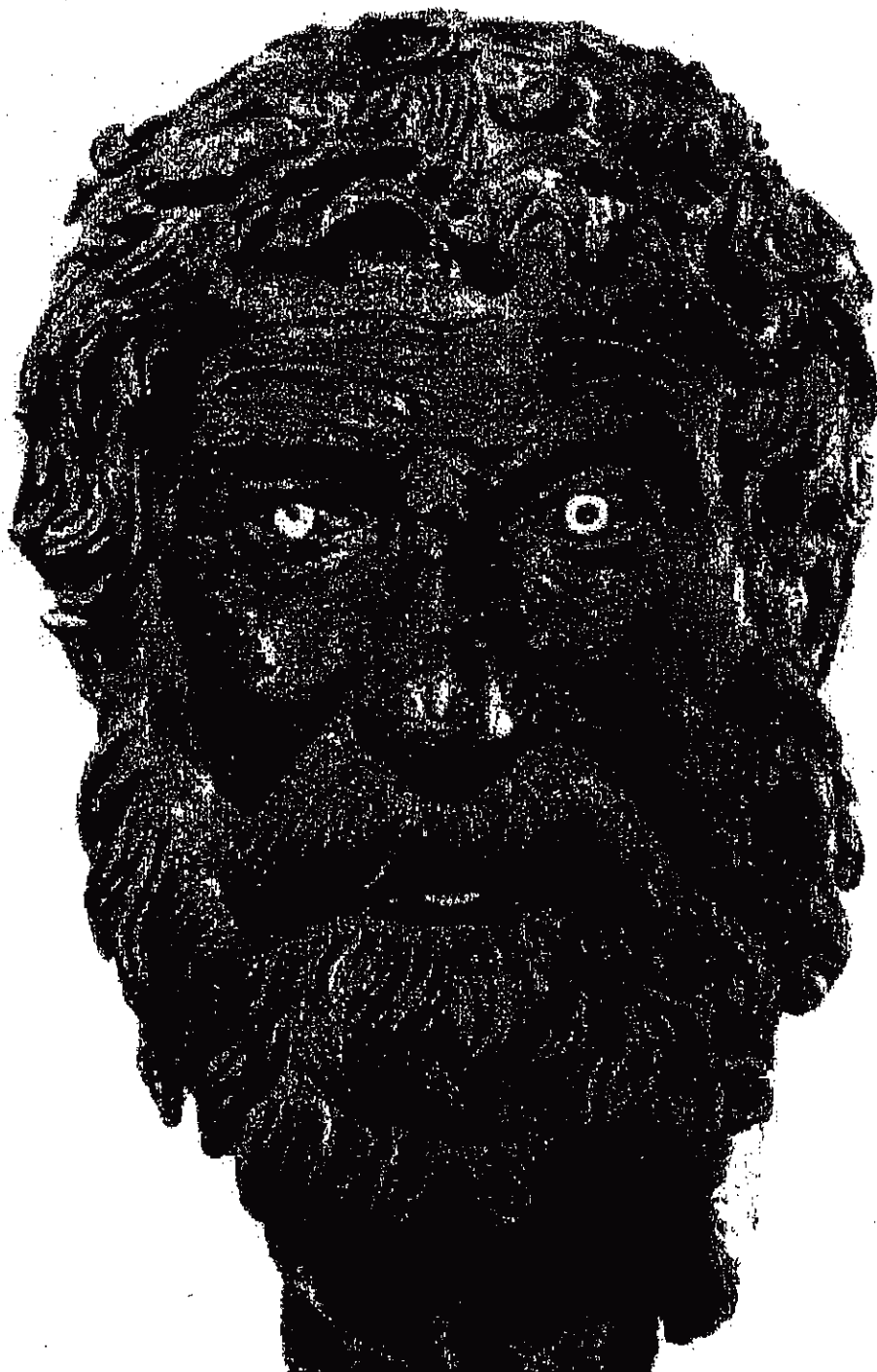
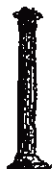
Lembramo-nos, sem dúvida.

Cometeremos, então, alguma impropriedade, se dissermos que são mais amigos da opinião do que da sabedoria? E zangar-se-ão conosco por os tratarmos desse modo?

Não, se me ouvirem, respondeu; não é direito zangar-se alguém com a verdade.

Nesse caso, teremos de denominar filósofos e amigos da sabedoria os que se comprazem com a essência das coisas, não amigos da opinião.

Perfeitamente.

Livro VI

484 a I – Só depois, Glauco, de uma digressão longa e laboriosa, continuei, foi que se nos patentearam os que são filósofos e os que o não são.

Decerto não teria sido fácil, respondeu, chegar a esse mesmo resultado com uma exposição mais curta.

Não o creio, lhe disse; estou convencido de que alcançaríamos mais depressa nosso intento se tivéssemos de tratar apenas desse assunto, sem fazermos tantas b digressões, para determinarmos em que a vida do homem justo difere da do injusto.

Depois disso, perguntou, que nos resta considerar?

Que mais, lhe respondi, senão o que vem logo em seguida? Uma vez que filósofo é o indivíduo capaz de apreender o ser eternamente imutável, e os demais não, por se perderem os não filósofos na esfera do múltiplo e variável, a qual deles compete dirigir a cidade?

De que maneira devemos expressar-nos, disse, para responder com propriedade?

Dos dois o que se revelar capaz de cuidar das leis e c instituições da cidade, esse deverá ser escolhido para guarda.

É muito certo, observou.

Porém, não é mais do que claro que não pode haver vacilação na escolha de um guarda seja do que for, entre um cego e uma pessoa de vista penetrante?

Como não há de ser claro? perguntou.

E achas, porventura, que diferem dos cegos os indivíduos carecentes, realmente, do conhecimento da essência das coisas, e que não trazem na alma nenhum modelo claro, nem vêem, como os pintores, a verdade ideal a que sempre se reportam com a maior nitidez d possível, para depois estabelecerem entre nós as leis do belo, do justo e do bem, no caso de ainda não haverem sido fixadas, ou para guardar e preservar as já existentes?

Não, por Zeus, foi a sua resposta; não há grande diferença.

Escolhermos esses, de preferência, para os estabelecermos como guardas, ou os que conhecem tudo o que existe e que em matéria de experiência em nada ficam a dever àqueles nem lhes são inferiores em nenhuma parte da virtude?

Fora absurdo, sem dúvida, escolher outros, respondeu, uma vez que estes em nada deixam a desejar. É nisso, precisamente, que consiste a sua maior vantagem.

485 a Agora teremos de mostrar de que modo eles conseguem unir as duas coisas.

Perfeitamente.

Como dissemos no começo do presente estudo, de início precisaremos compreender sua natureza, estando eu certo de que se concertarmos neste ponto, haveremos também de admitir que lhes é possível reunir numa só pessoa as duas qualidades e que ninguém mais, senão eles, terão de ser guias do nosso burgo.

De que modo?

II – Com relação à natureza dos filósofos, devemos aceitar como fato irretorquível que estes são b apaixonados do conhecimento capaz de revelar algo daquela essência eterna que não oscila entre o nascimento e a destruição.

Aceitemos.

E também, continuei, que a desejam inteira, não se decidindo a abrir mão de nenhuma de suas partes, grandes ou pequenas, de maior ou menor valor, conforme já mostramos a respeito dos ambiciosos e apaixonados.

Falaste com acerto, observou.

De seguida, considera se os que precisam ser como c disseram, não terão necessariamente de possuir na alma uma outra qualidade.

Qual?

A veracidade e o firme desejo de nunca admitir conscientemente a mentira, porém odiá-la, e amar a verdade.

É muito possível, respondeu.

Não é apenas possível, caro amigo, mas absolutamente necessário que o indivíduo amoroso por natureza se compraza em tudo o que pertença ao objeto amado ou tenha com ele alguma afinidade.

É justo, respondeu.

E serás capaz de achar algo de maior afinidade com a sabedoria do que a verdade?

Como fora possível? perguntou.

Logo, a mesma natureza não poderá ser a um só

d tempo amiga da sabedoria e da falsidade.

De jeito nenhum.

Como terá de esforçar-se ao máximo, desde moço, o verdadeiro amante do conhecimento para alcançar toda a verdade.

Seguramente.

Porém, sempre que os desejos se dirigem no sentido de um só objeto, sabemos muito bem que para tudo o mais se revelam fracos, como se a corrente tivesse sido desviada para aquele lado.

Como não?

A pessoa em que os desejos são dirigidos para o estudo ou atividades semelhantes, essa, no meu modo de pensar, se alegra com os prazeres peculiares à alma e se abstém por completo dos prazeres corpóreos, no caso, bem entendido, de não ser filósofo apenas de fachada,

e mas de verdade.

Necessariamente.

Um homem assim terá de ser temperante e de forma alguma cobiçoso de dinheiro, pois os motivos que levam alguém à aquisição de riquezas estarão mais de acordo com o caráter de qualquer outra pessoa do que com o dele.

Isso mesmo.

Outro ponto precisarás também considerar, se

486 a. quiseres estabelecer a distinção entre a natureza filosófica e a que o não for.

Qual?

Para que não te passe despercebido nela algum traço menos nobre, nada pode ser mais antagônico do que a baixeza para uma alma que se esforça permanentemente para alcançar o conjunto das coisas divinas e humanas em universal.

É muito certo, disse.

Quem é dotado de espírito elevado e abarca com a vista o tempo todo o conjunto das coisas, achas mesmo que a vida humana se lhe afigure algo de grande relevância?

Impossível, respondeu.

Nesse caso, um indivíduo assim não poderá também

b ter a morte na conta de qualquer coisa temerosa?

De forma alguma.

Uma natureza pusilânime e servil, ao que parece, não participará da verdadeira Filosofia.

Acho que não.

E agora? O indivíduo modesto, nada cúpido nem servil, sem vaidade e covardia, poderá ser injusto e intratável no convívio social?

De forma alguma.

Quando quiseres, por conseguinte, determinar se uma alma é ou não filosófica, terás de examiná-la desde os mais tenros anos, para ver se é justa e meiga ou rude e insociável.

Perfeitamente.

c Nem te descuidarás, tenho certeza, do seguinte.

De quê?

Se aprende com facilidade ou se é obtusa. Ou achas que alguém possa apreciar alguma atividade que só lhe causa enfado e em que o avanço é mínimo em relação com o esforço despendido?

Não pode ser.

Mais: na hipótese de nada reter do que aprendeu, por ser esquecido ao extremo, poderá terminar de outro modo que não seja vazio de saber?

Como fora possível?

E se sempre se esforçar inutilmente, não te parece que acabará por criar ódio a si mesmo e a essa ocupação?

d Sem dúvida.

A memória

Logo, a alma desprovida de memória não será por nós incluída entre as de natureza filosófica. Pelo contrário, a que procuramos deverá ser dotada de boa retentiva.

Perfeitamente.

Como diremos que as almas inarmônicas e mal conformadas só se inclinam para o desregramento.

Certo.

E a verdade, consideras aparentada com o desregramento ou com a moderação?

Com a moderação.

Logo, além de ser dotado de outras qualidades, teremos de procurar um espírito moderado e gracioso por natureza e que se deixe guiar facilmente para a e verdadeira essência de cada coisa.

Isso mesmo.

E agora? Não és de parecer que todas as qualidades por nós enumeradas estão intimamente ligadas entre si e são indispensáveis para a alma desejosa de atingir o pleno e perfeito conhecimento do ser?

487 a São absolutamente necessárias, respondeu.

E poderias, ademais, criticar sob qualquer aspecto a atividade que não chega a ser exercida a contento por quem não for naturalmente dotado de memória, inteligência, magnanimidade e graça, além de ser amigo e aliado da justiça, da coragem e da temperança?

Nem o próprio Momo, disse, encontraria o que criticar.

E não será apenas a homens como esses, perguntei, aperfeiçoados pela idade e pela educação, que entregarias a cidade?

III – Neste passo Adimanto interpelou-me: Sócrates, a respeito de tudo isso, ninguém poderá opor-te a menor objeção. Mas, sempre se passa o seguinte com os que te ouvem discretear como agora: imaginam que por falta de prática de perguntar e responder, no desenrolar da exposição, a cada pergunta são desviados um pouquinho da verdade, de forma que no fim do diálogo a soma de todas essas pequeninas diferenças faz aparecer um erro enorme, oposto à tese inicial, e da mesma forma que no gamão os jogadores inexperientes são encurralados pelos mais hábeis, sem poderem sair do lugar: assim, também, eles se sentem encurralados e reduzidos ao silêncio nesta modalidade de gamão em que as palavras servem de pedras, sem que em tudo isso venha a lucrar a verdade. Expresso-me desta maneira com vistas ao presente. Alguém poderia dizer que no decorrer da argumentação não tem o que objetar a cada uma de tuas perguntas, isoladamente consideradas, mas que na prática verifica-se o seguinte: as pessoas que se dedicam ao estudo da Filosofia, não como simples complemento da educação, na mocidade, para abandoná-la mais adiante, porém, continuam a cultivá-la na idade adulta, em sua grande maioria tornam-se maçantes, para não dizer perversos de todo, sendo que nem os mais razoáveis conseguem melhor resultado com o estudo que tanto preconizas, a não ser tornarem-se inúteis para a vida da cidade.

E eu, depois de ouvi-lo: então achas, perguntei, que não exprimem a verdade os que falam desse modo?

Não saberei dizê-lo, respondeu; mas de muito bom grado ouvirei tua opinião a esse respeito.

Pois vais ouvi-la: a meu ver, eles têm razão.

Então, como poderá ser certo, perguntou, dizer que os males das cidades não se acabarão antes de assumirem os filósofos o poder, se os declaramos absolutamente imprestáveis para qualquer atividade pública?

Formulas uma pergunta, lhe falei, que só poderá ser respondida com uma imagem.

No entanto, observou, quer parecer-me que em tuas explicações não costumas recorrer a imagens.

IV – Que seja, respondi. Ainda pões-te a brincar, depois de me atirares num assunto difícil de sair. Escuta 488 a agora minha parábola, para te convenceres ainda mais de como sou desajeitado em matéria de comparações. Tão atroz é o tratamento que recebem das cidades os filósofos de maior merecimento, que não há no mundo quem se lhes possa comparar. Para recorrer a uma imagem adequada, precisarei reunir os traços mais disparatados, à maneira dos pintores, quando nos apresentam um cervo-bode ou qualquer outro monstro oriundo de cruzamento desigual. Imagina, portanto, que a cena se passa numa esquadra, ou apenas num navio: o b comandante, em estatura e força excede a toda a marinhagem, porém, é um tanto surdo e de vista que não fica atrás, além de corresponderem a essas deficiências seus conhecimentos de navegação. Os marinheiros disputam entre si a direção do barco, cada qual julgando-se o único capaz de governá-lo, muito embora nunca nenhum tivesse aprendido a arte de navegação nem pudesse apontar o professor que lha ensinara ou o tempo em que aprendera, além de declararem todos, de plano, que ninguém precisa c aprender semelhante arte, e de se mostrarem dispostos a cortar em pedacinhos quem ousasse afirmar que ela pode ser ensinada. A toda hora assediam o comandante, insistindo com ele e fazendo tudo para que lhes entregue o leme; e se acontece um grupo não poder persuadi-lo, parecendo que outros o conseguem, matam-nos ou os jogam por cima da amurada do navio. Quanto ao nobre comandante, inutilizam-no com mandrágora ou bebidas ou qualquer outro expediente, e, apossando-se do barco, fazem mão baixa em tudo o que nele encontram, e, bebendo e comendo à tripa forra, navegam como é de esperar de marinheiros desse estofo. Afora isso, d distinguem com o nome de pilotos, marinheiros e

conhecedores da arte de navegar todos os comparsas que podem ajudá-los a alcançar a direção, seja persuadindo o comandante, seja pelo emprego de força, enquanto tacham de inúteis os que nada sabem fazer nesse sentido. Não têm a mínima noção de que para ser piloto de verdade é preciso estudar o tempo, as estações e o céu, bem como os astros e os ventos e tudo quanto cai no âmbito de sua arte, se quiser, de e fato, comandar o navio. Quanto à maneira de governar os subordinados, esteja ou não de acordo uma parte da tripulação, nunca lhes passou pela cabeça que possa ser adquirida pelo estudo aliado à prática, juntamente com a arte de navegar. Tal sendo a situação do barco, não te parece que o piloto de verdade receberá de 489 a marinheiros desse porte os epítetos de imprestável, parlapatão e contemplador dos astros?

Sem dúvida, disse Adimanto.

Não há necessidade, continuei, de acompanhares mais particularmente o símile, para compreenderes como retrata bem a relação existente entre a cidade e os verdadeiros filósofos; apanhaste o que quero dizer.

É fato, respondeu.

Para começar, conta essa história ao indivíduo que se admira de que os filósofos não gozem de grande b consideração nas cidades, e procura demonstrar-lhe que seria muito mais de admirar se desfrutassem algum prestígio.

Sim, farei isso mesmo, respondeu.

E que também ele tem razão de dizer que os filósofos de valor são de todo em todo inúteis para as multidões. Mas a causa dessa inutilidade, convida-o a atribuir aos que a eles não recorrem, não aos próprios filósofos. Não faz parte da natureza das coisas implorar o piloto aos marinheiros que aceitem a sua direção, nem postarem-se os sábios à porta dos ricos. Errou longe o autor dessa máxima sutil. O certo é o doente – seja rico ou pobre – c bater à porta do médico, e quem precisa ser dirigido procurar a pessoa capaz de governá-lo, não insistir o

comandante junto de seus subordinados para que se deixem governar, sempre que tiver, de fato, merecimento. Não andarás muito longe da verdade, se comparares os políticos do nosso tempo aos marinheiros a que há pouco nos referimos, e com o verdadeiro piloto os que eram chamados pelos marinheiros de inúteis e contempladores dos astros.

É muito certo, observou.

Por essa razão e em semelhantes circunstâncias não é fácil ser estimada a mais nobre profissão pelos que d exercem atividades contrárias. Porém, as maiores e mais odiosas assacadilhas atiradas contra a Filosofia lhe vêm dos que fingem exercer essa mesma atividade, cujos detratores fazes dizer que a maioria dos que se ocupam com a Filosofia é gente ruim a conta inteira e os mais meritórios dentre eles, de todo em todo inúteis, com o que me declaro de inteiro acordo, não é isso mesmo?

Perfeitamente.

V – Desse modo, apresentamos a razão de serem inúteis os homens de merecimento.

Exato.

E depois disso, não quererias que tentássemos demonstrar, na medida do possível, como é inevitável a ruindade da maioria e que também neste particular a e Filosofia não tem culpa?

De inteiro acordo.

Então, vamos ouvir isso e iniciemos nossa exposição com recordar a passagem em que enumeramos as qualidades próprias do indivíduo belo 490 a e nobre por natureza. Se ainda estás lembrado, serve-lhe de guia, em primeiro lugar, a verdade, que por toda a parte e em tudo ele deve acompanhar, pois de nenhum jeito conseguirá um impostor participar da verdadeira Filosofia.

Foi, realmente, o que dissemos.

E essa afirmativa não colide, logo de início, com a opinião corrente a seu respeito?

Sem dúvida, respondeu.

E agora, seria defesa fraca de nossa parte dizer que o verdadeiro amigo da sabedoria se esforça naturalmente
b para atingir o ser, e que em vez de deter-se na multiplicidade dos objetos, simples aparência, prossegue sem desânimo e sem abater um nada de sua paixão inicial até apreender a essência dos fenômenos com a parte da alma determinada para esse fim, por serem da mesma natureza? Aproximando-se, desse modo, do verdadeiro ser e a ele unindo-se, gera a inteligência e a verdade, com o que atinge o conhecimento e vive e se desenvolve verdadeiramente. Só então, nunca antes, é que cessam essas dores de parto.

É a defesa mais justa, respondeu, que se poderia fazer.

E então? Essa pessoa se comprazerá com a mentira, ou terá forçosamente de odiá-la?

c Sim, terá de odiá-la, respondeu.

Quando a verdade serve de guia, não poderemos dizer, tenho certeza, que arraste atrás de si um coro de vícios.

Como fora possível?

Ao contrário: vai de par com a pureza dos costumes e com a justiça, no rasto das quais segue a temperança.

É muito certo, disse.

E os demais componentes do coro, que acompanham a natureza filosófica: haverá necessidade de enumerá-los mais uma vez? Como deves estar lembrado, já dissemos que constituíam seus dotes naturais a coragem, a magnanimidade, a compreensão rápida e a memória. Observaste naquela ocasião que, embora não fosse possível, teoricamente, deixar de concordar com
d semelhante afirmativa, se pusermos de lado as palavras e atentarmos nos indivíduos que com elas se adornam, teremos de admitir que alguns deles são inúteis e a maioria, viciosos ao extremo. Procurando investigar a causa de semelhante acusação, fomos bater no problema

da maldade da maioria. Daí termos voltado a discorrer sobre a natureza do verdadeiro filósofo, para melhor defini-la, pois tal era nossa obrigação.

e Isso mesmo, disse.

VI – Precisamos agora analisar, continuei, a corrupção dessas naturezas e a razão de se estragarem muitos e de salvarem-se tão poucos. Refiro-me aos que não são considerados maus, porém, inúteis. De seguida, estudaremos o natural dos que imitam os 491 a verdadeiros filósofos e usurpam sua atividade, para vermos como são conformadas essas almas que adotam uma profissão acima de sua capacidade e de que são indignas, e que por um sem-número de cincadas de toda a espécie atiram a Filosofia no descrédito universal a que te referiste.

A que modalidades de corrupção aludiste? perguntou.

Vou tentar descrevê-las, continuei, dentro de minhas possibilidades. Num ponto, quero crer, todo o mundo estará de acordo: que uma natureza nessas condições, b dotada de todos os predicados que há pouco exigimos de quem aspirar a ser filósofo perfeito, raramente ocorre entre os homens e sempre em número reduzido, não te parece?

Perfeitamente.

Considera agora quão poderosas e infinitas são as causas de se corromperem esses poucos.

Quais são?

O que é mais estranho de ouvir, é que não há uma só das qualidades por nós elogiadas nessas naturezas que não destrua sua própria alma e a afaste da Filosofia. Refiro-me à coragem, à temperança e a tudo o mais que enumeramos há pouco.

É realmente muito estranho, observou.

c Depois delas, continuei, todos os denominados bens cooperam igualmente para sua destruição e para afastá-la da Filosofia: a beleza, a riqueza, a força física, relações

de parentesco na cidade e tudo o mais que se lhe relaciona. Com isso já dispões de elementos suficientes para fazer uma idéia aproximada do que quero dizer.

É fato, respondeu; mas com muito prazer te ouviria falar de espaço a esse respeito.

É preciso que a aprecies em conjunto, lhe disse, e tudo se tornará claro, sem que te pareça estranho nada do que falamos antes.

Como devo proceder? perguntou.

d Sabemos muito bem, continuei, que todas as sementes ou germens, tanto de planta como de animal, que não encontram alimentação apropriada ou a estação e lugar adequados, quanto mais vigorosos mais se ressentirão da falta dessas condições, pois o mal é mais adverso ao que é bom do que ao que não é.

Como não!

No meu modo de pensar, continuei, é certo dizer-se que as naturezas mais nobres ficam pior com uma alimentação inadequada do que as medíocres.

Sem dúvida.

e Por isso, Adimanto, voltei a falar, podemos afirmar que com uma educação viciosa as almas mais bem dotadas se tornam particularmente ruins. Acreditas que os grandes crimes e a maldade consumada provenham de uma alma medíocre e não de uma natureza exuberante, porém, corrompida pela educação, ou que uma natureza fraca seja capaz de produzir em qualquer tempo algo grandioso, para o bem ou para o mal?

Não, replicou; é como disseste.

492 a Logo, se for convenientemente educada a natureza que atribuímos ao filósofo, segundo penso, com o crescimento virá a adquirir todas as virtudes; porém, no caso de ser semeada e plantada em terreno impróprio, será fatal, do mesmo modo, que sua educação redunde no contrário disso, a menos que alguma divindade lhe saia em auxílio. Ou pensarás também como o vulgo, que muitos moços são corrompidos pelos sofistas e que esses

corruptores particulares sejam figuras dignas de menção? Os que falam desse modo não serão, porventura, os maiores sofistas? Não são eles capazes de educar com perfeição e dar a forma que entenderem a moços e velhos, homens e mulheres?

E quando fazem isso? perguntou.

Quando muitos se concentram, respondi, em multidões compactas nas assembléias, nos tribunais ou em qualquer outro ajuntamento público, e com grande algazarra ora criticam, ora elogiam o que foi dito ou realizado, em ambos os casos com vaias ou aplausos além da conta, redobrando os ecos das rochas e dos recintos das assembléias a barulheira dos elogios e das críticas. Em semelhantes circunstâncias, achas mesmo, como se diz, que o coração dos moços agüente até o fim? E que educação particular fora capaz de resistir a semelhante impacto, sem se deixar levar pela corrente dos elogios e censuras para onde quer que ela o arraste? Não acabarão os moços por achar belo ou feio tudo o que os outros acharem, empenhando-se em pós do que todos se empenham, para terminarem como todos?

Sem dúvida, Sócrates, respondeu; forçoso é que assim seja.

VII – No entanto, continuei, ainda não nos referimos ao constrangimento mais premente.

Qual é?

Os processos de que se valem esses educadores e sofistas, quando não conseguem convencer pela palavra. Não sabes que são castigados com as penas de atimia, confisco dos bens e morte os que não os acompanham?

Sei muito bem disso, respondeu.

Que sofista, cabe-me perguntar, ou discurso de particular de orientação oposta à deles poderá vencê-los nessa luta?

Não há jeito, replicou.

Não há, realmente, confirmei; a simples tentativa nesse sentido, já fora rematada tolice. Nunca houve, nem há, nem poderá haver modificação do caráter com relação à virtude em que é educado nos métodos dessa gente. Isso, na escala humana, companheiro; porque tudo o que se refere aos deuses, como diz o provérbio, está fora de cogitações, pois fica sabendo que se alguma coisa se salva e vem a tornar-se como deve ser numa organização

493 a pública como a nossa podes afirmar sem medo que foi tudo por obra e graça do favor divino.

A mim, também, disse, não me parece que seja de outra forma.

E a respeito do seguinte, continuei, também hás de pensar como eu.

De que se trata?

Que todos esses mercenários particulares que o povo denomina sofistas e considera seus concorrentes, outra coisa não ensinam senão a doutrina defendida pela maioria em suas assembléias e a que dão o nome de sabedoria. Seria o caso do indivíduo que tivesse de alimentar algum animal grande e forte, e se pusesse

b a estudar suas manifestações de cólera, seus apetites, como ficar perto dele, de que jeito apalpá-lo, como e por que se mostra dócil ou rebelde, conforme as circunstâncias, o não ter um rosnar certo, e que vozes revelam a propriedade de irritá-lo ou de acalmá-lo, e que, depois de aprender tudo isso no trato diuturno e com observação prolongada, desse a tal conhecimento o nome de sabedoria e fizesse dele um sistema de arte,

c para poder ensiná-la, porém, ignorasse de todo, nos seus pronunciamentos acerca desses apetites o que seja belo ou feio, bom ou mau, justo ou injusto, por empregar todas essas expressões de acordo apenas com noções peculiares àquele monstro: bom é tudo o que lhe proporciona prazer; mau, o que o irrita, sem conseguir, porém, justificá-las de nenhum jeito, se não for considerando justas e honestas as necessidades da natureza. Mas quanto à grande diferença existente entre

a necessidade e o bem, isso nunca ele viu nem nunca será capaz de mostrar a ninguém. Por Zeus, não achas que um tipo desse estofo daria um preceptor assaz estranho?

Sem dúvida, respondeu.

Ora bem; e ainda encontras diferença entre esses indivíduos e o que considera sabedoria o conhecimento

d das paixões e dos prazeres da multidão heteróclita das assembléias, seja no que se refere à Pintura e à Música, seja com relação à Política? Quando uma pessoa se mistura com essa gente e lhes mostra um poema ou uma obra de arte, ou comenta dispositivo político, submetendo-os ao juízo das multidões além do que fora razoável, a necessidade denominada de Diomedes o obrigará a fazer tudo o que for do agrado dos outros. Mas que isto ou aquilo seja realmente belo ou bom; já ouviste de qualquer deles argumento que não seja ridículo?

e Nem nunca hei de ouvir, foi a sua resposta.

VIII – Depois dessas considerações, lembra-te também do seguinte: haverá algum meio de admitir a multidão, ou de reconhecer, que o que existe é o belo em si, não a infinitude de coisas belas, cada coisa em

494 a si mesma, não esse nunca acabar de objetos particulares?

De jeito nenhum, respondeu.

Sendo assim, as multidões não vão de par com a Filosofia.

Não é possível.

Como será fatal sofrerem suas críticas os que se puserem a filosofar.

Necessariamente.

E também a dos particulares que adulam as multidões para angariar-lhes a simpatia.

Claro.

Depois disso, que salvação vês para a natureza filosófica disposta a persistir no estudo até atingir a

b perfeição? Recapitula o que dissemos antes: acordamos em que a facilidade de aprender, a memória, a coragem, a magnanimidade, são dotes próprios dessa natureza.

Certo.

Ora, um indivíduo nessas condições não será o primeiro em tudo, desde a meninice, principalmente se as qualidades físicas corresponderem às da alma?

Como poderia deixar de ser dessa maneira? perguntou.

Nesse caso, imagino que seus familiares e concidadãos hão de querer empregá-lo em negócios particulares quando ele atingir a idade adulta.

Como não?

c Com mostras de deferência, lhe farão mil pedidos e cumularão de honrarias, tirando antecipadamente proveito de sua influência crescente, que desde logo todos se esforçarão por angariar.

É isso, realmente, o que se observa.

Como te parece, perguntei, que um indivíduo desses proceda com semelhante gente, principalmente se for membro de alguma comunidade influente e tratar-se de sujeito rico e de família nobre, além de possuir um belo físico? Não se deixará inflar de esperanças fúteis, por d imaginar-se tanto capaz de dirigir os negócios dos helenos como os dos bárbaros, passando a fazer de si mesmo juízo exagerado e comprazendo-se com exterioridades vãs e imaginações carecentes de sentido?

Sem dúvida, respondeu.

E se, com semelhante disposição, alguém o procurar e lhe disser a verdade, mostrando que ele não passa de um tolo desmiolado e que só adquire juízo quem se esforça como escravo, és de parecer que em circunstâncias tão adversas ele possa dar ouvidos a discursos desse tipo?

Muito pelo contrário, respondeu.

Porém no caso, continuei, de algum deles atender à admoestação, já por ser de natureza nobre, já por mostrar-se

e sensível às razões apresentadas e deixar-se torcer e levar para a Filosofia, como devemos imaginar que procederão os que se vêem na iminência de perder seus bons serviços e sua companhia? Não lançarão mão de todos os recursos, por atos e por palavras, tanto junto dele, para que se não deixe persuadir, como de quem o aconselhou, no empenho de frustrar seus bons propósitos, ou seja recorrendo a intrigas no âmbito de sua vida particular ou a perseguições perante o povo?

495 a Necessariamente, respondeu.

E em semelhantes circunstâncias, poderia essa pessoa dedicar-se à Filosofia?

De jeito nenhum.

IX – Como vês, prossegui, não disse nada fora de propósito, quando afirmei serem, de certo modo, responsáveis as próprias partes da natureza filosófica, sempre que sujeitas a regime vicioso, de desviar-se alguém de sua vocação, tal como o fazem os denominados bens: a riqueza e tudo o mais que lhe vem no rasto.

Sem dúvida, respondeu; tinhas toda a razão.

É assim, meu caro, prossegui, que se estragam e

b arruínam para a melhor das profissões as naturezas mais bem dotadas, que, aliás, como dissemos, são muito raras. É do meio dessa gente que saem os causadores dos maiores males para as cidades e os particulares, e também dos maiores bens, quando, por sorte, são levados para esse lado. De jeito nenhum as naturezas pequenas farão nada grande para ninguém, seja com relação à cidade, seja a particulares.

É muito certo, disse.

Os indivíduos que apostatam assim da Filosofia,

c nascidos para se casarem com ela, deixam-na por terminar e sem cultivo e passam a viver uma vida falsa e inadequada, enquanto seres indignos se apressam a freqüentá-la, mal a percebem órfã de seus familiares,

desonram-na e a expõem a humilhações que lhe lançam em rosto as pessoas a que te referiste, quando afirmam carecer inteiramente de préstimo parte dos que a praticam e merecer todas as desgraças a maioria deles.

É isso, realmente, observou, o que se diz.

E têm razão de assim manifestar-se, continuei. Percebendo outros homúnculos deserta a região de que d tão bem se fala e tanto nos promete, à maneira de egressos da prisão que se acolhem a algum templo, saltam descaradamente de suas profissões para a Filosofia quantos revelaram certa habilidade nalguma arte inferior. Pois, apesar de tudo por que tem passado, a Filosofia ainda conserva certa imponência e dignidade, em comparação com outras artes, o que a faz procurada por pessoas mal dotadas pela natureza, que tanto têm o corpo e deformado por seus ofícios e ocupações, como a alma retorcida e degradada por trabalhos grosseiros. Não consideras tudo isso inevitável?

Sem dúvida, respondeu.

Não dão esses tais a impressão exata, perguntei, de algum aprendiz de ferreiro, baixo e calvo que houvesse enriquecido de repente, e, mal liberto de sua prisão, depois de lavar-se no balneário e de vestir roupa nova, enfeitado como noivo, se preparasse para desposar a filha órfã e pobre do patrão?

496 a O símile é perfeito, respondeu.

Que sairá de tal conúbio? Bastardos e vilões?

Necessariamente.

E então? Quando indivíduos indignos de receberem educação se aproximam da Filosofia e mantêm com ela relações vergonhosas, que opiniões ou pensamentos poderão gerar? Não merecem o qualificativo de sofismas, sem conteúdo genuíno nem verdadeira sabedoria?

É assim mesmo como dizes, respondeu.

b X – Se é assim mesmo, Adimanto, continuei, sobram muito poucos para se dedicarem à Filosofia: alguma alma nobre, talvez, de fina educação, que o exílio não permitiu

descurar-se dela e que, por haver escapado da convivência com elementos corruptores, se conservou naturalmente fiel; ou quando nasce uma grande alma em qualquer cidade pequena e que de um plano superior considera a vida política de sua pátria. Acrescentemos a esses os que, por vocação natural, passam para a Filosofia com justificado menosprezo de suas profissões. Outros, ainda, podem ser retidos pelo freio do nosso companheiro Teages, contra quem tudo se conjura para desviá-lo da
c Filosofia; mas os cuidados com sua saúde precária o conservam fiel a ela, por afastá-lo da política. De nós, não vale a pena falar; refiro-me ao sinal divino, pois a ninguém, antes de mim, aconteceu nada semelhante. Ora, quem faz parte desse pequeno grupo e provou a doçura e a felicidade de semelhante bem, ao perceber a insânia da maioria, e que não há, por assim dizer, nada sadio nos que se dedicam à Política, por não ser possível encontrar
d aliado para defender a justiça sem arriscar-se a perecer, tal como o indivíduo que se visse jogado no meio de feras e que nem se dispusesse a colaborar em suas malfeitorias nem se sentisse capaz de, sozinho, opor-se a toda aquela malta, pela certeza de vir a finar-se muito antes de poder servir à cidade e aos amigos, sem proveito algum nem para si nem para os outros, refletindo em tudo isso, abstém-se de qualquer atividade e passa a cuidar apenas dos próprios interesses. É como o indivíduo surpreendido no inverno por tempestade de saraiva ou de poeira que o vento redemoinha, e que procura amparo certo ao pé de um muro: vendo os demais homens tão
e atolados no crime, sente-se feliz por ao menos poder passar esta vida limpo de injustiça e de ações ímpias e de despedir-se dela com uma bela esperança, tranqüilo e confiante.

497 a Sim, observou; não terá conseguido pouco quem partir dessa maneira.

Nem muito, acrescentei, por não haver encontrado a cidade conveniente. Numa sociedade desse tipo, teria gozado de maior prestígio, e, com a

promoção dos interesses próprios, beneficiaria também a comunidade.

XI – Penso que já falamos o suficiente a respeito das calúnias injustamente assacadas contra a Filosofia, a menos que ainda desejes acrescentar alguma coisa.

Nada, respondeu, poderia acrescentar; mas, das formas de governo existentes em nosso tempo, a teu ver qual convém mais?

b Nenhuma, lhe disse; esta, justamente, é a queixa que formulo contra todas: o fato de nenhuma convir à natureza do filósofo. Por isso mesmo, ela se deturpa e altera como semente exótica jogada em terreno estranho, que perde as características muito próprias e se vê na contingência de acomodar-se às novas condições ambientais; assim, também, nos dias de hoje a planta da Filosofia não conserva suas qualidades e modifica essencialmente o caráter. Mas, se algum dia vier a encontrar a constituição cuja excelência corresponda à

c que lhe é própria, ficará patente a todos que ela é verdadeiramente divina e que tudo o mais, caráter e realizações, eram puramente humanos. Tenho quase certeza de que vais querer saber qual é essa forma de governo.

Não acertaste, respondeu; não era isso o que eu ia perguntar, porém, se se trata da forma por nós descrita quando fundamos nossa cidade, ou de outra diferente.

Sim, dessa mesma, lhe falei, em linhas gerais; e disso

d já tratamos, ao dizer que na cidade deve sempre haver algum poder que forme da constituição o conceito que tu, legislador, tinhas em mente quando estabeleceste as leis.

Sim, já tratamos disso, respondeu.

Porém, a explicação não foi completa, continuei, de medo de vossas objeções, por haver declarado de antemão que a exposição ia ser longa e trabalhosa. Em verdade, não é fácil expor o que ainda falta.

De que se trata?

A questão de saber o modo por que deve a cidade tratar a Filosofia, para não vir a perder-se. Tudo o que é grande, periga. Como se costuma dizer: o bom é difícil.

e De qualquer forma, observou, é preciso completar a exposição com o esclarecimento desse ponto.

Não é questão de querer, continuei; o impedimento, no presente caso, seria mera incapacidade. Agora mesmo vais certificar-te dos meus bons propósitos. Observa mais uma vez a decisão, digo melhor, a intrepidez com que vou declarar que a cidade deve promover o estudo da Filosofia por processos de todo opostos aos presentemente em uso.

De que modo?

Nos nossos dias, lhe disse, só adolescentes se

498 a ocupam com esses estudos, mal saídos da infância, nos intervalos dos negócios e das ocupações caseiras, para abandoná-los quando vão chegando à parte mais difícil. E são todos filósofos consumados! Por parte mais difícil entendo a Dialética. Com mais idade, não se dedignam de aceitar convite para uma ou outra leitura, convencidos de que fazem com isso grande coisa, pois, para esses tais, filosofar é atividade secundária. Com a chegada da velhice, salvas pouquíssimas exceções, extinguem-se por maneira

b muito mais radical do que o sol de Heráclito, pois não voltam a arder.

Que é preciso, então, fazer? perguntou.

Exatamente o contrário disso tudo. A meninos e rapazes devem ser ministradas noções gerais e de Filosofia adequadas à idade, com especial cuidado do corpo nessa fase de crescimento e transição para a virilidade, o que é a única maneira de ganhar para a Filosofia auxiliares eficientes. Ao atingirem a idade em que a alma começa a aperfeiçoar-se, devem ser incrementados os exercícios que lhes convêm; ao declinar

c o vigor físico e serem dispensados das obrigações civis ou militares, permite-se-lhes imitar os animais sagrados e pastar livremente e, a não ser em atividades

secundárias, com mais nada se ocuparem além da Filosofia, se quisermos que vivam felizes e, depois de mortos, vejam coroado no outro mundo esse método de vida com a sorte merecida.

XII – Realmente, Sócrates, replicou, com que entusiasmo te expressas! E, contudo, estou convencido de que a maioria dos ouvintes te contestará com maior ardor ainda, nada dispostos a se deixarem convencer, principalmente Trasímaco.

Não me atires contra Trasímaco, observei-lhe, d justamente agora que nos tornamos amigos, apesar de que antes não éramos inimigos. Não pouparei esforços para convencê-lo e aos demais, ou, pelo menos, para fazer por eles desde agora o que lhes aproveite em outra existência, se depois de renascerem vierem a tomar parte num diálogo como este.

Tomas tuas providências, disse, com prazo muito curto.

Será nulo, comparado com a eternidade. Aliás, não é de admirar que a maioria não dê crédito a nossas palavras, pois nunca viram concretizado o que acabamos e de expor, senão apenas frases artificialmente justapostas, não como no nosso caso em que há perfeita consonância entre elas. Mas um homem perfeito, tanto quanto possível, na virtude e a ela semelhante, por atos e palavras, 499 a no governo de uma cidade como a nossa: eis o que eles nunca viram; nem um nem muitos. Que te parece?

Nunca, de fato.

Como também, amigo, nunca tiveram ensejo de ouvir belas e nobres dissertações, em que por todos os meios e só por amor do conhecimento se procure alcançar a verdade e sejam saudadas só de longe as sutilezas e disputas retóricas dos tribunais e das conversações particulares que visam apenas à vanglória e à chicana.

Isso também não, foi a sua resposta.

b Por prever isso tudo é que receávamos dizer o que a verdade agora nos obriga a declarar, que nenhuma cidade

ou governo, nem mesmo um simples particular poderá atingir a perfeição antes que esses poucos filósofos, que não são tidos presentemente na conta de maus, porém, de inúteis, por um feliz acaso se vejam forçados, de bom ou de mau grado, a tomar conta da cidade e esta a obedecer-lhes, ou antes que sobre os atuais reis e c potentados ou sobre seus filhos baixe alguma inspiração divina de verdadeiro amor da verdadeira Filosofia. Considero proposição sem fundamento afirmar que nunca chegará a concretizar-se nenhuma dessas hipóteses, ou mesmo as duas. De outro modo, com todo o direito poderiam zombar de nós, por nos ocuparmos com meras fantasias, não é assim mesmo?

Perfeitamente.

No caso, por conseguinte, de já haverem sido obrigados os grandes cultores da Filosofia a governar cidades, quer se tenha verificado essa hipótese na infinitude do tempo transcorrido, quer esteja isso mesmo d acontecendo nos nossos dias longe de nossas vistas, nalguma região bárbara, quer ainda venha a realizar-se no futuro, declaramo-nos dispostos a lutar pela veracidade de nossa tese, que a constituição proposta existe, existiu e existirá onde quer que a musa da Filosofia disponha do governo das cidades. Impossível não é, nem estamos expondo uma idéia inexeqüível, conquanto sejamos os primeiros a reconhecer as dificuldades inerentes a esse plano.

É também o que eu penso, declarou.

Decerto vais dizer, continuei, que a maioria dos homens não é dessa opinião.

É possível, respondeu.

e Ó varão felicíssimo! observei; não faças carga contra o vulgo. É provável que mudem de parecer, se em vez de recorreres a termos ásperos lhes falares com brandura e procurares desfazer as calúnias levantadas contra o amor da sabedoria, mostrando-lhes quem consideras filósofo, e definindo, como acabamos de fazer, seu 500 a caráter e a natureza de suas atividades, para que não

pensem que te referes aos mesmos que eles imaginam. Se os considerares sob esse aspecto, tu mesmo convirás que mudarão de parecer e darão resposta diferente. Ou achas que possa alguém irritar-se com quem não revela hostilidade, ou querer mal a quem não trabalha para o nosso dano, se, muito longe de parecer invejoso, é afável e destituído de malícia? Antecipando-te, eu, pelo menos, diria que apenas em alguns homens poderíamos encontrar natureza assim tão áspera, não na maioria.

Eu também, respondeu, me declaro de inteiro acordo contigo.

b Então terás também de concordar que os culpados de mostrarem as multidões má-vontade contra a Filosofia são os intrusos que a invadem sem serem chamados e que se difamam reciprocamente, comprazendo-se com a própria rivalidade, e que sempre levam a discussão para o terreno pessoal, conduta de todo em todo indigna da Filosofia.

Tens razão, observou.

XIII – A verdade, Adimanto, é que quem volve o pensamento para a essência das coisas não tem vagar c para ocupar-se com as atividades dos homens, de guerreá-los e saturar-se de ódio e de azedume. Não; só vê as coisas imutáveis e bem ordenadas e se compraz em sua contemplação. Aqui ninguém prejudica os outros; todos acompanham a ordem e a razão e procuram imitá-las e, tanto quanto possível, assemelhar-se-lhes. Ou serás de parecer que pode haver jeito de não imitarmos aquilo com cuja convivência nos deleitamos?

É impossível, respondeu.

Convivendo o filósofo só com o que é ordenado e d divino, torna-se, por sua vez, divino e ordenado quanto o permite a natureza humana; mas a calúnia pulula por toda a parte.

Perfeitamente.

E no caso, prossegui, de ver-se na contingência de aplicar à vida pública e particular dos homens tudo o que ele viu por lá, para não ser o único a beneficiar-se, julgas mesmo que ele se tornaria mau obreiro da temperança, da justiça e das demais virtudes cívicas?

De forma alguma, replicou.

E se as multidões chegarem a compreender que é verdade quanto dizemos dos filósofos, continuarão a lhes
e mostrar hostilidade e se negarão a dar-nos crédito, quando declaramos que jamais poderá ser feliz uma cidade, se não for traçada por artistas que copiem o modelo divino?

Deixarão de ser hostis, respondeu, se chegarem a compreender. Mas de que jeito poderão traçar o plano a
501 a que te referiste?

Tomando a cidade, prossegui, e o caráter dos homens como de uma tábua, que começarão por deixar limpa de todo, o que não é fácil. De uma coisa podes ter certeza: desde o início se distinguirão dos demais legisladores por não se ocuparem nem com uma cidade nem com qualquer particular, para legislar em seu proveito, sem que os tenha recebido limpos ou os deixem desse jeito.

Assim farão muito bem, observou.

Depois disso, não achas que passarão a traçar o plano da constituição?

Que mais poderão fazer?

b De seguida, segundo penso, dando início à tarefa, a todo o instante lançarão as vistas para os dois lados: o que por natureza é justo, belo e temperante, e tudo o mais do mesmo gênero, e o que nos homens for cópia dessas virtudes, misturando e temperando as cores humanas de acordo com as regras da arte e tomando por modelo o que Homero designa como divino e semelhante aos deuses, sempre que o encontrem nos homens.

É muito certo, disse.

E ora apagando um traço, segundo penso, ora
c acrescentando outro, acabarão por deixar os caracteres humanos, tanto quanto possível, agradáveis aos deuses.

Desse jeito, observou, sairá uma pintura muito bela.

E agora, voltei a falar, conseguimos persuadir os que tu próprio declaraste que nos atacariam em pelotões cerrados, de que esse pintor de constituições é o mesmo cujo elogio já fizemos e que deu azo à indignação por parte de todos eles, por termos pensado em lhe entregar as cidades? Mostrar-se-ão agora mais dóceis, se nos ouvirem dizer a mesma coisa?

Muito mais, respondeu; caso sejam dotados de um pouquinho de bom senso.

d A respeito de que poderiam ainda objetar? Quem sabe se põem em dúvida que os filósofos sejam, de fato, amantes do ser e da verdade?

Seria absurdo, respondeu.

Ou que a natureza deles, tal como a descrevemos, não revela afinidade com o sumo bem?

Também não.

Como? Dirão que semelhante natureza, em circunstâncias favoráveis, não se tornará sumamente boa e filosófica, se isso mesmo é o que se daria com qualquer outra? Ou terão mais confiança nas que foram excluídas por nós?

e Não, seguramente.

E ainda se irritarão quando dissermos que enquanto a raça dos filósofos não passar a governar, tanto as cidades como os particulares não se verão livres de seus males nem nunca chegará a concretizar-se a constituição por nós idealizada?

Sobre isso, observou, talvez se irritem um pouco menos.

Não será preferível, lhe falei, em vez de um pouco

502 a menos dizer logo que se tornaram mansos de todo e persuadidos e que se declaram de acordo, quando não por outro motivo, por se sentirem envergonhados?

Perfeitamente, respondeu.

XIV – Aceitemos, então, continuei, que chegamos a esse acordo. E agora: haverá quem negue ser possível

nascer dotado de natureza filosófica algum filho de rei ou príncipe?

Ninguém o contestaria, respondeu.

E, uma vez nascidos com semelhante pendor, poderá ainda alguém pretender que terão forçosamente de estragar-se? Até nós admitimos que b é difícil salvarem-se; mas que em todos os tempos, no meio de tantos, um, pelo menos, não consiga escapar, haverá quem o afirme?

Como o poderia? Respondeu.

Ora bem, continuei, um, ao menos, que chegue a salvar-se, e encontre uma cidade obediente, é quanto basta para pôr em prática o que hoje parece impossível de ser feito.

Bastará, sem dúvida.

Havendo um dirigente, continuei, para estabelecer as leis e instituições que descrevemos, é muito provável que os cidadãos se prontifiquem a obedecer-lhe.

Sem dúvida.

E as opiniões por nós defendidas, achas, porventura, estranho ou impossível que outros as defendam?

c Eu, pelo menos, acho que não, foi a sua resposta.

E que esse é o melhor plano, no caso de ser realizável, é o que, a meu ver, demonstramos à saciedade.

Sim, à saciedade.

Parece, portanto, que, de tudo isso, temos o direito de concluir a respeito de nossa legislação, que seria a melhor, no caso de ser realizável, e que o plano, embora de execução difícil, não é inexeqüível.

Temos, de fato, esse direito, respondeu.

XV – Uma vez que conseguimos, com bastante esforço, aliás, desenvolver nosso tema, passemos agora d a expor o que ainda falta discutir: de que modo e com que conhecimentos e atividades se formarão os salvadores da constituição e com que idade iniciarão os respectivos estudos.

Sem dúvida, respondeu.

De nada me valeu a esperteza, continuei, de omitir anteriormente – muito de caso pensado – o assunto escabroso da posse das mulheres, a educação dos filhos e o estabelecimento dos magistrados, por saber quantas objeções levantaria a verdade integral e como seria difícil
e pô-la em prática, pois nem por isso me furtei ao trabalho de desenvolver esse argumento. A questão das mulheres e dos filhos foi discutida a fundo; mas precisamos estudar desde o começo a que diz respeito aos magistrados. Deves estar lembrado de que afirmamos precisarem todos ser
503 a postos à prova dos prazeres e das dores, para demonstrarem seu grande amor à cidade, princípio esse de que não deveriam apartar-se nem nos trabalhos e perigos nem em qualquer situação crítica em que se encontrassem de surpresa; os que falhassem nessas provas seriam rejeitados, sendo escolhido, pelo contrário, quem dela saísse puro, como o ouro passado pelo fogo. Estabelecido como magistrado, ser-lhe-iam conferidos privilégios e honras, tanto em vida como depois de morto. Foi isso, mais ou menos, o que eu disse, atenuando ou omitindo
b argumentos, de medo de bulir no tema que passaremos a tratar.

Sustentaste isso mesmo, respondeu; lembro-me muito bem.

Naquela ocasião, amigo, continuei, tive medo de dizer o que só agora me atrevo a declarar. Porém tenhamos a coragem de afirmar que somente os filósofos podem ser guardas perfeitos.

Afirmemos isso mesmo, disse.

Considera agora como é natural só conseguires obtê-los em tão pequeno número. As qualidades da natureza que descrevemos como próprias do filósofo, só muito raramente crescem juntas; de regra, se distribuem entre várias pessoas.

c Que entendes por isso? perguntou.

Como sabes muito bem, a facilidade de aprender e outros dotes, como sagacidade e vivacidade, não costumam nascer juntos, como também não ignoras que

pessoas de espírito moço e magnânimo, em condições, portanto, de levar uma vida bem ordenada, em paz e segurança, deixam-se arrastar ao acaso, em todas as direções, privando-se, assim, de estabilidade.

É muito verdadeira essa observação, disse.

Por outro lado, os indivíduos de natureza firme e inabalável, em quem podemos plenamente confiar e que d na guerra não se deixam dominar pelo medo, comportam-se da mesma maneira com relação ao estudo: são pesadões e de apreensão morosa, como que entorpecidos, sempre a bocejar e caindo de sono, quando se exige deles o menor esforço mental.

É assim mesmo, disse.

No entanto, declaramos que nossos dirigentes deviam ser ricamente dotados de todas essas qualidades, sem o que não poderiam receber a educação perfeita nem alcançar os altos postos de honra e de comando.

E estávamos com a razão, observou.

E não achas que é muito rara semelhante conjuntura?

Como não?

Precisaremos, por conseguinte, pô-los à prova em e tudo o que enumeramos acima: trabalhos, perigos, prazeres e também no que então omitimos, mas que vamos agora especificar, sobre a necessidade de exercitá-los em toda a espécie de conhecimentos, para ver se são capazes de apreender as disciplinas mais 504 a altas ou se desanimarão por pusilanimidade, como se dá com os que abandonam as competições físicas antes do fim.

Sem dúvida, observou, é prova que precisará ser feita. Mas, quais são essas disciplinas mais altas?

XVI – Como ainda deves lembrar-te, continuei, distinguimos três partes na alma, de acordo com as quais procuramos definir a justiça, a temperança e a coragem.

Se não me lembrasse dessa particularidade, observou, não mereceria ouvir o que ainda falta.

E não te lembras do que dissemos antes?

b A respeito de quê?

Que para contemplar essas virtudes sob a mais bela perspectiva, seria preciso fazermos um longo desvio, no fim do qual elas se mostrariam em sua plenitude, mas que fora possível basear nosso raciocínio no que ficara dito antes. Respondestes que isso seria suficiente, depois do que passei a expor meu argumento, segundo creio, sem as minúcias que se faziam necessárias. Cabe-vos, agora, declarar se ficastes satisfeitos só com isso.

longo desvio

Para mim, observou, é mais do que suficiente, e também para os outros.

c Mas, caro amigo, lhe falei, num caso desses, quando a medida não é exata, por menor que seja a diferença, já não inspira confiança. O que é imperfeito não serve para medir coisa nenhuma, apesar de haver muita gente que se contenta com aproximações, sem sentir a necessidade de levar a pesquisa adiante.

Sim, respondeu; é o que menos do que ninguém deverá fazer um guarda da cidade e das leis.

É natural, me disse.

d Nesse caso, companheiro, terá este de fazer o desvio grande, com esforçar-se nos estudos e nos exercícios de Ginástica; do contrário, como dissemos, nunca chegará a adquirir o conhecimento mais alto e mais apropriado para suas funções.

o longo desvio

Como? perguntou; este não é o mais alto conhecimento? Ou haverá algum maior do que a justiça e as outras virtudes de que tratamos há pouco?

Sim, há maior, respondi; e a respeito dessas virtudes não devemos limitar-nos, como até agora fizemos, a contemplar-lhes apenas o esboço; só nos servirá pintura do mais perfeito acabamento. Não será ridículo esforçarmo-nos ao máximo nas pequeninas

e coisas, para obtê-las com a maior exatidão e nitidez possíveis, e não compreendermos que as mais importantes precisam também ser estudadas com igual exatidão?

Sem dúvida, respondeu; a idéia é muito boa. Porém, acreditas, continuou, que deixarão de perguntar-te o que seja esse conhecimento superior e o objeto que se lhe relaciona?

Sei disso, respondi; então, pergunta. Aliás, mais de uma vez já me ouviste tratar dessa questão; ou o

505 a esqueceste, ou agora só pretendes atrapalhar-me com tuas objeções, que é o que me parece mais certo. Já me ouviste, em várias ocasiões, dizer que a idéia do bem constitui o mais elevado conhecimento, e que na medida em que dela participam são úteis e vantajosas a justiça e as demais virtudes. Neste momento deves saber que vou dizer-te isso mesmo, com o acréscimo de que não a conhecemos bem e que sem isso de nada nos servirá o conhecimento de todo o resto, por mais perfeito que seja,

b como inútil nos seria possuir tudo, porém, com exclusão do bem. Ou acreditas que tenha algum valor a posse do que quer que seja, se não adquirirmos o bem? Ou conhecer tudo sem o bem, sem conhecermos nada belo nem bom?

Não, por Zeus, foi a sua resposta.

XVII – Mas, decerto, sabes que a maioria dos homens identifica o bem com o prazer; os espíritos mais exigentes, porém, com a inteligência.

Como não?

Como também não ignoras, amigo, que estes últimos não conseguem explicar o que seja a inteligência, e, quando forçados a se manifestarem, falam na inteligência do bem.

Isso é muito divertido, observou.

c Como não há de ser, continuei, se começam por lançar-nos em rosto nossa ignorância a respeito do bem e terminam pressupondo em nós esse conhecimento? Dizem que o bem é a inteligência do bem, admitindo como certo que compreendemos o que querem dizer, quando pronunciam a palavra *Bem*.

Nada mais verdadeiro, observou.

E os que definem o bem pelo prazer, encontrar-se-ão em circunstâncias menos críticas? Pois são obrigados a admitir que também há prazeres ruins.

Sem dúvida.

d No meu modo de pensar, são forçados a reconhecer que as mesmas coisas são boas e más, não é isso mesmo?

Certo.

Sendo evidente que neste terreno são inúmeras e de peso as objeções.

Sem dúvida.

E então? Não é também claro que a respeito do justo e do belo muita gente prefere a aparência que, embora seja igual a nada, todos fazem questão de praticar e possuir, ou parecer que possuem? No entanto, com relação ao bem, ninguém se contenta com parecer; só almejam a realidade e desprezam as aparências.

É muito certo, disse.

e Ora, justamente o que toda alma anela, e por amor do que tudo faz, cuja importância ela adivinha, porém sem muita certeza, por não compreender exatamente o que possa ser nem chegar a alguma convicção sólida a seu respeito, como o faz com relação a outras coisas, o que a leva a perder as vantagens que poderia alcançar destas: com relação a um bem tão precioso e considerável, 506 a é o que digo, terão de andar às tontas os melhores cidadãos, aos quais tudo confiamos?

De forma alguma, respondeu.

Eu, pelo menos, prossegui, sou de parecer que, não sabendo de que modo o justo e o belo são bons, de muito pouco préstimo como guarda de ambos será quem desconhecer tais relações; daí meu vaticínio de que sem essa noção ninguém nunca chegará a conhecê-los suficientemente.

Vaticínio muito certo, observou.

b Desse modo ficará bem organizada nossa constituição, uma vez que disponha de um guarda com tal conhecimento.

XVIII – Necessariamente, disse. Porém, Sócrates, no teu modo de pensar, que é o bem: conhecimento ou prazer? Ou será diferente de ambos?

Que homem! obtemperei; há muito, eu sabia que não te contentarias com a opinião dos outros a respeito dessas questões.

Não me parece justo, Sócrates, respondeu, expor opinião alheia e não a própria quem há tanto tempo se ocupa com esses assuntos.

c Como? lhe perguntei; parece-te justo falar alguém do que não conhece como se fosse perfeito conhecedor?

Não como quem conhece, respondeu; porém, com o desejo de emitir opinião própria.

Como assim? Voltei a falar: ainda não percebeste como são medonhas as opiniões que não se apóiam no conhecimento? As melhores dentre elas são cegas. Encontras alguma diferença entre os cegos que acertam com o caminho e quem forma opinião verdadeira de alguma coisa, porém, sem dispor da inteligência dessa coisa?

Nenhuma, respondeu.

d E resolves-te a contemplar coisas feias, cegas e coxas, quando tens a possibilidade de ouvir outros exporem o que é de beleza fascinante?

Não, por Zeus, Sócrates, falou Glauco. Porém, não pares aí, como se já estivesses no fim. Ficaremos satisfeitos se, do mesmo modo que nos explicaste a natureza da justiça, da temperança e das outras virtudes, nos mostrares o que seja o bem.

Eu também, companheiro, lhe disse, ficarei muito satisfeito com isso. Porém, receio não estar à altura do assunto e que, apesar de toda a boa vontade, minha falta de jeito vos provoque o riso. Não, bem-aventurados amigos; deixemos de lado, por enquanto,

e a questão da natureza do bem em si; afigura-se-me longe demais para que neste ritmo consigamos alcançar minha concepção a seu respeito. Mas, se

estiverdes de acordo, proponho-vos falar de um filho do bem, que se parece muito com ele. Caso contrário, deixemo-lo também de lado.

Não, podes falar, replicou; noutra ocasião saldarás essa dívida e nos dirás o que seja o pai.

507 a Quem me dera, respondi, como desejo, poder embolsar-vos todo o capital, não, como faço agora, apenas os juros. Por enquanto recebei apenas o lucro, fruto do bem em si mesmo. Mas, acautelai-vos, para que eu não vos logre sem querer, com errar crassamente no cálculo dos juros.

Tomaremos todas as precauções, disse; podes falar.

Pois não, principiei. Porém, antes de tudo, precisarei entrar em entendimento convosco e avivar-vos a memória a respeito do que expusemos na presente conversação e em muitas outras ocasiões.

b De que se trata? perguntou.

Há muitas coisas belas, continuei, e muitas coisas boas, e tudo o mais do mesmo gênero, cuja existência afirmamos e que distinguimos por meio da linguagem.

Sem dúvida.

Como também a existência do belo e do bem em si, e que para cada coisa das que então apresentamos como múltiplas corresponde uma idéia particular, a única que denominamos *O que existe.*

Isso mesmo.

Aquelas, as coisas múltiplas, acrescentamos, são c vistas, porém não pensadas; enquanto estas, as idéias, são pensadas, porém não vistas.

Perfeitamente.

E agora: com que parte de nós mesmos percebemos as coisas visíveis?

Com a vista, respondeu.

Do mesmo modo, prossegui, ouvimos com os ouvidos, como percebemos com os demais sentidos tudo o que é objeto de percepção.

Sem dúvida.

E porventura não notaste, perguntei, como o obreiro dos nossos sentidos caprichou na feitura da faculdade de ver e de ser visto pelos outros?

Não notei, respondeu.

Pois presta atenção. O ouvido e a voz precisam de algo de natureza diferente para que aquele possa ouvir e d esta ser ouvida, de forma que na ausência desse terceiro elemento nem aquele ouvirá nem esta outra será percebida?

De forma alguma, respondeu.

O que eu digo, continuei, é que a maioria dos sentidos, para não dizer todos eles, não precisa de nada disso. Ou conheces algum que precise?

Não conheço, foi a sua resposta.

Mas a vista e o que é visto, como deves saber, necessitam desse terceiro elemento.

De que jeito?

Por mais que haja vista nos olhos e se esforce por usá-la quem a possui; por mais que neles haja e cores, se não se lhes adicionar um terceiro elemento criado pela natureza para esse fim, sabes perfeitamente que a vista não verá nada e as cores permanecerão invisíveis.

A que elemento te referes? perguntou.

O que denominamos luz, lhe disse.

Tens razão, observou.

Não é, por conseqüência, de importância secundária 508 a esse elemento de ligação entre o sentido da vista e o fato de ser visto, porém de muito maior valia do que tudo o mais que liga as outras coisas, a menos que a luz seja algo desprezível.

Está muito longe de ser desprezível, observou.

XIX – A qual dos deuses do céu atribuis semelhante capacidade, cuja luz faz que veja tão maravilhosamente nosso sentido da vista e sejam vistos os objetos visíveis?

O mesmo que tu indicas, e contigo todo o mundo; pois, é evidente que te referes ao sol.

Não estará a vista na seguinte relação com essa divindade?

Qual?

A vista não é o sol; nem ela nem a parte em que ela b se encontra e que denominamos olho.

Não, de fato.

Mas, de todos os órgãos dos sentidos parece-me ser o olho o que tem mais afinidade com o sol.

Sem dúvida.

E a capacidade que lhe é inerente, não lhe é enviada pelo sol como uma espécie de fluido?

Sem dúvida.

E também não é verdade que o sol, sem ser a vista, porém sua causa, é percebido pela própria vista?

Certo, respondeu.

Dirás, por conseguinte, continuei, que este sol é que c eu denomino filho do bem, gerado pelo bem como sua própria imagem, e que no mundo visível está nas mesmas relações para a vista e as coisas vistas como o bem no mundo inteligível para o entendimento e as coisas percebidas pelo entendimento.

Como assim? perguntou; explica-me isso com mais particularidades.

Como sabes muito bem, continuei, os olhos, quando não os dirigimos para os objetos cujas cores sejam iluminadas pela luz do dia mas pelo clarão da lua, vêem confusamente e se tornam quase cegos, como se carecessem de pureza de visão.

É exatamente como dizes, respondeu.

Mas estou certo de que, quando se voltam para d objetos iluminados pelo sol, vêem distintamente, parecendo que neles mesmos reside a faculdade da visão.

Sem dúvida.

Considera agora a alma sob igual perspectiva: quando se fixa nalgum objeto iluminado pela verdade e pelo ser, imediatamente o percebe e o reconhece, e se revela inteligente; quando, porém, se volta para o que é

mesclado de trevas, para o que se forma e desaparece, passa apenas a conjecturar e fica turva, mudando a toda hora de opinião, como se perdesse por completo a inteligência.

Isso mesmo.

e Ora, o que comunica a verdade aos objetos conhecidos e ao sujeito cognoscente a faculdade de conhecer, podes afirmar que é a idéia do bem; é a fonte primitiva do conhecimento e da verdade, tanto quanto estes podem ser conhecidos; mas, por mais belos que sejam ambos, o conhecimento e a verdade, se admitires que muito mais belo é esse outro elemento – a idéia do bem – terás pensado com acerto. Conhecimento e

509 a verdade: assim como há pouco nos foi lícito admitir que a luz e a visão têm analogia com o sol, porém que seria erro identificá-los com ele, agora podemos considerar o conhecimento e a verdade como semelhantes ao bem, sem que nenhum, no entanto, possa ser com ele identificado, pois a natureza do bem deve ser tida em muito maior apreço.

importante

Que maravilha, disse, terá de ser essa beleza que nos anuncias, se produz o conhecimento e a verdade e é ainda mais bela do que ambos. Decerto não te referes ao prazer.

Quieto aí! objetei-lhe; porém considera mais de espaço a sua imagem.

b De que jeito?

No meu modo de ver, o sol, como dirás, não somente empresta às coisas visíveis a faculdade de serem vistas, como também a geração, o crescimento e a alimentação, muito embora ele mesmo não seja geração.

Como poderia sê-lo?

O mesmo dirás dos objetos conhecidos, que não recebem do bem apenas a faculdade de serem conhecidos, mas também lhe devem o ser e a essência, conquanto o bem não seja essência, senão algo que excede de muito a essência, em poder e dignidade.

c XX – Rindo às gargalhadas, exclamou Glauco: Ó Apolo! quanta superioridade!

Tu também tens culpa nisso, lhe falei, por me obrigares a dizer o que penso.

Não cortes aí o assunto, respondeu; pelo menos até completares a comparação com o sol, se de fato ficou algo para tratar.

Sem dúvida, lhe disse; deixei de mencionar um mundo de coisas.

Pois não omitas nenhuma, por mais insignificante que pareça.

Receio que tenha de omitir muitas, lhe falei. Contudo, dentro da presente possibilidade, esforçar-me-ei por não cortar de ligeiro coisa nenhuma.

Sim, faze isso mesmo, respondeu.

d Então, comecei, observa que se trata de dois poderes, como dissemos; um reina no gênero e na sede do inteligível; o outro, no mundo visível. Não falo em céu, para não pensares que estou jogando com as palavras, como fazem os sofistas. Mas, decerto, apanhas bem estes dois conceitos: o visível e o inteligível?

Sem dúvida.

Sendo assim, imagina uma linha cortada em duas partes desiguais, a qual dividirás, por tua vez, na mesma proporção: a do gênero visível e a do inteligível. Assim, de acordo com o grau de clareza ou obscuridade de cada e uma, acharás que a primeira seção do domínio do visível consiste em imagens. Dou o nome de imagens, em 510 a primeiro lugar, às sombras; depois, aos simulacros formados na água e na superfície dos corpos opacos, lisos e brilhantes, e a tudo o mais do mesmo gênero, se é que me compreendes.

Compreendo, sem dúvida.

Imagina agora a outra seção, da qual a anterior é simples imagem: os animais à volta de nós, o mundo das plantas e o conjunto de objetos fabricados pelo homem.

Perfeitamente, respondeu.

E não quererás admitir também, continuei, que o gênero visível se subdivide, ainda, de acordo com o critério da verdade e da inverdade e que o objeto da opinião está para o conhecimento na mesma relação em que está a imagem para o original?

b Aceito a distinção.

Considera agora como devemos dividir a seção do inteligível.

Como será?

É o seguinte: numa das suas subdivisões, a alma, empregando como imagem os objetos imitados da seção anterior, vê-se obrigada a instituir suas pesquisas a partir de hipóteses e sem prosseguir na direção do começo, mas na da conclusão; na outra porção, a alma também parte de hipóteses, para um princípio absoluto, e sem fazer uso de imagens, como no caso anterior, avança apenas com o auxílio de seus próprios conceitos.

Não apanho muito bem, me falou, o sentido do que disseste.

Então, insistamos nesse ponto, respondi. c Compreenderás melhor depois de uma pequena explicação. Estou certo de que sabes como as pessoas que se ocupam com a Geometria, a Aritmética e outras disciplinas do mesmo gênero admitem o par e o ímpar, três espécies de ângulo e tudo quanto se lhe assemelha no terreno especial de seus estudos; e, uma vez apresentadas essas hipóteses como conhecidas de todos, não se sentem na obrigação de justificá-las nem perante eles mesmos, nem perante os outros, por considerarem-nas d evidentes para todo o mundo. Partindo desse ponto, prosseguem em sua exposição até chegarem, com a máxima coerência, à conclusão que tinham em mira desde o começo.

Sim, respondeu; conheço tudo isso.

Como também sabes que eles se servem das figuras visíveis e discorrem a seu respeito, muito embora não pensem nelas, mas nas outras, as formas primitivas com que elas se parecem, e não raciocinam acerca das figuras

traçadas, mas do quadrado em si, da diagonal em si
e mesma, valendo igual procedimento para as demais figuras. Todas as figuras que eles modelam ou desenham produzem sombra e imagens refletidas na água, e é como imagens que eles as empregam, porém, sempre esforçando-se por alcançar a visão do que só pode ser
511 a percebido pelo pensamento.

Tens razão, falou.

XXI – Era isso o que eu entendia por gênero inteligível, em que a alma, em suas investigações, sem subir nunca ao princípio, por não lhe ser possível sair do domínio das hipóteses, vale-se de imagens tiradas dos objetos do mundo inferior, as quais, em comparação com estes, são geralmente consideradas mais claras e de maior valia.

b Compreendo, disse; referes-te à Geometria e às outras artes irmãs.

Então, compreende também que pela outra divisão do inteligível entendo o que somente pode ser apreendido por meio da razão e de sua capacidade dialética, com o emprego de hipóteses, não como princípios, porém hipóteses de verdade, isto é, ponto de apoio e trampolim para alcançar o fundamento primitivo das coisas, que transcende a todas as hipóteses. Alcançado esse princípio juntamente com tudo o que se lhe relaciona, desce à
c última conclusão, sem nunca utilizar-se dos dados sensíveis, porém, passando sempre de uma idéia para outra, até terminar numa idéia.

Compreendo, disse, porém não o suficiente; é assunto assaz difícil. De qualquer forma, vejo que pretendes demonstrar que o que é visto por meio do conhecimento da Dialética, no mundo do ser e do inteligível, é mais claro do que o alcançado com o auxílio das denominadas artes e ciências, que têm meras
d hipóteses por princípio, muito embora este também seja forçosamente contemplado pelo pensamento, não pelos sentidos. Mas, pelo fato de partirem de hipóteses, os que

estudam os objetos da ciência sem nunca subirem a um princípio, parece-te que não chegam a adquirir deles um conhecimento racional, conquanto se nos tornem inteligíveis por meio de algum princípio geral. Tenho a impressão de que dás o nome de entendimento, não o de razão, à atividade dos geômetras e de outros investigadores do mesmo gênero, por ser o entendimento algo intermediário entre a opinião e a razão.

Apanhaste muito bem meu pensamento, lhe falei. Agora, para essas quatro seções admite outras tantas operações do espírito: razão, para a mais elevada; e entendimento, para a que se lhe segue; à terceira atribuirás a fé, e à última a conjectura, e as distribui segundo o critério de que quanto mais participar cada uma delas da verdade, tanto maior evidência alcançará.

Compreendo, disse, e não somente aprovo, como adoto a ordem que aconselhas.

Livro VII

514 a I – Depois disso, continuei, compara nossa natureza, conforme seja ou não educada, com a seguinte situação: imagina homens em uma morada subterrânea em forma de caverna, provida de uma única entrada com vista para a luz em toda a sua largura. Encontram-se nesse lugar, desde pequenos, pernas e pescoço amarrados com cadeias, de forma que são forçados a ali permanecer e a b olhar apenas para a frente, impossibilitados, como se acham, pelas cadeias, de virar a cabeça. A luz de um fogo aceso a grande distância brilha no alto e por trás deles; entre os prisioneiros e o foco de luz há um caminho que passa por cima, ao longo do qual imagina agora um murozinho, à maneira do tabique que os pelotiqueiros levantam entre eles e o público e por cima do qual executam suas habilidades.

c Figuro tudo isso, respondeu.

Observa, então, ao comprido desse murozinho homens a carregar toda a sorte de utensílios que ultrapassam a altura do muro, e também estátuas e figuras 515 a de animais, de pedra ou de madeira, bem como objetos da mais variada espécie. Como é natural, desses carregadores uns conversam e outros se mantêm calados.

Imagens muito estranhas, disse, como também os prisioneiros de que falas.

Parecem-se conosco, respondi. Para começar, achas mesmo que, em semelhante situação, poderiam ver deles próprios e dos vizinhos alguma coisa além da sombra projetada pelo fogo, na parede da caverna que lhes fica em frente?

De que jeito, perguntou, se a vida inteira não b conseguem mexer a cabeça?

E com relação aos objetos transportados, não acontecerá a mesma coisa?

Como não?

Logo, se fossem capazes de conversar, não acreditas que pensariam estar designando pelo nome certo tudo o que vêem?

Necessariamente.

E se no fundo da prisão se fizesse também ouvir um eco? Sempre que falasse alguma das estátuas, não achas que eles só poderiam atribuir a voz às sombras em desfile?

Sim, por Zeus! exclamou.

c De qualquer forma, continuei, para semelhante gente a verdade consistiria apenas na sombra dos objetos fabricados.

É mais do que certo, respondeu.

Considera agora, lhe disse, quais seriam as conseqüências da libertação desses homens, depois de curados de suas cadeias e imaginações, se as coisas se passassem do seguinte modo: vindo a ser um deles libertado e obrigado imediatamente a levantar-se, a virar o pescoço, andar e olhar na direção da luz, não apenas tudo isso lhe causaria dor, como também o d deslumbramento o impediria de ver os objetos cujas sombras até então ele enxergava. Como achas que responderia a quem lhe afirmasse que tudo o que ele vira até ali não passava de brinquedo e que somente, agora, por estar mais próximo da realidade e ter o rosto voltado para o que é mais real é que ele via com maior exatidão; e também se o interlocutor lhe mostrasse os objetos, à medida que fossem desfilando, e o obrigasse, à custa de perguntas, a designá-los pelos nomes? Não te parece que ficaria atrapalhado e imaginaria ser mais verdadeiro tudo o que ele vira até então do que quanto naquele instante lhe mostravam?

Muito mais verdadeiro, respondeu.

II – E no caso de o forçarem a olhar para a luz, e não sentiria dor nos olhos e não correria para junto das coisas que lhe era possível contemplar, certo de serem todas elas mais claras do que as que lhe então apresentavam?

Isso mesmo, disse.

E agora, perguntei; se o arrastassem à força pela rampa rude e empinada e não o largassem enquanto não houvessem alcançado a luz do sol, não te parece que 516 a sofreria bastante e se revoltaria por ver-se tratado daquele modo? E depois de estar no claro, não ficaria com a vista ofuscada, sem enxergar nada do que lhe fosse, então, indicado como verdadeiro?

De fato, respondeu; pelo menos no começo.

Precisaria, creio, habituar-se para poder contemplar o mundo superior. De início, perceberia mais facilmente as sombras; ao depois, as imagens dos homens e dos outros objetos refletidos na água; por último, os objetos e, no rasto deles, o que se encontra no céu e o próprio céu, porém sempre enxergando com mais facilidade b durante a noite, à luz da lua e das estrelas, do que de dia ao sol com todo o seu fulgor.

Não há dúvida.

Finalmente, segundo penso, também o sol, não na água ou sua imagem refletida em qualquer parte, mas no lugar certo, que ele poderia ver e contemplar tal como é mesmo.

Necessariamente, disse.

De raciocínio em raciocínio, chegaria à conclusão de que o sol é que produz as estações e tudo dirige no espaço visível, e que, de algum modo, é a causa do que c ele e seus companheiros estavam habituados a distinguir.

É evidente, respondeu, que depois de tudo, ele concluiria dessa maneira.

E então? Quando se lembrasse de sua primitiva morada, da sabedoria lá reinante e dos companheiros de prisão, não te parece que se felicitaria pela mudança e lastimaria a sorte deles todos?

Sem dúvida.

E as honrarias e os elogios distribuídos entre eles mesmos, os prêmios para quem percebesse com mais nitidez as imagens em desfile e se lembrasse com exatidão do que costumava aparecer em primeiro lugar, ou por

d último, ou concomitantemente, e que, por isso, ficasse em condições de prever o que iria dar-se, acreditas que semelhante indivíduo tivesse saudades do outro tempo ou invejasse os que entre eles fossem alvo de distinções ou fizessem parte do governo? Ou com ele se passaria aquilo de Homero:

> *Pois preferia viver empregado em trabalhos do campo, sob um senhor sem recursos,*

e vir a sofrer seja o que for, a voltar para semelhantes ilusões e viver a antiga vida?

e É também o que eu penso, respondeu; agüentaria tudo, para não voltar a viver daquele jeito.

Considera também o seguinte, lhe falei: se esse indivíduo baixasse de novo para ir sentar-se em seu antigo lugar, não ficaria com os olhos obnubilados pelas trevas, por vir da luz do sol assim tão de repente?

Sem dúvida, respondeu.

E se tivesse de competir outra vez a respeito das sombras com aqueles eternos prisioneiros, quando ainda se ressentisse da fraqueza da vista, por não se ter 517 a habituado com o escuro – o que não exigiria pouco tempo – não se tornaria objeto de galhofa dos outros e não diriam estes que o passeio lá por cima lhe estragara a vista e que não valia a pena sequer tentar aquela subida? E se porventura ele procurasse libertá-los e conduzi-los para cima, caso fosse possível aos outros fazer uso das mãos e matá-lo, não lhe tirariam a vida?

Com toda a certeza, respondeu.

III – Agora, meu caro Glauco, precisarás aplicar b essa alegoria a tudo o que expusemos antes, para comparar o mundo percebido pela visão com o domicílio carcerário, e a luz do fogo que nele esplende com a energia do sol. Quanto à subida para o mundo superior e a contemplação do que lá existe, se vires nisso a ascensão da alma para a região inteligível, não

te terás desviado de minhas esperanças, já que tanto ambicionas conhecê-las. Só Deus sabe se está de acordo com a verdade. O que eu vejo, pelo menos, é o seguinte: no limite extremo da região do cognoscível está a idéia c do bem, dificilmente perceptível, mas que, uma vez apreendida, impõe-nos de pronto a conclusão de que é a causa de tudo o que é belo e direito, a geratriz, no mundo visível, da luz e do senhor da luz, como no mundo inteligível é dominadora, fonte imediata da verdade e da inteligência, que precisará ser contemplada por quem quiser agir com sabedoria, tanto na vida pública como na particular.

Concordo com tua maneira de pensar, me disse, até onde consigo acompanhar-te.

Então vem, repliquei, e concorda também com o seguinte, sem te admirares de não quererem os que chegaram a esse ponto ocupar-se com os negócios humanos, visto só desejarem suas almas continuar em d tais alturas. É natural que seja assim mesmo, se nossa alegoria estiver certa.

Sim, é natural.

E então? Achas estranho, continuei, que pareça desajeitado e ridículo quem passa da contemplação divina para as misérias humanas, enquanto está com a vista turva e não se habituou com a escuridão ambiente e se vê na contingência de discutir nos tribunais ou alhures a respeito das sombras da justiça ou das imagens dessas e mesmas sombras, no empenho de refutar a opinião dos que nunca viram a justiça em si mesma?

Nada tem de estranho, respondeu.

Quem quer que seja dotado de um pouquinho de 518 a senso, continuei, há de lembrar-se que de dois modos e por duas causas perturba-se a visão: na passagem do claro para a escuridão e vice-versa: das trevas para a luz. Refletindo que a mesma coisa se dá com a alma, sempre que a vir a debater-se em tais dificuldades e incapaz de discernir seja o que for, em vez de rir à toa, procurará saber se é por acabar de sair de uma vida mais luminosa

e por falta de hábito que as trevas a dominam, ou se na passagem da ignorância para a luz fica ofuscada pelo efeito da claridade muito intensa. No primeiro caso, felicitará a alma pelas dificuldades presentes e por sua maneira de viver; no outro, a lastimará; e se tiver vontade de rir à sua custa, menos fora de propósito seria a gargalhada nesse caso do que com referência à alma que acabara de descer da luz.

É muito justa essa distinção, me disse.

IV – Se tudo o que afirmamos estiver certo, prossegui, precisaremos chegar à seguinte conclusão: a educação não é o que muitos indevidamente proclamam, quando se dizem capazes de enfiar na alma o conhecimento que nela não existe, como poderiam dotar de vista a olhos privados da visão.

É realmente o que afirmam, respondeu.

No entanto, continuei, nosso argumento vem provar que essa faculdade é inata à alma, como também o órgão do conhecimento; e assim como o olho não pode virar-se da escuridão para a luz sem que todo o corpo o acompanhe, do mesmo modo esse órgão, juntamente com toda a alma, terá de virar-se das coisas perecíveis, até que se torne capaz de suportar a vista do ser e da parte mais brilhante do ser. A isso damos o nome de bem, não é verdade?

Certo.

Assim, prossegui, a educação não será mais do que a arte de fazer essa conversão, de encontrar a maneira mais fácil e eficiente de consegui-la; não é a arte de conferir vista à alma, pois vista ela já possui; mas, por estar mal dirigida e olhar para o que não deve, a educação promove aquela mudança de direção.

É mais do que claro, observou.

Quanto às chamadas virtudes da alma, apresentam certa afinidade com as do corpo, pois, não sendo inatas, podem ser posteriormente adquiridas pelo hábito e pelo exercício. A do conhecimento, porém, mais do que

qualquer outra, contém algo divino, como parece; sim, nunca perde sua força, e conforme se fizer aquela conversão, tornar-se-á útil e salutar ou imprestável e prejudicial. Será que ainda não observaste nesses tipos ruins a que se atribui certa esperteza, como o espiritozinho deles todos é dotado de vista penetrante e capaz de distinguir claramente as coisas para que se dirija? Vista boa é o que não lhes falta; porém forçam-na a servir à maldade, de sorte que quanto melhor vêem, maior é o mal a que dão azo.

519 a

Isso mesmo, respondeu.

No entanto, continuei, se na infância operássemos a alma assim constituída pela natureza e lhe tirássemos os elementos do mundo do devir que se lhe aderem como massas de chumbo, sob a forma de festins, prazeres e outros deleites do mesmo gênero, que a obrigam a olhar para baixo: aliviada desse modo, como dizia, se a dirigíssemos para a verdade, essa mesma alma, nesses mesmos homens, a veria com a acuidade com que vê as coisas para as quais presentemente está voltada.

b

É bem possível, respondeu.

E então? Não será também possível, prossegui, e não decorre necessariamente de tudo o que dissemos até agora, que nem os ignorantes e desconhecedores da verdade, nem os que permitimos passar toda a vida nos estudos podem ser bons governantes: os primeiros, por carecerem de um ideal com que relacionem todos os seus atos, assim públicos como particulares; os outros, por não se resolverem nunca a exercer essas atividades, visto já se imaginarem na Ilha dos Bem-aventurados.

c

É muito certo, respondeu.

A nós, portanto, continuei, como fundadores da cidade, é que compete forçar as naturezas nobres ao estudo do ramo do conhecimento que há pouco designamos como o mais sublime, a contemplação do bem, e a realizarem a ascensão a que nos referimos. Mas, uma

d

vez atingida a região superior e após terem suficientemente contemplado o bem, não os deixaremos fazer o que agora toleramos.

Como assim?

Permanecer lá em cima, prossegui, e não se decidirem a baixar novamente para os prisioneiros nem a compartilhar de seus trabalhos e honrarias, quer sejam grandes, quer de menor tomo.

Para nosso caso, disse, seríamos injustos obrigando-os a levar uma vida ruim, quando lhes fora possível viver bem.

e V – Tornaste a esquecer, amigo, observei, que a lei não se empenha, absolutamente, em proporcionar a qualquer classe de cidadãos uma vida excepcional, senão que se esforça por deixar feliz toda a cidade, convencendo ou compelindo os cidadãos a se beneficiarem em comum dos serviços que cada um é 520 a capaz de prestar à comunidade? Ao criar esses cidadãos, não pretendia que cada um se aplicasse na atividade mais do seu agrado, senão apenas fortalecer os elos da cidade.

Tens razão, disse; esse ponto me havia escapado.

Observa agora, Glauco, continuei, que não somos absolutamente injustos com os filósofos formados entre nós. Não; é com todo o direito que os concitamos, mais: que os obrigamos a cuidar dos outros cidadãos e a vigiá-los. b Dir-lhes-emos que nas outras cidades é natural não se afanarem com a Política os filósofos como eles, pois todos se formam por si mesmos, nessas cidades, à revelia das respectivas constituições, sendo, por conseguinte, de elementar justiça, quando alguém cresce dessa forma, sem nada dever a ninguém, recusar-se a pagar alimentos seja a quem for. Porém, vós outros fostes por nós criados para vosso bem e da cidade, como dirigentes e reis do enxame, tendo sido a educação que vos demos mais c perfeita e completa do que a deles, motivo de terdes ficado capazes de vos aplicardes nos dois campos. Tereis,

portanto, de descer para a morada dos outros, um de cada vez, a fim de, como eles, vos habituardes a enxergar no escuro. Uma vez isso conseguido, vereis mil vezes melhor do que os mais e reconhecereis de pronto as imagens e o que cada uma representa, visto terdes contemplado em sua verdade última o belo, o justo e o bem. Desse modo, a cidade, que é tanto nossa quanto vossa, terá dirigentes desvelados, não indivíduos a sonhar, como se dá presentemente com todas, que brigam por
d causa de sombras e se cindem no empenho de alcançar o poder, que para todos representa o maior bem. Mas a verdade é esta: as cidades em que o governo é exercido pelos que menos mostram desejo de governar, necessariamente serão mais bem dirigidas e ficarão livres de discórdias, acontecendo o contrário disso nas em que os governantes pensam de modo diferente.

Isso mesmo.

Que te parece: se nos ouvirem falar dessa maneira, nossos pupilos nos desobedecerão e se recusarão a arcar com o ônus da administração pública, um de cada vez, com a liberdade de viverem juntos na maior pureza todo o resto do tempo?

Impossível, respondeu; são todos razoáveis, como
e é também razoável o que exigimos deles. Mas, é fora de dúvida que só aceitarão o cargo como algo iniludível, o contrário, justamente, do que se passa com os dirigentes das outras cidades.

É assim mesmo, companheiro, lhe falei; se
521 a encontrares para os que têm de ser dirigentes uma vida melhor do que o ofício de governar, conseguirás que a cidade seja bem administrada, porque somente uma cidade nessas condições é que pode ser comandada por cidadãos verdadeiramente ricos; não ricos em ouro, sem dúvida, mas no que devem ser ricos os bem-aventurados: em vida virtuosa e sábia. Onde os famintos e mendigos se ocupam dos negócios públicos em proveito próprio, com a esperança de fazer mão baixa no que houver de bom... Assim, não é possível. Sempre que a conquista do

poder se transforma num prélio encarniçado, a guerra doméstica e intestina acarreta a destruição tanto dos dirigentes como da cidade.

É muito certo, observou.

b Conheces, perguntei, outra norma de vida que despreze o poder civil como a da verdadeira Filosofia?

Não, por Zeus, foi a sua resposta.

Sendo assim, não devem ambicionar o mando os amigos do poder, para não terem de lutar com os seus concorrentes.

Sem dúvida.

Quem, então, terás de obrigar a assumir o governo, se não forem os que sabem melhor do que os outros administrar uma cidade e, além disso, já gozaram de mais altas honrarias e conhecem melhor vida do que a dos políticos?

Ninguém mais, respondeu.

c VI – Queres agora examinar de que jeito se formam guardas desse tipo e como os conduziremos das trevas para a luz, como se conta dos que subiram do Hades para os deuses?

Como não hei de querer? perguntou.

Evidentemente, não é a mesma coisa que virar uma valva de ostra; trata-se da conversão da alma, de um dia, por assim dizer, noturno, para a subida ao dia legítimo do ser. A isso é que damos o nome de verdadeira Filosofia.

Perfeitamente.

d Precisaremos, então, investigar qual é o ramo do conhecimento dotado desse poder.

Isso mesmo.

E qual poderá ser, Glauco, o conhecimento com a capacidade de arrastar a alma do devir transitório para o ser verdadeiro? Ao formular a pergunta, ocorreu-me qual seja: já não dissemos que desde moços nossos guardas tinham de ser atletas guerreiros?

Dissemos.

Logo, será preciso que o conhecimento procurado agora por nós possua outra virtude além daquela.

Qual?

Não ser inútil para guerreiros.

De fato, respondeu; desde que isso seja possível.

A educação que lhes demos antes se baseava em Ginástica e Música.

Isso mesmo.

e A Ginástica se ocupa com o mundo transitório do devir, pois foi instituída com vistas ao crescimento e ao declínio do corpo.

É evidente.

Não será esse, por conseguinte, o conhecimento que procuramos.

522 a Não, de fato.

Será, por acaso, o conhecimento da Música, com o qual nos ocupamos há pouco?

Como deves lembrar-te, observou, a música era como que um complemento da Ginástica; educava os guardas pela influência do hábito: por meio da harmonia deixava-os, de algum modo, acordes, sem proporcionar-lhes nenhum conhecimento determinado; pelo ritmo eles conseguiam regularidade, e com os discursos, qualidades mais ou menos afins, quer fossem fabulosos, quer contivessem algum elemento verdadeiro. Porém conhecimento que vá dar no bem que ora procuras, é o

b que na Música não se encontra.

Com muita exatidão, lhe disse, recapitulaste tudo o que eu expus. Realmente, não contém nada disso. Mas, meu extraordinário Glauco, onde haverá algum conhecimento nessas condições? As demais artes se nos afiguram plebéias.

Sem dúvida. Então, que disciplina nos sobrará, se excluirmos a Música, a Ginástica e as artes em geral?

Sigamos para diante, observei; se afora estas não encontramos outra, tomemos a que se relaciona com todas.

Qual será?

c A ciência geral que serve a todas as artes, ciências e conhecimentos, e que todos nós, antes de mais nada, precisamos aprender.

Qual é? perguntou.

O conhecimento insignificante, continuei, da distinção entre um, dois e três. Não é isso mesmo o que se dá com elas, de forma que todas as artes e todos os conhecimentos são obrigados a recorrer a essas duas?

É claro, respondeu.

Até a própria arte da guerra? perguntei.

Sem dúvida nenhuma, disse.

d Pelo menos, sempre que Palamedes aparece nas tragédias, deixa Agamémnone ridículo no seu papel de general. Ou não observaste como ele afirma que, depois de haver inventado os números, se valeu desse conhecimento para determinar a posição do exército diante de Tróia e contar as naves e tudo o mais, como se antes elas ainda não houvessem sido contadas, ignorando Agamémnone, ao que parece, por não saber contar, até mesmo se tinha dois pés? Que espécie de general achas que ele fosse?

Um general bem estranho, de fato, respondeu, a ser verdade tudo isso.

e VII – Nesse caso, continuei, precisaremos incluir como matéria obrigatória para todo guerreiro o Cálculo e a Aritmética?

Sem dúvida, respondeu, se quiser entender o mínimo razoável de tática militar; ou melhor: se desejar ser homem.

E a respeito desse conhecimento, perguntei, pensas como eu?

De que jeito?

523 a É possível que seja esse o conhecimento por nós procurado, que leva naturalmente à reflexão; porém, nunca é usado como fora preciso, na sua capacidade única de conduzir a alma para o ser.

Que queres dizer com isso? perguntou.

Vou tentar mostrar-te, lhe falei, o que penso a esse respeito. À medida que eu determinar os conhecimentos que levam ou não a semelhante fim, reconsidera-os por tua vez e confirma ou nega o que eu disser, para vermos com mais clareza se a coisa é realmente o que eu imagino.

Então, mostra, me falou.

Vou mostrar-te, continuei, caso vejas como certas b percepções não convidam a inteligência a refletir, por ser suficiente a decisão dos sentidos, enquanto outras insistem com ela para que as examine, por não fornecerem as sensações nenhuma conclusão sadia.

É evidente que te referes, observou, aos fenômenos contemplados a distância e aos desenhos em branco e preto.

Desta vez, lhe falei, não apanhaste muito bem o sentido de minhas palavras.

Então, que queres dizer? perguntou.

A sensação que não convida à reflexão, lhe disse, é a c que não provoca ao mesmo tempo a que lhe é oposta; se o faz, coloco-a entre as que convidam, porque, nessa hipótese, a sensação tanto se refere a si própria como a seu contrário, nada influindo nesses casos a distância. Com o seguinte exemplo compreenderás melhor o que quero significar. Aqui temos, vamos dizer, três dedos: o mínimo, este outro e o do meio.

Perfeitamente, respondeu.

Admite, agora, que ao referir-me a eles os considero de perto. Depois, faze comigo a seguinte consideração a seu respeito.

Como será?

Qualquer deles parece igualmente dedo, sendo de d todo indiferente vermo-lo na ponta ou no meio, se é branco ou preto, delgado ou grosso, e tudo o mais do mesmo gênero; em todos esses casos a alma de quase todos os homens não é forçada a perguntar ao entendimento o que seja um dedo, pois em nenhuma circunstância a vista lhe mostrou ao mesmo tempo que

um dedo pudesse ser outra coisa que não dedo mesmo.

Nunca, de fato, respondeu.

É claro, por conseguinte, continuei, que semelhante

e sensação não excita nem desperta o entendimento.

Certo.

Prossigamos. E com respeito à grandeza ou à pequenez dos dedos, o sentido da vista será suficiente para discerni-la, sendo indiferente encontrar-se qualquer deles no meio ou na extremidade? E não é dessa mesma forma que se comporta o tato com a espessura e a finura, a macieza e a aspereza? E não serão insuficientes os demais sentidos para se manifestarem a respeito dessas diferenças? Cada sentido não procede da seguinte

524 a maneira, de forma que primeiro o encarregado de perceber a dureza é também o que percebe a macieza e comunica à alma que do mesmo objeto colhe a sensação de macieza e de dureza?

Isso mesmo, respondeu.

Nessas condições, continuei, não será inevitável que a alma se mostre perplexa sobre o significado dessa sensação de duro, por também servir para a de macio, o mesmo acontecendo com a de leve e de pesado, se a mesma sensação assinala que o leve é pesado e o pesado é leve?

b De fato, observou; para a alma são por demais estranhos esses testemunhos que requerem mais aprofundado exame.

É natural, portanto, continuei, que, em tal situação, chame, de início, a alma em seu auxílio a razão e a reflexão para decidirem se cada testemunho desses é uno ou duplo.

Como não?

Se parecerem dois, cada um não terá de ser uno e diferente do outro?

Exato.

Ora, se cada sensação é una, e ambas são duas, a alma as reconhecerá como distintas, pois se não o

c fossem não as perceberia como duas, porém como uma única.

Certo.

A visão percebe a grandeza, digamos, e a pequenez não como separadas, porém como algo misturado, não é isso mesmo?

Exato.

Por amor da clareza, o entendimento é obrigado a ver, não confundidas, a grandeza e a pequenez, o contrário do que se deu com a vista.

É muito certo.

Daí, ter-nos ocorrido perguntar no começo o que possa ser o grande e o pequeno.

Perfeitamente.

Desse jeito foi que estabelecemos a diferença entre o inteligível e o visível.

d Exatíssimo, respondeu.

VIII – Era isso, justamente, o que há pouco eu queria dizer, ao declarar que algumas sensações convidam a pensar, outras não, tendo classificado entre as primeiras as que despertam nos sentidos o seu próprio contrário, pois de outra forma não chegam a estimular o entendimento.

Agora compreendo, me disse; é exatamente o que eu penso.

E então? O número e a unidade, a qual dessas classes achas que pertencem?

Não saberei dizê-lo, respondeu.

Considera-os em analogia com o que dissemos antes.

e Se a unidade se deixa perceber claramente em si mesma, tal como é, pelos olhos ou por outro sentido, não poderá conduzir-nos à essência, como dissemos no caso do dedo; e se, ao mesmo tempo que ela, for visto o seu contrário, de forma que tanto pareça unidade como o contrário disso, então torna-se necessário ulterior julgamento, vendo-se forçada a alma a duvidar e investigar, a pôr em movimento a atividade pensante

que lhe é própria, para perguntar o que seja essa unidade
525 a em si mesma. É assim que a percepção da unidade se inclui entre as que despertam a alma e a fazem voltar-se para a contemplação do ser.

Sem dúvida, observou; a vista da unidade possui esse poder em grau eminentíssimo, pois distinguimos a mesma coisa como una e infinitamente múltipla.

Então, continuei, se isso acontece com a unidade, dar-se-á a mesma coisa com os demais números?

Como não?

O Cálculo e a Aritmética se ocupam dos números em geral?

Sem dúvida.

b Logo, ambos conduzem à verdade.

Por maneira admirável.

Fazem parte, por conseguinte, dos conhecimentos que procuramos. O guerreiro terá forçosamente de aprender essas disciplinas, para distribuir suas tropas, como o fará também o filósofo, para emergir do mar dos fenômenos transitórios e atingir a essência, sem o que não poderá tornar-se bom calculador.

Exato.

Ora, nosso guarda é guerreiro e filósofo ao mesmo tempo.

Sem dúvida.

Conviria, pois, Glauco, tornar obrigatório por lei esse estudo a convencer os que terão de exercer as mais
c elevadas funções a cultivar a Aritmética e a se familiarizarem com ela, não à maneira do vulgo, mas até alcançarem, com o auxílio exclusivo do entendimento, a visão da natureza do número, porém diferentemente do que fazem os mercadores e vendeiros, que só cuidam de vender ou de comprar, em proveito da guerra e da própria alma, e para facilitar aquela conversão do mundo dos fenômenos para o do ser e da verdade.

Muito bem dito, observou.

Só agora me ocorre, continuei, depois de tratar da
d ciência do Cálculo, quanto ela é bela e, sobretudo, útil, a

todas as luzes, para nossos desígnios, quando a estudamos só por amor do conhecimento, não como comerciantes.

Como assim? perguntou.

É que, como dissemos há pouco, ela confere à alma esse impulso irresistível para a região superior e a obriga a operar mentalmente com o conceito do número, sem jamais consentir que se imiscuam nessa atividade números que representem algo visível ou e palpável. Bem sabes como se comportam os entendidos na matéria, sempre que alguém se propõe a dividir em pensamento a unidade: riem-se dele, sem admitirem a possibilidade de semelhante operação. Se a trocares em miúdo, eles a multiplicam em outras tantas unidades, de medo que a unidade deixe de ser una para ser considerada como a reunião de várias partes.

É muito certo o que dizes.

E que te parece, Glauco, se alguém lhes perguntasse: 526 a a que números vos referis, varões admiráveis, para terem unidades, tal como as concebeis, todas elas iguais, sem a mínima diferença e inteiramente privadas de partes? Como achas que te responderiam?

A meu parecer, diriam que se referem a números que só podem ser apreendidos pelo pensamento e impossíveis de serem manipulados de outra forma.

Já vês, amigo, por conseguinte, como, de fato, essa b disciplina nos é necessária, por obrigar a alma, como parece, a recorrer à inteligência para alcançar a verdade em si.

É, realmente, o que ela faz.

E então? Decerto já observaste que os calculadores natos são, por assim dizer, dotados de todas as formas de conhecimento, e que as pessoas de engenho tardo, quando instruídas e exercitadas no Cálculo, se outra vantagem não colhem, pelo menos lucram tornarem-se mais ágeis do que antes.

Isso mesmo, falou.

c Como também não te será fácil, segundo penso, encontrar muitas disciplinas que exijam igual esforço dos que se aplicam no seu estudo e a praticam.

Sem dúvida.

Por todas essas razões, não devemos dispensá-la, porém transmiti-la aos mais bem dotados pela natureza.

De inteiro acordo, respondeu.

IX – Já determinamos, continuei, qual seja a primeira disciplina para o nosso estudo. E a segunda, que se lhe relaciona, poderá ser-nos de alguma utilidade?

Qual é? perguntou; referes-te à Geometria?

Essa mesma, respondi.

d No que entende com a arte da guerra, continuou, é evidente sua grande vantagem. Para assentar o acampamento, escalar fortalezas, estender ou apertar as linhas de combate, e em todas as outras operações militares, seja isso nos próprios campos de batalha, seja durante as marchas, é grande a diferença entre o conhecedor da Geometria e quem a desconhece.

Sem dúvida, observei; mas para tudo isso bastam rudimentos de Cálculo e de Geometria? Não; o que precisamos decidir é se a parte mais importante e
e avançada da Geometria serve ao nosso objetivo de facilitar a visão da idéia do bem. É para esse fim, como dissemos, que tende tudo o que obriga a alma a voltar-se para a região em que demora o mais feliz dos seres, que de todo o jeito ela terá de contemplar.

É muito certo, disse.

Logo, se a Geometria nos obriga a contemplar a essência, ela nos convém; se fizer isso com relação ao devir, não convirá.

É também o que afirmamos.

527 a O que não poderá contestar-nos, continuei, quem entender, um pouquinho que seja, de Geometria, é que essa ciência é muito diferente do que dizem dela os que a praticam.

Como assim? perguntou.

Aqueles tais só empregam em suas falas expressões ridículas e forçadas, pois é sempre como práticos ou com vistas à prática que constroem seus discursos e falam em esquadrar, prolongar, acrescentar e quejandas expressões.

b No entanto, essa ciência inteirinha só é cultivada por amor do conhecimento.

Perfeitamente, respondeu.

E não teremos também de admitir o seguinte?

Quê?

Que se trata do conhecimento do ser eterno, não do que ora surge, ora desaparece.

Sobre isso o acordo é fácil, porque a Geometria é, realmente, o conhecimento do que é eterno.

Sendo assim, caro amigo, ela tem a propriedade de arrastar a alma para a verdade e de formar de tal maneira o espírito filosófico, que levamos para cima o que indevidamente conservamos cá por baixo.

Isso mesmo.

c Então, continuei, teremos de insistir por maneira muito especial com os moradores de tua bela cidade, para que de nenhum jeito descurem da Geometria. Até mesmo as vantagens indiretas de seu estudo não são para desprezar.

Quais são elas? perguntou.

As que tu próprio indicaste, com referência à guerra. Sim, no que respeita às outras disciplinas, para que sejam bem compreendidas sabemos perfeitamente que há grande diferença entre quem conhece Geometria e o ignorante da matéria.

Sim, por Zeus, me disse; é enorme a diferença.

Será essa, pois, a segunda disciplina a aconselhar aos nossos jovens.

Aconselhemo-la, respondeu.

d X – E agora? Poremos a Astronomia em terceiro lugar? Ou como te parece?

Sem dúvida, respondeu; o conhecimento intuitivo das estações, dos anos e dos meses não é de vantagem

apenas para o lavrador e o navegante, senão de igual necessidade para o general.

importante

És engraçado, observei, com esse medo de que o vulgo te acuse de aconselhar estudos pouco práticos. No entanto, é um fato nada despiciendo, conquanto de difícil demonstração, que por meio desses conhecimentos se

e purifica e reanima em cada um de nós certo órgão da alma, estragado e cego por outras ocupações, apesar de ser muito mais de desejar a sua conservação do que a de mil olhos, pois é exclusivamente por seu intermédio que a verdade é percebida. Os que pensarem como tu dirão maravilhas de tua conclusão; mas os que nada entenderem da matéria pensarão que tuas palavras carecem inteiramente de sentido, visto serem incapazes de tirar disso tudo alguma conclusão prática. Assim, considera desde logo a qual dos grupos te diriges e se não investigas

528 a o problema por amor de nenhum deles, mas de ti próprio, muito embora não recuses a ninguém as vantagens que possa vir a colher de tuas locubrações.

Então, escolho o seguinte, respondeu: é principalmente em proveito próprio que falo, formulo perguntas e respondo a todas elas.

Nesse caso, recua um pouco, observei, pois não acertamos com a ordem da ciência que deve vir depois da Geometria.

Como assim?

Porque depois do estudo da superfície, passamos para o dos corpos em movimento, em vez de

b considerá-los em si mesmos. Ora, o direito seria, depois da segunda dimensão, tratar da terceira, que é a dimensão do cubo e dos demais objetos com profundidade.

Realmente, me disse; mas quer parecer-me, Sócrates, que essa ciência ainda não foi descoberta.

É dupla a causa dessa falha, observei: por não ter nenhuma cidade na devida consideração semelhante conhecimento, em si mesmo assaz difícil, pouco se investiga em tal domínio; ademais, os que se aplicam ao

seu estudo carecem de um guia seguro, sem o qual nada poderão descobrir. Mas um diretor assim é difícil de achar; porém mesmo que fosse encontrado, no estado atual das coisas, por nímia presunção os trabalhadores c nesse domínio não lhe ouviriam os conselhos. Porém, se toda a cidade chamasse a si tal iniciativa e prestigiasse o diretor, não somente os outros lhe obedeceriam, como as pesquisas, dirigidas com método e constância, não deixariam de trazer à luz bons resultados, pois até mesmo em nossos dias, muito embora seja desprezada essa disciplina pelo vulgo, rebaixada em sua dignidade e cultivada por pessoas incapazes de compreender todo o alcance de sua utilidade, apesar de tantos percalços, ela progride em virtude, exclusivamente, do encanto muito d próprio. Não será, pois, de admirar que ainda venha a florescer.

Não há dúvida, observou; é dotada de grande encanto. Porém, sê mais explícito com o que disseste há pouco. Entendes por Geometria o estudo das superfícies, não é isso mesmo?

Certo, respondi.

Logo depois dela, continuou, puseste a Astronomia, para imediatamente retirá-la.

Com a pressa, lhe falei, de dizer tudo, o que fiz foi retardar-me. Embora a mais próxima, pela ordem, fosse a ciência da dimensão em profundidade, pelo fato de ela até agora só ter apresentado resultados irrisórios, dei um salto e passei da Geometria para a Astronomia, que trata e dos movimentos dos sólidos.

Tens razão, disse.

Ponhamos, então, a Astronomia em quarto lugar, no pressuposto de que se fará notada a que deixamos de lado, quando a cidade a tiver na devida consideração.

Sem dúvida, observou. E como há pouco me repreendeste, Sócrates, por causa do elogio vulgar que 529 a fiz da Astronomia, vou exaltá-la de acordo com o teu próprio espírito. Para todo mundo é evidente, me parece,

que ela obriga a alma a olhar para cima e a passar das coisas cá de baixo para as do alto.

Isso poderá ser evidente para todo mundo, observei; menos para mim. Não penso dessa maneira.

Então, como pensas?

Do modo por que hoje a tratam os que lhe apontam o caminho da Filosofia, muito para baixo é que ela obriga a olhar.

Que queres dizer com isso?

Não me parece mesquinha tua maneira de considerar as coisas de cima. Decerto pensas que se b alguém levantasse a vista para ver a pintura do teto e notasse alguma particularidade, não veria com os olhos mas com o entendimento. Talvez estejas certo e eu é que digo bobagens; porém, de meu lado, não posso convencer-me de que haja outro conhecimento capaz de dirigir a alma para cima além daquele que se ocupa com o ser e o invisível. Mas se é alguma coisa sensível que se deseja estudar, quer seja olhada de baixo para cima, com a boca aberta, quer de cima para baixo, piscando a todo instante, nego que se possa aprender seja o que for. Não há ciência dessas coisas; c em semelhantes casos, a alma não olha para cima, mas para baixo, quer nade quem a estuda, quer se deite de costas, tanto em terra como no mar.

XI – Ganhei o que merecia, me disse; é justa a reprimenda. Mas que querias dizer com aquilo de que é preciso estudar a Astronomia por outros métodos que não os atuais, se quisermos que o seu aprendizado seja útil, de algum modo, para nosso plano?

É o seguinte, lhe falei: as variegadas constelações d do firmamento, bordadas no elemento visível, com serem o que de mais belo e perfeito no seu gênero se possa imaginar, ainda estão por baixo das verdadeiras constelações, no que diz respeito aos movimentos da velocidade e da lentidão em si mesmas, de acordo com os quais o verdadeiro número e todas as verdadeiras

figuras tanto se movem em relação umas com as outras como arrastam o que nelas se contém, fenômenos esses que só podem ser apreendidos pela razão e pela inteligência, não pela vista. Ou achas que podem?

De forma alguma, respondeu.

Nesse caso, continuei, precisaremos usar como exemplos essas pinturas variegadas do céu, a fim de alcançarmos aquele outro conhecimento, como procederia quem encontrasse alguns esboços ou desenhos e de Dédalo ou de qualquer artista ou pintor, de concepção superior e fino acabamento. Examinando esses desenhos alguém entendido em Geometria, admiraria a beleza do trabalho, porém acharia ridículo estudá-los seriamente para extrair deles a verdadeira relação da igualdade, do 530 a duplo ou de qualquer outra proporção.

Seria, de fato, bastante ridículo, observou.

E não achas, continuei, que o mesmo se daria com o astrônomo de verdade que se pusesse a contemplar os movimentos das constelações? Acreditaria que o obreiro divino fabricara o céu e o que nele se contém da maneira mais condigna e perfeita. Porém, a relação entre o dia e a noite, entre ambos e o mês, ou entre b os meses e o ano, bem como a dos astros entre si e entre tudo o mais, não te parece que ele acharia absurdo considerá-las alguém sempre iguais e não passíveis da menor variação, apesar de ser tudo corpóreo e visível e de ele procurar por todos os meios apreender sua verdadeira realidade?

É também como penso, respondeu, depois de ouvir-te assim falar.

Estudemos, então, a Astronomia, lhe disse, como fizemos com a Geometria, por amor dos problemas que nos oferece, e deixemos de lado o que se passa no céu, c se quisermos, realmente, com o seu estudo, que se torne útil, de inútil que era, a parte naturalmente racional de nossa alma.

É tarefa, me disse, mil vezes maior do que a dos astrônomos dos nossos dias.

Estou certo, continuei, que assim mesmo deveríamos proceder com os outros ramos do conhecimento, se quisermos ser de alguma utilidade como legisladores.

XII – Lembras-te de outra ciência que sirva ao nosso intento?

Assim de repente, não, foi o que me disse.

No entanto, lhe falei, o movimento não se nos apresenta sob uma única forma, mas sob muitas, segundo d penso. Algum sábio talvez pudesse enumerá-las sem omissão nenhuma, porém duas nos são facilmente reconhecíveis.

Quais são?

Além do movimento mencionado, há um segundo que se lhe contrapõe.

De que espécie?

É possível, lhe falei, que assim como os olhos foram feitos para a Astronomia, os ouvidos o foram para o movimento harmônico, vindo a ser irmãs, por conseqüência, as respectivas disciplinas, conforme asseveram os pitagóricos, com os quais, meu caro Glauco, estamos de perfeito acordo. Ou que faremos?

Isso mesmo, respondeu.

Dada a importância da matéria, continuei, e aconselhemo-nos com eles tanto nisto como nos assuntos correlatos. Mas ao mesmo tempo não percamos de vista nosso principal objetivo.

Qual?

Esforçarmo-nos para que nossos pupilos não adquiram conosco noções incompletas que não tendam ao fim de todo conhecimento, conforme indicamos há pouco no domínio da Astronomia. Ignoras, porventura, que é assim, justamente, que procedem com relação à 531 a harmonia? Medindo e comparando os acordes entre si e os sons percebidos pelo ouvido, tal como fazem os astrônomos, entregam-se a um trabalho inútil.

Sim, pelos deuses, exclamou; são ridículos quando falam em densidade de sons e encostam a orelha nas

cordas como quem se dispõe a escutar conversa do vizinho, pretendendo alguns que entre duas notas percebem mais um som, o intervalo mínimo que lhes serviria de medida, enquanto outros o negam e afirmam que esse novo som é b igual aos precedentes. O fato é que tanto uns como outros põem o ouvido acima do entendimento.

Referes-te, lhe disse, a esses tipos interessantes que dão trabalho às cordas e as torturam, retesando-as com as cravelhas. Para não tornar-me prolixo com minha linguagem figurada, não tratarei das batidas com o arco nem das acusações feitas às cordas por se negarem a produzir som ou por se apressarem em produzi-lo, e interrompo aqui mesmo essa imagem, para dizer que não é de semelhante gente que pretendo falar, mas dos que há momentos nos propúnhamos consultar sobre a c harmonia. Esses tais se comportam exatamente como os astrônomos, a saber, procuram os números nos acordes que percebemos realmente, porém nunca se elevam ao problema que se nos oferece, para nos dizerem quais são os números harmônicos e quais os inarmônicos, e a razão de serem diferentes.

Propões-te um tema verdadeiramente demoníaco, me disse.

Pelo menos, lhe repliquei, será útil para a investigação do belo e do bem; porém, em qualquer outro sentido, perfeitamente imprestável.

Compreendo, me falou.

XIII – Estou convencido, continuei, de que sempre d que o estudo metódico das ciências particulares por nós analisadas chegar a revelar o que entre elas há de comum e sua afinidade recíproca, bem como a razão de serem aparentadas, poderá de algum modo contribuir para alcançarmos a meta que nos propusemos, sem que fique perdido nosso esforço; em caso contrário, terá sido baldado.

É também o que profetizo, me falou. Porém, Sócrates, a tarefa é imensa.

E por enquanto só estou no prelúdio, observei; a que mais te referes? Ou não saberemos que tudo isso é apenas o proêmio do que teremos de aprender? Pois não e hás de imaginar que os dialéticos sejam os que mais entendem desses assuntos.

Não, por Zeus, falou; com exceção de uns poucos do meu conhecimento.

Nem hás de pensar, lhe disse, que toda essa gente, incapaz de manter uma conversa e dirigir a discussão, chegue a nunca entender algo de que dizemos que é preciso aprender?

Também não, respondeu.

532 a E não é este, propriamente, Glauco, lhe falei, o nomo que a Dialética executa? Com ser puramente inteligível, não deixa de imitá-lo a faculdade da visão, quando se esforça, como dissemos, por contemplar os seres vivos, depois os astros e, por último, o próprio sol. O mesmo acontece com quem se vale da Dialética: sem nenhuma ajuda dos sentidos externos e com o recurso exclusivo da razão, tenta chegar até à essência das coisas, sem parar enquanto não apreende com o b pensamento puro o bem em si mesmo. Com isso, atinge o limite do cognoscível, como o outro, naquele caso, o do mundo visível.

É muito certo tudo isso, me falou.

E então? Não dás o nome de dialético a esse processo?

Sem dúvida.

O ato de livrar-se das cadeias, continuei, o virar-se, bem como a subida desde a caverna até o sol, e a impossibilidade, nesse ponto, de contemplar diretamente c os animais, as plantas e a claridade solar, mas apenas suas imagens na água e as sombras divinas das coisas, não mais a sombra das imagens projetadas por nova luz, que em confronto com a do sol se torna uma outra sombra: eis a faculdade que confere o estudo das artes com que nos ocupamos. Leva a parte mais nobre da alma à contemplação do mais excelente dos seres, tal como

vimos antes com referência ao órgão mais claro do corpo, que se eleva à contemplação do que há de mais lúcido
d no mundo material e visível.

Do meu lado, me disse, declaro-me de acordo com tua concepção, muito embora ela me pareça, por vezes, difícil de aceitar, mas também, por outro prisma, mais difícil ainda de rejeitar. Não obstante, como não é apenas agora que teremos de tratar dessa questão, sendo certo que de futuro precisaremos voltar muitas vezes a considerá-la, aceitemo-la como verdadeira e passemos logo para o nosso nomo, a fim de estudá-lo mais de siso, como fizemos com o
e proêmio. Explica-nos em que consiste propriamente a força da Dialética, quantas modalidades apresenta e por que caminhos a alcançamos, pois são estes, como parece, que nos hão de levar ao ponto em que o viandante encontra descanso e o remate de suas peregrinações.

533 a Porém, meu caro Glauco, observei, não poderás acompanhar-me, apesar de toda a minha boa vontade. O que vais ver não é a imagem do que estamos estudando, mas a própria verdade, pelo menos tal como a represento. Se é legítima ou falsa, não nos compete neste momento analisar; só o que será lícito afirmar é que tem de ser algo muito parecido com ela. Não é isso mesmo?

Perfeitamente.

E também que só consegue descobrir a faculdade dialética quem for versado nos conhecimentos de que tratamos há pouco, o que de outro modo não será possível?

Isso também, falou, podemos admitir sem vacilações.

Uma coisa, pelo menos, continuei, ninguém nos
b contestará: a afirmativa de que não há outro caminho para investigar sistematicamente a essência das coisas. Em geral as artes se ocupam com as opiniões e os gostos dos homens e seus respectivos processos de formação e fabricação, ou cuidam dos produtos naturais e artificiais.

As demais, que, conforme admitimos, de algum modo
c apreendem o verdadeiro ser, a Geometria e ciências correlatas, vemos como a respeito do ser o que fazem é sonhar, sem que no estado de vigília consigam contemplá-lo, por só recorrerem a hipóteses, em que não tocam por não saberem fundamentá-las. Ora, quando o princípio é feito de não sei o quê, e o meio e o fim da mesma coisa, que não se sabe bem o que seja, de que modo o que foi concebido desse jeito chegará a constituir alguma ciência?

Não é possível, respondeu.

XIV – Assim, continuei, o método dialético é o único que rejeita as hipóteses para atingir diretamente o
d princípio e consolidar suas conclusões, e que puxa brandamente o olho da alma do lamaçal bárbaro em que vivia atolado, a fim de dirigi-lo para cima, empregando para essa conversão as mencionadas artes, como auxiliares e cooperadoras. Por uma questão de hábito, demos-lhe mais de uma vez o nome de ciência; porém, a rigor seria preciso designá-la por um nome que sugerisse algo mais claro do que opinião e mais obscuro do que ciência. Em certa altura de nossa exposição anterior, admitimos a
e expressão entendimento. Porém, não vamos brigar por causa de palavras, quando ainda temos tanta coisa importante para considerar.

De fato, observou; basta que o termo exprima com clareza o que temos em mente.

Quer parecer-me, continuei, que será suficiente fazermos como antes e dar à primeira divisão o nome de
534 a ciência, à segunda o de raciocínio, à terceira o de fé e à quarta o de conjectura. O grupo formado pelos dois últimos denominarás opinião, e o dos dois primeiros, inteligência. A opinião tem por objeto o devir; a inteligência, o próprio ser. A relação existente entre o ser e o devir corresponde a que se verifica entre inteligência e opinião, e a que, por sua vez, se observa entre estas e a dos grupos conhecimento-crença e

pensamento-conjectura. Desistamos, Glauco, de levar adiante a comparação entre as duas categorias, a da opinião e a do inteligível e suas respectivas subdivisões, para não nos afundarmos em considerações mais longas do que as precedentes.

b Do meu lado, falou, no que fui capaz de acompanhar-te, estou de inteiro acordo com tua exposição.

Não denominas dialético o indivíduo que sabe encontrar a explicação da essência de cada coisa? E quem não chega a esse ponto, na medida em que se mostrar incapaz de dar a si mesmo e aos outros essa explicação, não proclamarás desprovido de inteligência?

Como poderia deixar de fazê-lo?

O mesmo passa com relação ao bem. Quem não for capaz de determinar conceitualmente a idéia do bem e

c separá-la das demais idéias, e não souber abrir caminho, como num prélio renhidíssimo, pelo meio de um mundo de objeções, decidido a assentar suas provas, não na opinião, porém na própria essência das coisas, e não resolver todas as dificuldades com explicações irrefutáveis, de semelhante indivíduo não dirás que conhece o bem em si ou qualquer outro bem, pois até mesmo no caso de chegar a alcançar uma espécie de simulacro do bem, só o fará por meio da opinião, não do conhecimento, não passando sua vida de um sonho e modorra contínuos, sem que jamais venha a despertar

d de tudo aqui na terra; antes disso baixará para o Hades e dormirá no sono eterno.

Sim, por Zeus, exclamou; direi tudo isso com bastante ênfase.

E com relação aos teus próprios filhos, que formas e educas segundo essas diretrizes, se tiveres realmente de educá-los, não permitirás, tenho certeza, que eles, tão irracionais como certas linhas, se tornem dirigentes da cidade e árbitros das mais importantes decisões.

Sem dúvida, respondeu.

Tornarias obrigatório por lei o primado da educação que neles desenvolvesse no mais alto grau a faculdade

de apresentar questões e responder ao que lhes fosse perguntado.

e Sim, legislaria nesse sentido, respondeu, de combinação contigo.

E agora, continuei, a Dialética não se te afigura o topo e coroamento das demais ciências, sem que haja outra que possamos com justiça colocar acima dela, 535 a por havermos atingido o limite do que será preciso ensinar?

De inteiro acordo, respondeu.

XV – O que te resta agora, continuei, é determinar a quem devemos transmitir esses conhecimentos e o modo de fazê-lo.

É claro, respondeu.

Não te lembras de nossa primeira escolha dos regentes e de quais foram eleitos?

Como não haveria de lembrar-me?

Pois podes ter a certeza, continuei, de que só devem ser escolhidos indivíduos com essa natureza, a saber: serão de preferir os mais bravos e de maior confiança e, sempre que possível, os mais belos. Além disso, b precisaremos procurar não só indivíduos dotados de temperamento nobre e generoso, como de qualidades favoráveis à educação que terão de receber.

Quais são?

Precisarão ter, lhe disse, meu bem-aventurado amigo, vivacidade de engenho e facilidade de aprender aquelas disciplinas, pois as almas se acovardam muito mais ante os óbices do ensino do que com o rigor dos exercícios físicos, pois para aquilo devem despender sozinhas todo o esforço, sem cooperação do corpo.

Certo, observou.

Teremos também de escolher os de boa memória, c resistentes à fadiga, e amigos do trabalho. Pois, de outro modo, como imaginas que haveria de dispor-se alguém a suportar as canseiras do corpo, acrescidas de tantos e tão consideráveis estudos?

Jamais o conseguirá, respondeu, quem não for excelentemente dotado pela natureza.

O erro do nosso tempo, prossegui, que tanto contribuiu para o descrédito da Filosofia, a que já me referi, consiste, justamente, em não estarem à sua altura os que com ela se ocupam; só seus verdadeiros filhos é que deveriam cultivá-la, não os bastardos.

Como assim? perguntou.

Antes de mais nada, lhe falei, os que se dedicam à

d Filosofia não devem coxear nessa faina, com aceitarem as canseiras de metade das ocupações e revelarem preguiça na outra metade. É o que acontece com os que amam a Ginástica, a caça e tudo o mais que só se alcança por meio de exercícios físicos, porém não revelam amor ao estudo, às aulas e à pesquisa, a que demonstram acentuada aversão. Claudica também quem se afana em direção contrária.

É muito justo o que dizes, observou.

E não é certo, continuei, que, com relação à verdade,

e devemos também considerar estropiada a alma que odeia, de fato, a mentira voluntária, sem a admitir em si própria nem conseguir dominar-se quando se manifesta nos outros, mas tolera facilmente a involuntária, e longe de mostrar-se indignada consigo mesma quando é apanhada em alguma falsidade, apraz-se de chafurdar-se na ignorância, como faz na lama o porco?

536 a Sem dúvida nenhuma, respondeu.

E no que tange à temperança, continuei, à coragem, à magnanimidade e a todas as partes da virtude, será preciso também muito cuidado para distinguir entre o legítimo e o bastardo. Quem é incapaz de apanhar essa diferença, ou se trate de um particular ou de toda a cidade, emprega, sem o perceber, para os seus desígnios somente coxos e bastardos, quer como amigos, quer como governantes.

É, realmente, o que acontece, observou.

Precisamos considerar tudo isso, prossegui, com o

b maior cuidado. Se só iniciarmos pessoas de físico perfeito

e mente sã em estudos e exercícios dessa monta, para educá-las sobre semelhante base, a própria justiça nada terá que censurar-nos; com isso salvaremos a constituição e a cidade; porém, se recorrermos a elementos de outra espécie, acontecerá precisamente o contrário, sobre lançarmos a Filosofia num ridículo ainda maior.

Realmente, seria vergonhoso, disse.

Sem dúvida, continuei; porém, tenho a impressão de me ter tornado agora um tanto ridículo.

De que jeito? perguntou.

c Esqueci-me, lhe disse, de que estávamos brincando e falei sério demais. É que, ao expressar-me dessa maneira, olhei para a Filosofia e, por vê-la tão ignominiosamente tratada, acho que me deixei levar pela indignação, tendo dito na minha cólera, em tom muito solene, o que pensava de seus difamadores.

Não, por Zeus, observou; eu, pelo menos, como ouvinte, não tive essa impressão.

Porém, como expositor eu tive, lhe falei. Contudo, não devemos esquecer que na nossa primeira seleção só d escolhemos velhos, o que ora não nos será permitido. Solão não merece crédito, quando afirma que se pode aprender muita coisa até na velhice. Ao contrário: menos ainda do que correr; os grandes e repetidos trabalhos são só para os moços.

Necessariamente, me falou.

XVI – Assim, a Aritmética, a Geometria e os demais ramos do conhecimento que servem de propedêutica à Dialética terão de ser-lhes ministrados na infância, porém sem que o sistema pedagógico se ressinta do menor constrangimento.

Por quê?

e Porque o homem livre, lhe disse, não deve aprender nada como escravo. Os trabalhos corpóreos podem ser impostos sem maior prejuízo para o corpo, porém na alma não cala nenhum conhecimento adquirido à força.

É muito certo, observou.

Por isso, meu caro, nunca ensines nada às crianças

537 a por meios violentos, mas à guisa de brinquedo; é como melhor poderás observar as aptidões de cada um.

Só dizes a verdade.

Não te recordas de que falamos da vantagem de levarmos os meninos a cavalo, nas campanhas militares, como espectadores, e, nos casos de absoluta segurança, aproximá-los o mais possível da batalha e fazê-los tomar o gosto do sangue, como a cachorrinhos?

Recordo-me, respondeu.

Em todos esses trabalhos, continuei, e perigos e ensinamentos, os que se revelarem mais diligentes devem ser relacionados numa lista à parte.

b Em que idade? perguntou.

Ao terminarem o curso obrigatório de exercícios físicos no ginásio, pois esse tempo, quer seja de dois anos, quer de três, não admite outras ocupações: o cansaço e o sono são os inimigos naturais do estudo, sem contarmos que o curso em si é a melhor pedra de toque para vermos como cada um se comporta na Ginástica.

Nem podia ser de outra maneira, disse.

Transcorrido esse tempo, continuei, os rapazes selecionados da classe dos de vinte anos serão distinguidos com maiores honrarias do que os outros, e

c os conhecimentos que eles adquirirem sem ordem alguma quando meninos, serão agora apresentados numa sinopse homogênea, para que possam perceber a correlação existente entre os vários ramos do conhecimento e a natureza do ser.

É o único método, observou, que fixa solidamente no espírito os conhecimentos.

É o mais indicado, acrescentei, para revelar as naturezas dialéticas: quem for dotado dessa visão conjunta é dialético; os demais não o serão.

De inteiro acordo, respondeu.

Isto, lhe disse, é o que precisas considerar: os que se

d distinguirem dos demais e forem persistentes nos estudos,

constantes na guerra e nos exercícios estabelecidos por lei, ao completarem trinta anos, deverás, por seu turno, separá-los dos já selecionados, distingui-los com maiores honrarias e pô-los à prova por meio da Dialética, a fim de determinar quais são capazes de dispensar a vista e os outros sentidos, e, na companhia da verdade, atingir o próprio ser. Neste passo, companheiro, é que se faz mister da máxima cautela.

Por quê? perguntou.

e Ainda não percebeste as proporções do mal de que hoje sofre a Dialética?

Que mal?

Abuso de anarquia, lhe disse.

É muito certo.

Achas surpreendente o que se passa com os jovens dialéticos e não os desculpas?

Desculpar por quê?

Seria o caso, lhe falei, de uma criança enjeitada que 538 a crescesse no meio da maior riqueza, numa família de grande prestígio, e vivesse cercada de aduladores, mas que, ao ficar homem, viesse a saber que não é filho dos supostos pais, sem possibilidades, no entanto, de descobrir os verdadeiros. Poderás fazer alguma idéia de como se haveria essa pessoa com relação a seus aduladores e aos que a adotaram, tanto no tempo em que nada suspeitava do seu enjeitamento como depois que viesse a saber de tudo? Ou preferes ouvir o que conjecturo a esse respeito?

Sim, prefiro isso, respondeu.

XVII – Pois imagino, lhe disse, que ele distinguiria b muito mais o pai e a mãe e demais parentes, supositícios todos, do que aos aduladores; descuidar-se-ia menos deles, no caso de passarem alguma necessidade, não se excederia tanto contra eles, por atos ou palavras, e lhes desobedeceria menos vezes em assuntos de monta do que o faria com seus aduladores, todo o tempo em que ignorasse a verdade.

É natural, me disse.

Depois de vir a saber seu verdadeiro estado, é o que suponho, o respeito e os cuidados relativos aos parentes sofreriam grande quebra, para subirem muito com referência aos aduladores, que passariam a ser ouvidos c mais do que antes; sim, pautaria seus atos de acordo com os conselhos destes, conviveria de público com eles, enquanto daquele pai e da suposta parentela – a menos que se tratasse de natureza muito nobre – não se incomodaria no mínimo.

Tudo isso, observou, poderia passar-se exatamente como disseste. Mas, que relação há entre essa imagem e as pessoas que se dedicam àqueles estudos?

Ei-la: vigem entre nós certos princípios de justiça e de beleza que como pais nos educaram desde crianças e a que obedecemos e honramos.

De acordo.

d Porém há também certas máximas sedutoras que se opõem àquelas, adulam nossa alma e a seduzem, mas que não chegam a influir nos indivíduos algum tanto equilibrados, por saberem estes as máximas paternas e se orientarem por elas.

Certo.

E agora? perguntei: se a um indivíduo nessas condições apresentarem a pergunta: Que é o belo? E ele responder de acordo com o que aprendeu com o legislador, e depois lhe refutarem uma e mais vezes e de todos os modos, até ver-se forçado a admitir que e todas as coisas são tão belas quanto feias, o mesmo acontecendo com o justo e o bem e tudo o que até então ele tinha no maior apreço; depois disso, como te parece que ficariam o respeito e a submissão que anteriormente demonstrara?

Forçosamente, respondeu, nem o respeito nem a submissão continuariam como antes.

Sendo assim, lhe disse, quando se convencesse de que esses princípios não mereciam maior consideração nem lhe falavam à natureza, mas também não atinasse

539 a com a verdade, que outro modo de vida escolheria senão o que o lisonjeasse?

Não há outro, respondeu.

Assim, de respeitador das leis, como antes era, se transformará num revoltado.

Por força.

E não é de esperar isso mesmo de quem se entrega a semelhantes estudos? E não serão todos, como disse há pouco, perfeitamente desculpáveis?

E também dignos de comiseração, acrescentou.

Ora, para evitar que se torne necessário estender essa comiseração aos cidadãos de trinta anos por ti selecionados, não precisaremos tomar certas precauções antes de iniciá-los na Dialética?

Toda a cautela será pouca, respondeu.

E já não seria uma medida preventiva de grande b relevância não deixá-los provar muito moços da Dialética?

Segundo creio, de maravilha poderá ter-te escapado como procedem os adolescentes, quando pela primeira vez lhe sentem o gosto: usam-na à guisa de brinquedo, para rebater a tudo e a todos, e imitando os que os confundem com seus argumentos, põem empenho, por sua vez, em confundir os outros, comprazendo-se, à maneira de cachorrinhos, em puxar e rasgar os que deles se aproximam.

É do que mais gostam, replicou.

Porém, depois de haverem derrotado meio mundo ou de sofrerem também inúmeras derrotas, facilmente c são levados a não acreditar no que antes aceitavam, sendo esse, precisamente, o motivo de eles e tudo o que se relaciona com a Filosofia haverem caído tanto no juízo da maioria.

É muito certo, observou.

Alcançada a maturidade, continuei, já não encontra prazer em prosseguir com essa mania, preferindo imitar os que procuram atingir a verdade por medo do diálogo, sem fazer como os que brincam de contradizer os outros,

d e, uma vez conseguido o equilíbrio, sabe dar o devido apreço a esses estudos, em lugar de ridicularizá-los.

Perfeitamente, observou.

E não foi com vistas à mesma precaução tudo o que dissemos antes sobre a necessidade de só se permitir participar dos exercícios dialéticos naturezas moderadas e de caráter firme, o contrário, justamente, da atual prática, de deixar o acesso livre ao primeiro que chega e sem a menor capacidade para o gênero?

Perfeitamente, respondeu.

XVIII – Bastará estudar com empenho e ininterruptamente a Dialética, livre de qualquer outra ocupação, com o exclusivo propósito de cultivar a mente, como antes fora feito com os exercícios físicos, porém, agora num período de anos duas vezes mais longo.

e Falas de seis anos, perguntou, ou apenas de quatro?

Não te assustes, lhe disse; podes pôr cinco. Decorrido esse prazo, tu os levarás de novo para nossa caverna e os obrigarás a aceitar todos os encargos militares e a exercer as funções próprias dos moços, para que não fiquem para trás dos outros no que respeita à experiência da vida, o que te ensejará a oportunidade de verificar se eles resistem às tentações, quando se
540 a virem solicitados para todos os lados, ou se se mantêm firmes.

E para isso, perguntou, quanto tempo determinas?

Década e meia, respondi. Atingidos os cinqüenta anos, os que sobreviverem e, por vários modos, se tiverem distinguido com galhardia nas ocupações práticas e nos diferentes ramos do saber, serão finalmente conduzidos à meta, obrigados a abrir os olhos da alma e a dirigi-los para o ser que dá luz a todas as coisas; depois de contemplarem o bem em si, tomá-lo-ão como modelo
b para dirigir a contento a cidade, os particulares e eles próprios o resto da vida, cada um por seu turno, de forma que dediquem à Filosofia a maior parte do tempo; porém, uma vez chamados, terão de entregar-se às labutas

políticas, com assumirem sucessivamente a direção dos negócios públicos, sem imaginarem que com isso praticam alguma ação excelente, mas apenas um dever inadiável; e depois de haverem educado sem intermitência tantos concidadãos, de acordo com seus próprios modelos, e de deixá-los como guardas da cidade, passarão a habitar a Ilha dos Bem-aventurados. Como a demônios, a cidade instituirá em sua memória monumentos e
c sacrifícios públicos, no caso de o confirmar o oráculo pítico, ou, quando não, como a almas bem-aventuradas e divinas.

Teus governantes, Sócrates, observou, são belos a conta inteira; plasmaste-os com a perícia de um escultor.

E as governantes também, Glauco, observei; não penses que tudo o que eu disse se aplica mais aos homens do que às mulheres, pelo menos as que forem assim dotadas pela natureza.

Sem dúvida, observou, se tiverem de compartilhar de tudo com os homens, conforme já expusemos.

d E agora? perguntei: concedeis que tudo quanto expus de nossa cidade e de sua constituição não é simples sonho, e que embora seja de realização difícil não é impossível de alcançar? Porém, como o dissemos, isso só se dará quando os verdadeiros filósofos assumirem o poder, um por vez, ou mais de um, os quais, desprezando as distinções presentemente em voga, por as considerarem sem nenhum valor e indignas de homens livres, estimarão,
e pelo contrário, grandemente o dever e as honrarias dele decorrentes, e, por considerarem a justiça como a coisa mais importante e necessária, se porão a seu serviço, a farão prosperar e organizarão sua cidade de acordo com ela.

De que modo? perguntou.

Todos os cidadãos de mais de dez anos, continuei,
541 a serão enviados para o campo, só ficando seus filhos, para subtraí-los à influência dos atuais costumes, que é também dos pais, e educá-los de acordo com seus próprios hábitos e princípios, conforme já tratamos. Essa é a maneira mais fácil e rápida de formar a cidade com as

instituições a que nos referimos, de fazê-la feliz e de cumular de benefícios o povo de que for composta.

b Sem dúvida, me disse; e sobre a maneira de formar-se uma cidade dessas condições – se é que em algum tempo poderá vir a formar-se – quer parecer-me, Sócrates, que discorreste muito bem.

E agora, perguntei, não vos parece que já falamos bastante de nossa cidade e do homem que se lhe assemelha? Pois este, também, se nos apresenta claramente à imaginação, com as características que exigimos dele.

É evidente, respondeu; como também acho que tua questão foi exaustivamente desenvolvida.

Livro VIII

543 a I – Muito bem, Glauco. Assim, declaramo-nos de acordo sobre os seguintes pontos: na cidade perfeita as mulheres serão comuns e os filhos e toda a educação, como também o serão as ocupações na guerra e na paz, só podendo ser reis os cidadãos que se distinguirem nas campanhas militares e na Filosofia.

Sim, estamos de acordo.

b Admitimos, também, que, uma vez empossados, os governantes levarão os guerreiros e os instalarão em casas como as que acabamos de descrever, em que ninguém possuirá nada de próprio, pois tudo é comum a todos. Como deves lembrar-te, além dessa questão do alojamento, determinamos o que lhes será permitido possuir.

Sim, lembro-me, respondeu, por sermos de parecer que ninguém deveria ter nada do que possuem os guerreiros do nosso tempo. Ou melhor: à guisa de salário pelos serviços prestados na qualidade de atletas c militantes e de guardas, deveriam receber dos outros o necessário para o seu sustento durante um ano, com o que ficariam em condições de cuidar de si próprios e da cidade.

Exato, respondi. Mas, uma vez esgotado esse assunto, procuremos o ponto de onde partimos para a presente digressão, a fim de retomarmos nosso caminho inicial.

Não é difícil, me disse; depois de completares a descrição da cidade, falaste mais ou menos como agora, que consideravas excelente uma cidade nos moldes da que acabavas de descrever, assim como o indivíduo que d se lhe assemelhasse, muito embora, ao que parece, te fosse possível apresentar uma cidade e um homem de maior 544 a beleza. Disseste mais: que se essa forma de governo fosse a verdadeira, todas as outras seriam defeituosas. Se mal não me lembro, falaste em quatro espécies, cujo estudo

era de vantagem para conhecermos seus erros e os dos indivíduos que se lhes assemelhassem. Só depois de as considerarmos em conjunto e de ficarmos de acordo a respeito de qual seja o indivíduo melhor e qual o pior, é que poderemos decidir se o melhor é o mais feliz dos homens e o pior o mais desgraçado, ou se as coisas se passam de outro modo. Porém, no momento preciso em b que te interroguei sobre essas formas de governo, Polemarco e Adimanto nos interromperam, e por teres passado a considerar o novo tema, vieste a parar neste ponto.

Recapitulaste tudo com muita precisão, lhe falei.

Então, me disse, faze como os lutadores e volta à primeira posição. Já que te formulo a mesma pergunta, responde a ela como te dispunhas a fazer antes.

Se me for possível, repliquei.

De meu lado, falou, estou curioso de saber quais sejam essas quatro formas de governo.

c Não será difícil, lhe falei, ouvir o que desejas. As formas de governo de minha exposição anterior já têm nomes específicos: em primeiro lugar, o muito elogiado governo de Creta e da Lacedemônia; a seguir, segunda também nos encômios que lhe tributam, vem a denominada oligarquia, regime em que os defeitos constituem legião; no seu rasto, e muito diferente dela, segue a democracia; por fim, a nobre tirania, que se diferença de todas, quarta e última doença das cidades. Saberás, porventura, de outro regime político que possa d ser considerado como espécie diferente? As dinastias hereditárias, os principados que se compram e vendem, e outras constituições do mesmo tipo, a rigor são formas intermédias, e tão encontradiças entre os bárbaros como entre os helenos.

É fato, observou; citam-se muitas formas, e todas elas bastante estranhas.

II – Como deves saber, lhe disse, tem de haver tantas espécies de caracteres humanos quantas formas de governo; ou acreditas que as constituições nascem dos

e carvalhos e das pedras e não dos costumes dos cidadãos, que tudo arrastam para o lado a que se inclinam?

De jeito nenhum, respondeu; só poderão provir deles mesmos.

Logo, se há cinco formas diferentes de governo, terá também de haver entre os homens outras tantas modalidades de alma.

Sem dúvida.

Já discorremos a respeito do indivíduo que se assemelha à aristocracia, e concluímos que deverá ser bom e justo.

545 a Foi, realmente, o que fizemos.

Depois desse, precisamos considerar os tipos inferiores, os contenciosos e os ambiciosos, que correspondem à constituição da Lacônia, e passar para os outros tipos: o oligárquico, o democrático e o tirano. Uma vez encontrado o mais injusto, opô-lo-emos ao mais justo, com o que ficará completo nosso estudo sobre a relação existente, de um lado, entre a justiça pura e a extrema injustiça, e do outro, a felicidade ou a desgraça de seus respectivos representantes, para daí deixarmo-nos b convencer por Trasímaco e seguirmos em pós da injustiça, ou, coerentes com o nosso postulado, preferir a justiça.

Sem dúvida, respondeu; é o que faremos.

E já que, para maior clareza, em vez de estudarmos primeiro os costumes dos particulares, começamos pelos das cidades, será conveniente, agora, iniciar nossa análise pelo governo da ambição. Como desconheço o nome que lhe aplicam, chamar-lhe-emos timocracia ou timarquia. Depois, consideraremos o indivíduo c correspondente e passaremos para a oligarquia e o homem oligárquico; de seguida, após dirigirmos a vista para a democracia, veremos o homem democrático; por último, chegados a uma cidade tirânica e depois de a analisarmos, contemplaremos a alma tirânica. Desse modo, ficaremos em condições de emitir juízo seguro sobre o tema apresentado.

Com esse plano, disse, será bem conduzido o estudo e acertado o julgamento.

III – Então, lhe falei, tentemos explicar de que modo d a timocracia provém da aristocracia. Não é um fato bastante simples que as mudanças de constituição nascem da classe dominante, quando entre seus membros há dissídio? E o contrário: quando aquela se mantém coesa, por menor que seja, nunca fica abalada?

Isso mesmo.

E agora, Glauco, continuei, como poderia nossa cidade vir a abalar-se e de que maneira se desentenderiam auxiliares e governantes, ou ficariam os grupos em desacordo uns com os outros ou consigo mesmo? Não quererás invocar as Musas, a exemplo daquilo de Homero, para nos dizerem como surgiu a discórdia pela primeira e vez? Vamos imaginá-las brincando e falando conosco como a crianças, em estilo de tragédia, com toda a seriedade e em linguagem elevada.

Como será?

546 a Mais ou menos deste jeito: é difícil que uma cidade assim constituída venha a revoltar-se. Porém, como tudo o que tem começo também terá fim, essa criação humana não poderá durar o tempo todo; um dia há de acabar. E acabará da seguinte maneira: não é apenas nas plantas sempre fixas na terra, mas também nos animais que se locomovem sobre sua superfície, que se observa fertilidade ou esterilidade da alma e do corpo, quando a revolução periódica fecha o círculo em que se move cada espécie, pequeno para os seres de vida curta, e o contrário disso para os de longa duração. Quanto aos indivíduos de vossa raça, que educastes para governantes da cidade, nem com a razão nem com o sentimento, a despeito de b toda a sua sabedoria, conseguirão determinar as épocas de fecundidade ou de esterilidade; deixarão passar o tempo certo e irão gerar filhos quando não deviam fazê-lo. Para a geração dos seres divinos há um período que abrange um número perfeito; para a dos homens, pelo

contrário, esse período é compreendido em um número no qual certas multiplicações dominadoras e dominadas, progredindo em três intervalos e quatro termos de números semelhantes, crescentes ou decrescentes, c chegam a estabelecer entre as partes do conjunto uma correspondência racionalmente representável. Sua base epitrita acrescida do número cinco, quando multiplicada três vezes gera duas harmonias, uma das quais é feita de um número igualmente igual e de cem tomado cem vezes, enquanto o outro é feito em parte de fatores iguais e em parte de desiguais, a saber, de cem quadrados de diagonais racionais de cinco, cada um diminuído de um, ou de cem quadrados de diagonais irracionais, diminuídos de dois, e de cem cubos, de três. Todo esse número geométrico possui a virtude de dirigir os bons e os maus d nascimentos; e quando vossos guardas, ignorantes de suas leis, acasalam fora de tempo jovens noivos e raparigas, geram-se filhos que nem serão bem conformados fisicamente, nem mimosos da fortuna. E muito embora só sejam escolhidos pelos respectivos antecessores os melhores para os postos de comando, mal os filhos assumem os cargos de seus pais, por serem indignos começarão por descuidar-se de nós, em que pese a sua função de guardas, por não darem à Música o devido apreço, e depois, à Ginástica, do que resultará crescerem os moços totalmente carecentes de harmonia. Do meio e destes sairão magistrados pouco próprios para a função 547 a de guardas, de todo incapazes de reconhecer as raças de Hesíodo e as que se encontrarem entre vós outros: de ouro, de prata, de bronze e de ferro. Vindo o ferro a misturar-se com a prata, e o bronze com o ouro, resulta dessa fusão falta de semelhança, de regularidade e de harmonia, que sempre gera, onde se manifesta, a guerra e o ódio. Tal é a origem, podemos dizer, da sedição, onde quer que apareça.

Falaram com muito acerto as Musas, observou; é o que também diríamos.

b Necessariamente, repliquei; para isso são Musas.

E a seguir, perguntou: que mais disseram as Musas?

Declarada a sedição, continuei, tomam as raças caminhos diferentes: a de ferro e a de bronze, para o enriquecimento, a aquisição de terras, casas, ouro e prata; a de ouro e a de prata, por não serem pobres, senão ricas por natureza, dirigem a alma para a virtude e os costumes antigos. Depois de se hostilizarem reciprocamente e de recorrerem à violência, acordam por fim em se apropriarem das terras e das casas e em dá-las a c particulares, e os que antes eram livres e por eles guardados como amigos e nutridores, agora, subjugados, passam à condição de servos e periecos, enquanto eles se ocupam da guerra e da guarda de todos.

Acho também, observou, que não tem outra causa semelhante transformação.

Essa forma de governo, perguntei, não fica a meio caminho da aristocracia e da oligarquia?

Sem dúvida.

IV – É desse modo que a mudança se processa. Mas, d uma vez verificada, como será constituído o novo regime? Não é evidente que alguma coisa terá de ser imitada da primitiva constituição, e outras mais da oligarquia, visto tratar-se de uma forma intermédia, mas que alguns traços serão originais?

Sem dúvida, respondeu.

O respeito aos magistrados, o fato de abster-se a classe guerreira dos trabalhos da lavoura, das artes manuais e das atividades lucrativas em geral, bem como a instituição das sissítias ou refeições em comum, e da Ginástica e dos exercícios militares: todos esses traços não são tirados da primitiva constituição?

Sem dúvida.

De outro lado, o receio de entregar aos sábios os e postos de governo, por não ser possível encontrar indivíduos francos e rigorosos, como fora preciso, senão apenas mestiçados, e a preferência para os tipos arrebatados e mais simples, feitos mais para a guerra do

548 a que para a paz; o apreço dado aos artifícios e estratagemas de guerra e, bem assim, o gosto das campanhas militares: esses traços e muitos outros não lhe são característicos?

Sem dúvida.

Tais indivíduos, continuei, serão tão cobiçosos de riquezas como os membros das oligarquias; encobertamente, serão terríveis adoradores do ouro e da prata, visto possuírem celeiros e tesouros particulares, em que os esconderão da vista dos demais, além de proverem de cercas suas casas – outros tantos ninhos b nominativos – dentro das quais despenderão somas vultosas com mulheres ou com o que bem lhes parecer.

É muito certo, observou.

Com seu próprio dinheiro serão parcos, por o apreciarem sem poderem possuí-lo às claras; porém, esbanjarão com mãos largas o dinheiro alheio, para satisfação de seus apetites; a ocultas, colherão os prazeres, fugindo das leis como fogem as crianças da vista dos pais, por não terem sido educados no regime da persuasão, mas no da força, e por se haverem descurado da verdadeira Musa, a da conversação e da Filosofia, c e demonstrarem maior estima à Ginástica do que à Música.

O governo por ti descrito, observou, é isso mesmo: misto de bens e de males.

Realmente, lhe falei, verdadeira mistura; porém há um traço que se destaca dos demais, decorrente do predomínio da cólera: a ambição, de par com o apreço às honrarias.

Sim, destaca-se muitíssimo, observou.

Desse modo, continuei, se constituiria, e com tais características, semelhante forma de governo. Apresentei d apenas um esboço, para dar a conhecer os dois tipos de homem: o mais justo e o mais injusto, mesmo porque seria tarefa inexeqüível pretender passar em revista todas as constituições e o conjunto dos caracteres, sem omissão de nenhum traço.

É muito certo, observou.

V – Que homem corresponde a essa constituição? Como se formou? Qual o seu caráter?

A meu parecer, disse Adimanto, aproxima-se bastante do nosso Glauco, no que se refere à ambição.

e É possível, lhe falei; sob esse aspecto. Mas com respeito a outras qualidades, não me parece que haja semelhança.

Que qualidades?

Por força, terá de ser algum tanto presumido, e conquanto apreciador de Música, pouco familiarizado com sua prática; bom ouvinte de discursos, porém completa negação do orador. Um indivíduo nessas 549 a condições é mau para os escravos, por não desprezá-los, como faz o varão bem educado; porém é afável com os cidadãos livres e nímio subserviente com os governantes; gosta do poder e de honrarias, porém sem ser capaz de alegar em apoio de suas pretensões a postos de comando nem dotes oratórios nem outras qualidades da mesma ordem, senão apenas ações guerreiras e talento militar; é também afeiçoado à Ginástica e à caça.

De fato, observou; é o caráter exato daquela constituição.

Um indivíduo assim, continuei, na mocidade poderá b fazer pouco caso das riquezas; porém à medida que envelhece mais as prezará, por participar da natureza dos avarentos e não ser de caráter íntegro, visto tê-lo abandonado seu melhor guardião.

Qual é? perguntou Adimanto.

A razão, lhe disse, temperada pela Música, por ser ela, exclusivamente, que conserva a virtude, a vida toda, na alma em que se encontra.

Muito bem dito, observou.

Eis aí, continuei, a natureza do jovem timocrático, imagem perfeita da cidade de igual índole.

Certo.

c Forma-se mais ou menos do seguinte modo, prossegui. Por vezes trata-se de filho ainda novo de pai

de algum valor, membro de uma cidade mal governada, que foge às honrarias, cargos públicos, demandas e outras atividades do mesmo tipo, preferindo diminuir-se a ter aborrecimentos.

E como o filho chega a ficar daquele jeito? perguntou.

Para começar, lhe disse, quando ouve a mãe queixar-se de que o marido não faz parte do governo, o que a d deixa humilhada perante as outras mulheres; e depois por não o ver interessado em juntar dinheiro nem disposto a lutar com os outros ou a invectivá-los, tanto nos tribunais, em particular, como nas assembléias, porém, inclinado a aceitar com indiferença tudo quanto assaquem contra ele, e também quando observa como só pensa em si próprio e não lhe dá a mínima atenção, nem para distingui-la, nem para desprezá-la: irritada com tudo isso, diz que seu pai e não é homem; é mole demais, e desfere contra ele mil outras assacadilhas, como as que as mulheres costumam cantar em semelhantes casos.

Sem dúvida, observou Adimanto; é o que fazem, coerentes sempre com sua natureza.

Como sabes, continuei, os escravos de um indivíduo desse tipo, convencidos de que obram com boas intenções, costumam comentar essas coisas na frente de crianças, e quando vêem algum devedor que o pai deixou de cobrar, ou qualquer faltoso da mesma natureza, 550 a exortam o filho a, quando crescer, castigar toda aquela gente e provar que é mais homem do que o pai. Saindo de casa, ouve e vê a mesma coisa: os que na cidade só cuidam dos interesses próprios recebem o nome de imbecis, além de serem pouco considerados, enquanto são estimados e sobremodo elogiados os que não se importam com o que é seu. Ouvindo e vendo o jovem tudo isso, e, por outro lado, conversando com o pai e examinando mais de perto suas ocupações, em comparação com as dos outros, sente-se puxado dos dois b lados: pelo pai, que irriga e faz crescer o elemento racional

de sua alma, e pelos outros, no empenho de robustecer os da cobiça e da cólera. Por não ser de natureza ruim e apenas ter freqüentado más companhias, solicitado assim de ambos os lados, deixa-se ficar no meio, entregando à parte mediana o governo de sua pessoa, contenciosa e colérica, para acabar tornando-se um indivíduo arrogante e sequioso de distinções.

Quer parecer-me, disse, que descreveste à maravilha a formação desse tipo de cidadão.

c Desse modo, continuei, temos a segunda forma de governo e o segundo homem.

Certo, respondeu.

VI – Depois disso, diremos com Ésquilo: vejamos outro homem colocado noutra cidade; ou será melhor começarmos pela cidade, por coerência com o nosso plano?

É melhor assim, observou.

A essa forma de governo, segundo penso, segue-se a oligarquia.

A que forma de governo, perguntou, dás o nome de oligarquia?

É o governo que se baseia no censo dos haveres dos cidadãos, no qual os ricos mandam e os pobres não d exercem poder de espécie alguma.

Compreendo, observou.

E agora, será preciso explicar como se dá a mudança da timarquia para a oligarquia?

Sim.

Até um cego, lhe disse, perceberia como se opera a transição.

Como é?

O tesouro, lhe falei, que todos eles acumulam para uso próprio, acaba por estragar o regime. Para começar, inventam mil maneiras de gastá-lo, torcendo nesse e particular as leis, a que não obedecem, nem eles nem suas mulheres.

É bem provável, observou.

Depois, quero crer, olhando cada um para o seu vizinho e procurando imitá-lo, acabam deixando o povo como eles mesmos.

Sem dúvida.

A partir desse ponto, continuei, empenham-se cada vez mais em acumular riquezas, e quanto maior valor lhe emprestam, menos concedem à virtude. Não é certo que a riqueza e a virtude se comportam reciprocamente como se estivessem colocadas nos dois pratos da balança, movimentando-se em sentido contrário?

Exatamente, respondeu.

551 a Quando a riqueza e os cidadãos opulentos são tidos em alta conta, a virtude e os homens de bem decaem na consideração geral.

É evidente.

Ora, o que é apreciado é cultivado, e o que não é estimado fica esquecido.

Certo.

Assim, de ambiciosos e amantes da glória, transformam-se em avaros e cúpidos: elogiam o rico, admiram-no, instalam-no no poder e desprezam o pobre.

É muito certo.

Neste passo, promulgam uma lei que fixa os limites b da constituição oligárquica, baseada no censo da propriedade particular: mais alto ou mais baixo, conforme o grau de força ou de fraqueza da oligarquia, sendo logo anunciado que ficarão excluídos do governo os que não tiveram bens acima do teto estipulado. Semelhante exigência é imposta pela força das armas, quando não basta a intimidação para promover a mudança do regime. Não é isso mesmo?

Exato.

Em resumo: é desse modo que se opera a transformação.

Perfeitamente, respondeu. Porém, quais são as características dessa forma de governo e que defeitos lhe imputamos?

c VII – Em primeiro lugar, lhe falei, seu próprio fundamento. Pensa no que aconteceria, se a escolha dos pilotos das naus se firmasse no critério do dinheiro, ficando excluídos os pobres, ainda que fossem conhecedores da arte de navegar.

Péssima viagem, disse, aprestariam para eles próprios.

E coisa igual não acontece com todos os comandos?

Sem dúvida.

Com exclusão do comando das cidades, ou com esse também?

Principalmente com esse, respondeu, por tratar-se do mais difícil e importante.

d Eis aí, por conseguinte, o principal defeito do governo oligárquico.

Parece.

E este outro, consideras menor?

Qual?

O fato de semelhante cidade não ser una, porém, dupla: a dos pobres e a dos ricos, e por estarem juntas as duas partes, em perpétua conspiração de todos contra todos.

Por Zeus, observou; não é defeito pequeno.

Como também não é bonito verem-se os governantes impossibilitados de empreender alguma guerra, por serem e obrigados a armar o povo e terem mais medo deles do que dos inimigos, ou a não os convocarem nem se mostrarem nos combates o que realmente são: pouquíssimos, sem contarmos que não se resolvem nunca a cobrir as despesas de guerra, levados da avareza.

Sim, não é bonito.

E então? O que há muito censuramos: o desempenho de várias ocupações por um cidadão apenas: agricultura, 552 a comércio, guerra... parece-te louvável?

De forma alguma.

Responde agora se de todos esses defeitos o maior não é o que vou citar e que primeiro se observa na oligarquia.

Qual é?

A possibilidade de alguém vender os bens e de outros os adquirirem, e, depois de realizada a operação, passar aquele a residir na cidade sem identificar-se com nenhum de seus elementos componentes, nem com o comerciante, nem com o artesão, o cavaleiro ou o oplita, sob a simples designação de pobre e indigente.

b De fato, respondeu; é onde primeiro se observa.

Nas cidades de governo oligárquico não se procura combater essa falha; do contrário, uns não seriam ricos em excesso, e outros, extremamente pobres.

Certo.

Considera também o seguinte: quando esse rico desbaratava seus bens, era mais útil para a cidade nas funções a que me referi? Governava apenas na aparência; mas, em verdade, nem era dirigente nem servidor, senão mero dissipador dos próprios haveres.

Não há dúvida, observou; parecia ser aquilo; porém, c dissipador era o que ele era.

E não teremos, também, o direito de afirmar que assim como no favo nasce o zângão como doença da colméia: do mesmo modo esse indivíduo surge como zângão da casa, doença da cidade?

Perfeitamente, Sócrates, me falou.

E não é verdade, Adimanto, que a divindade criou sem aguilhão os zângãos alados; mas dos zângãos de dois pés, se alguns não têm ferrão, outros o possuem muito agudo? E também que os desprovidos de ferrão, com a idade se tornam mendigos, ao passo que é dos armados d que sai toda a corja de malfeitores?

É muito certo, disse.

Torna-se manifesto, por conseguinte, continuei, que a cidade com mendigos é o lugar em que se ocultam ladrões, batedores de carteira, violadores de templos e criminosos da mais variada espécie.

É claro, observou.

E então? Não vês que há mendigos nas cidades oligárquicas?

Que serão quase todos, respondeu; com exceção dos governantes.

E também não teremos de admitir, lhe falei, que há de haver grande número de celerados providos de ferrão, que os governantes procuram conter por todos os meios?

Sem dúvida, respondeu; é o que será preciso reconhecer.

E a proliferação dessa gente, não devemos atribuí-la à falta de instrução, a vícios de educação e à própria forma de governo?

Sem dúvida.

São essas as características da cidade oligárquica e os vícios que lhe são próprios.

É possível, respondeu.

553 a Desse modo, prossegui, terminamos a descrição do regime de nome oligarquia, que tira seus dirigentes das classes abastadas. Vejamos agora o homem que se lhe assemelha, como surge e qual é a sua índole.

Perfeitamente, disse.

VIII – Não é principalmente deste modo que se processa a mudança do homem timocrático para o oligárquico?

De que jeito?

Quando lhe nasce um filho, este começa por imitar o pai e marchar nas suas pegadas; porém, logo depois o vê soçobrar de encontro à cidade como num escolho e malbaratar o patrimônio da família e sua própria pessoa, seja à testa de um exército, seja num cargo importante, e, levado aos tribunais por denúncia dos sicofantas, é condenado à morte ou ao exílio ou à pena infamante e à perda de todos os seus bens.

É o que se dá, realmente, observou.

Ora, amigo, havendo o filho presenciado tudo isso e sofrido seu quinhão, inteiramente arruinado, por puro medo, segundo creio, não tarda a precipitar do trono da alma, de cabeça para baixo, a ambição e a cólera, e,

humilhado pela pobreza, só pensa no lucro, conseguindo, à força de trabalho penoso e de economia sórdida, juntar algum dinheiro. Não tenhas a menor dúvida: um indivíduo nessas condições assenta naquele trono o espírito da concupiscência e da avareza e o proclama grande rei de si próprio, adornando-o com tiara, colar e cimitarra.

Sem dúvida, observou.

A razão e a coragem, pelo contrário, ele deixa d sentadas no chão, dos dois lados do rei, a fim de trabalharem para ele como escravos: uma delas a excogitar e a calcular exclusivamente o modo de transformar em muito dinheiro seus minguados recursos, a outra a só admirar e enaltecer a riqueza e os cidadãos abastados e a empenhar-se por todas as maneiras na aquisição de bens e nos meios e modos de consegui-los.

Não há outra mudança, observou, que mais rápida e radicalmente transforme num avarento o jovem ambicioso.

e E não será esse, perguntei, precisamente, o oligarca?

Pelo menos essa é a transformação do indivíduo cuja natureza corresponde ao regime de que nasceu a oligarquia.

Vejamos, então, se se parece com ela.

554 a Sim, vejamos isso mesmo.

IX – Para começar, não se lhe assemelha pelo fato de prezar a riqueza acima de tudo?

Como não?

E também pelo seu espírito de sovinice e o amor ao trabalho: só satisfaz aos mais necessários desejos, sem se permitir nenhum gasto supérfluo, dominando sempre os demais apetites, por considerá-los fúteis.

Perfeitamente.

Sórdido a conta inteira, continuei, sabendo economizar de mil modos, consegue formar um tesouro. b Um tipo assim é que as multidões apreciam. Não corresponde exatamente ao governo oligárquico?

Penso que sim, observou; pelo menos tanto nesse indivíduo como na cidade o dinheiro é o que todos apreciam.

E o que eu também penso, lhe disse, é que um indivíduo como esse não cogita de instruir-se.

Sem dúvida, me falou; do contrário, não teria posto um cego como diretor do coro nem lhe dispensaria tantas atenções.

Muito bem dito, observei. Considera agora o seguinte: não será justo dizermos que a falta de instrução faz proliferar nele os apetites da natureza dos zângãos, c em parte mendigos, em parte criminosos, e só refreados por interesses diferentes?

É exatamente como dizes, respondeu.

E não sabes onde deves olhar, lhe falei, para perceberes os defeitos dessa gente?

Para onde é? perguntou.

A maneira como se comporta como tutor de órfãos ou em qualquer ocupação do mesmo gênero, em que se lhe oferecem vastas oportunidades de ser desonesto.

Tens razão.

E de tudo isso, não é evidente que semelhante indivíduo conquista fama de justo no desempenho de suas atividades, por exercer violência louvável sobre as d paixões inferiores, porém não por estar convencido de que não é melhor segui-las nem por amansá-las com argumentos? Não! Por necessidade e medo, por temer a perda de seus bens.

É muito certo, disse.

Mas, por Zeus, caro amigo, continuei; sempre que estiverem em jogo os bens dos outros, só encontrarás em quase todos os tipos dessa espécie apetites da natureza dos zângãos.

E em grande quantidade, respondeu.

Um indivíduo nessas condições não fica livre de comoções intestinas, por não ser uno, justamente, senão duplo; porém, na maior parte das vezes, no

e entrechoque das paixões, as melhores predominam sobre as piores.

Exato.

Essa a razão, segundo penso, de revelar mais decência do que muitos outros; porém a verdadeira virtude da harmonia da alma e consigo mesmo fugirá para longe dele.

É também o que eu penso.

Ademais, em sua própria cidade o indivíduo avarento 555 a será um mau competidor na disputa de qualquer palma ou prêmio honroso, visto não dispor-se a gastar dinheiro nem por amor da glória nem em competições dessa espécie; tem medo de despertar apetites pródigos e de concitá-los a lutar ao seu lado para alcançarem juntos a vitória. Como legítimo oligarca, só entra na luta com parte mínima dos recursos próprios; daí perder quase sempre; mas continua rico.

É muito certo, disse.

E ainda, acrescentei, poderíamos duvidar do acerto b de nossa comparação entre a cidade de governo oligarca e o indivíduo sovina e amante de riquezas?

De forma alguma, respondeu.

X – A seguir, quero crer, teremos de estudar a democracia, como se forma e qual a sua natureza. Só assim ficaremos conhecendo o caráter do homem democrático, para chamá-lo a julgamento.

Pelo menos, me falou, desse modo não sairemos do nosso caminho.

Ora bem, continuei; a passagem da oligarquia para a democracia é conseqüência forçosa do desejo insaciável de adquirir bens e de ficar o mais rico possível.

Como assim?

c Porque, a meu ver, os governantes oligárquicos só governam por serem ricos; essa a razão de não se decidirem a reprimir por lei a tendência dissipadora dos moços, a fim de evitar que venham a desperdiçar e a

perder seu patrimônio, pois só assim os adquirem por compra ou hipoteca, com o que se tornam ainda mais ricos e considerados.

É o que fazem, realmente.

Ora, não é mais do que claro que é impossível numa mesma cidade serem temperantes os cidadãos e d estimarem a riqueza acima de tudo? Necessariamente terão de descurar de uma coisa ou de outra.

Claríssimo, respondeu.

É desse modo que os governantes das oligarquias, por fazerem vista curta para os abusos e favorecerem a libertinagem, com muita freqüência reduzem à indigência indivíduos de natural generoso.

Sem dúvida.

É assim, segundo creio, que esses tipos, de aguilhão e bem armados, passam a encher a cidade, por causa de dívidas ou perda dos direitos de cidadania, ou por ambas as coisas, sempre a ressumar ódio e a conspirar contra os possuidores de seus antigos bens e contra o resto dos cidadãos, e a só pensar na maneira de mudar a forma do governo.

e Exato.

Nesse em meio, os traficantes, com a idéia fixa do lucro, fingem não ver os coitados e continuam a ferir com seus aguilhões – quero dizer, com seu dinheiro – os que se lhes entregam indefesos, e à guisa de pais com prole numerosa, aumentam muitas vezes seu capital, com 556 a o que só fazem crescer na cidade o número dos zângãos e dos mendigos.

Como não terão de ser muitos? observou.

E nem se decidem, continuei, a apagar as chamas de tamanho mal, com levantarem barreiras à faculdade de disporem de seus bens os particulares nem com o recurso da promulgação de outra lei que neutralize os efeitos da primeira.

Que lei?

A melhor depois daquela, e que obrigasse os cidadãos a se importarem com a virtude, porque se ficasse

b legalmente estabelecido que as partes anuentes de algum contrato assumissem os riscos de suas transações, diminuiria na cidade o número dos onzeneiros sem escrúpulos e seriam mais raros os males como os que acabamos de mencionar.

Sim, diminuiria muito, respondeu.

É por isso, continuei, que presentemente os governantes tratam assim os governados. Quanto a eles mesmos e a seus familiares, não é um fato que os moços, com a vida de luxúria a que se entregam, de todo rebeldes à disciplina física ou mental, se tornam c indolentes e moles, e incapazes de resistir aos prazeres e às dores?

Como não?

Enquanto os pais, que de tudo descuram, com exceção de juntar dinheiro, cuidam tanto da virtude como os que eles próprios arruinaram.

Sem dúvida.

Com semelhante estado de coisas, quando se juntam governantes e governados, seja em viagem, seja em oportunidades semelhantes, teorias religiosas, expedição militar em que naveguem ou acampem juntos e onde d todos se observam nos momentos de perigo, não são os pobres que se vêem menosprezados pelos ricos. Muitas vezes, até, pode acontecer que um pobre, magricela e queimado do sol, tenha seu posto nos combates ao lado de algum ricaço criado na sombra, e ao vê-lo sem fôlego e falho de expediente, com todo aquele excesso de enxúndia, não te parece que há de pensar a sós consigo que essa gente só se enriqueceu por causa da covardia dos pobres? E nas suas reuniões e particulares, não dirão uns para os outros: nossos homens de nada valem?

Não tenho a menor dúvida, me falou, de que isso mesmo é o que todos dizem.

E assim como o corpo doente, basta um pequenino empurrão de fora para desarranjá-lo; sim, por vezes, sem nenhuma causa externa sofre comoções intestinas: assim,

também, a cidade com semelhante disposição, ao menor pretexto – um partido que chama em seu auxílio alguma cidade oligárquica, enquanto o outro recorre às democracias de sua preferência – cai doente e começa a lutar consigo mesma, podendo acontecer, também, que estale dissídio sem intervenção de estranhos.

557 a E com bastante violência, até.

No meu modo de pensar, estabelece-se a democracia quando os pobres, vitoriosos, matam uns tantos adversários, exilam outros e dividem com os remanescentes os postos de comando e direção da cidade. Na maioria dos casos esses ofícios são tirados por sorte.

É desse modo, realmente, me falou, que se instala a democracia, ou por meio das armas, ou por deserção da parte contrária, de puro medo.

XI – E como se arregimenta essa gente? perguntei; b de que modo se governam? Decerto, é no meio deles que iremos encontrar o homem democrático.

Isso mesmo, observou.

E não é verdade que numa cidade assim todos são livres e transborda de liberdade o burgo e de franqueza no falar, além de ser permitido a todo o mundo fazer o que quiser?

Pelo menos, é o que dizem, observou.

Porém, onde há tanta liberdade, é claro como o dia, que cada cidadão organiza sua vida como entende.

Sem dúvida.

Numa cidade desse tipo, mais do que alhures, c encontram-se indivíduos de todos os matizes.

Como não?

Pelo jeito, continuei, essa é a mais bela forma de governo. Como manto florido e variegado, com tanta diversidade de costumes, tal governo talvez pareça o mais bonito, e é possível, acrescentei, que assim mesmo o considerem os que se comprazem, como crianças e mulheres, com os espetáculos multicores.

Sem dúvida.

Numa cidade assim conformada, meu caro, d continuei, é coisa simples procurar uma constituição.

De que jeito?

Pois graças à liberdade reinante, ela contém todas as constituições. Se alguém se dispusesse a fundar uma cidade, como o fazemos neste momento, bastaria dirigir-se a uma comunidade democrática para escolher o modelo do seu gosto, à maneira de quem entrasse num bazar de constituições para remexê-lo e organizar a nova sociedade segundo a amostra preferida.

e Pelo menos, disse, por falta de modelos não ficaria atrapalhado.

E o resto, continuei: ninguém ser obrigado a assumir nenhum cargo de direção na comunidade, ainda que se trate da pessoa mais indicada para isso, nem deixar-se dirigir contra a vontade própria, não tomar parte em expedições militares quando houver guerra, nem aceitar a paz, se assim lhe parecer, quando os demais a aceitarem? Por outro lado, havendo uma lei que proíba este ou aquele de fazer parte do governo ou da magistratura, e apesar 558 a disso governar ou julgar quando lhe der na telha: semelhantes práticas, tão do agrado do nosso tempo, não são deliciosamente divinas?

No momento, talvez sejam, observou.

E então? Não é edificante a tranqüilidade de certos sentenciados? Já não viste em cidades assim constituídas pessoas condenadas à morte ou ao exílio, e que, apesar disso, se deixam ficar onde sempre estiveram e passeiam sossegados pelo meio do povo, à maneira de espíritos, como se ninguém os visse nem se preocupasse com eles?

Já vi muitos, me falou.

E a indulgência dessas cidades, que não se preocupa b com ninharias e se traduz pelo mais radical desprezo dos princípios por nós expostos com tanta reverência quando organizamos a nossa, como, por exemplo, dizer que nunca será homem de bem quem não for dotado de natureza

exuberante, se desde a infância, como por brinquedo, não viver no meio de coisas belas e tudo fizer segundo esse padrão? Com que arrogância dão de ombros a todas essas máximas, sem procurarem conhecer nada dos estudos exigidos de quem se prepara para os cargos de comando, bastando que se declare amigo

c do povo, para que o cerquem de todas as considerações?

Não há dúvida, observou; é uma constituição de truz.

São essas, lhe disse, e outras muitas da mesma procedência, as características da democracia. Como se vê, é uma bela forma de governo, desordenada e variada, que confere certa igualdade tanto para o igual como para o desigual.

Conhece-la muito bem, observou.

XII – Considera agora, lhe disse, o indivíduo democrático. Ou será preferível, a exemplo do que fizemos com o governo, estudarmos primeiro como se forma?

Exatamente, respondeu.

Não será da seguinte maneira? Aquele indivíduo

d oligárquico e econômico, segundo penso, tem um filho que ele mesmo criou e educou.

Sem dúvida.

Esse, também, reprime a tendência para a libertinagem, que só o leva a gastar e nada poupa: desejos supérfluos, por conseguinte.

É claro, me falou.

E não queres, agora, perguntei, antes de mais nada, para não falarmos no escuro, determinar quais são esses desejos supérfluos?

Sem dúvida, respondeu.

Então, não estaríamos certos em denominar necessários os que não podemos reprimir e aqueles cuja

e satisfação nos é de alguma utilidade? Por natureza, somos levados a satisfazer essas duas espécies de desejos. Não é isso mesmo?

Sem dúvida.

559a Assim, com todo o direito daremos a estes a denominação de necessários.

Certo.

E então? E os que se podem evitar, se desde cedo houver esse propósito, e que, antes do mais, não nos ensejam benefício algum, se dissermos que não são necessários, teremos falado com propriedade?

Com toda a propriedade, respondeu.

Tomemos agora um exemplo de cada um, a fim de formarmos uma idéia geral.

Sim, façamos isso mesmo.

O desejo de comer, apenas no que entende com a b saúde e a robustez do corpo, comer pão e carne, não deverá ser considerado necessário?

Acho que sim.

Por duas razões é necessário o desejo de comer pão: por ser útil e porque a vida pode parar se ele não for satisfeito.

Exato.

O de carne também é necessário, até onde contribui para o bem-estar do corpo.

Perfeitamente.

E os desejos que vão além desses limites e se estendem a guloseimas, de que a maioria dos homens pode livrar-se pela repressão iniciada cedo e pela educação, tão prejudiciais ao corpo como à alma no que c respeita à sabedoria e à temperança, não teremos o direito de denominar desnecessários?

É muito certo.

E também não poderemos chamar estes de pródigos, e os outros de lucrativos, por serem úteis para o trabalho?

Como não?

Da mesma forma nos expressaremos com relação aos desejos do amor e a todos os outros.

Certo.

E o indivíduo que há pouco qualificamos como zângão, não foi assim denominado por estar repleto

desses desejos e prazeres e ser escravo dos supérfluos, ao passo que o governado pelos desejos necessários é d poupado e oligárquico?

Como não?

XIII – Vejamos outra vez, lhe disse, como do homem oligárquico nasce o democrático. Parece que na maioria dos casos é da seguinte maneira.

Como será?

Quando um jovem, como dissemos há pouco, criado na ignorância e com sovinice, prova do mel dos zângãos e entra em contato com esses animais ardegos e funestos, indicados para procurar-lhe toda a sorte de prazeres, na e mais variada gama de suas manifestações, é então, podes crer, que se inicia no seu íntimo a mudança do princípio oligárquico para o democrático.

De toda a necessidade, observou.

Assim como a cidade se modificou quando um dos adversários recebeu aliados de fora da mesma ideologia, de igual modo o jovem se modifica quando um gênero de desejos no seu íntimo é reforçado por desejos semelhantes e da mesma família, que afluem do exterior.

Perfeitamente.

E no caso, conforme penso, de receberem ajuda de fora as paixões oligárquicas, digamos, do próprio pai ou 560 a de parentes, com as conseqüentes reprimendas e admoestações, então se estabelece conflito e oposição, ficando esse indivíduo em luta consigo mesmo.

Nem poderia ser de outra maneira.

Deve ter havido casos, é o que imagino, em que o grupo da facção democrática perdeu o lugar para o da oligárquica, sendo expulsas ou destruídas certas paixões, por algum resquício de pudor ainda remanescente na alma do jovem, com o que se restabelece a ordem no seu interior.

É o que freqüentemente acontece, observou.

Outras vezes, também, segundo penso, após a expulsão daqueles desejos, surgem outros da mesma

b família que, em virtude da curteza de vista da educação paterna, se multiplicaram e fortaleceram.

Realmente, observou; isso também pode acontecer.

Daí, arrastaram-no para os da mesma companhia, nascendo desse comércio clandestino prole numerosa.

Como não?

O fim, segundo penso, é ocuparem a cidadela da alma desse moço, quando a percebem vazia de conhecimentos, c de bons propósitos e de máximas sensatas, as melhores sentinelas e guardas da mente dos homens amados dos deuses.

As melhores, de fato, observou.

Porém, agora, quero crer, máximas vãs e mentirosas tomaram de assalto a fortaleza e ficaram no lugar das outras.

Foi o que se deu, realmente, me falou.

Daí por diante, voltando de novo para aqueles lotófagos, vive com eles publicamente; e se porventura vem algum reforço da parte dos parentes para o elemento econômico de sua alma, aquelas opiniões fúteis, fechando as portas da fortaleza real de seu interior, não permitem a entrada dos confederados nem da comissão dos d conselhos de seus conhecidos mais experimentados: travada a pugna, aquelas ficam vencedoras. De seguida, exilam ignominiosamente a vergonha, a que tacham de parva, e expulsam de modo indecoroso a temperança, com o apelido de moleza; a modéstia e a moderação nos gastos são consideradas rusticidade e sovinice e jogadas para além das fronteiras, com a ajuda da caterva dos desejos supérfluos.

É muito certo.

Depois de esvaziarem e de purificarem a seu modo e a alma do jovem por elas dominado e de a terem iniciado nos grandes mistérios, fazem vir com numeroso coro a insolência, a anarquia, a dissipação e a desfaçatez, com grinaldas e ricos adornos, entoam hinos em seu louvor e as adulam com dar-lhes belos nomes: a desordem é liberdade; a dissipação, a magnificência e a falta de

561 a vergonha, coragem. Não é desse modo, continuei, que um jovem educado no regime dos desejos necessários se inicia na liberdade e no libertinismo dos desnecessários e prejudiciais?

É por demais evidente a transformação, observou.

De seguida, é o que eu penso, ele passa a gastar dinheiro, esforço e tempo tanto com os desejos imprescindíveis como com os desnecessários ou supérfluos. Se tiver sorte e não se afundar na embriaguez báquica, vindo a atenuar-se com a idade o tumulto das

b paixões, consentirá na volta de parte das virtudes exiladas, sem entregar-se de todo aos invasores. Assim, passa a viver numa espécie de equilíbrio entre os prazeres, entregando-se às solicitações do prazer que a sorte lhe enviar primeiro, até saturar-se dele, e depois de outro, e de mais outro, sem maltratar nenhum e cuidando de todos com igual solicitude.

Exato.

Não recebe nem permite entrar na fortaleza, continuei, nenhuma palavra de bom senso; se alguém

c lhe diz que alguns prazeres provêm de desejos bons e nobres, e outros de desejos maus, e que é preciso cultivar e honrar os primeiros e reprimir e dominar os outros, para tais observações só tem uma resposta: todos os prazeres são iguais e precisam ser tratados da mesma maneira.

Dada a sua disposição, me disse, é como terá de proceder.

Desse modo, prossegui, passa ele os dias a satisfazer os apetites do momento, ora a embriagar-se ao som de flautas, ora submetendo-se a dieta hídrica, para

d emagrecer; por vezes, entrega-se à prática de exercícios físicos, quando a preguiça não o prostra em completa inação; tempos há em que se ocupa com Filosofia ou com Política, ou então, levantando-se num repente, faz e diz o que lhe vem à cabeça. Quando fica com inveja de guerreiros, vira-se para esse lado; se se trata de comerciantes, para o destes. Numa palavra: nem a ordem

nem a necessidade lhe definem a conduta; chama de livre semelhante vida, agradável, perfeitíssima, comportando-se dessa maneira até o fim.

e Descreveste admiravelmente bem, me disse, a vida de um amigo da igualdade.

Pelo menos no meu modo de ver, prossegui, é um compêndio dos mais variados caracteres; belo e variegado como a cidade democrática. Por isso mesmo, homens e mulheres invejam semelhante vida, por conter tantos modelos de constituições e de costumes.

Isso mesmo, observou.

E então? Ponhamos esse indivíduo ao lado da 562 a democracia, pois com todo o direito merece ser chamado democrático.

Sim, façamos isso mesmo, disse.

XIV – Só nos resta, continuei, dissertar acerca da mais bela forma de governo e do mais belo homem: a tirania e o tirano.

Perfeitamente.

Vejamos, então, meu caro companheiro, como nasce a tirania. Sua origem democrática é mais do que evidente.

Sem dúvida.

b A passagem da democracia para a tirania não se fará da mesma forma que a da oligarquia para a democracia?

De que jeito?

Acumular riquezas não foi o bem a que os cidadãos se propuseram e de que resultou a oligarquia? Ou não?

Certo.

Do desejo insaciável de riquezas e do descaso de tudo o mais, senão tão-somente ganhar dinheiro, proveio a ruína da oligarquia.

Exato.

E o que destruiu a democracia, não foi a avidez do bem que ela a si mesma propusera?

Qual foi o bem a que ela se propôs?

A liberdade, lhe disse. A esse respeito, ouvirás dizer nas cidades democráticas que é o mais belo de todos, o c único que em qualquer cidade dignifica a vida do homem livre.

É certo, me falou; é frase que se ouve a cada momento.

E não será justamente, lhe disse, é o que eu queria perguntar, o desejo insaciável desse bem, a par da indiferença por tudo o mais, a causa da alteração de semelhante forma de governo e do convite à tirania?

De que jeito? perguntou.

O que eu acho é que quando uma cidade democrática sedenta de liberdade tem a má sorte de ser d servida por escanções ordinários, embriaga-se além da conta com o vinho puro da liberdade; e sempre que os governantes não se mostram complacentes e não a deixam beber à vontade, ela os persegue, acusando-os de criminosos e oligarcas.

É, realmente, o que todas fazem, observou.

Os cidadãos, continuei, que se mostram dóceis aos dirigentes são maltratados e chamados de escravos mansos e cidadãos indignos; porém, os dirigentes que se deixam dirigir, e os governados que passam, de fato, a governar, uns e outros igualados tanto na vida pública como na particular, esses é que são elogiados e tidos em e alta consideração. Numa cidade desse tipo, não é inevitável estender-se por tudo a liberdade?

Como não?

Por fim, amigo, continuei, a anarquia penetra nas casas, chegando a alcançar até mesmo os brutos.

Como devemos interpretar essa afirmativa? perguntou.

O que eu quero dizer, lhe falei, é que o pai se acostuma a parecer-se com o filho e começa a temer-se dele, e o filho toma o lugar do pai, sem o menor respeito ou receio de seus progenitores, para provar que é livre; 563 a o meteco se iguala ao cidadão, e vice-versa, o mesmo acontecendo com os estrangeiros.

É, realmente, o que acontece, me falou.

Sim, é o que acontece, lhe disse, e mais estas coisinhas do mesmo tipo: em semelhante situação, o professor tem medo dos alunos e passa a adulá-los; os alunos desprezam o professor, o mesmo se dando com relação aos preceptores. De modo geral, os moços procuram igualar-se aos velhos e competir com eles por atos ou por palavras, como os velhos, por b sua vez, se esforçam por imitá-los nos gracejos e ditos espirituosos, a fim de não passarem por casmurros ou autoritários.

Perfeito, observou.

Porém, amigo, continuei, o ponto mais alto do abuso de liberdade a que pode atingir o povo em cidade com essa forma de governo, é quando tanto os escravos comprados, como as escravas, não são menos livres do que seus compradores. Ia esquecendo de dizer até onde vão a igualdade e a liberdade nas relações entre o homem e a mulher, e vice-versa.

c Por que não dizer com Ésquilo: ora falemos o que nos vier à boca?

Perfeitamente, respondi; eu também penso assim. Os próprios animais domesticados pelo homem, quem não viu não pode avaliar quanto são mais livres aqui do que em qualquer outra parte. De fato, como diz o provérbio, as cadelas se parecem com suas donas; os cavalos e os asnos habituaram-se a andar com liberdade e aprumo, atropelando os transeuntes que não se arredam d do caminho, e tudo o mais pelo mesmo jeito, transbordante de liberdade.

Contas-me o meu próprio sonho, me falou; isso mesmo é o que eu observo sempre que vou ao campo.

A conseqüência de tais abusos, prossegui, quando os consideramos em conjunto, é ficarem os cidadãos com a alma muito sensível, e à menor tentativa de constrangimento, zangarem-se e revoltarem-se sem motivo. Por fim, como sabes muito bem, chegam ao ponto de não se incomodar com as leis, quer sejam

e escritas, quer não sejam; o que importa é não receberem ordens de ninguém.

Sei muito bem disso, respondeu.

XV – Esta, amigo, continuei, no meu modo de pensar é a bela e sedutora raiz de onde brota a tirania.

Muito sedutora, não há dúvida, respondeu. E depois desse primeiro passo?

A mesma doença, lhe disse, que atacou a oligarquia e lhe causou a ruína, aqui se manifesta num âmbito maior e com mais força, pela falta de freio, até reduzir a democracia à servidão, pois é um fato que o abuso seja do que for provoca reação correspondente, o que se

564 a verifica tanto nas estações, nas plantas e nos corpos, como no governo das cidades.

É natural, observou.

O excesso de liberdade só pode terminar em excesso de escravidão, assim nos indivíduos como nas comunidades.

É a ordem natural das coisas.

É natural, por conseguinte, continuei, que a tirania não possa deixar de provir de outra forma de governo que não a democrática, a saber: da extrema liberdade nasce a mais completa e selvagem servidão.

Está dentro da lógica, observou.

Porém, não foi isso, lhe falei, o que me

b perguntaste, mas qual é a doença que tanto ataca a oligarquia como a democracia e que acaba por escravizar esta última.

Foi isso mesmo, respondeu.

O que eu tinha em mente, lhe falei, era a caterva de ociosos e esbanjadores, comandada pelos mais corajosos, com o cortejo dos pusilânimes, e que comparamos aos zângãos: os primeiros, munidos de ferrão; os últimos, sem ele.

Comparação muito justa, me falou.

Esses tais, continuei, são fautores de desordem nas cidades em que se instalem, como no corpo fazem a

c fleugma e a bile. São elementos perturbadores que o bom médico e o legislador experiente devem observar de longe, a exemplo do sábio apicultor; de início, para impedir que proliferem na cidade; porém, no caso de aí se radicarem, para arrancá-los o mais depressa possível, com alvéolo e tudo.

Por Zeus! exclamou; isso mesmo é que é preciso fazer.

Agora, prossegui, consideremos do seguinte modo o assunto, para ver com maior clareza aquilo a que nos propusemos.

Como será?

Dividamos em pensamento uma cidade democrática nas três partes, que, de fato, entram em sua composição. d A primeira consistirá do gênero que em virtude da licenciosidade tanto prolifera nas cidades democráticas como nas oligárquicas.

Certo.

Com a diferença de ser muito mais virulento aqui do que nas oligarquias.

Como assim?

É que, não sendo estimado nas oligarquias, e até mesmo afastado dos cargos de governo, por falta de exercício não chega a dominar, ao passo que na democracia ele põe-se à frente de todos os cidadãos, com exceção de uns poucos; os mais exaltados são os únicos a falar e a agir; os demais ficam a zumbir, sentados nas e tribunas, sem nada falarem nem aceitarem o que os outros dizem, de forma que, com raríssimas exceções, no governo democrático tudo é feito por essa gente.

Isso mesmo, observou.

Há outra classe que sempre se distingue da maioria.

Qual é?

Onde todos se dedicam às atividades lucrativas, os mais econômicos por natureza ficam ricos mais depressa.

Compreende-se.

A meu parecer, é desses favos que os zângãos tiram em maior quantidade o melhor mel.

Sim, pois como poderiam tirar alguma coisa de quem nada possui?

É por isso, segundo penso, que os ricos têm o apelido de capim de zângãos.

É possível, observou.

565 a XVI – A terceira classe é formada pelo povo, isto é, os que vivem do trabalho manual: não tomam parte nas atividades políticas e são de posses limitadas. Nas democracias formam a classe mais numerosa e de maior força, sempre que se reúnem nas assembléias.

Isso mesmo, observou; porém, não revelam disposição para reunir-se, se não lhes derem também um pouquinho de mel.

Por isso, continuei, os dirigentes nunca deixam de entregar-lhes a sua parte, maior ou menor, quando têm oportunidade de roubar os bens dos ricos e distribuí-los pelo povo, porém sempre reservando para eles mesmos o pedaço mais pingue.

b É só desse modo, me falou, que eles pegam alguma coisa.

Os cidadãos espoliados de seus bens são obrigados, segundo creio, a defender-se, falando para o povo e lançando mão de todos os recursos.

Como não?

E por menos que cogitem de inovações, são acusados de conspirar contra o povo e de serem oligarcas.

É muito certo.

Por fim, quando vêem que não é por má vontade, mas por ignorância e por serem enganados pelos c caluniadores que os do povo os repudiam, então, de bom ou de mau grado se tornam oligarcas de verdade, não por gosto: trata-se de mais um dano causado pelo zângão de ferrão.

É claro.

É assim que surgem as acusações recíprocas, os processos e lutas entre todos.

Sem dúvida.

E o povo, não tem por hábito escolher um chefe que eles mesmos alimentam e a quem dão mão forte?

É, realmente, o que sempre fazem.

Torna-se patente, por conseguinte, continuei, que d onde quer que nasça um tirano, suas raízes noutra coisa não assentam senão no seu próprio antecessor.

É mais do que claro.

E como será que o protetor do povo começa a transformar-se em tirano? Não é evidente que é quando passa a fazer o que se conta do homem da fábula do templo de Zeus Liceu, na Arcádia?

Que é? perguntou.

É o seguinte: quem prova de entranhas humanas, por mínima que seja a porção misturada com as de outras e vítimas, fatalmente vira lobo. Nunca ouviste contar essa história?

Já.

O mesmo acontece com o protetor do povo, quando dispõe de uma turba fácil de dirigir: não se abstém de beber sangue dos de sua própria tribo. Por acusações caluniosas, muito do gosto desses tais, arrastam-nos aos tribunais e se maculam com o crime de homicídio, língua e boca profanadas com o gosto 566 a do sangue dos parentes exilados ou executados, e com promessas vagas de abolição das dívidas e redistribuição de terras. Uma vez chegado a esse ponto, não será inevitável e, por assim dizer, fatal que semelhante indivíduo pereça na mão dos inimigos ou se torne tirano, e, de homem que era, se transforme em lobo?

De toda a necessidade, respondeu.

É desse modo, continuei, que ele se transforma em dirigente dos que combatem os ricos.

Certo.

E se porventura for exilado e voltar, a despeito de seus opositores, não retornará como tirano consumado?

Claro que sim.

Porém, no caso de não conseguirem exilá-lo nem
b condená-lo à morte por crime político, conspiram para assassiná-lo às ocultas.

É o que, de fato, costuma acontecer, observou.

Aí é que surge o famoso pedido de quantos chegam a esse ponto: solicitam do povo uma guarda pessoal, para maior segurança do defensor do povo.

Exatamente, disse.

No que anuem, segundo penso, por terem cuidado com sua pessoa e nada temerem com relação a si próprios.

c É muito certo.

Desse modo, quando alguém de posses e, por isso mesmo, suspeito de ser inimigo do povo, vê as coisas mal paradas, só lhe resta seguir o oráculo de Creso:

Foge para o Hermo de leito pedrento
sem parar nunca nem medo mostrar de passar por cobarde.

É certo, observou; não iria esperar outra ocasião de revelar medo.

Pois, se for preso, continuei, ao tentar fugir, acredito muito que na mesma hora o matem.

Fatalmente.

Daquele protetor do povo, é fora de dúvida não
d ser possível dizer que numa grande área jaz impotente. Pelo contrário: depois de derrubar um sem-número de adversários, sobe para o carro da cidade, e em lugar de protetor revela-se tirano acabadíssimo.

Como deixar de proceder assim? Disse-me.

XVII – Examinemos agora, continuei, a felicidade desse indivíduo e a da cidade de que proveio semelhante mortal.

Perfeitamente, disse; examinemo-las.

Não é verdade, lhe falei, que no começo e nos primeiros dias ele se desmancha em sorrisos e salamaleques

e com todos os que encontra, afirma categoricamente não ser tirano, faz mil promessas, de público e em particular, solta os presos por dívidas, distribui terras entre os do povo e os de sua facção, e se mostra afável e benevolente com todos?

Necessariamente, disse.

Porém, depois de resolver seus problemas com os inimigos de fora, por arruinar alguns e acomodar-se com outros, ficando, assim, livre de dores de cabeça por esse lado, cogita de suscitar guerras em qualquer parte, para que o povo tenha necessidade de um chefe.

Compreende-se.

567 a E também para que se empobreçam os cidadãos com os impostos escorchantes e sejam obrigados a atender às necessidades imediatas, sem vagar, portanto, de conspirar contra ele.

Sem dúvida.

E quando suspeita, segundo penso, que este ou aquele se revela de espírito suficientemente altivo para não deixar-se dominar, que melhor maneira de livrar-se deles do que entregá-los ao inimigo? Não é por tudo isso que os tiranos são obrigados a estar permanentemente em guerra com outros povos?

Sem dúvida.

Mas assim procedendo, não é óbvio que se torna b cada vez mais odiado pelos cidadãos?

Como não?

E não é natural, também, que muitos dos que o ajudaram a subir, e ainda conservam prestígio, pelo menos os mais corajosos, comentem francamente os acontecimentos, tanto na sua frente como em particular?

É possível.

Logo, o tirano precisará também livrar-se de todos eles, caso queira continuar a governar, até que não sobre nem amigo nem inimigo de merecimento.

É claro.

Terá, portanto, de discernir com agudeza quem é c valente, ou magnânimo, ou prudente, ou rico. E tanta é a

sua felicidade, que se vê obrigado, de bom ou de mau grado, a guerrear todos e a armar-lhes ciladas, até purgar completamente a cidade.

Excelente purga, comentou.

É uma purga, lhe disse, oposta à que os médicos empregam para limpar o corpo; enquanto estes tiram a parte ruim e deixam a boa, o outro faz o inverso.

Pelo jeito, me disse, terá de proceder assim mesmo, se quiser continuar no governo.

XVIII – Desse modo, lhe falei, vê-se atado a uma d abençoada necessidade: conviver com uma turba de indivíduos sem nenhum valor e que, ainda por cima, o odeiam; ou então, não viver.

É inevitável, observou.

E não é evidente que quanto mais sua conduta o tornar odiado dos cidadãos, tanto mais fiel e maior terá de ser sua guarda pessoal?

Como não?

Mas quem são esses homens de confiança, e onde os irá buscar?

Virão aos montes, respondeu, de moto próprio, se lhes pagarem soldo.

Pelo cão! lhe disse; parece que voltaste a pensar em e outra espécie de zângãos: estrangeiros da mais variada procedência.

Acertaste, respondeu.

Mas, será que em sua própria terra ele não havia de querer...

De que jeito?

Tirando dos cidadãos os escravos, dando a estes liberdade e formando com eles sua guarda pessoal.

Sem dúvida, observou; ser-lhe-iam fidelíssimos.

Condição abençoada a do tirano, lhe disse, a que 568 a descreves: ter de fazer dessa gente amigos de confiança, à custa da morte dos primeiros amigos.

Nem poderá ser de outra forma, me falou; a esses é que terá de recorrer.

Eis aí, lhe disse, seus admiradores, companheiros e comensais: os novos cidadãos, pois os varões honestos o odeiam e fogem dele.

Como não fugir?

Não é sem base dizer-se que na tragédia se contém toda a sabedoria, sobressaindo-se Eurípides como o maior dos trágicos.

Como assim?

b Por haver enunciado um pensamento profundo na seguinte máxima: *a convivência com os sábios deixa sábios os tiranos*. É claro que considerava sábios os tipos de que o tirano se cerca.

Ele também, acrescentou, além de considerar a tirania algo divino, diz muito mais coisas desse mesmo teor; ele e os demais poetas.

Por isso mesmo, continuei, sendo sábios, como de fato o são, os poetas trágicos, espero que nos perdoem e a todos os que se aproximarem de nosso ideal político, por não os admitirmos em nossa cidade, visto elogiarem a tirania.

c Tenho que perdoarão, me disse; pelo menos os mais ilustrados.

Porém, o fato, segundo creio, é que vão de cidade em cidade, atraem o povo, alugam vozes fortes e insinuantes e de belo timbre, e, com isso, arrastam as cidades para a tirania e a democracia.

Exatamente.

d Ainda por cima, ganham muito dinheiro e são cumulados de distinções, principalmente, como é natural, por parte dos tiranos, depois pelas democracias. Porém, quanto mais eles avançam pela subida íngreme das formas de governo, mais cansada fica semelhante fama, até que, por falta de fôlego, não pode dar um passo.

Perfeitamente.

XIX – Porém, com isto, lhe disse, nos afastamos do assunto. Voltemos para o belo acampamento do tirano, com sua guarda numerosa, de aspecto variegado e sempre

renovada, para vermos de que modo ele consegue alimentar tanta gente.

É muito simples, respondeu: se houver na cidade tesouros sagrados, ele os desbaratará, e na proporção em que a venda dos objetos der para cobrir as despesas do regime, ficará o povo aliviado dos impostos.

e E quando acabar o tesouro?

Ora, me disse; é muito claro: passará a sustentar-se da herança paterna, ele, seus comensais, seus favoritos e suas amigas.

Compreendo, lhe falei: o povo – o verdadeiro gerador do tirano – terá de alimentá-lo e a seus comparsas.

Não haverá outro remédio, arrematou.

Que me dizes? perguntei; e se o povo se aborrecer e der de murmurar que não é justo viver o filho adulto a expensas do pai, porém o inverso: o pai à custa do filho, 569 a e que não o gerou nem o estabeleceu como tirano para ver-se rebaixado, depois de adulto o filho, à condição de escravo de seus próprios escravos, nem para ter de alimentá-lo, aos escravos e a toda aquela corja que o cerca, mas para, sob sua direção, ficar livre dos ricos e de todos os que na cidade eram conhecidos como nobres? E se o intimasse, em conseqüência, a sair da cidade a ele e a todos os da sua grei, tal como faz o pai quando expulsa de casa o filho com seus convivas indesejáveis?

Então, por Zeus, me disse, reconheceria o povo a b espécie de monstro a que deu vida, amimou e alimentou, e a pretensão de querer, débil como é, expulsar um adversário mais forte.

Que me dize? lhe perguntei; atrever-se-á o tirano a empregar violência contra o pai, e até mesmo a bater- lhe, no caso de alguma recusa de sua parte?

Sim, respondeu; depois de desarmá-lo.

Classificas o tirano, lhe falei, como parricida e de mau enfermeiro de velhos. Desse modo, como parece, chegamos à definição mais conhecida da tirania. O povo, como se diz, querendo fugir da fumaça da escravidão c imposta pelos cidadãos livres, cai no fogo do despotismo

dos escravos, e em vez do sonhado manto daquela liberdade ilimitada e inoportuna, enverga o da mais amarga e insuportável escravidão, a exercida pelos próprios servos.

Sem dúvida, respondeu; é isso mesmo o que acontece.

E agora? lhe perguntei; haverá excesso de nossa parte em concluir que explicamos por maneira satisfatória como a democracia se transforma em tirania e mostramos como procede depois de constituída?

Foi cabal a exposição, me falou.

Livro IX

571 a I – Agora só nos resta, continuei, examinar como o homem tirânico sai do democrático e, depois de formado, qual é o seu caráter e de que modo vive.

Sim, resta-nos ainda esse, respondeu.

Mas não sabes, perguntei, o que ainda falta?

Que é?

A respeito dos apetites, sua natureza e número, quer parecer-me que ainda não dissemos o suficiente. Se não b analisarmos esse ponto, ficará sempre obscura a questão com que nos ocupamos.

E ainda não está em tempo de obviarmos a essa falta?

Sem dúvida. Presta atenção ao que sobre isso desejo saber. É o seguinte: entre os apetites e prazeres desnecessários, alguns me parecem ilícitos. De fato, nascem com o homem; mas, reprimidos pelas leis e pelos desejos mais altos, em algumas pessoas, com a ajuda da razão, podem extinguir-se de todo ou ficar reduzidos a c raros e tênues vestígios do que eram, enquanto noutras se tornam mais fortes e freqüentes.

A que desejos te referes? perguntou.

Aos que despertam no sono, lhe falei, quando repousa a parte racional e dócil da alma, feita para dominar a outra, bestial e selvagem, e que, saturada de alimentos e de bebidas, levanta-se de súbito, sacode longe o sono e procura satisfazer seus apetites. Como sabes, nesse estado ela é capaz de tudo, por se ter desvencilhado inteiramente do pudor e da razão. Não hesitará nem d mesmo ao pensamento de unir-se à própria mãe ou ao que for: homens, deuses e animais, como não se corre de manchar-se de nenhum modo, nem se julga obrigada a abster-se de nenhum alimento. Numa palavra: não há loucura nem imoralidade que não esteja disposta a praticar.

Só dizes a verdade, observou.

Porém, quando alguém, segundo penso, se mantém são e temperante, e antes de dormir desperta a razão e a alimenta com belas máximas e reflexões para alcançar a consciência de si mesmo, sem tratar com escassez da parte concupiscente nem lhe permitir excessos, para que se 572 a mantenha calma e não venha a perturbar com suas alegrias e tristezas a outra parte, a melhor, deixando-a investigar e procurar descobrir por si mesma, em toda a sua pureza, o que ela ainda não conhece, seja do passado, seja do presente, ou do futuro; quando essa pessoa, digo, depois de acalmar a parte colérica, adormece sem estar com ânimo agitado nem com raiva de ninguém; sim, depois de dominar essas duas partes da alma e de estimular a terceira, da inteligência, para, afinal, adormecer: como muito bem sabes, é nessas b condições que a alma atinge mais de perto a verdade e quando menos lhe surgem em sonhos aparições monstruosas.

Declaro-me plenamente convencido de tudo isso, respondeu.

Quanto dissemos até aqui, foi a título de digressão. O que queremos conhecer é que em todos nós há desejos terríveis, selvagens e irrefreáveis, até mesmo nos indivíduos aparentemente ponderados, o que se torna manifesto nos sonhos. Agora vê se falei certo e se estás de acordo comigo.

De inteiro acordo.

II – Então, procura recordar-te do que dissemos a respeito do homem democrático. Desde a infância é c criado por um pai sovina, que só dá valor aos apetites interesseiros e despreza os supérfluos e relativos a diversões e embelezamento. Não foi isso?

Certo.

Depois de freqüentar a companhia de pessoas mais requintadas e de posses, e transbordante dos apetites a que nos referimos, por ódio à sovinice paterna entrega-se insolentemente a toda a espécie de excessos. Desse modo,

por ser de natureza melhor do que a de seus corruptores,
d solicitado em direções contrárias, fica a meio caminho das duas maneiras de viver, gozando de ambas, segundo acredita, com moderação, de forma que nem leva uma vida muito sórdida nem de dissipações: de homem oligárquico, torna-se democrático.

Foi isso mesmo, disse; ainda não mudamos de opinião a tal respeito.

Admite agora, lhe falei, que esse indivíduo envelheceu e tem um filho que ele educa de acordo com suas próprias normas de vida.

Está admitido.

Admite mais, que o filho passe pela mesma experiência do pai e se entregue à prática dos
e desregramentos que seus corruptores denominam plena liberdade, e que o pai e demais parentes favorecem os desejos moderados, enquanto os da facção contrária reforçam os do lado oposto. Logo que aqueles magos habilidosos e criadores de tiranos se sentem impotentes para dominar o jovem, cogitam de insuflar-lhe a paixão
573 a do amor, que se torna o guia natural dos desejos indolentes e pródigos, uma espécie de zângão gigantesco dotado de asas. Ou achas que nessa gente o amor seja outra coisa?

Não, respondeu; é isso mesmo.

E quando os outros desejos zumbem em torno do amor, cheios de incenso, perfumes e grinaldas, de vinho e de todos os prazeres dissolutos e próprios de semelhante companhia, e alimentam o zângão e o excitam ao máximo e nele implantam o aguilhão do desejo, então
b esse presidente da alma, tendo como guarda pessoal a loucura, comporta-se com verdadeiro frenesi, e se porventura ainda encontra no seu íntimo desejos e opiniões de alguma utilidade e passíveis de ruborizar-se, mata-os e os atira longe, até purgar a alma de toda a temperança e enchê-la daquela modalidade de loucura.

Descreveste, me disse, maravilhosamente bem a formação do homem tirânico.

E não será por isso, continuei, que desde muito o amor é denominado tirano?

É possível, respondeu.

E o ébrio, caro amigo, perguntei, não é também de
c temperamento tirânico?

Sem dúvida.

E o indivíduo furioso e louco, não se atreve a medir-se com os homens e até mesmo com os deuses, pensando que pode dominá-los?

Exatamente, respondeu.

Sendo assim, meu bem-aventurado amigo, a rigor o perfeito tirano só nasce quando determinado indivíduo, ou por natureza e hábito ou por ambos os fatores, se torna ébrio, amoroso e louco.

Muitíssimo claro.

III – É assim, ao que parece, que nasce o homem desse tipo. Mas, como vive?

Isso agora, respondeu, como se passa nos
d brinquedos, tu mesmo é que vais dizer-me.

Pois não, lhe falei. O que eu penso é que, a partir desse instante, tudo serão festas em sua residência, cantorias, comezainas, na companhia de cortesãs e tudo o mais do mesmo gênero que o tirano Eros permitiu instalar-se em sua alma e dirigir-lhe os movimentos.

Forçoso é que assim seja, observou.

E daí em diante, dia e noite, ao lado do amor, não germinarão desejos sem conta, cada qual mais exigente?

Muitos, sem dúvida.

Sendo assim, suas rendas eventuais em pouco tempo se esgotarão.

É fato.

e Ao que se seguirão dívidas e dissipação do patrimônio.

Como não?

E quando ficar sem nada, não será inevitável gritarem os desejos violentos que em tão grande número se lhe

aninharam na alma e que ele próprio, espicaçado pelo aguilhão daqueles apetites, mas principalmente pelo amor, que marcha à frente de todos como guia natural da guarda, lance, desvairado, as vistas por toda a parte, à procura de cidadãos de posses, para espoliá-los como
574 a lhe for possível, à força ou por astúcia?

Sem dúvida, respondeu.

Terá de roubar de todos os lados, se não quiser vir a tornar-se presa de angústia e de dores violentas.

Necessariamente.

E assim como os desejos que chegaram depois levaram vantagem sobre os antigos e os despojaram de seus direitos, ele, também, apesar de moço, só há de querer levar vantagem sobre o pai e a mãe, e despojá-los, quando já tiver consumido sua parte, para ser pródigo com o patrimônio deles.

Como poderia ser de outra maneira? perguntou.

E, no caso de não cederem os pais, primeiro não
b tentará lesá-los e ludibriá-los?

É certeza.

E vindo a falhar esse plano, não irá até à violência e ao roubo?

Acho que sim, respondeu.

E se o pai e a mãe, já velhos, se insurgirem e oferecerem resistência, que acha o meu admirável amigo: ele saberia conter-se e se correria de proceder como tirano?

Não confio muito, respondeu, no que poderia acontecer aos pais de um sujeito desse tipo.

Mas, por Zeus, Adimanto! Achas mesmo que, por causa de uma cortesã de conhecimento recente e sem nenhuma relação de parentesco com ele, haveria de bater
c na mãe, sua amiga de longa data a quem deve a própria vida, ou por uma paixão de ontem, de um belo mancebo, agrediria o pai já decadente, porém seu mais velho amigo e parente tão chegado, e os reduziria à condição de escravos daqueles, no caso de passarem a viver todos sob o mesmo teto?

Sim, por Zeus, foi sua resposta.

Parece, então, grande felicidade, continuei, dar à luz um filho com vocação de tirano.

Sem dúvida.

E então? Depois de malbaratar os bens do pai e da d mãe, e de ver instalar-se no seu íntimo um enxame de prazeres, não tentará arrombar casas ou tomar o manto, à noite, fora de horas, a algum transeunte e, por fim, pilhar os próprios templos? Nesse em meio, as velhas opiniões, tidas antes como justas, a respeito do bem e do mal, e que desde menino ele acatara, terão sido dominadas pelos desejos saídos de pouco da escravidão, sob a direção do amor, de quem formam a guarda pessoal. Até então, e esses desejos só eram libertados em sonhos, durante o sono, no tempo em que ele ainda vivia sob o império da lei e da obediência paterna e se comportava democraticamente. Sob a tirania do amor e já desperto, ele faz permanentemente o que só de raro em raro se permitia em sonhos, sem deter-se ante o horror de nenhum assassinato, alimento proibido ou ato 575 a ignominioso: como tirano, vive nele o amor na mais completa anarquia e libertinagem, e porque é o único a mandar, leva o súdito, tal como faz o monarca com a cidade, a praticar os mais incríveis atos para alimentar-se, e a toda a turba de acompanhantes, de desejos tumultuosos, tanto os que penetram de fora, vindos com as más companhias, como os nascidos ali mesmo, de idêntica natureza, mas que ele soltara e pusera em liberdade. Não é essa a vida de tal homem?

Exatamente, respondeu.

Quando acontece, continuei, haver poucos indivíduos desse tipo em determinada cidade, sendo b sensato o resto da população, aqueles emigram para compor a guarda pessoal de algum tirano ou para se alistarem como soldados mercenários onde quer que haja guerra. Em épocas de paz e tranqüilidade, deixam-se ficar na cidade, onde cometem um sem-número de pequenas malfeitorias.

A que malfeitorias te referes?

Por exemplo: roubam, arrombam casas, furtam bolsas, tomam aos viajantes as vestes, pilham templos e vendem como escravos pessoas livres. Alguns se tornam delatores, quando possuem o dom da palavra, ou prestam falso testemunho e se deixam subornar.

Falas de pequenas malfeitorias, observou; porém c só no caso de ser muito reduzido o número dessa gente.

Sim, o pequeno só é pequeno em comparação com o grande, observei. Tudo isso é zero, como se diz, ao lado das misérias e desgraças que um tirano pode causar a qualquer cidade. Quando cresce na comunidade o número dessa gente, reforçado, ainda por cima, pelos que se lhes agregam, e todos adquirem consciência da própria d força, são esses que, auxiliados pela estupidez do povo, geram o tirano, dentre todos, justamente, o que trouxe na alma o déspota maior e mais perfeito.

É natural, falou; não há maior vocação para a tirania.

Isso, no caso de ceder voluntariamente o povo; porém, dada a hipótese de resistir a cidade, o tirano castigará sua pátria do mesmo modo como fez com o pai e a mãe, se se sentir bastante forte para tanto. Graças ao concurso de novos companheiros, escravizará sua velha e querida mátria, como dizem os cretenses, ou pátria, como dizemos nós, e nesse estado a conservará. Vão acabar nisso os apetites de semelhante indivíduo.

e Exatamente, respondeu.

Não é assim mesmo, continuei, que essa gente se mostra na vida particular e antes de assumir o poder? Para começar, sejam quais forem as pessoas com quem convivam, só encontram aduladores prontos para satisfazer-lhe os caprichos; e quando precisam de algum 576 a favor, agacham-se diante seja de quem for e se rebaixam às mais vergonhosas demonstrações de intimidade, prontos para se afastarem como estranhos, no momento em que atingem seu objetivo.

Isso mesmo, disse.

Nunca são amigos de ninguém; precisam ter sempre a quem tiranizem ou a quem sirvam. Porém o que seja liberdade ou amizade verdadeira, é o que jamais saberá por experiência própria a natureza do tirano.

Perfeitamente.

Não seria acertado dar a eles todos o qualificativo de pérfidos?

Sem dúvida.

E também de injustos ao extremo, se estava certo o b que dissemos antes, quando tratamos da natureza da justiça?

Como, de fato, estava, respondeu.

Então, lhe disse, façamos um apanhado do indivíduo péssimo: é o que em estado de vigília procede como faz em sonhos o que há pouco descrevemos.

Perfeitamente.

É o que sempre acontece quando alguém de natureza eminentemente tirânica chega sozinho ao poder; e quanto mais tempo exercer a tirania, tanto mais se apurarão suas qualidades.

É conseqüência inevitável, observou Glauco, intervindo na conversa.

IV – E quem parece ser, voltei a falar, o pior de todos, não parecerá também o mais desgraçado? E quem c foi por mais tempo tirano e com poderes irrestritos, não foi por mais tempo e verdadeiramente desgraçado? A esse respeito variam muito as opiniões.

Não pode ser de outra forma, respondeu.

E não é certo, perguntei, que o homem tirânico é feito à semelhança da cidade de governo tirânico, o democrático conforme a democrática, e assim com os demais regimes políticos?

Como não?

E que, do mesmo modo que uma cidade está para outra, com relação à virtude e à felicidade, estão os homens entre si?

d Sem dúvida.

E com respeito à virtude, qual é a relação existente entre a cidade do governo tirânico e a de governo régio, que descrevemos em primeiro lugar?

São opostas entre si: esta, a melhor de todas; aquela, a pior.

Não te perguntei, lhe disse, qual era a melhor nem a pior, por ser isso mais do que evidente; porém, com respeito à infelicidade ou à desgraça, como as classificas? Não nos deve ofuscar a vista do tirano, que não passa de uma unidade, nem a dos poucos que o cercam. Por ser indispensável penetrar na cidade e

e examiná-la em conjunto, enfiemo-nos por seus meandros para tudo examinarmos e, assim, formarmos juízo próprio.

É justa a proclamação, me disse; para todo mundo é evidente que não há cidade mais infeliz do que a tirânica, nem tão venturosa como a régia.

E não tinha razão, lhe falei, de incluir na mesma

577 a proclamação a pergunta relativa à felicidade do indivíduo e de só considerar digno de julgá-lo quem fosse capaz de penetrar pelo pensamento até o fundo do seu caráter e de examiná-lo por dentro, sem fazer como as crianças, que só vêem as aparências, para não deixar-se perturbar pela pompa com que o tirano se apresenta às multidões? Não, terá de saber devassá-lo até o âmago. E se, ademais, eu pretendesse que só devíamos ouvir quem estivesse em condições de julgar e, além disso, houvesse morado na mesma casa com o tirano e o tivesse visto em suas ocupações domésticas e a maneira por que trata os

b familiares, diante dos quais com freqüência se mostra despojado de seu aparato trágico, e que também o houvesse examinado em momentos de perigo público... E se pedíssemos a quem tiver conhecimento de tudo isso que se manifeste a respeito da felicidade ou infelicidade do tirano, com relação aos outros homens?...

Só pedirias o que é justo, respondeu.

E não quererás admitir, lhe perguntei, que nós mesmos nos imaginemos capazes de julgar, como se já tivéssemos convivido com tiranos, para termos quem responda a nossas perguntas?

Perfeitamente.

V – Então, vem cá, lhe falei, e examina essa questão comigo. Não percas de vista o fato de que a cidade e o indivíduo se parecem, e, considerando-os alternadamente, ponto por ponto, declara a condição de cada um.

c

A respeito de que? perguntou.

Para começarmos pela cidade, lhe disse, denominas livre ou escravizada a que é dirigida por um tirano?

Escravizada em grau máximo, respondeu.

No entanto, encontras nelas senhores e também homens livres.

Encontro, de fato, respondeu; porém, em número muito reduzido; a totalidade, por assim dizer, ou a parte mais importante, vive na mais degradante e baixa escravidão.

Ora, continuei, se o homem se parece com a cidade, não será forçoso prevalecer nele a mesma ordem, por lhe encherem a alma a baixeza e a servidão extremas e ficarem as partes mais nobres escravizadas e dominadas pela porção menor, precisamente a tresloucada e de nenhum valor?

d

Forçosamente, respondeu.

E então? De que modo classificas semelhante alma: é escrava ou livre?

Escrava, evidentemente; é o que digo.

Porém, uma cidade escrava e dirigida por um tirano não faz tudo o que quer.

Sem dúvida.

e

Nesse caso, a alma tiranicamente dominada, também não fará o que quiser. Refiro-me à alma como a um todo: sendo permanentemente espicaçada pelo aguilhão, só conhecerá perturbações e remorsos.

Como não?

E como terá de ser uma cidade tirânica: rica ou pobre?

Pobre.

A alma do tirano, por conseguinte, ficará sempre pobre e insatisfeita? 578 a

Exatamente, respondeu.

E agora: não é forçoso que essa cidade e semelhante homem vivam sempre com medo?

Sem dúvida.

Achas que poderias encontrar outra cidade mais cheia de lamentações, de suspiros e de tristezas?

De jeito nenhum.

E entre os homens, concebes alguém com maior dose dessas misérias do que o tirano endoidecido pelas paixões e pelo amor?

Como fora possível? perguntou.

b Foi por teres observado tudo isso, segundo penso, e muitos outros fatos da mesma natureza, que classificaste a cidade tirânica como a mais infeliz.

E não estava certo? perguntou.

Sem dúvida, lhe falei. E como julgas o homem tirânico, já que observas nele idênticos efeitos?

O mais desgraçado dos homens, respondeu.

Nesse ponto não tens razão.

Como assim? interpelou-me.

Não me parece, lhe disse, que tenha atingido o grau máximo da desgraça.

Então, quem o atingiu?

Este outro te parecerá ainda mais desgraçado.

Quem?

c O indivíduo de natureza tirânica que não vive até o fim como um cidadão comum e tem a má sorte de tornar-se potentado.

Pelo que dissemos até agora, falou, terei de conceder que estás com a razão.

Não, lhe falei; num assunto dessa natureza não devemos conceder coisa nenhuma; o que se faz mister é examiná-lo a fundo sob o seguinte critério, pois nossa

investigação diz respeito ao que há de mais elevado, a saber: viver bem ou viver mal.

Tens razão, me falou.

Agora vê se o que eu digo tem algum fundamento. O que me parece é que devemos considerar o assunto às d luzes de um exemplo concreto.

De que modo?

Escolhendo na comunidade um dentre os cidadãos de posses e de grande escravaria. Parece-se com o tirano por exercer o mando sobre muita gente; a única diferença a favor do tirano é a quantidade.

É a única, de fato.

Como sabes, os cidadãos dessa espécie vivem seguros, sem nada temerem de seus fâmulos.

De que se poderiam temer?

De nada, respondi; mas adivinhas a razão de viverem sem nenhum receio?

Sem dúvida; é que toda a comunidade dá mão forte a cada cidadão em particular.

e Bela resposta, lhe disse. Mas ouve aqui: se alguma divindade tomasse um desses cidadãos de cinqüenta ou mais escravos e o retirasse da cidade juntamente com a mulher, os filhos e todos os seus haveres, incluída a escravaria, e os transportasse para um deserto, onde nenhum homem livre pudesse correr em seu auxílio: com quanta preocupação imaginas que ele ficaria, de medo de ser assassinado pelos escravos, ele, a mulher e os filhos?

Muitíssima, respondeu; não há dúvida.

579 a Não se veria forçado a adular uns tantos escravos, prometer-lhes mundos e fundos, libertar alguns sem necessidade; em suma: reduzir-se a bajulador de seus próprios servidores?

Mais do que forçado, respondeu, se não quisesse perecer.

E agora, continuei: no caso de colocar a divindade ao redor de seu terreno muitos vizinhos, dispostos a não permitir que nenhum homem dominasse outro e a

castigar com as mais severas penas quem fosse apanhado em semelhante falta?

b Quer parecer-me, disse, que sua situação se tornaria muito mais aflitiva, vigiado, assim, de todos os lados, por inimigos.

E não é em prisão desse tipo que se encontra acorrentado o tirano, com as características por nós descritas, assaltado por toda a sorte de temores e de apetites? Por mais que sua alma seja faminta de novidades, é a única pessoa da cidade que não se atreve a viajar sozinho, nem a ir ver tudo o que desperta a curiosidade dos homens livres; passa a maior parte do tempo fechado c em casa, como as mulheres, com inveja dos outros cidadãos, se acontece algum viajar para fora e ver algo belo.

Isso mesmo, observou.

VI – Eis a messe de males que recolhe o indivíduo de alma mal governada e que há pouco classificamos como sendo o mais desgraçado dos homens, o tirano, impossibilitado de viver como cidadão particular e obrigado pelas condições do momento a tornar-se tirano; sendo incapaz de dominar-se, dispõe-se a governar os outros; seria o caso de um indivíduo de físico abalado e sem possibilidade de dirigir-se, e que em vez de viver d como simples particular, se visse obrigado a vida toda a lutar corpo a corpo com adversários robustos.

Tua comparação, Sócrates, me falou, é muito feliz; só dizes a verdade.

E essa situação, meu caro Glauco, não é da mais acabada miséria? A vida do tirano não é mais lastimosa ainda do que a de quem consideraste o mais infeliz dos homens?

Sem tirar nem pôr, foi a sua resposta.

Não há como fugir: o verdadeiro tirano – embora muita gente discorde dessa maneira de pensar – é, de fato, escravo acabadíssimo, de baixeza e subserviência e extremas, bajulador da pior espécie; não tendo meios de

satisfazer a todos os seus desejos e carecendo de um mundo de coisas, é verdadeiramente pobre aos olhos de quem souber examinar-lhe toda a alma; sentindo medo a vida inteira, é presa permanente de convulsões e dores, a ser verdade que seu estado se parece com o da cidade por ele comandada, como de fato parece, não é isso mesmo?

Parece-se muito, respondeu.

580 a Mas, além desses males, não devemos atribuir a semelhante indivíduo os a que nos referimos há pouco, a ele inerentes, porém exacerbados pelo poder? Terá de ser invejoso, pérfido, injusto, carecente de amigos, ímpio, criador e alimentador de toda a sorte de vícios, causa de ser ele o mais infeliz dos homens e de deixar infelizes quantos com ele conviverem.

Ninguém dotado de senso, me disse, poderia contestar-te.

Muito bem, lhe falei. Agora, assume o papel de juiz b supremo e emite o teu parecer sobre quem, na tua maneira de pensar, é o primeiro quanto à felicidade, e quem o segundo, e classifica por ordem os outros cinco: o homem régio, o timocrático, o oligárquico, o democrático e o tirano.

É muito fácil, respondeu. Classifico-os pela ordem de entrada dos coros em cena, conforme sejam suas relações com a virtude e o vício, a felicidade e seu contrário.

Então, lhe perguntei, precisaremos alugar um arauto, ou proclamarei aqui mesmo ter decidido o filho de c Aristão que o melhor e mais justo é também o mais feliz, a saber, o que for mais régio em tudo e reinar em si mesmo, e o pior e mais injusto, o mais infeliz, vindo a ser este o de temperamento mais tirânico e que tiraniza ao máximo a si mesmo e à cidade?

Proclama-o tu mesmo, respondeu.

Acrescentarei, também, que é indiferente conhecerem ou não conhecerem sua natureza íntima os homens e os deuses?

Podes acrescentar, me disse.

VII – Muito bem, lhe falei; vai ser essa a nossa d primeira prova; a segunda será a seguinte, caso estejas de acordo.

Qual é?

É que, sendo a cidade dividida em três partes, continuei, a alma de cada pessoa também será tripartida, cabendo-nos assentar nisso, segundo creio, mais uma demonstração.

De que jeito?

É o seguinte: assim como há três partes na alma, quer parecer-me que há também três espécies de prazer, um para cada parte. Todas elas têm desejos e comandos peculiares.

Como assim?

Por meio de uma das partes, digamos, o homem aprende; com a outra, encoleriza-se; quanto à terceira, dada a variedade de formas, e por não termos encontrado e um nome único que lhe convenha, designamo-la pelo que apresenta de mais notável e predominante: damos-lhe o nome de apetitiva, por causa da veemência dos desejos relacionados com o comer, o beber, o amor e demais apetites do mesmo gênero. Denominamo-la, também, 581 a amiga do dinheiro, por ser principalmente com dinheiro que se satisfazem os desejos dessa espécie.

Tens razão, me disse.

E se acrescentarmos que o amor e o prazer dessa terceira classe se relacionam com o lucro, apoiaremos numa qualidade importante nossa maneira de designá-la e teremos uma idéia clara, sempre que nos referirmos a essa parte da alma, com denominá-la amiga do dinheiro e do lucro, o que viria a ser sua designação mais certa.

É também o que eu penso, observou.

E então? A parte colérica não diremos que se empenha sempre em dominar, vencer e conquistar fama?

b Sem dúvida.

E se a designássemos também como amiga da vitória e das dignidades, não seria adequado semelhante qualificativo?

Muito adequado, respondeu.

E depois, não é claro, também, para toda a gente, que a parte por meio da qual aprendemos se esforça integralmente para atingir a verdade, sendo das três a que dá menos importância à riqueza ou à fama?

Muito menos, de fato.

Se a denominarmos, pois, amiga do conhecimento e da sabedoria, ter-lhe-emos dado a designação apropriada?

Como não?

E não é certo, continuei, que nalgumas pessoas

c compete a essa parte o comando da alma, e em outras uma das duas restantes, conforme o acaso o determine?

Exatamente, respondeu.

3 espécies de homens

Essa é a razão, também, de afirmarmos que há três espécies de homens: o filosófico, o ambicioso e o interesseiro.

Certo.

Como há, também, três espécies de prazer, relacionados com esses três caracteres.

Perfeitamente.

Sabes muito bem, continuei, que se te resolveres a interrogar particularmente cada um desses tipos de homens sobre qual seja a vida mais agradável, todos eles farão o elogio da sua. O homem interesseiro dirá que,

d em relação com o prazer do ganho, o das honrarias e o do conhecimento de nada valem, a menos que servissem para juntar dinheiro.

É muito certo, disse.

E o ambicioso, prossegui, não considera grosseiro o prazer de acumular dinheiro? E o de aprender, também, se esse conhecimento não conferir fama, não equivalerá para ele a fumo e banalidade?

É também o que eu penso.

Quanto ao filósofo, como devemos imaginar que opina a respeito dos outros prazeres, em comparação com

e o do conhecimento da verdade em si e o de passar a vida a estudar? Não dirá que estão longe do verdadeiro prazer

e que só de nome são necessários, pois os dispensaria de todo, se o não forçasse a necessidade?

É a conclusão que se impõe, falou.

VIII – E uma vez, lhe disse, que se acham em discussão as diferentes espécies de prazer com seus respectivos modos de vida, não para concluirmos qual seja a vida melhor, porém a mais agradável e isenta de

582 a sofrimento, como sabermos qual dos nossos homens enunciou sentença mais acertada?

Para ser franco, me disse, não sei como responder.

Considera o caso da seguinte maneira: com que precisa julgar quem quiser julgar bem? Não é com experiência, sabedoria e raciocínio? Alguém disporá de um critério mais elevado?

Como fora possível? perguntou.

Reflete mais um pouco: dos nossos três tipos de homem, a qual atribuiremos maior experiência dos prazeres? Acreditas, mesmo, que o indivíduo interesseiro que se dispusesse a investigar a natureza da verdade teria

b maior experiência do prazer do conhecimento do que tem o filósofo do prazer do ganho?

A diferença é muito grande, me disse. Desde criança, este último é forçado a provar dos outros dois prazeres, ao passo que quando o interesseiro não é levado por nenhuma necessidade a provar da doçura do prazer do conhecimento da natureza do ser nem a adquirir essa experiência, por mais que se afane nesse sentido, a coisa não lhe será muito fácil.

Logo, continuei, o filósofo deixa longe o interesseiro no que respeita à experiência que tem desses dois prazeres.

c Muito, não há dúvida.

E com relação ao ambicioso? O filósofo será menos experiente do prazer ligado às honrarias do que o outro com o que se refere ao conhecimento?

De jeito nenhum; as distinções acorrem naturalmente para quem atinge a meta a que se propusera.

O ricaço é distinguido pelas multidões, o mesmo se dando com o corajoso e o sábio. Daí conhecerem todos por experiência própria o que seja o prazer das honrarias. Mas o prazer oriundo da contemplação do ser, só o filósofo, ninguém mais, está em condições de apreciar.

d Assim, lhe disse, no que tange à experiência, dos três é este o que pode formar o melhor juízo.

Sem dúvida.

E o único que à experiência associa a reflexão.

Como não?

Mais, ainda: o instrumento que serve para julgar não é privativo do indivíduo cúpido nem do amigo de honrarias, mas apenas do filósofo.

Qual é?

Já não dissemos que para julgar é indispensável o raciocínio? Não foi isso?

Certo.

O raciocínio, por conseguinte, é o instrumento peculiar ao filósofo.

Sem dúvida.

Ora, se a riqueza e o ganho fossem o melhor critério para julgar, sempre que o indivíduo interesseiro elogiasse e ou condenasse alguma coisa, seu juízo teria forçosamente de ser verdadeiro.

Com toda a certeza.

E se o critério fosse o das honras, da virtude ou da coragem, o certo seria quanto dissesse o ambicioso ou o amigo das disputas.

É evidente.

Porém, como neste particular o que decide é a experiência, a reflexão e o raciocínio...

É de toda a necessidade, continuou, que tudo o que o filósofo elogia, o amigo da razão, seja verdadeiro.

583 a Assim, das três espécies de prazer, o mais agradável é o que corresponde à parte da alma com a qual conhecemos, como a mais doce vida é a de quem se deixa comandar por essa parte.

Nem poderia ser de outra maneira, observou, pois o sábio é juiz competente, quando se manifesta sobre sua própria existência.

E a que modo de vida, perguntei, com seu respectivo prazer atribui o juiz o segundo lugar?

Evidentemente, ao do guerreiro e do ambicioso; estes se encontram mais perto dele do que o homem interesseiro.

O último lugar, portanto, cabe ao indivíduo interesseiro.

Como não? me falou.

b IX – Assim, em duas demonstrações sucessivas o justo alcançou a vitória sobre o injusto. Na terceira, como de praxe nos certames olímpicos, dirijamo-nos a Zeus salvador e olímpico. Considera que com exclusão do prazer do sábio, os demais nem são verdadeiros de todo nem puros; não passam de sombras de prazer, como me parece ter ouvido de um certo sábio. Esta, por conseguinte, vai ser para o injusto a queda mais perigosa e decisiva.

Sem dúvida; mas, que queres dizer com isso?

É o seguinte, lhe falei; espero fazer essa prova, se c me ajudares com tuas respostas.

Podes perguntar, me disse.

Então, responde, lhe falei: não dizemos que a dor é o contrário do prazer?

Sem dúvida.

E o seguinte: não há também um estado de alma em que não sentimos nem prazer nem dor?

Há, sem dúvida.

Logo, entre esses dois estados há uma espécie de repouso para a alma, com relação a cada um deles? Não é assim que te exprimes?

Exatamente, respondeu.

E não te lembras, perguntei, do que os doentes dizem quando sofrem?

Que é?

d Que não há nada tão agradável como a saúde, mas que antes de ficarem doentes não faziam idéia de quanto ela é agradável.

Lembro-me, respondeu.

Como decerto também já ouviste dizerem os que sofrem dor aguda que não há o que se compare com a cessação da dor.

Ouvi.

Então, já deves ter observado, quero crer, que em muitas situações em que os homens sofrem, o que eles gabam é a cessação do sofrimento e o descanso que se lhe segue, não o prazer.

É que decerto, falou, nesses momentos o descanso lhes parece doce e grato.

e E também quando deixam de sentir prazer, lhe disse, o repouso subseqüente é sofrimento.

É possível, respondeu.

Desse modo, o estado intermediário de repouso a que há pouco me referi será, alternadamente, ambas as coisas: prazer e sofrimento?

Parece que sim.

Mas, será possível tornarem-se ambas as coisas o que não é nem uma coisa nem outra?

Acho que não.

Quando o prazer ou o sofrimento se processam na alma, constituem uma espécie de movimento, não é verdade?

Certo.

584 a E agora mesmo, o estado em que não há nem sofrimento nem prazer não se nos revelou como repouso e algo intermediário entre ambos?

Revelou, realmente.

Como, então, admitir que a ausência de sofrimento seja agradável, e a falta de prazer, molesta?

Não há jeito.

É que, em rigor, lhe falei, esse estado de repouso não existe; é simples aparência: agradável, em comparação com o sofrimento, e molesto, confrontado com o prazer,

nada havendo de são em semelhantes fantasias: tudo não passa de ilusão.

Pelo menos, me falou, é a conclusão a que nos leva o raciocínio.

b Olha agora, lhe disse, para os prazeres que provêm do sofrimento; senão, ficarias hoje a imaginar que o prazer, por natureza, é apenas a cessação da dor, e vice-versa: a dor, a cessação do prazer.

Olhar para onde, perguntou, e a que prazeres te referes?

Há muitos, lhe disse; entre outros, caso queiras, bastará pensares nos agradáveis prazeres do olfato. Surgem de súbito, com extraordinária intensidade, sem serem precedidos de nenhuma sensação desagradável, e quando cessam, também, não causam sensação de dor.

c É muito certo, observou.

Não aceitamos, por conseguinte, que a cessação da dor constitua prazer puro, e a do prazer, sofrimento verdadeiro.

Sem dúvida.

Mas uma coisa é certa, lhe disse: dos prazeres assim denominados, que chegam à alma por intermédio do corpo, os mais numerosos e intensos são todos dessa natureza: cessação de alguma dor.

É o que são, de fato.

E o mesmo não se dará com as dores e os prazeres antecipados e oriundos da expectativa de alguma coisa?

Exatamente.

d X – E não sabes, lhe disse, de que natureza são esses prazeres e com que mais se parecem?

Com que é? perguntou.

Não admites, lhe falei, que em todas as coisas há o que se denomina em cima, em baixo e no meio?

Sem dúvida.

E quando alguma coisa se desloca de baixo para o meio, não te parece subir? E quando se encontra no meio e olha para o ponto de origem, que mais poderá imaginar,

senão que está em cima, visto não conhecer a verdadeira altura?

Por Zeus! exclamou; acho mesmo que em tal situação não poderia pensar de outra maneira.

E no caso de a deslocarem de novo para trás, não e pensará, e com razão, que está descendo?

Como não?

Porém, só lhe aconteceria tudo isso, por ignorar o que significam, de fato, as expressões *no alto, no meio* e *em baixo.*

É evidente.

E ainda te admiras de que, havendo tanta gente que desconhece a verdade e forma opinião errada sobre um mundo de coisas, e que assim também se comportam com relação ao prazer e à dor e aos estados intermediários, imaginam que sofrem – como, de fato, sofrem – quando passam para a dor, mas quando passam da dor para o estado intermediário ficam absolutamente convencidos 585 a de que alcançaram a plenitude do prazer, tal como se daria com o ignorante da cor branca, que depois do preto visse o cinzento: do mesmo modo, por desconhecerem o prazer, confundem a dor com a ausência da dor; porém, nesse ponto se enganam.

Por Zeus! me falou; disso não me admiraria; o contrário, sim, é que me causaria maior espanto.

Considera agora o assunto, lhe disse, do seguinte b modo: a fome, a sede e outras sensações como essas, de vazio, não são estados do corpo?

Como não?

E a ignorância e a insensatez, não serão, porventura, outros tantos vazios do estado da alma?

Perfeitamente.

E não será possível encher esses vazios com alimento ou com sabedoria?

Como não?

E qual a repleção mais verdadeira: a que tem menos realidade ou a que tem mais?

Sem dúvida nenhuma, é a que tem mais.

E a teu ver, qual dos dois gêneros participa em maior dose da existência pura: o que abrange o pão, a bebida, a
c carne e os alimentos em geral, ou o da opinião verdadeira, o conhecimento, a inteligência e o conjunto das virtudes? Considera o assunto pelo seguinte ângulo: o que se liga ao que é sempre igual a si mesmo, imortal e verdadeiro e é em si mesmo dessa natureza e se origina do que é dessa mesma natureza, a teu ver tem mais realidade, ou o que é sempre mutável e perecível e em si mesmo é dessa natureza e se origina do que é dessa mesma natureza?

Muito mais, falou, o que é sempre igual a si mesmo.

E a essência do que é sempre mutável, participa mais da existência do que do conhecimento?

De forma alguma.

Ou mais da verdade?

Também não.

Se participa menos da verdade, não terá também de participar da existência em grau menor?

Forçosamente.

d Sendo assim, todas as coisas que servem para o trato do corpo participam, em seus diferentes gêneros, em menor proporção da verdade e da essência, do que as relativas ao trato da alma.

Muito menos.

E o corpo, não achas que participa menos da essência do que a alma?

Acho.

Logo, o que em si mesmo é mais real e se enche com coisas mais reais, fica verdadeiramente mais cheio do que o que é menos real e se enche com coisas menos reais.

Como não?

Assim, se for agradável a satisfação de um desejo conforme a natureza, o que se satisfaz mais realmente
e com coisas de maior realidade, gozará mais real e verdadeiramente do verdadeiro prazer, ao passo que quem participa de coisas menos reais, se satisfará por

maneira menos verdadeira e menos sólida e gozará de um prazer falaz e menos verdadeiro.

É fora de toda a dúvida, observou.

Por isso, os indivíduos desconhecedores da virtude 586 a e da sabedoria e dados a comezainas e a outros divertimentos do mesmo gênero, movimentam-se, como parece, para baixo, e depois só se alçam até à região do meio, oscilando, desse modo, a vida inteira entre esses limites, sem jamais ultrapassá-los. Não havendo atingido em nenhum tempo nem visto a verdadeira altura, nunca se saciaram com a vista do verdadeiro ser nem conheceram o prazer firme e duradouro; porém, vivendo como o gado, o olhar sempre para baixo, e inclinados para a terra e para a mesa, passam a vida no pasto, a engordar e a se sujarem mutuamente, empenhados, cada b qual mais, em vantagens próprias: atracam-se, batem-se uns nos outros com cornos e cascos de ferro, por nunca estarem saciados, visto não encherem com o que tem realidade a parte deles mesmos que realmente existe e retém o que recebe.

Como um perfeito oráculo, Sócrates, disse Glauco, descreveste a vida da maioria dos homens.

Terá de ser, por conseguinte, inevitável que só conheçam prazeres mesclados de sofrimento, simulacros dos verdadeiros prazeres, simples esboços que só adquirem relevo pela justaposição dos prazeres e das c dores, para que se reforcem e insuflem nesses insensatos paixão furiosa de possuí-los: desse modo lutam encarniçadamente como se lutou em Tróia, no dizer de Estesícoro; pelo fantasma de Helena, e tudo apenas por desconhecerem a verdade.

Necessariamente, me falou, terá de ser assim como disseste.

XI – E então? Com o elemento irascível não acontecerá forçosamente a mesma coisa, quando só cuida da satisfação dessa parte da alma, e a inveja animada pela ambição, a violência, pelo desejo das disputas, ou a cólera

pelo mau humor, levam os homens a fartar-se de
d honrarias, de vitórias e de cólera, sem um pingo de discernimento nem de razão?

Por força, disse, em semelhante caso terá de ser assim mesmo.

E agora, lhe falei: não teremos a coragem de afirmar que os apetites relativos ao interesse ou a disputas que seguem o conhecimento e a razão e sob sua direção alcançam os prazeres que a sabedoria lhes indica, participam dos prazeres verdadeiros – pois têm a
e verdade como guia – e também dos que forem mais conformes à sua natureza, se for certo o princípio de que o melhor para cada coisa é o que esteja mais de acordo com ela?

É muito certo, disse; os mais conformes à sua natureza.

Quando toda a alma segue o elemento filosófico sem que nela se verifique nenhuma sedição, acontece que cada uma de suas partes não apenas cumpre sua obrigação e é justa, como goza dos prazeres mais puros e que lhe são próprios, e dos mais verdadeiros de que seja capaz.

Sem dúvida.

Quando, porém, predomina um dos outros poderes, não só não lhes é possível encontrar os prazeres que lhes
587 a são próprios, como força as outras partes a procurar prazeres estranhos e não verdadeiros.

Certo.

Porém o que mais se afasta da Filosofia e da razão não será também o mais capaz de provocar semelhantes conseqüências?

Sem dúvida.

E o que mais se afastar da razão, não é também o que mais se distanciará da lei e da ordem?

É evidente.

E já não vimos que os desejos que mais se afastam
b dela são os tirânicos e relativos ao amor?

Isso mesmo.

E os que menos o fazem são os monárquicos e moderados?

Exato.

Logo, segundo penso, o tirano é quem mais se afasta do prazer verdadeiro e próprio do homem, enquanto o rei é quem mais dele se aproxima.

Forçosamente.

Sendo assim, continuei, a vida do tirano é a mais desagradável, como a mais agradável será a do rei?

De toda a necessidade.

E não sabes quanto a vida do tirano é mais desagradável do que a do rei?

Saberei se o disseres, respondeu.

Sendo três os prazeres, como parece, um legítimo e dois adulterinos, transpõe o tirano a fronteira dos adulterinos, fugindo à lei e à razão, acompanhado sempre dos prazeres servis e assalariados. Não é fácil demonstrar quanto ele é inferior ao outro, se não for da seguinte maneira.

Como será? perguntou.

O tirano está três pontos afastado do homem oligárquico; entre eles se encontra o democrático.

Realmente.

Logo, a estar certo o que já assentamos, o fantasma do prazer com que ele se compraz estará também três pontos afastado da verdade.

Isso mesmo.

O homem oligárquico, por sua vez, ocupa o terceiro lugar, a partir do homem real, se contarmos este e o aristocrático como um só.

O terceiro, de fato.

Assim, a distância em que do verdadeiro se encontra o tirano, expressa em números, é três multiplicado por três.

É provável.

Desse modo, continuei, ao que parece, o fantasma do prazer do tirano, considerado segundo o seu cumprimento, pode ser expresso por um número plano.

Perfeitamente.

Elevando à raiz quadrada esse número, e depois ao cubo, obtém-se facilmente a distância que o separa do rei.

Sim, observou; isso é evidente para o bom calculador.

E se alguém, por conseguinte, invertendo os termos, e quiser exprimir em números a distância existente entre o verdadeiro prazer do rei e o do tirano, feita a multiplicação, achará que aquele é setecentas e vinte e nove vezes mais feliz, e o tirano, mais infeliz na mesma proporção.

Que cálculo estupendo, me disse, aplicaste para determinar a distância entre os dois homens, o justo e o 588 a injusto, com relação ao prazer e à dor!

E nem por isso, lhe falei, o número obtido é menos verdadeiro nem corresponde menos à vida deles dois, pois nele estão computados dias, noites, meses e anos.

A correspondência é perfeita, observou.

E agora: se o homem virtuoso e justo é tão superior em prazer ao vicioso e injusto, quão infinitamente maior não há de ser a diferença em beleza, decência e virtude?

É imensa, por Zeus, me disse.

XII – Muito bem, lhe falei. E, uma vez que chegamos b a esse ponto de nossa exposição, recapitulemos quanto foi dito no começo e o que nos trouxe até aqui. Afirmamos, então, que a injustiça é de vantagem para o celerado perfeito, contanto que passe por justo. Não era isso que diziam?

Exatamente.

Então, continuei, ajustemos contas com essa pessoa, visto já termos chegado a uma conclusão positiva acerca dos respectivos efeitos da conduta justa e da conduta injusta.

De que jeito? perguntou.

Formemos em pensamento uma imagem da alma, para que o autor daquela afirmação compreenda todo o alcance de suas palavras.

c Que espécie de imagem? perguntou.

Como essas, lhe falei, de que trata a fábula, e que a natureza gerou na antigüidade: Cila, Cérbero, a Quimera e tantas outras, é o que dizem, com diferentes naturezas num só corpo.

Sim, dizem isso mesmo, observou.

Modela agora numa única forma um monstro de vários corpos e cabeças, com uma coroa de cabeças de animais mansos e ferozes, e empresta-lhe a capacidade de tirar de si mesmo outras tantas formas, com desfazer-se das primeiras.

Seria tarefa, disse, para um artista habilidoso. Mas, d como o pensamento é mais fácil de trabalhar do que a cera e outras matérias do mesmo gênero, está pronta a imagem.

Modela agora mais duas imagens, a de um leão e depois a de um homem; porém, é preciso que a primeira dessas três imagens seja muito maior do que as outras, e a segunda maior do que a terceira.

Essa é mais fácil, disse; por isso, já está feita.

Reúne agora as três numa só, de forma que não façam mais do que um todo.

Estão reunidas, me falou.

Agora reveste tudo isso de uma só forma exterior, a humana, de modo que quem não puder vê-la por dentro e e apenas perceba o envoltório, julgue que se trata de um único ser, isto é, de um homem.

Está revestido, disse.

Procuremos, então, quem afirmou que para este homem é útil cometer injustiça e prejudicial ser justo, e lhe provemos que tal afirmativa equivale a dizer que lhe seria vantajoso alimentar e fortalecer aquela fera de mil formas e o leão com toda a sua companhia, e deixar 589 a morrer de fome e inanir-se o homem, de forma que este seja arrastado para onde quer que os dois o puxem,

e em vez de harmonizá-los e habituá-los a viver juntos, permite que se mordam e se batam e reciprocamente se devorem.

Foi exatamente o que afirmou, me disse, o autor do elogio da injustiça.

E o contrário disso: declarar que é vantajoso ser justo, equivale a dizer que tudo o que fizermos ou falarmos b deverá ter em mira permitir que o homem interior domine quanto possível o homem inteiro e a cuidar do monstro de mil cabeças à feição do lavrador que alimenta e favorece as espécies mansas e impede de crescer as selvagens. Para educar o homem interior, alia-se à natureza do leão e cuida das outras partes em comum, de forma que todos se tornem amigos uns dos outros e também dele.

É evidente que isso mesmo foi dito pelo defensor da justiça.

Assim, de todo o jeito só diz a verdade o paladino c da justiça, e o contrário disso o que saiu em defesa da injustiça, pois, quer considere os prazeres, quer a boa fama, quer a utilidade, o elogiador da justiça está sempre com a verdade, enquanto o seu detrator nada diz de são, por desconhecer tudo o que ele próprio censura.

Eu também, me falou, estou convencido de que desconhece.

Admoestemo-lo, portanto, com bons modos, pois não errou de caso pensado, e interroguemo-lo: temos ou não o direito, meu bem-aventurado amigo, de afirmar que a vida honesta e a torpe são assim definidas porque d a primeira submete ao homem a porção bestial de nossa natureza, ou melhor, submete-a à sua porção divina, enquanto a torpe escraviza à parte animalesca do homem sua porção mais nobre? Declarar-se-ia de acordo, ou o que diria?

Sim, me disse; declarar-se-ia, no caso de ouvir-me.

Uma vez isso assentado, continuei, haverá quem considere vantajoso apoderar-se injustamente de ouro,

se para consegui-lo teria de submeter a melhor parte de (e) si mesmo à mais perversa? Se é certo que faria um mau negócio o indivíduo que, por ouro, reduzisse à escravidão o filho ou a filha e os entregasse a homens perversos e selvagens, ainda mesmo que com isso ganhasse uma soma fabulosa: como, agora, poderá deixar de ser infeliz, ao entregar, sem a menor piedade, a parte mais divina de si mesmo ao jugo da mais ímpia e mais (590 a) impura, se recebeu ouro cem vezes mais funesto para ele do que o colar que Erífile ganhou a troco da vida do marido?

Muito mais infeliz, falou Glauco; respondo no lugar dele.

XIII – No teu modo de pensar, a razão de ter sido combatida a intemperança não decorre exclusivamente do fato de concederem excesso de liberdade àquele monstro terrível, ingente e de mil cabeças?

É evidente, respondeu.

E a arrogância e o humor irritável, não serão (b) censurados porque desenvolvem e fortificam em demasia o elemento leonino e ofídico da alma?

Perfeitamente.

E o luxo e a moleza, não são também condenados por enervarem esse mesmo natural, transformando-o em covardia?

Como não?

E a bajulação e a subserviência, por que serão censuradas se não for por submeterem a parte irascível àquele monstro turbulento e porque este as rebaixa com sua insaciável cupidez, transformando aos poucos o leão em macaco?

(c) Sem dúvida, respondeu.

No teu modo de ver, qual é o motivo de serem degradantes os misteres baixos e as artes manuais? Que mais diremos que seja, se não for lembrar que a parte mais nobre dessa gente é tão fraca por natureza que não consegue dominar os animais do seu interior, passando

a cortejá-los e empenhando-se em só aprender o que sirva para adulá-los?

Parece que é isso mesmo, respondeu.

Ora, se quisermos que esse indivíduo seja dirigido por uma autoridade semelhante à que governa o homem d superior, não terá ele de deixar-se comandar pelo homem superior, em que o elemento divino é dirigente? Porém, não no sentido de prejudicar-se o escravo com sua obediência, como a respeito dos súditos imaginava Trasímaco, mas porque redunda em vantagem para ambos, governante e governado, serem dirigidos pelo que é divino e racional, máxime se tiverem no seu interior esse elemento como parte integrante deles mesmos, ou, então, não sendo isso realizável, como autoridade de fora, para que, na medida do possível, sob o mesmo governo, todos nós nos tornemos semelhantes e amigos uns dos outros.

É muito certo, observou.

E a lei, prossegui, não revela essa mesma intenção, e com fazer-se aliada de todos os cidadãos? É o que se observa com a tutela dos menores: não os consideramos independentes enquanto não estabelecemos neles uma constituição como a da cidade e, depois de cultivarmos seu elemento mais nobre por meio do que 591 a de melhor houver em nós, não pusermos em todos um guarda e dirigente igual a nós: só então os declaramos livres.

É muito certo, observou.

De que modo, Glauco, e com que base afirmaremos ser vantajoso cometer injustiça ou praticar vilanias, se nos tornamos mais ricos e poderosos à custa de piorarmos moralmente?

Não há jeito, respondeu.

E como pretender que é vantajoso praticar alguém vilanias sem vir a ser descoberto nem castigado? b Porventura não se torna pior o criminoso oculto? E no criminoso descoberto e punido o elemento animal não fica dócil e calmo, vindo a ser posto em liberdade o

elemento manso? Desse modo, a alma inteira, reposta na melhor ordem, adquire temperança, justiça e sabedoria, estado tanto mais valioso do que o do corpo, que, aliás, também ganha beleza, robustez e saúde, na proporção em que a alma é superior ao corpo.

É muito certo, respondeu.

Assim, o homem sensato fará convergir para esse c fim todas as suas energias, a começar pelo alto apreço em que terá os conhecimentos capazes de levar a alma a semelhante estado e pelo desprezo dos demais?

É evidente, respondeu.

De seguida, continuei, não confiará os cuidados e a alimentação do corpo aos prazeres bestiais e irracionais, passando a viver com essa única preocupação, como não concederá maior apreço nem porá empenho em ficar mais d forte, saudável e belo, se por esse meio não se tornar mais temperante. Para ele a harmonia do corpo decorrerá sempre da sinfonia da alma.

É o que fará, sem dúvida, observou, se quiser vir a ser músico de verdade.

E não procederá da mesma forma, perguntei, com ordem e harmonia, no que respeita à aquisição de riquezas? Ou deixar-se-á abalar pelos aplausos das multidões, com ouvir os incitamentos da plebe, para aumentar ao infinito seus haveres, apesar de com isso chamar sobre si males sem conta?

Acho que não, me disse.

e Porém há de olhar, continuei, para a constituição que há nele, preocupado sempre em não abalá-la nem por excesso de riqueza nem por carência, e, atento nesse roteiro, só aumentará seus bens ou se desfará de parte deles de acordo com sua capacidade.

É muito certo, disse.

Com relação às honrarias, procederá da mesma 592a forma: aceitará e provará de bom grado as que considera indicadas para torná-lo melhor, porém fugirá, tanto na vida pública como na particular, das que tenderem à dissolução de sua constituição interior.

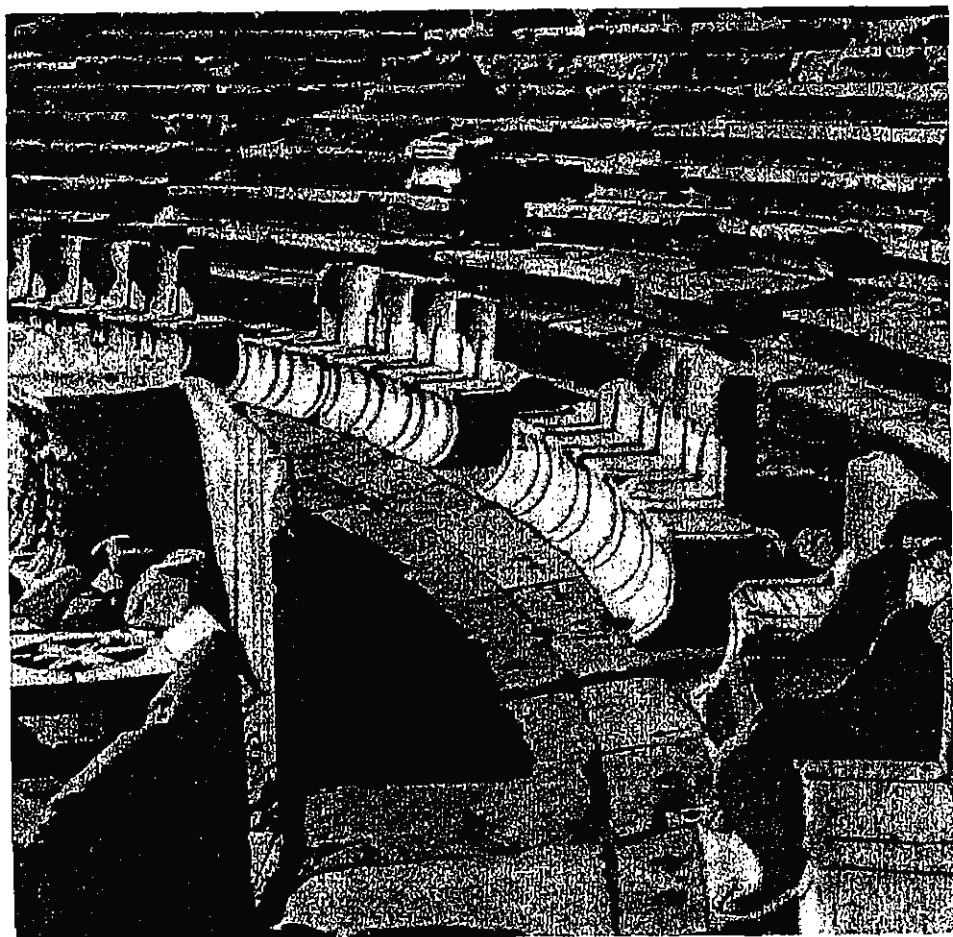
Então, não se imiscuirá nos negócios públicos, se se mantiver fiel a esse princípio.

Pelo cão! lhe disse; tomará parte, sim, e muito ativa, na vida de sua cidade, porém não, decerto, na da própria pátria, a menos que se lhe enseje alguma conjuntura divina.

Compreendo, me falou; referes-te à cidade que acabamos de fundar e que só existe em pensamento, pois b não creio que se possa encontrar sobre a terra nenhuma desse jeito.

Mas no céu, lhe disse, talvez haja um modelo para quem quiser contemplá-lo e, de acordo com ele, organizar seu governo particular. É indiferente sabermos se já existe algures uma cidade assim, ou se ainda está por concretizar-se; pois só de acordo com esta é que ele se comportará, com mais nenhuma.

Não é de esperar outra coisa, observou.

Livro X

595 a — I – O certo, lhe falei, é que também sob muitos aspectos a cidade por nós fundada é a melhor possível, o que afirmo com vistas, principalmente, ao que dissemos a respeito da poesia.

Que foi? perguntou.

Não aceitar, de maneira alguma, quanto nela for imitação, o que se nos tornou mais do que manifesto, b quero crer, depois que distinguimos as diferentes faculdades da alma.

Como assim?

Para falar-vos à puridade, pois decerto não ireis denunciar-me aos poetas trágicos e aos demais cultivadores da poesia imitativa, o que me parece é que todas essas composições corrompem o claro entendimento dos ouvintes, a menos que estes disponham do antídoto adequado: o conhecimento de sua verdadeira natureza.

Que queres dizer com isso?

Vou explicar-vos, lhes falei, apesar de opor-se a esse propósito velha afeição a Homero e a reverência que lhe c dedico desde criança. O que parece é que foi ele o primeiro mestre e o guia de todos esses belos poetas trágicos. Porém não devemos pôr o homem acima da verdade; por isso, vou dizer-vos o que penso.

Muito bem, arrematou.

Então, ouve, ou melhor, responde.

Podes perguntar.

Imitação, de modo geral, poderás dizer-me o que seja? Eu próprio não faço idéia muito clara do fim a que ela tende.

E eu é que terei de saber isso?

Não seria nada de mais, lhe falei; por vezes, pessoas 596 a de vista fraca percebem as coisas mais depressa do que as de vista penetrante.

É certo, respondeu; mas na tua frente não me atreveria a dizer nada, ainda que algo me ocorresse. Vê tu mesmo.

Não queres que principiemos a investigação seguindo o nosso método? Costumávamos admitir uma idéia única que abrange as diferentes pluralidades a que damos o mesmo nome. Será que me compreendes?

Compreendo.

Então, tomemos dessas pluralidades a que quiseres; a seguinte, por exemplo, se estiveres de acordo: leitos há muitos, e também mesas.

Como não?

Porém para todos esses móveis só há duas idéias: a idéia do leito e a idéia da mesa.

Certo.

Costumamos, também, dizer que os obreiros desses móveis têm em mira a idéia segundo a qual um deles apronta leitos e outros as mesas de que nos servimos, e assim para tudo o mais. Porém a idéia em si mesma, o obreiro não fabrica. Como o poderia?

Não há jeito.

E agora: dás também o nome de mestre ao seguinte artesão?

Qual?

O que pode fazer tudo quanto faz particularmente cada obreiro.

Falas de um homem extraordinário e miraculoso!

Ainda é cedo; daqui a pouco dirás que ele é muito maior. Pois esse mesmo obreiro não é apenas capaz de aprontar todos os móveis, como faz tudo o que nasce da terra, dá forma a todos os seres vivos, a ele próprio e ao que mais houver, além de ser o autor da terra, do céu e dos deuses, e de quanto existe no céu e embaixo da terra, no Hades.

Referes-te a um sofista admirável, me falou.

Não acreditas? perguntei; então, me dize: achas mesmo que não pode haver um artista nessas condições? E em que circunstâncias tudo isso poderia ser fabricado,

e em quais não poderia? Não percebes que tu próprio, de certo modo, serias capaz de criar tudo isso?

De que jeito? perguntou.

Não é difícil, lhe falei; a prova pode ser feita a qualquer hora e em pouco tempo, porém muito mais depressa se te resolveres a tomar de um espelho e o levares contigo por toda parte: num abrir e fechar de

e olhos farás o sol e tudo o que há no céu; num segundo, a terra; rapidamente farás a ti mesmo e os outros animais, os móveis, as plantas e tudo o mais que enumeramos há pouco.

Não há dúvida, me disse; porém tudo isso não passa de aparência; carece de existência real.

Ótimo! lhe falei; bateste no que eu queria; mas entre esses obreiros, quero crer, há de estar também incluído o pintor.

Como não?

Porém decerto dirás, segundo creio, que ele não faz de verdade tudo o que faz. Mas de certo modo o pintor também faz alguma espécie de leito. Ou não fará?

Sim, falou; um leito aparente, ele também.

597 a II – E o carpinteiro? Não afirmaste agora mesmo que ele não constrói a idéia do que dissemos ser o leito, mas apenas um determinado leito?

Disse, realmente.

Ora, se ele não faz o que é, não poderá fazer o que tem existência real, senão apenas o que parece existir, sem, de fato, existir. E se alguém se abalançasse a afirmar que o trabalho do carpinteiro ou de qualquer outro artesão tem existência, de maravilha estaria falando verdade.

Sem dúvida, respondeu; pelo menos, de acordo com o modo de pensar dos que se ocupam com essas questões.

Não é, por conseguinte, de admirar que sua obra se torne obscura em confronto com a verdade.

b Não, realmente.

E não queres, perguntei, estudar comigo esses casos, para procurarmos o imitador e dizer em que consiste a imitação?

Se isso for do teu agrado, respondeu.

Assim, tais leitos se nos apresentam sob três formas: uma, que se encontra na natureza, obra, segundo penso, de Deus. De quem mais poderia ser?

De ninguém, creio.

Outra, feita pelo carpinteiro.

Perfeitamente, respondeu.

E outra mais, a do pintor, não é isso mesmo?

Que seja.

Logo, pintor, carpinteiro, Deus: aí temos os três mestres das três espécies de leito.

Sim, três.

Deus, por conseguinte, ou fosse por não querer, ou porque alguma necessidade o compelisse a não criar mais do que um leito na natureza, fez este único que é o leito essencial; dois leitos dessa espécie, ou mais de dois, foi o que Deus nunca produziu nem nunca virá a produzir.

Por que? perguntou.

É o seguinte: se ele houvesse feito dois leitos, de pronto surgiria um terceiro, em cuja idéia os dois primeiros teriam de incluir-se, passando este outro a ser o leito essencial, não os dois primeiros.

Certíssimo, observou.

Deus tinha perfeita consciência disso, é o que eu penso; desejando ser o verdadeiro criador do verdadeiro leito, não de um determinado leito e, principalmente, por não querer ser carpinteiro, criou a idéia única do leito.

É evidente.

Aceitas que o designemos pelo nome de criador ou coisa parecida?

Fora justo, observou, por haver originalmente criado isso como tudo o mais.

E o carpinteiro? Dar-lhe-emos o nome de fabricante do leito?

Sem dúvida.

Bem; e o pintor, será também obreiro e fabricante desse mesmo objeto?

De forma alguma.

Então, como designarás sua relação com o leito?

e Quer parecer-me, disse, que a designação mais acertada seria a de imitador daquilo que os outros são os obreiros.

Que seja, lhe disse. Dás, assim, o nome de imitador ao que produz o que se acha três pontos afastado da natureza.

Perfeitamente, respondeu.

Ora, exatamente como ele, encontra-se o poeta trágico, por estar, como imitador, três graus abaixo do rei e da verdade, o que, aliás, se dá com todos os imitadores.

É possível, respondeu.

Ora bem; a respeito do imitador já nos declaramos
598 a de acordo; porém quanto ao pintor, responde mais à seguinte pergunta: és de parecer que o que ele se propõe a imitar é aquele conceito único da natureza ou as obras dos artistas?

As obras dos artistas, respondeu.

Como realmente são, ou como parecem ser? Terás de esclarecer esse ponto.

Que queres dizer com isso? perguntou.

É o seguinte: um leito, quando o contemplas de lado ou de frente, ou como quer que seja, ficará diferente de si mesmo, ou não difere nada, parecendo apenas que difere? E com tudo o mais da mesma forma?

Isso mesmo, respondeu: parece diferir, porém de fato não difere.

b Considera agora o seguinte: a que fim se propõe o pintor em cada caso particular: imitar as coisas como são em si mesmas, ou sua aparência, o que se lhe afigura? Trata-se de imitação da aparência ou da realidade?

Da aparência.

Logo, a arte de imitar está muito afastada da verdade, sendo que por isso mesmo dá a impressão de poder fazer tudo, por só atingir parte mínima de cada coisa, simples simulacro. O pintor, digamos, é capaz de pintar um sapateiro, um carpinteiro ou qualquer outro artesão, sem conhecer absolutamente nada das respectivas profissões. No entanto, se for bom pintor, com o retrato de um carpinteiro, mostrado de longe, conseguirá enganar pelo menos crianças ou pessoas simples e levá-las a imaginar que se trata de um carpinteiro de verdade.

Como não?

Mas a meu ver, amigo, o que devemos pensar dessa gente é o seguinte: quando alguém nos anuncia que encontrou um indivíduo conhecedor de todas as profissões e de tudo o que se pode saber, e isso com a proficiência dos maiores especialistas, seremos levados a suspeitar que falamos com um tipo ingênuo e vítima, sem dúvida, de algum charlatão e imitador, e que se o tomou por sábio universal foi apenas pelo fato de ser incapaz de fazer a distinção entre o conhecimento, a ignorância e a imitação.

É muito certo, observou.

III – Depois disso, continuei, precisamos estudar os trágicos e seu principal guia, Homero, visto dizer-nos muita gente que eles conhecem todas as artes e todas as coisas humanas em suas relações com a virtude e o vício, e também as divinas. Porque um bom poeta, para desenvolver a contento qualquer assunto terá forçosamente de conhecê-lo a fundo, ou não será poeta coisa nenhuma. O que precisamos, por conseguinte, verificar é se esses tais não se deixaram enganar por imitadores, por não perceberem como suas obras estão distanciadas três graus da realidade, sendo que todas elas são muito fáceis de fazer, por isso mesmo que seus autores não conhecem a verdade. Só criam fantasmas, não o verdadeiro ser; e também se o que dizem tem

alguma substância e se os bons poetas conhecem, de fato, as coisas a respeito das quais o povo acha que eles falam bem.

Perfeitamente, disse; examinemos esse ponto.

Pois achas mesmo que se alguém fosse capaz de fazer as duas coisas: o objeto a imitar e o seu simulacro, aplicar-se-ia com afinco na confecção de simples imagens, vendo nisso o fim precípuo de sua atividade e o que de mais b elevado poderia alcançar?

Acho que não.

Se possuísse, de fato, o conhecimento daquilo que ele imita, poria muito mais empenho na criação das próprias coisas do que na sua imitação, e se esforçaria por deixar um mundo de obras maravilhosas, outros tantos monumentos de sua glória, como preferiria ser elogiado, a fazer o elogio do que quer que fosse.

Sem dúvida, observou; a honra e as vantagens não estão no mesmo nível.

A respeito de muitas questões, não chamaremos Homero a juízo, nem qualquer outro poeta, para c perguntar, por exemplo, se algum deles foi médico, ou apenas imitador da linguagem dos médicos; qual a cura que possa ser atribuída a algum dos poetas antigos ou modernos, como de Asclépio se conhece, ou que discípulo médico nos deixou, como fez o outro com seus descendentes. Acerca das demais artes não os interroguemos; demos-lhe tudo isso de barato. Porém no que concerne aos mais belos e importantes temas a que Homero se abalança: guerra, tática militar, d administração de cidades, educação do homem, temos o direito, sem dúvida nenhuma, de procurá-lo para dizer-lhe: Meu caro Homero, se no que respeita à virtude não te encontras, realmente, três graus afastado da verdade e não passas de um mero criador de imagens, o que definimos como imitador, e se, pelo contrário, te achas no segundo degrau e és capaz de conhecer que atividades deixam os homens melhores ou piores, tanto na vida pública como na particular, declara-nos que cidade

crítica a Homero

ganhou por teu intermédio uma constituição melhor, como é o caso da Lacedemônia com relação a Licurgo e
e de muitas outras cidades, grandes ou pequenas, com seus legisladores? Onde está o burgo que se orgulha da ótima legislação que lhe deixaste? Que lucraram contigo seus moradores? A Itália e a Sicília tiveram o seu Carondas; nós outros, Solão. E tu, que cidade te elogia? Achas que ele poderia indicar-nos alguma?

Acho que não, respondeu Glauco; sobre isso os próprios Homéridas não se manifestam.

Mas decerto falam de alguma guerra do tempo de
600 a Homero que ele dirigiu ou que, por seus conselhos, houvesse terminado com a vitória?

De nenhuma.

Ou se referem a ele como a pessoa de grande habilidade e citam invenções engenhosas de sua autoria, no domínio das artes ou de outras atividades, como acontece com Tales de Mileto ou Anacársis da Cítia?

Sobre isso também ninguém diz nada.

Porém, se de público Homero não se sobressaiu, sem dúvida no trato particular dirigiu a educação de uns poucos que se compraziam com sua companhia e que,
b por esse fato, transmitiram à posteridade uma espécie de norma homérica de vida, tal como se conta de Pitágoras, que por essa mesma razão foi altamente estimado, sendo certo que até hoje seus adeptos seguem um regime diferente, que denominam pitagórico e que passa por ser superior a todos os outros?

A esse respeito também, me falou, nada consta; pois Creófilo, discípulo de Homero, Sócrates, é talvez mais ridículo pela educação do que pelo nome, a ser verdade o que se diz do seu comportamento com relação a Homero. Falam que ele descurou muito do mestre,
c enquanto o teve em sua companhia.

IV – Sim, dizem isso mesmo. Mas acreditas, Glauco, que se, de fato, Homero fosse capaz de formar homens e deixá-los melhor, não como imitador mas como quem

tivesse conhecimento de causa, não congregaria numerosos discípulos, que o teriam amado e reverenciado? Ora! Um Protágoras de Abdera, um Pródico de Céus e tantos outros, no trato particular com d seus contemporâneos, conseguiram convencê-los de que todos eles não seriam capazes de administrar nem a casa nem a própria cidade, se não se submetessem ao seu regime pedagógico, e a tal ponto são estimados por sua grande sabedoria, que pouco falta para seus admiradores os carregarem em triunfo por toda parte. E Homero, se, de fato, pudesse tornar os homens mais virtuosos – como também Hesíodo – seus contemporâneos os deixariam vaguear de um lugar para outro como cantores ambulantes, em vez de se agarrarem a eles com mais empenho do que fazem com o ouro e de obrigá-los a e morar no meio deles, ou, no caso de não convencê-los nesse sentido, não os teriam acompanhado por toda parte, para se aproveitarem ao máximo de seus ensinamentos?

Quer parecer-me, Sócrates, que te assiste inteira razão.

Sendo assim, firmemos desde logo este ponto: todos os poetas, a começar por Homero, não passam de imitadores de simulacros da virtude e de tudo o mais que constitui objeto de suas composições, sem nunca atingirem a verdade, o que também se dá com o pintor, a que já nos referimos, o qual, sem nada entender da arte de fazer sapatos, é capaz de pintar 601 a um sapateiro que lhe pareça bom e a quantos desconheçam essa profissão e só percebam as cores e o desenho.

Perfeitamente.

A mesma coisa, creio, podemos afirmar do poeta que com palavras e frases reveste as diferentes artes das cores que lhes são próprias, sem entender nada mais além da imitação. Como conseqüência, os ouvintes, que apreciam os assuntos apenas pelo efeito das palavras, ficam convencidos de que ele fala com muita propriedade,

b quer o ouçam discorrer com metro, ritmo e harmonia acerca da arte de fazer sapatos, quer sobre a estratégia militar ou o tema que for, tal o natural fascínio que exerce com seus recursos. Porém, se despirmos as criações dos poetas desse colorido musical e as apresentarmos em expressões comuns, bem sabes, tenho certeza, a que ficam reduzidas.

Sem dúvida.

Não é verdade, perguntei, que se parecem com esses rostos jovens, porém sem beleza, quando vistos depois de perdido o frescor original?

Perfeitamente, respondeu.

Muito bem; considera agora o seguinte: esse fabricante de simulacros, esse imitador, dizíamos, nada c entende do que realmente existe, mas apenas de aparências, não é isso mesmo?

Certo.

Não deixemos esse argumento por acabar; examinemo-lo até o fim.

Podes falar, me disse.

O pintor, digamos, pode pintar rédeas ou freios?

Sem dúvida.

Porém o seleiro e o ferreiro é que são fabricantes desses instrumentos?

Perfeitamente.

E saberá porventura o pintor como a rédea e o freio devem ser feitos? Ou nem mesmo o saberão aqueles fabricantes, o ferreiro e o seleiro, senão apenas quem souber usá-los, isto é, o cavaleiro?

É muito certo.

E não será também certo afirmar isso mesmo de todas as coisas?

Como assim?

d É que para cada coisa correspondem três artes: a que se serve delas, a que a fabrica e a que a imita.

Muito bem.

Mas, a que tendem as propriedades, a beleza e a perfeição de um móvel ou de um ser vivo ou de qualquer

ação, se não for ao uso em vista do qual todos foram feitos, quer o tenham sido pelo homem, quer pela natureza?

Certo.

Logo, é de necessidade absoluta que o usuário de cada coisa seja o mais experimentado e mostre ao respectivo fabricante os defeitos ou excelências desse objeto, revelado pelo uso. Assim, o tocador de flauta e apresentará ao fabricante de flautas os espécimes que provaram bem na prática, explicando-lhe como deve prepará-las, indicações que o fabricante precisará aceitar.

Sem dúvida.

Desse modo, é o perito na matéria quem se manifesta acerca das qualidades e defeitos das flautas, dando-lhe o outro inteiro crédito, quando se dispõe a fabricá-las.

Certo.

Vemos, assim, que a respeito de um mesmo objeto o fabricante só forma opinião verdadeira sobre sua excelência ou seus defeitos por privar com quem sabe e 602 a ser obrigado a acatar-lhe a opinião, porém a ciência desse objeto só a possui quem faz uso dele.

Perfeitamente.

E o imitador? Adquirirá pela simples prática o conhecimento do que ele pinta, se é belo e está certo, ou formará opinião justa pela convivência forçosa com o entendido na matéria, que lhe daria instruções de como deva proceder?

Nem uma coisa, nem outra.

Nesse caso, o imitador não disporá nem do conhecimento, nem da opinião certa com respeito à beleza ou à utilidade daquilo que ele imita?

Parece que não.

Quão extraordinária, nesse caso, deve ser a sabedoria do imitador sobre os temas de sua composição!

Não é das maiores, realmente.

b De qualquer forma, continuará a imitar, muito embora não saiba a razão de ser útil ou imprestável

alguma coisa. Ao que tudo indica, o que parece belo às multidões que nada entendem de coisa nenhuma, isso é o que ele imita.

Nem poderá ser de outra maneira.

Então, como parece, ficamos mais ou menos de acordo que não é digno de referência o que o imitador conhece daquilo que ele imita, e que a imitação não é coisa séria, mas simples brincadeira, e também que as pessoas que se ocupam com a poesia trágica em versos épicos ou iâmbicos, sem exceção, são imitadores por excelência.

Perfeitamente.

c V – Por Zeus! lhe disse; essa imitação não se encontra afastada três pontos da verdade? Ou não?

Isso mesmo.

E mais: em que parte do homem ela exerce a influência de que realmente dispõe?

A que te referes?

É o seguinte: como sabemos, a mesma grandeza não nos parece igual, conforme seja vista de longe ou de perto, não é isso mesmo?

Certo.

Como, também, o mesmo objeto se nos afigura quebrado ou reto, quando visto dentro ou fora da água,
d côncavo ou convexo, por efeito da ilusão visual produzida pelas cores, provocando tudo isso na alma grande confusão. É graças a esse defeito de constituição de nossa natureza que se impõe a arte do desenho sombreado, a do charlatão e quejandas invenções que se baseiam no prestígio da magia.

Sem dúvida.

E as artes da medida, do número e do peso, não se afirmam como preciosos recursos contra essa ilusão, a fim de não predominar em nós a aparência da grandeza ou da pequenez, da quantidade ou do peso, mas a própria faculdade de calcular, medir e pesar?

Como não?

e Tudo isso é trabalho da porção raciocinante da alma.

Sem dúvida.

No entanto, para essa mesma faculdade, a despeito de suas medidas e das provas de que certas coisas são maiores ou menores do que outras, diferentes ou iguais, essas mesmas coisas podem, por vezes e ao mesmo tempo, parecer contrárias.

Certo.

Porém, já não dissemos que a mesma pessoa não poderia formular opiniões contrárias a respeito das mesmas coisas?

E com todo o direito o afirmamos.

603 a Sendo assim, a parte da alma que julga à revelia da medida não pode ser a mesma que o faz de acordo com ela.

Não, de fato.

Mas a faculdade que entende na medida e no cálculo é a mais importante parte da alma.

Como não?

Como a que se lhe opõe terá de ser o que de mais inferior existe em nós.

Forçosamente.

Por querer chegar a essa conclusão foi que eu disse que a Pintura e, de modo geral, as artes imitativas, no desempenho de suas atividades se encontram muito longe da verdade e, por outro lado, b são companheiras, amigas e associadas da porção do nosso íntimo mais afastada da razão e em que nada se encontra de são e verdadeiro.

De inteiro acordo, observou.

Logo, sendo inferior, e acasalando-se a arte imitativa com elemento inferior, só poderá gerar produto inferior.

Parece que sim.

Isso é válido, perguntei, apenas para a arte que se dirige aos olhos, ou também para a que fala aos ouvidos e a que damos o nome de poesia?

Com toda a probabilidade, respondeu, também a esta.

Não nos atenhamos, lhe falei, apenas à probabilidade c tirada da pintura; não; penetremos até à faculdade da alma com que se relaciona a imitação poética, para vermos se é nobre ou desprezível.

Sim, é o que precisamos fazer.

Apresentemos a questão do seguinte modo: a imitação, é o que dizemos, apresenta o homem em ações forçadas ou voluntárias, em decorrência das quais eles se consideram bem-sucedidos ou malsucedidos, entregando-se, conforme o caso, à dor ou à alegria. Farão mais alguma coisa?

Nada mais.

Mas em toda essa variedade de situações, o homem estará em harmonia consigo mesmo? Ou dar-d se-á que, assim como no domínio da visão havia nele oposição e conflito de opiniões acerca dos mesmos objetos, assim também nas suas ações ele se encontra em discórdia e luta consigo mesmo? E agora me ocorre que a respeito desse ponto não é necessário chegarmos a nenhum acordo, pois isso mesmo já fizemos há pouco, quando admitimos que em nossa alma pululam as contradições e que estas se manifestam simultaneamente.

Está certo, observou.

Sim, está certo, lhe disse; porém precisamos levar e agora em consideração o que então omitimos.

Que foi? perguntou.

O indivíduo ponderado, continuei, que tiver a infelicidade de perder um filho ou qualquer coisa de muita estimação, suportará o golpe – foi o que dissemos – mais facilmente do que outro qualquer.

Perfeitamente.

Vejamos agora se ele não se deixará comover, ou, no caso de não ser isso possível, se conseguirá atenuar o sofrimento.

A última alternativa, observou, é a mais provável.

604 a Porém a seu respeito dize-me o seguinte: na tua opinião, em que condições ele resistirá e lutará contra o sofrimento: quando se acha sob os olhares de seus semelhantes ou quando se encontra apartado no seu próprio isolamento?

Comportar-se-á de modo muito diferente quando estiver sob as vistas de outrem.

Segundo penso, quando ficar a sós consigo, permitir-se-á proferir lamentações de que viria a envergonhar-se se fossem ouvidas por estranhos, como também fará muita coisa que não gostaria fossem vistas por terceiros.

Isso mesmo, observou.

VI – E o que o intima a resistir, não é a razão e a lei?
b Como é também a própria dor que o perturba?

Certo.

Ora, quando num mesmo indivíduo se manifestam duas tendências opostas com relação ao mesmo objeto, dizemos que há necessariamente nele dois princípios distintos.

Sem dúvida.

Um dos quais se dispõe a obedecer à lei em tudo o que ela mandar.

Como assim?

A lei diz que não há nada mais belo do que conservar-se sereno o homem na adversidade e não revoltar-se, por não haver modo de sabermos o que há de bom ou de mau em tais ocorrências, não advindo da impaciência nenhuma vantagem, e também por
c carecerem de maior importância os assuntos humanos, e porque a dor obstrui o caminho ao que poderia sair depressa em nossa ajuda.

A que te referes? perguntou.

Refletir, lhe disse, a respeito do que acontecer e restabelecer nossa posição no tabuleiro do jogo de dados dos nossos negócios, como a razão demonstra ser melhor; e no caso de recebermos algum revés, não fazer como as

crianças, quando se machucam, que seguram a parte d ofendida e põem-se a gritar. Pelo contrário, é preciso habituar a alma a vir o mais depressa possível curar o que estiver doente, levantar o que caiu e fazer calar as lamentações com a Medicina apropriada.

É a maneira mais acertada, disse, de enfrentar os golpes da fortuna.

E não será a melhor parte de nós mesmos, é o que dizemos, que se prontifica a seguir a razão?

Evidentemente.

E o outro princípio, que nos leva a relembrar nossa desgraça e a lamentar-nos, e que nunca se farta: não poderíamos qualificá-lo de ilógico, indolente e covarde?

Sem dúvida.

Ora, esse princípio, quero dizer, o irascível, dispõe e de material múltiplo e variado para a imitação, ao passo que o caráter calmo e ponderado e que se mantém sempre mais ou menos igual, nem é difícil de imitar, nem, quando imitado, fácil de compreender, principalmente por uma multidão em dia de festa ou por indivíduos da mais variada procedência reunidos num teatro. Para todos seria a imitação um estado de alma inteiramente estranho.

605 a Perfeitamente.

É mais do que claro que o poeta imitador não nasceu para esse princípio racional da alma, não estando sua arte em condições de satisfazê-lo, na hipótese de querer alcançar o aplauso das multidões, porém para o princípio irascível e variado, muito mais fácil de imitar.

Sem dúvida.

Temos, assim, o direito de apanhar o poeta e de confrontá-lo com o pintor; parece-se com este pelo insignificante de suas produções no que respeita à reprodução da verdade e também pelo seu trato freqüente b com a outra parte da alma, a de menor valia. Assiste-nos, por conseguinte, inteira razão de não o recebermos na futura cidade de legislação modelar, visto despertar ele,

alimentar e fortalecer a parte maldosa da alma e, com isso, arruinar o elemento racional. Seria exatamente o caso de entregar todo o poder e o próprio burgo nas mãos dos cidadãos perversos, e de matar as pessoas de valor: do mesmo modo dizemos do poeta imitador que ele implanta na alma de cada indivíduo uma constituição, com adular-lhe o elemento irracional e incapaz de c distinguir entre o que é maior e o que é menor, e que considera grandes ou pequenas as mesmas coisas, conforme as circunstâncias, apresta simulacros e se encontra infinitamente afastado da verdade.

Perfeitamente.

VII – Aliás, ainda não formulamos contra a poesia a mais grave acusação: o que há de mais terrível nela é o fato de poder estragar as pessoas sérias, salvo raríssimas exceções.

Sem dúvida, se realmente se atreve a fazer tal coisa.

Escuta e considera: quando os melhores dentre nós vêem Homero ou qualquer dos poetas trágicos imitando d algum herói em situação aflitiva, que se derrama em lamentações infindáveis ou canta suas mágoas e bate no peito, bem sabes que nos deleitamos com isso e o acompanhamos com simpatia, e, tomando a sério a representação, louvamo-lo como a poeta primoroso que conhece o segredo de suscitar todas essas emoções.

Sei disso, como não?

Porém, quando ocorre algum infortúnio com algum de nós, observa que, muito ao contrário disso, fazemos e praça de nos dominarmos e nos mantermos calmos; isso, sim, é procedimento de homem; o que elogiamos atrás é próprio só de mulheres.

Já observei, me disse.

Bonita glória, continuei, ver um indivíduo que não desceríamos a imitar – pois fora isso oprobrioso – e em vez de sentirmos repulsa, alegramo-nos com ele e o cumulamos de elogios!

Por Zeus, disse; não me parece razoável.

606 a Sem dúvida, acrescentei, se examinares o caso do seguinte modo.

Como será?

Bastará considerares que a parte de nossa alma que nas ocorrências infelizes procuramos conter pela força, com sua tendência para saciar a sede de lágrimas e fartar-se de lamentações – desejo muito natural, aliás – é justamente a que os poetas satisfazem e com a qual se alegram. Ao mesmo tempo, a porção melhor de nossa natureza, por não estar suficientemente educada pela razão e pelo hábito, relaxa a vigilância sobre essa parte choramingas, sob o pretexto de tratar-se de espetáculo

b de desgraças alheias e não ser vergonhoso para ela romper em aplausos e compadecer-se das lamentações inoportunas do varão que se diz prestimoso, convencida de ganhar muito com isso, do que não poderá privar-se com rejeitar todo o poema. Muito poucos, quero crer, estão em condições de refletir que as paixões alheias de que participamos atuam necessariamente sobre nós. Depois de alimentar e fortificar nossa sensibilidade no sofrimento dos outros, não é fácil conter a nossa em limites razoáveis.

c É muito certo, disse.

E não serão também válidas essas considerações com respeito ao risível? Muita chocarrice que te envergonharias de fazer causa-te singular satisfação quando representada na comédia ou contada numa roda de conhecidos, sem que a rejeites por indecorosa. Há perfeita analogia com o caso das lamentações. Aquele desejo de fazer rir, que reprimias por meio da razão de medo de passares por palhaço, agora vai de rédeas soltas; mas, depois de fortalecido, muitas vezes, sem que o percebas, obriga-te, até mesmo em casa, a fazeres o papel de truão.

É muito certo, disse.

d Do mesmo modo atua a imitação poética no domínio do amor, da cólera e de todas as paixões da alma,

agradáveis ou penosas, que consideramos inseparáveis de nossas ações: alimenta e irriga o que devia ficar seco; fá-las dominar sobre nós, quando elas é que deviam ser mandadas, para que nos tornemos melhores e mais felizes, em vez de maus e miseráveis.

Não sei o que te poderia objetar, me disse.

e Assim, Glauco, lhe falei, quando ouvires os admiradores de Homero declarar que esse poeta foi o educador da Hélade e que é digno de ser estudado no que entende com problemas da educação e das relações humanas, e também que devemos viver de 607 a acordo com seus ensinamentos, precisarás acatá-los e beijá-los como a pessoas de muito merecimento, e concordar que Homero não só é o poeta máximo como o primeiro dos trágicos, porém não te esqueças de que em matéria de poesia só devemos admitir na cidade hinos aos deuses e elogios de varões prestantíssimos. Porém, se aceitares as Musas açucaradas, ou seja na lírica ou seja na epopéia, o prazer e a dor passarão a governar tua cidade, em lugar da lei e do princípio racional que em todos os tempos foi considerado pela comunidade como o melhor.

É muito certo, observou.

b VIII – Valha isto, continuei, como justificativa, na oportunidade em que voltamos a tratar da poesia, por a termos banido de nossa cidade, visto ser ela o que é; a razão nos obrigou a assim proceder. Acrescentemos, ainda, o seguinte, para que ela não nos acuse de dureza e rusticidade, pois vem de longa data a querela entre a poesia e a Filosofia, como o provam à saciedade as seguintes expressões: "os latidos da cadela ladradora contra seu dono", "grande sempre foste na parlenda dos c tolos", e mais: "a turba embaidora de Zeus sábio", ou: "os que se afanam com sutilezas por passarem fome", e mais um sem-número de expressões que são outros tantos testemunhos dessa antiga inimizade. Não obstante, declaremos desde agora que se a poesia imitativa e serva

do prazer puder aduzir um argumento, ao menos, a favor da tese de que ela é indispensável em toda cidade bem constituída, com a maior satisfação a receberemos na nossa, pois temos perfeita consciência do fascínio que ela exerce sobre todos nós; porém seria procedimento ímpio trair o que temos na conta de verdade. E não é um fato, amigo, que tu também te deleitas com a poesia, principalmente quando ela se te apresenta em Homero?

Muito!

Será, então, de justiça consentir no seu retorno, no caso de vir a falar em defesa própria numa composição lírica ou em qualquer outro metro?

Perfeitamente.

Sim, permitiremos, até, que seus protetores – não há necessidade de serem poetas: simples amigos da poesia – falem em prosa a seu favor para demonstrar-nos que ela não é apenas agradável mas também de vantagem para as cidades e a vida humana em geral. De muito bom grado os ouviremos, pois só teríamos a ganhar se se provasse que além de deleitável é proveitosa.

Como poderia deixar de ser útil? perguntou.

Porém, se não puderem provar isso, caro amigo, faremos como certos amantes que, embora com sacrifício, dominam a paixão, desde que se convencem de suas desvantagens: do mesmo modo, graças ao amor a essa poesia que nos implantou na alma a educação dada por nossas belas cidades, nós também queremos ser benévolos com ela, para considerá-la muito boa e amiga da verdade. Porém, enquanto não for capaz de justificar-se, ouvi-la-emos com calma, repetindo para nós mesmos, à guisa de fórmula mágica, os argumentos há pouco apresentados, de medo de voltar a cair naquele amor de nossos primeiros anos e ainda de tanto valimento junto das multidões. De qualquer forma, sentimos muito bem que não devemos procurar essa espécie de poesia, na ilusão de que atinja a verdade e recompense nosso esforço. Não; seus ouvintes precisam acautelar-se, de

b medo do que possa acontecer com a constituição de sua própria alma, a ser verdade tudo o que dissemos da poesia.

Concordo contigo em toda a linha, acrescentou.

Grande, meu caro Glauco, continuei, muito grande e não como comumente se imagina é o que está em jogo nessa luta de que depende ficarmos bons ou maus. Daí a necessidade de não se deixar ninguém arrastar nem pela glória, nem pela riqueza, nem pelas dignidades, nem, ainda, pela própria poesia, com menosprezo da justiça e das demais virtudes.

Estou de inteiro acordo, me falou, à vista de tudo o que expusemos, sendo mais do que certo pensarem todos desse mesmo modo.

c IX – No entanto, não nos referimos sequer às maiores recompensas da virtude e aos prêmios que lhe estão reservados.

Terá de ser imenso o que imaginas, me falou, para ultrapassar tudo o que enumeramos.

Que poderá ser grande, perguntei, num tempo tão limitado? O período que vai da infância à velhice é muito pequeno, em confronto com a eternidade.

Nada, é a expressão mais certa, observou.

E então? Achas mesmo que um ser imortal se afanaria tanto num tempinho de vida como o nosso e

d não na eternidade?

Na eternidade, sem dúvida, respondeu. Mas, a que vem essa observação?

Ainda não percebeste, lhe falei, que nossa alma é imortal e que nunca pode perecer?

Então, arregalando os olhos, falou com ar espantado: Não, por Zeus; e tu, poderias demonstrá-lo?

Acho que sim, lhe disse, como te considero também capaz da mesma coisa; não é difícil.

Eu! protestou; porém de muito bom grado te ouviria discorrer sobre esse tema não difícil.

Então, ouve, respondeu.

Basta falares, me falou.

Admites que o bem e o mal existem?

Sem dúvida.

e Porém não pensarás a esse respeito como eu.

De que jeito?

Tudo o que estraga e destrói é mal; como é bom o que conserva e melhora.

De acordo, me falou.

E agora: não atribuis a cada coisa algo bom ou algo 609 a mau, como para os olhos a oftalmia, para todo o corpo as doenças em geral, a mangra para o trigo, a podridão para a madeira, a ferrugem para o cobre e o ferro e, como disse, para quase todas as coisas um mal ou uma determinada doença?

Sem dúvida.

E também não é certo que quando um desses males ataca qualquer coisa, de início a estraga, terminando por dissolvê-la e destruí-la?

Como não?

Logo, o mal inerente a cada coisa, sua própria b maldade, é o que a estraga; a não ser isso, nada mais poderá prejudicá-la. De nenhum modo o bem poderá destruir seja o que for, estando no mesmo caso o que não é nem bom nem mau.

Como fora possível? perguntou.

Sendo assim, se encontrarmos na natureza um ser com algum mal que o prejudique, sem, no entanto, conseguir dissolvê-lo ou destruí-lo de todo, não poderemos afirmar com segurança que para um ser assim constituído não há destruição possível?

Parece-me que sim, respondeu.

E então? lhe perguntei: não há para a alma alguma coisa que a deixa má?

Sem dúvida, respondeu; tudo o que há pouco c enumeramos: injustiça, intemperança, pusilanimidade e ignorância.

E qualquer desses males poderá dissolver e destruir a alma? Reflete bem, para não sermos levados a acreditar

que o indivíduo injusto e insensato, surpreendido no instante de cometer qualquer malfeitoria, perece por sua própria injustiça, a saber, a maldade de sua alma. Raciocina do seguinte modo: assim como a doença do corpo, ou seja, sua maldade própria, o devasta e dissolve, a ponto de ele deixar de ser corpo, assim também todas as coisas que há pouco mencionamos, em decorrência da maldade peculiar que nelas adere e delas participa
d corrompem-se até ao ponto de desaparecerem. Não é isso mesmo?

Certo.

E agora, estudando a alma por esse mesmo prisma, pergunta se a injustiça e os demais vícios que se encontram nela a corrompem e destroem, pelo fato de sua proximidade e participação, a ponto de lhe causarem a morte e separá-la do corpo?

De nenhum jeito, disse, poderá ser dessa maneira.

Como também seria absurdo, continuei, afirmar que a maldade estranha destrói o que a maldade própria não o consegue.

Absurdo, realmente.

Considera agora, Glauco, lhe disse, que não é à
e ruindade que se pode encontrar nos alimentos velhos ou estragados, ou seja no que for, que atribuímos a causa da destruição do corpo; não; a má qualidade do alimento o que faz é provocar a ruindade do corpo, razão de dizermos que o alimento foi a ocasião de perecer o corpo por sua maldade intrínseca, a doença; porém pretender que o corpo, de natureza própria, possa vir a perecer pela maldade dos alimentos que
610 a são de outra natureza, é o que jamais afirmaremos, a menos que a maldade estranha produza nele o mal que lhe é peculiar.

Falaste com muito acerto, observou.

X – Segundo o mesmo princípio, prossegui, se a maldade do corpo não engendra na alma uma maldade da alma, jamais admitiremos que a alma venha a perecer

por um mal estranho, sem a sua própria maldade, e que possa uma coisa finar-se pelo mal de outra.

Está muito certo esse raciocínio, observou.

Precisamos, por conseguinte, refutar essa afirmativa b e mostrar a sua improcedência, ou, enquanto não for refutada, abstermo-nos de afirmar que a febre ou qualquer doença, o degolamento, ou mesmo o caso de todo o corpo vir a ser cortado em pedacinhos, nada disso contribui no mínimo para a destruição da alma, a menos que nos demonstrassem que a alma se torna mais injusta e mais ímpia por efeito dessas afecções do corpo. Quando um mal estranho se introduz em determinada substância, se o mal peculiar a esta não se juntar ao primeiro, não c nos permitamos declarar nem da alma, nem seja do que for que pode perecer.

Uma coisa, pelo menos, observou, nunca ninguém nos provará: que a alma dos agonizantes se torna pior pelo efeito da morte.

Mas se alguém, prossegui, ousasse contestar nossa tese, para não se ver obrigado a admitir a imortalidade da alma, e afirmasse que a alma de quem morre se torna pior e mais injusta, então teríamos de concluir – no caso de estar certo o autor de semelhante proposição – que a injustiça é tão mortal para quem a pratica como uma d doença, e que todos os que caem com essa doença mortal vêm a perecer por sua própria natureza, uns mais depressa, outros mais devagar, de acordo com os respectivos graus de participação, ao passo que nos criminosos do nosso tempo a morte é decorrência de punição imposta por terceiros.

Por Zeus! exclamou; nesse caso, a injustiça não seria tão terrível assim, se fosse fatal para quem a recebe na alma, pois o livraria de muitos males. O contrário, precisamente, é o que se me afigura, pois ao mesmo tempo em que mata os outros – se for capaz de tanto – e deixa muito vivaz quem a pratica, tão vivaz e desperto que quase não dorme. Como se vê, falta-lhe muito para ser causa de morte.

Muito bem dito, observei. Ora, se a maldade própria da alma e sua perversidade inata não podem matá-la nem destruí-la, é muito difícil que o mal destinado para a destruição de outra substância possa dissolver a alma ou seja o que for, exceto aquilo a que esteja ligado.

Sim, é difícil, observou; pelo que se pode concluir.

611 a Mas se ela não pode ser destruída nem pelo mal próprio nem pelo estranho, é mais do que claro que terá de existir sempre, e que, se sempre existe, é imortal.

Necessariamente, replicou.

XI – Nesse particular, falei, as coisas se passam desse modo. Porém, se for assim, hás de compreender que as almas terão de ser sempre as mesmas, pois não poderão diminuir de número, uma vez que nenhuma perece, como também não poderão aumentar. Bem sabes que se alguma coisa nova se tornasse imortal, teria de provir do que é mortal, acabando tudo por tornar-se imortal.

É muito certo.

Mas é o que não devemos admitir; a razão o proíbe;

b como também não é de acreditar que, por natureza, seja a alma uma espécie de conglomerado de várias partes, desiguais e diferentes entre si.

Que queres dizer com isso? perguntou.

Não é fácil, lhe falei, como há pouco o demonstramos com relação à alma, ser eterno o que for composto de vários elementos e, ainda por cima, carecentes de beleza.

Sim, é pouco provável.

Que a alma, por conseguinte, é imortal é o que nos força a admitir o nosso argumento, sem falarmos nos anteriores. Mas, para sabermos o que ela é em sua essência mesma, será preciso contemplá-la não como o fazemos presentemente, deformada pela união com o corpo e

c com tantas misérias; não: em sua essência purificada, como ela é em si mesma é que devemos contemplá-la

atentamente com os olhos da razão. Então, a encontrarás muito mais bela, e distinguirás com a maior nitidez a justiça e a injustiça e tudo o mais que acabamos de enumerar. O que falamos da essência refere-se às suas presentes condições; contemplamo-la no estado que muito se assemelha ao de Glauco, o demônio marinho,
d em que não é fácil reconhecer a sua primitiva natureza, pois não apenas tem quebrados todos os segmentos do corpo, ou desgastados e desfigurados pelas ondas, como novas partes se lhe acrescentaram: conchinhas, algas e seixos, de forma que mais parece monstro do que mesmo o que é por natureza: dessa forma é que a alma se nos apresenta, desfigurada por males sem conta. Por isso, Glauco, precisamos olhar para outro lado.

Qual lado? perguntou.

e Sua natureza filosófica. Teremos de considerar em que se ocupa, que comércio procura, por ser aparentada com o ente divino, eterno e imortal, e em que se mudaria se se deixasse levar inteiramente por esse impulso natural e emergisse do mar em que ora se encontra e se despojasse das pedras e conchinhas
612 a que cresceram à sua volta por força de sua alimentação terrena, crosta espessa e grosseira de terra e de pedras, provinda desses bem-aventurados festins, como lhes chamam. Só então poderemos reconhecer sua verdadeira natureza, se é uniforme ou polimórfica, como e de que modo é constituída. Porém já nos alargamos suficientemente, quero crer, no que diz respeito às afecções e formas que lhe são peculiares na vida humana.

Com toda a segurança, observou.

XII – Não é verdade, perguntei, que em nossa investigação deixamos de lado tudo o mais, sem darmos
b maior importância à recompensa e à reputação da virtude, como dissestes que fizeram Hesíodo e Homero, como também chegamos à conclusão de que a justiça em si mesma é o bem supremo da alma, e que esta deve praticar

a justiça, quer disponha, quer não disponha do anel de Giges e, além do anel de Giges, do capacete do Hades?

Muitíssimo certo, observou.

Só agora, Glauco, continuei, tornou-se-nos possível completar nossa enumeração, para atribuir à justiça e às c demais virtudes as recompensas que a alma retira da parte dos homens e dos deuses, tanto durante a vida como depois da morte.

Sem dúvida nenhuma, observou.

Então restitui-me o que eu te emprestei no decurso de nossa conversa.

Que poderá ser?

A título de concessão, admiti que o homem justo poderia passar por mau, e o mau por justo, por serdes de opinião que, embora fosse impossível escapar tal coisa aos olhos dos deuses e dos homens, cumpria-me ceder, nesse particular, por amor da argumentação, a fim de d comparar a justiça em si mesma com a injustiça absoluta. Ou não te recordas desse ponto?

Não fora sério da minha parte, observou, dizer que não me recordo.

Mas, agora que ambas foram julgadas, intimo-vos de novo, em nome da justiça, a restabelecê-la comigo na estima em que é tida junto dos deuses e dos homens, para que venha, assim, a conquistar o prêmio que tem alcançado pela simples aparência e que transmite a seus adeptos, uma vez provado que ela também confere bens por sua própria realidade e natureza, sem iludir os que verdadeiramente a possuem.

e É justo o que pedes, observou.

Inicialmente, lhe disse, tereis de restituir-me a asserção emprestada antes, e afirmar que pelo menos os deuses não se enganam a respeito dos dois tipos: o homem justo e o injusto.

Restituímos, respondeu.

E se não se enganam, terão de amar um e aborrecer o outro, conforme acordamos no começo.

Certo.

E com relação ao amado dos deuses, não reconheceremos que tudo o que lhe vem da parte deles

613 a redunda na sua maior bênção, salva a hipótese de algum mal que seja a conseqüência necessária de uma falta anterior?

Sem dúvida nenhuma.

Precisamos, por conseguinte, reconhecer que se o homem justo se vê a braços com a pobreza, a doença ou qualquer dificuldade considerada infortúnio, tudo acabará bem para ele, seja durante a vida, seja depois da morte, pois nunca poderão os deuses descuidar-se de quem se esforça para ser justo e semelhante a eles, dentro das

b possibilidades humanas, na prática da virtude.

É natural que tal homem não seja desprezado por seu semelhante.

E a respeito do homem injusto, não será precisamente o contrário disso que se deve imaginar?

Sem dúvida.

São esses, por conseguinte, da parte dos deuses, os prêmios do homem justo.

Eu, pelo menos, disse, penso dessa maneira.

E da parte dos homens, perguntei, não se passarão as coisas do seguinte modo, se tivermos de dizer a verdade? Os violentos e celerados não serão como certos corredores que na saída se portam muito bem, porém na volta quase não correm? De um salto dão início à corrida,

c mas no fim tornam-se ridículos, orelhas caídas nos ombros, ao se retirarem sem a coroa, ao passo que os verdadeiros corredores chegam até à meta final, levantam o prêmio e obtêm a coroa? Não é isso o que, de regra, acontece com os justos? Chegados à meta de seus empreendimentos, das relações com os homens e da própria vida, gozam de boa reputação e recebem de seus concidadãos os prêmios merecidos.

Perfeitamente.

Terás agora de permitir que eu aplique ao homem justo tudo o que disseste do injusto. Direi, por

d conseqüência, que, chegados à idade madura, os justos,

sempre que o desejarem, ocuparão postos de direção da cidade, casarão com quem quiserem e farão casar os filhos como bem lhes parecer, e tudo o mais que afirmaste dos outros e eu aplico a estes. Quanto aos homens injustos, por outro lado, digo que, muito embora a maioria deles possam, quando moços, esconder o que são, no fim de sua carreira deixam-se apanhar, tornando-se objeto de galhofa, e alcançando uma velhice infeliz, são escarnecidos tanto pelos estranhos como por seus
e concidadãos; aplicam-lhe açoites e os suplícios que com toda a razão denominaste bárbaros, e depois os torturam e os cegam com ferro em brasa. Admite que ouvistes de mim a relação completa desses horrores, porém aplicados aos homens injustos e responde se me aceitas esse ponto.

Sem dúvida, respondeu, pois o que disseste é muito certo.

XIII – Tais são, continuei, os prêmios, as recompensas e os presentes que em vida os justos
614 a recebem dos deuses e dos homens, sem falarmos nos bens que a própria justiça lhes confere.

Belas dádivas, disse, e permanentes.

No entanto, continuei, nada representam, assim em número como em grandeza, em comparação com o que espera a ambos depois da morte, o justo e o injusto. É o que será preciso dizer, para que tanto um como o outro receba exatamente o que lhes deve nossa exposição.

Podes falar, me disse; não há o que eu ouça com
b maior prazer do que isso.

Não vou contar um apólogo de Alcino, comecei, porém a história de um varão de muito merecimento, Er, filho de Armênio, Panfílio de origem. Havendo morrido em combate, no décimo dia, quando recolheram os corpos, já em começo de putrefação, foi o dele encontrado em perfeito estado e levado para casa, a fim de ser sepultado daí a dois dias. Mas, ao ser colocado na

pira, reviveu e contou o que vira no outro mundo. Logo que sua alma saiu do corpo, disse ele, partiu dali em companhia de muitas outras e foram dar a um lugar
c maravilhoso com duas fendas na terra, contíguas, e outras duas em cima, no céu, igualmente dispostas. Entre essas duplas fendas achavam-se sentados alguns juízes que, depois de enunciarem a sentença, mandavam os justos subirem pelo caminho da direita, no rumo do céu, depois de fixar-lhes na frente um escrito com o teor da sentença,
d e os injustos pelo caminho da esquerda, ladeira abaixo, os quais, também, levavam nas costas o relato de quanto haviam praticado. Ao aproximar-se dos juízes, estes lhe disseram que ele fora escolhido como mensageiro para os homens e lhe recomendaram ouvir e observar tudo o que se passasse à sua volta. Notou, então, que as almas, depois de julgadas, se dirigiam para uma das aberturas do céu ou da terra; das outras duas fendas saíam de contínuo novas almas: exaustas e empoeiradas as que subiam da terra, e limpas as que
e baixavam do céu. Em levas ininterruptas, todas pareciam chegar de uma longa viagem e se reuniam alegremente no prado onde acampavam como num festival; as que se conheciam, cumprimentavam-se; as oriundas da terra inquiriam as outras sobre o que se passava no céu, como as do céu procuravam informar-se das ocorrências da terra. Nesses relatos recíprocos,
615 a por entre lágrimas e gemidos, algumas recordavam quanto haviam sofrido ou visto sofrer na viagem subterrânea – viagem de mil anos – enquanto outras, as que baixaram do céu, relatavam suas vivências celestes, de inconcebível beleza. Para contar tudo, Glauco, seria necessário muito tempo; mas o que, em resumo, ele disse foi o seguinte: por cada falta cometida contra alguém, as almas eram castigadas, por ordem e individualmente, dez vezes, durando, por
b conseguinte, cem anos o castigo de cada uma, a duração exata da vida humana, para que a punição fosse o décuplo do crime cometido. Assim, quem fosse

criminoso de muitas mortes ou houvesse traído cidades ou exércitos e os reduzisse à escravidão, ou fosse cúmplice de alguma malfeitoria do mesmo gênero, por cada crime teria de sofrer dez vezes mais. Por outro lado, os que só espalharam benefícios e c viveram justa e santamente, eram recompensados na mesma proporção. Dos que mal chegaram a nascer e tiveram vida curta, o que Er contou não merece ser agora recordado. No que entende com a piedade ou a impiedade com relação aos deuses ou aos pais, e os crimes de morte violenta, era ainda maior a punição. Contou também que estava presente quando perguntaram a alguém se sabia onde se encontrava Ardieu, o Grande. Esse Ardieu, como tirano de uma cidade da Panfília, além de muitos outros crimes abomináveis que lhe imputavam, assassinara mil anos d antes seu velho pai e o irmão mais velho. O interrogado respondeu: Não está – falou assim mesmo – e dificilmente poderá vir até aqui.

XIV – Entre outras visões terríveis, presenciamos a seguinte: Quando já nos encontrávamos perto da fenda, com intenção de subir, depois de havermos passado por toda espécie de provas, vimos de súbito Ardieu em companhia de outros, na maioria tiranos; entre eles havia também cidadãos particulares que tinham perpetrado e grandes crimes. Ao fazerem menção de subir, a fenda não lhes deu passagem; mugia todas as vezes que um desses criminosos inveterados, ou dos que ainda não haviam sido suficientemente castigados, se dispunha a subir. Nesse comenos, disse, acorreram das imediações uns homens selvagens, de feições abrasadas, e que, ouvindo o mugido, agarraram alguns pela cintura e os arrastaram dali. Quanto a Ardieu e 616 a outros, amarraram-nos de cabeça, mãos e pés, derrubaram-nos para melhor os esfolar e os arrastaram ao longo da estrada, cardando-os pelos canteiros de espinhos. A todos que passavam declaravam os

motivos de serem tratados daquele modo e que os levavam para jogá-los no Tártaro. Nesse lugar, contava Er, passaram sustos horrorosos; porém o que de mais terrível lhes podia acontecer era ouvirem mugir a fenda no instante de subir, constituindo para cada um motivo da maior satisfação deixarem-na para trás depois de b silenciada. Tais eram as penas e os castigos, aos quais correspondiam outras tantas recompensas. Depois de haverem permanecido no vale sete dias, ao oitavo levantaram-se dali as almas e se puseram em marcha até chegarem, quatro dias depois, a um lugar em que perceberam uma luz vinda do alto, direita como uma coluna, por todo o céu e toda a terra, muito parecida com o arco-íris, porém de maior brilho e mais pura. Depois de outro dia de viagem, alcançaram esse ponto e c ali mesmo, em plena luz, notaram que as extremidades de suas cadeias estavam presas no céu. Pois essa luz era, propriamente, a faixa do céu, à maneira do cinto das trirremes, e que desse modo sujeitava todo o círculo do universo. De suas pontas pendia o fuso da Necessidade, que punha em movimento todas as esferas. A haste e o gancho eram de aço, e a mainça, de uma mistura de aço d e outros metais. A mainça é assim constituída: exteriormente é igual às usadas entre nós, porém, pelo que ele dizia, devemos concebê-la da seguinte forma: numa mainça maior e escavada se encôntra encaixada outra do mesmo feitio, porém um pouco menor e que se lhe adapta por completo, no jeito de vasos de diferentes tamanhos que se encaixam uns nos outros, e mais uma terceira, e uma quarta, e outras quatro mais, pois havia e ao todo oito mainças metidas umas nas outras, cujos bordos, vistos de cima, pareciam anéis e, no conjunto, o dorso de um único fuso com sua haste peculiar passando pelo centro do oitavo. O anel da primeira e mais externa mainça era circular e mais largo; o da sexta vinha em segundo lugar; o da quarta, em terceiro; o da oitava, em quarto; o da sétima, em quinto; o da terceira em sétimo e o da segunda em oitavo. O anel maior era constelado;

o sétimo, mais brilhante; o oitavo devia o brilho ao 617 a reflexo do sétimo; o segundo e o quinto eram quase iguais, de colorido mais amarelado do que os outros; o terceiro, de luz mais clara; o quarto, avermelhado; o sexto ocupa o segundo lugar quanto à brancura. Todo o fuso girava em torno de si mesmo, com movimento uniforme; porém na rotação do conjunto os sete ciclos interiores se movimentavam lentamente em sentido contrário. De b todos, o mais rápido era o oitavo; a seguir, com velocidade igual, vêm o sétimo, o sexto e o quinto. Em matéria de velocidade, segundo lhes pareceu, o quarto vinha em terceiro lugar, o terceiro no quarto, e o segundo no quinto. Todo o fuso, porém, girava nos joelhos da Necessidade. No alto de cada anel havia uma sereia que rodava juntamente com ele, emitindo cada uma delas, num só tom, uma única nota, de forma que o conjunto das notas das oito sereias compunha uma única harmonia. Três outras figuras femininas estavam sentadas à volta, c com intervalos iguais, cada uma no seu trono, as Moiras, filhas da Necessidade, com vestimenta branca e fitas na cabeça: Láquese, Cloto e Átropos, as quais acompanhavam com seu canto a harmonia das sereias: Láquese, o passado; Cloto, o presente, e Átropos o futuro. Além disso, em intervalos certos, Cloto com a mão direita fazia girar o anel externo, enquanto Átropos, com a d sinistra, fazia a mesma coisa com o de dentro, e Láquese, no meio, com ambas as mãos, alternadamente, movimentava os dois anéis em ambos os sentidos.

XV – Ao chegarem, as almas tinham de apresentar-se imediatamente a Láquese. Nesse passo, um profeta as colocou em ordem; de seguida, tomando dos joelhos de Láquese sortes e modelos de vida, subiu para uma tribuna alta, de onde falou: Proclamação da virgem Láquese, filha da Necessidade! Almas efêmeras, um novo círculo e mortífero começa para a geração mortal! Não é um demônio que vai tirar a sorte: cada uma de vós escolherá o seu próprio demônio. O primeiro sorteado será o

primeiro a escolher a vida a que necessariamente ficará ligado. A virtude não tem senhor. A cada uma tocará maior ou menor porção, conforme o grau de estima ou menosprezo que lhe conceder. Quem escolhe, arca com a responsabilidade. Deus não tem culpa.

Assim dizendo, jogou as sortes para o meio das almas, segurando cada uma a que lhe caíra aos pés, com exceção de Er, a quem o profeta impediu de fazê-lo. Com levantar sua sorte, cada alma ficava sabendo o lugar que 618 a lhe coubera. Logo depois, jogou no chão, defronte de todas, modelos de vida, em número muito superior ao das almas ali presentes. Havia dos mais variados gêneros, de animais de toda a espécie e de homens de diferentes condições. Tiranias também havia, algumas para toda a vida, outras destruídas a meio caminho e acabando em pobreza, exílio e mendicidade, como também vidas de b varões famosos pela beleza dos traços, robustez e força nas competições ou pela nobreza do berço e virtudes dos antepassados, e também de gente obscura sob todos os aspectos e de mulheres nas mesmas proporções. Não havia ordem estabelecida para a colocação das almas, por ser fatal mudarem todas elas de vida, de acordo com sua própria escolha. As demais formas estavam baralhadas e de mistura com a riqueza e a pobreza, a doença e a saúde; algumas se mantinham num meio termo disso tudo. Esse, meu caro Glauco, como parece, é o momento decisivo c para o homem; por isso, cada um de nós precisa pôr de lado os outros estudos e empenhar-se exclusivamente na investigação e aprendizagem deste único. Quem sabe se assim virá a descobrir e reconhecer o homem capaz de deixá-lo em condições de discernir entre a boa e má norma de vida e de, em quaisquer circunstâncias, escolher a melhor, dentro de suas possibilidades, com calcular o efeito que as qualidades por mim expostas e apresentadas têm sobre a virtude, separadamente ou em conjunto? Precisará saber, por exemplo, a importância da beleza d quando associada à riqueza ou à pobreza e com que disposição da alma deverá combinar-se para produzir

bons ou maus resultados, e como a nobreza ou obscuridade do berço, a vida privada e os cargos públicos, a robustez ou a debilidade, a facilidade ou dificuldade de aprender, juntamente com os mais dotes naturais da alma atuam em combinação recíproca. Desse modo, comparando entre si todos esses elementos e tendo sempre em vista a natureza da alma, ficará em condições de discernir entre a vida boa e a má, dando a denominação

e de má à que contribui para deixar injusta a alma, e de boa, pelo contrário, à que a deixa justa, sem a nada mais atender. Como vimos, tanto em vida como depois da morte é a melhor escolha que alguém pode fazer. Com

619 a vontade férrea deverá apegar-se a essa opinião, quando baixar para o Hades, para que, ao chegar lá, não se deixe ofuscar pela riqueza e outros males congêneres, nem precipitar-se na tirania ou em práticas da mesma natureza, geratrizes de males insanáveis para os outros e piores ainda para si próprio. Não! Precisará aprender a escolher nessas condições uma vida mediana, fugindo dos excessos dos dois lados, tanto nesta vida, na medida do possível,

b como em todas as vidas porvindoiras. Só dessa maneira é que o homem poderá atingir a felicidade máxima.

XVI – A seguir, de acordo ainda com o relato do mensageiro do outro mundo, o profeta acrescentou: Até mesmo para quem chegar por último, tocará vida agradável, não ruim, se escolher de siso e mostrar-se diligente. Proceda, pois, o primeiro com atenção e não desanime o último.

Logo depois de haver assim falado, o primeiro sorteado se adiantou e escolheu a maior tirania; por ganância e irreflexão, não pensou nas conseqüências de

c seu ato, tendo-lhe escapado que sua sorte o fadava a comer os próprios filhos e a piores horrores ainda. Porém, depois de refletir mais de espaço, começou a dar punhadas no peito e a lastimar a escolha, feita sem levar em conta as advertências do profeta. Porém não se queixava de si mesmo; punha a culpa na sorte, nos

demônios, em tudo, menos nele. Esse tal era um dos que baixaram do céu e antes vivera numa cidade bem administrada, e que praticara a virtude por hábito, não d sob a direção da Filosofia. De modo geral, pode-se dizer que não poucos dos que cometiam essa imprudência provinham do céu. Explica-se: é que não conheceram a adversidade. Enquanto isso, muitos dos provenientes da terra não escolhiam de ligeiro, pois não somente haviam sofrido seus bons pedaços como visto sofrer os outros. O resultado era muitas almas passarem de bens para males, e vice-versa, contribuindo também os azares da sorte para esse mesmo resultado. Se ao chegar a esta vida, qualquer pessoa se aplicasse ao estudo da Filosofia, e admitindo-se, também, que não fosse um dos últimos a escolher, a aceitarmos o que se conta das coisas do outro mundo, com toda a probabilidade não apenas lhe tocaria por sorte viver feliz cá na terra, como também fazer a viagem daqui para lá e o percurso de volta, não pelo caminho subterrâneo e áspero, mas pela estrada limpa do céu.

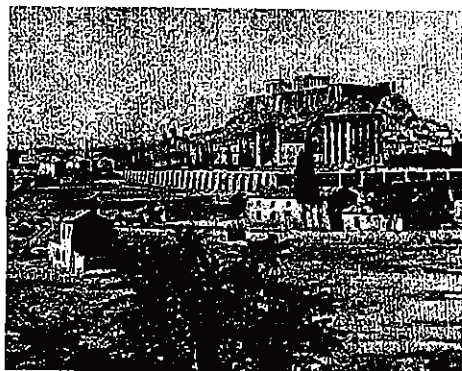
Era um espetáculo admirável, dizia Er, como cada 620 a alma escolhia sua vida: nada mais triste, risível e estranho, a um só tempo. A maioria escolhia de acordo com a experiência adquirida na vida anterior. Desse modo, ele contou como viu a alma que fora de Orfeu preferir a existência de um cisne, de ódio ao gênero feminino; tendo sido morto por mulheres, não queria nascer outra vez de mulher. Viu como a alma de Tamiras se decidiu pela vida de um rouxinol, e o inverso: um cisne passar para a vida b humana, o que também fizeram outras aves canoras. A alma sorteada em vigésimo lugar escolheu a vida de leão: era a de Ajax, filho de Telamão, que repelia a condição humana por ainda lembrar-se do julgamento das armas. Depois, foi a vez de Agamémnone: de ódio à geração dos homens, por causa dos sofrimentos passados, trocou sua condição pela de uma águia. Nesse em meio, chegara a vez da alma de Atalanta: à vista das grandes honrarias concedidas aos atletas, não teve forças para ir adiante:

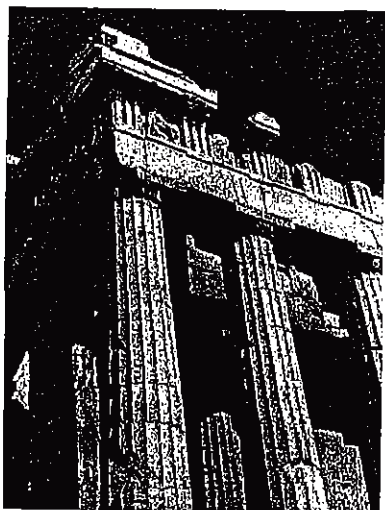
c fez ali mesmo a sua escolha. Depois dela veio a alma de Epeio, filho de Panopeu, que se passou para a natureza de uma mulher industriosa. Bem longe, entre as últimas, viu Er a alma do chocarreiro Tersites, vestindo a forma de um macaco. Quis a sorte que a alma de Odisseu fosse a derradeira a decidir-se: aliviada da ambição, pela lembrança das provações anteriores, pôs-se durante muito tempo à procura de uma vida pacata, de algum cidadão de todo alheio aos negócios públicos, acabando,
d finalmente, por encontrá-la num canto, ali deixada pelo desprezo das demais. Vendo-a, declarou que essa mesma teria escolhido se a sorte o houvesse designado em primeiro lugar, e muito satisfeito apoderou-se dela. A mesma coisa se dava com os animais, que ora passavam para os homens, ora para animais diferentes, os injustos para espécies selvagens, os justos para espécies mansas, operando-se, desse modo, todas as combinações possíveis.

Depois de todas as almas haverem feito sua escolha, na ordem indicada pela sorte, apresentaram-se diante de Láquese, a qual dava a cada uma o demônio de sua própria eleição, para acompanhá-lo como guarda durante a vida
e e fazer cumprir o destino por ela escolhido. Para começar, punha o demônio a alma debaixo da mão de Cloto e do turbilhão de fuso em movimento, ratificando esta o destino que cada uma escolhera para si. Depois de tocar no fuso, era a alma conduzida para a trama de Átropos, a fim de tornar irreversível o fio do destino, e a seguir, sem poder virar-se para os lados, via-se forçada a passar
621 a por baixo do trono da Necessidade. Quando todas haviam feito a mesma coisa, dirigiam-se para a planície do Esquecimento, sob um calor terrível e asfixiante, por ser inteiramente desprovida de árvores e de tudo o que a terra produz. Já pela tarde, acamparam na margem do Rio Ameles, cujas águas nenhum vaso pode guardar. Todas as almas eram obrigadas a beber determinada porção dessa água; as que careciam do amparo da razão
b bebiam além da conta, depois do que esqueciam-se de

tudo. Estando deitadas para repousar, meia noite já passada, sobreveio trovoada com tremor de terra, sendo as almas num repente arrastadas em todas as direções, para o alto, como estrelas em desfile, a fim de renascerem. Quanto a ele, proibiram-no provar daquela água; não sabia de que maneira e por onde sua alma voltara para o corpo. O certo é que, de súbito, ao abrir os olhos, pela manhã, viu-se estendido sobre a pira.

Desse modo, Glauco, salvou-se o conto, não veio a perecer, como a nós, também, poderá salvar, se lhe c seguirmos os ensinamentos. Então, atravessaremos bem a corrente do Letes sem mancharmos nossa alma. Se aceitardes meu conselho e admitirdes que a alma é imortal e capaz de suportar todos os males como todos os bens, manter-nos-emos no caminho ascendente e praticaremos de todo modo a justiça e a virtude. Só assim nos tornaremos amigos de nós mesmos e dos deuses, não apenas durante o tempo em que permanecermos nesta vida, como também depois de recebermos a recompensa d da justiça, à feição dos vencedores dos jogos que recolhem de todos os lados seus troféus, e seremos felizes aqui na terra e na viagem de mil anos que já vos descrevemos.

Ilustrações

Acrópole de Atenas, santuário de Athena Parthenos, vista do sudeste; no centro o Olympieion.

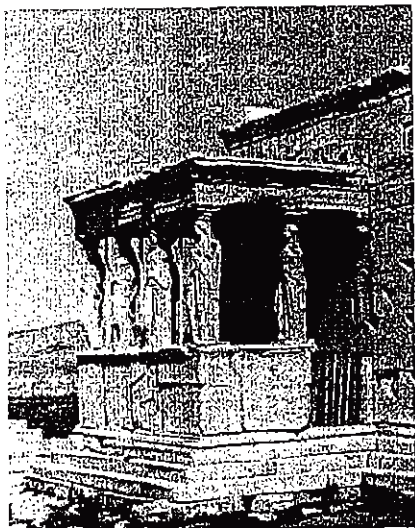
(Sumário)

Ordem dórica; ângulo sudoeste do Parthenon; à esquerda frontão oeste, à direita lado sul com a primeira métope representando o combate dos centauros; 450-440 a.C.

(Introdução)

Triglifo dórico de Efaisteion de Atenas, cerca de 430 a.C.

Pág. 39

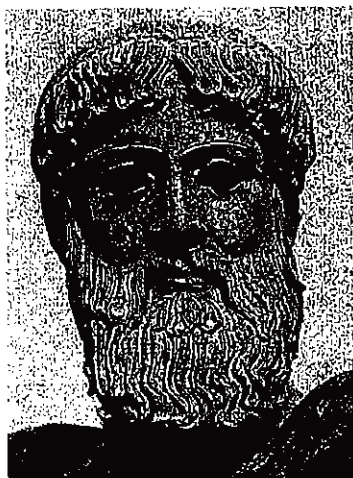
Moeda grega – coruja em inscrição, cerca de 470 a.C.

Pág. 47

Tribuna das Cariátides
do Erechtheion.

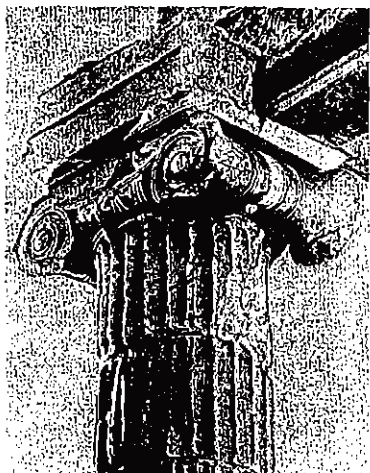
Pág. 92

Erechtheion na Acrópole de
Atenas, visto do sudoeste,
fim do período clássico.

Pág. 133

Peça de prata da Grécia
setentrional com a efígie do Zeus
de Fídias em Olímpia,
I século a.C.

Pág. 183

Zeus. Cabeça de estátua de bronze,
encontrada no cabo Artemisson,
Atenas, Museu Nacional, cerca de 460
a.C.

Pág. 134

Capitel jônico: pórtico central das propiléias da Acrópole de Atenas, por volta de 430 a.C.

Pág. 184

Capitel de Mileto, Berlim, século VI a.C.

Pág. 225

A deusa se despindo. Terracota, Berlim, por volta de 150 a.C.

Pág. 275

Afrodite saindo do mar. Relevo do painel central do trono Ludovisi, Roma, Museu Nacional, por volta de 470-460 a.C.

Pág. 226

Filósofo grego. Cabeça de uma estátua de bronze, III século a.C., Atenas, Museu Nacional

Pág. 276

Sócrates em casa de Diotime. Aplique de bronze de um cofre de madeira. Nápoles.

Pág. 317

Corredores movendo-se em grupo compacto. Ânfora panatenaica, Vaticano, V século a.C.

Pág. 357

Grota das ninfas de Vari, caverna subterrânea consagrada a Pan, a Apolo e às ninfas.

Pág. 318

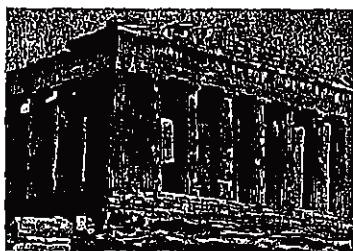
Alceu e Safo com instrumentos de música. Vaso, Munique, trabalho da escola de Brygos, depois de 480 a.C.

Pág. 358

Athena socorrendo Teseu. Copa de Aison, Madrid, cerca de 400 a.C.

Pág. 397

Moeda de prata macedônica. A águia de Zeus numa coroa de Pinho, 178-168 a.C.

Pág. 431

O Parthenon sobre a Acrópole de Atenas. Lado oeste visto do noroeste, 450-440 a.C.
Pág. 398

Os assentos de honra reservados aos sacerdotes (prohedria).

Pág. 432

Ilustrações procedentes de *Prométhée. Histoire Illustrée de la Civilisation Grecque et Romaine*. Traduzido do alemão por Simone Wallon. Paris: Presses Universitaires de France, 1960.

Sudoeste da Acrópole com o Parthenon,
o mais belo templo dórico de Atenas,
construído no V século a.C.

Pág. 48

Máscaras cênicas: (da esquerda à direita)
cômica, satírica e trágica.

Pág. 470

Ilustrações procedentes de *Petit Atlas de L'Antiquité Classique* de H.H. Scullard. Paris-Bruxelles: Éditions Sequoia, 1963.

O texto integral deste livro, traduzido diretamente do grego e de autoria de Carlos Alberto Nunes, encontra-se em volume manuscrito sob a guarda da Biblioteca Central da UFPA, no cofre de obras raras.

Este livro foi impresso no ano 2000, na cidade de Belém/PA, na Gráfica Supercores para a Editora da Universidade Federal do Pará/EDUFPA. Os fotolitos foram feitos pela Pontopress. O tipo usado foi Garamond, corpo 12/13. O papel do miolo é Pólen soft 80g, o da capa é Printmax 350g e o da sobrecapa Couchê fosco 150g.